



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS

**A reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora no Brasil: o
anarquismo especificista**

Florianópolis

2020

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS

**A reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora no Brasil: o
anarquismo especificista**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da Universidade Federal de Santa
Catarina como pré-requisito para a obtenção do Grau de
Doutor em Sociologia Política
Orientador: Prof. Dr. Raúl Burgos.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Carlos André dos
A REINVENÇÃO DO ANARQUISMO COMO TRADIÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA NO BRASIL : O Anarquismo Especifista / Carlos
André dos Santos ; orientador, Raúl Burgos, 2021.
504 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Anarquismo. 3.
Movimentos Sociais. 4. Movimentos Autonomistas. 5.
Especifismo. I. Burgos, Raúl. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Ciência Política. III. Título.

Carlos Andre dos Santos

**A reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora no Brasil: o
anarquismo especificista**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Pablo Ornelas Rosa, Dr.

Instituição Universidade de Vila Velha – UVV/ES

Prof. Paulo Edgar da Rocha Resende, Dr.

Instituição Universidade de Vila Velha – UVV/ES

Prof.(a) Rodrigo Rosa da Silva, Dr.(a)

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Sociologia e Ciência Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Raúl Burgos, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado à memória de Marielle Franco, Elton Brum e Eduardo Alberto Torres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Dr. Raúl Burgos pelo tempo e dedicação a esse estudo.

Assim também, agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina pelas reflexões e contribuições ao longo do doutorado.

Agradeça os membros da banca por suas as colaborações: Pablo Ornelas Rosa, Paulo Resende, Rodrigo Rosa e Itamar Aguiar.

A toda a família e aos amigos e amigas por todo suporte emocional, dentre outros, oferecidos nos vários momentos difíceis desta trajetória. Em especial, meus pais Carlos Francisco Ávila dos Santos e Noeli Vidal do Santos pela paciência com as minhas ausências.

Agradeço à CAPES(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que possibilitou que eu dedicasse meus esforços de trabalho exclusivamente à minha formação acadêmica e a produção desta tese.

O anarquismo é o viajante que
vai pelos caminhos da história,
e luta com os homens tais como
são e constrói com as pedras
que lhe proporciona sua época.

Camillo Berneri.

RESUMO

A tese visa analisar criticamente a ideologia anarquista e a sua relação com os movimentos sociais e autonomistas no Brasil. Portanto, foi intitulado de reinvenção do anarquismo como tradição da classe dos trabalhadora. Por isso, priorizou-se as iniciativas de militância de inserção junto aos movimentos sociais já existentes a partir da metade dos anos 1980. O estudo se propõe a compreender a experiência de militância anarquista organizada na Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), por meio da sua trajetória e do seu itinerário teórico-conceitual em defesa da estratégia de construção do poder popular. Após a redemocratização brasileira, o anarquismo social brasileiro se reestruturou e ganhou relevância como sujeito coletivo. Isso ocorreu a partir de suas experiências de inserção nos movimentos sociais e autônomos, inclusive com a criação de novos movimentos organizados. As principais dificuldades do anarquismo social brasileiro está em superar o individualismo e espontaneísmo comum a cultura política libertária brasileira, o imobilismo e burocratização das organizações de trabalhadores e o processo de encrudescimento da violência institucional diante das classes oprimidas e exploradas.

Palavras-chave: Anarquismo. Movimentos sociais. Especificismo.

ABSTRACT

The thesis aims to critically analyze the anarchist ideology and its relationship with social and autonomist movements in Brazil. Therefore, it was called the reinvention of anarchism as a tradition of the working class. For this reason, priority was given to activism initiatives for insertion with social movements that existed since the mid-1980s. The study aims to understand the anarchist militancy experience organized in the Brazilian Anarchist Coordination (CAB), through its trajectory and its theoretical-conceptual itinerary in defense of the strategy of building popular power. After Brazilian redemocratization, Brazilian social anarchism was restructured and gained relevance as a collective subject. This occurred from their experiences of insertion in social and autonomous movements, including the creation of new organized movements. The main difficulties of Brazilian social anarchism are in overcoming the individualism and spontaneism common to the Brazilian libertarian political culture, the immobility and bureaucratization of workers' organizations and the process of the escalation of institutional violence in the face of oppressed and exploited classes.

Keywords: Anarchism. Social movement. Especificism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Esquema 1ª jornada libertária.....	107
Figura 2- Esquema 1ª jornada libertária.....	108
Figura 3- Sistematização do que os anarquistas entendem por estratégia e programa de uma organização política.....	252
Figura 4- Esquema frentes de trabalho.....	265
Figura 5- Esquema Fluxos de militantes.....	267
Figura 6- Relação entre os fluxos de militantes e influência anarquista.....	269
Figura 7- Editorial - Jornal Combate Sindical n.2 setembro de 1989.....	305
Figura 8- Charge - Jornal Combate Sindical n. 2 p.1 setembro de 1989.....	306
Figura 9- Capa O Anarco Sindicalista novembro 1990.....	307
Figura 10- O Anarco Sindicalista, novembro de 1990 p. 3.....	308
Figura 11- Ato Um Soldado, Um Coitado! (1992).....	312
Figura 12- Reunião da Rede Outros Nós.....	313
Figura 13- Intercambio de delegações da FAG e FAU em 1996, Porto Alegre.....	323
Figura 14- Libera ...Amore Mio p.2 setembro e outubro de 2000.....	328
Figura 15- Bandeira da FARJ.....	350
Figura 16- Como votam os anarquistas?.....	391

LISTA DE SIGLAS

ADS – Aliança da Democracia Socialista
AGP - Ação Global dos Povos
AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
APPO - Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
CAB - Coordenação Anarquista Brasileira
CABN - Coletivo Anarquista Bandeira Negra
CALA - Coordenação Anarquista Latino-americana
CALC - Coletivo Luta de Classes
CANN - Coletivo Anarquista Núcleo Negro
CAZP - Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares
CCP- Unidos pelo Parque Georgia - Centro de Cultura Popular Unidos Pelo Parque Geórgia
CCS - Centro de Cultura Social
CDAN - Continental Direct Action Network
CDL – Coletivo Difusão Libertária
CEDEMA - Centro de Documentação de Grupos Armados
CEL - Círculo de Estudos Libertário
CELIP - Centro de Estudos Libertário Ideal Peres
CELIP - Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres
CGT - Confederação Geral do Trabalho (França)
CGT2 - Confederação Geral do Trabalho (Brasil)
CNT - Confederação Nacional do Trabalho (Espanha)
COB - Confederação Operária Brasileira
COBAS - Confederazione dei Comitati de Base
COLIDE - Coletivo Libertário Delmireense
COMPA- Coletivo Mineiro Popular Anarquista
CONCAB - Congresso da Coordenação Anarquista Brasileira
CONCLAT - Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras
COPOAG - Coletivo Pró-Organização Anarquista de Goiás
COPOAG - Coletivo Pró-Organização Anarquista em Goiás
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CrimethInc - Coletivo de Ex-Trabalhadores
CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular Conlutas
CTC - Confederação Cubana do Trabalho

CTH - Círculo de Trabalhadores de La Habana
DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social
ELAOPA - Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas
EZLN - Ejército Zapatista de Liberación Nacional
FA - Federação Anarquista (França)
FAC - Federação das Associações de Classe
FACA 1 - Federação Anarquista Cabloca
FACA 2 - Federação Anarquista Cabana
FACB - Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária
FAEB - Fórum Anarquista Especifista da Bahia
FAF - Federação da Anarquista Francófona
FAG - Federação Anarquista Gaúcha
FAI - Federação Anarquista Ibérica
FAN - Frente Anarquismo e Natureza
FAO - Fórum do Anarquismo Organizado
FAR - Federação Anarquista de Rosário
FARJ - Federação Anarquista do Rio de Janeiro
FARPA - Federação Anarquista Palmares
FASP - Federação Anarquista de São Paulo
FAU - Federação Anarquista do Uruguai
FAU (Alemanha) - Freie Arbeiter-Union Deutschlands
FdCA - Federação dos Anarco-Comunistas da Itália
FIESP – Federação a Industria do Estado de São Paulo
FIST - Frente Internacionalista dos Sem-Teto
FLA - Federação Anarquista Argentina
FLE - Federação Libertária Estudantil (FLE)
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMSU - Frente de Movimentos Sociais Urbanos
FOA - Federação Operária Alagoana
FOB - Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil
FOLS - Federação Operária Local de Santos
FOP - Federação Operária Paranaense
FORA - Federación Obrera Argentina
FORCh -Federación Obrera Regional Chilena
FORE - Federação Regional dos Trabalhadores
FORGS - Federação Operária do Rio Grande do Sul
FORU - Federación Obrera Regional Uruguay

FOSP - Federação Operária de São Paulo
FSM – Fórum Social Mundial
FTA - Frente Terra e Autonomia
FTRJ - Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro
GAAD - Grupo Anarquista Ação Direta
GAJO - Grupo Anarquista José Oiticica
GEIPA - Grupo da Idéias e Práticas Anarquistas
IEL - Instituto de Estudos Libertários
IFA - Internacional das Federações Anarquistas
IIRSA - Infraestrutura Regional Sulamericana
IWPA - Associação Nacional dos Trabalhadores
IWW - *Industrial Workers of the World*
JCA - Junta Central de Artesanos
JULI - Juventude Libertária
MAL – Movimento Anarquista Libertário
MAP - Movimento Anarcopunk
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MDT pela Base - Movimento dos Trabalhadores Desempregados “Pela Base”
MEL - Movimento Estudantil Libertário
MI-RFM - Milícias Insurgentes Ricardo Flores Magón
MIR - Movimento Armado da Esquerda Revolucionária
MOB - Movimento de Organização de Base
MOS - Movimento de Orientação Sindical
MPL – Movimento Passe Livre
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Nabat - Confederação Alarome de Organizações Anarquistas
NEFAC - North Eastern Federation Anarchist Comummunist
OAMI - Organização Anarquista Maria Iêda
OASL - Organização Anarquista Socialismo Libertário
OATL - Organização Anarquista Terra e Liberdade
OAZ - Organização Anarquista Zabelê
OMC – Organização Mundial do Comércio
OPA - Organização Popular Aymebrê
OPRPRJ – Organização Projeto Periferia Rio de Janeiro
ORL - Organização Resistência Libertária
ORL - Organização Resistência Libertária

OSL – Organização Socialismo Libertário
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista do Brasil
PKK - Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
RL - Rusga Libertária
RL- Rusga Libertária
RP - Resistencia Popular
TLOB -Tendência Libertária Organização pela Base
UARJ - União Anarquista do Rio de Janeiro (UARJ)
UGT - União Geral dos Trabalhadores
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNIPA - União Popular Anarquista
USI – União Sindical Italiana
YPG - Yekîneyên Parastina Gel
YPJ - Yekîneyên Parastina Jin
ZACF - Zabalaza Anarchist Communist Federation]

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 O “RESSURGIMENTO” DO ANARQUISMO.....	30
1.2 NOTAS SOBRE O ANARQUISMO INDIVIDUALISTA: AMOR LIVRE, ILEGALISMO E OS ANTIORGANIZACIONAIS.....	125
1.2.1 O anarquismo individualista francês em <i>la belle époque</i>	128
1.2.2 O anarquismo individualista italiano.....	133
1.2.3 O anarquismo antiorganizacional italiano e o anarquismo insurrecional.....	138
1.2.4 Individualismo, contracultura e anarquismo.....	147
CAPÍTULO 2 UMA INCURSÃO TEÓRICA E CONCEITUAL SOBRE O ANARQUISMO	151
2.1 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO CONFRONTO POLÍTICO PARA O ESTUDO.....	155
2.2 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DAS INSURGÊNCIAS.....	158
2.2.1 Autonomias.....	162
2.2.2 <i>Anarchist Turn</i> : reforma ou revolução?.....	163
2.2.3 Reforma ou revolução.....	165
2.2.4 Anarquistas e anarquismo.....	166
2.2.5 Anarquia como prefiguração política.....	169
2.2.6 Anarquismo como luta contra dominação.....	175
2.2.7 Poder-sobre, Poder-para e Poder-com.....	184
2.2.8 Um debate Imaginário entre Antônio Gramsci e Camillo Berneri.....	197
2.2.9 Autogestão: novas tecnologias, autonomia e o anarquismo pós-escassez.....	209
2.2.10 Concepção de classe no anarquismo e seu sujeito revolucionário.....	214
2.2.11 Ação Direta e Democracia.....	218
2.2.12 Anarquistas e Autonomistas Hoje.....	221
2.2.13 O novo e o velho anarquismo?.....	223
2.2.14 Nosso problema com os pós-anarquistas:.....	231
2.2.15 Observações finais sobre o anarquismo hoje.....	240

CAPITULO 3 O ANARQUISMO SOCIAL NO BRASIL: A ABORDAGEM TEÓRICA E IDEOLÓGICA DAS ORGANIZAÇÕES ESPECIFICAS ANARQUISTAS DE CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR.....	244
3.1 ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS ANARQUISTAS NO BRASIL.....	246
3.1.1 A teoria e a ideologia das organizações específicas anarquistas.....	250
3.2 ELEMENTOS TEÓRICOS E IDEOLÓGICOS DA ESTRATÉGIA DO ANARQUISMO ESPECIFISTA.....	251
3.2.1 A estratégia especificista de construção do poder popular.....	258
3.2.2 Um partido anarquista: Frentes de trabalho, Círculos Concêntricos e Agrupamentos de tendência.....	264
3.3 FORÇA SOCIAL, PODER E DOMINAÇÃO.....	271
3.3.1 O poder popular.....	274
3.4 A POLÍTICA DE ALIANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES ESPECIFICAS ANARQUISTAS BRASILEIRAS.....	278
3.5 A LEITURA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL DO ANARQUISMO ESPECIFISTA DO TEMPO PRESENTE.....	284
3.6 O PODER POPULAR COMO PROPOSTA DE UMA OUTRA HEGEMONIA.....	288
CAPITULO 4 O ANARQUISMO ESPECIFISTA DOS ANOS 1990 AS REVOLTAS DO VINAGRE DOS ANOS 2013 E 2014.....	296
4.1 A JUVENTUDE E SUA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	297
4.1.1 Anarquismo, contracultura punk e as relações intergeracionais no Brasil.....	299
4.1.2 O anarquismo brasileiro entre 1990 e 1995.....	304
4.2 ANARQUISMO ESPECIFISTA NO BRASIL (1995 – 1999).....	318
4.2.1 A Ação Global dos Povos no Brasil.....	329
4.2.2 O Fórum do anarquismo Organizado (2002-2012).....	337
4.2.3 A Federação Anarquista Cabocla (2001) / Núcleo Anarquista Resistência Cabana e Federação Anarquista Cabana (2012 - hoje).....	342
4.2.4 Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (2002) e Federação Anarquista dos Palmares (2015 - hoje).....	343
4.2.5 Mulheres Resistem! Nunca mais sem nós outras!.....	345
4.2.6 Federação Anarquista do Rio de Janeiro (2003 – hoje).....	350
4.2.7 As críticas da UNIPA ao “ecletismo” do Anarquismo Especificista da CAB.....	356

4.2.8 O anarquismo especificista faz aniversário: a FAG entre os anos de 2004 e 2007.....	363
4.2.9 A Rusga Libertária (2006 – hoje).....	365
4.2.10 Organização Resistência Libertária (2008 - hoje).....	366
4.2.11 Elton Brum Presente! A perseguição do Governo Yeda Crusius a FAG e os mortos no campo.....	368
4.2.12 Organização Anarquista Socialismo Libertário (2010 - hoje).....	372
4.2.13 Coletivo Anarquista Luta de Classes (2010 – Hoje).....	374
4.2.14 Coletivo Anarquista Bandeira Negra (2011-hoje).....	376
4.2.15 Coletivo Popular Mineiro Anarquista (2012 – hoje).....	380
4.2.16 Coletivo Anarquista Núcleo Negro (2012 - 2014)/ Organização Anarquista Maria Iêda (2015- Hoje).....	382
4.2.17 A Federação Anarquista Gaúcha e o fim do ciclo organizativo do FAO.....	384
4.2.18 A Coordenação Anarquista Brasileira (2012).....	393
4.2.19 A Coordenação Anarquista Brasileira e conjuntura antes das Revoltas do Vinagre....	402
4.3 AS REVOLTAS DO VINAGRE DE 2013 E 2014.....	408
4.3.1 Não começou nas Jornadas de Junho de 2013.....	410
4.3.2 Começam as Jornadas de Junho de 2013.....	416
4.3.3 Toda resistência será castigada: até Bakunin foi suspeito.....	430
4.3.4 2014 - Copa sem povo! Vitória de quem?.....	436
4.3.5 O que sobrou das Revoltas do Vinagre: desafiando o coro dos contentes.....	446
4.3.6 O Pós-Revolta do Vinagre.....	451
4.3.7 O que teria restado então das Revoltas do Vinagre?.....	457
4.3.8 O fim de um ciclo de lutas?.....	461
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTUDO: reinventar o anarquismo hoje.....	470
REFERÊNCIAS.....	487

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar criticamente a ideologia anarquista e sua relação com os movimentos sociais e autonomistas no Brasil. Para tanto, nos propusemos a abordar os conceitos de anarquismo, anarquia, autogestão e ação direta; a literatura sobre a história do anarquismo mundial e no Brasil, a experiência de militância anarquista organizada na Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), sua trajetória e o seu itinerário teórico-conceitual em defesa da estratégia do especificismo de construção do poder popular.

Neste estudo entendemos o anarquismo como: “um fenômeno moderno recente, uma resposta à centralização política e econômica impulsionada pela revolução industrial” (AVRICH, 1974, p. 3), que corresponde ao conceito de anarquismo como ideologia de Lucien van der Walt, Michael Schmidt (2009) e Felipe Correa Pedro (2012) que partindo de definições de organizações e militantes anarquistas, o definem como um conjunto de pensamento e ação desenvolvido historicamente no intuito de intervir na realidade para transformar as relações de poder, estabelecer objetivos, leituras das realidades estruturais e conjunturais sobre as relações de dominação e opressão, que permitem traçar táticas e estratégias, com objetivos de combate à dominação e opressão nas esferas da economia, política e cultura. Embora nascida na Europa, a ideologia anarquista se modificou a partir da sua expansão e encontro com outras culturas e por isso se pode dizer que ela não é uma “coisa de europeus”, e sim de frações da classe trabalhadora e categorias do movimento trabalhista que vão se adaptando às conjunturas e culturas de resistências dos povos, sem perder seus elementos comuns como a crítica ao sistema de propriedade privada e a desigualdade, a autoridade compreendida como centralização do poder (Estado/burocracia etc.), seus elementos de ruptura (revolução, insurgências, etc.) e construtivos (ação direta, autogestão, federalismo e internacionalismo)

Segundo Correa (2012) o anarquismo desde o fim do século XIX, investe para colocar suas ideias em prática em formas organizativas distintas, produzindo um conjunto amplo de experiências que envolveram e envolvem pessoas, grupos, organizações, sindicatos, conselhos, comunas, publicações, exércitos, escolas; que juntamente com as mobilizações de distintos tipos, redes, insurreições, atentados e revoluções, a partir de uma práxis, segundo os contextos históricos e das experiências percebidas¹ por seus militantes.

¹ Thompson (1981) define o conceito de experiência histórica e cultural como uma espécie de catalisadores da ação social, desvinculando a superestrutura cultural e a estrutura econômica material. A distinção entre a

O especificismo é uma corrente anarquista latino-americana, associada ao anarquismo social² e ao *sindicalismo de intenção revolucionária* (VAN DER WALT, 2018)³ que nasce com a fundação da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), em conjuntura de correlações de forças em disputa no processo de renovação da ideologia anarquista na metade dos anos 1950, desempenhando a partir daí um relevante papel nas lutas sociais do país rio-platense⁴. No Brasil, o anarquismo especificista chegou na segunda metade dos anos 1990, através contato da FAU com militantes anarquistas do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro e se difundiu para outras regiões do país durante o processo que estamos chamando de reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora.

A reinvenção do anarquismo brasileiro é ao mesmo tempo, uma forma de periodizar, a partir da segunda metade dos anos 1980, as iniciativas da militância anarquista de inserção junto aos movimentos sociais já existentes, organizar setores e categorias das classes oprimidas e exploradas para que criem movimentos sociais e de constituir uma articulação federativa de organizações anarquistas, como também, de indicar a partir dessas iniciativas o debate feito pelos anarquistas sobre os desafios para que o anarquismo retome sua influência política na luta de classes.

A Coordenação Anarquista Brasileira, nosso sujeito de pesquisa, é uma articulação nacional que reúne as organizações anarquistas específicas, partidos de quadros orientados programaticamente, que atuam nos movimentos sociais e organizam setores das classes oprimidas e exploradas, com o objetivo de influenciá-los a partir da sua estratégia de transformação libertária da sociedade em direção ao socialismo libertário.

Atualmente as organizações políticas que compõe a CAB são: a Federação Anarquista Gaúcha (RS), o Coletivo Anarquista Bandeira Negra (SC), o Coletivo Anarquista Luta de Classes (PR), a Organização Anarquista Socialismo Libertário (SP), a Federação Anarquista

experiência vivida e a experiência percebida, sendo a segunda categoria aproxima se daquilo que Marx denominou de consciência social, uma vez que elas resultam das causas materiais.

² O anarquismo social é uma delimitação realizada por estudiosos e militantes anarquistas que abarca diferentes correntes do anarquismo como anarco-coletivismo, comunismo libertário, anarcossindicalismo, socialismo libertário, anarquismo insurrecional que se opõem ao individualismo anarquista. O termo social foi popularizado no Brasil a partir da crítica realizada Murray Bookchin a setores do anarquismo estadunidense por suas posições de incoerência teórica, uma posição apolítica e antiorganizacional, baseados no mito da autonomia do indivíduo apartada da concepção de transformação social.

³ De acordo com o Lucien Van der Walt (2018) refere-se às formas revolucionárias de sindicalismo, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário, como estratégias do anarquismo no movimento de massas.

⁴ A FAU entre os anos 1960 e 1970, atuou intensamente na formação de comitês de solidariedade à Revolução Cubana, dirigiu importantes sindicatos, empenhou forças na formação de uma central sindical fundada em 1964, que levou o nome de CNT, e com suas tendências organizadas no movimento sindical, estudantil, comunitário e seu braço armado o OPR-33 teve um papel importante na luta contra a ditadura uruguaia (RUGAI, 2014).

do Rio de Janeiro (RJ), o Coletivo Mineiro Popular Anarquista (MG), a Rusga Libertária (MT), o Fórum Anarquista Especifista (BA), a Federação Anarquista Palmares (AL), a Organização Resistência Libertária (CE), Organização Anarquista Zabelê (PI), Organização Anarquista Maria Iêda (PE) e a Federação Anarquista Cabana (PA).

O anarquismo no Brasil possui diferentes formas organizacionais, redes de coletivos, organizações flexíveis e grupos de afinidade, formas de atuação de setores de classe social e movimentos sociais e leitura teóricas, táticas e estratégicas. As organizações anarquistas específicas reunidas na CAB, são parte de um setor minoritário do anarquismo brasileiro composto por partidos anarquistas.

Em comum, com outros os partidos anarquistas, a CAB indica que entre os desafios enfrentados pelo anarquismo hoje estão: a rejeição de anarquistas às formas mais rígidas de organização política, à cultura espontaneísta presente no anarquismo e outras correntes anticapitalistas e antiautoritárias; o sectarismo de anarquistas entre si e com organizações políticas de outras matrizes ideológicas; a dimensão liliputiana de número de militantes em relação a outros grupos organizados que atuam nas classes oprimidas e exploradas.

No entanto, anarquismo especificista não se restringe à produção de diagnósticos dos problemas do anarquismo hoje, mais do que isso, de acordo com Adam Weaver (2012) o anarquismo especificista é uma práxis viva com mais de 50 anos de participação e criação de movimentos sociais, e que parte das orientações gerais que norteiam a práxis anarquista e do acúmulo de experiências das classes oprimidas e exploradas latino-americanas que vêm demonstrando ao resto do mundo sua força e criatividade a partir das suas lutas sociais.

De acordo com as organizações específicas a estratégia do especificismo não tem o objetivo de converter todas e todos em anarquistas, mas de adaptar o anarquismo às necessidades e interesses das classes oprimidas e exploradas (FARJ, 2009). Para o especificismo as organizações anarquistas específicas possuem o papel de catalizadoras de um processo de construção das articulações entre as organizações das classes oprimidas e exploradas, para que se constituam como uma força social capaz de fazer a revolução social e o processo de transição para uma sociedade libertária.

A escolha do anarquismo como tema de estudo foi motivada pelo meu envolvimento com a militância autonomista e anarquista nos últimos 20 anos, no movimento estudantil nos primeiros anos de graduação, depois no movimento pela democratização da mídia onde fiz parte do Centro de Mídia Independente (CMI), de rádios livres e atualmente de coletivos de produção de conteúdo sobre os movimentos sociais. Exerço, também, o trabalho de professor na Rede Estadual Catarinense, onde milito de forma independente contra a precarização das

condições de trabalho, o autoritarismo dentro das escolas, e contra as perseguições da Secretaria de Estado da Educação às professoras e professores, que como eu, militam por essas causas e por uma educação pública gratuita, crítica e de qualidade.

Apesar de me identificar politicamente com o anarquismo, o estudo não é pesquisa-militante, ao menos no sentido usual da palavra, tampouco uma tentativa de dar voz aos sujeitos dela. Suas vozes já são bem altas e suas pernas compridas para saltar sobre os pretensos porta-vozes acadêmicos, mas tendo falado isso, qual seria o papel dos/as descontentes na academia?

Acredito, entre outras coisas possíveis de serem realizadas, é o de proporcionar um debate com os militantes para a construção de uma sociedade justa, livre e igualitária; usar o conhecimento socialmente produzido pela academia fazendo que ele circule livremente ao alcance de todos e não só de quem pode pagar. Mas, não só isso, como estudiosos das relações de poder podemos colaborar produzindo conhecimento mais próximo daquilo que é colocado como problema pelos nossos sujeitos de pesquisa, assim como instigar a imaginação sociológica na apresentação de novas questões, conceitos e categorias que sirvam de alavancas de explicação e compreensão das relações sociais.

Sobre a trajetória acadêmica que resultou nesta pesquisa, conto que entre 2003 e 2005, com o meu trabalho de conclusão de curso - *Ações coletivas na Idade Mídia* - um estudo de caso sobre as atividades do Centro de Mídia Independente no Brasil, sob a orientação da professora Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa, buscamos olhar a relação entre os dias de ações globais contra o neoliberalismo e o crescimento da rede do Centro de Mídia Independente no Brasil, umas das principais redes do ativismo autonomista no período.

Nesse estudo foi apontado que no Brasil as ações coletivas da campanha contra o Acordo de Livre Comércio das Américas, as convergências entre coletivos autônomos e movimentos populares, posteriormente a campanha pelo passe livre estudantil, fez com que o CMI se expandisse pelo país, pois ao mesmo tempo, que buscou ampliar o número de coletivos locais fortaleceu a difusão de ideias autonomistas/anarquistas por meio da iniciativa de seus voluntários e voluntárias que eram também militantes em organizações políticas no que veio se chamar movimento antiglobalização.

A longevidade do ativismo do CMI, incomum às experiências de mídia radical alternativa no Brasil, possibilitou um novo estudo em nível de mestrado em que analisamos os desdobramentos da militância dos jovens autonomistas relacionada ao CMI. O estudo foi publicado em 2010 pela Editoria Em Debate com o mesmo título da dissertação: *A rebeldia por trás das lentes - Participação política juvenil no Centro de Mídia Independente no Brasil*.

No trabalho, entre outras coisas, foi constatado o refluxo de algumas organizações fundadas nos anos 2000, as mudanças na militância autonomista e a tendência dos jovens que começaram a militar nos grupos autonomistas/ anarquistas manterem sua participação política ativa quando perdiam sua condição juvenil, além de uma série de problemas relativos à participação em organizações políticas que fazem uso das tecnologias de informação e de comunicação como parte de sua organização e ativismo.

Os dois estudos estão inseridos nos esforços de pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo de Estudos sobre a Juventude Contemporânea (NEJUC/UFSC), de analisar de forma crítica as juventudes, suas sociabilidades e formas de participação política no Brasil e no mundo, e de levar para outros espaços sociais, para além da universidade o conhecimento produzido pelo núcleo.

O projeto de extensão *Juventudes e suas narrativas políticas*, a realização de debates como o evento *1968 – Quatro Décadas*, ambos em 2008, e a organização juntamente com o Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO) e militantes de movimentos sociais do evento *5 anos da Revolta da Catraca – Construir a Memória da Resistência em Florianópolis*, em 2009, e a exibição dos filmes do Festival Latino Americano da Classe Obreira (FELCO) em 2005, são uma pequena amostra do que era desenvolvido no NEJUC com a finalidade de se aproximar das pessoas fora da universidade ou de trazê-las para esse espaço.

Em 2016 iniciei o doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP/UFSC) com o projeto de pesquisa sobre a relação da ideologia anarquista com os movimentos sociais no Brasil contemporâneo, problema que ainda não fora objeto de análise, utilizando para sua execução as ferramentas metodológicas da sociologia política. Diferentemente das outras duas investigações anteriores, nas quais o foco eram as novas gerações; este estudo lançou um olhar mais amplo sobre a militância anarquista brasileira.

Durante o doutorado participei juntamente com outros pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas de conhecimento da elaboração do projeto, organização e da comissão de avaliação dos trabalhos do I Colóquio de Pesquisa e Anarquismo: Perspectivas em Debate, realizado de 6 a 9 de novembro de 2018, na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Estadual de Santa Catarina com o objetivo de “possibilitar uma aproximação de pesquisadoras/es que têm como tema o anarquismo, especialmente em uma perspectiva de história global, ou que partem de teorias ou práticas anarquistas para embasar suas produções acadêmicas”.

Participaram do evento , como conferencistas, pesquisadores que são referências nos estudos sobre o anarquismo no Brasil, sua história, perspectivas e experiências autonomistas nos movimentos populares: como Wallace Moraes (UFRJ), Selmo Nascimento da Silva (Colégio Pedro II/RJ), João Branco (GPEL/FEUSP), Caroline Bordalo (CEFET /RJ), Clayton Perón de Godoy (GPEL/USP), sendo que Felipe Corrêa (ITHA / UNICAMP) e Bruno Lima Rocha (ITHA /UNISINOS), sendo os dois intelectuais orgânicos da corrente anarquista especificista.

Destacam-se também no evento as conferências ministradas pela pesquisadora Luciana Brito (UFSC), por Rodrigo Rosa (UFSC) (que durante seu período como professor substituto no departamento de educação da UFSC, ministrou o curso de Educação Libertária) e ainda a intervenção cênica *Emma Goldman, uma vida libertária*, escrita e interpretada pela atriz Cibele Troyano.

As ciências sociais brasileiras por muito tempo ignoraram e deram pouca relevância ao anarquismo, só recentemente estudos dedicam seus esforços à teoria e história anarquista refutando equívocos que por décadas são reproduzidos nas universidades e escolas. Dessa forma, este trabalho pretende se colocar como um discurso contra-hegemônico sobre o sentido e práticas da militância anarquista

A pesquisa utilizou as recomendações metodológicas da Análise Crítica do Discurso que consideramos adequadas às nossas principais fontes de informações: boletins, jornais, revistas, apostilas de cursos de formação de militantes e programas políticos das organizações anarquistas específicas.

Os textos analisados das organizações anarquistas especificistas, em grande parte, estão disponíveis nos seus sites ou em publicações impressas editadas pelas das organizações anarquistas específicas e editoras anarquistas. Foram utilizadas também as bases de dados dos portais *anarkismo.org* e *ainfos.org*, o jornal anarquista *Libera... amore mio* digitalizado e disponível online na Biblioteca Social Fábio Luz. E ainda jornais de outras organizações anarquistas que fazem parte da *Coleção canto libertário* do acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Campus de Assis), doada à UNESP em 1992, pelo Centro de Cultura Social, na ocasião dirigido por Jaime Cubero e pelo historiador do movimento anarquista, Edgard Rodrigues.

Combinamos a análise dos documentos produzidos pelas organizações com a observação participante, um instrumento auxiliar para uma compreensão das práticas políticas do grupo estudado.

A Análise Crítica do Discurso (ACD), segundo Norman Fairclough (2012), permite ao “pesquisador descrever, compreender e explicar qualquer evento discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”. Para o autor, a vertente da análise crítica do discurso, tem por base a visão de que a semiose (formas de construção de sentidos – imagens, linguagem corporal e a própria língua) são parte irredutível dos processos sociais e materiais.

A atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, valores culturais, consciência e semiose, são elementos da prática sociais diferentes, mas não totalmente separados e distintos, que se relacionam dialeticamente. As publicações das organizações anarquistas específicas, como texto e prática social de acordo com ACD, são representações produzidas em um processo de construção social que inclui a autoconstrução reflexiva, ou seja, uma prática política e ideológica e uma forma particular de ver o mundo. Por isso, levando em consideração, a natureza simbólica dos textos e a opacidade da linguagem⁵ adotamos a posição metodológica da ACD, que sugere que o analista crítico busque nos textos traços e pistas na intenção de tornar visíveis as relações entre a linguagem utilizada e outras práticas sociais.

Nesse mesmo sentido, os textos foram analisados levando em conta a manipulação da linguagem em relação aos públicos que os autores desejavam atingir, contexto das correlações de forças políticas em disputa em que foram escritos, seus objetivos políticos e outras variáveis, como por exemplo, a coerência interna do texto e uso dos conceitos e categorias em sentido particular pelo grupo estudado.

A observação participante é uma técnica qualitativa de investigação, na qual o pesquisador estabelece uma interação tornando-se parte do universo investigado para entendimento do contexto das ações e apreensão dos aspectos simbólicos que o permeiam (LAPASSADE, 2001). Nessa técnica de pesquisa, a tensão entre participação e distanciamento requer do pesquisador a decisão de quanto sua proximidade pode interferir nos resultados da análise.

Devido a nossa proximidade política com universo investigado, a observação foi feita de forma periférica (LAPASSADE, 2001), ou seja, não se deu com incursão em nenhuma das organizações anarquistas específicas, optamos por fazer uma observação durante os seus

⁵ Segundo Iran Ferreira de Melo (2011) a ACD partilha da concepção de que muitas das relações entre a linguagem e as estruturas sociais são opacas, ou seja, pouco visíveis, passam despercebidas pelos indivíduos. Entretanto, os textos apresentam traços e pistas de rotinas sociais que revelam essas relações (FAIRCLOUGH, 2001).

eventos públicos como palestras, eventos culturais e protestos entre os anos de 2015 e 2017, nas cidades de Florianópolis e Joinville.

A apresentação do desenvolvimento do estudo está dividida em quatro capítulos interligados, mas cada um possui um objetivo em relação ao tema anarquismo e o sujeito de pesquisa.

O capítulo I, *O ressurgimento do anarquismo*, tem por objetivo utilizar as contribuições da história geral do anarquismo trazendo para o debate as diferentes formas de fazer política no campo anarquista e a suas respectivas estratégias de transformação social. O eixo da narrativa sobre a história do anarquismo foi construído a partir da teoria das cinco ondas globais do anarquismo de Michael Schmidt (2009) em *Cartography of Revolutionary Anarchism*, uma síntese da metodologia usada no livro *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, escrita por ele e por Lucien Van der Walt (2009).

As contribuições da coletânea de estudos *A história do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária*, organizada por Kauan Willian dos Santos e Rafael Viana da Silva, além de afirmar que a perda de influência política do anarquismo junto à classe trabalhadora⁶ foi gradativa e regionalizada, defende que o sindicalismo revolucionário e não o anarcossindicalismo foi a estratégia em nível de massas utilizada pelos anarquistas brasileiros nas primeiras décadas do século XX. Nesse primeiro capítulo debatemos a movediça corrente anarquista individualista como uma forma de esclarecer nossa posição quanto a essas experiências e a sua relevância para o anarquismo.

No capítulo II, *Uma incursão teórica e conceitual sobre o anarquismo*, apresentamos a relação entre anarquismo e movimentos sociais a partir contribuições político-metodológicas da teoria do confronto político (TARROW, 2009; TILLY; TARROW; MCADAM, 2009) e da sociologia das insurgências (FERREIRA, 2016).

A Teoria do Confronto Político (TCP) segundo Tarrow (2009) define os confrontos políticos como interações coletivas iniciadas quando pessoas exigem algo que afetariam outras pessoas se as exigências fossem atendidas, e têm como um agente do confronto os governos. A tríade, ações coletivas, movimentos sociais e revoluções, são analisadas pela teoria do confronto político a partir das mudanças na estrutura de oportunidades em cinco dimensões: 1) o acesso de novos atores aos meios institucionais, 2) o realinhamento dos atores políticos no sistema, 3) a aparição de aliados, 4) divisão no interior das elites, 5) a perda da

⁶ Rejeitamos o senso comum que o anarquismo foi importante apenas na formação dos primeiros sindicatos e organizações classistas do início do século XX, que tenha praticamente desaparecido após os anos 1930, por sua perda de influência para outras correntes socialistas e reformistas e que tenha se concentrado nas décadas posteriores na manutenção da sua memória e atividades culturais e educativas.

capacidade do Estado reprimir seus dissidentes. E ainda, entre outras contribuições para análise dos movimentos sociais, os autores da TCP analisam os protestos como ciclos, as disputas de repertório no interior nos movimentos sociais, a posição dos agentes constituintes da luta e os agentes das lutas constituídas, as situações revolucionárias e os processos de democratização.

A partir do ciclo global de resistências ao neoliberalismo - como as revoltas nas periferias francesas em 2005, depois na Grécia em 2007 e 2008, Turquia em 2011, Espanha e Chile em 2012, Brasil em 2013, as revoltas indígenas e camponesas no fim do século XX no México (1994), Equador (1999-2000 e 2003-2005) - Andrey Cordeiro Ferreira (2016) define as insurgências não como uma modalidade de ação coletiva (protesto ou manifestação), mas como “um processo político que tende à insurreição e à revolução como resultado” (2016, p.23), mesmo que essas tendências possam ser anuladas pela reação contrainsurgente ou por outros acontecimentos.

A Sociologia das Insurgências aborda a partir dos ciclos de resistência dos movimentos populares, as mudanças dos sistemas políticos e regimes de governo desencadeadas pelos processos insurgentes latino - americanos, apontando neles diferentes formas de autonomia territoriais *no Estado e contra o Estado*, traz importantes considerações acerca do debate reforma ou revolução, ações coletivas e movimentos sociais que compartilham com o anarquismo formas organizacionais e práticas políticas anticapitalistas e antiautoritárias.

Nesse capítulo, a relação entre os conceitos *anarquia* e *anarquismo* é um dos pontos de partida para explicitar as particularidades o anarquismo enquanto uma ideologia revolucionária e os princípios destrutivos e construtivos (LEVAL, 2002) que fundamentam sua prática libertária: ação direta, autogestão, federalismo, classismo, apoio mútuo e internacionalismo. A intenção é desassociar analiticamente a práxis anarquista de outras ideologias anticapitalistas e antiautoritárias, das bolhas sociais baseadas em consumo militante e de ideologias exóticas ao anarquismo, como o anarco-capitalismo.

O capítulo apresenta também o debate imaginário entre Antônio Gramsci e seu compatriota intelectual e militante anarquista Camillo Berneri sobre as particularidades de seus conceitos de hegemonia, assim como o diálogo com as contribuições para o anarquismo de Murray Bookchin, e outros autores, como parte da necessidade esclarecer as formas pelas quais os anarquistas se organizam, o papel das organizações anarquistas no direcionamento das classes oprimidas e exploradas e sobre o transição revolucionária para sociedade libertária.

Ainda nesse capítulo nos utilizamos das contribuições dos estudos que criticam a tendência de estudos acadêmicos e teóricos de se conceituar o anarquismo de forma frouxa. Apontamos a confusão causada pelos autores neoanarquistas e pós-anarquistas que ao criarem a imagem de um novo anarquismo em oposição ao anarquismo trabalhista, atribuem ao anarquismo social ligado aos movimentos sindicais e sociais uma atuação politicamente inexpressiva, sectária e que tende ao desaparecimento, algo que não se comprova empiricamente (VAN DER WALT, 2018).

No capítulo III, nos dedicamos a expor e analisar a partir dos documentos as concepções estratégicas e táticas, as orientações programáticas das organizações anarquistas específicas, a forma que as organizações anarquistas específicas brasileiras estão organizadas, sua política de alianças com outras agremiações políticas e suas formas de inserção social nas classes oprimidas e exploradas.

Os documentos analisados trazem os conceitos que delimitam o que seria o anarquismo e o anarquismo especificista, os conceitos de *poder*, *sistema de dominação e força social*, suas orientações programáticas e formas de militância junto às classes oprimidas e exploradas e as críticas ao que chamam de ideologização. E ainda uma leitura estrutural e conjuntural dos desafios enfrentados pelo anarquismo para exercer influência entre os trabalhadores.

No capítulo IV, nos dedicamos a análise da reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora. A trajetória do anarquismo especificista aponta que o anarquismo brasileiro pós-ditadura militar para exercer influência nos fluxos de ideais e práticas de resistência, organização e cultura política das classes oprimidas e exploradas, se depara com desafios semelhantes aos do anarquismo global em sua luta contra o sistema de dominação estatal-capitalista; mas que possui suas particularidades, tanto no em relação às correlações de forças nos conflitos políticos com as classes dominantes, como também com outras forças políticas sistêmicas que atuam no movimentos sociais e sindical. .

Iniciamos o capítulo destacando as iniciativas de refundação da Confederação Operária Brasileira (COB) criada em 1906, a relação intergeracional entre militantes anarquistas do fim dos anos 1980 e início dos 1990 com a geração de militantes mais experientes como Ideal Peres, Esther Redes e Jaime Cubero e a popularização do anarquismo pela subcultura punk anarquista.

O capítulo percorre a trajetória do anarquismo especificista, entre os anos de 1995 e 2018, desde os primeiros contatos de militantes da Federação Anarquista Uruguaia com militantes brasileiros, descrevendo a formação das organizações específicas anarquistas, suas

atividades e iniciativas de articulação nacional entre organizações anarquistas desde a Construção Anarquista Brasileira até a criação da Coordenação Anarquista Brasileira em 2012.

A nossa intenção foi expor as particularidades da corrente especificista, sua atuação junto aos movimentos sociais e autônomos com a sua estratégia de construção do poder popular, dentro de um quadro de correlações de forças no conflito político entre os setores organizados das classes oprimidas e exploradas e as classes dominantes, que passou por diferentes ciclos de protestos, da resistência à onda neoliberal do movimento antiglobalização a retomada das ruas pelo Movimento Passe Livre, frentes e blocos de luta pelo transporte coletivo, e de inserção social das organizações específicas anarquistas no movimentos estudantil, sindical, comunitário de luta por moradia e pela terra, nos quais os mecanismos de repressão e contenção da luta de classes se diversificaram, nos governos estaduais e federal.

No capítulo também realizamos uma análise das chamadas Revoltas do Vinagre, ciclo de protestos com características insurgentes que se iniciam com a jornadas de Junho de 2013, nos protestos contra o aumento das tarifas de transporte coletivos, gastos públicos e remoções forçadas para obras de infraestrutura para realização dos megaeventos esportivos realizados no Brasil (Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Olimpíadas de 2016) e por melhorias no acesso à educação e saúde e que se estenderam, com menor intensidade, nas cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol durante o ano de 2014, período, que de acordo com Selmo Nascimento, iniciou o maior ciclo de greves desde 1984.

CAPÍTULO 1 O “RESSURGIMENTO” DO ANARQUISMO

Para que o anarquismo tenha ressurgido era necessário que ele houvesse desaparecido, pelo menos em termos de visibilidade. O sociólogo e militante anarquista uruguaio Alfredo Errandonea (2003) conjectura sobre seu “desaparecimento”: O anarquismo emergiu nos séculos XIX e XX, nos países centrais, como um movimento sociopolítico revolucionário e uma corrente intelectual crítica, que conviviam harmonicamente. Ambos representavam uma alternativa crítica ao desenvolvimento da sociedade frente ao capitalismo e sua evolução.

As mudanças do capitalismo, para o autor, fugiram em muito das previsões dos marxistas sobre o desenvolvimento das forças produtivas, crises do capital e a revolução. O proletariado clássico não só estaria condenado a perder seu autoreconhecimento como sujeito revolucionário, como também a ser integrado ao sistema capitalista por meio do consumo e com seus interesses imediatos associados a ele. Isso explicaria, por sua vez, porque o anarquismo foi perdendo sua força de maneira sustentada e progressiva, em especial, no sindicalismo.

Ainda conforme Errandonea (2003), outros fatores fazem parte da perda de sua força como: 1) a rápida evolução da Revolução Russa para um capitalismo de Estado, totalitário e de projeção imperialista que, com a estalinização atingiu diversos países e deu um apoio decisivo a ação dos partidos comunistas do Ocidente, 2) o acesso de setores socialistas, e sua coparticipação nos parlamentos e governos burgueses, com o abandono de seus princípios clássicos e de moderação na ação política, através da social-democracia, 3) o florescimento do nazifascismo na Europa, no tempo que afluíam possibilidades revolucionárias naquele continente, e 4) a derrota dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, em cuja retaguarda se forjava a primeira revolução exitosa de signo libertário.

Após a II Guerra Mundial, a ilusão socialdemocrata e sua proposta de reforma progressista do capitalismo vão durar muito tempo, assinala Errandonea. O capitalismo reordenado no Pós-Guerra se desenvolve ainda com mais força com um processo acelerado do progresso tecnológico em escala global. A força de trabalho conformada com o taylorismo enfrenta uma reestruturação toyotista em um processo de afrouxamento da legislação trabalhista sobre a contratação de trabalhadores que permitem a flexibilização de jornadas e remunerações que minam sua força sindical. O deslocamento da indústria do centro para a periferia e sua respectiva reordenação na divisão internacional do trabalho faz parte desse processo que atinge em cheio as lutas dos trabalhadores. Em linhas gerais, o reformismo

durou muito tempo, e fugiu tanto aos prognósticos, quanto as estratégias daqueles que queriam instalar o socialismo via Estado. Somou-se a isso, a conformação das esquerdas aos ritos da democracia liberal e de exigências por um capitalismo “mais humano”.

O fino verniz que na maior parte das vezes, qualificou o anarquismo como pré-moderno e utópico desconectando-o das concepções e práticas produzidas pelos anarquistas no intenso fluxo de antagonismos das classes subalternas, vai sendo riscado segundo Xavier Diez (2007), pelos estudos que desenterram a história do anarquismo até então submersa em toneladas de esquecimentos, indiferenças e silêncios, cujo conhecimento produzido não é para glorificá-lo e reivindicá-lo ou usá-lo para fins que transcendam a disciplina, mas para tentar conhecer e compreender o seu papel na sociedade convulsionada.

Para ele, as pesquisas sobre o anarquismo nos últimos 30 anos, utilizando diferentes abordagens, têm recuperado essa memória silenciada, demonstrado a anarquia em seu caráter poliédrico e, pouco a pouco, estão destruindo aqueles lugares comuns que associam o anarquismo ao terrorismo ao sindicalismo revolucionário ao irracionalismo ou como diria Hobsbawm (1985), aos rebeldes primitivos.

Os anarquistas são apresentados nesses estudos conforme o historiador espanhol Xavier Diez pelo que eram: pensamentos, obras, culturas, expressões, estratégias e uma longa lista de alternativas globais. E tratando o anarquismo como um pensamento vivo e, por isso, dinâmico, de pessoas que experimentaram formas de sociabilidades contrariando as convenções sociais, agiram em prol da construção de um mundo novo, experimentando suas alternativas à dominação na cultura, na política e economia.

No Brasil, não é diferente, publicações recentes como *A História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária*, organizada por Kauan Willian dos Santos e Rafael Viana da Silva, *Negras Tormentas – O federalismo e Internacionalismo da Comuna de Paris*, de Alexandre Samis. A vasta contribuição de Plínio Augusto Coelho na tradução e editoração dos clássicos do pensamento anarquista e a formação de grupos de estudos e trabalho em eventos acadêmicos de História, Geografia, Educação e Sociologia, são uma pequena mostra do que vem sendo produzido sobre o anarquismo e por anarquistas no meio acadêmico e não acadêmico.

Aliado a isso, intensifica-se nos anos 1990 e 2000 – com a mesma intensidade das insurgências contra o neoliberalismo – o interesse pelo anarquismo desencadeado por movimentações de cunho libertário e autônomo desde os anos 1980, e que aos poucos fez com que toda uma literatura de política radical fosse publicada e republicada, quebrando tanto o

monopólio sobre o que os “outros” diziam sobre o anarquismo quanto o acesso limitado às teorias e filosofia libertária.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo não é apenas traçar uma trajetória histórica com estudos recentes sobre a história geral do anarquismo, mas trazer para o debate as diferentes formas de fazer política no campo anarquista e a suas respectivas tensões em relação às suas estratégias de transformação social.

O eixo da narrativa são as contribuições de Michael Schmidt (2009) em *Cartography of Revolutionary Anarchism* uma síntese da metodologia usada no livro *BlackFlame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, escrita por ele e por Lucien Van der Walt. A escolha foi feita não apenas pela síntese e o livro trazerem uma enorme gama de experiências pouco mencionadas nos estudos sobre o anarquismo no Brasil, mas também pela recorrência com que esses livros e textos aparecem como referências nos documentos como base para formulação teórica e ideológica, presentes em notas, artigos e cursos de formação dos coletivos e organizações anarquistas.

Além disso, inclui-se nessa reconstrução da história do anarquismo a abordagem histórica transnacional, algo que nos permite conectar os momentos de visibilidade das movimentações anarquistas com o fluxo de militantes e ideias pelos territórios, na relação das populações subalternizadas nos Estados nacionais com as diásporas de imigrantes ou exilados anarquistas italianos, russos e espanhóis. A escolha dos estudos que aparecem ao longo da exposição histórica das ondas do anarquismo tem por objetivo sair das versões que tendem reduzir o anarquismo a uma trajetória e narrativa eurocentradas negligenciando as experiências anarquistas de combate ao imperialismo e colonialismo.

Buscamos também dialogar com os estudos de Michael Schimdt e Lucien Van der Walt, criticando a tendência dos autores de afastar o anarco-individualismo da história geral do anarquismo. Ainda que o anarquismo individualista seja um discurso movediço e com uma adesão pequena das classes subalternas se comparado com o anarquismo sindicalista e revolucionário, é pertinente traçar algumas considerações sobre o assunto, não para olhar apenas para o passado, mas para o presente, onde há muitas divergências entre anarquistas a respeito do individualismo e espontaneísmo, em especial, quando se referem às modalidades de ativismo antiautoritário e anticapitalista, mais flexíveis e influenciadas por concepções de autonomia e de liberdade, preconizadas pela contracultura nos anos 1960.

O capítulo não se abstém de trazer outras questões teóricas que servirão de subsídio ao debate nos capítulos posteriores. O olhar desconfiado sobre os ruídos e microfônias em torno dos estudos que abordam os debates internos no campo anarquista busca não cair em alguns

silêncios convenientes dos adversários e nem no espetáculo dos anunciadores das grandes novidades, aos quais, serão traçadas algumas considerações ao longo do corpo da tese.

A ideia de “anunciadores de grandes novidades” é uma referência ao que é chamado de “neo-anarquistas”, autores, alguns deles pós-estruturalistas, que se dedicam a estudar os movimentos sociais nas últimas décadas, apresentando suas características libertárias e as diferenças da nova escola em relação ao que chamam “velha escola do anarquismo”. Diferentemente dos adversários do anarquismo no campo socialista que tendem a reduzir sua história à bombas e pistolas, ou a invisibilizar a importância do anarquismo na luta das classes subalternas, os “anunciadores das grandes novidades” tendem a conceituá-lo de forma frouxa, não nos permitindo visualizar quais as diferenças entre o anarquismo e outros discursos anticapitalistas e antiautoritários, tendendo a agigantá-lo e a criar distinções entre o novo e o velho, sem perceber as continuidades de certas ideias e as limitações e problemas naquilo que consideram “novo”.

1.1 CONTAR UMA OUTRA HISTÓRIA DO ANARQUISMO

Michael Schmidt (2013) aponta como problemas comuns encontrados nas obras consideradas de referência sobre história do anarquismo: o foco quase exclusivo ao eixo da Europa Ocidental e da América do Norte; as narrativas feitas a partir de “grandes homens”; a utilização de conceitos equivocados de “anarquismo” como sinônimo de antiestatismo, antítese do marxismo e de qualquer relação de poder; conceitos de anarquismo a-históricos e/ou anacrônicos; e, ainda, problemas relativos a algumas afirmações, tais como, de que é um discurso incoerente, fundamentado em bases idealistas e espontaneístas. E por fim a concepção de que o anarquismo teve adesão de bases classistas restritas, como os artesãos e camponeses em declínio com a revolução industrial, e que não possuiu impacto popular significativo e praticamente deixou de existir após a Guerra Civil Espanhola, uma experiência excepcional na história da luta de classes.

Os estudos de Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009) se propõem escrever uma história do anarquismo nos cinco continentes conectando os elementos, muitas vezes dispersos, às lutas mais amplas da classe trabalhadora, dando ênfase ao que chamam de ampla tradição anarquista, em especial, ao que nominam *de sindicalismo de intenção revolucionária*.

O anarquismo, para esses autores, é uma ideologia, uma espécie de socialismo libertário que nasce no século XIX, no seio das classes populares submetidas à dominação e à exploração, possuindo elementos morais relevantes e um conjunto de concepções racionais que são meios pelos quais os anarquistas analisam e intervêm na realidade e traçam táticas e estratégias próprias, tal como a ruptura revolucionária, internacionalista, que tem por objetivo a criação de um socialismo autogestionário e federalista, sem capitalismo e sem Estado, e que concilie a liberdade individual e coletiva com a igualdade.

O ato de tratar a prática proletária com relevância está intrinsecamente ligado à concepção de “poder” utilizada. Conforme Schmidt (2013), “a prática proletária lida com a questão do poder, em relação tanto às relações íntimas e interpessoais quanto ao equilíbrio mais amplo de forças na sociedade”. Caracterizando a concepção anarquista de “poder” em oposição à concepção marxista da tomada do Estado e sua adaptação do poder coercitivo, vertical e centralizado aos interesses proletariado. Para o autor os anarquistas defendem em suas ações um contrapoder: “livre, horizontal e federalista, uma contrapotência proletária que distribuiria equitativamente os poderes e responsabilidades de tomada de decisão entre as comunidades liberadas” (SCHMIDT, 2013).

A concepção de *ampla tradição anarquista* no livro enfatiza a questão de classe, porém como advertem os autores, “mas isso não pode ser confundido com um obreirismo [workerism] grosseiro, a classe trabalhadora e o campesinato, os dois grupos, constituem a grande maioria da humanidade e são os únicos com um interesse básico na mudança da sociedade e com o poder de fazer isso” (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009, p. 4). Para os autores “o anarquismo classista algumas vezes chamado de anarquismo revolucionário ou anarquismo comunista, não é um tipo de anarquismo; [...] é o único anarquismo” (VAN DER WALT, SCHMIDT, 2009, p. 22). Contradizendo algumas definições de anarquismo que vêm sendo sustentadas há muito tempo, e não se trataria de uma arbitrariedade ou uma questão de opinião; para os autores os registros históricos demonstram haver um conjunto central de evidências.

O sindicalismo de intenção revolucionária⁷ para eles é uma estratégia anarquista de massas; suas principais correntes são o anarcossindicalismo (explicitamente anarquista), o sindicalismo revolucionário (nas palavras dos autores: que não faz de maneira explícita essa conexão por ignorância ou por uma negação tática de sua ligação com o anarquismo), o deleonismo (sindicalismo revolucionário marxista elaborado teoricamente pelo marxista estadunidense Daniel de Leon), o sindicalismo de base (uma forma de sindicalismo que constrói grupos independentes de base que se envolvem com sindicatos ortodoxos, apesar de serem independentes deles). O sindicalismo não é adversário do anarquismo, e aponta para uma visão em que os meios devem prefigurar os fins e que as lutas diárias podem gerar um contrapoder revolucionário.

O sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo como um conjunto de ideias e práticas políticas possuem diferenças estratégicas e cronológicas sendo que o termo anarcossindicalismo vai ser usado anos mais tarde. Segundo os autores e outros, o sindicalismo revolucionário que tem sua origem nas teses defendidas por Bakunin e os aliancistas na Primeira Internacional, adotadas por anarquistas na Europa e na América, sendo que os princípios que norteiam o sindicalismo revolucionário são apresentados pela CGT francesa, no seu congresso realizado, entre os dias 8 e 13 de outubro de 1906, na cidade de Amiens:

[...] A CGT agrupa, fora de toda escola política, todos os trabalhadores conscientes da luta dirigida pela desapareição do assalariado e do patronato...; O Congresso considera que esta declaração é um reconhecimento da luta de classes que opõe, no terreno econômico, os trabalhadores em revolta contra todas as formas de exploração e de opressão, tanto materiais quanto morais, colocadas em prática pela classe capitalista contra a classe operária; O Congresso reforça, através dos seguintes pontos, tal afirmação teórica: Por obra da reivindicação cotidiana, o sindicalismo procura a coordenação dos esforços obreiros, o aumento do bem-estar dos trabalhadores através da realização de melhorias imediatas, tais como a diminuição das horas de trabalho, o aumento dos salários, etc.; Mas esta tarefa não é senão um flanco da prática do sindicalismo; ele prepara a emancipação integral; que não pode realizar-se senão através da expropriação capitalista; preconiza como meio de ação a greve geral e considera que o sindicato, hoje agrupamento de resistência, será no porvir o agrupamento de produção e de repartição, base da organização social; O Congresso declara que esta dupla tarefa, a cotidiana e a do porvir, decorre da

⁷ O uso do termo sindicalismo de intenção revolucionária segundo Felipe Correa Pedro (2019) tradutor de um capítulo de *Black Flame* (2009) e de artigos de artigos de Lucien Van de Walt esclarece que os termos *syndicalism* e *eunionism* na língua anglo-saxônica servem para designar dois tipos distintos de sindicalismo. O primeiro refere-se às formas revolucionárias de sindicalismo que incluem o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo, que são estratégias de massas da tradição anarquista, não uma nova ideologia. O segundo refere-se tanto ao sindicalismo anterior ao anarquismo, quanto ao sindicalismo reformista, desenvolvido em países como Inglaterra e Estados Unidos e que foi chamado, em algumas ocasiões, de *trade-unionism* ou simplesmente *unionismo*. Nas línguas latinas não há o mesmo rigor e o *trade-unionism* ou apenas *unionismo* acabam sendo sinônimo de sindicalismo tanto revolucionário quanto reformista.

situação de assalariado que pesa sobre a classe operária e que faz com que todos os trabalhadores, sejam quais forem suas opiniões ou tendências políticas e filosóficas, tenham o dever de pertencerem a este agrupamento essencial, que é o sindicato. Como consequência, no que concerne aos indivíduos, o Congresso afirma a total liberdade do afiliado participar, fora do agrupamento corporativo, das formas de luta que bem corresponderem à sua concepção filosófica ou política, reservando-se à solicitar-lhe, em reciprocidade, que não introduza nos sindicatos as opiniões que professa fora deste; No que concerne às organizações, o Congresso decide que a fim de que o sindicalismo atinja seu máximo efeito, a ação econômica deve-se exercer diretamente contra o patronato, as organizações confederadas não devem, enquanto agrupamentos sindicais, lidar com partidos e seitas que, fora dele e ao lado dele, podem perseguir com total liberdade a transformação social. [...] (LSOC, 2014.)⁸

A Carta de Amien que ficou sendo conhecida como um dos marcos do sindicalismo revolucionário não exigia que os sindicatos se filiassem ao anarquismo, as reivindicações econômicas como explica Gaston Leval (2007) seriam um elemento de atração e impulso para luta proletária direcionada para eliminação do Estado, do militarismo e do capitalismo pelas organizações operárias. E nesse sentido, a posição do sindicalismo revolucionário de não se colocar explicitamente vinculado ao anarquismo, nos permite diferenciá-lo do anarcossindicalismo.

Segundo Jacques Toublet (2013) o anarcossindicalismo pode ser compreendido de diversas maneiras conforme a história social dos séculos XIX e XX, em determinadas épocas, por acepções muito distintas. O autor menciona que no interior da CGT francesa o termo anarcossindicalista era usado de forma pejorativa e depreciativa por sindicalistas reformistas para designar os operários que militavam no sindicato, mas que opunham-se a “colonização” por partidos quaisquer que fossem seus direcionamentos ideológicos, entre eles militantes destacados como Fernand Pelloutier, Émile Pouget, Paul Delesalle ou George Yvetor defensores da estratégia apartidária do sindicalismo revolucionário.

O anarcossindicalismo propriamente “puro” para o autor vai além dos Pirineus e pode melhor ser compreendido com um olhar sobre as experiências revolucionárias dos anarquistas espanhóis organizados na Confederação Nacional do Trabalho (CNT), entre os anos de 1910 e 1939, e suas diferenças em relação as estratégias adotadas na GGT francesa. A CNT espanhola segundo Toublet (2013) ainda hoje, reivindica-se “como continuadora da seção espanhola da 1º Internacional de orientação bakuniniana concorrente da facção marxista constituída em grupo separado desde 1872 e tornada um sindicato social-democrata desde 1888” (TOUBLET, 2013), da mesma forma como afirma Schmidt (2013) que os anarquistas

⁸ Liga Sindical Operária Camponesa, novembro de 2014. Disponível em: <https://anarquiabarbarie.wordpress.com/2015/08/04/a-carta-de-amiens-um-marco-para-o-sindicalismo-revolucionario/>. Acesso em: 26 ago. 2018.

defensores da estratégia sindicalista revolucionária reivindicam o legado bakunista da Aliança da Democracia Socialista (ADS), na sua difusão do anarquismo e sua forma de ação anarquista nas organizações de trabalhadores.

Contudo para Toublet (2013), na CNT desde sua origem, a coabitação das diversas tendências do socialismo e do anarquismo numa mesma organização não era uma prioridade, e ainda, enquanto a CGT francesa buscou a unidade entre os trabalhadores desenvolvendo meios de uma articulação das diferenças a partir da condição econômica e não envolvendo seus sindicatos nas polêmicas entre os eleitoralistas e os antieletoralistas. A CNT espanhola declarou-se desde a fundação oposta aos partidos políticos, porque entendia que a superação da exploração dos trabalhadores não se daria através da via parlamentar. Nas suas disposições estatutárias assumia a posição de abstenção para que os integrantes de partidos políticos não pudessem ocupar funções de responsabilidade em suas fileiras.

O autor ainda aponta que a finalidade da CNT era o comunismo libertário, que implicava a destruição do Estado; enquanto a CG.T visava ao “desaparecimento do patronato e do salariado”, deixando aberta a questão da organização pública. (TOUBLET, 2013). Consequentemente, como observa o autor, apontando para outros grandes embates em relação ao duplo trabalho reivindicativo e revolucionário, necessidade da luta cotidiana, independência e autonomia, ação direta até a greve geral, autogestão coletiva pelo sindicato.

As contribuições de Toublet (2013) nos possibilitam visualizar como afirma Michael Schmidt (2013) anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário como estratégias anarquistas no movimento sindical. Porém o debate sobre anarcossindicalismo não se resume a ser explicitamente anarquista, em relação ao sindicalismo revolucionário, o anarcossindicalismo se mostrou muito menos aberto às críticas produzidas tanto por anarquistas como Enrico Malatesta, e por militantes de outras correntes socialistas revolucionárias aos limites do sindicalismo.

Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009) distinguem duas abordagens estratégicas dentro da ampla tradição anarquista, o “anarquismo insurrecionalista” e o “anarquismo de massas”, sendo que o que os diferencia não é violência como tal, mas o lugar que a violência ocupa na estratégia: o insurrecionalismo. A propaganda levada a cabo por anarquistas conscientes é vista como um meio de gerar movimentos de massa; para maior parte do “anarquismo de massa”, a violência funciona como um meio de autodefesa de movimentos de massa já existentes, expressando a posição de que é necessário construir um movimento popular revolucionário, sendo que o sindicalismo de intenção revolucionária é uma poderosa expressão do anarquismo de massas.

A perspectiva histórica utilizada neste capítulo segue a proposta por Schmidt (2013) em *Cartography of Revolutionary Anarchism*, onde o historiador se contrapõe a uma história de participação episódica de anarquistas que tiveram uma significativa influência e importância no desenvolvimento do sindicalismo de intenção revolucionária e anarquismo, colocando no seu lugar uma história global do anarquismo durante as mais de 15 décadas de sua existência em cinco ondas que abarcam do “[...] tecido complexo, [...] as tramas das atividades e culturas da classe trabalhadora” e os “fluxos e refluxos dos movimentos globais de pessoas, capital e ideias” (SCHMIDT, 2013).

Adota-se, aqui, o recorte temporal das cinco ondas, apresentando algumas passagens de *Black Flame* e suprimindo outras, por uma questão de economia de tempo e para não abusar da paciência de quem irá ler. Além disso, as contribuições de outras referências sobre a história do anarquismo são utilizadas por considerarmos relevantes para compreensão desse estudo sobre o anarquismo no Brasil e no mundo.

1.1.1 A primeira onda do anarquismo (1868-1894)

O período da primeira onda segundo Michael Schmidt (2009) é caracterizado pelo surgimento e ascensão do anarquismo de forma transnacional. Impulsionado na Europa pela ADS e que se difunde pelas Américas por meio da circulação da imprensa e militantes anarquistas. Para ele e outros estudiosos que veremos mais adiante, o anarquismo é uma resposta das classes subalternas às contradições da fase de expansão do capitalismo moderno, ao Estado, mas também, às insuficiências do autoritarismo e do reformismo – tanto do republicanismo radical, quanto do socialismo marxista –, e como um corretivo organizado e de massa, contrário ao aventureirismo de vanguarda do terrorismo populista narodnik.

Schmidt (2009) destaca o papel da ADS na I Internacional e na difusão do anarquismo na Itália, em Portugal e na Suíça; a participação dos militantes da ADS na Comuna de Lyon e no Levante de Marselha, ambos em 1870 e, apesar do menor número, na Comuna de Paris em 1871; e a repressão estatal que se seguiu e arrasou o proletariado francês que ingressou no insurrecionalismo. A realização da Conferência da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em Londres, em 1871, culminaria com a cisão entre federalistas e centralistas no congresso do ano seguinte realizado em Haia, na Holanda. A decisão dos centralistas, com maior influência nas seções da Alemanha e da Inglaterra, de transferir

Conselho Geral para Londres e depois para Nova Iorque , levou à dissolução da AIT durante o seu VI Congresso realizado na Filadélfia em 1876⁹.

Os federalistas com influência nas seções da AIT da Espanha, Itália, Bélgica, Suíça, França e dos Estados Unidos haviam se reunido ainda em 1872, na cidade de Saint-Imier na Suíça, fundando a Internacional Antiautoritária, dando continuidade a ela até 1877, quando foi dissolvida, após a realização de quatro congressos , o primeiro em Genebra de 1 a 6 de setembro de 1873, o segundo e terceiro respectivamente em Bruxelas de 7 a 13 de setembro de 1874, em Berna de 26 a 30 de outubro de 1876.

Ainda sobre esse período, Schmidt (2013) chama a atenção para a Comuna de Paris de 1871, “uma dramática e inovadora insurreição popular de dois meses”, com a participação de blanquistas, proudhonianos e outros. Embora não tendo sido uma experiência anarquista, sua característica saliente, o controle operário da cidade, foi antecipada pelas revoltas bakunistas anteriores em Lyon (1870) e Marselha (1870). A queda de Paris e a repressão, vitimaram mais de 20.000 *communards* e resultou na ruptura da primeira onda, mantida pela força dos sindicatos até 1877. Após a repressão na França, ocorre a migração de muitos *communards* que irão se estabelecer na Bélgica, Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Estados Unidos e Quebec, onde vão influenciar na formação de muitas organizações da classe trabalhadora, várias delas voltadas para o anarquismo/sindicalismo.

Entre os eventos da primeira onda destacam-se: a experiência dos anarquistas espanhóis com a Federação Regional dos Trabalhadores (FORE), de orientação anarcossindicalista com 60.000 pessoas em sua base , que organizou suas próprias “comunas” nas cidades de Granada, Sevilha, Málaga, Alcoy e San Lucar de Barramed e cooperou em comunas de Valência, durante a Revolta Cantonalista de 1873-1874; o emprego de estratégias e táticas insurrecionistas testadas por levantes anarquistas armados contra o recém-consolidado Estado italiano em 1874 e 1877; e a formação de organizações internacionalistas como o Grande Círculo Mexicano dos Trabalhadores (CGOM), representando a maioria dos trabalhadores organizados no México, em 1880, e a Central Labor Union (CLU) em Chicago.

⁹ Estamos aqui endossando as teses defendidas pelos autores e por outros (BRETHIER, 2015; CORREA, 2012) que a cisão não foi resultado de uma tentativa dos anarquistas de conspirar ou tomar o controle da AIT e nem de uma simples divisão entre centralistas e federalistas como supõe o campo marxista. A cisão foi motivada pela tentativa de se impor um programa a Internacional baseado na constituição da classe em partido e a busca do controle do poder político durante o congresso realizado provisoriamente em Londres e definitivamente em Haia e não da unidade em torno da luta econômica imediata. A tentativa de impor o programa contrariou a maioria das seções da Internacional e seus protestos em relação ao Conselho Geral; a resolução do Conselho Geral de expulsar automaticamente quem discordasse das suas resoluções culminou com a expulsão da maioria das seções da AIT e de seus membros.

Benedict Anderson (2014) relata a importante participação anarquista na luta de libertação nacional de Cuba e Filipinas. Em Cuba o anarquismo se consolidou entre 1883 e 1885, com a fundação da Junta Central de Artesanos (JCA) e do Círculo de Trabajadores de La Habana (CTH); com a publicação de periódicos com *El Obrero* e *El Productor*, e com a organização anarquista Alianza Obrera, influenciada pela ADS. Em 1890, com a reativação da CHT com o nome de Sociedad General de Trabajadores os anarquistas participaram ativamente da luta anticolonial pela independência do país.

Nas Filipinas o entrelaçamento entre o internacionalismo e a luta anticolonial na primeira onda é destacado por Anderson (2014) por meio da trajetória de dois dos maiores disseminadores das ideais anarquistas nas ilhas, o escritor político José Rizal e o escritor e sindicalista Isabelo de los Reyes. Conforme o autor, Reyes foi preso em Manila após as insurreições de 1896, e depois deportado para a Espanha onde foi encarcerado juntamente com anarquistas Catalães, em Barcelona, onde conheceu e fez amizade com o anarquista Ramon Sempau.

Segundo Anderson, em 1901 Reyes retorna para Manila agora sob domínio norte-americano trazendo consigo livros de Proudhon, Marx, Kropotkin e Malatesta. Passado um ano em Manila, Reyes consegue junto aos trabalhadores gráficos organizar greves vitoriosas e a criação da Union Obrera Democrática (UOD). A UOD foi primeira federação sindicalista moderna do país, adotando em seus princípios os livros “Vida e Obra de Karl Marx” de Friedrich Engels e “Entre Camponeses” de de Errico Malatesta. No seu auge a UOD chegou a somar 150 sindicatos filiados, com mais ou menos 150.000 membros em oito províncias, sua dissolução está ligada à prisão de Reyes, a eleição de uma liderança nacionalista que também viria ser presa e pela estratégia do governo norte-americano de trazer para as ilhas militantes da Federação Americana do Trabalho (AFL), não hostis ao domínio colonial que fundam a Unión del Trabajo de Filipinas nos moldes do unificacionismo americano.

No México, destacam-se os levantes camponeses entre os anos de 1869 e 1878, a participação anarquista nos sindicatos na década de 1910 e, posteriormente, no pico revolucionário nos anos 1915 e 1916. Na Espanha, o anarquismo é importante nas forças sociais de transformação desde década de 1860, e nos anos de 1930, durante a Guerra Civil Espanhola, desenhou uma das mais importantes experiências revolucionárias do século XX. Os outros dois países citados são o Uruguai e os Estados Unidos, locais onde o anarquismo teve presença minoritária, mas importante, no movimento operário dessa primeira onda.

Schmidt (2013) traz um pequeno debate sobre o Programa e objetivo da Organização Revolucionária Secreta da Irmandade Internacional, escrito por Bakunin em 1868. Nesse

escrito, o revolucionário russo estabeleceu as bases políticas da Irmandade Internacional fundada no mesmo ano, ele reflete a sua rejeição à alternativa estatal à revolução social em meio a tensão entre anarquistas e marxistas decorrentes da I Internacional.

Conforme o autor:

Depois de soletrar os princípios da revolução anarquista, o Programa passou a abordar questões organizacionais após a dissolução do Estado-nação e suas forças armadas, burocracia, tribunais, clero e propriedade privada. Antecipar a substituição anarcossindicalista do Estado por uma administração descentralizada de produção e consumo material, o Programa dizia que todas as propriedades da igreja e do Estado seriam colocadas à disposição da “Aliança federada de todas as associações trabalhistas, que a Aliança constituiria a Comuna”. Um “Conselho Comunitário Revolucionário” baseado em uma “federação de barricadas permanentes”. De delegados ordenados, responsáveis e revogáveis de cada barricada defensiva, “escolheriam comitês executivos separados entre seus membros para cada ramo da administração revolucionária da Comuna”. Esse governo seria, de acordo com os princípios anarquistas, de serviços públicos, não de pessoas. Seria espalhado por propagandistas revolucionários em todas as antigas fronteiras estatistas, a fim de construir “a aliança da revolução mundial contra todos os reacionários combinados”. Cujas organização “impede qualquer noção de ditadura e autoridade de liderança supervisora. (SCHMIDT, 2013)¹⁰.

O Programa, para o autor, também definiu o papel da organização anarquista revolucionária como uma intermediária facilitadora da revolução social de massa, que age submersa na luta social, mas de forma distinta, buscando influenciar seus rumos, algo que é reforçado também no Programa da Sociedade Revolucionária Internacional, publicado em 1865, documento em que Bakunin descreve com exatidão os procedimentos e dinâmicas da organização e um tipo de disciplina aos quais seus membros devem seguir.

Sobre o programa da irmandade secreta, que ainda serve de pretexto para atribuir a Bakunin um caráter autoritário, Schimidt (2013) afirma que se deve reconhecer que os contextos repressivos exigem sigilo. Em ambos os textos a disciplina que Bakunin propõe corresponde à autodisciplina para cumprir livremente os compromissos comumente acordados. A proposta bakunista teve como resultado prático ajudar a gerar as primeiras organizações revolucionárias anarquistas, baseadas na massa, entre a classe trabalhadora, e seu ponto mais importante foi estabelecer o papel das organizações anarquistas nas 15 décadas posteriores.

¹⁰ SCHMIDT, Michael. **Cartography of Revolutionary Anarchism**. Oakland: AK Press, 2013. Disponível em: https://anarchyinaction.org/index.php?title=Cartography_of_Revolutionary_Anarchism . Acesso: 12 ago. 2018.

Conforme vários autores (CORREA, 2018; GODOY, 2018, 2013; CORREA; PEREIRA, 2018), o anarquismo chega na América Latina por meio da circulação de militantes imigrados e pela imprensa anarquista, que não serviu apenas como agente mediador dos fluxos de informação regional, nacional e transnacional, mas também, como uma rede de núcleos aglutinadores de militantes.

Entre os anos de 1870 e 1914, segundo Godoy (2018), o movimento anarquista constituiu-se como uma relativa novidade no cenário europeu, assim como todos os movimentos sociais autônomos baseados em clivagens classistas, sendo que na primeira década do século XX já havia se difundido praticamente por toda parte do globo (Américas, Ásia e África), principalmente nos centros urbanos mais dinâmicos e industrializados de cada país e nas zonas rurais, nas localidades que apresentavam algum grau de desenvolvimento capitalista.

A difusão do anarquismo para o continente americano, segundo o autor, ocorre em grande medida por uma verdadeira diáspora de militantes, em decorrência das medidas repressivas executadas pelos Estados europeus em nível doméstico. A grande onda migratória entre os anos 1870 e 1920 foi um dos elementos facilitadores para que os militantes perseguidos em seus países de origem pudessem deles sair, posteriormente, em decorrência da continuidade de sua militância nos países destino irão sofrer novas perseguições.

Os militantes anarquistas, no final do século XIX e na primeira década do século XX, como explica Godoy (2018), ao invés de disputarem liderança organizacional investiram na criação e manutenção de relações densas entre si, proporcionadas e potencializadas pelas melhorias tecnológicas que facilitaram a circulação de informações, uma maior mobilidade de militantes e uma economia de recursos decorrentes do barateamento relativo dos valores das passagens de trens, navios, prensas, tipógrafos, tarifas postais etc. Nesse contexto faziam parte das redes de ativismo anarquista os grupos de afinidade, os centros sociais, os sindicatos de orientação sindicalista revolucionária e anarcossindicalista, os grupos de propaganda e, principalmente, os periódicos (jornais e revistas) e indivíduos.

Sobre os jornais anarquistas Godoy (2018) afirma que sua função extrapolava, e muito, a de propaganda. O autor afirma – com base nos estudos de Davide Turcato (2019) -, que aponta que os periódicos eram verdadeiros comitês de correspondência e centros de discussão internacional, e que não eram raros os casos de periódicos produzidos em uma localidade terem distribuição e circulação em outros países. Além disso, diferentes padrões de divisão do trabalho – no movimento e de integração ao movimento – permitiam o seu acionamento por meio das redes. Os fluxos de militantes e de recursos tinham por

objetivos: subsidiar os *tours* de militantes de propaganda, o apoio a presos políticos e suas respectivas famílias ou a manutenção de campanhas permanentes, como as campanhas antimilitaristas, pelo abstencionismo eleitoral, etc.

Em síntese, Godoy (2018) defende que os desempenhos dos mediadores (*brokers*) fossem eles “cosmopolitas enraizados” ou “ativistas diaspóricos”, parece ter sido o fator de maior importância na difusão transatlântica do anarquismo, auxiliados pelas interações em rede inter-organizacionais de circulação de práticas e modelos de organização e pela produção, circulação e teorização, em escala internacional, efetivada por periódicos produzidos pelo próprio movimento.

O termo mediadores em Godoy (2018), refere-se à definição de mediação de Sidney Tarrow, um mecanismo relacional indireto que supõe a presença de um terceiro ator, que funciona como um “eu” de ligação entre dois atores que não estão diretamente conectados. Por estar conectado a esses dois atores, o mediador (*broker*) tem um papel-chave na manutenção dos canais de comunicação de quadros interpretativos, modelos organizacionais e formas de ação entre lugares e atores que, de outra forma, não estariam interligados.

O termo “cosmopolitas enraizados” se refere a indivíduos e grupos que mobilizam recursos e oportunidades nacionais e internacionais para promover reivindicações em nome dos atores, contra adversários externos ou em favor de objetivos que têm em comum aliados internacionais. E o “ativismo diaspórico” caracteriza-se tanto por uma militância marcada pela dispersão, quanto pela ação de forma simultânea nos mesmos lugares. Ainda que mantenha uma memória privilegiada sobre o lugar de origem e um território compartilhado, ela não é pautada, necessariamente, pela territorialidade do Estado Nação ou de uma região do mundo, e sim por um projeto político e social específico imbuído de várias territorialidades e múltiplas espacialidades.

Segundo Godoy (2018), as trajetórias de Enrico Malatesta, Pietro Gori¹¹, Felice Venazzi e Oreste Ristori¹², indicam a atuação de militantes diaspóricos, enquanto as trajetórias

¹¹ Pietro Gori (1865 – 1911) foi um anarquista italiano nascido em Messina, filho de toscanos. Advogado de profissão, que defendeu membros do movimento anarquista em diversas ocasiões. Atuou na Itália, Argentina e Estados Unidos. Além da sua atividade política, é conhecido também como compositor de peças de teatro e algumas das mais famosas canções anarquistas do fim do século XIX, entre as quais *Addio a Lugano* (Adeus a Lugano), *Stornelli d’esilio* (Versos do Exílio) e *La ballata di Sante Caserio* (A Balada de Sante Caserio). Pietro Gori. disponível em: <https://www.anarquista.net/pietro-gori/>. Acesso em: 21ago.2019.

¹² Oreste Ristori (San Miniato, 1874 – Florença, 1943) foi um jornalista e militante anarquista individualista e anarco-comunista italiano. Imigrou para o Brasil em 1904 onde editou a revista libertária **La Battaglia**, militou arduamente contra a exploração dos imigrantes italianos nas fazendas de café, realizando uma intensa campanha contra imigração para o Brasil. Se empenhou na criação de escolas libertárias seguindo o modelo proposto por Francisco Ferrer para os filhos de camponeses e operários. Desde de sua chegada ao Brasil passou a ser sistematicamente perseguido pelo governo, até finalmente ser expulso pela ditadura de Getúlio Vargas em 1936 retornando à Itália. Disponível em: <https://www.anarquista.net/oreste-ristori/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

de Fortunato Serontoni e Firmino Gallo são representativas da atuação de militantes cosmopolitas enraizados. Em comum, nelas se percebe o papel dos mediadores como criadores de laços entre localidades até então desconectadas ou a reativação ou adensamento de conexões prévias. As constantes mudanças desses mediadores no continente americano relativizam uma leitura unilateralmente eurocêntrica, na medida em que os identifica como responsáveis pelas conexões entre localidades sul-americanas e norte-americanas, e essas localidades (Paterson, São Paulo e Buenos Aires) como pontos nodais de onde se difundia o anarquismo para além das fronteiras.

Outro elemento do debate trazido por Godoy (2018) vem dos estudos de Davide Turcato sobre os militantes anarquistas de origem italiana em diversas localidades do globo, no qual se identifica um transnacionalismo linguístico. Sem se ater ao volume dos dados sobre a população de imigrantes italianos nas localidades de Paterson, nos Estados Unidos, Buenos Aires, na Argentina, e São Paulo, no Brasil, enfatiza-se outro dado: as três localidades concentravam 22% da totalidade dos periódicos em língua italiana, sendo que dois desses jornais tinham alcance global, o *La questione sociale* e *L'Avvenire*, mesmo não sendo produzidos em território italiano e, sim, respectivamente, em Buenos Aires e São Paulo.

Nesse sentido, Godoy (2018) sublinha que em cada uma dessas localidades os circuitos formados pelas vinculações etnolinguísticas não se constituíram como comunidades ensimesmadas e apartadas entre si. Conforme o autor, a cidade de Paterson, nos Estados Unidos, foi um dos principais centros mundiais de difusão do anarquismo contando com a participação de emigrados italianos da região de Piemonte e militantes franceses e alemães, sendo que a maioria dos imigrantes se tornou anarquista somente pós-emigração, ou seja, a partir da experiência de vida como trabalhadores na condição de estrangeiros.

Ainda em conformidade com Godoy (2018), a profusa composição do movimento anarquista na localidade de Paterson inclinou a militância anarquista local, desde cedo, para a organização do movimento operário – sobretudo com a criação das ligas de resistência e a participação na construção da *Industrial Workers of the World* (IWW, em Inglês) – e também para experiências com o anarquismo insurrecionário, ao longo dos anos 1890. Os jornais editados em Paterson eram difundidos e circulavam em Buenos Aires. Por sua vez, Buenos Aires seguiu como um centro de referência adepto das duas estratégias: na de organização de massa com a criação da *Federación obrera argentina* (FORA), a criação de centros de cultura social e organizações sindicais iniciadas com a atuação de Malatesta e Héctor Mattei, em 1880, e depois com a atuação de José Prat, na virada do século XIX para o século XX. No

caso do anarquismo insurrecional, além do periódico *El Perseguido*, com uma duração de uma década, ainda se tinha os grupos de afinidade, defensores da propaganda pelos fatos.

Sobre o anarquismo na América Latina Felipe Correa Pedro (2018), adotando a proposta de Rama (1967) que a divide a América Latina em dois grandes grupos influência da AIT na inserção do anarquismo no países do continente: os dos países que viviam como colônia e dos países independentes, afirma que os contatos dentro do primeiro grupo foram facilitados pela circulação de pessoas e propaganda entre metrópole e colônia e nos países independentes o anarquismo estabeleceu laços tardios, porém com maior enraizamento local.

Nos países que eram colônias o autor destaca a fundação da seção da AIT na Martinica, em 1865, e outra em Guadalupe, em 1867, ambas colônias francesas no Caribe. Na literatura histórica produzida por militantes, existem menções de um núcleo em Porto Rico, e em Cuba a colônia espanhola teve a presença de exilados *communards* e a influência do pensamento proudhoniano. Contudo, conforme o relato de um militante espanhol, de 1873, a Federação Regional Espanhola filiada à Internacional, não contava com informações sobre as seções em Cuba. A ilha caribenha contou, também, com a presença determinante de bakunistas espanhóis em contatos estabelecidos desde 1860 e – por sua presença na organização e atividades de propaganda em articulação com tabaqueiros cubanos – foi a partir da fundação da Federação de Trabalhadores da Região Espanhola (FTRE) que a relação entre os trabalhadores espanhóis e cubanos deu um passo definitivo para que eles se organizassem (CORREA, 2018).

Dentro do segundo grupo estão, segundo Correa, os países em que imigração se deu mais cedo, como Argentina e Uruguai. Países em uma situação intermediária, como o México, no fim dos anos 1860, países nos quais se pode identificar a existência de contatos com AIT, como o caso do Brasil e Chile, e países que não tiveram nenhuma relação com a Internacional. Existe ao mesmo tempo, como explica o autor, traços de continuidade e rupturas, similaridades e particularidades em relação à presença da AIT nesses países, não se entrará em pormenores neste trabalho, mas, sinteticamente, pode-se dizer que na Argentina e no Uruguai os contatos foram estabelecidos na mesma época, por volta de 1870. A diferença é que na Argentina as polêmicas entre centralistas e federalistas se davam como acontecia na Europa: o centralismo era preponderante e os centralistas marxistas ou blanquistas eram a maioria. No Uruguai a hegemonia foi federalista, influenciada pelo pensamento proudhoniano e bakunista.

No México, a trajetória da AIT já era discutida pelos dirigentes populares mexicanos, e em 1869 já existiam folhetos circulando do Congresso da AIT em Genebra. Também há

evidências de que La Social era tratada como a seção da Internacional em 1872, e que foi somente após uma rearticulação, em 1876, que foi oficializada como uma seção da Internacional Antiautoritária. No Chile e no Brasil não existiram experiências duradouras ou uma significativa influência da AIT nas décadas de 1870 e 1880, terão apenas um movimento sindicalista revolucionário e anarquista mais tardio do que os outros países mencionados e com influências distintas (CORREA, 2018).

O anarquismo chega ao Brasil tardiamente entre o fim do século XIX e o início do século XX, se comparado a outros países da América Latina. Segundo Correa (2018) e em distintos autores, as causas são, dentre outros fatores, o contexto social da segunda metade do século XIX, profundamente marcado pelo sistema escravocrata, pelo Império e pela falta de uma articulação mais duradoura da militância brasileira com a Internacional, prejudicada em função de diferenças linguísticas e culturais (CORREA, 2018).

O anarquismo brasileiro é fortemente impactado pelo anarquismo europeu em função dos imigrantes, pelas trocas de cartas e publicações e, tal como em outros países, pelo envolvimento de trabalhadores e trabalhadoras locais. Muitos deles tinham tido experiências prévias, desde greves e revoltas populares – algumas ainda no período da escravidão –, até colônias agrícolas experimentais e produções artísticas culturais (CORREA, 2018).

Ainda conforme Correa (2018) e Correa Pereira (2018), a principal estratégia anarquista na Primeira República foi o sindicalismo revolucionário. Contudo, diferentemente de outros países do continente – majoritariamente, com referências espanholas –, o sindicalismo revolucionário brasileiro tinha como influência o modelo da CGT francesa, que havia penetrado em Portugal e outros países, entre 1895 e a Primeira Guerra Mundial e, ainda que menor, uma influência do anarcossindicalismo da FORA. Também existiram influências do Brasil para a Europa, através de imigrantes que se formaram anarquistas no Brasil, retornara para seus países de origem e exerceram um papel importante na organização dos seus territórios nacionais, um dos exemplos é o anarquista português Neno Vasco.

Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009), Correa (2018) Correa Pereira (2018) e outros, defendem que o sindicalismo revolucionário surge na Primeira Internacional, a partir da proposta de Bakunin e dos membros da Aliança da Democracia Socialista, no contexto do Congresso da Basileia, que defendia uma unidade econômica do proletariado e não concordavam com a proposta da “corrente alemã que pretendia uma orientação mais política e partidária para Internacional” (CORREA PEREIRA, 2018, p. 101).

As propostas da ADS se espalharam pela Espanha, Bélgica e Suíça. Após a morte de Bakunin, os anarquistas defensores dessa tese participaram dos Congressos de Bruxelas

(1874), Berna (1876), Verviers (1877). Contudo, a primeira organização política que adotou o sindicalismo revolucionário foi a CGT francesa, que fez conhecer os seus princípios em um congresso, em 1906, por meio do que ficou conhecida como Carta de Amiens. Sinteticamente, o sindicalismo revolucionário caracteriza-se pela ênfase na luta em prol de uma sociedade sem classes gerida pelas organizações operárias, independentemente do partido político, das reivindicações de caráter econômico, do antimilitarismo, do internacionalismo e da eliminação do capitalismo e do Estado em qualquer das formas que ele assuma. Durante os congressos, desde a ADS a CGT, foram aprovadas como formas de luta a greve geral revolucionária, greves internacionais, e os boicotes e as sabotagens.

1.1.2 A segunda onda do anarquismo no Brasil (1895-1923)

A segunda onda (1895-1923) define o período que abrange as revoluções no México (1910), Rússia (1917) e Ucrânia (1918-1921), e a consolidação do sindicalismo e do anarquismo em tempos de guerra e reação. O anarquismo continua a se desenvolver na Europa, nas Américas, e a se fortalecer na África, e surgindo na Ásia e na Oceania. Passando a destacar-se na América do Sul com a formação da Federación Obrera, no Brasil, com a fundação da Confederação Operária Brasileira, em 1908, com a greve geral de 1917 e com uma insurreição em 1918 que marca a hegemonia anarquista no movimento operário brasileiro; na formação da Federación Obrera Regional Uruguay (FORU), no Chile, com a fundação da Federación Obrera Regional Chilena (FORCh), e, ainda, na Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela, além de experiências no campo da educação, como a Escola Germinal, a Universidade Popular no Brasil e Universidade Popular Manuel Gonzáles Prada, no Peru.

No Brasil, conforme Correa Pereira (2018), entre os anos de 1898 e 1906 o movimento operário dava seus primeiros passos, formado basicamente por trabalhadores urbanos, pequenos comerciantes, artesãos e pelo funcionalismo público, correspondia a uma pequena parcela da população, da qual a grande maioria da força de trabalho estava no campo marcado pelo coronelismo. Entretanto, segundo autor, é equivocado acreditar que não havia disputas internas no movimento trabalhista. No período da virada do século, o movimento operário começa a esboçar uma guinada mais à esquerda, incluindo as concepções sociais democratas e os anarquistas e a presença, também, do reformismo, originado do positivismo e

do darwinismo.

Segundo Alexandre Samis (2004), em função do crescimento industrial, em especial, do Rio de Janeiro¹³ e da Proclamação da República, o cenário passa a se modificar em 1904. A classe empresarial com o objetivo de coordenar o desenvolvimento por um viés nacionalista cria o Centro Industrial do Brasil, o setor de serviços crescia na capital do país, e com ele as associações anônimas e juntas comerciais. Apesar da propaganda republicana de que iria acabar com a dependência e atavismo do Império, o que se viu foi que a industrialização herdara da monarquia as mesmas negligências e exploração do passado que atingiam o operário, e uma infraestrutura da cidade acanhada em relação ao desenvolvimento dos projetos da modernidade republicana. Conforme o autor, a submissão a uma nova condição de exploração e ao Estado republicano dominado por um liberalismo oligárquico faz com que os trabalhadores passem a gestar tentativas de se organizar em núcleos de resistência já no fim do século XIX. O Centro Operário Radical foi uma dessas entidades, de onde surgiram “partidos operários” e iniciativas de resistência no campo sindical. Outra entidade que gozava de prestígio no Rio de Janeiro era o Centro das Classes Operárias, dirigido pelos reformistas “trabalhistas”.

No ano de 1903, surgiria a Federação das Associações de Classe (FAC), seguindo o modelo da CGT francesa e no ano seguinte a Federação das Associações de Classe, após a visita de delegados argentinos da FORA e da campanha de solidariedade aos trabalhadores russos, em 1905. A FAC passou a divulgar ainda mais o seu caráter sindicalista revolucionário e sua inclinação internacionalista, outro elemento distintivo de seu comportamento em oposição aos “trabalhistas”, muitas vezes signatários do nacionalismo jacobino. Em São Paulo, nesse mesmo ano, os sapateiros, padeiros, marceneiros e chapeleiros fundavam a Federação Operária de São Paulo (FOSP).

Nos anos de 1903 e 1904, uma onda de greves, algumas de caráter mais reformista, outras anarquistas, e no contexto da Revolta da Vacina, dão ascensão ao movimento operário revolucionário para que os anarquistas organizem o I Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1906. Participaram do congresso “43 delegados de várias partes do Brasil, representando 28 organizações operárias, a maioria ligadas a ramos industriais, e outras como estivadores, ferroviários, trabalhadores em trapiches e café, integrantes do setor de serviços” (SAMIS, 2004, p. 7), ainda que tivesse posições reformistas como as que seguiam nos

¹³ Conforme Samis (2004), Rio de Janeiro, Capital do Império e centro exportador, contava, em 1872, com 274.972 habitantes, em 1890, na vigência da República, já passava de 522.000 habitantes, em 1906, cresceria para 811.443, contando 83.243 trabalhadores concentrados na indústria, em contraste com 66.062 postos ocupados no comércio e 14.214 nos transportes. Em 1907, o Rio concentrava cerca de 30% das indústrias de todo o país, e São Paulo ficava com a proporção de 16% das empresas, tomando-se o mesmo parâmetro.

períodos anteriores, a adoção da organização sindicalista revolucionária e suas estratégias foram aprovadas.

Samis (2004) elucida que a adoção do sindicalismo revolucionário possui vários motivos, com uma situação análoga em outros países, a abrangência do programa previa a convivência de opiniões políticas e religiosas, acolhendo o campo econômico por ser mais universal como uma unidade de interesse comum entre os trabalhadores. Além disso, o federalismo permitia a autonomia das organizações signatárias dentro da federação, e da federação diante da confederação, a proposta favorecia a associação de sindicatos não anarquistas que simpatizavam com o seu modelo descentralizado.

Segundo o autor os anarquistas sabiam que a unidade por meio do campo econômico e o federalismo então contidos no anarquismo, por si só, não são capazes de levar adiante um projeto revolucionário e, por isso, buscaram traçar as linhas do conteúdo revolucionário do sindicato por meio da defesa, como da greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, a vinculação do 1º de Maio à revolução etc., promovendo, como queriam alguns sindicalistas anarquistas, a “ginástica revolucionária” que prepararia o proletariado para a verdadeira luta, a revolução social. Nesse sentido para ele as ações dos anarquistas nos sindicatos demonstravam que não se tratava apenas de promover lutas reivindicativas e políticas e, sim, de trazer para dentro da experiência cotidiana as concepções ideológicas anarquistas, não por meio dos manuais e da pregação retórica, mas pelas práticas de solidariedade de classe e de lutas contra contradição capital/trabalho.

Como encaminhamentos práticos do congresso, foi decidido a criação de uma confederação e um jornal sindical. A Confederação Operária Brasileira e seu periódico oficial *A Voz do Trabalhador* foram criados dois anos após o Congresso. Internamente não utilizavam o sistema de presidência, a organização compreendia uma diretoria com funções encaminhativas subdividida em grupos para realização de atividades específicas, direcionando suas ações para produção de folhetos, conferências e apresentações teatrais, com o objetivo de levar seu proselitismo político como auxílio da prática política. Para Samis (2004), o afastamento dos sindicatos de qualquer partidarismo político, imprimiu aos movimentos grevistas um caráter novo, se mostrando bastante eficiente para definir os objetivos das categorias, fruto também, de protestos mais amplos, como os de rejeição ao Sorteio Militar, em 1908, e os em solidariedade a Francisco Ferrer y Guardia, fuzilado pelo governo espanhol, no ano de 1909. O sindicalismo reformista (ou amarelo) crescia na esteira da repressão estatal ao setor revolucionário. Nessa modalidade de sindicalismo, transparecia a concepção de sociedade baseada na harmonia e cooperação entre as classes dentro da ordem capitalista

(OLIVEIRA, 2018). O Estado, para conter as ondas de greves e o crescimento das organizações revolucionárias, além de reprimir com prisões, assassinatos, tortura e deportações¹⁴, tentava manter a ordem institucional com as tímidas medidas de legislação trabalhista – como as que conferiram a regulamentação dos sindicatos no setor econômico rural, em 1903, e do meio econômico urbano em 1907 – e estabelecendo parcerias com os líderes reformistas, incorporando a órgãos públicos seções de desenvolvimento das políticas cooperativistas (SAMIS, 2004).

As tentativas de conter os setores revolucionários incluíram realização do IV Congresso Operário Brasileiro que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1912, na sede do governo federal com apoio do deputado Mário Hermes, filho presidente da república. O Congresso “pelego” foi capitaneado pelos mesmos sindicalistas que tiveram suas teses rejeitadas no Congresso de 1906. Nele, foi colocada em pauta a criação de um partido operário e uma nova confederação, a Confederação Brasileira do Trabalho (CTB) que foi alvo de uma moção de protesto de militantes do Rio Grande do Sul na qual denunciavam os propósitos do evento e reivindicava -se a legitimidade exclusiva da COB (OLIVEIRA, 2018, p. 219). Apesar de aprovadas, as medidas resultaram em pouco ou nenhum efeito prático para o setor reformista, e instigou os anarquistas a se rearticularem no meio sindical, após um refluxo no movimento anarquista gerado pela repressão estatal.

O periódico *A voz do trabalhador* deu início a uma série de convocatórias para o Segundo Congresso Operário Brasileiro, que viria a acontecer entre os dias 8 e 13 de setembro, de 1913, no Centro Cosmopolita, sede do Sindicato dos Empregados em Hotéis, Cafés, Restaurantes e Similares (SAMIS, 2004). Porém um pouco antes do II Congresso, ocorre uma discussão entre os anarquistas sobre as estratégias no meio sindical. João Crispim, da Federação Operária Local de Santos (FOLS) escreve o artigo *Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista* no jornal *Germinal!* Conforme Oliveira (2018), o texto imputava ao sindicalismo agir à moda da CGT Francesa, incluindo a neutralidade partidária, obstáculos

¹⁴ Em 7 de janeiro de 1907, o presidente da República, Afonso Penna, tornou público na imprensa oficial (Diário Oficial) o decreto de nº 1.641, de iniciativa do deputado federal pelo Estado de São Paulo, Adolpho Gordo, que regulamentava a possível expulsão de estrangeiros residentes no país se considerados suspeitos de “comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública”. A lei tinha destino certo, reprimir as movimentações operárias estimuladas por imigrantes anarquistas. Antecedem à Lei Adolpho Gordo, conforme Lopreato (2003), o decreto presidencial nº 1.566, de 13 de outubro de 1893, que regulamentou “a entrada de estrangeiros ao território nacional e sua expulsão durante o estado de sítio”. Criticado pelos opositores do presidente Floriano Peixoto, que consideraram o decreto como “entronização do arbítrio”, foi revogado dois meses depois. Apesar da curta duração, se manteve a ideia de expulsar estrangeiros considerados uma ameaça à soberania nacional. Em 1902, houve outra tentativa de regulamentação com base na soberania nacional, mas ela encontrou resistência no Senado e ficou esquecida nos porões do Congresso Nacional até 1906, quando a eclosão de movimentos grevistas no eixo Rio-São Paulo despertou, novamente, o interesse dos congressistas pelo assunto, retomando-se as emendas ao projeto de lei da Câmara dos Deputados, nº 317, de 1902, que dispunha sobre o assunto.

para difusão da propaganda anarquista e, por sua vez, um estado de paralisia generalizada, plena de burocratização, criando novas leis, regras e novas formas de despotismo que iam contra as liberdades individuais. Para ele, os sindicatos deveriam ser declaradamente anarquistas para serem realmente instrumentos de emancipação, como tinham feito a FORA, na Argentina, em 1905, e a FOLS, em sua declaração de princípios.

Houve reação de vários anarquistas, mas, em conformidade com Oliveira (2018), a principal polarização foi com o militante Neno Vasco, nessa época em Portugal. O anarquista português responde a Crispim, insistindo na defesa do sindicalismo revolucionário e sua neutralidade partidária e religiosa como o único meio de agregar a classe trabalhadora e partir dessa congregação, incidir a propaganda libertária nas práticas. Neno Vasco ainda ressalva que preposição da FOLS era contraditória, pois evidenciava um autoritarismo na declaração de princípios exatamente quando reclamava por mais liberdade individual contra excessiva burocratização dentro dos sindicatos. O debate continuou por mais uns dois meses, quase no mesmo tempo que se iniciou o II Congresso.

Conforme Samis (2002) participaram do II Congresso Operário Brasileiro duas federações estaduais, cinco federações locais e mais de cinquenta sindicatos, ligas e associações de várias partes do Brasil. Havia “uma maior” representatividade e foi mantida a proposta do I Congresso sobre o sindicalismo revolucionário, porém foram introduzidos novos debates:

[...] crítica ao cooperativismo, discussão sobre bolsas de trabalho, definição de salário mínimo, atitude do proletariado diante da guerra, e uma moção de apoio aos trabalhadores de Portugal. Também aparece mais claramente no texto do encontro o termo “socialismo anarquista”, em oposição à propriedade privada, capitalismo e autoridade (SAMIS, 2002. p. 09).

Apesar de contrariar o que queriam os militantes da FOLS, segundo Oliveira (2018), João Crispim e Raphael Munhoz, militantes da organização, consideraram que houve avanços pelo menos por ter sido levantadas as questões sobre a burocratização, e a moção de José Borobio que garantia neutralidade política não implicaria a ausência da propaganda anarquista dentro dos sindicatos algo que não havia ficado muito claro no I Congresso Operário. Ainda que derrotados Crispim e Munhoz, os dois anarquistas continuaram engajados na COB.

O debate em torno do sindicalismo revolucionário esteve presente no Congresso de 1913 e durante toda a Primeira República, até a metade de 1930 (OLIVEIRA, 2018).

Contudo, o tempo que separa o II Congresso e o III Congresso, realizado em 1920, foi marcado pelas greves gerais de 1917 e 1919, pela Inssureição anarquista de 1918 no Brasil, pela Primeira Guerra Mundial (1914 -1918), pela Revolução Russa de 1917, conseqüentemente, a difusão do marxismo-leninista no movimento operário¹⁵.

Segundo Samis (2002) a conjuntura de guerra e o aquecimento do setor industrial fizeram com que as movimentações operárias ganhassem contornos insurrecionais e, diante de uma guerra no continente europeu, os anarquistas brasileiros se colocaram em defesa do internacionalismo operário contra o militarismo estatal, ao mesmo tempo, contra a carestia, consequência do conflito bélico que atingiu em cheio as mesas dos trabalhadores. Santos (2018) nos lembra de que os anarquistas brasileiros nunca tinham se envolvido em uma luta anticolonial, mas que haviam desenvolvido um caráter combativo antimilitarista desde o início do conflito mundial e vislumbrando que a repressão brutal que assolava o movimento operário iria ter por consequência o seu próprio refluxo.

Os militantes libertários propuseram dois encontros com a finalidade de estreitar os laços internacionais e locais: o Congresso Internacional pela Paz, em 1915, e, com interrupção da guerra, eles propuseram o Congresso Anarquista Sul-americano. O autor identifica alguns elementos em comum e diferenças entre os dois congressos: em ambos, a defesa presente da ideia de criação de resistências sindicais para além das fronteiras nacionais, porém o Congresso pela Paz que foi proposto pela COB buscava aglutinar grupos ideológicos (socialistas, anarquistas) e sindicais (de ofício ou regionais) de várias partes do globo para pressionar os Estados Nacionais em defesa da paz. O Congresso Sul-americano foi proposto por anarquistas no interior da confederação, buscando atingir outros núcleos anarquistas no continente sul-americano, visando um tipo de programa para a atuação anarquista no interior dos espaços operários. Em ambos, participaram militantes reconhecidos por transitarem em países como Argentina, Uruguai, Itália e Portugal, além disso, militantes que buscavam barrar a fragmentação do movimento operário, almejando se tornar uma força social específica

¹⁵ Segundo Bottomore (2001, p. 334-335) Marx e Engels argumentaram que os sindicatos eram produto da indústria capitalista, os trabalhadores eram obrigados a se unirem em defesa contra redução de salários e as máquinas que dispensavam o trabalho humano. Se contrapondo a Lassale e Proudhon vão afirmar que os sindicatos eram eficientes porque podiam evitar que os empregadores diminuíssem o preço da força abaixo do valor, porém não podiam produzir aumentos acima desse valor. Nesse sentido havia limites na atuação dos trabalhadores nos sindicatos, sendo que para eles a mais alto nível de consciência estava no partido que deveria se sobrepor aos sindicatos. A Revolução Russa exerceu uma influência dominante no debate subsequente sobre o sindicalismo, Lênin defendeu que os sindicatos deveriam permanecer formalmente independentes do Estado, mas funcionarem como “escolas de comunismo” onde os membros do partido deveriam assumir o papel de liderança decisivas. A intervenção nas lutas sindicais definidas pelos partidos comunistas para atuar como lideranças centrais foi definida pelo Komintern em uma Internacional Vermelha de Sindicatos em 1921.

contra o avanço do militarismo, que para os anarquistas era resultado do próprio funcionamento do capitalismo industrial.

Ainda segundo o autor, os dois congressos tentavam criar um órgão para garantir uma união estável entre as organizações a partir da Confederação Operária Sul-Americana. Segundo Samis (2004), com a intenção de uma futura filiação à Associação Internacional dos Trabalhadores, porém a confederação não se efetivou nos anos seguintes, mas conseguiu, pelo menos, efetivar algumas atividades de solidariedade entre anarquistas do Brasil e Argentina.

Para Santos (2018), após as tentativas da confederação sul-americana, os anarquistas acompanhavam tanto os movimentos operários em diversas partes do mundo, como lutavam nos seus contextos locais, com os Comitês de Agitação contra Carestia de Vida, para aglutinar outros sindicatos e grupos militantes para inflamar possíveis movimentos reivindicatórios e denunciar as condições de vida da população.

A greve de 1917, apesar de poder ser considerada um movimento espontâneo que adquire um contorno anarquista, possivelmente sob a influência das experiências anteriores do movimento anarquista nos sindicatos, está inserida dentro de um ciclo de grande entusiasmo do movimento operário e também de repressão estatal. Segundo Samis (2004), no início do século XX, foram deflagrados 111 movimentos grevistas por todo o país, na sua maioria por questões salariais, na conjuntura dos anos de 1917 a 1920, somente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, mais de 200. A grande maioria aconteceu nas capitais, sob maior ou menor grau de influência anarquista.

Embora houvesse o ciclo de intensificação das lutas operárias, havia também a reação do Estado. A Lei Adolfo Gordo é reeditada em 1913 e 1919 e, para complementar o pacote contra as greves e protestos do movimento operário, são editadas as leis de Acidentes no Trabalho (1919) e de Imprensa (1923), durante o governo de Arthur Bernardes, o mesmo governo que – como forma de impedir o sucesso dos inúmeros pedidos de *habeas corpus* impetrados em favor das pessoas arbitrariamente presas (ROMANI, 2003) – desterrou os anarquistas para Colônia Penal da Clevelândia, entre esses, estima-se que dos 946 presos entre os anos de 1924 e 1927, 491 morreram de doenças (ROMANI, 2003; SAMIS, 2002)¹⁶. O entusiasmo de anarquistas com a Revolução Russa de 1917, atribuído de costume, para explicar a fundação do Partido Comunista do Brasil (Seção Brasileira da Internacional

¹⁶ Segundo Samis (2000), durante o período em que vigorou o estado de sítio, entre 1924 e 1926, somente os presos mais pobres, aqueles com menor possibilidade de defesa externa, foram confinados em Clevelândia. Os militares sem padrinhos políticos, os sindicalistas mais pobres e combativos, jornalistas anarquistas, todos misturados junto ao rebotalho das ruas cariocas, com o objetivo de descaracterizar o caráter eminentemente político do campo de prisioneiros. Nenhum militante do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, ou os redatores de seu órgão porta-voz, *A Classe Operária*, foram enviados para Clevelândia.

Comunista) em 1922, por ex-anarquistas, segundo Oliveira (2018) e Samis (2002) não corresponde ao debate no interior do anarquismo em relação às questões organizacionais e estratégicas do movimento operário. Para eles na verdade, os anarquistas brasileiros em suas avaliações iniciais sobre a Revolução Russa admitiram ser um processo revolucionário com feições libertárias em curso e que era necessário se solidarizar com os revolucionários organizados no partido comunista, mas quando os relatos de militantes que foram para Rússia vão chegando ao Brasil pelos periódicos anarquistas, vai se percebendo que o processo revolucionário na Rússia vai se tornando cada vez mais hostil ao povo e aos próprios anarquistas.

No mesmo sentido, antes da fundação do primeiro partido comunista no país de orientação bolchevique, em 1922, em 1919, há uma tentativa de constituir um partido comunista de orientação libertária, encabeçado por José Oiticica, que havia participado da Insurreição Anarquista de 1918. Conforme Oliveira (2018), em 1917 a COB – com o objetivo de reunir todas as organizações brasileiras operárias combativas e associações culturais para serem estabelecidas com máxima urgência as bases de ações conjuntas – esteve engajada com seus periódicos em chamar para o Congresso Geral da Vanguarda, a ser realizado no Rio de Janeiro, que não vingou, provavelmente em decorrência da repressão que ocorria no período. O autor não está dando importância para um congresso que não ocorreu, mas apontando que entre os anarquistas havia uma leitura sobre os novos instrumentos de luta e sobre a realidade, que avaliava ser viável o desenvolvimento das forças revolucionárias que resultariam, imediatamente, na sociedade ácrata.

As evidências apresentadas pelo autor baseiam-se na disposição dos anarquistas, como Gigi Damiani e da COB, de ampliar as forças com aliados, reconhecendo as diferenças e suas influências no meio operário, e de se contrapor à visão de que o sindicalismo se bastava em si mesmo, buscando, nesse sentido, operacionalizar canais de articulação para ação revolucionária em meio a radicalidade das greves que se desenvolviam em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife. E isso resultou, por exemplo, na criação de um Partido Comunista no Brasil, com um mais caráter plural que o criado em 1922, por ex-anarquistas de orientação bolchevique que se filiaram à III Internacional.

Segundo Oliveira (2018), antes do III Congresso Operário Brasileiro, no Congresso Regional do Rio Grande do Sul, houve a proposta do barbeiro Abílio de Nequete, que não era anarquista, de adesão da COB à III Internacional. Apesar da maioria dos delegados presentes indicar a necessidade de novas orientações para ação, a proposta foi rejeitada e se aprovou na declaração de princípios o combate a toda e qualquer organização que visasse o poder estatal.

O III Congresso aconteceu tendo uma dupla tônica, a crítica às pretensões de vincular o movimento operário brasileiro ao bolchevismo e, de outro lado, a retomada da crítica às perspectivas mais economicistas sobre o sindicalismo revolucionário, como a ideia que o sindicalismo se bastava por si mesmo.

As resoluções aprovadas acabaram se concentrando na recusa a bolchevização do movimento operário brasileiro reafirmando as teses do sindicalismo revolucionário de federalismo, ação direta, neutralidade partidária, etc. Após o congresso, alguns militantes buscaram estender o debate, Astrojildo Pereira propôs que a COB seguisse o modelo da Internacional *World Workers*, mais centralizado, mesmo reconhecendo que o federalismo era necessário para manter a autonomia dos sindicatos.

Para se falar da cisão entre anarquistas e bolcheviques que aconteceu com a fundação do PC do B em 1922, por Astrojildo Pereira e outros, como José Elias sapateiro, velho crítico do sindicalismo revolucionário, não se pode deixar de levar em consideração outros elementos conjunturais, segundo Samis (2002):

[..] apesar do III Congresso contar com a presença de 64 entidades de várias partes do país apresentando um ligeiro crescimento, era um crescimento muito aquém era resultado não apenas dos problemas relativos ao economicismo identificados pelos defensores e opositores do sindicalismo revolucionário, mas também, produto da repressão policial, das deportações e o trabalho sistemático dos grupos reformistas e cooperativistas vinham produzindo resultados desfavoráveis às organizações revolucionárias diretamente ligadas ao sindicalismo (SAMIS, 2002, p. 10).

O autor também avalia que o processo de perda de hegemonia do anarquismo e do sindicalismo revolucionário que se inicia na segunda onda e vai se estender à terceira onda, não se explica apenas pelas disputas entre anarquistas e bolcheviques; mas, também, pela presença de outras forças que se apresentam como revolucionárias (os tenentistas e os partidários do movimento de 30 de outubro de 1930) e da conjuntura com a ascensão do populismo de direita varguista.

Apesar de comum a narrativa de que a segunda onda do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no Brasil se restringiu ao eixo Rio-São Paulo, Samis (2004) e outros autores demonstram a existência de experiências anarquistas no sindicalismo também em outras regiões do Brasil, entre o fim do século XIX e os anos 1930.

Na região sul, no Paraná, ex-integrantes da Colônia Cecília foram para Curitiba e se inseriram no movimento operário, iniciando um processo organizativo importante no meio

urbano. Entre os anos de 1893 e 1917, havia na região 16 periódicos que defendiam a necessidade de organização e de revolução social (SAMIS, 2004). Gigi Damiani, veterano da Colônia Cecília e que publicava o jornal anarquista *O Despertar*, participou do I Congresso Operário, e no mesmo ano que ocorreu a greve dos sapateiros foi fundada a Federação Operária Paranaense (FOP), sob as premissas do sindicalismo revolucionário. Em 1907 o 1º de Maio foi comemorado pela primeira vez no Paraná, e foi também o ano em que se realizou I Congresso Estadual Operário (SAMIS, 2004).

A FOP encerra suas atividades em 1908, e o movimento operário tem um momento de baixa intensidade de ações coletivas, se restringindo apenas a algumas greves esporádicas. Foi somente na greve geral em Curitiba, em 1917 que os anarquistas voltaram a ter visibilidade pública, como uma fração do proletariado questionou legitimidade dos negociadores foi dado vazão ao seu desejo de radicalização utilizando dinamites. Os operários chegaram a paralisar o abastecimento de água da cidade, derrubaram postes telefônicos e controlaram o acesso ao centro urbano. A greve sai vitoriosa, mas deixou uma grande quantidade de operários presos e deportados. A repressão posterior incide com muita força no meio libertário e na Greve Geral de 1919 já se via que o sindicalismo revolucionário havia perdido força.

No Rio Grande do Sul, conforme Samis (2004), o anarquismo chegou, pelo o que tudo indica via Paraná, e teria se expandido por iniciativa de outros anarquistas brasileiros e franceses. Segundo Correa Pereira (2018), no fim do século XIX em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande já se encontravam organizações de caráter mutualista e socialista; como a Liga Operária de Pelotas, uma união operária – que por volta de 1898, organizava greves, mantinha cooperativas e uma escola – e, ainda no mesmo ano, é inaugurada a Liga Operária Internacional, com participação de anarquistas, mas hegemônica por socialistas, que organizaram o Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em 1898.

De acordo com Pereira Correa (2018), no Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, participaram aproximadamente 10 associações, um jornal e um grupo de orientação anarquista. A pergunta norteadora do congresso foi “Qual deve ser o modo de agir do proletariado, no estado?” Apesar da hegemonia ser socialista reformista, defendendo a participação política dos operários no Estado por meio do voto e da educação, posicionando-se contra a revolução, o grupo anarquista conseguiu aprovar o boicote como arma de luta econômica. Outras resoluções aprovadas no congresso operário foram a criação de ligas operárias de resistência, a criação de câmaras de trabalho, de bibliotecas, de um jornal e de uma confederação que não chegou a se concretizar. Os anarquistas gaúchos estiveram

presentes nos congressos operários brasileiros de 1906, 1913 e 1920, e realizaram congressos estaduais de operários nos anos de 1898, 1920, 1925 e 1928.

O crescimento do prestígio dos anarquistas no sindicalismo se inicia com a conjuntura de greve do início dos anos 1910, pela ampliação do número de quadros na Liga Operária Internacional. Esta ampliação dá impulso a criação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) que teve o sindicalismo revolucionário como linha política, em 1906. Contudo, os anarquistas tinham uma grande dificuldade com o fracionamento da FORGS, onde parte de seus ex-militantes fundaram a União Geral dos Trabalhadores (UGT) durante os processos de greve generalizadas ou parciais entre os anos de 1916 e 1920.

Em Santa Catarina existem, conforme Samis (2004), registros mais esparsos sobre o sindicalismo revolucionário, mas há registros de algumas greves, como a de 1907, dos operários que construíram a Estada de Ferro Blumenau-Harmonia e, posteriormente, da Companhia Fluvial. Houve, também, a greve de oito dias da Empresa Industrial Garcia, com a prisão e deportação de trabalhadores. Cleber Rudy (2009), em seus estudos sobre o anarquismo em Santa Catarina, assinala a presença no estado de Gionavi Rossi, em 1897. Ele teria mudado para o estado, aceitando o convite para administrar a “Vivaio Cooperativo della Liguria”, em Rio dos Cedros, e na sua estadia no local ajudou a fundar com outros imigrantes italianos a *Società di Mutuo sSoccorso* e dois anos depois *Società Cooperativa di Rio dos Cedros*.

A criação dessas associações, em conformidade com Rudy (2009), foi facilitada pela amizade entre Rossi e Emembergo Pellizzetti, descrito pelos historiadores como um homem forte com ideias revolucionárias e apreciador da literatura de Tolstoi. Residindo na na região, Pellizzetti criou a primeira escola de ensino laico no Médio Vale do Itajaí-Açu onde ministrava aulas no período noturno para os colonos de origem italiana. Nessa época a Ordem Franciscana da região na tentativa de manter o monopólio do ensino confessional usava de várias estratégias para combater as escolas implantação de escolas estatais e as criadas “anarquistas”.

Nesse contexto de conflito entre igreja, Estado e iniciativas de educação autonmoa e libertária que ocorreu um atentado a bomba contra a casa paroquial de Rio dos Cedros, levantou-se suspeitas tanto contra Pellizzetti, quanto contra Rossi que, supostamente, teria passado na frente da casa paroquial e dito a funcionária da paróquia: “hoje os padres irão fazer a barba sem navalha”. Em 1906, Rossi participa do I congresso Operário Brasileiro junto com uma delegação sulista, colocando-se a favor da proposta do sindicalismo revolucionário.

Ainda nesse contexto, segundo Rudy (2009), ocorreram as experiências de colônias agrícolas como a Cosmos, fundada nas proximidades de Joinville, em 1902, que tinha como mentor o anarquista espanhol Condor e a presença de imigrantes norte-americanos, provenientes de uma colônia libertária de Winsconsin, nos Estados Unidos; a colônia vegetariana e naturista em Palmital, a Colônia Monte Sol, fundada pela anarquista austríaca Ida Hoffman; e a ação dos jornais e práticas anticlericais em Florianópolis, no contexto em que a igreja católica resiste a abrir mão do domínio das escolas.

O historiador catarinense menciona o motim dos trabalhadores da estrada Dona Francisca nas imediações da Colônia São Bento, em 1878, decorrente da suspensão dos serviços por ordem do Diretor da Colônia¹⁷ e a greve dos ferroviários da estrada de ferro Tereza Cristina em Tubarão, em 1897. Em 1919, ocorreu a greve da serraria Lumber, no município de Três Barras, decorrente de pendências judiciais e exigências sobre acidentes de trabalho, fato que foi relatado no jornal anarquista *A Plebe*, que também circulava na região e em Florianópolis. Rudy (2009) narra as prisões dos dois imigrantes alemães Fritz Koch e George Sterneck, acusados como anarquistas e deportados por causa da greve da Empresa Industrial Garcia e da prisão de dois militantes libertários, José Arandas e Deoclésio Fagundes (pseudônimo de Theófilo Ferreira, membro da Liga Operária da Construção Civil de São Paulo e redator do jornal *O Grito Operário*) de São Paulo, em 1921. Eles ficaram confinados nos presídios de Laguna e de Florianópolis, e foram torturados. Os fatos da prisão e tortura foram relatados nacionalmente pela imprensa anarquista. Conforme o autor, a imprensa operária produzida em São Paulo e Rio de Janeiro, como *A Plebe*, *O Livre Pensador*, *A Lanterna* e *A Vanguarda*, foram importantes na formação dos anarquistas em Santa Catarina, entre esses, o médico italiano Cesare Sartori residente em Lajes, que escrevia para o *La Scure*, jornal de orientação anarcossindicalista em italiano desde 1910. O médico foi destacado anarquista influenciado pelas ideias de Malatesta, mas em especial, por sua atenção dada à comunidade negra de Lages, para a qual prestava atendimento médico gratuito.

Conforme o relato de Samis (2014), no ano de 1906, ocorre na Região Sudeste, em Minas Gerais o I Congresso regional com duas organizações presentes, uma associação e um sindicato, e no segundo e terceiro congressos houve variação do número de delegados, mas o estado de Minas Gerais sempre esteve presente. Antes disso, destaca-se entre os anarquistas mineiros o nome de Avelino Fóscolo por suas atividades até os anos de 1940, como outros

¹⁷ Diretor da Colônia, o Sr. Bruelestein, referiu-se a greve como de responsabilidade de “meia dúzia de preguiçosos e vadios”, fato reportado da mesma maneira pelo jornalista Carlos Ficker que escreveu: “nas últimas levas de imigrantes, encontravam-se proletários das cidades industrializadas e classificados pela direção da Colônia como vadios, vagabundos e Socialistas” (FICKER, 1973 apud RUDY 2009, p. 96).

anarquistas, tais como Fábio Luz, Benjamim Mota e Edgar Leuenroth. Fóscolo passou da militância republicana para a anarquista e seu ingresso no anarquismo foi iniciado com a leitura dos jornais anarquistas.

Os estudos de Godoy (2018) demonstram que, na cidade de São Paulo, a gênese do anarquismo entre os anos de 1895 e 1914 segue o padrão descrito anteriormente, mais dependente da presença dos emigrados italianos e de outros países e de suas respectivas redes interpessoais do que da absorção inicial pelos segmentos sociais nativos do Brasil. O autor contextualiza que se até 1898 a totalidade de militantes anarquistas emigrados era composta de italianos, na virada do século, a pluralidade étnica foi mais diversificada com a presença de muito mais brasileiros, portugueses e espanhóis. O movimento esteve sujeito à recomposição e foi dependente, mas não determinado, pelos fluxos migratórios e pelo crescimento da cidade.

Os periódicos anarquistas refletiam essa situação, levando-se em conta sua representação como artefato cultural ou sua composição editorial. Dos dezesseis periódicos anarquistas, entre 1892 e 1914, apenas seis continham escritos em língua portuguesa. Fazendo um corte cronológico, todos os periódicos tinham textos em italiano, entre os anos 1893 e 1898. Já entre 1898 e 1903, encontramos periódicos multilíngues ou escritos em português e, após 1904, pelos menos três periódicos totalmente escritos em português.

Assim como nas outras localidades, os periódicos serviram de pontos nodais de conexões capazes de dar apoio inicial ao movimento anarquista e vinculá-lo a um movimento transnacional em outros locais, uma vez que as relações etnolinguísticas não eram estanques em conectar os anarquistas no Brasil com outras partes do mundo. Godoy (2018) traça uma cronologia do anarquismo em São Paulo entre os anos de 1892 a 1914, em três fases: a fase de inserção (1892-1897), a fase de constituição (1897-1903) e a fase de consolidação (1903-1914).

Segundo o autor, a “fase da inserção” se configura como aquela em que ocorreu a internalização dos quadros interpretativos globais do anarquismo e a incorporação do movimento ao espaço sociopolítico local. Isso se deu por meio do manejo dos quadros interpretativos globais com a condição social, principalmente, de aspectos ligados à situação social das classes populares e à condição dos imigrantes nas novas terras que serviram para os anarquistas testarem os limites do regime republicano e da estrutura capitalista.

A fase de inserção demonstra que os anarquistas tiveram êxito ao introduzir o movimento anarquista como ator reconhecido no espaço sociopolítico, suas ações despertaram as atenções para sua existência e para as possibilidades das pressões e reivindicações

populares. Essa inserção também ficou marcada por meio de denúncias de repressão política, reiteradas pela truculência policial, que demarcaram os limites impostos pela República Velha às liberdades republicanas de associação e manifestação.

O período também caracterizado por poucos militantes, pela privação de recursos e repressão, foi uma fase em que os periódicos anarquistas privilegiaram as estratégias insurrecionais. Apesar da adoção de algumas das suas teses, os grupos estavam mais ligados às atividades de propaganda para incitar as massas à insurreição e formas organizacionais, do que ao emprego de formas violentas de propaganda pelos fatos. Nesse período, também há tentativas de inserir as ações locais em um calendário de protestos globais de luta, como o 1º de Maio e o aniversário da Comuna de Paris, campanhas contra a repressão a militantes anarquistas na Europa, visando insuflar as revoltas populares.

A “fase de constituição” se configurou como a etapa de constituição de estruturas e mobilização locais para enraizar o quadro interpretativo do anarquismo ao associativismo popular local e para o recrutamento de novos militantes. Foi também a fase em que ocorreu a integração de brasileiros, espanhóis, portugueses e italianos, quer fossem militantes recém-integrados, quer fossem recém-chegados.

Nessa fase, o ambiente político permitiu que os militantes anarquistas multiplicassem suas organizações. Segundo Godoy (2018), entre os anos de 1898 e 1903, foram constituídos 24 grupos anarquistas, tipificados em grupos de afinidade, centros de estudos sociais, grupos filodramáticos de teatro social, coletivos editoriais e escolas racionalistas, que tiveram o papel de circulação e produção cultural, conjuntos de valores culturais e crenças que sustentavam as redes sociais e conectavam São Paulo a outros locais e as redes transnacionais. Nesse período, a experiência de emigrantes europeus contribuiu para que a estratégia insurrecionária fosse suplantada pelo predomínio da organização de massa, sem suprimi-la; a estratégia de massa investiu nos sindicatos, enquanto a insurrecionária no antissindicalismo.

A “fase de consolidação” do anarquismo em São Paulo, para ao autor, foi a de definição de estratégias de ação no movimento anarquista, no contexto de uma grande onda de greves, entre 1905 e 1908, e de perseguição a militantes anarquistas e socialistas, culminando na Lei Adolpho Gordo, que normatizou a expulsão de emigrantes do Brasil.

Os grupos do anarquismo de orientação estratégica de massa se voltaram para as camadas urbanas das classes populares e os insurrecionalistas para as localidades do interior do estado de São Paulo, mais especificamente, para os pequenos centros urbanos e núcleos coloniais de imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café. Movimento que retomou e renovou as excursões de propaganda que haviam sido realizadas na virada do século por

militantes como Gigi Damiani e José Sarmiento Marques. As novas excursões tiveram a finalidade de coletar informações sobre os trabalhadores rurais, difundir o anarquismo e promover grupos anarquistas no interior para incitar os colonos à rebelião.

Godoy (2018) avalia que os militantes adeptos da militância do anarquismo de massa continuaram com seu proselitismo, com foco na configuração sindical e no campo econômico no interior do anarquismo, atuação essa que foi fundamental para vitória das teses sindicalistas revolucionárias no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 22 de abril de 1906, mas não se descuidaram das ações públicas e nem do dualismo organizacional. Para o autor, o anarquismo no seu período de consolidação, se manteve constituído nas jornadas de lutas nas quais foi protagonista, em grande parte no território da cidade de São Paulo, e desenvolvido em conjunto com núcleos de outras cidades do território brasileiro e em outros países onde destacam-se as campanhas contra a carestia de vida, contra imigração para as fazendas de café; que ocorreram paralelamente com campanhas globais, como as campanhas de repúdio ao assassinato de Francisco Ferrer pelo governo espanhol, pela criação de escolas modernas e antimilitaristas levadas a cabo previamente à I Guerra Mundial.

Segundo Samis (2014), o estado de Pernambuco, no fim do Século XIX, apresentava uma forte atividade do movimento operário, principalmente nos setores indiretamente ligados às atividades portuárias sendo que as movimentações gravitavam em torno da produção de açúcar, principal produto de exportação. Entre os anos de 1902 e 1909 ocorreram sucessivas greves de portuários, tecelões e ferroviários, período o qual o autor descreve ser onde as matrizes socialistas passaram a ser esclarecidas com as ações do Centro Protetor dos Operários, criado em 1900, e com o jornal *Aurora Social*, que articulavam as propostas com maior precisão que as propostas dos operários locais e conforme as resoluções do Segundo Congresso do Partido Socialista Brasileiro (PSB), realizado em São Paulo, em 1902¹⁸. Entretanto, a tentativa do PSB de articulação com setores operários da Paraíba, Bahia e Alagoas, colide com o surgimento de outro partido socialista – de orientação católica – durante o Segundo Congresso do partido, que rivaliza com o PSB, e os fracassos das iniciativas do parlamentar João Ezequiel fazem com que o partido não pare de declinar até 1910.

¹⁸ O primeiro partido socialista apesar de homônimo do PSB fundado em 1947, é diferente quanto a natureza de classe. O primeiro foi um partido operário, enquanto o segundo originou-se de uma cisão da União Democrática Nacional (UDN) efetuada pelos integrantes de uma fração denominada Esquerda Democrática (HARDMAN; LEONARDI, 1982 p. 254).

Em 1913, após o Segundo Congresso Operário no Rio de Janeiro, o militante José Elias foi destacado para coordenar as decisões do Congresso no estado de Pernambuco e para influenciar nas associações da região em direção ao sindicalismo revolucionário e o abandono da estratégia reformista parlamentar. E, em 1914, é fundada a Federação de Resistência dos Trabalhadores Pernambucanos (FRTP), que contava com uma presença ainda bastante acentuada de socialistas. As greves mais combativas no período são convocadas a partir da lógica da ação direta e do radicalismo revolucionário, e os anarquistas dispersos em outros estados do Nordeste passam a migrar para Recife. Veio com eles de Niterói, em 1910, Antônio Bernardo Canellas, tipógrafo, jornalista e sindicalista que passou a dirigir o jornal anarquista *Tribuna do Povo*, tensionando com seus artigos a relação entre empregados e patrões.

Durante o contexto das greves gerais de 1917 e 1919 (todas sob a influência da FRTP) acontece a cisão entre os sindicalistas revolucionários e os reformistas, anunciando a radicalização dos processos com o uso de dinamite. Destacam-se Pedro Lira “O Dinamiteiro” e o estivador Nascimento Grande, “um homenzarrão” que, valendo-se de sua condição física, “arrancava policiais de sua montaria e aplicava-lhes castigos físicos” (SAMIS, 2014, p. 20). Ainda em 1919, José Elias acertou em escolher a zona portuária como lugar para ação. Naquele conturbado ano, os sindicalistas revolucionários conseguiram paralisar quase por completo, e com apenas uma greve, toda a malha urbana do Recife. Contudo, com a formação do primeiro partido comunista no Rio de Janeiro que contou com a participação dos sindicalistas do Nordeste, ainda em 1919, e as disputas internas nesse ano e no ano seguinte – nas quais se envolveram Joaquim Pimenta, Cristiano Cordeiro e Antônio Bernardo Canellas – provocaram uma situação de fracionamento do movimento operário, levando a um cisma sem retorno.

No Ceará, em conformidade com Samis (2014), o anarquismo também está ligado às práticas sindicais. Já no início do século XX, circulavam livros de autores anarquistas na capital e um grupo de estudos criado por Moacir Caminha – que escreveu o jornal *Caminha*, fundado em 1908 – o Grupo Libertário de Estudos Sociais que tinha por objetivo a difusão da propaganda anarquista no Ceará; do grupo de estudos nasce a Agência Libertária de Estudos Sociais, que fará a articulação entre os anarquistas cearenses e os demais grupos anarquistas no Brasil e exterior. O grupo de Caminha esteve presente no II Congresso Operário Brasileiro e suas ações promoveram as experiências de Escolas Racionalistas e cursos de esperanto. Ainda em meados de 1910, o conflito entre tendências clericais no sindicalismo do estado

amplia a necessidade da divulgação de propaganda anticlerical, o que aproxima uma fração da intelectualidade do anarquismo.

Nos anos 1920, segundo Samis (2014) e Pereira (2018), o sindicalismo revolucionário se apresenta como uma forte oposição às sociedades beneficentes e de auxílio mútuo no Ceará. Os anarquistas criam a *Voz do Gráfico*, órgão da Associação Gráfica do Ceará, e o grupo que é formado em torno do periódico realiza palestras e eventos em outros sindicatos. A União Geral dos Trabalhadores Cearenses é fundada, em 10 de maio de 1920, iniciando suas atividades com mais de 300 associados e, posteriormente, a Federação dos Trabalhadores do Ceará e o jornal *O Combate*. Tal como em outros lugares do Brasil, há uma disputa interna entre partidários da ação direta e da via eleitoral defendida pelos socialistas. Contudo a conjuntura nacional não permitiu que a ação anarquista se desenvolva no Estado.

Em Alagoas, nos primeiros anos da década do século XX existiu marcante atuação dos socialistas. Em 1890, os socialistas já tinham constituído o Partido Operário Alagoano, e em 1892, a Liga Operária, liderada por Misael Moreira com objetivos explicitamente socialistas. E, como em outros lugares do Brasil, vão ser tensionados pelos anarquistas e sua defesa do sindicalismo revolucionário (SAMIS, 2004; ALMEIDA, 2006). Segundo Almeida (2006), Aluisyo Carvalho é um dos primeiros aderentes das ideias libertárias em Maceió, inicialmente, por meio da leitura de Émile Zola e depois de Proudhon, Reclus, Bakunin, Kropótkine, Mackay, Tucker e Palante. O polêmico anarquista individualista vai para o Rio de Janeiro e junto com os médicos Fábio Luz, Martins Fontes, Manuel Bomfim, e o jornalista e advogado Sílvio Romero, participa da criação da Universidade Popular, em 1904, a primeira na América Latina. Em 1906, a União Operária Alagoana, uma organização socialista criada a partir da iniciativa de militantes proletários – com uma atuação marcante na formação política de militantes e na educação popular – participa do I Congresso Operário, e adere à COB, em 1908.

A União Operária, com um explícito discurso classista e de resistência, era desdobramento de uma primeira fase crítica no âmbito do mutualismo institucionalizado que predominava no estado na transição para República, no qual encontramos entidades como a Associação Tipográfica Alagoana, fundada em 1897, e o Centro Proletário Alagoano (1900-1903). A União Operária, além de atuar na formação de militantes, vai ter um papel posterior importante durante as greves e atividades de propaganda (ALMEIDA, 2006).

Em 1913, os sindicatos dos gráficos, sapateiros, alfaiates e marceneiros fundaram a Federação Operária Alagoana (FOA) com “422 membros: 102 do Sindicato dos Gráficos, dos

Alfaiates 35, dos Sapateiros 80, dos Marceneiros 28, dos Estivadores 150 e 27 de Ofício Vários”¹⁹.

A FOA incentiva a criação do Sindicato dos Estivadores e seus aderentes participam do II Congresso Operário. No mês de novembro no qual estouram as greves dos tecelões nas localidades de Cachoeira e de Rio Largo, durando quase um mês. Em decorrência da participação nas greves de militantes ligados à FOA, em 1914, o Sindicato Operário de Cachoeira adere à COB. No ano seguinte, surgem os jornais: *O Rebate*, *O Debate* e *A Semana Social*. Após um intenso período de crise no fim da década 1910, os anarquistas fundam a Federação Operária de Alagoas, em 1920, e seu órgão de imprensa, o jornal *O Escravo*.

Na Bahia, segundo Samis (2004), após um período inicial de organizações operárias socialistas de tipo mutualista, a influência socialdemocrata no movimento operário exercida pelo Centro Operário da Bahia, filiado à II Internacional, também vai entrar em declínio em 1908, com a fundação da Federação Operária da Bahia e seu jornal *A Voz do Trabalhador*. A presença anarquista no movimento operário baiano se torna inequívoca, e os jornais como *O Germinal* e as greves demonstram que as teses defendidas do sindicalismo revolucionário eram a mesmas dos congressos operários da COB. A greve geral de 1919 ampliou a base social dos sindicatos libertários que aproveitaram o momento para realizar o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Bahianos, realizado de 14 a 20 de junho de 1919, no Teatro São João.

O congresso contou com a participação de 10 sindicatos, com 26 delegados representando os trabalhadores ferroviários, sapateiros, pedreiros e carpinteiros, marmoristas, marceneiros, padeiros, gráficos, operários das linhas de bonde e usinas de energia e condutores de carroças. Em uma matéria sobre o encerramento do congresso no dia 20 de julho o jornal *A Tarde* publicou: “Ao sair do teatro São João, os operários fizeram uma passeata, puxados pela banda de música do 2º Batalhão da Brigada Policial e desfilaram pela Rua Chile até o Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, no Maciel de Baixo, erguendo vivas ao socialismo e ao operariado”. (BANDEIRA e MELO, 1967, p.179). Para Samis (2004) tudo indica que na Bahia as crises internas e a conjuntura nacional desfavorável colaboraram para destruição do modelo sindical revolucionário.

Na Paraíba, segundo o autor, no fim dos anos 1910 o Sindicato Geral do Trabalho já possuía membros libertários. Embora a região contasse com uma baixa densidade populacional operária, as iniciativas anarquistas foram levadas adiante por uma minoria ativa, entre os anos de 1917 e 1919, os operários e as operárias da Paraíba

¹⁹ In: *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º maio 1914.

realizaram dezesseis greves e estiveram presentes no debate em 1919 da tentativa de formação de um partido comunista de feições libertárias.

No Norte, prossegue Samis (2004), o surgimento do anarquismo pode ser associado ao surto de extração da borracha para produção de produtos manufaturados nas indústrias dos Estados Unidos e da Europa, no fim do século XIX e início XX, o que acabou por transformar os principais portos de escoamento em Manaus e Belém. As primeiras tentativas de organização do movimento operário, ainda débeis, estão registradas nos jornais socialistas *Tribuna Operária*, de 1893, *O Socialista*, de 1906, e em um jornal bilíngue em italiano e português, de 1901, no qual um grupo de anarquista dava sua opinião sobre a condenação de Gaetano Bresci, autor do regicídio contra Rei Humberto da Itália, e criticava um certo “nativismo” cultuado pelos grupos socialistas do Pará e Amazonas.

Para o historiador, em paralelo ao crescimento do operariado nortista e do surgimento dos grupos anarquistas, alguns partidos operários nasceram em uma curiosa simbiose de ideários socialistas, jacobinos e nacionalistas. Algumas correntes socialistas, ancoradas no republicanismo, apresentavam programas que estimulavam a rivalidade entre os nacionais, maioria na região, e os estrangeiros. Foi nesse contexto que o anarquismo surgiu com antipatias e em oposição aos grupos socialistas. A União dos Sapateiros do Pará e outra organização similar de Manaus estiveram presentes e representadas no II Congresso Operário em 1913, e no ano seguinte foi criada a União Geral dos Trabalhadores (UGT) que reunia sete sindicatos. O crescimento das organizações de resistência provocou a reação das autoridades, a greve dos carroceiros de 1914 foi duramente reprimida e a sede da UGT em Belém foi depredada, e o mesmo ocorreu na greve dos trabalhadores da construção civil, cuja repressão desencadeou a deportação de diversos sindicalistas de origem portuguesa.

Ainda nesse mesmo ano, outras organizações em Manaus – cidade em que o porto criava condições para sucessivas greves – assumiram posições semelhantes as dos carroceiros: os gráficos e os trabalhadores da limpeza pública paralisaram suas atividades e os sindicatos como a Federação Marítima, criaram seus estatutos conforme a proposta sindicalista revolucionária. Essas iniciativas bem-sucedidas faziam crer que as propostas reformistas estavam em declínio se colocadas em contraste com as propostas mais radicais. Surge a iniciativa de se construir a Federação do Trabalho no Amazonas, que seria filiada à COB, e o jornal *Luta Social*, que além de chamar a atenção em seus artigos para necessidade de organização doutrinária, alertava para os perigos do corporativismo e de se ficar alheio ao movimento operário mundial, e também trazia como estratégia comum para todo o mundo a revolução social (SAMIS, 2004).

Em 1919, o jornal *O Semeador* trazia notícias de dez organizações de classe e uma orientação declaradamente sindicalista revolucionária. A Insurreição de 1918, no Rio de Janeiro, foi noticiada pelo jornal, e segundo Samis (2008), tentou estabelecer laços com trabalhadores portugueses e com os operários do estado do Amazonas. Em 1920, a Federação das Classes Trabalhadoras do Pará lançou no dia 1º de Maio, o seu jornal *A Voz do Trabalhador*, não por coincidência, o mesmo nome do jornal da antiga COB.

A pequena incursão sobre a história do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no Brasil durante a segunda onda, até agora esteve centrada nas organizações proletárias militantes no campo do trabalho, contudo, a história do anarquismo brasileiro, nesse período e nos posteriores, possui uma rica experiência na educação e na cultura, especialmente no teatro, usado como forma militante de propaganda anarquista.

Na educação, as concepções da escola racionalista de Ferrer y Guardia e as ideias de Paul Robin sobre educação integral são defendidas e difundidas no Brasil por Neno Vasco, Benjamim Mota, Gigi Damiani e outros anarquistas engajados na causa da educação libertária, torna-se importante enfatizar que “as fronteiras entre as dimensões da militância eram puramente formais e constantemente ignoradas pela natural comunicabilidade entre o mundo do trabalho e o mundo do conhecimento” (SAMIS, 2004, p. 27).

E não poderia ser diferente, apesar das divergências internas do anarquismo sobre a efetividade do educacionismo na luta de classes, Ferrer y Guardia foi um árduo defensor do sindicalismo libertário e Paul Robin participou da formação da Associação Internacional do Trabalho, defendendo as concepções libertárias federalistas da ala ligada a Bakunin.

As escolas modernas na proposta de Ferrer Guardia possuíam como características: a) a coeducação de ambos os sexos e de classes como uma forma de garantir o acesso universal ao conhecimento, opondo-se assim as divisões de gênero e classe que sustentam e reproduzem hierarquias e dominações; b) a higiene nas salas de aula para evitar enfermidades; c) a educação laica para superar as superstições e a dominação exercida pela igreja; d) a não aplicação de exames, castigos e prêmios, formas que reproduzem a competição e o punitivismo do Estado e do capitalismo e autoritariamente incidem sobre os jovens e crianças roubando-lhes a autoestima e criatividade; e) a ideologia libertária como norteadora da prática pedagógica para formação de indivíduos com autonomia e para gozarem plenamente a infância, já que Ferrer Guardia acreditava que só a revolução poderia levar a humanidade à emancipação e era uma tarefa dos adultos (FARRÉ, 2006; CAPPELLETTI, 2013).

No período de 1906 a 1920, segundo o historiador autodidata Edgar Rodrigues (1992)²⁰, temos as experiências de educação libertária ligadas às concepções da Escola Moderna na maioria das cidades que tiveram a influência das organizações anarquistas no movimento operário, entre elas: a Escola Nova, fundada em São Paulo, em 1909; a Escola Moderna nº 1 em São Paulo, fundada em 1912, sob direção de João Penteado; a Escola Moderna do Ceará em Fortaleza, fundada em 1911; a Escola Moderna nº 2 em São Paulo, fundada em 1912; a Escola Moderna de Petrópolis, fundada em 1913; a Escola Moderna de Bauru; a Escola Moderna de Porto Alegre, que funcionavam em 1919; a Escola Racional Francisco Ferrer, fundada em 1919, em Belém do Pará; a Nova Escola no Rio de Janeiro, fundada em 1920; e a Escola Livre, fundada em 1920, pelos operários das fábricas de tecidos de Petrópolis.

Outras experiências de educação libertária semelhantes à Escola Moderna, no mesmo período segundo Juan Avilés Farré (2006)²¹ são: a Escola Eliseu Réclus, em Porto Alegre; a Escola da União Operária de Franca, fundada em 1912 por Teófilo Pereira; a Escola noturna da Liga Operária de Sorocaba, fundada em 1912; a Escola Operária 1º de Maio, localizada em Vila Isabel, e depois em Olaria, no Rio de Janeiro; a Universidade Popular de Cultura Racional e Científica, fundada em 1915, anexa à Escola Nova de São Paulo, que oferecia cursos preparatórios para professores; a Escola Joaquim Vicente em São Paulo, fundada em 1920; a Escola Profissional no Rio de Janeiro, fundada em 1920 por iniciativa da União em Fábricas de Tecidos; as Escolas para Operárias do Centro Feminino Jovens Idealistas (duas), fundadas em 1920; a Escola da Liga da Construção Civil em Niterói, fundada em 1920; e o Grupo Escolar Carlos Dias, do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes dos Trabalhadores em Geral, em Salvador.

As experiências de educação libertária, segundo Samis (2004), eram mantidas pelo movimento operário e o seu declínio, após 1920, se deu em decorrência da campanha de difamação por parte da Igreja Católica, da repressão do Estado contra o movimento de Escolas Modernas no governo Arthur Bernardes e consequentemente com a falta de financiamento, e pelo o arrefecimento da influência dos anarquistas em decorrência da Fundação do Partido Comunista do Brasil. Ainda assim, algumas escolas permaneceram abertas em São Paulo, usando o nome de Escola Nova, para driblar as autoridades.

Os anarquistas individualistas também tiveram sua participação na educação libertária. A educadora e escritora feminista Maria Lacerda Moura (1887-1946) foi a maior expoente de

²⁰ RODRIGUES, Edgar. **O anarquismo na escola, no teatro, na poesia**. Achiamé. Rio de Janeiro. 1992.

²¹ AVILÉS FARRÉ, Juan. **Francisco Ferrer y Guardia**: pedagogo, anarquista y mártir. Madrid: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2006.

concepções anarquistas individualistas na educação no Brasil. Professora de uma escola municipal em Barbacena, de 1904 a 1908, e diretora do Pedagogium, um museu pedagógico fundado em 1890, transformado em um centro de cultura superior em 1906. Além disso, a educadora participou ativamente das campanhas de alfabetização e reformas educacionais.

Entre as influências que permeiam suas considerações sobre as concepções educativas estão a escola racionalista e de educação integral, respectivamente de Ferrer y Guardia e Paul Robin, as ideias pedagógicas de Sebastien Faure e da médica feminista Maria Montessori. Em sua obra *Lições de Pedagogia*, de 1925, Maria Lacerda Moura desenvolveu suas considerações de como a educação deveria ser pensada e vivida na sociedade baseando-se em uma proposta educacional que une o trabalho manual e intelectual e integralização da higiene mental a corporal enfatizando que:

Qualquer que seja a classe social a que pertença o indivíduo, ele precisa apreender a amar a natureza, a respeitar os outros indivíduos, a só dizer a verdade, a reprimir paixões grosseiras, as más tendências, a cultivar os sentimentos nobres, a vislumbrar preceitos morais a serem observados numa sociedade futura, sempre melhor que a atual: não explorar o próximo, ser útil, solidário com os outros homens, ser uma fonte de amor, de heroísmo, de abnegação, de paciência em vez de respirar irritabilidade e mal humor e ódio: fazer crescer dentro da alma um nobre ideal de equidade em vez de constituir-se em fonte perene de egoísmo individual (MOURA, 1925 p.10).

O educacionismo defendido pelos anarquistas individualistas enfatiza uma educação voltada para o desenvolvimento pleno da individualidade e como salienta Maria Lacerda Moura:

A obra da educação nem sempre dá resultados porque os educadores se esquecem do respeito à criança para a formação da sua individualidade nem sempre compreendem aquilo que exigem dos educandos ou não tem aquelas qualidades que desejam tanto nos outros (MOURA, 1925, p.44).

Apesar das semelhanças com a proposta da educação libertária das Escolas Modernas, não se pode ignorar que Ferrer y Guardia, um defensor do sindicalismo revolucionário, foi duramente criticado pelos individualistas.

Segundo Santabárbara (1998), Ricardo Mella²² e Clemencia Jacquet²³ por exemplo, acreditavam que os professores da Escola Moderna por meio de textos escritos doutrinavam as inocentes mentes das crianças que temiam desafiar os seus professores. Ricardo Mella chegou a defender a neutralidade ideológica na educação e foi respondido com ironia no boletim da escola moderna:

La escuela neutra es un sueño; la moral se invoca y se aplica continuamente en ella. Existe acaso una moral neutra, que convenga a la vez a Voltaire y a San Ignacio? a escuela laica es la escuela materialista. No puede ser otra (SANTABÁRBARA, 1998, p. 287)²⁴.

As escolas não eram os únicos espaços educativos anarquistas desse período e dos períodos posteriores, os Centros de Cultura Social e Ateneus eram “destinados à realização de palestras e do ensino compartilhado entre seus sócios” (SAMIS, 2004, p. 27). Os centros de cultura social abrigaram escolas, biblioteca e debates destinados a formação militante e científica em assuntos variados – desde a história e teoria do anarquismo, até a emancipação da mulher e as artes – e também atividades voltadas para música e teatro, permitindo o contato dos operários e operárias com intelectuais e artistas orgânicos do movimento e outros simpáticos ou curiosos em relação ao anarquismo (PARRA, 2011).

O envolvimento de intelectuais com o movimento operário, segundo Samis (2004), foi significativo, quer via “naturalismo” em que se podem enquadrar escritores como Elysio de

²² Ricardo Mella (1861-1925) intelectual e ativista libertário, nascido em 1861, na Espanha, participou ativamente de muitos jornais, revistas e organizações ao longo de sua vida. Começou sua militância no Partido Republicano do conhecido proudhoniano espanhol Francisco Pi y Margall, mas radicaliza seu pensamento e suas ações em 1882 após a leitura da Revista Social e das experiências que teve nos Congressos Operários de Barcelona e Sevilla, engrossando as fileiras do anarquismo. Seus escritos atravessaram todo o globo, chegando ao Brasil por meio dos esforços do movimento anarquista. Vários foram os temas discutidos por Mella, desde a diferença entre o coletivismo e o anarco-comunismo, até a discussão levantada por Tárria del Marmol sobre o anarquismo sem adjetivos. Mella morreu em 7 de agosto de 1925. Em 1913, em alguns artigos reunidos sob o texto “O Problema do Ensino”, travou um debate não explicitado com a postura de Ferrer no que se refere à responsabilidade e consequente atuação na formação das crianças. Mella já nos antecipa o questionamento em torno da incredulidade atual no racionalismo, o que levou estudiosos a qualificá-lo como individualista, mas o anarquista espanhol se diferencia de influenciados pelas ideias de egoísmo de Max Stirner. Para Mella ao conceber a liberdade individual como um pressuposto necessário para convivência coletiva. (PEDAGOGIA DA REVOLTA, 2019).

²³ Clemencia Jacquet (1867 -Século XX) foi uma pedagoga francesa racionalista a principal responsável pelas práticas pedagógicas da educação libertária nas Escolas Racionalistas. A educadora conheceu Francisco Ferrer y Guardia na França que a convidou para lecionar na Espanha. Desde a fundação Escola Moderna da Rua Bailén, em Barcelona, em 1901 até o seu fechamento em 1906 e da abertura de mais 35 Escolas Moderna, principalmente, na região da Catalunha, a educadora ao lado de Ferrer y Guardia não apenas coordenou as escolas, como foi uma das principais pensadoras e difusoras das concepções pedagógicas da educação libertária.

²⁴ SANTABÁRBARA, L. G. **Entre la utopía y la realidad**: curso de moral social. Santander: Sal Terrae, 1998.

Carvalho, Fábio Luz, Curvelo de Mendonça e Avelino Fóscolo. Intelectuais como José Oiticica e Neno Vasco buscavam interferir mais fora dos seus espaços de militância junto ao movimento operário, colocando até mesmo suas vidas profissionais em risco, como Neno Vasco, que comprou uma briga enorme com a Academia Brasileira de Letras para adaptar a gramática portuguesa ao linguajar popular.

O teatro anarquista, ou melhor, feito por anarquistas, inicialmente, por grupos constituídos quase que exclusivamente por operários e operárias, era dirigido à conscientização e à educação das plateias operárias. O conteúdo das peças encenadas abordava questões estruturais como em *A Greve dos Inquilinos*, de Neno Vasco, a história do movimento como em *Primo Maggio*, de Pietro Gori. Ainda que algumas das encenações fossem ambientadas no cotidiano operário, isso não era necessariamente uma regra. As críticas anticlericais e a discussão sobre a moral também estavam presentes em montagens como na encenação de *Electra*, de Pérez Galdós e *A Casa de Bonecas* (ou Casa di Bambole, em italiano) de Ibsen (1879), encenada pela primeira vez em São Paulo, em 1889, *Avatar*, de Marcelo Gama, (1878-1915), e *Bandeira Proletária*, de Marino Spagnolo, representada inúmeras vezes pelo Grupo Teatro Social em São Paulo, desde 28 de Outubro de 1922 (MENDES, 2010)²⁵.

O uso da arte cênica como ferramenta revolucionária de propaganda de difusão das ideias e das práticas anarquistas vai além dos conteúdos sociais encenados. Segundo Samis (2004), a relação entre os anarquistas e o teatro criou condições para que algumas companhias e atores operários se profissionalizassem. A construção de laços de afinidade entre organizações operárias e grupos de teatro permitiu a constituição de um público suficientemente numeroso para que essas atividades cênicas se sustentassem ou fossem financiadas pelo movimento operário e impulsionou a criação das primeiras entidades representativas da classe artística no Brasil.

1.1.2.1 A Plataforma

Para Schmidt e Van der Walt (2009), o debate mais importante acerca das questões

²⁵ MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo (1889-1930)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP/Franca, Franca, 2010. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/poshistoria/samanta.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

estratégicas político/organizacionais do anarquismo, em linhas gerais, foi iniciado no século XX, com a proposta A Plataforma Organizacional para uma União Geral de Anarquistas publicada no jornal *Dielo Truda* (Causa Operária), em junho 1926. Redigida pelos anarquistas russos exilados em Paris após a Revolução Russa (1917) e a Revolução Ucraniana (1918-1921), dentre os quais, estavam Nestor Makhno, Piotr Arshinov, Gregori Maximoff, Ida Mett, Nicholas Lazarévitch²⁶.

A proposta dos anarquistas russos exilados em Paris, conforme os autores, não era um revisionismo do anarquismo, mas uma formulação com base nas experiências dos anarquistas russos, na qual se rejeita o modelo leninista de vanguarda, reafirmando a necessidade de organização, sobre bases de:

Unidade ideológica [...] a ideologia representa a força que orienta a atividade de pessoas e organizações por uma via determinada e rumo a um objetivo determinado [...] a mesma deve ser comum a todas as pessoas e organizações que fazem parte da União Geral. [...] toda a atividade da União Geral dos Anarquistas, tanto geral quanto parcialmente, deve estar em concordância constante e exata com os princípios ideológicos professados pela União. Unidade tática [...] os métodos táticos empregados pelos membros individuais ou pelos grupos da União também devem ser unitários, isto é, encontrar-se em concordância rigorosa, tanto entre si quanto com a ideologia e a tática gerais da União (Idem) Responsabilidade coletiva [...] prática de agir sob a responsabilidade individual deve ser decisivamente condenada e rejeitada nas fileiras do movimento anarquista [...] o princípio da responsabilidade coletiva: a União inteira será responsável pela atividade revolucionária e política de cada membro; assim, também, cada membro será responsável pela atividade revolucionária e política de toda a União, Federalismo [...] significa o livre acordo dos indivíduos e das organizações, como um todo, para um trabalho conjunto orientado a alcançar um objetivo comum [I] o tipo federalista de organização anarquista – embora reconhecendo a cada membro da organização o direito à independência, à expressão, à liberdade individual e à iniciativa – encarrega cada membro de determinados deveres organizacionais, exigindo seu rigoroso cumprimento e a execução das decisões toma das em comum. (DIELO TRUDA, nº 10, p. 32-34, mar. 1926).

Os autores indicam que a proposta da Plataforma, materializada na sua publicação, foi

²⁶ O debate sobre a Plataforma, aqui exposto, é diferente da exposição realizada nas análises dos estudiosos sul-africanos. Ainda que suas posições sobre a proposta e a importância que dão ao debate tenham sido mantidas. Aproveitou-se o dossiê organizado pelo Instituto de Teoria e História Anarquistas (ITHA) para enriquecer esse trecho do estudo. O dossiê do ITHA, além das análises sobre o conteúdo da proposta e seu impacto no movimento anarquista, traz traduções dos textos produzidos pelos militantes envolvidos no debate. *ITHA - Dossiê a Plataforma Organizacional: O Maior debate histórico sobre a organização*. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/plataforma-organizacional/>. Acesso em: 10 maio 2017.

uma catalisadora do debate sobre organização, por Piotr Arshinov e Nestor Makhno terem traçado algumas das suas avaliações e teses em escritos, publicados em 1923 e 1925, em contraposição à proposta de Síntese de Volin que vinha tentando disseminar há alguns anos, sempre remontando às suas experiências na Nabat (Confederação Alarime de Organizações Anarquistas).

A recepção da proposta desencadeou elogios e críticas muito ácidas, como as de Volin, que associava a plataforma à concepção de partido centralista e a ser um “anarquismo bolchevizante”, um “verdadeiro anarco-hooliganismo”, e “comparável ao antissemitismo!”, entre outras, bem mais generosas, de Errico Malatesta, Luigi Fabbri, Camillo Berneri, Max Nettlau, Alexander Berkman, Emma Goldman e Gregori Maximoff.

As críticas de Malatesta à Plataforma – nessa época preso, foram em relação à ideia de responsabilidade coletiva e, na sua avaliação, com a existência de um Comitê Executivo, os russos estavam obcecados com o sucesso dos bolcheviques e buscavam reunir os anarquistas em um exército disciplinado. A troca de cartas do anarquista italiano com Makhno não foi suficiente para convencer Malatesta, que apenas cedeu anos depois, ocasião na qual admitiu que a concepção de responsabilidade coletiva poderia vir a ser interessante para agrupamentos militares e que os desentendimentos poderiam se tornar um problema de semântica (SKIRDA, 2002).

Camillo Berneri discorda da proposta da Plataforma em relação ao “romantismo” da proposta no que tange à ação popular. Para ele, era preciso ver o povo em perspectiva: “Não existe povo homogêneo, mas pessoas diversas, categorias. Não existe a vontade revolucionária das massas, mas momentos revolucionários, nos quais as massas são enormes alavancas” (BERNERI, 1927, p. 3).

O anarquista italiano indica que é necessário agir para responder no momento certo o que fazer, sem dirigismo, a tática única “quer dizer uniforme e contínua”, e foi uma “simplificação do problema da ação anarquista no seio da revolução (BERNERI, 1927, p.3). E, por isso, era necessário fazer uma revisão livre de apriorismos – e do comodismo de deixar para amanhã respostas a problemas táticos e reconstrutivos – “em relação às tendências conservadoras das massas, tendências que escondem o maior perigo de contenção e desvio da revolução” (BERNERI, 1927, p.4).

Michael Schmidt (2009), afirma que Sebastin Faure publicou uma resposta à Plataforma, *La Synthèse Anarchiste*, rejeitando os argumentos do texto em favor de uma mistura ideológica mais frouxa, mais correspondente ao pensamento libertário; as duas tendências dividiram o movimento anarquista mundial na interpretação do autor e o profundo

debate sobre a ideia de plataforma organizacional na América Latina gerou, no Uruguai, o especificismo. Em defesa da Plataforma Organizacional, o autor defende que a proposta foi um rascunho, um documento interno para o movimento anarquista, não tinha a intenção de que fosse um modelo acabado ou de que todos os anarquistas deveriam seguir o modelo plataformista e a despeito dos críticos mais severos como Volin, que para ele tentou rever o anarquismo ao criar um princípio de organização distensa sem política sólida, em uma abordagem que teria feito Bakunin revirar no seu túmulo.

Outra questão levantada pelo autor sobre organização, diz respeito ao que posteriormente vai ser chamado de dualismo organizacional. Desde a época de Bakunin, que era membro da ADS, que por sua vez atuava dentro da I Internacional, a maioria dos anarquistas e sindicalistas defendeu a necessidade de formação de grupos políticos anarquistas autônomos das organizações de massas. Os exemplos dados incluem: a Aliança Internacional da Democracia Socialista dentro da FORE espanhola, e sua sucessora, a Federação Anarquista Ibérica (FAI), fundada em 1927) que vai atuar junto à CNT, a Liga de Educação Sindicalista Industrial na Grã-Bretanha (fundada em 1910), a Liga Socialista Internacional na África do Sul (fundada em 1915), o grupo Luz/Lucha no México (fundado em 1912), a Sociedade dos Camaradas Anarco-comunistas (fundada em 1914 por Shifu/Liu Sifu), a Liga Sindicalista da América do Norte (fundada em 1912).

Iremos mais a frente voltar a discutir a questão da plataforma, apesar de consideramos que o documento foi uma importante contribuição para questões organizacionais anarquistas nos anos posteriores a sua publicação, discordamos da posição de Michael Schmidt (2009) quanto ao sintetismo e sobre seu impacto sobre o anarquismo do Global Sul. O especificismo como corrente anarquista latino americana não se remete apenas à Plataforma, mas as múltiplas influências presentes no anarquismo uruguaio.

1.1.3 A terceira onda do anarquismo (1924-1949)

A dificuldade para interpretar a presença anarquista na vida política do Brasil durante toda a terceira onda decorre da escassez de estudos sobre a terceira onda do anarquismo no país; pois boa parte dos estudos sobre o anarquismo no Brasil se concentra no período entre 1890 e 1920. E eles apontam o declínio da influência do anarquismo no movimento operário e a concentração das atividades libertárias no campo da memória e da cultura, após os anos

1930. Desde os anos 1990 e mais recentemente, há uma série de estudos que seguem em outra direção apontando não apenas ser um equívoco acreditar que o anarquismo desaparece da vida política nacional e/ou se concentraria em atividades de propaganda e culturais após os anos 1930, como também, mantém o argumento de que o sindicalismo revolucionário (e não o anarcossindicalismo) foi a principal estratégia organizacional dos anarquistas no movimento operário brasileiro.

Nessa interpretação, são criticadas as imagens da cisão entre as duas forças revolucionárias (comunistas e anarquistas) reduzidas a atribuições pejorativas de sectarismo, ineficiência e incoerência entre teoria e prática, imputadas especialmente aos anarquistas, e a perda da influência do anarquismo no movimento operário orientada geograficamente de forma linear. No lugar, propõe-se que os elementos da cisão entre anarquistas e comunistas sejam debatidos em relação às diferenças e às estratégias de transformação social, às correlações de força no interior do movimento operário e em relação ao Estado, afastando-se, também, de interpretações que reduzem o anarquismo ao seu antiestatismo e o senso comum existente no meio acadêmico de que as organizações anarquistas não lutavam por conquistas parciais para classe trabalhadora.

Sobre as disputas entre anarquistas e bolcheviques, Samis (2004), aponta elementos para compreender as relações entre os sujeitos do campo revolucionário, como a conjuntura internacional e nacional desencadeada após a Primeira Guerra Mundial, a influência do Komintern sobre o PCB, as respectivas diferenças dos bolcheviques com os anarquistas em relação à estratégia revolucionária, por vezes, culminado em rachas e dissolução das organizações operárias e, até mesmo, em conflitos fratricidas, em períodos onde a repressão estatal que incidia sobre todo movimento operário era mais violenta contra o setor libertário.

Para o autor, após a I Guerra Mundial se estabelece a regulação na gestão dos negócios internos – envolvidos direta ou indiretamente no conflito bélico – como um meio de acomodar e redimensionar os interesses do bloco capitalista, após a falência do liberalismo não intervencionista responsável em (alguns aspectos) pelo conflito. O Tratado de Versalhes, assinado em 1919, defendia a urgência do arbitramento estatal com o crescimento da classe operária e possíveis novos conflitos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é criada e passa constituir-se como um fórum privilegiado das futuras mediações dos conflitos cada vez mais evidentes entre capital-trabalho, onde as medidas de “nivelamento” proporcionariam a diminuição dos perigos dos efeitos da miserabilidade latente entre os trabalhadores.

No Brasil, com o crescimento do movimento operário, a percepção de parte do empresariado sobre a mediação dos conflitos acontece antes mesmo do Tratado de Versalhes.

Cria-se uma retórica liberal peculiar e, ainda que não parecesse tão nítida para os patrões, sistematicamente, e a cada lei, retirava-se a legitimidade dos sindicatos e os condicionavam ao diálogo com as instâncias oficiais, de preferência com aqueles setores adaptados às regras do jogo, enquanto os setores mais radicalizados eram eliminados sistematicamente pela repressão estatal.

O dispositivo de poder – presente desde os primórdios das legislações de cunho laboral pela lógica da harmonização entre capital e trabalho – passava pelo discurso de sacralização do trabalho e sua identificação como valor supremo e esse acontecia em paralelo às medidas oficiais, despolitizando o operário e deslocando a sua atenção para a retórica de quem dizia representá-lo (SAMIS, 2004).

Para Samis (2004), outro elemento para compreender as divergências entre anarquistas e bolcheviques diz respeito à estratégia de transformação social. Ao longo do debate entre as forças revolucionárias, os militantes libertários afirmam o sindicalismo revolucionário como estratégia anarquista, mas os comunistas (marxistas) brasileiros tinham outras diretrizes bem definidas que os deixava em relativa vantagem nas questões práticas, pois a via institucional por eles não rejeitada se ampliava como um fórum de discussão sobre as questões sociais ligadas ao trabalho. Para o autor, ironicamente, era um processo que havia sido antecipado pelos anarquistas com suas ações e greves durante as duas primeiras décadas do século XX.

A leitura do Komintern sobre a conjuntura nacional sintetizada por Otávio Brandão, em conformidade com o autor, considerava o Brasil um país feudal, carente de organização da burguesia nacional e desprovido de elementos empreendedores no setor secundário da economia; por isso, a necessidade de uma revolução democrática burguesa que se converteria em uma revolução proletária sob a orientação centralizada do partido comunista.

O PCB foi afinando seu programa com a leitura a respeito do papel do proletariado na revolução democrática e a importância do campesinato como seu aliado primordial principalmente em seu VI congresso (1928). Após as críticas feitas pelo Birô Sul Americano da Internacional Comunista que definia as linhas estratégicas da revolução nas colônias e semicolônias, o partido decidiu que os comunistas deveriam:

sob a hegemonia do proletariado, a revolução brasileira resolverá todas as tarefas burguesas democráticas essenciais, que se lhe apresentarão: 1) revolução agrária (libertação das massas camponesas e dos operários agrícolas de formas feudais e coloniais de exploração, confiscação, nacionalização e entrega da terra aos camponeses e aos operários agrícolas) 2) libertação do Brasil do jugo do imperialismo (confiscação e nacionalização das empresas, das minas, dos domínios,

das empresas, das vias de comunicação, dos bancos dos imperialistas, anulação das dívidas externas; 3) instauração da República Operária e Camponesa sobre a base dos Soviets, agrupando a classe operária e massa camponesa (ditadura democrática revolucionária do proletariado e da massa camponesa (A CLASSE OPERÁRIA, Rio de Janeiro, n. 89, 17 abr. 1930).

Outro elemento estratégico de acirramento das divergências com os anarquistas foi o olhar “estrangeiro” de Moscou acolhido pelo PCB que era extremamente hostil aos métodos e críticas tanto de anarquistas quanto de dissidentes comunistas, perdurando até os anos 1950. Rejeitada pelos anarquistas, a via partidária institucional incidia como reforço às leis de assistência social aos trabalhadores, gerando mais críticas dos anarquistas aos bolcheviques brasileiros. A exemplo da política de alianças com os partidos pequeno-burgueses e setores radicalizados do Exército, algo que para o PCB era tido não apenas como desejável, mas inevitável.

A estratégia antifeudal e anti-imperialista da revolução brasileira que orientava o PCB – ainda que geradora de divergências internas no partido comunista em relação à política de alianças – era vista por anarquistas com desconfiança. Samis (2004) nos informa que, a partir de 1927, os comunistas pregavam com mais insistência a criação de uma frente única proletária e encaravam os anarquistas como uma incômoda permanência resistente a mudanças. Para os anarquistas, a frente única feria os princípios de autonomia sindical e pluralidade, estabelecidas no Primeiro Congresso Operário, em 1906.

Contudo, para o historiador, Alexandre Samis (2004), no que tange aos conflitos entre sindicalistas vermelhos, amarelos e sindicalistas revolucionários, havia diferentes posturas diante dos adversários. Os sindicalistas amarelos, reformistas e indefinidos tingiam a crítica de cores mais radicais, atribuindo aos anarquistas rótulos de perturbadores da unidade sindical e obstrutores da harmonia entre capital e trabalho. No período inicial da disputa com o PCB, os anarquistas mantiveram os debates sobre as estratégias revolucionárias muito mais no âmbito da sua imprensa. Inclusive admitindo falhas em manter as organizações sindicalistas revolucionárias coesas.

As críticas ao bolchevismo no interior do movimento operário levaram o PCB a uma postura de dissensão, na qual a simples menção da palavra “anarquia” ou associação de seus militantes ou de um determinado militante a essa palavra podia levar ao expurgo. Entre os casos mencionados está o de Bernado Canellas, indicado pela Comissão Central Executiva para participar IV Congresso da Internacional Comunista na França. Ele foi expulso do partido depois de ter sido acusado de ter feito declarações im procedentes colocando a direção

nacional do PCB sob suspeita do Komintern. Canellas vinha de uma militância anarquista que abandonara, por acreditar na necessidade de um órgão político centralizado, e foi ironicamente expulso do partido por tecer críticas ao uso de táticas erradas pelo PCB (SAMIS, 2004).

Entre os equívocos apontados pelo militante comunista está a aproximação do PCB da Confederação Sindicalista Cooperativista (dirigida por Sarandy Raposo) com o objetivo de atingir um maior contingente de operários. O problema, para Canellas, era que o setor cooperativista do trabalhismo carioca tinha um histórico de alinhar-se com os interesses do governo, buscando sempre proteção dos órgãos oficiais, nesse sentido, não traria para o comunismo as bases proletárias como esperava o PCB e sim uma maior fragilização das iniciativas revolucionárias, com a infiltração dos cooperativistas nos espaços mais radicais. A compreensão de Canellas sobre a “domesticação do movimento proletário” se aproximava da leitura anarquista sobre as alianças que geravam desconfiança entre eles, mas se distanciava deles em relação a necessidade de um órgão político centralizado e quanto ao papel do PCB nessa domesticação: para Canellas, os comunistas estavam sendo manipulados por Raposo.

Em conformidade com Samis (2004), os ataques do PCB aos métodos libertários de ação no A Nação, periódico oficioso do partido, foram se intensificando proporcionalmente aos espaços ocupados pelos comunistas e seguiam a linha anteriormente descrita onde se atribuíam, segundo os detratores do anarquismo, os fatos “comprovados” pela observação empírica de que os anarquistas ocupavam um lugar indevido na condução dos sindicatos.

Ainda nos primeiros anos das disputas entre os anarquistas e o PCB, acontece o racha da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, movido por lutas autofágicas entre os fundadores libertários e os comunistas, e os últimos, após enfraquecerem a entidade hegemônica a sua direção, algo que fez os anarquistas reorganizarem a antiga Federação Operária do Rio de Janeiro, que nasceu com certo prestígio enfraquecendo ainda mais a FTRJ, já desgastada pelos conflitos internos.

Conforme o autor, a partir do ano 1926, intensificam-se as polêmicas e acusações mútuas entre anarquistas e comunistas na imprensa operária. Diferente do período logo após 1917, em que os anarquistas viam a Revolução Russa com reservas por ser um processo em curso, as críticas anarquistas ao bolchevismo se voltaram: (1) à centralização do partido; (2) à burocratização; e (3) às perseguições, prisões e assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras. Algo que, entre outras coisas, apontava para um alerta sobre os caminhos semelhantes que poderiam se seguir se o proletariado optasse pela tática bolchevique no Brasil.

O clima de hostilidade mútua fez suas vítimas, uma delas o sapateiro libertário Antônio Domingues, que segundo a versão dos anarquistas foi morto a tiros pelos comunistas Eusébio Majon e Galileu Sanchez, porém os comunistas afirmaram que fora assassinado por policiais disfarçados. A polêmica entre o deputado Azevedo Lima e o então presidente da União dos Operários de Tecido, Joaquim Pereira de Oliveira, que o acusava de envolvimento com a polícia, terminou com um saldo de 10 feridos e dois mortos durante o Fórum de exposição das provas contra o deputado. Para Samis (2004), a fissura aberta com a morte de Antônio Domingues demarca a já desgastada relação entre anarquistas e comunistas, diante do que os anarquistas consideravam uma traição bolchevista, no momento em que o partido não parava de crescer.

Entretanto o autor aponta alguns dados que relativizam a influência do PCB e a ideia de crise no anarquismo e ascensão do comunismo, algo que é corroborado pelo estudo de Rodrigo Rosa (2018) sobre o movimento anarquista em São Paulo nos anos 1930.

No Rio Grande do Sul, embora o PCB tivesse somente 80 militantes, eles eram reconhecidos pelo seu espírito de seita e, ao contrário do Rio de Janeiro e São Paulo onde as relações estavam muito desgastadas, houve uma união entre anarquistas sindicalistas da Federação Operária do Rio Grande do Sul e o PCB. No Rio de Janeiro, São Paulo e outras partes do país, os anarquistas estavam bastante combalidos com as prisões de militantes, com a repressão e com o avanço da criação das frentes únicas. Apesar disso, os sindicalistas revolucionários cariocas organizaram um sindicato de ofícios vários e conseguiram mobilizar um grande número de trabalhadores para os protestos do 1º de Maio de 1927, ainda assim não puderam frear a decadência (SAMIS, 2004).

O jornal *A Plebe*, de agosto de 1927, anunciava a prisão de inúmeros militantes. Entre eles estavam: Domingos Passos, Edgar Leuenroth e João Peres, importantes articuladores no eixo Rio-São Paulo. Foram presos em decorrência das manifestações em solidariedade a Sacco e Vanzetti, a última grande campanha da década, que uniu anarquistas e comunistas e se esgotou com a execução dos militantes, mas sem deixar de ter sido forte momento de filiações e proselitismo ideológico comunista.

Outro dado levantado por Samis (2004) diz respeito ao número de filiados ao PCB. O autor alerta sobre a dificuldade de se obter dados precisos já que a transição do sindicalismo revolucionário para o sindicalismo vermelho não obedeceu a marcos cronológicos rígidos. Astrojildo Pereira em seu livro *Formação do PCB (1925)*, fala em 150 filiados no Rio de Janeiro e Niterói, a metade do número de filiados ao partido, já Hermínio Linhares conta mais de meio milhão de membros no Rio, São Paulo, Bahia, Vitória, Santos, Minas e Porto

Alegre. Em 1928, a seção do partido no Brasil informava à Internacional Comunista, possuir 1.200 membros, sendo 98% deles operários e 2% de intelectuais e burgueses. No ano seguinte, em 1929, o chefe de polícia Coriolano de Araújo Góes Filho, registrou que um pouco mais de 300 aderentes se filiaram a III Internacional. Para o autor, a disparidade dos dados apresentados pelo PCB ao Komintern e os do oficial de polícia, dizem respeito à necessidade de contemplar as expectativas do Komintern, e do outro lado, o da ordem de subvalorizar a participação dos comunistas no movimento operário, sendo que os anarquistas nem são mencionados.

Em São Paulo, em conformidade com Rodrigo Rosa (2018), o anarquismo se mostrou uma força política significativa no sindicalismo até o fim dos anos 1930. Afirmação que é evidenciada pela continuidade de publicações, manifestações, em especial, antifascistas e anticlericais, na resistência dos sindicatos contra a subordinação ao Estado de Vargas e às leis de sindicalização e reformas trabalhistas.

A reorganização do sindicalismo em São Paulo – encabeçada por anarquistas e trotskistas no Comitê de Reorganização Sindical após a Revolução de 1930 – fez com que muitas categorias mantivessem sua resistência e que os sindicatos fossem criados ou reerguidos, formando duas federações: Federação Sindical Regional de São Paulo, dirigida pelos comunistas, reunindo, principalmente, sindicatos do interior e sem bases expressivas na capital; e a Federação Operária de São Paulo (FOSP), que congregava a maior parte dos sindicatos e as categorias mais importantes.

Contrariando a interpretação de que o anarquismo teria perdido sua força no sindicalismo nos anos 1920 com a criação do PCB, a pesquisadora Edilene Toledo (2004) afirma que o sindicalismo revolucionário era uma ideologia autônoma em relação ao anarquismo. Ela defende que o anarquismo em São Paulo era uma rede de homens e mulheres articulados em diferentes espaços políticos, cumprindo um papel diferente em cada um deles, porém, constituindo um projeto libertário que desse respostas aos trabalhadores tanto em aspectos das suas vidas político-sociais, como também das suas vidas econômicas.

Para os autores Rodrigo Rosa (2018), Alexandre Samis (2004) e Edilene Toledo (2004), não se pode ignorar as divergências no interior do anarquismo, algumas correntes optavam por não atuar no meio operário e sindical, dedicando-se às atividades culturais e educativas, mesmo entre os que optavam por atuar no movimento operário havia discordâncias sobre o sindicalismo, mas os espaços de atuação estavam em constante diálogo.

Segundo Rodrigo Rosa a FOSP, criada em 1905, foi retomada na III Conferência Operária Estadual, realizada nos dias 13, 14 e 15 de março, de 1931. A federação congregava

organizações, todas consideradas ilegais – a Liga Operária da Construção Civil, a União dos Artífices em Calçados, o Sindicato dos Operários de Fábrica, Sindicato dos Padeiros, a União dos Canteiros de São Paulo, a União dos Operários em Fábricas de Chapéus, a União dos Empregados da Light, a União dos Ladrilheiros, a Liga Operária da Vila Anastácio, a União dos Profissionais do Volante, a União dos Canteiros de Itatiba, a União dos Operários Metalúrgicos – e outros sindicatos no interior do estado.

Além dos sindicatos, uniões e ligas operárias, grupos de afinidade e outras organizações circulavam pela FOSP, como o Centro de Cultura Social, e também publicações como O Trabalhador e A Plebe que, em 1933, dividia espaço na sede da FOSP. A presença da FOSP nas movimentações de resistência, as legislações trabalhistas de 1927 a 1937 e a defesa do sindicalismo revolucionário como forma de organização e como meio de evitar o atrelamento partidário e religioso são marcas fortes da atuação da federação, composta na sua maioria por defensores da estratégia anarquista.

Rosa (2018) ressalta a constante repressão e infiltração de agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) na FOSP, documentada pela instituição em relatórios pouco estudados pelos historiadores brasileiros, e o trabalho relevante de Hermínio Matos, diretor do jornal O Trabalhador, na articulação entre organizações anarquistas no Brasil e no exterior. Ele mantinha também correspondências com essas organizações e com militantes, tanto nacionais, como estrangeiros. Dentre essas organizações estavam a FORA (Argentina), a CNT (Espanha) e a AIT, nessa época sediada em Berlim, o que despertava a desconfiança da polícia política varguista.

A vigilância sobre Hermínio Matos, segundo o autor, não o impediu de proferir uma série de conferências e palestras entre 1931 e 1934, de participar de manifestações, nas publicações e de integrar o Comitê Anti-guerreiro e o Comitê Antifascista e de estar presente na fundação para formação da Frente Única Antifascista que enfrentaria os integralistas, em sete de outubro de 1934.

Em conformidade com os estudos de Samis (2004), Rosa (2018) defende que o declínio da influência anarquista no movimento operário não ocorre da mesma forma em todas as regiões do Brasil e não tem como único elemento a hegemonia bolchevique (PCB) no movimento operário. Segundo Rafael Viana Silva (2018), as atividades anarquistas cessaram mesmo durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), ainda que o movimento, operando na clandestinidade, tivesse suas forças reduzidas e estivesse atuando basicamente nos eixos Sul e Sudeste do país.

O historiador menciona um sítio usado como espaço para reuniões que manteve vivo os laços sociais entre os libertários, favorecendo, posteriormente, a reorganização do anarquismo na abertura democrática. Em conformidade com dados mais detalhados fornecidos por Abreu (2015) sobre a “Nossa Chácara”, ela se localizava no bairro Itaim Bibi em São Paulo, media 7.500 m², comprada por Benjamim Mota em novembro de 1939. Para tanto, construiu-se alojamentos, cozinha coletiva, um palco, salão e pomar.

A renúncia de Vargas em 1945, decorrente da pressão de um eminente golpe militar com apoio da oposição liberal conduziu, via eleições, Eurico Dutra (1945-1950) ao governo. Dutra ao contrário de Vargas, que manteve uma relativa autonomia da política externa, manteve-se alinhado ao bloco estadunidense, deixando a estrutura repressiva intacta, mas um pouco mais relaxada.

Segundo Rafael Viana da Silva (2018) a conjuntura desfavorável – em decorrência da repressão estatal e do sindicalismo corporativista, peça chave do trabalhismo e do Estado autoritário varguista – para as organizações operárias durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) apresentou uma sensível mudança permitindo que os anarquistas e outras correntes políticas se reorganizassem, inicialmente, lançando jornais periódicos e reatando as relações políticas.

A imprensa anarquista foi rapidamente rearticulada com o fim do Estado Novo, um dos primeiros periódicos a circular foi o Remodelações, editado pelo anarquista cearense Moacir Caminha. O jornal Ação Direta, editado no Rio de Janeiro, circulou entre os anos de 1946 a 1959. O nome do jornal era uma homenagem ao homônimo que circulou entre os anos 1920 e 1930 e outro jornal importante no período, será o jornal O Archote, apesar da sua curta duração. Em São Paulo, o jornal A Plebe, retornou a partir de 1947 até 1951 e com o seu fim nos anos 1960, surgiu o jornal O Libertário.

O autor esclarece que é importante não perder a dimensão da imprensa militante anarquista, pois ela não é um fim em si mesmo, e sim uma imprensa voltada à ação ligada ao desejo de incidir em questões políticas e questões de classe mais amplas. Nesse sentido, é impossível compreendê-la sem relacioná-la com os debates que ocorriam no universo da classe trabalhadora da época. Para ele essa imprensa atuava no sentido de articular os anarquistas dispersos e, conseqüentemente, incidir nas organizações de classe. Os objetivos formalizados nas páginas dos jornais anarquistas eram a tentativa de retomar o trabalho das entidades sindicais e empreender esforços na formação de uma organização política de amplitude nacional.

O congresso mais importante nesse período foi realizado em São Paulo, entre os dias de 17 a 19 de dezembro de 1948, participaram do congresso grupos e individualidades de São Paulo e Rio de Janeiro, como a União Anarquista do Rio de Janeiro, a União Anarquista de São Paulo, a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, o Editorial Germinal do Rio de Janeiro, o Grupo Anarquista Esperantista do Rio de Janeiro, o Grupo Archote de Niterói, a Agrupação Imprensa e Propaganda de São Paulo e A Plebe de São Paulo (CORREA, 2009), do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Segundo Viana (2018), foram enviados convites também para os estados de Santa Catarina, Ceará, Mato Grosso e Minas Gerais, mas por motivos diversos eles não conseguiram mandar delegados. Outros encontros foram realizados em 1953, no Rio de Janeiro, na residência do professor José Oiticica, no bairro da Urca, com a participação de 34 militantes do Rio de Janeiro, São Paulo e outros cantos do Brasil e conforme Oliveira (2014), outro em 1959 e um mais modesto em 1963. Além dos encontros nacionais, os militantes anarquistas brasileiros participaram do 1º encontro americano, do 1º encontro internacional e cita dois congressos sul-americanos que contaram com a presença da FORA e da Federação Anarco-comunista, ambas da Argentina.

Sobre os encontros nacionais, Viana da Silva (2018) analisa que eles aconteceram em temporalidades e conjunturas específicas, mas há continuidades de certos elementos que podem ser observados numa perspectiva mais ampla na busca da criação de uma federação anarquista de porte nacional e em defesa da atuação organizada na classe trabalhadora. A opção de atuar nos sindicatos foi ratificada por diversas vezes, embora no congresso de 1963 os militantes tenham sido mais cautelosos com relação a atuação neles.

O debate sobre os espaços de atuação e organização anarquista nos anos 1940 e 1950, segundo o autor, consolida no período a estratégia descrita pelo conceito de “dualismo organizacional”, utilizado pelos pesquisadores para descrever a defesa de uma organização política anarquista que atuaria dentro do movimento de massa. Contudo, o historiador esclarece que o dualismo organizacional não pode ser generalizado como majoritário entre os anarquistas, existia nesse período, um consenso em torno da tarefa formar organizações, mas não em torno de qual modelo essas organizações assumiriam.

Segundo Viana da Silva (2018) e Oliveira (2014), a tentativa de retomada da influência anarquista no movimento operário dos anos 1940 e 1960 foi marcada, também, pela relação intergeracional entre militantes que vivenciaram as ondas mais gloriosas do movimento. É o caso de José Oiticica, Edgar Leuenroth e Juan Perez Bouzas e militantes da nova geração, como Ideal Peres (1925-1995). Pode-se indicar, conforme Viana Silva (2018), dois momentos:

o primeiro momento, incentivado pelo congresso de 1948, no qual os anarquistas formaram diversos grupos e organizações no eixo Rio-São Paulo e no Rio Grande do Sul com a perspectiva de criar uma articulação nacional. O segundo momento, descrito pelo autor como um período mais modesto para essas organizações voltadas mais para o campo da propaganda.

Dentre as organizações anarquistas mencionadas por Silva Viana (2018) no período, estão a União Anarquista do Rio de Janeiro (UARJ), com cerca de 30 membros efetivos, da qual a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, nascida antes do congresso anarquista de 1948, fazia parte. Assim como o grupo Ação Direta, fundado na mesma época que a UARJ e, ainda que voltado para atividades mais práticas e mais modestas, teve uma maior longevidade, pelo menos até 1959; O grupo Archote, fundado em 1947, em Niterói; A União Anarquista de São Paulo, fundada também na esteira do congresso de 1948, e que, apesar de confundida com a UARJ devido à grande circulação de militantes entre os dois estados, tinha um maior número de militantes em função das suas atividades regulares e por poder contar com local próprio, o Centro de Cultura Social, algo que no Rio de Janeiro só vai acontecer em 1958, com a fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica; O Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), formalizado em 1958 – a infiltração de um suposto agente provocou a cisão da UARJ originando dois outros grupos no Rio de Janeiro: o GAJO e o Ação Libertária; e ainda, a Aliança Libertária de São Paulo, mencionada no congresso de 1962.

Entre as atividades desses grupos estavam as publicações de jornais, livros, a formação de militantes, a agitação e propaganda, e a organização de militantes dispersos. Para o autor, apesar de muitas vezes confundidos com grupos de afinidade, levando em conta suas especificidades organizacionais, os grupos e organizações eram “estruturados” e atuavam como organizações anarquistas na classe trabalhadora. E ainda, no debate interno do campo anarquista, havia a avaliação de que foram fatores alheios às suas vontades que conduziram o anarquismo para fora dos sindicatos, ao mesmo tempo, e que a atuação excessivamente sindical impôs limites à constituição de organizações políticas anarquistas, capazes de influenciar a classe operária.

Nesse sentido, para ele, estavam longe da imagem que se tem dos grupos anarquistas dos anos 1940 e 1950, caracterizados por atividades de propaganda e preservação da memória e que desconheciam (ou ignoravam) as polêmicas do debate organizacional em torno Plataforma versus Síntese. A oxigenação ideológica dessas organizações dependia de suas práticas no interior das classes subalternas.

Viana da Silva (2018) fala da atuação anarquista nos sindicatos, traçando um recorte cronológico sobre a conjuntura de quatro fases: a primeira fase (1945-1946) é a da retomada das lutas e da redemocratização; a segunda (1947-1950) é a de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra; a terceira (segundo governo Vargas e nos primeiros anos do governo Juscelino Kubitschek) é a da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e do ressurgimento das greves; e a quarta fase é a da conjuntura de grandes mobilizações no início dos anos 1960.

No Rio de Janeiro, a primeira fase, coincide com o aparecimento dos jornais anarquistas. Em dezembro de 1945 já existiam movimentações grevistas e a posse de Eurico Dutra, em 1946, é marcada pelo movimento paredista e por uma onda de greves que agitaram o país.

Os anarquistas, reafirmando a importância das greves, apoiavam o movimento em sua imprensa específica. Opinando sobre a importância da greve, afirmam que esta é 'um gesto de rebeldia contra exploração do trabalho' e defendendo a bandeira do sindicalismo revolucionário e que 'as greves parciais, de uma só profissão, de uma só classe de trabalhadores, precisam estar garantidas pela possibilidade de greve geral de todas as classes operárias (REMODELAÇÕES, 6 fev. 1946, apud VIANA DA SILVA, 2018, p. 311).

Cabe ressaltar, segundo o autor, sobre as movimentações grevistas que ocorreram entre 1945 e 1946, que primeiramente havia o impulso das entidades sindicais combaterem qualquer iniciativa que fugisse ao seu controle e, em um segundo momento, os sindicatos foram apropriados ou pressionados pelas suas bases a assumirem determinadas reivindicações; o descompasso entre direções e bases que se tornava cada vez maior fez com que os anarquistas acreditassem em uma possível ascensão do movimento operário a partir da sua base ou da ruptura com os setores que o dirigiam, no caso o PCB e o PSB.

As primeiras iniciativas bem organizadas – noticiadas pela imprensa anarquista – na tentativa de influenciar nas entidades sindicais foram: a formação em São Paulo da União Proletária Sindicalista, mas que teve pouca duração; no Rio de Janeiro, anarquistas e outros trabalhadores – que eram do Grupo de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light – editaram o jornal Unir, que trazia informações relativas à categoria e também fazia defesa do sindicalismo revolucionário; e, de forma minoritária, os anarquistas também atuavam nas categorias dos professores e jornalistas, mas, a atuação mais forte se deu no Sindicato dos Trabalhadores Gráficos (STIG), que sofreu a intervenção de uma junta governista, em 1952.

Sobre os meios de burlar a intervenção do governo nas entidades sindicais, entre 1947 e 1952, Viana da Silva (2018) lembra que o PCB seguiu a linha de construir organizações paralelas fora da estrutura sindical, mas nunca abandonou completamente essa base, o que garantiu suas “raízes” nos sindicatos. Os anarquistas, inicialmente, defenderam as teses do congresso de 1948, que apontavam para formação de Grupos de Resistência Sindical e Grupos Sindicais de Ação Direta, mas entre a intenção e aplicação da proposta, havia uma distância considerável, de acordo com a realidade das correlações de forças locais. Em Campinas, os anarquistas avaliaram que não era possível interferir diretamente nos sindicatos, e consideraram difundir a proposta em outros locais, como Curitiba.

Sobre isso, o autor afirma que, no período de intervenção ministerialista²⁷, os anarquistas foram menos sectários que o PCB – ainda que menos efetivos –, em decorrência de estarem dispersos em várias categorias, em número reduzido e em um contexto hostil às suas propostas.

O fim da intervenção ministerialista, segundo autor, dá um impulso para outra iniciativa, essa mais ampla, de atuação nos sindicatos: a criação do Movimento de Orientação Sindical (MOS). O MOS foi uma iniciativa tomada pelos trabalhadores da Light e pelos gráficos. O ano de 1953, que ficou marcado pela retomada das mobilizações operárias, como a “Greve dos 300 mil” em São Paulo, contou com a participação de anarquistas, socialistas, sindicalistas independentes e militantes de diversas categorias.

Contudo, a grande dificuldade do MOS era o PCB. No contexto das greves de 1953, os militantes comunistas eram orientados a criarem conselhos de fábricas nas empresas, o que lhes garantia certo prestígio. Nesse sentido,

[...] Algumas práticas sindicais – com as quais os anarquistas se sentiam confortáveis do ponto de vista estratégico – eram capitaneadas por outras forças políticas de esquerda (VIANA DA SILVA, 2018. p.314).

Entre as iniciativas do MOS, é destacada pelo historiador a atuação na categoria dos gráficos em São Paulo, com a criação do jornal *Ação Sindical*, organizado pelo Ação Sindical do Gráficos que, sem sectarismos, reunia artigos do Partido Socialista Brasileiro, sindicalistas independentes e anarquistas. O grupo do Ação Sindical iria interferir no STIG, defendendo a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras, não recomendando a criação de novos sindicatos e,

²⁷ Como eram chamados por anarquistas e comunistas os sindicatos alinhados ao Ministério do Trabalho.

sim, livrando-se de todas as tutelas, referindo-se à direções centralizadoras e a estrutura corporativista.

O autor explica:

Os anarquistas, portanto, não viam o sindicalismo apenas como simples expressão institucional dos sindicatos, mas uma prática mais ampla de classe, que seria conformada também pelos locais de trabalho. Se acreditava (sic) que havia uma estrutura constringido (sic) os sindicatos e limitando seus alcances práticos, por outro lado, convenciam-se pela experiência direta, que as mobilizações pela base assemelhavam-se em germe ao modelo do sindicalismo revolucionário (VIANA DA SILVA, 2018, p. 315).

Continuando o argumento, dando o exemplo dos anarquistas que atuavam junto ao sindicato dos gráficos, o autor afirma que eles não ignoravam as lutas pelas regulamentações vigentes e conquistas imediatas, pois viam a importância dessas conquistas naquele contexto. Porém, o cerne da questão para esses militantes era evitar as regulamentações de direitos trabalhistas que atrelassem os sindicatos ao Estado. Mesmo o imposto sindical, um instrumento econômico de subordinação dos sindicatos ao Estado, era colocado dentro de um contexto mais amplo da estrutura sindical. Onde não avaliavam, havia outros elementos resultantes das disputas no interior da classe trabalhadora que mantinham os sindicatos tutelados pelos órgãos governamentais.

Viana da Silva (2018) assinala que a atuação anarquista para se efetivar nos sindicatos também dependia de renovação de seus quadros, de uma coordenação política mais eficiente e baseada no Congresso de 1948, do que nos congressos posteriores, os quais se teve uma grande dificuldade em se reproduzir. O caminho traçado foi a opção de reforçar as trincheiras nos seus espaços culturais. Porém foi somente na conjuntura dos anos 1960 que se modificariam as correlações de forças na esquerda e os libertários passariam a atuar em determinados espaços e com estratégias culturais.

Entretanto é importante ressaltar, como observa o autor, que o declínio da influência anarquista nos sindicatos não significou um abandono das lutas junto às classes oprimidas já que a criação de espaços libertários de formação política, cultural e artística estava inserida dentro da estratégia de ampliação do anarquismo. Existiram esforços de construção de espaços como o Centro de Cultura Social (CCS) de São Paulo e o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO) no Rio de Janeiro, nas periferias, mas esses não vingaram por uma série de motivos. Um deles: a repressão estatal. Além disso, os anarquistas também

trabalharam em campanhas de solidariedade junto aos exilados espanhóis, apoiando os refugiados da ditadura salazarista em ações de resgate dando abrigo aos militantes perseguidos.

1.1.4 A quarta onda do anarquismo (1950-1989)

A quarta onda do anarquismo demarca a atuação anarquista na retaguarda da Guerra Fria e nas lutas anticoloniais na África e Ásia. Muitas das interpretações do período afirmam que anarquismo estava muito enfraquecido nos anos 1950. Um *boom* do Pós-guerra e a Guerra Fria entre os capitalismo alternativos dos EUA e da URSS estavam em seu auge. Schmidt (2013) afirma que tais interpretações são parcialmente verdadeiras, as ditaduras ascendiam na América Latina, no Mediterrâneo, e no Extremo Oriente, a revolução na China havia sido hegemonizada pelos maoístas e na Coreia, em 1953 foi permanentemente esculpida em campos totalitários vermelhos sob influência stalinista e brancos sob a influência estadunidense (ditadura de Syngman Rhee ao governo da junta militar da 3ª república).

Ainda assim, segundo autores como o próprio Schmitd (2009), Bellé (2009) e outros, a invisibilização do anarquismo na luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista é notória. Antes mesmo de Fidel Castro se tornar conhecido, organizações anarquistas como a Asociación Libertaria de Cuba, criada 1927, detinham desde essa época uma forte influência sobre os trabalhadores industriais, do campo e artesãos²⁸.

Segundo Dolgoff (1974) nos anos 1950, os comunistas e outras correntes socialistas ganharam força no meio dos trabalhadores, com as concessões de direitos trabalhistas e amortização de conflitos do primeiro governo Batista. O preço das concessões feitas pelo governo Batista foi a submissão de organizações trabalhistas legítimas e independentes – como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) – ao veículo desse monopólio, a Confederação Cubana do Trabalho (CTC), patrocinada pelo Estado, controlada pela coalizão comunista-Batista, pelo apoio da maioria desses sindicatos ao golpe de Batista em 1952.

²⁸ Conforme Correa (2018), Cuba está entre os países em que a influência da Primeira Internacional foi, em grande medida, estabelecida em função de ainda serem colônias. A vinculação entre colônia e metrópole favorecia a circulação das pessoas e da propaganda. Cuba contou com a presença de exilados *communards*, com a influência do pensamento proudhoniano e com a intensa imigração espanhola. Dentre esses espanhóis, existiam bakunistas que tinham contatos estabelecidos com os trabalhadores locais desde os anos 1860. Sobre esses contatos, destacam-se, dentre as atividades de organização e propaganda dos espanhóis, a articulação dos tabaqueiros cubanos e a fundação da Federação de Trabalhadores da Região Espanhola, em 1881, por ter estabelecido um avanço mais definitivo entre os trabalhadores espanhóis e cubanos.

Todavia o apoio não foi suficiente para as greves na indústria açucareira, ou as mobilizações dos trabalhadores rurais e nem as greves dos trabalhadores bancários, em 1955, ou as greves gerais de 1957 e 1959.

A participação dos anarquistas não se resumiu às greves. Participaram das redes de apoio internacional contra as ditaduras, como a Frente Anti-ditatorial latino-americana, composta por exilados da Venezuela, Peru, República Dominicana e Espanha e do Movimento 26 de Julho (M-26-J), figurando em sua composição comunistas, anarquistas, socialistas antissoviéticos e liberais radicais (BELLÉ, 2009).

A imprensa anarquista já denunciava os problemas relacionados ao que viria ser o castrismo três anos antes da deposição da ditadura de Batista. Após a revolução, mais precisamente em 1961, muitos anarquistas cubanos – assim como artistas, intelectuais, comunistas não alinhados ao leninismo de Fidel Castro e parte da população desiludida com a revolução – se exilaram nos Estados Unidos²⁹.

Na América Latina de acordo com Schmitd (2009) a participação de anarquistas organizados em sindicatos foi importante no Chile e na Argentina e, ainda na década de 1950, temos a criação da Federação Anarquista do Uruguai (FAU), em 1956, uma organização que, apesar de possuir apenas 500 membros, construiu uma rede de resistência de 10 mil trabalhadores e uma convenção nacional sindicalista que era de 400.000 trabalhadores em 1972.

Os anarquistas participaram das guerrilhas armadas no Chile, Uruguai e Argentina. A facção anarquista do Movimento armado da Esquerda Revolucionária (MIR) o deixa em 1967, orientando-se pela linha político-militar do comunista libertário Marcello Ferrada-Noli e, com o fim da ditadura Pinochet, os militantes vão se envolver na fundação do Congresso de Unificação Anarco-Comunista (CUAC), mais tarde renomeada como Organização Comunista Libertária (OLC).

Na Argentina, a Resistência Libertária fundada no fim dos anos 1960, em seus melhores momentos, tinha de 100 a 130 militantes, e uma rede muito maior de simpatizantes. Apesar de possuir um pequeno aparato militar, suas ações eram voltadas para desapropriação a fim de financiar suas frentes de trabalho no meio estudantil, operário e comunitário e para a autodefesa contra a ditadura militar encabeçada pelo General Jorge Rafael Videla, em período em que o sequestro de militantes era constante. Em 1978, a organização foi desmantelada e 80% de seus militantes foram enviados aos campos de concentração e tortura (DIZ;

²⁹ O impacto da Revolução Cubana para o anarquismo latino-americano vai redefinir a posição do anarquismo uruguaio e suas relações com o anarquismo internacional por isso deixaremos para detalhar mais a frente nesse mesmo capítulo.

TRUJILLO, 2007). No Uruguai, a Organização Popular Revolucionária 33 (OPR-33), influenciada pelas teorias de Abraham Guillén defendia a Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) fundada pela Federação Anarquista Uruguaia durante a ditadura de Juan Bordaberry.

O destaque que estamos dando à fundação da Federação Anarquista Uruguaia, quebrando a cronologia usada para traçar as particularidades da quarta onda global do anarquismo no Brasil, se deve pelo fato de o anarquismo especificista se originar em uma conjuntura, estrutural e de múltiplas influências que irão incidir sobre sua leitura da realidade no processo de renovação do anarquismo no Uruguai (TRIZTÁN, 2006), muito diferente da do Brasil da segunda metade dos anos 1990 quando o especificismo aqui chegou, e quando da fundação da Coordenação Anarquista Brasileira, em 2012; em comum demonstram sua preocupação em adaptar o anarquismo às lutas populares do continente latino-americano.

Os preceitos básicos do bakuninismo, do anarco-comunismo organicista de Malatesta, do classismo do anarcossindicalismo e da ação armada da Federação Anarquista Ibérica (FAI) e anarquistas expropriadores do Rio da Prata (BONOMO, 2003), a presença dos anarquistas espanhóis que haviam imigrado para o país, fugindo nos anos 1940 do regime franquista, as lutas dos grêmios solidários e sindicatos autônomos e do movimento estudantil libertário e das tentativas de rearticular o anarquismo nos sindicatos (RUGAI, 2014; SILVA, 2018) nos anos 1950, vão ser determinantes para constituição da FAU.

Segundo Rugai (2014) o anarquismo uruguaio também chegou aos anos 1950 com sua influência na classe trabalhadora enfraquecida em consequência de divergências internas, da maior influência dos partidos comunistas no movimento operário, da repressão e políticas de integração da classe trabalhadora ao Estado³⁰, mas diferente do que aconteceu na Argentina e no Brasil, onde a perda da influência foi de forma descontínua e regionalizada, o anarquismo uruguaio manteve mais articulado no movimento sindical que o brasileiro. Ainda assim segundo Rugai (2012), no início da década de 1950, o movimento sindical uruguaio permanecia fragmentado, sem que nenhuma da série de tendências conseguisse dar uma direção ou ser uma referência para classe trabalhadora. O autor explica que o anarcossindicalistas seguiam organizados na Federação Operária Regional Uruguaia (FORU)

³⁰ As diferenças na capacidade de intervenção do movimento sindical na política dos três países, de acordo com Silva (2018) tem entre seus elementos os fenômenos do varguismo e peronismo que criaram uma estrutura semelhante de intervenção do Estado por meio da repressão ou pela criação de sindicalismo estatal, apesar do peronismo depender mais da ação da sociedade civil e de sua base sindical comparativamente ao varguismo. No Uruguai a burguesia nacional dos anos 1940 e 1950 se aproximava mais de uma ideologia próxima ao Estado do bem-estar, diferente do varguismo e do peronismo, as organizações sindicais permaneceram independentes, tanto do partido de governo como do aparato de estado, apontando para um ambiente político mais favorável para iniciativas de construção de um sindicalismo autônomo.

que havia perdido sua hegemonia e expulsavam todos os militantes que não adotassem sua linha política. A *Confederación Sindical del Uruguay* (CSU) era dirigida pelo Partido Socialista e os comunistas dirigiam União Geral dos Trabalhadores, mas haviam muitos anarquistas e anarcossindicalistas descontentes com a FORU e marxistas independentes dos partidos que participavam dos grêmios solidários e defendiam a autonomia dos sindicatos (RUGAI, 2014; SILVA, 2018).

Entre os anos 1951 e 1952, os grêmios solidários e sindicatos autônomos uruguaios vão protagonizar greves independentes do sindicalismo dominado pela UGT, CSU e do sectarismo da FORU, assumir o controle de importantes sindicatos em uma conjuntura de significativas mudanças na economia correlações de forças das classes dominantes que entre 1930 e 1950 foi substituindo a ideologia de incorporação “pacífica” da classe trabalhadora ao Estado pelas Doutrinas de Segurança Nacional.

Nesse sentido, a criação da Federação Anarquista Uruguai foi impulsionada pelo descontentamento dos anarquistas com o sectarismo da FORU, por uma movimentação e agitação da classe trabalhadora e pela importância adquirida pelo sindicalismo independente, em um contexto de necessidade de rearticulação do anarquismo uruguaio.

Segundo Luce Fabbri, o processo de construção da Federação Anarquista Uruguai iniciado em 1955 reuniu “quase tudo que se entendia por movimento anarquista no país, sindicalistas revolucionários, grupos estudantis, organizações de bairro, intelectuais libertários e integrantes de experiências cooperativas comunitárias”.³¹

E de acordo com o relato de Juan Carlos Mechoso³², militante histórico da FAU, ainda que no início a organização fosse composta por uma maioria de jovens, a experiência de militantes anarquistas mais experientes³³ foram fundamentais para o debate inicial da

³¹ Segundo Rugai (2012, p.128) o único setor que senegou a participar foi o grupo anarcossindicalista ligado a FORU. A parte dos anarcossindicalistas ligados ao grupo *Voluntad* que editavam um periódico com o mesmo nome iniciado em 1952, aderiu a FAU. Depois de uma disputa em relação ao nome do periódico, ele passou a se chamar *Lucha Libertária*, entre os anos de 1957 e 1966.

³² Juan Carlos Mechoso, foi militante sindical na Federação Autônoma da Carne, no Sindicato de Artes Gráficas e foi ativista comunitário do Cerro e La Teja. Entre suas atividades na FAU, o militante foi responsável pelo aparato armado, a Organização Popular Revolucionária-33 Orientais (OPR-33). Em *Acción Directa Anarquista: una história de FAU*. Tomos I, II, III e IV. Montevideo: Recortes, 2011, 2005, 2006, 2009, o militante sistematiza a história e a linha política da organização.

³³ Ao jornal *Socialismo Libertário*, Juan Carlos Mechoso relata que havia uma maioria de jovens, mas também, de militantes com longa trajetória no anarquismo como Antônio Marzovillo que militava desde 1905 que havia participado ativamente na formação de comitês de apoio a Emiliano Zapata no momento da Revolução mexicana de 1910, os anarquistas espanhóis (que haviam imigrado para Uruguai trazendo suas experiências na Guerra Civil Espanhola) e de anarcossindicalistas que foram ativos ou estiveram presentes na reorganização da Federación Obrera Regional Uruguaya (FORU), fundada em 1911. Na época da formação da FAU, segundo o militante, circulava entre os trabalhadores textos de Malatesta e outros de autoria de militantes uruguaios, um deles, elaborado por José María Fosalba na década de 1930; outro, sobre anarquismo e organização, de Georges Balkanski, militante vinculado à Federação Búlgara (FAKB), também já havia por parte dos militantes mais jovens, predominantes na organização naquele momento, a preocupação com a

organização. Ainda de acordo com Juan Mechoso, debates da militância sobre os estatutos da organização não se resumiam aos aportes teóricos e suas diferentes interpretações sobre os conceitos e categorias produzidas por anarquistas. A experiência de participação política em situações revolucionárias, onde destacam-se as discussões em torno da avaliação sobre os motivos do fracasso anarquista na Guerra Civil Espanhola e as divergências internas em relação à posição da organização quanto à Revolução Cubana, são elementos importantes para compreender a forma de se organizar da FAU.

A elaboração do conceito de “Poder popular” na FAU segundo Rugai (2012) foi introduzido na organização a partir dos debates sobre a derrota anarquista na Guerra Civil Espanhola, nos quais destacou-se a presença de militantes anarquistas espanhóis que participaram do confronto armado e de seus desdobramentos, mas principalmente, porque ao invés de leitura autocomplacente que responsabiliza quase exclusivamente o Partido Comunista Espanhol (PCE) e os republicanos pela derrota de todo o campo progressista para o fascismo naquele país, o debate apontou para problemas de natureza estratégica e organizacional.

Segundo Rugai (2012), para a FAU o rechaço puro e simples dos libertários espanhóis ao poder como um problema, não os deixou em posição que permitisse traçar objetivos claros e obrigou-os a escolher, ou a ditadura do proletariado ou colaborar com o Estado republicano, optou-se naquele momento pelo colaboracionismo com o Estado. Além disso, para a FAU, faltou ao anarquismo espanhol uma organização política anarquista capaz de fazer a articulação com o movimento de massas para direcioná-lo para um processo transformação libertária da sociedade.

Segundo o autor, para se compreender a posição da FAU sobre a Guerra Civil Espanhola é preciso retomar a história da CNT e da Federação Anarquista Ibérica. A CNT foi criada em 1910, no período em que o anarquismo era uma ideologia de movimento de massas no proletariado espanhol, e a FAI, criada em 1927, pela urgência de organizar e responder militarmente à ditadura de Miguel Primo de Rivera (1923-1930).

Apesar da FAI ser uma organização política anarquista, como explica Rugai (2012), a organização respondia primordialmente às questões de autodefesa de forma clandestina o que a impediu de desempenhar um papel mais efetivo de articulação política anarquista com a organização de massa (CNT), algo muito diferente se comparada a Aliança da Democracia

construção de uma organização que servisse como um instrumento para o fortalecimento do anarquismo atualizado para a realidade latino-americana e uruguaia, **A Estratégia do Especificismo**. Entrevista realizada por Felipe Corrêa, com Juan Carlos Mechoso, da Federação Anarquista Uruguaia (FAU). Publicada no site Anarkismo.net em 12 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/27372>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Socialista que basicamente foi uma organização política fomentadora do socialismo libertário após a I Internacional.

Outra diferença apontada pelo autor é que a FAI, era mais heterogênea em sua composição, seus militantes eram de diferentes correntes anarquistas, suas atividades eram clandestinas e a posição política da criação de sindicatos anarcossindicalistas no âmbito do movimento de massas, era algo impensável dentro da concepção bakuninista da Aliança, uma organização anarquista pública que defendia que os movimentos da classe oprimida não fossem dirigidos por uma ideologia apenas.

Segundo Rugai (2012) para os militantes da Federação Anarquista do Uruguai as dificuldades da FAI em estabelecer direção à CNT, não foi motivada apenas por sua atividade principal que era a proteção da CNT. Apesar da CNT possuir um caráter classista, no seu interior existia uma minoria de militantes provenientes da pequena burguesia e intelectuais que pendiam para o republicanismo e para os partidos de orientação marxista (PSOE e PCE). Além disso, a repressão política da ditadura de Primo Rivera e a composição mais plural da CNT, em meio ao turbilhão de acontecimentos da Guerra Civil Espanhola, acabavam por impor aos anarquistas uma enorme dificuldade de se chegar a consensos.

As carências do anarquismo espanhol apontadas no debate dos anarquistas uruguaios nos anos 1950, que os levou a concluir que o fracasso dos anarquistas na Guerra Civil Espanhola decorreram da ausência de uma organização específica anarquista reacendeu polêmicas no interior do anarquismo. A necessidade de construir uma organização revolucionária anarquista organicamente engajada nas lutas das classes oprimidas não era consenso naquela época, como não é nos dias de hoje.

Segundo Rugai (2012) a leitura da FAU aponta para debilidade de análises anarquistas que conferem por um lado, um monopólio marxista do conceito de partido revolucionário, identificando, por outro lado, todos os anarquistas como avessos à organização partidária e por outro, toda organização partidária revolucionária como marxista. O autor menciona as análises que consideram os militantes associados às concepções organizacionais associadas a Buenaventura Durruti na Espanha como se estivessem em contradição com os princípios anarquistas; A própria FAI que nunca se reivindicou como partido anarquista foi criticada em diversas ocasiões por anarquistas por suas posições políticas, como a autodisciplina revolucionária, a utilização da violência revolucionária, uma organização orgânica mais rígida e a criação de um exército anarquista regular em períodos de guerra.

As divergências sobre o poder e as formas de organização vão se tornar cada vez mais agudas em condições de guerra ou revolução, o exemplo dado por Rugai (2012) de que alguns

autores e militantes anarquistas qualificam as posições de Santillán e Los Solidários como de anarco-bolcheviques, como se as posições políticas se resumissem a eles, evidencia a desqualificação dos adversários em debates nos quais os anarquistas estão em campos opostos.

A Federação Anarquista Uruguaia além dos debates em torno do conceito de poder a partir da experiência anarquista na Guerra Civil Espanhola, nos seus primeiros anos de existência demonstrava outra preocupação, compartilhada com organizações anarquistas do nosso continente em tempos de Guerra Fria, onde parte significativa dos partidos comunistas assumiam a necessidade do combate ao imperialismo estadunidense, mas eram complacentes com o imperialismo soviético.

A posição terceirista (anti-imperialista e terceiro-mundista) estava presente na declaração de princípios de 1956³⁴, no seu esforço para realização da I Conferencia Anarquista Americana realizada em 1957³⁵ e na posição assumida pela organização em relação ao processo revolucionário cubano, que de acordo com os estudos de Rafael Viana da Silva (2014, 20148) sobre o impacto da Revolução Cubana no anarquismo latino americano, demonstraram que o impacto no anarquismo uruguaio seguiu o ritmo do debate transcontinental anarquista sobre o processo revolucionário na ilha, as divergências na FAU em torno da metodologia e estratégia da organização e a conjuntura polarizada entre direita e esquerda no país. Segundo o autor, no final do ano 1960, o anarquismo cubano sofria forte oposição do Partido Comunista Cubano (PCC), e em 1961 já não havia nenhum indício de presença política anarquista em Cuba. A maioria da militância foi para o exílio ou para a

³⁴ Declaração de princípios da FAU: a) que a experiência confirma as críticas realizadas pelo anarquismo à organização societária atual, com base no capitalismo de Estado; b) que por seus próprios vícios como sistema de convivência social contrário ao desenvolvimento livre e integral da personalidade humana, e frente às reivindicações populares de liberdade, justiça e bem-estar, o capitalismo já desembocou em crise, em maior ou menor grau, em todos os países; c) que essa crise tem sido admitida por muitos representantes da burguesia, que procura saída e estabilização de seus privilégios na hipertrofia do Estado, eixo de uma nova economia dirigida por monopolizadores do poder e receptor natural de todas as tendências coercitivas contrárias às aspirações libertárias e justiceiras do homem; e d) que a experiência, além de tudo, nos diz do fracasso nas tentativas de superar os males do capitalismo pela via do poder (FAU. Declaração de Princípios (1956). **Revista Lucha Libertaria** / An 1999).

³⁵ A I Conferência Anarquista Americana foi realizada em Montevideú, entre os dias 14 e 21 de abril de 1957, com participação direta de anarquistas organizados do Brasil no Centro de Cultura, Social, Agrupamento Anarquista de Porto Alegre, Agrupamento Anarquista e Nossa Chácara de São Paulo, do Uruguai na Federação Anarquista Uruguaia, da Argentina na Federação Libertária Argentina, no núcleo do jornal “La Protesta”, “La Obra”, “Libre Palavra”, grupos de La Plata e Córdoba), do Chile na Federação Anarquista Internacional Chilena e de Cuba na Associação Libertária Cubana (SILVA, 2014). Além das organizações anarquistas presentes mandaram suas contribuições e propostas de debates militantes e organizações da Bolívia, Estados Unidos da América como a Liga Libertária dos EUA, representada por delegados de Cuba, Haiti, México da Federação Anarquista Mexicana, Santo Domingo, Panamá do Agrupamento Anarquista Panamenho e Peru da Federação Anarquista do Peru. A articulação para realização da conferencia foi viabilizada pela ação da Comissão Continental de Relações Anarquistas (CCRA) e com protagonismo da Federação Anarquista Uruguaia (SILVA, 2014).

prisão a partir de 1961, ano em que a polêmica sobre a repressão do PCC ao anarquismo cubano, ganha contornos transnacionais e se espraia para o restante do continente americano, cujo impacto sobre o anarquismo uruguaio foi enorme.

Não havia grandes divergências entre a posição assumida pelos anarquistas brasileiros e argentinos e o apoio crítico da FAU ao processo revolucionário em Cuba desde as suas primeiras declarações públicas em 1959 até 1961. Desde a eclosão da Revolução em Cuba a FAU manifestou um apoio crítico ao processo revolucionário na sua imprensa e na formação dos primeiros de comitês de solidariedade organizados em bairros e fábricas³⁶. A organização anarquista uruguaia reconhecia que a revolução em Cuba era um processo autenticamente revolucionário, mas sua sobrevivência dependia do que ocorreria na ilha e da solidariedade dos povos latino-americanos para que a revolução não fosse traída de dentro ou de fora, além disso os anarquistas uruguaio avaliavam que a Revolução em Cuba não assumia a lógica binária da Guerra Fria fortalecendo a tese da terceirista do socialismo revolucionário, aliás, tese essa muito confortável para os anarquistas.

Em 1960, a FAU emitiu declaração na qual reafirmou sua posição em relação a Revolução Cubana em um texto com o título *Porque apoiamos e defendemos a revolução Cubana* onde: “sabemos que a Revolução Cubana não é – pelo menos neste momento – o tipo de revolução popular que previamente postularíamos” e aceitavam que a revolução poderia ser “avanço e abertura de uma via latino-americana até o socialismo e a liberdade”

O autor explica que a revolução em curso em Cuba para a FAU era a prova de que as revoluções eram possíveis, o que reforçava ideologicamente a defesa do emprego da violência revolucionária, da ação direta popular e a crítica ao parlamentarismo, mas sua posição não era ingênua. O processo revolucionário para FAU não era uma abstração, mas um processo de correlações de forças políticas que podia apontar também para um “desvio da revolução”, ou seja, a burocratização do processo pelo partido comunista.

Segundo Silva (2014), as divergências na FAU sobre a Revolução Cubana ocorreriam no mesmo momento em que a organização passou por um debate interno sobre suas posições em torno de questões estratégicas e metodológicas. Os setores operários compostos por militantes mais velhos e parte do setor estudantil defendiam uma estrutura orgânica junto ao

³⁶ Segundo Correa (2014) a FAU em 1966, encabeçou a construção do “Comitê Uruguaio” da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) em apoio à Cuba; em 1967 impulsionou o “Acordo de Época” (redigido pelos anarquistas), envolvendo toda a esquerda, exceto o Partido Comunista Uruguaio. A Solidariedade às lutas libertação nacional do 3º mundo tinha por objetivos e características: o socialismo como projeto de longo prazo, o foco na classe operária / trabalhadores, a necessidade de lutas de massas e armadas e de luta ideológica. As divergências internas com outras forças políticas, no OLAS impediram que uma delegação da FAU fosse a Cuba conhecer o processo revolucionário (SILVA, 2014).

movimento operário, programática com uma maior rigidez organizacional e o uso violência revolucionária como método de luta.

Contrário a essa posição, havia o setor que defendia a manutenção uma posição mais comunitarista, flexível no âmbito organizacional e contrária ao emprego da violência revolucionária, e associavam a proposta de organização programática ao marxismo. O setor era composto por uma parte minoritária do movimento estudantil e militantes importantes, como Luce Fabbri e outros nascidos na Europa, que detinham uma maior articulação internacional.

Em 1962, a posição que a revolução cubana havia se “degenerado” em uma ditadura castrista se consolida de forma transcontinental no anarquismo, em decorrência das prisões, execuções e exílios de anarquistas cubanos que haviam participado do processo revolucionário. Porém no Uruguai, desde 1961, havia na FAU o que autor chama de zona cinza da ideologia, ou seja, a não menção dos presos políticos na ilha. A posição da FAU para o autor foi motivada por suas alianças com outras forças políticas uruguaias; o país que naquele momento passava por uma onda de protestos violentos da extrema - direita e também por avaliar que manter a posição terceirista era mais importante que seguir as críticas e denúncias do anarquismo internacional.

Entre os anos 1961 e 1964, ano acontece o racha no interior da FAU, o clima interno na organização vai se acirrando até tornar insuportável a convivência entre os dois setores que disputavam qual metodologia e a estratégia deveria adotada pela entidade . Em 1964, os militantes que defendiam uma organização mais flexível e o não emprego da violência revolucionária deixam a organização.

Segundo Triztan (2006) isso fez com que a organização se formatasse com uma estrutura organizativa mais sólida e maior disciplina interna, com prioridade na atuação operária e a defesa da necessidade da violência revolucionária. Para Silva (2014) isso indica que a posição proveniente dos setores operários, estudantis e comunitários da FAU composta por trabalhadores nacionais, possibilitou uma maior identificação entre os militantes e reforçou uma identidade terceirista e latino-americana na FAU, mas gerou acusações de serem anarquistas-castristas. No setor que deixou a FAU, havia militantes mais articulados internacionalmente com anarquistas europeus e latino-americanos, o que gerou o isolamento da FAU em relação ao anarquismo internacional, mas não da luta de classes no Uruguai.

A partir da reformatação da FAU em um partido anarquista, as ações da organização vão se direcionar para o fortalecimento da atuação nos sindicatos, no movimento comunitário e estudantil junto com outras forças sociais e políticas. A FAU dos anos 1960 e 1970, foi

tornando-se uma das forças políticas com influência de massa na luta social uruguaia e uma das experiências anarquistas mais importantes de resistência contra as ditaduras no continente latino-americano, sendo ela proponente de um modelo organizacional anarquista que possui suas particularidades.

O modelo organizacional dualista da FAU, possui uma influência do insurrecionalismo da Federação Anarquista Ibérica, da forma do anarco-comunismo de Errico Malatesta e de Bakunin³⁷, no entanto, na interpretação de Rugai (2014) são semelhantes na separação do nível político (organização específica anarquista) e o nível social (movimento de massa), sem que uma se confunda com a outra. O autor esclarece que a proposta organizacional bakuninista possui três níveis, a Aliança da Democracia Socialista exercia uma função no nível político que tinha por objetivo dirigir I Internacional (nível social) e um nível clandestino, ainda que secundário que tinha a função de realizar expropriações para obter recursos para Internacional, ou seja, na interpretação do autor a Aliança seguia um modelo de partido revolucionário, de vanguarda e clandestino. Já em Errico Malatesta, segundo Rugai (2014), que pertencia a mesma corrente organizacionista e anti-individualista de Pietro Gori e Luigi Fabbri, não defendia a criação de organizações secretas como Bakunin, mas a atuação no âmbito social, naquela época nos sindicatos. O anarco-comunismo italiano também não se posicionava contra a participação nos sindicatos³⁸

A Federação Anarquista Uruguaia foi se constituindo desde a sua fundação aos anos 1970, em um modelo organizacional que compreende a separação entre o nível político e a organização política (partido anarquista ou organização específica anarquista), do nível social ou do movimento de massa (sindicatos, organizações comunitárias etc.) e o nível clandestino-militar (braço armado), onde cada nível cumpre funções particulares.

O nível de massa, ou seja, o movimento operário, estudantil e barrial, na trajetória da FAU dos anos 1960 e 1970, se expressou na construção da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) fundada em 1964, com a Tendência Combativa que agia internamente como uma tendência na CNT e na Resistência Obrero-Estudantil fundada em 1968; com exceção do Partido Comunista Uruguaio, a FAU e outras forças políticas da classe trabalhadora

³⁷ Segundo Rugai (2014) os militantes tinham conhecimento da proposta da Plataforma dos anarquistas exiliados na França publicada em 1926, tanto na sua fundação quanto na sua reformulação em 1964.

³⁸ Segundo Correa (2012) a posição da relação entre anarquismo e sindicalismo de Errico Malatesta, é de que era preciso combater o reformismo, o corporativismo e setorialismo, vícios presentes no sindicalismo e outras organizações operárias. A militância anarquista não deveria abandonar os sindicatos e, sim ter uma participação ativa direcionada para que os sindicatos adotassem posições classistas, combativas, autônomas e independentes das classes e instituições inimigas da classe oprimida e explorada, de forma democrática pela base, autogerida e federada, tendo como objetivo a revolução social.

foram tornadas ilegais durante a ditadura constitucional (1968-1972)³⁹ e na ditadura militar (1973-1985)⁴⁰. O nível social é o movimento de massa protagonista das resistências, insurreições e da revolução social, como defendem os anarquistas desde o século XIX (SILVA, 2018,2014; ALVES, 2016; RUGAI 2014, 2012). O nível militar-clandestino chamado de *Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales* (OPR 33), um grupo pequeno de militantes, escolhidos por seu nível de comprometimento e treinado previamente, operando clandestinamente subordinado estratégico ao nível político que priorizava a luta no nível social, sendo que sua autonomia era restrita ao planejamento e execução das tarefas com a função desse nível de gerar recursos necessários para continuidade das atividades do nível social e autodefesa (SILVA, 2018, 2014; ALVES, 2016; RUGAI 2014, 2012).

A OPR33 entre 1967 e 1973, ano que é instalada a ditadura militar no Uruguai, realizou operações de expropriações de bancos, da bandeira da independência nacional, fez ataques às forças de repressão e sequestros políticos - um dos quais-, o do empresário holandês Frederico Hart na Argentina, rendeu 10 milhões de dólares e permitiu a criação de uma frente de combate à ditadura que nucleou diversos setores da esquerda uruguaia. De acordo com Silva Silva (2018), a esquerda revolucionária uruguaia teve como uma das influências o veterano argentino da Guerra Civil Espanhola Abraham Guillén, autor de vários livros sobre luta armada, que esteve no Uruguai e participou das formações da FAU sobre luta

³⁹ A “ditadura constitucional” uruguaia foi caracterizada dessa forma pelo presidente Jorge Pacheco Areco (1968-1972): governar o país por meio de medidas de segurança emergenciais, um recurso constitucional, de caráter ambíguo, que o permitia impor uma política repressivas aos seus opositores no campo da esquerda. Organizações políticas foram tornadas ilegais, assembleias de trabalhadores foram proibidas, jornais independentes são fechados, os serviços a população colocados sob a gestão dos militares para evitar greves, as manifestações são proibidas, membros independentes do poder judiciário são alvo de perseguição política com prisões arbitrárias e a repressão aos Tupamaros, FAU e demais organizações revolucionárias, antes perpetradas pela polícia, são atribuídas às Forças Armadas, institucionalizando as práticas de torturas, execuções e sequestros sistemáticos. Durante esse período a inflação no país chega a casa de 90%, há um aumento da dívida externa e o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressiona o governo a aplicar medidas de austeridade ortodoxas, ao fim do seu mandato Pacheco, após um acordo com o FMI, impõe o congelamento de salários em troca de um pequeno auxílio emergencial. Incapaz de manter a confiança do capital internacional, financeiro e agrário, sofrendo uma forte pressão das forças políticas da classe trabalhadora organizada. Pacheco vai perdendo seu espaço político para protagonismo das forças armadas. Universidade de São Paulo – **Memória e Resistência - Histórico da Ditadura Militar Uruguaia**. Disponível em: http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page_id=294. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁴⁰ Em 1973 assume o governo Uruguaio Juan María Bordaberry que dá continuidade as medidas repressivas e subordinadas ao capital internacional do governo Pacheco, dez dias após assumir, Bordaberry determinou a criação do Consejo de Seguridad Nacional (COSENA). Dessa forma, o governo passava a ser diretamente integrado à cúpula de comando militar (CAETANO; RILLA, 1987). Em junho do mesmo ano, Bordaberry dissolveu as Câmaras de representantes e fechou o palácio legislativo. Em seu lugar, foi criado um Conselho de Estado para assumir as funções legislativas e foi facultado às Forças Armadas adotar todas as medidas que pudessem assegurar os serviços públicos essenciais. Universidade de São Paulo – **Memória e Resistência - Histórico da Ditadura Militar Uruguaia**. Disponível em: http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page_id=294. Acesso em: 15 jun 2019.

armada, na época que a organização passava pelas polêmicas internas sobre a revolução cubana.

Em Copei, documento publicado em 1972, a FAU apresentou suas críticas ao foquismo que influenciou as guerrilhas latino-americanas. Para a entidade, a aplicação do foquismo, mesmo sua adaptação para contexto urbano, feita pelos Tupamaros tinha quatro problemas: o primeiro dizia respeito às particularidades de cada país, o que serve para Cuba, não serve para todo o mundo, a guerrilha se iniciaria quando as condições econômicas-sociais fossem viáveis, mas partia-se de que a essas condições já estavam dadas no continente em decorrência de seu atraso e subdesenvolvimento (CABRAL, 2006); o segundo problema era a centralidade da estratégia da difusão da ideológica e política centrada não no partido revolucionário, mas na guerrilha, o que para FAU era um erro por contar com a simpatia espontânea da população com os êxitos das operações do braço armado; o terceiro estava na questão da subordinação dos focos urbanos aos focos rurais, ou seja, o desencadeamento de grupos da periferia para o centro do poder não pensado de acordo com as particularidades de cada país era aplicação dura da estratégia usada em Cuba; o quarto problema era que na teoria de guerrilha, para os anarquistas da FAU, a estratégia estava concentrada nas mãos do braço armado e não do movimento de massa (nível social), algo que culminava com uma forma de centralização do poder em uma vanguarda militarizada.

Durante a ditadura militar no Uruguai (1973-1976), parte dos militantes da FAU por causa do contexto repressivo marcado por assassinatos, desaparecimentos e prisões de militantes se estabeleceu na Argentina, direcionando suas ações para propaganda anarquista, solidariedade aos militantes clandestinos e presos dos regimes militares, participando de importantes eventos de resistência à ditadura (CABRAL, 2006). O Partido Vitória do Povo fundado em 1975, em Buenos Aires por militantes da FAU-OPR 33, entre esses Gerardo Gatti, León Duarte e Hugo Cores, contava com células em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (e na Europa), conforme comprovam documentos dos órgãos de repressão brasileiros, mas a organização em forma de um partido de síntese é desmantelada pelos órgãos de repressão da ditadura (RUGAI, 2014; REIS 2012). Somente em 1985, com a queda da ditadura que a FAU volta a se organizar e atuar no Uruguai.

Existe um número reduzido de estudos sobre a quarta onda do anarquismo no Brasil, sobretudo, referente ao período da ditadura militar brasileira. Ainda assim, com base nos estudos de Rafael Viana da Silva (2018b), Antônio Cleber Rudy (2009) e João Henrique Castro de Oliveira (2018), cabe destacar que, mesmo enfraquecido em decorrência da conjuntura ditatorial e dos desdobramentos do declínio da influência anarquista no movimento

operário, o anarquismo não desapareceu e o papel da imprensa e da juventude foi estrategicamente valorizado pelos anarquistas sob as bases concretas das experiências libertárias das décadas anteriores.

Durante os primeiros dias do golpe militar, a repressão que viria a seguir e a se sofisticar em 1968 com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), não foi subestimada. Após o golpe, a primeira ação dos velhos militantes Ideal Peres e Edgar Rodrigues do Centro de Estudos Sociais José Oiticica, foi correr para o espaço onde se realizavam atividades públicas e esconder livro ata e todo o material que pudesse ser usado para incriminar militantes. Viana da Silva (2018b) afirma que a cultura de segurança era forte entre os anarquistas.

Sobre os Centros de cultura social, em conformidade com o historiador, eles serviram como pontos de encontro para realização de atividades públicas a fim de aproximar simpatizantes das ideias anarquistas, enquanto as atividades formativas e organizacionais estritamente políticas eram realizadas nas casas dos militantes de forma sigilosa, envolvendo cerca de 40 a 50 pessoas, entre novos e velhos militantes.

Ideal Peres e Jaime Cubero, militantes mais velhos em relação aos estudantes que se aproximavam dos centros de cultura social, compartilhavam a ideia de que, dentro da conjuntura em que o anarquismo se encontrava desguarnecido de militantes e influência, era necessário lançar sementes na juventude para que o movimento anarquista pudesse progredir e tomar corpo (SILVA, 2018b).

A imprensa anarquista teve um papel importante na continuidade das articulações políticas entre anarquistas durante a ditadura militar. Jornais como *Dealbar* (1967-1968) em São Paulo, ainda que mantivessem uma linguagem mais cultural para burlar a repressão, e *O Protesto*, criado por estudantes do Rio Grande do Sul, o *Autogestão Operária*, criado no fim de 1969, apesar das dificuldades de manter sua periodicidade por problemas financeiros e da conjuntura de repressão, possibilitaram as articulações entre militantes que se encontravam dispersos.

O Movimento Estudantil Libertário (MEL), criado por anarquistas durante a agitação estudantil antes de 1968, reuniu militantes anarquistas de *O Protesto* no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Diferentemente da interpretação presente no livro *Tortura Nunca Mais*, que afirma que o MEL era apenas uma denominação criada pela polícia para forjar uma autoria das atividades anarquistas, Viana da Silva (2018b) descreve o MEL como uma organização que tinha uma articulação estruturada e programática, ainda aquém da capacidade política e organizativa de outros grupos de esquerda, mas longe daquelas interpretações historiográficas de que os anarquistas estavam voltados apenas para atividades culturais nesse

período.

Os objetivos do MEL, utilizando como fonte o jornal *O Protesto* e a partir das resoluções do 1º Encontro de Estudantes Libertários realizado em fevereiro de 1968, eram:

1) criação de um comitê coordenador dos estudantes libertários, visando criar uma organização local e depois nacional; 2) participar ativamente das manifestações estudantis que visem lutas reivindicatórias; 3) expressar ampla solidariedade ao estudantado e a todo movimento social em prol da dignificação dos sindicatos operários e de melhorias em suas condições socioeconômicas; 4) influenciar para que as decisões das entidades estudantis sejam verdadeiramente representativas e não aquelas de “grupos” ou indivíduos dirigentes e, por fim, 5) apoio a UNE desde que independente de interesses políticos-demagógicos e religiosos. (SILVA, 2018b, p. 358).

A organização estudantil libertária no ano de 1968 manteve uma intensa militância com atividades públicas, reuniões, atividades de formação, distribuição de panfletos, participação na luta contra o acordo assinado pelo Ministério da Educação e pela *United Agency for International Development*⁴¹, que na interpretação do movimento pretendia:

[...] transplantar o sistema universitário de um país de estrutura social, econômica, psicológica e racial diferente do Brasil. Ressaltando que “os estudantes conscientes não querem de nenhuma forma que às suas costas seja atrelada a canga de uma filosofia totalitária, anti-humana e tecnológica” (MEL apud SILVA, 2018, p. 358-359).

⁴¹ O acordo MEC/USAID tinha como objetivo implantar uma profunda reforma no ensino brasileiro desde os anos iniciais até o nível superior. As universidades deveriam seguir o modelo estadunidense e forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política dos EUA. Além disso, previa a contratação de assessores estadunidenses para auxiliar nas reformas da educação pública. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Entre as suas medidas estão a fusão dos cursos primário (5 anos) e ginásial (4 anos), passando a se chamar *primeiro grau*, com 8 anos de duração, e o curso *científico* fundido com o *clássico* passou a ser denominado *segundo grau*, com 3 anos de duração. O curso universitário passou a ser denominado *terceiro grau*. Além disso, os acordos estabeleceram a disciplina a Educação Moral e Cívica (EMC) tornando-a obrigatória no currículo escolar brasileiro a partir de 1969, de acordo com o Decreto Lei 869/68, juntamente com a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Adotadas no início da fase mais repressiva do regime, em substituição às matérias de Filosofia e Sociologia, ficaram caracterizadas pela transmissão da ideologia do regime autoritário ao exaltar o nacionalismo e o civismo dos alunos e privilegiar o ensino de informações factuais em detrimento da reflexão e da análise. MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete MEC/USAID. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/mec-usaid/>. Acesso em: 5 out. 2019.

Sobre as atividades do MEL no Rio de Janeiro, ainda conforme o autor, uma das lutas girava em torno do Restaurante Calabouço, onde diversos estudantes secundaristas se aglutinavam. A proximidade do restaurante com o lugar que aconteceria a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), que aconteceria em 1969, fez com que as autoridades ameaçassem intervir no espaço, algo que se concretizou quando os estudantes estavam em uma passeata na frente da Assembleia Legislativa. O cerco policial ao restaurante culminou com o estudante Edson Luiz assassinado a tiros e seis pessoas feridas pela polícia, desencadeando uma série de manifestações massivas, que viriam ser seguidas de um refluxo do movimento estudantil.

No calor das manifestações, o jornal *O Protesto*⁴² lançou um editorial: “é preciso que a morte de Edson Luís não seja em vão [...] nada adianta se sua morte não for sentida, se sua luta não for avante” (1968 apud VIANA DA SILVA, 2015, p. 1). O MEL lançou um panfleto intitulado Olho por Olho Dente por Dente que atrairia os olhares da repressão (VIANA DA SILVA, 2018b).

Antes mesmo do AI-5, conforme Viana da Silva (2018) a ditadura já perseguia os anarquistas. O grupo de teatro que atuava no Centro de Cultura Social em São Paulo teve a encenação da peça *O testemunho* censurada. Logo após o AI-5 ser anunciado em cadeia de rádio e televisão, acirrando e sofisticando o aparato repressivo, o (CEPJO) foi invadido por soldados da Aeronáutica, vários objetos, livros e documentos foram confiscados ou destruídos e 30 militantes e frequentadores foram presos. Alguns deles relataram torturas sofridas, como Mário Rogério Pinto, Maria Arminda Silva, Carlos Alberto da Silva e Rui Silva, os dois últimos torturados e espancados. Ideal Peres permaneceu preso durante um mês (MONTEIRO, 2012; SILVA, 2018b).

O saldo da invasão do CEPJO foi 18 militantes processados pelo Decreto-lei 314, de 13/3/1967, acusados de distribuir material ou fundos de propaganda estrangeira, formar e manter associação sob orientação ou com apoio de governo estrangeiro ou organizações internacionais que exerçam atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional. Além dos militantes do Rio de Janeiro, dois militantes do Rio Grande do Sul, tiveram as casas invadidas por agentes da repressão que relataram ter apreendido farto material subversivo. Segundo Viana da Silva (2018), os agentes buscavam provas da ligação dos militantes de Porto Alegre com organizações comunistas do Uruguai, porque o pai de uma militante investigada era comunista e o jornal *Autogestão* dos anarquistas gaúchos havia divulgado o Manifesto dos Tupamaros.

⁴² Editorial. *O Protesto*. Porto Alegre, n.6, p. 3, abr.1968.

Os militantes foram absolvidos apenas em 1972, graças à manobra jurídica e o uso da fachada dos centros de cultura social (CEPJO e CCS) (SILVA, 2018b) para realização das atividades. Porém, Ideal Peres, perderia seu emprego como médico no Hospital Central do Exército, mesmo após a absolvição (MONTEIRO, 2012).

Entre os anos de 1972 e 1977, segundo Rafael Viana da Silva (2018b), as dificuldades de manter os centros de cultura social em um estado de semiclandestinidade – “semi” porque não estavam sendo perseguidos oficialmente – fez com que os militantes anarquistas entrassem em um período de resistência silenciosa, ou seja, desenvolviam atividades de propaganda, resgate da história do anarquismo, reuniões com poucos militantes com o objetivo manter vivo o anarquismo. .

Baseando-se nas memórias de Milton Lopes, Esther Redes e Ideal Peres, o historiador narra algumas das preocupações e avaliações da militância anarquista. Para Lopes a luta armada na época era inviável para os anarquistas e Peres alertava para necessidade de discrição para que o anarquismo sobrevivesse à ditadura. A situação se alterou apenas com o surgimento do jornal *Inimigos do Rei* (1977) que se converteria no porta-voz do anarquismo brasileiro.

Lançado em 1977 e funcionando com interrupções até 1988, a importância do jornal *Inimigos do Rei* vai além da sua longevidade e da linguagem contracultural dos seus artigos. Nascido de um panfleto mimeografado intitulado *O Fantasma da Liberdade*, desde a sua primeira edição propõe a criação de uma Federação Libertária Estudantil (FLE) resgatando a ideia lançada anos antes pelo MEL.

Conforme Viana da Silva (2018b) o *Inimigos do Rei*, fazia um cálculo político arriscado, pois, aproveitavam as brechas que o sistema dava naquele momento e, ao mesmo tempo, denunciavam a falta de participação popular no debate sobre a democratização.

Além disso, a FLE nasce de quatro grupos estudantis da Universidade Federal da Bahia – O Fantasma da Liberdade (Filosofia), Fim de Festa, Um Estranho no Ninho (Economia) e Ovelha Negra – todos defendendo a autogestão como contraponto ao modelo de sociedade hierarquizada, a ocupação dos locais de trabalho, praças, escolas, etc., e as pautas do movimentos negro, gay e dissidentes, afirmando ser um “engano achar que são movimentos marginais, de uma minoria, pois em número constituem a maioria da pessoas”⁴³ (1977 apud SILVA, 2018, p. 365). Em relação aos partidos, a crítica era que: “quem se filia a qualquer dos dois partidos, Arena ou MDB, está na verdade emprestando um ar de

⁴³ *Inimigos do Rei*. Salvador, n. 10, p. 10, 1977.

democracia onde só existe arbítrio”⁴⁴ (1977, p. 10 apud SILVA, 2018, p. 365).

Ainda em conformidade com Silva (2018b), em relação a União Nacional dos Estudantes (UNE), a FLE defendia a incorporação de práticas não hierárquicas contra os acordos de bastidores e os métodos ultrapassados impostos pelas direções da entidade, como pode ser verificado na participação da FLE no Congresso da UNE em Salvador, em 1979, que reuniu mais de 10 mil estudantes.

Silva (2018b) e João Henrique de Castro de Oliveira (2018) apontam para algumas questões importantes sobre o *Inimigos do Rei* a incorporação de elementos da contracultura do Maio de 1968, tanto em relação à crítica dos costumes e à ruptura cultural, quanto na linguagem debochada e bem humorada, o que não faz do jornal uma expressão da “mídia alternativa” reduzida à esfera contracultural. Ainda que em seus artigos debatessem de forma acalorada e polêmica, principalmente, em relação a outros setores da esquerda, conforme Viana (2018b), o jornal e a federação mantiveram-se alinhados e na defesa de uma atuação anarquista no movimento estudantil e nos sindicatos, entendidos como ferramentas de luta.

Os ecos da contracultura no *Inimigos do Rei*, para Oliveira (2018), encontravam-se, em especial, na defesa das minorias notadamente homoeróticas e em alguns textos nos quais apareciam, também, as questões dos psicoativos. Com ironia, questionavam o proibicionismo presente tanto no discurso de conservadores quanto da esquerda, como a chamada de capa da edição n. 13, de 1980-1981: “Você pode Fumar baseado (desde que não seja do PDS ou Trotskista)”.

A autogestão compreendida “administração e organização da vida social pela coletividade (autogestão social)”⁴⁵ (1977, n. 10. apud SILVA, 2018b, p. 365) não era apenas um dos assuntos que percorriam com frequência as páginas do jornal. Oliveira (2018) destaca que a forma de organização do jornal, sem hierarquias e sem separação do trabalho manual e com rodízio da comissão editorial, foi um dos motivos do seu sucesso em outras praças, como no Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre, Recife, João Pessoa e Belém, já que o jornal não dependia de nenhuma grande distribuidora para atingir esses lugares. O *Inimigos do Rei* contava com coletivos e indivíduos dispostos a distribuir os jornais diretamente nas bancas, algo que também permitia a aproximação de anarquistas que estavam na mesma cidade, mas não se conheciam.

Rafael Viana da Silva (2018b) também lembra que o jornal *Dealbar* já se utilizava de recursos como a ironia, e trazia discussões sobre a importância da cultura, dos debates sobre o

⁴⁴ *Inimigos do Rei*. Salvador, n. 10, p. 10, 1977.

⁴⁵ *Inimigos do Rei*. Salvador, n. 10, p. 10, 1977.

racismo, e debates clássicos e contemporâneos sobre o anarquismo; assim como o *Inimigos do Rei*, caracterizou-se por inovar e não romper com elementos do anarquismo. Contudo, para ele, a ideia de que o anarquismo tenha seu ressurgimento completo nos anos 1970, tese defendida e demonstrada nos estudos anteriormente apresentados, não se aplica ao Brasil.

Segundo o autor, a empolgação com as greves operárias em São Bernardo do Campo, a tentativa da FLE de capitalizar ações sindicais em 1979, vai se tornar mais concreta. Usando de criatividade a FLE buscou intervir na categoria dos jornalistas buscando vínculos com os trabalhadores. Uma das iniciativas foi passar uma enquete entre os jornalistas sobre as condições de trabalho e o mundo sindical. Os anarquistas do Coletivo Libertário de Oposição Sindical (COLOPS), durante o I Encontro Nacional em Oposição à Estrutura Sindical, organizaram-se e se aproximaram das ideias defendidas pela Oposição Sindical Metalúrgica (OPOM). Ainda em São Paulo, encontramos o Coletivo Libertário do Funcionalismo Público e a presença de anarquistas em atividades comunitárias, como na Associação Comunitária de Lauro Müller (ALMA) (VIANA DA SILVA, 2018b).

Segundo Antônio Cleber Rudy (2009), além do *Inimigos do Rei*, no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, encontramos outras publicações anarquistas, como as revistas *Barbárie* (1979) na Bahia, e *Autogestão* (1979) em São Paulo, e a Editora A iniciativa de coletivos libertários constituídos por jovens – responsável pela publicação e distribuição de obras anarquistas como *O Mito do Partido* (1979), *O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário* (1980), *Libertários?!*, de Nicolas Walter (1979) e, no limiar da década de 1980, “livros anarquistas circulavam pelas livrarias, filmes de protesto eram exibidos em cineclubes, peças de teatro libertárias e de contestação também expressavam idéias (sic) de emancipação e rebeldia” (RODRIGUES, 2007 apud RUDY, 2009, p. 2).

O ambiente político mais arejado permitiu que os anarquistas realizassem atividades públicas, sendo que o Círculo de Estudos Libertários, fundado em 1984, segundo Viana da Silva (2018b) se tornaria “uma incubadora da militância de anarquistas no Rio de Janeiro”, impulsionando a rearticulação e criação de novos grupos. Entre esses, GAJO, reorganizado em 1987, o Grupo Anarquista Ação Direta, o Coletivo Anarquista 9 de Julho e o grupo Mutirão.

O número de publicações anarquistas aumentou consideravelmente com a publicação ou a reedição das obras de pensadores como Bakunin, Proudhon, Malatesta e Kropotkin e de trabalhos acadêmicos sobre o anarquismo brasileiro. Em 1984, foi criada a editora de cunho libertário Novos Tempos, pela iniciativa de Plínio Augusto Coelho que retornou ao Brasil após oito anos na França, onde conviveu com historiador franco-russo Alexandre Skirda. O

retorno de Plínio ao Brasil (com a mala cheia de artigos e obras) e a fundação editora impulsionaram a circulação de obras com publicação inéditas em Português.

Além do CEL no Rio de Janeiro, outra incubadora impulsionadora da militância anarquista nasce da rearticulação do CCS, em São Paulo, em 1986. Em Salvador foi criado o Centro de Documentação e Pesquisa Anarquista (CDPA) e o Grupo Projeção (posteriormente conhecido por Círculo Alfa de Estudos Históricos) fundado em Agosto de 1986, por Edgar Rodrigues, juntamente com Nito Lemos Reis, Antônio Martinez, José Carlos Orsi Morel, Jaime Cubero, Francisco Cubero, Felix Gil Herrera, Liberto Lemos Reis, Fernando Gonçalves da Silva e Ideal Peres, com o objetivo de manter viva a memória do movimento anarquista, sobretudo, dos períodos ditatoriais (1937-1945; 1964-1984).

Em Santa Catarina desde o fim dos anos 1970, o Núcleo Anarquista de Florianópolis participava de campanhas pela anistia e era um dos coletivos que distribuía o jornal *Inimigos do Rei* atraindo a atenção de estudantes descontentes com movimento estudantil. Em 1982, durante o carnaval, realizou um encontro libertário, na Lagoa da Conceição, que contou com a presença de libertários de diferentes tendências vindos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Durante o encontro foram discutidos vários temas, como ações como mobilizações contra o desemprego, as eleições de 1982, a organização de comunidades alternativas, assim como a possibilidade (ou validade) de participação no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) (RUDY, 2009).

A proposta elaborada pelos grupos do encontro com pretensão de enviar ao CONCLAT – e em prol da constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – era de que a nova organização deveria seguir os moldes do sindicalismo classista, combativo e revolucionário da Confederação Operária Brasileira (COB), definida no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906.

Em 1982 aconteceria em São Paulo “O início do fim do mundo”, um festival que se tornaria icônico para o movimento punk brasileiro. Realizado nos dias 27 e 28 de novembro no SESC Pompeia, com a apresentação de 20 bandas, exposição de fanzines, filmes e fitas, o festival foi uma tentativa de aproximar as facções da contracultura punk da cidade de São Paulo e do ABC Paulista, envolvidos em brigas cada vez mais violentas.

O punk nasce Brasil no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, sem uma linha ideológica definida como majoritária, impulsionado pela concepção do “faça você mesmo”, a produção e circulação de fanzines, cópias de fitas K7 e o modo de se vestir dos punks que, em linhas gerais, expressavam as preocupações de uma fração geracional provenientes dos subúrbios com o presente marcado pela violência policial e estrutural de desemprego, baixos

salários, carestia e questões ambientais, em tempos de ditadura e guerra fria.

O processo de aproximação do punk com o anarquismo, iniciado na segunda metade dos anos 1980, foi se delineando em decorrência dos conflitos entre gangues que se definiam segundo pertencimento de classe, local de moradia e códigos próprios da contracultura. As cisões no movimento punk demarcaram as linhas divisórias ideológicas que irão gerar no início dos anos 1990 o movimento anarcopunk, a continuidade de uma espécie de apoliticismo orientado para o purismo contracultural e a ida de parte desses jovens suburbanos para extrema-direita, como para os Carecas do Subúrbio⁴⁶ (BARBOSA, 2009; COSTA, 1993). Os esforços do movimento anarcopunk junto a militância com outros grupos, em seminários sobre os movimentos dos oprimidos como o movimento negro, do orgulho LGBTQ, da defesa de trabalhadores da economia informal e formal como petroleiros e professores, ocupações urbanas e moradores das favelas no Rio de Janeiro. Militantes saídos do movimento anarcopunk vão ingressar também no processo de reconstrução da COB em encontros como a Primeira Jornada Libertária realizada em Florianópolis, em 1986.

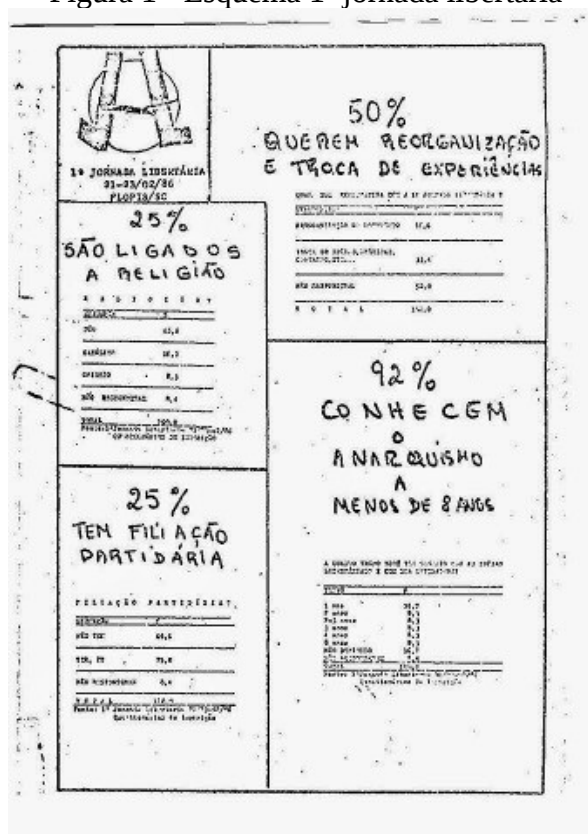
A Primeira Jornada Libertária realizada em Florianópolis, nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro de 1986, foi um importante evento para rearticulação do anarquismo, mas abrangeu quase que exclusivamente a região Sul. Uma iniciativa, em boa parte, de militantes do Rio Grande do Sul vinculados ao Centro de Estudos em Pesquisas Social de Caxias do Sul, da

⁴⁶ Os Carecas de Subúrbio eram uma gangue de punks da região do ABC paulista que raspavam a cabeça, usavam botas com ponteiros de aço usadas em fábricas, camisetas brancas e jeans justo. A aproximação com a extrema direita nacionalista ocorre com o contato com a contracultura Skinhead Inglesa. Apesar de nos anos 1970, a contracultura skinhead ter nascido como grupo juvenil não racista que frequentava círculos dos mods (sendo conhecido como hard mods) e dos rudeboys nas festas de ska (gênero musical jamaicano), nos anos 1980 passa a ser influenciado por ideologias chauvinistas (nacionalismo radical) e xenófobas (aversão ao estrangeiro), em decorrência da crise econômica que reforçava identidades territoriais e nacionalistas entre a classe trabalhadora inglesa. A aproximação do National Front (Frente Nacional), partido político de orientação nazista, desses jovens para filia-los e/ou usá-los para ataques a grupos políticos e minorias consideradas inimigas foi motivo de ingresso de jovens contraculturais para extrema direita e a criação da imagem negativa sobre os skinheads. Nos anos 1990, a aproximação com o National Front e outros grupos organizados em partidos institucionais, vão gerar grupos internacionais como a organização Blood and Honour e a Hammerskin Nation (organização neonazista originária dos EUA atualmente com filiais em vários países). O movimento contracultural skinhead se subdivide no Brasil por ideologias políticas como acontece nos Estados Unidos e Europa. Entre os partidários da extrema direita estão os Carecas do ABC, que adotam o ideário integralista de Plínio Salgado, Carecas do Subúrbio nacionalistas conservadores e boneheads como são chamados pejorativamente os skinsheads (ou *White Powers*) que adotam o nazismo como ideologia; os Trads ou Spirit 69 que se dizem apolíticos e orientados pela memória do que seria o “skinhead verdadeiro”. Os trads são acusados pelos skinheads de esquerda de ter uma relação ambígua e tolerante com a extrema direita; e no campo da esquerda os SHARPs (Skin Heads Against Racial Prejudice – “Skinheads Contra o Preconceito Racial”), cujo princípio é ser contra toda forma de discriminação racial e fascismo, RASHs (Red and Anarchist Skinheads – “Skinheads Vermelhos e Anarquistas”), que promovem ideologias de esquerda a princípio como mais uma forma de combate aos White Power. Os SHARPs e RASHs atuam em organizações ou facções antifascistas, conhecido como Antifas. BARBOSA, Jefferson Rodrigues **Entre milícias e militantes (III): Skinheads nacional-socialistas e integralistas e os “carecas do subúrbio”**. Disponível em: <http://passapalavra.info/2009/05/6041>. Acesso em: 20 maio 2019. COSTA, Márcia Regina. **Os carecas do subúrbio**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

Editora A e do Coletivo Inimigo do Rei, ambos de Porto Alegre, teve a participação de uma centena de pessoas provenientes de vários estados e contou com apoio internacional de organizações como a CNT da Espanha, FORA e Agora Libertaire da França.

Dois esquemas produzidos pelos organizadores do evento nos permitem visualizar o perfil dos participantes do evento⁴⁷.

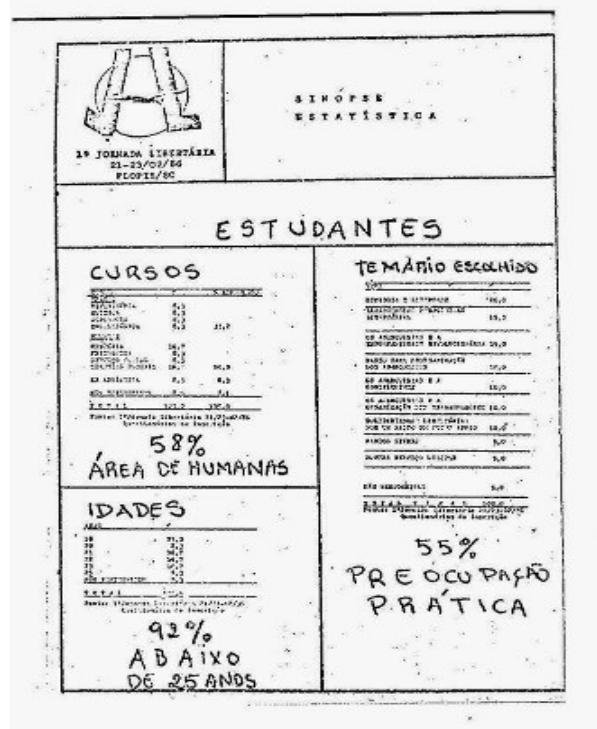
Figura 1 - Esquema 1º jornada libertária



Fonte: OB-SC

⁴⁷ Os esquemas estão disponíveis na página do Sindicato de Artes e Ofícios Vários de Florianópolis, nela é informado que o sindicato faz parte da Federação Operaria de Santa Catarina (FOSC) ligado a Confederação Operaria Brasileira e Associação Internacional do Trabalho. Não existe referência ou documentações que comprovem a existência da FOSC, quais organizações e que municípios atuavam. Porém segundo a ata de fundação do SINDVARIOS (<http://sindvARIOS-floripa.blogspot.com/2011/>), se tratava de uma organização sindicalista revolucionária que se contrapunha às teses do plataformismo anarquista e tinha por objetivo estabelecer o comunismo libertário no território catarinense.

Figura 2 - Esquema 1ª jornada libertária



Fonte: FOB-SC

Conforme os esquemas acima destacamos que 92% conheciam o anarquismo a menos de oito anos e tinham abaixo de 25 anos de idade, sendo que 25% tinham alguma filiação partidária (não especificada) e o interesse de 55% dos participantes era pela troca de experiências, com questões práticas e com a reorganização do anarquismo, dados que corroboram com afirmação de Rudy (2009) de que os anos 1980 foi um período que o anarquismo brasileiro possuía uma forte presença contracultural punk.

O historiador menciona que no evento estavam presentes alguns punks integrantes da banda paulista “Excomungados”, “destacavam a necessidade de se investir numa pedagogia revolucionária, para despertar nas crianças “o germe da contestação” (RUDY, 2009, p. 30). Para ele, a participação do grupo no encontro tem sua origem no festival O Início do Fim do Mundo, sendo que banda foi criada em 1983, e dela fazia parte de um grupo de jovens que moravam na ocupação do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), envolvidos também nas campanhas pelo voto nulo, em protestos antinucleares e em atividades do Centro de Cultura Social (CCS) de São Paulo.

Para Rudy (2009), apesar do evento não equacionar as diretrizes para o movimento libertário como um todo, ele nascia de uma perspectiva de se avançar na luta social e

libertária e de rearticular as organizações autônomas dos trabalhadores. Durante o encontro, foi debatida a recriação da COB, filiando-se à AIT, a partir de núcleos articulados por categorias específicas, visando “[...] devolver aos trabalhadores uma perspectiva de organização social com base no Trabalho, sem intermediários” (Brochura – Jornada Libertária, p. 12 apud RUDY, 2009, p. 28), pautada pela autogestão e ação direta. E ainda em conformidade com o autor, dessa perspectiva surgem núcleos na Bahia, no Pará, no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal e em São Paulo, que a partir de 1988 passaram a editar o periódico *A Voz do Trabalhador*.

Em 1987, realizou-se em Salvador o II Congresso Nacional Pró-COB, onde se deliberou a carta de princípios dos núcleos Pró-COB:

O 2o Congresso Anarcossindicalista (sic) reafirma que o caminho para a superação do capitalismo deve ser trilhado pelo povo, para que seja eliminada toda exploração. Os anarcossindicalistas brasileiros entendem que se trata de um processo de revolução social que seja capaz de eliminar toda autoridade governamental, partidária e patronal. Propomo-nos a construir um dos caminhos para essa meta e esse caminho é a reconstrução da Confederação Operária Brasileira, um movimento nacional que reunirá agrupações livres de trabalhadores, empregados, desempregados e trabalhadores autônomos. Um movimento que atuará na luta contra o Estado e seus instrumentos de dominação (Polícia, Justiça, Parlamentos, Forças Armadas, Escolas, Sindicatos Oficiais, Capitalistas, Partidos Políticos) visando a sua completa destruição – para que seja possível a construção de uma sociedade nova, verdadeiramente socialista e livre (O Inimigo do Rei, n. 22, 1988 apud RUDY, 2009, p. 29).

A carta de princípios dos núcleos pró-COB, apesar de se remeter, evidentemente, à COB de 1906, se distingue dela em relação ao emprego da proposta anarcossindicalista e não sindicalista revolucionária. Apesar de ser impreciso dizer que, efetivamente, os núcleos pró-COB estavam propondo sindicatos compostos por anarquistas, sendo que na própria literatura produzida por eles ou sobre o anarquismo, encontramos o termo anarcossindicalismo usado como sinônimo de sindicalismo revolucionário.

A outra diferença em relação à COB do início do século XX é que os núcleos pró-COB não eram constituídos por operários, mas por outros trabalhadores assalariados e profissionais liberais, como professores, bancários, arquitetos, jornalistas, engenheiros e estudantes universitários.

Segundo Rudy (2009), outro ponto debatido durante o encontro dos núcleos pró-COB, foi a atuação dos anarquistas frente à Constituinte. O encaminhamento do encontro discorria

sobre a criação de plenárias libertárias visando impulsionar as discussões dentro do movimento anarquista e entre a população para a elaboração de um projeto de uma “Constituinte Paralela”, de caráter popular (plenárias articuladas por cidade, estado, região e confederadas nacionalmente) e um maior entrosamento dos anarquistas com os movimentos sociais com o objetivo de criar grupos de pressão para cobrar os congressistas e demais segmentos político-partidários envolvidos na elaboração da nova Constituição.

Em 1985, outro acontecimento impulsionará a reorganização do anarquismo brasileiro nos anos seguintes, a criação do Círculo de Estudos Libertário no Rio de Janeiro que depois se tornaria o Centro de Estudos Libertário Ideal Peres com a fusão do CEL com o CEPJO após ao curso “Anarquismo, por novas formas de organização social”, ocorrido em São Paulo, promovido pelo Centro de Cultura Social e estudantes anarquistas do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC-SP (PASSETI, 2013, p 59).

Os integrantes do círculo de estudos em 1985 passaram a promover reuniões semanais na Escola Senador Correa, tornando o espaço de debate em um espaço de criação de ações concretas e de articulação entre anarquistas de outros estados e países. O esforço potencializou o desenvolvimento de outros grupos como o GAJO, reorganizado em 1987, o Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD), Coletivo Anarquista Estudantil 9 de Julho (CAE-9) e o grupo Mutirão em 1991 com trabalhos em movimento sociais (VIANA DA SILVA, 2018) Além da formação de organizações, as publicações como o jornal *Mutirão*, e revista *Utopia* e o boletim *Libera... Amore Mio* criado em 1991, que irá se tornar o boletim da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), criada em 2003.

1.1.5 A quinta onda anarquista (1989-hoje)

A quinta onda no Brasil será apresentada de forma sistemática no capítulo III, onde analisaremos os dados do trabalho de campo. A escolha da forma de apresentação está ancorada na compreensão de que para apresentar o anarquismo atual em relação a outras ideologias anticapitalistas e antiautoritárias é preciso ir além no debate teórico e utilizar-se das experiências anarquistas da história brasileira recente e suas respectivas transformações.

A quinta onda do anarquismo no Brasil começa ainda na quarta onda global do anarquismo em meados do fim da ditadura militar brasileira com as primeiras iniciativas de rearticular o anarquismo no movimento estudantil, comunitário e sindical, com a difusão das

concepções libertárias pelo movimento punk anarquista, encontros militantes e tentativa de articulação regional e nacional de organizações anarquistas, posteriormente pelo global contra o neoliberalismo – que ficou conhecido como antiglobalização –, destacam-se, em especial, a atuação de movimentos populares, organizações libertárias influenciadas pelo anarquismo, organizadas na Ação Global dos Povos, pela difusão de cultura libertária com a predileção pela ação direta, pela horizontalidade e pelo enfrentamento organizado contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o North American Free Trade Agreement (NAFTA), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), além das guerras imperialistas protagonizadas pelos Estados Unidos, por meio de enorme gama de táticas e estratégias.

Na América do Sul, a atuação da Federação Anarquista Uruguaia na metade dos anos 1990, auxiliou na criação da Federação Anarquista Gaúcha e a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) que, articuladas no Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), fundaram com outras organizações, em 2012, a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), em um congresso com presença de organizações de 10 estados e mais de 70 delegados. Além do Brasil e do Uruguai, o anarquismo plataformista/especificista se desenvolveu no Chile, a partir do Congreso de Unificación Anarco-Comunista (CUAC), que fundou a Organización Comunista Libertaria (OCL), e que teve impacto posterior na articulação da Federación Comunista Libertaria (FCL) e, na Argentina, na fundação da Organización Socialista Libertaria (OSL) que participou das mobilizações de 2001, no levante “Que se Vayan Todos!”, opondo-se à crise neoliberal, à classe política do país e estabelecendo importantes estruturas de base.

A Federação Anarquista Argentina (FLA) e a Comisión de Relaciones Anarquistas (CRA), da Venezuela, tem como foco a educação e a formação política anarquista, tal como a Biblioteca Terra Livre, do Brasil. E uma tradição insurrecionalista, embora minoritária, tem ganhado destaque em alguns episódios, em especial no Chile, com o conhecido “Caso Bombas”, de 2010, que investiga atentados supostamente levados a cabo por anarquistas no país. .

Ainda sobre organizações internacionais anarquistas Lucien van der Walt (2019) menciona a rede Anarkismo criada nos anos 2005, reunindo organizações anarquistas plataformistas, anarco-comunistas e especificistas entre elas, a Alternativa Libertaria / FdCA (Itália), Alternative Libertaire (França), Coordenação dos Grupos Anarquistas (França), Federação Anarquista Uruguaia (Uruguai), Grupo Anarquista Bifurcación (Colômbia), Grupo Libertario Vía Libre (Colômbia), Humboldt Grassroots (EUA), Libertäre Aktion Winterthur

(Suíça), Grupo Comunista Anarquista de Melbourne (Austrália), Motmakt (Noruega), Organização Socialiste Libertaire (Suíça), Movimento de Solidariedade dos Trabalhadores (Irlanda), Zabalaza Anarquista Frente Comunista (África do Sul) e a Coordenação Anarquista Brasileira (Brasil)⁴⁸. Em agosto de 2012, foi realizado o Encontro Internacional do Anarquismo de St-Imier, na Suíça, que comemorou os 140 anos do Congresso Fundador da Internacional Antiautoritária. Participaram do evento coletivos, organizações e federações, chegaram para participar e assistir a dezenas de palestras, oficinas e debates, anarquistas das mais diversas orientações e linhas política, fala-se de 1500 a 4000 participantes⁴⁹. O relato afirma que anarquistas independentes eram a maioria numérica entre os presentes no encontro, mas destaca que a presença das três correntes do anarquismo contemporâneo: o sintetismo, anarcossindicalismo e o especificismo/plataformismo. Da corrente sintetista estavam presentes as ligadas à Internacional de Federações Anarquistas (IFA), estavam as Federações Francesa (FAFr), Anarquista Italiana (FAIt), Anarquista Ibérica (FAI), a Federação Anarquista (AF), da Inglaterra/Irlanda, e *El Libertario* da Venezuela.

As correntes de especificistas e plataformistas, em torno do portal Anarkismo.net estiveram representadas pelas seguintes entidades: Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL), ambas do Brasil, Alternative Libertaire (AL) da França, Federação dos Anarquistas Comunistas Italianos (FdCA), Federación Comunista Libertária (FCL) do Chile, Línea Anarco-Comunista (LAC) da Argentina, Organización Socialista Libertaria (OSL) do Uruguai, o Workers Solidarity Movement da Irlanda, a Zabalaza Communist Anarchist Front (ZACF) da África do Sul e a Organisation Socialiste Libertaire da Suíça. Teve representada pela Confederación Nacional del Trabajo (CNT), Espanha e a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), de variadas linhas e países, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) da Espanha, a Sveriges Arbetares Central Organisation (SAC) da Suécia e a Industrial Workers of the World (IWW) representaram a corrente anarcossindicalista e sindicalista.

A participação de organizações brasileiras além dos militantes da FARJ e da OASL mencionados, contou com presença de militantes da Biblioteca Terra Livre, da Editora Imaginário e Faísca, do Ativismo ABC/Casa da Lagartixa Preta, de São Paulo, e da Organização Anarquista Terra e Liberdade, do Rio de Janeiro.

A Internacional de Federações Anarquistas, mencionada no relato da FARJ, foi criada

⁴⁸ About us. Anarkismo.net. Disponível em: http://anarkismo.net/about_us . Acesso em: 23 abr. 2019.

⁴⁹ **Balanco** sobre o Encontro Anarquista de Saint-Imier. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2012/09/08/balanco-sobre-o-encontro-anarquista-de-saint-imier/> acesso em: 21/jun. 2018.

em 1968 em Carrara na Itália por federações da Itália, Espanha, França e Bulgária, na época foi composta por militantes anarquistas italianos exilados na França. Em 2012, segundo o relato de um militante português sobre X Congresso da IFA⁵⁰, realizado em 2016, na cidade de Frankfurt, desde o encontro anterior realizado durante Encontro Internacional do Anarquismo de St-Imier (Suíça), a IFA participou e apoiou a realização de outros encontros tais como o Encontro Anarquista do Mediterrâneo realizado na Grécia nas cidade de Atenas, entre os dias 9 e 18 de outubro de 2015, do Encontro de Anarquistas dos Balcãs (Grécia, Eslovênia), o Encontro das Rádios Anarquistas realizado 2 e 5 de abril de 2015, em Liubliana na Eslovênia, e na criação da Federação Anarquista da América Central e do Caribe (FACC), fundada em 2015, tendo como membros oficiais a Oficina Libertária Alfredo López (TLAL) de Cuba, Kiskeya Libertária de Dominicana e militantes de Porto Rico, El Salvador, Bonaire e Miami. Nesse período, ainda segundo o relato, a organização manteve relações com os anarquistas do México, Brasil, Chile e Peru, ajudando a iniciar um processo anarquista federalista no Brasil que se traduziu no pedido de filiação da Liga Anarquista do Rio de Janeiro. Durante encontro de 2016 a Federação Anarquista do México (FAM) e a Federação Anarquista local de Valdivia (FALV-Chile) também pediram filiação que será decidida em um congresso a ser realizado em 2019, em Liubliana, nos dias 24 a 28 de julho.

Segundo a última atualização sobre o XI Congresso da IFA, haviam confirmado presença militantes anarquistas da Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Bielorrússia, Grécia, Eslovênia, Itália, República Checa, Holanda, Turquia, Brasil, Argentina, Cuba, México, Bulgária, Suíça, Alemanha, Polônia, Cazaquistão, Kosovo, Macedônia, Estados Unidos, Japão e Venezuela.

No México, em 1991, se realizou a I Convenção Anarquista, com a insurgência zapatista de Chiapas, quatro anos depois foram criados vários grupos de apoio como a Unión Libertaria Autogestionada (ULA), o Consejo Indígena Popular de Oaxaca - Ricardo Flores Magón (CIPO - RFM) e a Alianza Magonista Zapatista (AMZ) (CORREA, 2012). Em 2006, uma greve de 70 mil professores desencadeia um processo de rebelião em Oaxaca que articulou trabalhadores sindicalizados, camponeses e estudantes na luta contra o governo de Ulises Ruiz Ortiz, estabelecendo um governo a partir da Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO), que ocupou prédios públicos, rádios e televisões, estabeleceu organizações de mulheres, como a Comisión de Mujeres de Oaxaca, e terminou sendo duramente reprimida

⁵⁰ Relato sobre o X Congresso da Internacional de Federações Anarquistas. **Agência de Notícias Anarquistas**. Disponível em: <https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2016/08/27/alemanha-frankfurt-relato-sobre-o-x-congresso-da-internacional-de-federacoes-anarquistas/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

pelo governo (CORREA, 2012, p. 62-63).

Ainda no México, apesar da grande simpatia dos zapatistas pelos anarquistas⁵¹ e de compartilharem alguns princípios organizacionais comuns, outra experiência de organização popular libertária, pouco estudada e conhecida no Brasil, remete à militância dos irmãos Flores Magón de adaptação do anarquismo à realidade camponesa e indígena. As Milícias Insurgentes Ricardo Flores Magón (MI-RFM) são um grupo guerrilheiro surgido em 1996 nas montanhas centrais do México, em sua primeira declaração, os guerrilheiros afirmam que eles são pessoas comuns que faziam parte da Organización Campesina del Sur massacradas pelas tropas federais. Assim como os zapatistas do EZLN, os integrantes do braço armado não têm controle político sobre os rumos das comunidades onde atuam, as decisões são tomadas a partir de conselhos e entre suas propostas estão o desaparecimento do partido de Estado e a destruição de seu aparato militar e uma nova constituição para o país que respeite a autonomia dos povos indígenas.

Em uma entrevista concedida ao Centro de Documentação de Grupos Armados, questionados sobre sua ideologia os integrantes das MI-RFM esclareceram:

La respuesta a esta pregunta podría determinar el alejamiento o acercamiento a

⁵¹ O reconhecimento dos zapatistas ao anarquismo está ligado a historicidade das lutas de classes mexicana onde o magonismo deixou profundas marcas nas esquerdas do país. O anarquismo é mencionado em uma resposta a jornalista canadense Noemi Klein dada pelo Subcomandante Marcos, porta-voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que ficou muito conhecida onde ele afirma que zapatista pode ser qualquer pessoa oprimida: “Marcos é gay em San Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, um chicano em San Ysidro, **um anarquista na Espanha**, um palestino em Israel, um maia nas ruas de San Cristobal, um judeu na Alemanha, um cigano na Polônia, um mohawk em Quebec, um pacifista na Bósnia, uma mulher solteira no metrô às dez da noite, um camponês sem terra, um membro de gangue nas favelas, um trabalhador desempregado, um estudante infeliz e, é claro, um zapatista nas montanhas. KLEIN, Naomi. **Cercas e Janelas. Na linha de frente do debate sobre globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003. Existem outras declarações que demonstram a simpatia dos zapatistas. Uma das mais recente foi no informe intitulado “Más e não tão más notícias”, de novembro de 2013 os zapatistas criticam a desistência de convidados para participar da segunda etapa da implantação das escolas zapatistas justificadas pela recusa de compartilhar com “*jovens anarquistas, esfarrapados, punks, cheios de brincos e tatuagens*”. Os zapatistas defendem os anarquistas dos ataques “*da esquerda bem-comportada*” “*unidas na santa cruzada com a direita ancestral para acusar jovens e velhos anarquistas*”, acusados de lutar contra o sistema como se houvesse outro meio para os zapatistas e anarquistas que não esse, os zapatistas afirmam que os convidados mentem para declinar do convite e dizem que “*Eu lhes explicaria o que é o anarquismo se pensasse que iam entender*” e que “*O anarquismo é incompreensível para os anões do pensamento*”, e por isso, estão “[...] *cagando com o policiamento do pensamento*”. O comunicado na íntegra foi publicado no site do jornal Brasil de Fato, em 05 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/26488/>. Acesso em: 7 out. 2019.

múltiples grupos, sin embargo la “etiqueta” ideológica no es algo que nos preocupe, nos relacionamos dialécticamente con el universo. Nosotros podríamos definirnos política e ideológicamente como “magonistas”, pero ya el propio Ricardo Flores Magón se encargó en su tiempo de desestimar dicho término, él diría que “somos anarquistas” porque no conocemos más autoridad que la sabiduría, ni más gobierno que la libertad. Integrantes MI-RFM. (CEDEMA, 2007, p. 6).

O magonismo, para além do seu período histórico até a década de 1930, possui afinidades rebeldes com outras lutas do presente. Conforme Cedema (2007), em suas múltiplas formas, nas quais um ou vários aspectos se entrelaçam para orientar as ações em interpretações livres de cada um de seus protagonistas, encontramos o magonismo no EZLN, no Consejo Indígena y Popular de Oaxaca, “Ricardo Flores Magón”, nos coletivos juvenis, naqueles grupos anarquistas articulados na Cidade do México e em várias partes do país.

As experiências de territórios autônomos, como as das comunidades rebeldes zapatistas, autogoverno e lutas revolucionárias no século XXI não se restringem ao México. Na região conhecida como Curdistão, em particular na fronteira norte com a Síria e a Turquia, existe um processo revolucionário em curso, a denominada Revolução de Rojava⁵² que luta pela autonomia da etnia curda, pela liberdade das mulheres e contra o Estado-nação, enfrentando os governos da Turquia e o terrorismo do Estado Islâmico.

Na prática, sinteticamente, Rojava possui uma população de dois milhões de pessoas, territorialmente, é composta por três cantões autônomos que são confederados, Cizirê, Kobanî e Afrin – cada cantão possui seu próprio seu hino e bandeira. A estrutura organizacional é composta por conselhos, os conselhos de bairro são os mais numerosos e possuem uma média de 30 a 150 famílias por conselho, existem ainda conselhos por lugar de trabalho, partidos políticos, religiosos e por afinidade, como o conselho de juventude (STRANGERS IN A TANGLED WIDERNESS, 2016)⁵³.

A participação nos conselhos não tem limite de idade, adolescentes podem participar, por uma periodicidade indeterminada, e a forma de tomada de decisão neles é por democracia direta ou consenso. Os conselhos de uma cidade distrito/vilarejo são feitos por 7 a 15 conselhos de bairro. Nos conselhos distritais se elegem dois representantes para os conselhos da cidade, um homem e uma mulher, e também as forças de segurança e as milícias Unidades

⁵² Conforme a *Strangers in a Tangled Wilderness* (2016), Rojava significa tanto “Oeste” quanto “Por do Sol”, em curdo. Situada a oeste do Curdistão, abrange uma área de mais de 2.312 Km, com mais de 380 cidade e vilas. No início da Guerra Civil na Síria, a região abrigava cerca de 3,5 milhões de pessoas, atualmente, conta 2,5 milhões. Cerca de um milhão de pessoas fugiram por causa da guerra, muitas delas para campos de refugiados na Turquia e Iraque.

⁵³ Editora anarquista que difunde notícias, fanzines e livros, criada em 2003. Disponível em: <http://www.tangledwilderness.org/about/>. Acesso em: 15 maio 2019.

de Proteção Popular: Yekîneyên Parastina Gel (YPG) e a Unidades de Defesa das Mulheres Yekîneyên Parastina Jin (YPJ) elegem seus oficiais.

Os conselhos superiores, como o Conselho Supremo dos Cantões de Rojava, são compostos por representantes locais e todas as decisões dos conselhos superiores devem passar pela aprovação dos conselhos locais. A atuação dos conselhos superiores é limitada à articulação entre os conselhos locais e existe uma grande rotatividade neles, e nos conselhos locais há métodos próprios para garantir essa rotatividade. “Acima” dos conselhos superiores existe um sistema parlamentar de conselho com representantes rotativos, um poder executivo composto pelos copresidentes dos Cantões e um poder judiciário independente, onde todo poder governamental emana dos conselhos, no entanto cada Cantão tem autonomia, formando assim uma confederação.

Evidentemente, Rojava não é a primeira experiência de governo descentralizado e sem Estado, e não podemos chamar de um governo anarquista, sem perder a riqueza dessa experiência. A forma de governo é definida como confederalismo democrático e emana de uma mistura de municipalismo libertário de Murray Bookchin⁵⁴, feminismo, democracia e pluralismo radical.

Segundo Abdullah Öcalan é um:

[...] tipo de governo ou administração [que] pode ser chamado de administração política não estatal ou de democracia sem um Estado. Processos democráticos de tomada de decisão não podem ser confundidos com os processos conhecidos como administração pública. Estados apenas administram enquanto democracias governam. Estados são baseados em poder; democracias são baseadas em consenso coletivo. A função pública no Estado é determinada por decreto, embora ela possa ser em parte legitimada por eleições. Democracias recorrem a eleições diretas. O Estado recorre à coerção como meio legítimo. Democracias baseiam-se na participação voluntária. O Confederalismo Democrático é aberto a outros grupos e facções políticas. Ele é flexível, multicultural, antimonopolístico e orientado para o consenso. Ecologia e feminismo são pilares centrais (ÖCALAN, 2015, p. 122).

O municipalismo libertário vem da influência de Abdullah Öcalan, uma importante

⁵⁴ Apesar de estar preso desde 1998, Abdullah Öcalan buscou, em 2004, manter uma correspondência com Murray Bookchin por meio de seus advogados, apesar de Öcalan se dizer aluno do militante estadunidense a idade avançada e a doença era um impedimento para Bookchin ao encontro de Öcalan. Outro motivo que fez Bookchin declinar do convite era que até então o PKK era maoísta. HUSSAIN, Sophia. **Murray Bookchin and the Öcalan connection**: the New York Times profiles the students of PKK Rojava. Disponível em: <https://www.versobooks.com/blogs/2368-murray-bookchin-and-the-ocalan-connection-the-new-york-times-profiles-the-students-of-pkk-rojava>. Acesso em: 5 maio 2019.

liderança carismática do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), o partido com maior força social na região. Fundado como uma força de libertação nacional de orientação maoísta no fim dos anos 1970, entrou em crise a partir de 1999 com a prisão de Öcalan e passou por uma reformulação de suas bases ideológicas.

Na prisão, Öcalan sistematiza a orientação política do partido a partir das leituras de autores anarquistas e pós-marxistas como Emma Goldman, Braüdel, Foucault Wallerstein e Murray Boockhin. Além do conhecimento sobre a experiência exitosa zapatista, diante da maior participação das mulheres no partido desde 1987, Öcalan absorve muitas das ideias contidas no livro *Civilization Narratives*, de Boockchin, e escreve seu próprio livro, *The Roots of Civilization*. Entretanto, ao ler o livro *Ecology of Freedom* de Boockhin, Öcalan o sugeriu como uma leitura obrigatória para todos os militantes do PKK, esse foi o livro que mais influenciou nas ideias do confederalismo democrático que hoje encontramos em Rojava.⁵⁵

Rojava, como um movimento do povo curdo, possui como característica sua pluralidade radical. O povo curdo que vive nos cantões não é um povo homogêneo: 65% da população curda diferencia-se por distintos grupos tribais e quatro religiões, a maioria é muçulmana sunita da tradição Shafi, e ainda existem os que seguem as tradições alevita, xiita e sufi. Há também um número grande de curdos cristãos e Yazidis, uma religião sincrética que possui conexões com o zoroastrismo, islamismo e o judaísmo; 35% da população de Rojava é compostas por árabes, armênios e assírios e, desde o início da guerra na Síria, recebeu um número considerável de imigrantes daquele país e do leste do Iraque. O pluralismo radical é assumido na prática com conselhos locais para cada grupo étnico, nos conselhos superiores há cotas para que todas as etnias estejam representadas e as cotas se estendem também para as milícias e forças de segurança.

As imagens das jovens milicianas do YPJ com seus lenços coloridos e armas, difundidas pelas redes sociais e imprensa, podem fetichizar de forma sexista a participação das mulheres curdas (mas a militância das mulheres curdas contra o sistema patriarcal têm uma história de mais de 40 anos) e no confederalismo democrático o feminismo é um dos pilares do que está acontecendo em Rojava.⁵⁶ A participação das mulheres não se resume ao YPJ (criado em 2012, são combatentes das YPG) e exercem papel de oficiais na resistência armada. Elas também são parte das forças de segurança interna; as assembleias só têm poder de decisão se houver 40% de mulheres presentes e tanto a presidência das

⁵⁵ Strangers in a tangled wilderness, 2016, comitê de solidariedade à resistência popular curda, 2016.

⁵⁶ Strangers in a tangled wilderness, 2016; comitê de solidariedade à resistência popular curda, 2016; Dilar Dirik, 2016.

assembleias como a presidência das comunas são copresididas por um homem e uma mulher, e as mulheres têm o direito de vetar a indicação de um dos representantes masculinos nos conselhos que tenha um histórico de agressão contra elas. Além de existir conselhos exclusivos de mulheres, elas têm um centro de acolhimento com acesso à educação e um centro de reeducação de homens, no qual eles se dispõem voluntariamente a uma reeducação feminista⁵⁷.

As mulheres curdas têm desenvolvido também o que chamam de jineologia (jin, a palavra curda para “mulher” e logos, do grego, “palavra” ou “razão”), uma visão alternativa das ciências que debatem sociedade moderna, economia, saúde, educação, ecologia, ética e estética, etc., com o objetivo da libertação das mulheres do triângulo do patriarcado, do capitalismo e do Estado-nação. Jineologia não é a negação do feminismo europeu, mas uma versão do feminismo colocado dentro das orientações da liberdade do povo e das mulheres curdas⁵⁸.

A solidariedade anarquista e de outras organizações com a revolução curda além da formação de uma rede heterogênea de comitês de solidariedade em várias partes do mundo, responsáveis por ações de difusão de informações e análises sobre a conjuntura de Rojava e agenciamento de manifestações de apoio, se estende ao apoio armado ao processo revolucionário na região. Por exemplo, em 2015, foi anunciada em Ras al-Ayn a formação do Batalhão pela Liberdade Internacional (BLI) inspirado na experiência das Brigadas Internacionalistas durante a Guerra Civil Espanhola⁵⁹. O BLI é composto pelas Forças Guerrilheiras Internacionais e Revolucionárias do Povo, formada por anarquistas de todo o mundo e que têm uma unidade LGBT, denominada Exército de Insurreição e Libertação Queer pelas Forças Unidas da Liberdade, que reúne grupos de esquerda, socialistas e anarquistas; e pelas unidades de combatentes marxistas do Partido Comunista Marxista-Leninista; do Exército de Libertação dos Trabalhadores e Camponeses; Reconstrução Comunista, Brigada Bob Crow e da Brigada Henri Krasucki.

1.1.6 Algumas considerações sobre ampla tradição anarquista

⁵⁷ HUSSAIN, Sophia. **Murray Bookchin and the Ocalan connection**: the New York Times profiles the students of PKK Rojava. Disponível em: <https://www.versobooks.com/blogs/2368-murray-bookchin-and-the-ocalan-connection-the-new-york-times-profiles-the-students-of-pkk-rojava>. Acesso em: 5 maio 2019.

⁵⁸ Jineologia: das lutas das mulheres à libertação social. Entrevista com Necibe Qeredaxi. Disponível em: <http://elcoyote.org/jineologia-das-lutas-das-mulheres-a-libertacao-social/>. Acesso em: 16 ago. 2018.

⁵⁹ **[Curdistão] Comunicado da A.I.T. (Antifascist International Tabur, YPG/YPJ). Agencia de noticias anarquistas**. Disponível em: <https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2016/12/22/curdistao-comunicado-da-a-i-t-antifascist-international-tabur-ypgypj/>. Acesso em: 5 maio 2019.

Para Brethier (2011) o ponto mais forte dos estudos é também seu maior problema. O conceito de “ampla tradição anarquista” engessa a análise por contemplar apenas duas correntes, o anarquismo de massa e o insurrecionalismo, tradições que não podem se encontrar em “estado puro” nas organizações anarquistas imersas no dinamismo dos conflitos políticos.

Para ele, os autores de Black Flame usam o chamado plataformismo como sinônimo de anarquismo de massa, algo que seria para ele “amalgamas que são contrárias à realidade histórica (a ideia de que o sindicalismo seria uma ‘estratégia’ do anarquismo)”. Diferentemente da interpretação de Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009), o antagonismo plataformismo/síntese para o anarcossindicalista francês foi um debate reduzido a um número pequeno de organizações e militantes, ambos defendendo a organização de massa. O debate não só ficou inconcluso, como também gerou mais controvérsias que a reorganização dos anarquismos.

Sobre a concepção de síntese, Brethier (2011) defende Volin, sustentando que ao invés de Bakunin revirar no túmulo, o revolucionário russo apresenta uma proposta organizacional consciente da necessidade de unificar o movimento anarquista que se encontrava dividido e ineficaz. A diferença entre Volin, Makhno e Arshinov era de que os anarcocomunistas consideravam o comunismo-anarquismo e o anarquismo ideologias burguesas individualistas e que o anarcossindicalismo não chegava a ser uma doutrina, mas um método de ação.

Conforme o autor, a proposta de síntese de Volin, escrita em 1924, envolvia uma unidade criada a partir de um esforço teórico, por meio de uma reflexão coletiva sobre o princípio sindicalista, o qual ele indica ser o verdadeiro método da revolução social, do princípio comunista (libertário), que estabelece a base de organização da nova sociedade em formação e o princípio individualista de emancipação total e felicidade do indivíduo como objetivo da revolução social e da sociedade futura, não agregá-las lado a lado em uma única organização. Além disso o autor afirma que Volin não contemplou o anarquismo individualista, apenas o colocou como objetivo da revolução social.

A despeito da proposta de síntese de Sebastian Faure, de 1928, Brethier (2011) afirma que ela não é uma síntese, pois uma síntese por definição é uma interação de vários elementos que a compõem através das suas intersecções. O que Faure propôs foi coabitação das três correntes, algo estático, motivado pela proposta da Plataforma. Por isso, a proposta de Volin se aproxima da proposta plataformista, no sentido de construir algo novo sobre o que deveria mudar.

Outro problema apontado por Brethier (2011), ainda sobre as correntes da ampla

tradição anarquista, é aplicar a vaga definição de “anarquismo de massa”, o qual os autores dizem representar a maioria do movimento libertário e como não reconhecem o individualismo como corrente anarquista, Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009), ignoram que muitos insurrecionalistas eram chamados, de individualistas e vice-versa, portanto não haveria motivo para aceitar o insurrecionalismo e recusar tal qualificação para o individualismo.

O autor sugere que se Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009) tivessem se valido da leitura do livro de Gaetano Manfredonia, *Anarchisme et chagement social: insurrecionalisme, sindicalisme, éducationnism-réalisateur*, lançado dois anos antes que a obra dos autores sul-africanos, teriam resolvido muitos dos seus impasses metodológicos. Manfredonia (2007), explica Brethier (2011), considera que é preciso romper com as interpretações usuais do anarquismo, todas que enfatizam a história das ideias ou dos movimentos, e se propõem com base em tipos ideais da Sociologia compreensiva analisar o ativismo anarquista. Os tipos insurrecional, sindicalista e educacionista-realizador não se encontram em estado puro, não são tipos que se opõem, mas que podem suceder um ao outro ou coexistir em combinações variadas dependendo das necessidades e do contexto político e social.

Conforme Manfredonia (2007), o movimento anarquista francês teria passado uma fase insurrecionalista inicial entre os anos de 1878 e 1886, uma reorganização sindicalista em 1888, e um breve retorno ao insurrecionalismo entre os anos 1892 e 1894, seguido pela visão sindicalista. Essas fases passam por curtos espaços de insurgências, e mesmo a predominância de uma forma (insurgente, sindicalista, educador-realizador) não impede que outra coexista à margem.

No caso, apesar de reconhecermos que existência de uma ampla tradição anarquista nas lutas das classes oprimidas e exploradas nas organizações trabalhistas que é nosso foco no estudo, concordamos com Brethier (2011) a sugestão de Manfredonia (2007) essa tradição é de coexistência de correntes, como a sindicalista, educacionista, insurrecionalista, das formas mais ou menos flexíveis de organizacionais no anarquismo e táticas e estratégias distintas entre si de como se chegar ao socialismo libertário.

Lucien Van der Walt e Michael Schmidt (2009) rejeitam a asserção que William Godwin (1756-1836), Max Stirner (1806-1856), Proudhon (1809-1865), Benjamin Tucker (1854-1939) e Liev Tolstoi (1828-1910) fazem parte da ampla tradição anarquista. Proudhon e Tucker seriam representantes do mutualismo, ideia que influenciou profundamente o anarquismo. Tal como o marxismo, o proudhonismo forneceu muitos elementos para a

conformação da teoria anarquista, mas na realidade nem um nem outro são anarquistas.

Os autores rejeitam também termos como “anarquismo filosófico” (utilizado para definir Godwin), “anarquismo individualista” (utilizado para definir Stirner e, às vezes, Proudhon e Tucker), “anarquismo cristão” (em referência a Tolstoi) ou “anarquismo estilo de vida” (utilizado para se referir as formas individualistas contemporâneas), que não fazem parte da ampla tradição anarquista. Os autores argumentam ainda que ideias antiautoritárias têm sido desenvolvidas em várias culturas, as rejeições às correntes e formas mencionadas sugerem que é preciso diferenciar o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária de outras correntes, incluindo as libertárias, para conhecer tanto o anarquismo, quanto as outras tendências.

Em relação as afirmações de Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009) quanto a exclusão desses pensadores, acreditamos que William Godwin e Max Stirner são precursores de concepções antiautoritárias, é justo colocá-los em uma posição de teóricos protoanarquistas, como precursores teóricos e filosóficos de teses libertárias anteriores ao anarquismo ter uma penetração nas classes oprimidas. Diferente de Proudhon, cujas concepções políticas alcançaram setores das classes trabalhadoras, e Benjamin Tucker faz parte inegavelmente de uma tradição anarquista individualista.

Pierre-Joseph Proudhon – 20 anos antes do anarquismo se tornar presente como discurso no movimento operário por meio da ação de Bakunin e da ADS – tem na sua análise as estratégias de transformação social absorvidas pelos trabalhadores por meio do mutualismo que foi marcado historicamente pelas divergências em duas grandes expressões: o mutualismo moderado e parlamentar, expresso pelo manifesto dos 60 operários do Sena e o mutualismo radical proudhoniano, desenvolvido por dirigentes de associações mutualistas na França, Bélgica e Suíça, entre eles Varlin, que viria ser um dos principais animadores da AIT (FERREIRA, 2014).

Nesse mesmo sentido é preciso esclarecer que em Proudhon a luta política podia assumir a violência revolucionária como meio de se atingir um objetivo desde que contasse com uma ampla participação popular. O Estado para o socialista francês é colocado como parte agente da exploração e dominação e segundo sua concepção dialética serial, a propriedade é um roubo, pois em última instância é produto da força e por ela é sustentada.

A proposta de organização econômica proudhoniana tem como base a concepção de um sistema de posse coletiva e individual, funcionando combinada ao federalismo e a autogestão, foi desenvolvida ao longo de suas obras: *O que é a propriedade? Ou princípio do direito e do governo* (1840); *Da criação da ordem na humanidade* (1843), *Sistemas das*

contradições econômicas ou filosofia da iséria (1846), *Do princípio federativo – da necessidade de reconstituir o partido da revolução* (1863) e sua obra póstuma *Da capacidade política das classes operárias* (1865) que vão influenciar um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que estavam presentes na constituição da AIT e, intelectualmente, influenciariam a obra de Bakunin e da ADS, ainda que por posicionamentos diferentes entre si, uma representando o mutualismo a outra o coletivismo libertário. Por isso, consideramos equivocado, excluir Proudhon da “ampla tradição anarquista”.

Max Stirner (1806-1856), segundo Xavier Diez (2007), não pode ser considerado um anarquista, pois, suas ideias tiveram que esperar meio século para serem incorporadas ao patrimônio teórico libertário. Seria necessário existir um anarquismo como movimento, como alternativa social e política, e um capitalismo maduro para que houvesse uma releitura dos seus textos. Diez (2007) argumenta que Max Stirner nunca teve uma intenção pedagógica, como tiveram Bakunin e Kropotkin de manter um diálogo com as classes oprimidas. A principal obra de Stirner *O único e sua propriedade* é um texto filosófico que requeria uma bagagem cultural e intelectual considerável e, por isso – apesar de Woodcock relatar de forma anedótica um grupo de operários anarquistas de Glasglow que tinham “O único como “evangelho” –, suas ideias, quando vivo, não tiveram apelo junto às classes oprimidas, só décadas depois vamos nos deparar com intelectuais que interpretavam e divulgavam os ideais de Stirner de forma mais pedagógica que o próprio filósofo.

Benjamin Tucker (1854-1939), Josiah Warren (1798-1874)⁶⁰, Henry David Thoreau (1817-1862), Émile Armand (1873-1963) e Han Ryer (1861-1938), são considerados como expoentes do anarquismo individualista, mas é equivocado colocá-los em bloco como seguidores das ideias de Stiner. Os autores abordaram temas diversos como a revolução e ação das massas, o capitalismo, a revolução industrial, a aversão às convenções sociais e ao Estado, o amor livre e o antimilitarismo, mas suas ideais divergem entre si, mantendo um diálogo com teorias externas ao anarquismo como o liberalismo e contratualismo, mas, também, com outros anarquistas que nunca se identificaram como individualistas.

⁶⁰ O individualista americano Josiah Warren, após analisar a questão da propriedade, chega a conclusões parecidas com as de Proudhon, e cria o conceito de *Labor for Labor*, uma proposta de intercâmbio de bens e serviços a partir do cálculo de trabalho, ponderado pela dureza e horas de dedicação. Para colocar as ideias em prática, ele cria o experimento *Time Store*, armazém do tempo, um espaço de intercâmbio de trabalho e em Ohio, em 1834, onde fundara, junto com uma dezena de famílias, a comunidade Pueblo de la Equidad, baseada em acordos mútuos, intercâmbio de tempo, respeito à individualidade e rechaço às hierarquias. A comunidade se desfez após uma epidemia de malária. Em 1854, Warren funda outra colônia, a Modern Times, em Long Island, Nova Iorque, junto com seguidores de movimentos radicais, intelectuais, partidários do comércio justo e do amor livre, seguindo os mesmos princípios da comunidade anterior de acordos mútuos, intercâmbio de tempo, respeito à individualidade e rechaço às hierarquias, rejeitava-se, também, o assembleísmo e quaisquer mecanismos de vocação institucional.

No caso de Tucker, o diálogo com liberalismo radical norte-americano se traduz na concepção contratualista da relação indivíduo–sociedade, baseada na concepção de soberania individual de “viver e deixar viver” no sentido de defender que os indivíduos se relacionem a partir de direitos e deveres comuns compartilhados, e que o exercício da liberdade comporta a defesa de um conjunto de valores que representam os limites sociais do exercício da própria liberdade.

O contratualismo simples de Tucker preserva como características fundamentais que cada indivíduo é livre para associar-se a outros, mas tendo firmado o contrato, todo indivíduo assume as responsabilidades e obrigações com as normas e com defesa do que foi compactuado. O contrato legitima a resistência, inclusive violenta, seja contra um delinquente comum, seja contra opressão e tirania de um governo que venha a ameaçar a posse individual e as liberdades pessoais.

O modelo de relações econômicas defendido por Tucker tem como base as concepções de Proudhon e Josiah Warren, as quais estabelecem que todos têm o direito legítimo de possuir e de trocar livremente o fruto de seu trabalho sem a interferência estatal. Como esclarece Gary Elkin (2009), não é uma defesa da propriedade privada e nem da propriedade estatal: o individualista americano seguia a tradição socialista libertária e afirmava que a propriedade do uso da terra (que chamou de monopólio da terra) é um dos males do capitalismo e que o monopólio dos banqueiros sobre o crédito e a moeda é o eixo central do capitalismo.

Conforme Elkin (2009), Tucker acreditava que se o crédito não fosse monopolizado, seu preço (taxas de juros) seria muito menor e isso também reduziria drasticamente o preço de bens de capital, terrenos e edifícios – itens caros que geralmente não podem ser comprados sem acesso ao crédito. Contra o monopólio dos bancos, propôs a criação de bancos mútuos, onde qualquer grupo de pessoas pudesse legalmente formar um “banco mútuo” e emitir crédito com base em qualquer forma de garantia. A concepção de mercado de Tucker, não tem nada a ver com o discurso fundamentalista de livre-mercado do neoliberalismo, baseado na propriedade privada e com aversão ao coletivismo.. A sua concepção de mercado é orientada pelo princípio de “viva, e deixe viver” (*live and let live*), como uma forma de assegurar o valor autêntico do trabalho, garantido pelo esforço pessoal de cada um, e que toda mais-valia e a especulação artificial não são baseadas no esforço direto, permanecendo fora dos marcos das relações econômicas.

O Estado é percebido pelo individualista como uma entidade que não emana nem do indivíduo e nem da sociedade, se tratando, portanto, de uma instituição artificial e regida por

uma lógica interna que não coincide com as pessoas que diz representar. O Estado é expressão política de um grupo de pessoas contra as demais e, por isso, alguns podem influenciar com suas leis, decretos e instrumentos burocráticos a vida privada dos outros, uma agressão à capacidade de soberania individual.

A versão antiestatal de Tucker se estende ao desprezo individualista ao sistema democrático liberal estadunidense, visto que a democracia não questiona e não suprime o domínio estatal, mas o legitima e o consolida por meio das eleições. Tal como na tradição intelectual liberal anglo-saxônica, ele tem uma profunda rejeição ao modelo de transformação social contida na concepção revolucionária a partir de ações violentas.

Para Tucker, os indivíduos deveriam ser livres para buscar os melhores modelos de sociedade a que queiram se associar livremente e não, de forma arbitrária, através de revoluções violentas. Para ele as revoluções violentas provocam desordens nas relações sociais de tal forma que, inevitavelmente, produzem regimes tão ou mais autoritários, que os regimes que os antecederam, culminando com a supressão das liberdades individuais. O direito de resistência contra o governo legitimaria o uso da violência, mas, quanto à ação de transformação social, ela deveria desenvolver-se com base na desobediência civil pacífica, formulada por Thoreau: abstencionismo eleitoral, negação ao alistamento militar e ao pagamento de impostos configurariam o cerne dessa resistência.

Voltando a ênfase da “ampla tradição anarquista”, de Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009). A ideia de “tradição” reivindica uma história de práticas militantes, trajetórias de organizações e indivíduos e seleciona quais são os debates internos mais importantes para compreensão do anarquismo como um discurso inserido dentro dos conflitos políticos em conjunturas históricas distintas, sem perder aquilo que nos permite visualizar o que há de comum no anarquismo em nível global.

A presença de teóricos e militantes que enfatizavam a liberdade individual acima da liberdade coletiva no meio libertário foi supervalorizada pelos historiadores e estudiosos marxistas a ponto de criar uma estigmatização que reduz o anarquismo a um tipo de individualismo liberal, um desvio de frações da classe trabalhadora decorrente da sua incompreensão da ciência da revolução, da importância do partido e do Estado, para a transformação e ruptura revolucionária.

Nesse sentido, a importância dada a certas referências filosóficas, teóricas e práticas atribuídas ao anarquismo foi tão forte que resultou em um silenciamento sobre a presença e importância dele nas classes subalternas em certos períodos; mas não é só isso. Também implicou em ocultar a posição crítica de anarquistas socialistas sobre o que se chamou de

“individualismo anarquista”, assim como, negligenciar que os anarquistas individualistas em seu repertório manifestaram práticas políticas e formas associativas distintas, quando não, opostas aos individualistas liberais.

Apesar de concordarmos com Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009) sobre a existência de um preciosismo com os teóricos e filósofos que marginalizam militantes (muitos desses, mais importantes para o anarquismo do que os “eleitos” pela academia), não há como negar que o mesmo acontece com as práticas subversivas do anarquismo individualista tratadas como um fenômeno histórico restrito às camadas médias e aburguesadas. Por isso, nossas considerações sobre a história do anarquismo individualista têm por objetivo esclarecer as suas tensões com relação às formas de anarquismo sindicalista, coletivista, comunista iniciadas no fim do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, período que na França e na Itália, países conhecidos pelo emprego por parte de anarquistas de táticas ilegalistas e que nasce o anarquismo insurrecional ou insurrecionário.

1.2 NOTAS SOBRE O ANARQUISMO INDIVIDUALISTA: AMOR LIVRE, ILEGALISMO E OS ANTIORGANIZACIONAIS

Max Stirner, pseudônimo de Johann Kaspar Schimdt (1806-1856) nunca teve uma militância ou influência real sobre a militância anarquista enquanto estava vivo, no máximo a circulação de suas ideias vai abranger o meio intelectual, e como Xavier Diez (2007) narra, *Der Einzige und sien Eignetum* (O único e sua propriedade) vai ser lido e reinterpretado posteriormente, e vai servir como base para as anarquistas individualistas décadas depois.

Em, *O único e sua propriedade*, publicado em 1844, Max Stirner faz um esforço intelectual em destruir tudo aquilo que tem vocação ao absoluto, desde as instituições até a divindade, passando pelo conceito de ética, realizando uma leitura da humanidade a partir da propriedade. A sociedade é concebida como um permanente conflito entre cada indivíduo e a comunidade.

Não faz sentido falar em ética universal em Stirner, diferentemente de Proudhon e dos anarquistas posteriores ligados ao anarquismo revolucionário e sindicalista, para os quais a propriedade é concebida como base da dominação econômica que estrutura a hierarquia social nas sociedades. Na filosofia iconoclasta sterniana, o único, o indivíduo, em sua busca egoísta e em conflito com a comunidade, tem na propriedade a outorga de existir, ou seja, viver a

partir da sua própria vontade e não da vontade dos outros.

Em Max Stiner, o indivíduo não é livre e nem pode se associar livremente aos outros se está privado daquilo que lhe confere poder, a propriedade material e imaterial. A propriedade não é sagrada, nem justificada pela palavra de Deus ou do Estado, ela é fruto do poder, e só a detêm de forma temporária quem a conseguir manter. O poder cristalizado no que se chama direito, Estado e lei, não beneficia a todos e todas, mas possibilita a concentração da propriedade, logo, se há um proprietário supremo, seja ele o Estado, o czar, o partido ou a igreja, seremos todas e todos mendicantes.

Qualquer associação que não seja entre egoístas, mas, artificialmente estabelecida por convenções, normas e leis universais é uma ameaça à liberdade, uma reformulação da concepção de absoluto religioso presente no Estado, na cultura, no liberalismo e no socialismo, que sacralizam em suas formas o absoluto, alienando os indivíduos para dominá-los e controlá-los, perpetuando, assim, a dominação.

Em Max Stirner toda revolução culmina na instalação de um novo poder que age acima do indivíduo e, por isso, é negador da peculiaridade ou ser-próprio destes indivíduos. Na Revolução Francesa, semelhante ao que aconteceu na Reforma Protestante, foi a passagem da exterioridade da autoridade divina para a sua interiorização, na figura da consciência moral individual, sem que por isso tenha feito desaparecer o princípio estranho ao Eu.

Conforme Max Stirner, a Revolução Francesa "[...] não foi dirigida contra a ordem estabelecida, mas contra esta ordem estabelecida, contra um determinado estado de coisas. Acabou com este soberano, mas não com os soberanos [...]” e, à primeira vista, pode ser vista como uma grande conquista por não apelar para relações interpessoais mediadas pelo divino, mas manteve ileso a opressão contra o único e irreduzível a qualquer ideia e abstração:

Os direitos do homem, a obra mais cara à Revolução, têm o sentido de que o homem em mim me dá o direito de ter isto e aquilo, [mas que] eu, como indivíduo, este homem concreto, não tenho direitos: o homem tem todos os direitos e é ele nos concede a mim. [Por conseguinte,] enquanto homem, posso, assim, ter direitos; como, porém, eu sou mais que homem, sou um homem particular, esses direitos podem ser-me negados precisamente a mim, a este indivíduo particular (STIRNER, 2004, p. 247).

A inversão do estado de coisas que a Revolução Francesa estabeleceu – e outras revoluções, dadas suas especificidades, também tomaram o mesmo rumo –, foi de criação de

novas instituições, mais aptas que as antigas para satisfazer as reivindicações do movimento revolucionário, mas que se impõem, por leis e normatizações, e convenções estranhas ao Eu, sobre o indivíduo em um novo regime e o impedem de perseguir seus objetivos egoístas.

No projeto do filósofo de valorização do indivíduo não há qualquer outra relação de regulação possível que não seja a autoestabelecida e/ou aquelas mantidas por egoístas para manutenção da própria individualidade. O entendimento sterniano de que o direito e a lei (portanto a política) se converteram na última forma de secularização religiosa o leva a olhar de forma crítica para processos revolucionários e insurrecionais e a rechaçar a política.

Conforme Xavier Diez (2007) o rechaço à política sterniano gera um problema para o pensamento anarquista individualista: visto que compreende cortar as pontes de toda ação ou intervenção política, no sentido de que os individualistas não podem reclamar uma nova ordem e, de fato, em relação à vida pública, estão situados “à margem das lutas políticas, adotando um politicismo antipolítico”. A automarginalização dos anarcoindividualistas, entre outras coisas, leva os seus “partidários” para estratégias de sobrevivência e formas de agir e de se associar, algumas delas duramente criticadas pelos anarquistas sindicalistas e revolucionários.

Para ele, apesar dos teóricos anarcoindividualistas, em especial, os franceses, em razão de serem colocados como burgueses, insolidários, esnobes desconectados da luta do proletariado pelos anarquistas revolucionários e sindicalistas. O anarquismo individualista estava presente na literatura, nas discussões da cultura libertária e na maneira de pensar e agir de numerosos homens e mulheres, ultrapassando as fronteiras dos estados nacionais, o que tornou muito impreciso valorar sua influência real.

Conforme Diez (2007) e Manfredonia (2004) inúmeros grupos de anarquistas individualistas se espalharam pela Europa, Estados Unidos e América Latina, na Argentina, Uruguai e Cuba, ao longo do fim do Século XIX e ao longo do primeiro triênio do XX, não só com atividades relacionadas à publicações e troca de informações, mas, também, voltadas para educação popular, experimentações de novas sociabilidades relacionadas ao amor livre, naturismo e a emancipação das mulheres.

O anarquismo individualista como um objeto de estudos é um discurso movido por onde transitam teóricos e práticas que remetem a Max Stirner, mas que não podem ser reduzidas a ele, apenas. Como vimos, Tucker é considerado expoente do anarquismo individualista e tem uma leitura proudhoniana sobre a propriedade e, ao mesmo tempo, remete ao liberalismo radical norte-americano. Outros, como o italiano Enzo Novatore, irão remeter a Nietzsche. E encontramos nas experimentações de vida comunitária dos individualistas, na

camaradagem amorosa, não apenas o híbrido entre leituras anarquistas de filósofos e teóricos, mas da própria conjuntura e dos meios pelos quais esses indivíduos buscam a liberdade e tecem críticas as alternativas liberais e coletivistas.

Alfredo Manfredonia (2007), em seus estudos sobre o anarquismo individualista francês, entre os anos de 1880 e 1914, define o anarquismo individualista como:

[...] uma modalidade diferente de encarar a emancipação individual e coletiva do proletariado desde o espaço da margem de partidos e ideologias. É verdadeira tradição autônoma e liberal, e com um vocabulário específico. Uma corrente anarquista alternativa que interpreta particularmente os clássicos (Proudhon, Bakunin...) com uma riqueza e vitalidade surpreendente. É uma constante dentro do anarquismo e um componente de seu substrato teórico que o singulariza a respeito de boa parte de ideologias emancipadoras. É uma ideologia que coloca o indivíduo como ponto da emancipação coletiva, alternativa ao mesmo conceito de classe social, de partido, de grupo, de nação e etnia (MANFREDONIA, 2007, p. 8-9).

A definição de Manfredonia é a mais adequada para descrever as formas e experimentações que o anarquismo individualista assumiu na França e em outros lugares do mundo, sem que haja um prejuízo em cair em uma história de autores e teóricos, algo bastante comum, nas Ciências Sociais.

1.2.1 O anarquismo individualista francês em *la belle époque*

A base político-ideológica do anarquismo individualista se caracteriza pela primazia da emancipação individual, pela rejeição ao Estado, à igreja, ao capitalismo e ao socialismo e, como explica Anne Stirner (2012), pela “urgência de viver” e a desconfiança com toda e qualquer ação revolucionária, por acreditarem que estão destinadas ao fracasso, pelos menos em um futuro próximo, rechaçando assim a condição de geração sacrificada.

Los individualistas son revolucionarios, pero no creen en la Revolución. No creer en ella no quiere decir que sea imposible. Tal cosa resultaría absurda. Nosotros negamos que sea posible antes de mucho tiempo; y añadimos que, si un movimiento revolucionario se produjese en el presente, aunque saliese victorioso, su valor

innovador sería mínimo [...]. La revolución aún está lejana; y, puesto que pensamos que las alegrías de la vida se encuentran en el Presente, creemos poco razonable consagrar nuestros esfuerzos a dicho futuro (LE RÉTIF – pseudônimo de Victor Serge, *L'anarchie*, 14 de diciembre de 1911, apud STEIRNER, 2012).

Anne Stirner (2012), em seu artigo sobre as feministas anarquistas individualistas francesas de La Belle Époque, explicita que há nas colunas do jornal *L'anarchie*, órgão da imprensa individualista, uma constante reafirmação da “urgência de viver: ‘La vida, toda la vida, se encuentra en el presente. Esperar es perderla’” (Le Rétif, *L'anarchie*, nº 309, 9 de marzo de 1911 apud STEIRNER 2012). O rechaço em trabalhar pela revolução também se fundamenta na certeza de que não poderia dar origem a um mundo melhor no estado atual das mentalidades das massas:

Siempre hemos dicho que votar no servía de nada, que hacer la revolución no servía de nada, que sindicarse no servía de nada en tanto los hombres sigan siendo lo que son. Hacer la revolución uno mismo, liberarse de los prejuicios, formar individualidades conscientes, he aquí el trabajo de la anarquía. (BÉNARD, *L'anarchie*, 26 de mayo de 1910 apud STEIRNER, 2012)

O anarquismo individualista, para a autora, é extremamente pessimista em relação ao estado de alienação e débil combatividade em que se encontram as massas – com a alta taxa de natalidade e consumo excessivo de álcool e tabaco –, e acusa os sindicalistas e os revolucionários de fazerem um culto ao trabalhador, retratando-os sãos, vigorosos e orgulhosos, “a crença na classe operária redentora é o objeto histórico dos sindicalistas e revolucionários”. Opondo-se, nesse sentido à posição de ser um “lamentável rebanho” cuja renúncia a vida confirma a tese da servidão voluntária, desenvolvida por La Boétie, os anarquistas individualistas estão convictos de que a opressão é mantida pela cumplicidade dos oprimidos. Portanto consideram que a luta contra os tiranos internos deve acompanhar a luta contra os tiranos estrangeiros.

O anarquismo individualista chega à França por volta dos anos de 1890, no seio do movimento anarquista. Segundo Anne Steirner (2012), a vontade de introduzir as ideais individualistas em todos os aspectos da vida cotidiana vai reabilitá-los ao prazer, denunciando a repressão sexual e a instituição do matrimônio e fazendo da emancipação das mulheres uma condição de todos.

A autora narra que os anarquistas individualistas vão se tornar um movimento coletivo e irão participar ativamente das experiências das universidades populares, nascidas no contexto do caso Dreyfus, por iniciativa de Georges Deherme, um tipógrafo com sensibilidade anarquista e Gabriel Séailles um professor de filosofia da Sorbone. Por uma módica cota, as pessoas tinham acesso à biblioteca, cursos de idiomas, consultoria jurídica e palestras organizadas durante à tarde, várias vezes por semana.

Segunda a informação de Stirnier (2012) entre os anos de 1889 e 1908, havia cerca de 230 universidades populares na França e os diversos temas abordados nas disciplinas eram discutidos por palestrantes voluntários, jornalistas, estudantes, professores de escolas secundárias e, muito raramente, por professores universitários. Sem grande preocupação com a coerência, conforme a autora “podia-se falar de qualquer assunto, de poesia e da arte egípcia ao funcionamento do relógio”. Mas nem todos os oradores dominavam os assuntos e muitos dos estudantes careciam de uma formação básica para compreensão dos conteúdos. Havia por isso segundo ela reservas entre os intelectuais quanto aos danos causados por essa vulgarização desajeitada dos conteúdos entre os militantes, e reservas, também, ao fato de que as universidades populares serviam apenas como campo de treinamento para intelectuais ambiciosos.

Para a autora, esses foram os motivos pelos quais os anarquistas individualistas fundaram as “conversações populares”, mais explicitamente, anarquistas em seu modo de funcionamento, inicialmente, nos bairros de Ménilmontant e de Montmartre, em Paris, e depois nas periferias e províncias. O êxito das conversações populares levou a iniciativa da criação de um periódico para favorecer a troca de informações entre os diferentes grupos de anarquistas individualistas, o *L'anarchie*, que tinha uma tiragem de seis mil exemplares e foi publicado periodicamente de 1905 até 1914, quando muitos anarquistas abandonaram as províncias em razão da Primeira Guerra.

Sobre o público que frequentava as conversações populares, o estudo de Stirner (2012) demonstra que eram jovens operários que haviam abandonado a escola por volta dos 13 anos e se jogado “ao doloroso mundo do trabalho”. Muitos deles foram sindicalizados e tinham participado dos protestos violentos, reprimidos e fracassados. Eram jovens arrancados de uma escola que não lhes ofereciam nenhuma perspectiva de mobilidade social, apenas conhecimentos elementares, em uma sociedade no qual o trabalho não oferecia melhorias na sua condição de vida, senão muito lentamente, e os privava da realização pessoal.

A fuga dessa condição, conforme Stirner (2012), levou muitos desses jovens ao chamado “ilegalismo”, compreendido como um meio subversivo de viver à margem do

salário. Os roubos, a falsificação de moedas e de bilhetes teve como consequência a condenação de alguns a trabalhos forçados. O apogeu do ilegalismo anarquista ocorreu com os roubos sangrentos e fraudes do Bando Bonnot (1911-1913), nome que a sociedade francesa atribuiu ao grupo de anarquistas ilegalistas composto por Jules Bonnot, Victor Serge, Octave Garnier, Raymond Callemin, Élie Monnier, Édouard Carouy, René Soudy e outros, que realizaram uma série de expropriações individuais, dentre quais, o assalto ao banco de Chantilly, que teve uma grande repercussão nacional.

Entretanto, sobre as considerações de Stirner (2012), é preciso esclarecer algumas preocupações deixadas de fora por ela que levam a outros pressupostos. O ilegalismo não se restringiu à França. Na Itália, na Espanha, na Bélgica, na Suíça, nos Estados Unidos, no Japão, no Uruguai e na Argentina, foram realizados atos ilegalistas organizados, em pequenos grupos ou individualmente. Além de fraudes, falsificação de moedas e expropriações, os ilegalistas realizaram uma série de atentados contra edificações estatais e ações violentas contra a vida de autoridades estatais e burguesas. É importante mencionar, não obstante, que entre 1890 e antes da I Guerra Mundial, ocorrem, simultaneamente, as ações do anarquismo revolucionário e sindical (DIEZ, 2007; EMRIE, 1994, 1995).

No anarquismo, as ações contra a propriedade, apesar de poderem ser compreendidas como uma ação direta de desapropriação da riqueza obtida pelos ricos, por meio do roubo/exploração dos pobres, a “reclamação individual” para viver à margem do salário por meio de fraudes e assaltos se difere daquelas ações contra propriedade cometidas por grupos armados anarquistas, cujo objetivo é obter os fundos necessários para financiar ações de fugas e de apoio às famílias de anarquistas presos, à imprensa e às organizações anarquistas, etc.

A diferença aqui traçada sobre o uso da tática de expropriação não tem a intenção de criar a imagem de dois anarquismos, um legal e outro ilegal. O aparato jurídico é concebido como um dispositivo de poder que incide sobre indivíduos e populações para lhes impor a dominação pela força (sanções, ameaças e violências). Muito embora, seja necessário deixar em evidência que o uso de uma tática não está desconectado dos meios e objetivos de seus usuários, algo que permite a crítica e a autocrítica avaliarem sua eficácia e, inclusive, sua degeneração.

Stirner (2012) apesar de mencionar o encarceramento de ilegalistas nas colônias penais francesas e do infeliz comentário “que era o preço que eles tinham que pagar”, não toca, ou vai mais a fundo, em outros problemas relativos ao ilegalismo. Conforme Doug Emrie (1994, 1995) os ilegalistas franceses experimentaram todo tipo de mazelas para sobreviver, eram obrigados a fazer concessões para o crime organizado, e estavam sob

constante risco de serem denunciados por informantes e serem alvos de agentes provocadores.

Além disso, as inevitáveis prisões e condenações ao trabalho forçado nas colônias penais, verdadeiros campos de extermínio em um tempo que a guilhotina, sempre sedenta por carne fresca, levou alguns anarquistas a delatarem seus amigos para se livrarem do pavoroso destino. Parte dos ilegalistas deixaram a política anarquista se comportando de forma mercenária. Para o autor: “o que começou como uma revolta contra a sociedade burguesa geralmente se transformou em um assunto puramente econômico, reproduzindo o ciclo de ‘crime’ e repressão” (EMRIE,1994,1995).

Existiram, também, aqueles ilegalistas como Marius Jacob (1879-1959) – um dos maiores expoentes do ilegalismo francês – que apesar de nunca terem abandonado completamente o ilegalismo, já mais velhos vão avaliar de forma diferente a abrangência da tática:

Eu não acho que o ilegalismo possa libertar o indivíduo na sociedade atual. Se ele conseguir libertar-se de alguns constrangimentos usando este meio, a natureza desigual da luta criará outros que são ainda piores e, no final, levarão à perda de sua liberdade, a pouca liberdade que ele tinha, e às vezes a vida dele. Basicamente, o ilegalismo, considerado como um ato de revolta, é mais uma questão de temperamento do que de doutrina. É por isso que não pode ter um efeito educacional sobre as massas trabalhadoras como um todo. Por isso, quero dizer um efeito educativo que vale a pena. (MARIUS JACOB, 1948 apud EMRIE 1994, 1995)⁶¹.

Jacob não é único anarquista individualista que durante sua trajetória enfrenta os riscos do ilegalismo, mantém contatos com anarquistas sindicalistas e revolucionários e se solidariza e recebe solidariedade deles e não abandona suas convicções. Jacob não têm o perfil heroico e romântico atribuído pela indústria cultural a Jules Bonnot, ambos eram filhos das camadas subalternizadas e imersas em uma França que segundo Ezra Brett Mell (1969), em *The Truth about the Bonnot Gang*⁶² e os revolucionários haviam invadido o céu em 1871, mudado a sociedade francesa desafiando a burguesia, após a comuna ser esmagada pelas tropas de Versalhes. Para ele as ações dos anarquistas ilegalistas e terroristas fez com que os trabalhadores franceses voltassem a ter confiança, após um período no qual e não se falava por medo nem de aumento de salários, algo que desencadeou também uma maior

⁶¹ EMRIE, Doug. **Os Ilegalistas. Anarchy**: um jornal de desejo armado. Disponível em: <https://libcom.org/library/illegalists-doug-emrie>. Acesso em: 20 fev. 2019.

⁶² Cf. MELL, Ezra Brett. **The Truth about the Bonnot Gang** - This pamphlet was published by Coptic Press and then reprinted by Solidarity Bookshop Publications., Chicago, 1969. Disponível em: <https://libcom.org/library/truth-about-bonnot-gang-ezra-brett-mell>. Acesso em: 20 fev. 2019.

movimentação sindicalista.

Anne Steirner (2012) apesar de localizar os individualistas nas classes subalternas de certa forma romantiza o “banditismo por uma questão de classe e/ou por necessidade” e acaba por minimizar as consequências da adoção do ilegalismo como tática não só para seus praticantes, mas para todas as outras correntes do anarquismo.

1.2.2 O anarquismo individualista italiano

O anarquismo individualista italiano teve uma forte influência do anarquismo individualista francês, só que levado aos extremos com os magnicídios realizados ou tentados por individualistas, entre o fim do século XIX e o início do século XX: Giovanni Passannante (1849- 1910) protagonizou um atentado malogrado contra a vida do Rei Humberto I da Itália, em 1878; Sante Caserio (1873-1894) assassinou o presidente francês Marie François Sadi Carnot, em 1894; Michele Angiolillo (1871- 1897), que matou o primeiro-ministro Antonio Cánovas del Castillo, em 8 de agosto de 1896; Luigi Luccheni, que assassinou em Genebra a Imperatriz Isabel da Baviera, conhecida como Sissi, em 1898; Gaetano Bresci (1869-1901) considerado um herói por anarquistas e republicanos, por ter assassinado o Rei Umberto I, em 29 de julho de 1900; e a tentativa frustrada de Gino Lucetti, Michele Schirru e Angelo Sbardellotto de assassinar Benito Mussolini, em 1926.

Entretanto, a história do anarquismo individualista vai além disso, as conexões entre os individualistas italianos são comuns ao demais individualistas do restante da Europa. Mostrando um perfil intelectual híbrido: influenciado tanto pelas teorias anarquistas de Malatesta, Kropotkin e do individualismo stirneano, mas também, associados ao niilismo e, no caso italiano, ao futurismo, uma vanguarda intelectual e artística que celebrava o rompimento com a arte e a cultura do passado, a vida urbana, a velocidade e a energia, ao ponto de, nos casos mais extremos, exaltarem as armas e a violência.

Renzo Novatore – pseudônimo de Abele Rizieri Ferrari, um dos maiores expoentes do anarquismo individualista italiano – é retrado, às vezes, como expoente do niilismo nietzschiano, no entanto ele confessava ser ambas:

Eu sou um individualista porque sou anarquista; e sou anarquista porque sou niilista.

Mas eu também entendo o niilismo do meu jeito [...] Eu não me importo se é nórdico ou oriental, nem se tem ou não uma tradição histórica, política, prática ou uma teoria teórica, filosófica, espiritual e intelectual. Eu me chamo de niilista porque sei que o niilismo significa negação. Negação de toda sociedade, de todo culto, de toda regra e de toda religião. Mas eu não anseio pelo Nirvana, assim como não desejo o pessimismo desesperado e impotente de Schopenhauer, que é pior do que a violenta renúncia à própria vida. O meu é um pessimismo entusiástico e dionisíaco, como uma chama que incendeia a minha vital vitalidade, que zomba de qualquer prisão teórica, científica ou moral. E se eu chamo a mim mesmo de anarquista individualista, iconoclasta e niilista, é precisamente porque acredito que nesses adjetivos existe a mais alta e mais completa expressão de minha individualidade obstinada e imprudente que, como um rio transbordante, quer expandir, impetuosamente varrendo diques e sebes, até que se colide com um paredão de granito, quebrando e quebrando por sua vez. Eu não renuncio à vida. Eu a exalto e canto. (NICHILISMO, Ano I #4, Milão, 21 de maio de 1920).

A autodefinição, nos moldes de panfletos de agitação anarquista, retrata bem o perfil do filho de camponeses pobres nascido em Arcola, que abandonou a escola no primeiro ano por não se adequar a disciplina escolar, educando-se de forma autodidata em poesia e filosofia, trabalhando nas terras de seu pai e próximo do movimento anarquista da comuna onde morava.

Desde 1910 até sua morte, Navatore se manteve ativo colaborando com publicações anarquistas, como o jornal anarquista individualista *Iconoclasta!*, editado por ele e o anarquista ilegalista Bruno Fellipe, no *Cronaca Libertaria*, editado por Luigi Galleani (1861-1931), no *Il Libertario*, de Gli Scamicciati, em *Nichilismo* e no *Pagine Libere*, sempre em um debate polêmico com outros anarquistas individualistas e com anarquistas sindicalistas e revolucionários, entre esses, Camillo Berneri.

Segundo Ciampi (2010) a adesão de Navatore às práticas anarquistas individualistas do ilegalismo lhe rendeu a prisão por várias vezes. Em 1908, foi acusado de queimar uma igreja local, mesmo sem autoria comprovada. Ficou por três meses preso e, em 1910, teve que desaparecer por alguns meses, já que a polícia o procurava por roubo. No ano seguinte foi preso por vandalismo. Em 1918, posicionando-se contra a guerra, abandonou o seu grupamento militar, e por tal ato foi condenado à morte em um tribunal militar, acusado de deserção e alta traição. Apesar da condenação Navatore fugiu com sua esposa Emilia, e passou a fazer propaganda em prol de levantes armados contra todos os Estados. Depois do armistício, ele continuou fugindo, as forças policiais o consideravam um perigoso anarquista contra quem se tinha ordens para atirar. Por sua participação política é outra vez preso e condenado a dez anos de prisão, sendo liberado por uma anistia⁶³.

⁶³ MARTUCCI, Enzo. **Notas biográficas**. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/renzo-navatore-toward-the-creative-nothing>>. Acesso em: 12 maio 2018.

Além do ilegalismo e da guerra armada contra os Estados, conforme Ciampi (2010) Navatore vai se associar também à ala esquerda do futurismo da qual participavam Dante Carnesecchi, Rafanelli Leda, Auro d'Arcola (pseudônimo de Tintino Persio Rasi), Governato Giovanni e outros anarquistas individualistas, os chamados anarcofuturistas, que tinham por objetivo aproximar o movimento político anarquista do movimento artístico e intelectual futurista, combatendo, assim, a influência de Filippo Tommaso Marinetti e seus seguidores que aderiram ao fascismo.

A atração dos anarco-individualistas pelo futurismo se deu em decorrência do discurso de negação do passado tradicional, elemento potencialmente subversivo que caía bem para os anarquistas influenciados pela filosofia de Max Stirner e Nietzsche. Os intercâmbios entre anarquistas individualistas e futuristas eram intensos.

Em 1912, publicou-se no jornal *La Barricata*, editado por Leda Rafanelli e Carlo Carrà, o manifesto intitulado *Anarchia et Futurismo*, escrito por Renzo Provinciali atacando duramente Marinetti:

De hecho, los nacionalistas y los monárquicos comprendieron al principio que el Futurismo contrastaba estridentemente con sus ideas y por eso, aún hoy, siempre seremos adversarios. A pesar de las calurosas y fascinantes demostraciones marinettianas, que tienden a seducir y atraer admiradores, todos adocenados por su Futurismo, todos estos señores que se han quedado helados, indiferentes a los berridos de Marinetti, desde su comodidad, sin preocuparse por una miserable súplica o favor o el un muy deseado aplauso. En efecto, ¿cómo un monárquico, un burgués cualquiera, frío y cínico a lo que es la libertad, el socialismo, la anarquía, la rebelión, podrá excitar a las multitudes trabajadoras polifónicas por la revuelta? Y lo que es la escuela, ¿qué mejor forma para relacionarla con el Futurismo que con un programa de violencia y de acción, de rebeldía y de orgullo? (PROVINCIALI, 1912, apud CIAMPI, 2009)⁶⁴

Quando a adesão dos futuristas ao fascismo se torna evidente no apoio a Mussolini, os anarquistas individualistas italianos abandonam o futurismo. Navatore foi assassinado em 1922, por um policial, ano que regressou à clandestinidade e se uniu a um bando de ladrões liderado pelo anarquista Sante Pollastri.

Sobre a adesão de anarquistas ao futurismo e outras vanguardas artísticas, Dunaeva (2017) assinala a aproximação filosófica das vanguardas artísticas com o anarquismo na Rússia, (com o uso pelos artistas da máxima bakunista da força criativa da destruição), a

⁶⁴ CIAMPI, Alberto. **Futurismo anarchico**. Disponível em: <http://cedocsv.blogspot.com/2010/02/il-futurismo-anarchico.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

atração pela concepção anarquista em defesa da liberdade estética, sem perder o apelo social, e as formas associativas organizadas de forma autogestionadas que os artistas assumiram para difundir sua arte e se manterem durante os primeiros anos da revolução, algo que despertou a repressão contra as vanguradas e organizações de artistas, consideradas por Stalin demasiadamente anarquistas.

Os anarquistas individualistas italianos, tal como na França, mantinham-se fora das organizações políticas anarquistas ligadas ao sindicalismo, associando-se em grupos de afinidade em torno de publicações, iniciativas educacionais, etc. Entretanto, na conjuntura italiana vão se desdobrando as divergências anarquistas, uma delas, em torno do *Manifesto dos Dezesesseis*, assinado por Kropotkin, Jean Grave e outros anarquistas europeus, em apoio aos aliados contra o Império Alemão na I Guerra Mundial.

Conforme Maurice Laisant (1964)⁶⁵, internacionalmente, antes da guerra, o campo socialista estava dividido em germanistas, guesdistas, blanquistas, e broussistas que só se agrupam no final em um único partido, embora dividido entre os reformistas e os revolucionários. No entanto, a CGT francesa, na época sob controle anarquista, se posicionava de forma contrária ao envio de trabalhadores para guerra pelos Estados, propondo boicotes, greves gerais e a ocupação de ferrovias em todos os países para gerar uma paralisia do poder estatal.

Os esforços da CGT e dos socialistas se manifestam no congresso realizado nos dias 14, 15 e 16 de julho de 1914, no qual se chegou ao consenso de que dentre todos os meios de se prevenir a guerra, impondo aos governos o recurso da arbitragem, o melhor era estrategicamente a greve geral simultânea e internacional, bem como a agitação e as ações populares. Mas quando eclodiu a guerra, segundo Laisant (1964) muitas das lideranças socialistas abandonaram a proposta, salvo Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, na Alemanha, Dushan Popovich ou Laptchevitch, na Sérvia, Piere Monatte e Alphonse Merrheim, na França, entre outros.

O fracasso da estratégia também impactou o anarquismo, apesar da recusa à guerra da maioria das organizações anarquistas revolucionárias, anarcossindicalistas e dos anarquistas individualistas, como Emile Armand, resultou em prisões dos que se negaram a prestar o serviço militar e a condenações à morte por deserção. E nesse contexto o *Manifesto dos Dezesesseis* foi muito importante para ser esquecido da história das divergências históricas.

⁶⁵ LAISANT, Maurice. **Les anarchistes et l'internationale durant la guerre de 1914**. Disponível em: <http://kropot.free.fr/Histoire-av14.htm>. Acesso em: 12 maio 2018.

O conteúdo do manifesto, lançado em 28 de Fevereiro de 1916, além de responsabilizar, de certa forma, o proletariado alemão pela guerra, afirma que é inevitável se posicionar em apoio aos países aliados sobre o prejuízo de o Império Alemão ditar as regras do armistício, e termina com a afirmação das convicções internacionalistas e antimilitaristas anarquistas, salientando uma posição de resistência. Em resposta a *Declaração Anarquista de Londres*, escrita em abril de 1916, assinala que optar entre “uma escravidão ou outra”, não é uma estratégia anarquista, e afirma: “A única maneira de acabar com a guerra para impedir a guerra é expropriar, a revolução, a guerra social, aquele em que nós, anarquistas vamos dar nossas vidas. E o que poderia dizer que os dezesseis no final de sua declaração, nós gritamos: Viva a anarquia”.

Em resposta ao *Manifesto dos Dezesseis* Malatesta (1984) escreveu:

Será dito que essas coisas terminarão quando os alemães se livrarem de seus tiranos e deixarem de ser uma ameaça à Europa, destruindo o militarismo em casa. Mas se é assim, os alemães, que pensam corretamente que a dominação inglesa e francesa (para não falar da Rússia czarista), não seria mais agradável para os alemães do que a dominação alemã para os franceses e ingleses. Primeiro querará esperar até que os russos e outros destruam seu próprio militarismo e, enquanto isso, ajudem a aumentar o exército de seu país. E então quanto tempo a Revolução será adiada? Quanto tempo dura a anarquia? Nós sempre temos que esperar os outros começarem? A linha de conduta dos anarquistas é claramente traçada pela própria lógica de suas aspirações. A guerra deveria ter sido evitada pela Revolução, ou pelo menos inspirando os governos com o medo da Revolução. A força ou audácia necessária falhou. A paz deve ser imposta pela Revolução ou, pelo menos, pela ameaça de fazê-lo. Até agora, força ou vontade está faltando. Bom! existe apenas um remédio; fazer melhor no futuro. Mais do que nunca, devemos evitar compromissos, ampliar a distância entre os capitalistas e os servos do trabalho assalariado, entre os governantes e os governados; pregar a expropriação da propriedade individual e a destruição dos Estados como o único meio de garantir a fraternidade entre os povos e a justiça e liberdade para todos; e devemos nos preparar para realizar essas coisas (MALATESTA, 1984)⁶⁶

A resposta de Malatesta respondia não apenas aos signatários do *Manifesto*, mas aos outros 100 que assinaram posteriormente, quase todos italianos. Apesar disso, a grande maioria, tanto os anarquistas revolucionários, sindicalistas e individualistas, mantiveram-se na posição antimilitarista. Na Rússia, o manifesto vai ser decisivo para um racha em Moscou, entre defensores do anarcocomunismo de Kropotkin e anarcossindicalistas (AVRICH, 1974)

⁶⁶ **Réponse d'Errico Malatesta au Manifeste des Seize Le Monde libertaire.** Disponível em: <http://web.archive.org/web/20010121223100/http://www.users.skynet.be/AL/LIBRAIRIE/increva/vol3/1418.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

e, na Espanha, apenas uma pequena minoria de anarquistas galegos e das Astúrias vão se posicionar a favor do *Manifesto*.

Após a I Guerra, segundo Laisant (1964), o anarquismo italiano enfrentará uma nova batalha: a ascensão do fascismo, ainda que socialistas, os republicanos e os liberais também fizessem parte do combate ao fascismo, os anarquistas, por seu posicionamento de enfrentamento direto, acabaram sendo os mais violentamente reprimidos, e a consequência será a ida de muitos para as Américas.

1.2.3 O anarquismo antiorganizacional italiano e o anarquismo insurrecional

As conexões entre o anarquismo individualista e o insurrecional, como coloca Brethier (2011), é uma constante. Muitos dos ilegalistas que realizaram atentados contra autoridades estatais e burguesas se autodefiniam como individualistas, e os estudos apresentados sobre os anarquistas individualistas permitem visualizar a ênfase dada em “viver o comunismo no presente”, mesmo sob objetivos egoístas. O engajamento na educação popular e a ênfase na libertação feminina nas lutas das anarcas-individualistas pelo controle de seus próprios corpos são elementos que não estão em uma relação antagônica com o anarquismo sindicalista e revolucionário, existem experimentações e pautas em comum, apesar de críticas mútuas.

Entretanto, a rejeição pelas formas organizativas programáticas e pelo sindicalismo e a adoção de formas associativas menos rígidas, como grupos de afinidade, fazem parte de um amplo espectro do discurso anarquista individualista. Assim, também encontramos a rejeição por rupturas revolucionárias, as críticas ao socialismo e ao comunismo – concebidos como sistemas econômicos que colocam a liberdade coletiva acima da individualidade –, e adoção das concepções contratualistas e reformistas – de forma geral, não caracterizada pela oposição entre movimento de massa e ação parlamentar nos debates da I Internacional e, sim por uma tendência de conceber a transformação social baseada em uma reforma gradual evolutivista de aperfeiçoamento individual.

O insurrecionalismo não é limitado ao discurso do individualismo anarquista, e como apontam Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009), um dos seus principais articuladores foi anarquista italiano Luigi Galleani (1861-1931), que tecia duras críticas ao anarquismo

organizado, mas, também, aos anarquistas individualistas, uma vez que esses se furtavam da revolução e tinham uma “visão inconcebível da economia”.

O anarquismo insurrecional possuiu uma capilaridade em setores das classes subalternizadas pelo capital e Estado, ao mesmo tempo era muito menos disposto a esperar por um nível de organização no âmbito das classes subalternas que os anarquistas sindicalistas – nesse sentido, muito mais próximos da urgência de viver da qual falavam os individualistas do que da paciência histórica presente no anarquismo de “massa” e nos marxistas.

Luigi Galleani (1861-1931) nasceu em Vercelli, e se converteu ao anarquismo ainda jovem quando estudava teoria jurídica e política na Universidade de Turim. Por sua defesa fervorosa do anarquismo, foi perseguido e fugiu para França antes de terminar sua graduação, em 1880. Após ser expulso da França e depois da Suíça, retornou para a Itália, onde foi preso sob a acusação de conspiração na Ilha de Pantelleria, na costa da Sicília, em 1898, fugiu para o Egito em 1900, onde residiu quase por um ano até ser ameaçado de extradição, fugindo então para os Estados Unidos.

Nos Estados Unidos estabeleceu-se em Paterson, Nova Jersey. Por não falar o idioma, foi atuar na comunidade italiana, duramente castigada por ataques de estadunidenses racistas que não aceitavam que os imigrantes italianos contratassem ou prestassem serviços a pessoas da comunidade negra e que os jornais anarquistas criticassem o racismo (SALERMO, 2011).

Assume a edição do *La Questione Sociale*, o principal jornal anarquista italiano nos Estados Unidos. Após a fuga de anarquistas vindos do Canadá, acusados pelos tumultos de 1902, mudou-se para Barret, em Vermont, para fundar *Cronaca Sovversiva*, em 1903, que circulou de 1918 até 1920, sendo distribuído entre os falantes de italiano em todo o mundo, incluindo Austrália, América Latina e Norte da África.

Em 1919, Galleani foi deportado para Itália com outros anarquistas, como parte da repressão ao anarquismo entre os anos de 1919 e 1920. O anarquista insurrecional foi obrigado a deixar filhos e esposa para trás, e quando chegou na Itália foi perseguido e preso em decorrência do regime fascista instalado naquele país.

Galleani defende suas teses tanto em *La Fine et dell'Anarchismo?* – uma série de dez artigos publicados entre 17 de agosto de 1907 a 25 de Janeiro de 1908, no *Cronaca Sovversiva* –, quanto em uma entrevista concedida a Francesco Saverio Merlino.

Para Galleani (2012)⁶⁷, os anarquistas individualistas são incompetentes no campo da economia, pois suas teses em defesa da propriedade negam a escassez de recursos e a

⁶⁷ GALLEANI, Luigi. **The end of anarchism?** Disponível em: <https://libcom.org/library/end-anarchism-0>. Acesso em: 23 fev. 2019.

necessidade de trabalho coletivo para lidar com adversidades da natureza, já que nenhum sistema econômico (capitalista, socialista de Estado) não existiria “sem a dor, sem esforço, sem as humilhações e degradação que são agora seu triste destino e salário insignificante” (GALLEANI, 2012).

Para o revolucionário italiano não se pode recusar aos excêntricos o direito de viverem retirados da sociedade. Esses homens, quase sempre muito inteligentes, irão acabar por sacrificar as 24 horas do seu dia para satisfazer suas necessidades, sem descanso e sem recreação, mas não é esse o principal problema (o que pode ou não um membro da sociedade fazer), o problema é que:

[...] o único individualismo econômico que conhecemos é aquele erigido sobre a propriedade privada dos meios de produção e troca; isto é, o regime burguês, com o qual somos agora tão abençoados e do qual estamos tentando encontrar refúgio e segurança no comunismo e na anarquia, por meio da revolução social (GALLEANI, 2012).

Galleani (2012) não encontra nos anarquistas individualistas o refúgio e a segurança do comunismo e da anarquia por meio da revolução e diz: “Bravo! [...] os que proclamam a inevitabilidade do poder?” Para ele, aqueles que passam fome não pouparão esforços para satisfazer suas necessidades urgentes, inclusive roubando de uma mãe o último pedaço de pão. Ele concorda que todos os anarquistas são contra a autoridade, seja ela dada pela força ou pela caridade burguesa. Contudo, deixar as pessoas famélicas é um meio de fortalecer tal autoridade e não destruí-la. Diante dessa questão, afirma que a escassez produz a dominação, entretanto com generosidade e bondade gentil, foram os mais empobrecidos que com ele compartilharam as migalhas demonstrando a solidariedade que ele havia experimentado ao longo da sua vida.

Para ele, o anarquismo por definição:

É a luta por uma condição da sociedade em que o único elo entre os indivíduos é a solidariedade, basicamente a solidariedade de interesses materiais e morais, que leva à eliminação das competições diárias cruéis entre indivíduos e entre povos. (Uma época muito triste, e que, exceto durante períodos de fome ou de amor, os chamados animais inferiores superaram há muito tempo, para nossa vergonha.) E exige que eles se unam para uma maior e mais nobre luta contra as forças adversas da natureza para realizar formas superiores, mais completas e mais seguras de vida social.

A condição e o caráter da solidariedade são espontaneidade e liberdade. Mas enquanto o regime burguês é o domínio da maioria sobre a minoria, aspiramos a realizar a autonomia do indivíduo dentro da liberdade de associação, da independência de seu pensamento, de sua vida, de seu desenvolvimento, de seu destino, de liberdade de associação, violência, do capricho e do domínio da maioria, bem como de várias minorias; e quando nos referimos ao comunismo libertário, um termo que nossos descendentes tomarão o cuidado de alterar, estamos tentando encontrar um *ubi econômico* consistem [onde devo ficar] em que essa autonomia política do indivíduo possa encontrar uma realidade iluminada e feliz (GALLEANI, 2012).

Conforme Galleani (2012), não há incompatibilidade entre o comunismo e o individualismo, os dois termos se complementam: o comunismo, entendido não como comunismo de Estado – compelido a reproduzir todas as iniquidades dos governos precedentes –, e sim como “cooperação livre de todas as pessoas para produção”. E o individualismo, no sentido de que nenhuma autoridade institucional – nem a da maioria, nem a de uma minoria – pode interferir no desenvolvimento e na liberdade do indivíduo ou, de alguma forma, diminuir sua autonomia. Comunismo e individualismo se complementam, sendo que: “O comunismo é simplesmente a base pela qual o indivíduo tem a oportunidade de se regular e realizar suas funções”.

Os dois termos se complementam na sua argumentação porque todo anarquismo é fiel à negação de qualquer privilégio, em especial, o da propriedade privada dos meios de produção e troca. Por isso, os anarquistas aspiram realizar um regime no qual as terras, minas, fábricas e todos os outros instrumentos de trabalho ou de intercâmbio serão propriedade comum, indivisível, como preconiza o comunismo. Todo aquele fiel à negação da autoridade e que apoia um regime que realizará a completa independência e autonomia do indivíduo do jugo de qualquer chefe econômico, político e moral, é inevitavelmente um individualista.

Inicialmente, as críticas aos sindicalistas se debruçam sobre o entendimento de que o movimento anarquista e o movimento de trabalhadores seguem em linhas paralelas, e nesse sentido não se trata de ser contra ou favor das organizações, inclusive Galleani (2012) sugere a participação dos anarquistas nos sindicatos, como oposição, demonstrando todas as fragilidades do sindicalismo.

O insurrecionário italiano afirma que os trabalhadores se deparam com uma minoria que nunca fez um dia de trabalho (em qualquer lugar) e os usurpam desse “monopólio primitivo e fundamental” que é o desfrute do produto do seu trabalho, uma minoria que conta com tribunais, igrejas e prisões para manter a sua usurpação e seus privilégios. E existe aqueles que por experiência, aprendizado ou meditação chegam à conclusão de que o mal-

estar social é produzido pela pobreza, servidão involuntária, que impõem a ignorância aos trabalhadores que tudo produzem (“dá vida a sua plenitude e seu esplendor”), mas que de nada desfrutam do produto do seu trabalho.

Os anarquistas negam todos os privilégios e os monopólios, e inclusive aqueles que abominam o derramamento de sangue sabem que “a expropriação da classe dominante terá que ser realizada pela violenta revolução social. E dedicam-se a isso, procurando preparar o proletariado com todos os meios de educação, propaganda e ação à sua disposição” (GALLEANI, 2012).

Entretanto, faz um alerta:

Não se esqueça e não se iluda! O proletariado ainda é uma massa, não uma classe. Se fosse uma classe, se tivesse uma consciência clara e plena dos seus direitos, da sua função, da sua força, a revolução igualitária seria uma coisa do passado, libertando-nos destas reflexões melancólicas e amargas (GALLEANI, 2012).

Nesse sentido o anarquista italiano vai sugerir, então, que enquanto os anarquistas fazem um diagnóstico severo da realidade operando o bisturi para remover a fonte primordial do mal-estar em sua raiz “(não escondendo a longa e dolorosa duração do tratamento)”, a massa continua na experiência, não questionando a propriedade privada, deseja apenas que a burguesia seja menos gananciosa, não repudiando os mestres, apenas desejam que esses sejam melhores, a massa “[...] não rejeita o Estado, a lei, os tribunais e a polícia; quer apenas um estado paternal, apenas leis e tribunais honestos, polícias mais humanas” (GALLEANI, 2012)

Luigi Galleani encontra nas organizações trabalhistas (que, de fato, existem) o mesmo conservadorismo das massas que, por vezes, é um perigo que precisa de uma minuciosa atenção. As organizações trabalhistas, para ele, são administradas “por conservadores sonolentos, bem como as vermelhas, lideradas pelos chamados sindicalistas revolucionários, reconhecem e consentem com o sistema econômico existente em todas as suas manifestações e relações” (GALLEANI, 2012) que limitam as demandas dos trabalhadores a melhorias parciais e imediatas (altos salários, menos horas de trabalho, pensões de velhice, benefícios de desemprego, seguridade social, leis que protegem as condições de trabalho de mulheres e crianças, inspeções de fábrica, etc, etc...) que são a razão dessas organizações existirem.

Para ele, essas conquistas parciais são ineficazes e enganosas, dado que seu prazo de duração tem término com o reequilíbrio a favor dos burgueses, com o aumento dos custos de

vida e com mais exigências de adequação ao trabalho para manter a lucratividade dos patrões. O que deseja Galleani é que os anarquistas se dediquem a potencializar “táticas de corrosão” e o ataque contínuo, “através de ação direta da classe trabalhadora. Ainda que isso possa resultar em algumas conquistas parciais e reformas, o objetivo é promover revolta proletária cada vez maior contra as instituições existentes, resultando na expropriação forçada da classe dominante com a “revolução social violenta”(GALLEANI, 2012).

Sinteticamente, para Galleani (2012), os sindicatos existem para garantir “melhorias imediatas e parciais” e, ao fazê-lo, consentem e, inevitavelmente, conformam as massas ao sistema econômico e às suas relações e, inubitavelmente, conformam essa multidão reformista que compreende a maioria dos trabalhadores. Os anarquistas deveriam participar dos sindicatos na condição de oposição, para demonstrar a inutilidade e futilidade do trabalho sindical, e participar das greves gerais para potencializar os ataques contra as instituições, propriedade, etc.

O insurrecionário enfatiza o papel da propaganda pelos fatos, as ações de revolta individual ou coletiva – onde “nenhum ato de rebelião é inútil; nenhum ato de rebelião é prejudicial” –, das expropriações para gerar recursos para luta coletiva, dos atentados individuais que são centrais na estratégia de corroer o poder constituído e potencializar revoltas populares.

Sobre os atentados individuais, Galleani (2012), usando como exemplo o caso do assassinato do monarca Humberto I, da Itália, pelo tecelão anarquista Gaetano Bresci, afirma que “os filósofos da vida tranquila podem declamar, por exemplo, que o ato de Gaetano Bresci era uma tolice sem sentido [...], quando um rei morre, outro é coroado”. Para Galleani, Bresci tinha consciência do fato de antemão, de que isso aconteceria, mas o ato do tecelão falava às massas confusas que um rei – com sangue dos proletários nas mãos – sangra, e seu sucessor “com o sangue de seu pai aprende prudência, moderação e sabedoria”.

Contudo, Galleani (2012) afirma que não se pode fazer uma exaltação apologética das ações de propaganda pelo fato. Toda ação deve ser pensada conforme um exame livre, objetivo e consciente, na investigação e explicação das causas, do contexto social, da idade, das repercussões imediatas e remotas dos eventos; estes são os elementos para uma avaliação correta dos atos individuais de rebelião. Além disso, deve-se levar em consideração nos atos individuais de revolta o clima psicológico criado pela propaganda entre o povo. Voltando ao caso Bresci, Galleani (2012) afirma:

Quando Bresci fez justiça ao açougueiro augusto e impune dos italianos, ele sentiu que, embora a turba intolerante e tímida fosse abalada, chocada e escandalizada pelo seu ato, muitos outros concordariam com seu ato de justiça, e ele agia na fé, que a primeira faísca iniciaria uma rebelião mais intensa, um incêndio maior (GALLEANI, 2012).

Por esse viés Galleani (2012) e seus seguidores viam na violência dos atentados individuais formas de potencializar as revoltas populares, não era uma apologia à ação pela ação, mas a defesa de planejamento racional para maximizar seus efeitos psicológicos entre os explorados e oprimidos.

Conforme Lucien Van der Walt e Michael Schmidt (2009), o anarquismo insurrecional e a propaganda pela ação não existiam na época da Primeira Internacional, e nem faziam parte do pensamento bakunista; vieram à tona apenas por volta de 1880, quando uma seção do populismo russo narodnik da década de 1870 adotou o assassinato e o roubo para a causa como parte central de sua estratégia, levando, assim, ao assassinato do Czar Alexandre II, em 1881, realizado por Ignatei Grinevitski.

A estratégia foi popularizada e dramatizada segundo os autores na Europa Ocidental em livros como *Underground Russia*, escrito por Stepniak pseudônimo do anarquista russo Sergei Kravchinski (1852-1895), envolvido no assassinato do general Nikolai Mezentsev, chefe de polícia do Czar. Os ataques e expropriações continuaram a ser usados por seus sucessores, os narodniks e socialistas revolucionários, embora a maioria deles não fosse de anarquistas. Dentro do Partido Social Democrata Alemão, uma pequena facção extremista se aglutinou em torno do deputado Johann Most, atraindo o jovem Kautsky, que viria ser o expoente da ortodoxia marxista anos mais tarde. Por fim, Johann Most acabou expulso do partido por sua defesa da propaganda pelos fatos. Conforme Van der Walt e Schmidt (2009), o anarquismo insurrecional nos Estados Unidos foi assumido pela Associação Nacional dos Trabalhadores (IWPA), em 1883, e em publicações como o *Manual science of revolutionary warfare* – que continha detalhes de preparação e uso de explosivos – e em panfletos como *The east of property* que pedia “massacres dos inimigos do povo”. A IWPA foi cada vez mais se aproximando anarquismo de massa e sindicalista, apesar de algumas de suas seções ainda manterem simpatia pelo método insurrecional. Na Itália, o insurrecionalismo também estava em andamento e, em 1877, Malatesta e um grupo armado de cerca de vinte e cinco outros anarquistas tentaram desencadear uma revolta rural, mas sem sucesso.

Ainda sobre isso, em um segundo momento, deu-se a fundação da Anti-Authoritarian International, mais conhecida como Black International, em Londres, em 14 de Julho de 1881.

Fundação ambientada em um Congresso organizado por figuras proeminentes como Kropotkin, Most e Malatesta e revelou-se particularmente atrativa aos anarquistas insurrecionistas, ao contrário da Primeira Internacional, que foi caracterizada pela diversidade política e pelo foco nas lutas imediatas do trabalho classe.

A Black International que era destinada a ser anarquista, comunista, antirreligiosa, antiparlamentar e revolucionária, tudo ao mesmo tempo, em seu manifesto de criação: “Uma ação realizada contra as instituições existentes apela às massas muito mais do que milhares de folhetos e torrentes de palavras”.

Os autores explicam que, enquanto seus maiores afiliados – a IWPA nos Estados Unidos e o mexicano Congresso Geral dos Trabalhadores (CGOM), formado em 1876 – foram fortemente influenciados pelo sindicalismo, a Black International é mais conhecida por seu papel na popularização do anarquismo insurrecionário. Muitos anarquistas mudaram para a nova abordagem, mesmo se apenas por um tempo. Kropotkin, por exemplo, proclamou em 1880, “revolta permanente na fala, escrita, pela adaga e a arma, ou por dinamite”, e acrescentou: “Tudo que nos convém é alienígena para a legalidade”. Assim o jovem Berkman, influenciado por Most e auxiliado por Emma Goldman, foi preso em 1892, nos Estados Unidos, por quinze anos, depois de assassinar o industrial Henry Clay Frick, responsável pelas mortes de vários grevistas nas siderúrgicas Homestead.

Nesse sentido para Lucien Van der Walt e Michael Schmidt (2009), o período de hegemonia insurrecionista no movimento anarquista acabaria na década de 1890, mas não antes que o anarquismo se tornasse amplamente associado ao terrorismo. Não obstante, ocorreu uma nova onda de atentados no início do s

éculo XX, e as ideias do anarquismo insurrecionário foram preservadas pelos galeanistas ligados ao grupo Terra e Liberdade, na Espanha, ao grupo Battaglia, no Brasil, ao La Torch e ao grupo Culmine na Argentina; e também no leste da Ásia. Os objetivos e métodos de Shifus da Sociedade dos Camaradas Anarquista-Comunistas, formada na China em 1914, incluíam ações em massa, como greves, mas deixavam a porta aberta para “distúrbios, incluindo assassinatos”. Violência e afins “em seu repertório tático”.

Os galeanistas foram encarados pelo Estado e pela imprensa como uma ameaça à ordem e o que se viu foi uma onda de perseguições, deportações e execuções generalizada, que se abateu sobre todos os anarquistas independentemente da filiação estratégica. O caso mais notório por sua repercussão e solidariedade internacional, foi dos galeanistas Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, acusados de assassinar um contador e um guarda de uma fábrica de sapatos. Mesmo sem a autoria comprovada, ambos foram executados na cadeira elétrica

em 23 de Agosto de 1927, e inocentados, 50 anos depois, pelo governador de Massachusetts, Michael Dukakis.

A campanha de solidariedade a Sacco e Vanzetti mobilizou anarquistas, liberais e comunistas. A orientação do Partido Comunista Russo era capitalizar politicamente o caso para demonstrar a barbárie do capitalismo, enquanto eles mesmos executavam anarquistas em seu país⁶⁸.

De acordo com Lucien Van der Walt e Michael Schmidt (2009), existe a possibilidade de se observar o anarquismo insurrecionário proposto por Galleani como um “partido anarquista”, com uma organização mais flexível em redes de células dispostas a impor algumas formas de disciplina e exclusão, “claramente caracterizada por um conjunto estreito de posições analíticas e estratégicas compartilhadas” (VAN DER WALT; SCHIMIT, 2009, p. 240). Contudo, para os autores, a aproximação às ideias de Max Stirner, redescoberto no Século XIX, e Friedrich Nietzsche influenciou os anarquistas insurrecionário, como também os mutualistas, como Turcker, e elevou a intensidade dos debates entre anarquistas que defendiam o anarquismo organizado e os antiorganizacionistas, entre os quais, a organização mais rígida de partidos anarquistas era vista como criadora de hierarquias.

A evolução do anarquismo insurrecionário o leva a assumir uma postura cada vez maior de hostilidade aos sindicatos. Citando um dos seus maiores expoentes atuais, Alfredo Maria Bonanno (1937-), Lucien Van der Walt e Michael Schmidt (2009) lembram que o teórico insurrecionário italiano afirma que os individualistas foram mal compreendidos, em razão dessa leitura e se aproximando do autonomismo marxista, que afirma que o sindicalismo se tornou parte da estrutura capitalista e subordina as organizações de trabalhadores e trabalhadoras a uma burocracia concentrada em se manter na estrutura sindical aliciada pelo Estado, concentrando foco no agenciamento reformista e ações voltadas para ganhos parciais e corporativos e, assim, fugindo a qualquer possibilidade de ruptura.

⁶⁸ Para saber mais sobre a repressão aos anarquistas na Rússia recomendamos a leitura de Gregori Maximoff. A guilhotina no trabalho: vinte anos de terror na Rússia. Anarquistas russos exilados na Alemanha. A repressão ao anarquismo na Rússia Soviética. *Verve*- revista semestral autogestionária do Nu-Sol, São Paulo, n 11, p. 95-108, 2007. HEATH, Nick. **O expurgo final dos makhnovistas (1937-1938)**. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/10/115496/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

1.2.4 Individualismo, contracultura e anarquismo

Não há menor motivo para enaltecer o anarquismo individualista e nem acreditar que as experimentações de novas sociabilidades, como o amor livre, vegetarianismo e atividades lúdicas, etc. fossem práticas restritas aos anarcoindividualistas, nem do anarquismo *stricto sensu*. Militantes anarquistas revolucionários – ainda que esses tenham sofrido uma maior resistência e controvérsias entre os seus pares no movimento operário e das próprias classes subalternas – compartilharam de muitas dessas práticas.

O debate sobre o uso da educação, das artes e da ciência como ferramentas de transformação social, é facilmente encontrado nos debates das organizações anarquistas e em teóricos clássicos, como Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Malatesta, ainda que Proudhon apresente ideias misóginas, mesmo para sua época. Para Malatesta, livrar-se das amarras das convenções sociais sobre o amor era uma tarefa revolucionária em prol da liberdade: “combatamos a pretensão brutal do macho que se acha proprietário da fêmea, combatamos os preconceitos religiosos, sociais e sexuais, assegurando a todos, homens, mulheres e crianças, o bem-estar e a liberdade” (MALATESTA, 2018, p. 58). Outro exemplo é Louise Michel, a militante anarquista francesa que ficou conhecida por sua participação na comuna de Paris, que declarava “quanto mais feroz um homem é para com os animais, mais este homem se encolhe diante das pessoas que o dominam” (ANTAGONISM PRESS, 2017, p. 52) e Élisée Reclus, amigo de Louise e também *communard*, era contrário à morte de animais para alimentação, e o militante José Oiticica que defendia que todo anarquista deveria tornar-se vegetariano e trabalhar em prol da extirpação dos vícios (ANTAGONISM PRESS, 2017).

Apesar de ser corrente o puritanismo nos círculos anarquistas sobre o consumo de álcool, cocaína e outros psicoativos nos séculos XIX e XX, nem todos os anarquistas assumiam posições proibicionistas. Malatesta, em 1922, no artigo *Os Perigos da Cocaína*⁶⁹, propõe que o uso e o comércio da cocaína deveriam ser liberados, que os usuários fossem alertados sobre as consequências de seu uso, e que deveria ter lugares onde a cocaína fosse vendida a baixo custo para que os usuários não tivessem seu sofrimento explorado.

Não é nossa intenção fazer uma lista de autores e ideias que precederam muitas das críticas comportamentais que ficaram conhecidas e atribuídas à geração dos anos 1960. Algumas delas são, inclusive hoje, reconhecidas como alternativas ao proibicionismo por

⁶⁹ MALATESTA, Enrico. **Os perigos da cocaína**. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/Cocaína+Malatesta+1922_pdf. Acesso em: 12 maio 2019.

governos progressistas, como é caso da liberação do uso de psicoativos e a política de redução de danos. Muito menos, quer-se fazer algum leitor acreditar que são invenções anarquistas: Charles Fourier antecipa em muitas décadas o anarquismo ao defender as ideias de amor livre e o rechaço à família monogâmica e restrita. Contudo são exemplos de ideias e práticas presentes no anarquismo revolucionário, ainda que sofressem mais resistência que hoje para serem popularizadas entre as classes subalternas.

Nos Estados Unidos, o anarquismo volta à cena, praticamente, nos anos 1960, anos em que o ideário e práticas contraculturais, não necessariamente anarquistas, mas antiautoritários e anticapitalistas ganham força. A contracultura tece críticas tanto ao socialismo de Estado, quanto ao capitalismo, e chama para uma rebelião contra as formas com que a dominação se manifesta no cotidiano (patriarcal, homofóbica, tecnológica, consumista, racista, etc.).

Conforme Santos (2010), a contracultura tem seu nascimento nos Estados Unidos e se espalha pelo mundo. Não é contra toda a cultura, mas proponente de uma outra cultura, não alicerçada em um universalismo autoritário e destinos traçados pelas gerações mais velhas em seus projetos políticos para as mais novas. Segundo o autor, a rebelião contracultural, se baseando em certa autonomia juvenil adquirida na modernidade, ainda que múltipla e diversa, conforme os pertencimentos aos grupos identitários, sociais e econômicos dos jovens, ao mesmo tempo se confunde com o ritmo acelerado do consumo da cultura da indústria cultural.

O continuo estado nascente contracultural, seguindo o ritmo acelerado do capitalismo, possui uma dinâmica dialética: Assim que uma contracultura se institucionaliza e/ou é capturada pelo mercado, outra nasce e nega a anterior ou se recria em subculturas, com elementos que ainda são considerados subversivos por seus usuários, ou seja, se recria usando “a atitude” que sintetiza a expressão mais “verdadeira” da identidade contracultural atacada pelo mercado e por grupos e indivíduos vistos como ameaça.

Não é à toa, por exemplo, que o movimento punk destoa da contracultura hippie que a precedeu. O movimento punk é a negação da estética e ideário hippie, mas mantém dele o “faça você mesmo” como forma de organizar a produção e circulação da cultura, ao mesmo tempo, quase simultaneamente, da crítica à tendência punk niilista e apolítica, nasce a cultura punk anarquista e as críticas ao uso abusivo de drogas.

Embora desde o início no que entendemos como um movimento contracultural houvesse uma ênfase no comunitarismo e no “estar junto”, muitas das expressões contraculturais colocaram no cerne da concepção de emancipação, tal como fizeram os anarquistas individualistas dos séculos XIX e XX, a primazia da liberdade individual acima

da liberdade coletiva e as práticas cotidianas de se relacionarem entre si como uma experimentação de outras sociabilidades e institucionalidades.

A contracultura chamou a atenção para necessidade de liberação também das amarras do obreirismo, isto é, da rigidez organizacional presente inclusive no anarquismo, mas isso não os impediu nem de se associarem entre si ou de que buscassem conexões com setores mais amplos das classes subalternizadas. A presença da contracultura em setores de classe provoca divergências e processos de diferenciação entre grupos anarquistas, mas, também, de renovação das estratégias e táticas antiautoritárias e anticapitalistas.

Contudo, apesar do individualismo contracultural ser antagônico em relação individualismo liberal no que diz respeito às sociabilidades competitivas, os adeptos da contracultura são reformistas, não apenas no sentido de colocar a transformação social a partir da liberdade do indivíduo, mas por restringir suas práticas entre os seus, desconectando a prefiguração da política de um projeto mais amplo de ruptura.

Embora o anarcoindividualismo e o anarquismo insurrecional sejam minoritários no anarquismo atual, isso não significa que a questão da liberdade individual, da liberdade coletiva e da autonomia não seja alvo de debates e divergências no anarquismo. Inclusive, no que diz respeito ao anarquismo insurrecional, é importante enfatizar que existe a tensão em relação aos anarquistas organizados em partidos e sindicatos, mas compartilham com eles uma boa dose de rechaço ao pacifismo e seu discurso reformista, presente também nas tendências marxistas libertárias que dizem explorar as fissuras do capitalismo, para implodilo.

Quando se afirma que o anarquismo insurrecional é minoritário, não significa que a tendência observada de constituição de movimentos em redes por grupos de afinidade anarquistas que funcionam como organizações mais flexíveis, mas que podem ser caracterizadas como partidos por compartilharem práticas, um programa não implícito e objetivos comuns o sejam. Na verdade, ainda que seja impreciso fazer tal afirmação, é possível dizer que elas abrangem um maior número de organizações anarquistas, muitas vezes, confundidas com organizações e movimentos autônomos.

Algumas das contribuições dedicadas a estudar a influência das ideias e práticas anarquistas nos movimentos sociais hoje, tendem a criar uma dicotomia e exaltar um novo anarquismo e/ou uma nova escola do anarquismo em detrimento a velha escola nascida no século XIX. Muito embora sejam certas em apontar uma multiplicidade e pluralidade de anarquismo, renovado pelos debates com a contracultura, pelas práticas dos movimentos sociais e com a presença das tecnologias de comunicação e informação como forma de

organização e ativismo, tendem a fugir do debate sobre os tensionamentos decorrentes dessa renovação.

1.2.5 Nota sobre o caso Michael Schmidt

Apesar de apresentarmos as principais contribuições de Lucien van der Walt e Michael Schmidt para a história do anarquismo e de admirarmos o esforço intelectual que os estudos apresentam, não podemos deixar de mencionar que Michael Schmidt foi denunciado por seu envolvimento com supremacistas brancos, o que levou a AK Press, maior editora do mundo de livros anarquistas, a afastá-lo de seu quadro de autores⁷⁰.

A resposta de Schimdt à denúncia e as informações disponibilizadas por outros anarquistas, posteriormente, demonstraram ser verídica a acusação. Nesse sentido foi cogitado não utilizar qualquer referência ao autor. Porém levamos em conta que podemos criticar seus estudos valendo-nos de critérios científicos e fizemos a escolha de manter as contribuições⁷¹.

⁷⁰ **Sobre o caso Michael Schmidt.** Disponível em <https://ithanarquista.wordpress.com/2015/09/28/akpressschmidt/>. Acesso em : 20 out. 2019.

⁷¹ Manifestamos aqui nossa solidariedade com aquelas e aqueles que sofrem com o racismo estrutural no Brasil e no mundo e com as companheiras e companheiros anarquistas, incluindo o companheiro Lucien van der Walt. Não podemos nos silenciar com casos de racismo no meio acadêmico e anarquista. A nossa luta cotidiana deve expressar uma coerência entre teoria e prática e estar ombro a ombro com as classes oprimidas.

CAPÍTULO 2 UMA INCURSÃO TEÓRICA E CONCEITUAL SOBRE O ANARQUISMO

Negras tormentas agitam os ares
Nuvens escuras nos impedem de ver
Ainda que nos espere a dor e a morte
Contra o dever inimigo chama
O bem mais precioso é a liberdade
Há de defendê-la com fé e com coragem
Alça a bandeira revolucionária
Que o triunfo sem cessar nos leva em frente
'De pé, povo obreiro, para a batalha,
Devemos derrocar à reação
Para as barricadas! Para as barricadas
Pelo triunfo da Confederação
Para as barricadas! Para as barricadas
Pelo triunfo da Confederação.
 Para as barricadas (1933)
 Angel Miret e Valeriano Orobón Fernández

Iniciar o capítulo com uma das canções do movimento anarquista espanhol da primeira metade do século XX poderia ser apenas um estilo pomposo de introduzir um debate sobre o anarquismo como uma ideologia que tem suas especificidades em relação a outras formas de fazer política antiautoritária e anticapitalista, se não fosse as repetidas vezes que a escutamos durante o X Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA), realizado em Viamão (RS), em janeiro de 2013.

O X ELAOPA⁷², se apresentou como um dos exemplos de espaços de debate e convergências entre sujeitos coletivos, já vistos e analisados anteriormente, como os

⁷² Durante 3 dias, de 27 a 29 de janeiro, mais de 200 organizações populares classistas, anticapitalistas e orientadas por princípios de autonomia frente ao Estado na América Latina, com um grau variado de influência direta ou indireta do anarquismo, debateram temas variados, tais como: educação/estudantil; sindical; terra e meio ambiente; direitos humanos; gênero, etnia e sexualidade; comunicação; muralismo e comunitário, correlacionados com o objetivo do encontro de integrar as lutas no continente construindo assim estratégias em comum para confrontar a IISRA, Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IISRA,) - um projeto multisetorial que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, em dez anos, defendido pelos governos da região e pouco debatido pelas esquerdas sindicais e partidárias, como foi o caso do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) nos anos 2000.

Encontros Intergalácticos pela humanidade e contra o neoliberalismo⁷³ onde foi idealizada e se originou a Ação Global dos Povos (AGP), nos anos 1990 e 2000.

Apesar dos sujeitos coletivos da AGP apresentarem especificidades em relação às formas organizacionais, ideológicas, correlações de força e influência nos territórios nacionais, em comum, seus ideários e ações apontavam para descentralização, horizontalidade e ação direta como uma resposta às mudanças estruturais no mundo do trabalho, geradoras da precarização, superexploração, e da endêmica desigualdade social e discriminações.

As expressões anticapitalistas e antiautoritárias geradas a partir da solidariedade internacionalista reorganiza e reelabora as práticas políticas onde tomar os meios de produção e os meios de reprodução simbólica nos territórios, são igualmente importantes, anunciam várias formas de fazer política e que não existe uma forma única de mudar o mundo: tomar o Estado e convertê-lo em um instrumento dos explorados e exploradas dos oprimidos e oprimidas.

O alvo do ciclo de protestos eram as imposições dos chefes de Estados e gestores do capital internacional, para eliminar qualquer obstáculo, para um novo regime de acumulação do capital⁷⁴. As campanhas, encontros e protestos durante as reuniões da OMC, do Fórum Econômico Mundial em Davos, do Banco Mundial e FMI do “movimentos dos movimentos” conforme vários autores (BRINGEL, 2009; HARDT, NEGRI, 2001; CECEÑA, 2003) apresentou pelo menos duas forças que buscavam responder à globalização neoliberal, diferenciadas entre si, em relação à composição social e propostas, visto que ambas eram convergências globais.

A força soberanista e reformista partia do fortalecimento da soberania nacional para impor barreiras e mecanismos de defesa ao capital, e buscava incorporar questões sociais relevantes na agenda política para alcançar um determinado patamar de justiça global

⁷³ 1º Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, 27 de julho a 3 de agosto de 1996 - Chiapas, México. Convocado pelos zapatistas. 2º Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, 1997 - Barcelona, Espanha. Estavam presentes os zapatistas, o Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra (MST), grupos de agricultores da Índia, entre outros; os quais idealizaram a AÇÃO GLOBAL DOS POVOS. 3º Encontro Americano (ou 3º Intergaláctico) pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, 6 a 11 de dezembro de 1999 - Belém, Pará, Brasil. 4º Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, 2001 - Canadá. Marcha contra o Muro da fronteira EUA - México, saídas do Brasil e do Canadá, em 2001. 1ª Conferência Mundial da Action Mondiale des Peuples. Fevereiro de 1998 - Genebra, Suíça 2ª Conferência Mundial da People's Global Action. Agosto de 1999 - Karnataka, Bangalore, Índia. 3ª Conferência Mundial Setembro de 2001 - Cochabamba, Bolívia. PEREIRA, Luciano. **Cronologia dos Novos Movimentos.** Disponível em: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/cronolog.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

⁷⁴ Boaventura de Sousa Santos (2005) descreve a globalização neoliberal como um novo regime de acumulação do capital, mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiam alguma distribuição social, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercado.

apostando, em maior medida, na participação em âmbitos institucionalizados; composta por partidos políticos, sindicatos, com uma forte participação de organizações não governamentais, reunidas no Fórum Social Mundial (FSM).

A força autonomista ou revolucionária confrontava o capital regulado ou não, para construir resistências por dentro das relações de poder global, apostando em uma ruptura com as instituições estatais e não estatais, composta por movimentos sociais de base, movimentos autônomos, organizações políticas de cunho antiautoritário e anticapitalista, reunidos na Ação Global dos Povos (AGP) e espaços alternativos ao FSM, como na tenda Intergaláctica.

O vínculo com o território era um componente muito forte de identificação e diferenciação interno às duas forças. Enquanto no Sul Global, predominava uma tendência à insubordinação, em termos gerais, no rumo da ressignificação da territorialidade e do território como espaço de constituição da cultura, do sentido da vida, e apontando um dos limites absolutos da mercantilização. No Norte, a concepção de território era compreendida como “uma prisão dentro das fronteiras do Estado nação”, nesse sentido a tendência para *desterritorialização*, suas demandas tendiam a competir pela normatividade internacional e as reivindicações cidadãos de caráter geral.

O declínio do movimento de resistência à globalização neoliberal decorre de múltiplos fatores inter-relacionados: o recrudescimento da repressão com os novos marcos jurídicos contra o terrorismo após o 11 de setembro de 2001, que incidiram também contra os protestos políticos nos Estados Unidos e Europa; a institucionalização de demandas e agendas na América Latina pelos governos ao longo do período chamado de guinada à esquerda; o reescalonamento dos protestos e também de articulações entre chefes de Estado e gestores do capital, do global para o regional e nacional, e o esgotamento pelo cansaço de manter um ciclo de protestos por um longo tempo.

Embora, se o declínio das manifestações bloqueio contra as reuniões da OMC, FMI, Banco Mundial, acordos de livre comércio e etc., significou o fim desse ciclo de protestos, como afirma Bringel (2009, p. 218) “o movimento antiglobalização morre como ator, mas goza de excelente saúde”, por suas características, tais como horizontalidade, descentralização e ação direta apresentarem ainda uma forte conexão com os ciclos de protestos ainda hoje.

O movimento de resistência global ao capitalismo, rebeliões nas periferias, as insurreições indígenas-camponesas teriam iniciado uma *anarchist turn* (virada anarquista), termo usado por diferentes estudiosos para identificar uma guinada radical em formas de pensamento ou movimentos históricos, no caso, em direção ao anarquismo em seus transbordamentos para além das “suas fronteiras” (IBANEZ, 2015).

A virada anarquista pode apontar para um estado nascente descrito por Alberto Alberoni (1991), como um processo no qual o indivíduo ou grupo abandona sua realidade cotidiana para reelaborar uma renovação radical, que para continuar o seu desenvolvimento precisa ter forma e estrutura, chegando a se tornar um projeto histórico concreto, que se choca com a institucionalidade existente.

Essa visão de um estado nascente nos oferece uma imagem panorâmica que pode ser interessante para agrupar diferentes atores sociopolíticos, movimentos sociais e organizações políticas em suas práticas em comum. Porém, não permite visualizar detalhes importantes sobre o anarquismo como uma ideologia dentro de um enquadramento mais amplo de organizações anticapitalistas e antiautoritárias ideologicamente diferentes entre si e do que estamos chamando de anarquismo.

Nesse sentido para delinear o olhar sobre a relação entre anarquismo e movimentos sociais no Brasil este estudo utiliza as considerações sobre a história do anarquismo o estudo se utiliza das contribuições da teoria do conflito político e da sociologia das insurgências; o debate sobre o conceito de anarquismo como ideologia e da anarquia como vivência, a teorização anarquista sobre as concepções “destrutivas” e construtivas do anarquismo, apontando também, as divergências entre anarquistas. E por fim, tecemos críticas à espetacularização do anarquismo feita pelos teóricos neoanarquistas e pós-anarquistas.

Nesse sentido para delinear o olhar sobre a relação entre anarquismo e movimentos sociais no Brasil este estudo utiliza as considerações sobre a história do anarquismo e as contribuições da teoria do conflito político e da sociologia das insurgências; o debate sobre o conceito de anarquismo como ideologia e da anarquia como vivência, a teorização anarquista sobre as concepções “destrutivas” e construtivas do anarquismo, apontando também as divergências entre os anarquistas. E por fim, tecemos críticas à espetacularização do anarquismo feita pelos teóricos neoanarquistas e pós-anarquistas.

Ao longo do desenvolvimento desse capítulo o debate sobre os conceitos de anarquismo e suas especificidades levantará questões em um diálogo com a leitura acadêmica e com a teoria anarquista produzida pela militância. A utilização desse tipo de abordagem não implica em neutralidade política, mas expressa a tentativa de manter o rigor que nossa ciência exige ao expor os debates sobre o anarquismo hoje, sem a menor pretensão de dar conta de todas “correntes” e debates sobre o anarquismo e/ou de se colocar como um agente passivo no debate.

2.1 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO CONFRONTO POLÍTICO PARA O ESTUDO

As ações coletivas, revoluções e movimentos sociais, tríade que Sidney Tarrow (2009) define como confronto político, são interações coletivas iniciadas quando pessoas exigem algo que afetariam outras pessoas se as exigências fossem atendidas, e têm como um dos alvos de confronto o governo. Exigindo a compreensão de que as privações e carências não são suficientes para explicar o que faz as pessoas irem às ruas, erguer barricadas e etc., enquanto dados constantes elas podem ser permanentes independentes da existência de confrontos políticos.

Para Tarrow (2009, p. 39) as mudanças na estrutura de oportunidades “são dimensões [...] que motivam as pessoas se engajarem no confronto político”. Tipificadas pelo autor em pelo menos cinco dimensões: 1) o acesso institucional que diz respeito à participação de novos atores, 2) os realinhamentos políticos no interior do sistema, 3) a aparição de aliados,

4) divisões no interior das elites e 5) o declínio da capacidade do Estado de reprimir seus dissidentes – alertando que as oportunidades podem aparecer para certos grupos e outros não, mas afetam todo o sistema político.

Em artigo conjunto Sidney Tarrow, Charles Tilly e Doug McAdam (2009) sintetizam sua proposta de como mapear o confronto político, definem os movimentos sociais como um tipo especial de ação coletiva, uma interação sustentada *entre pessoas poderosas, opositores e autoridades*, e se diferenciando de outras ações coletivas, por forjar alianças entre interesses e consciências existentes, por consistir em ameaças concretas à interrupção das rotinas do sistema político, por ameaçar ou influenciar na arena eleitoral e/ou provocar pressão sobre as autoridades. Os movimentos sociais para os autores possuem mais possibilidades de efetivação de suas exigências quando existe política parlamentar, competição política e um sistema parlamentar duradouro.

Os autores esclarecem que os movimentos sociais se beneficiam das identidades coletivas legadas e/ou construídas para seus propósitos para gerarem solidariedade social entre setores mais amplos da sociedade e serem reconhecidos pelas populações aos quais dizem representar, como atores dignos de confiança.

Em termos estratégicos, isso implica em dizer também, que a identidade coletiva é geradora de sentidos comuns entre os membros do movimento, forjada na interação de interesses e valores justapostos entre as elites, opositores e autoridades (TARROW; 2009).

O conjunto variado de “performances historicamente estabelecidas ligando

reivindicadores a objetos de reivindicação” (TILLY, 1978; McADAM, 1983.) definidos como repertório de confronto por Charles Tilly como “a maneira através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (TILLY, 1995, p. 41 apud TARROW, 2009, p. 51), corporifica uma *tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumentais e expressivas muito diferentes.*

Sidney Tarrow (2009) recorre à análise de vários ciclos de confronto na história para afirmar:

O século XIX – com o desenvolvimento da passeata política, da demonstração pública e do cortejo – reforçou a tendência para a performance pública ritualizada. Mas foi apenas século XX, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e o papel crescente dos estados e de terceiros na determinação dos resultados do protesto, que a performance nos confrontos políticos torna-se rotineira e profissional. Mesmo algumas formas de violência – a mais elementar forma de confronto político – revela elementos de performance (TARROW, 2009, p.125).

A incorporação de novas formas de performances é identificada pelo autor:

Enquanto que a forma característica de confrontação do século XIX foi o uso de barricadas, o século XX adicionou ao repertório de rupturas as suas próprias formas de confronto. À passeata, que termina numa demonstração em lugar público foram acrescentados os instrumentos da ação direta não violenta e do sentar-se passivamente [sit-in] – tal vez a maior contribuição do nosso século ao repertório de confronto. (TARROW, 2009, p. 128).

Segundo Tarrow (2009), a eficácia de um repertório está na sua novidade e habilidade de pegar desprevenidos, ainda que temporariamente, as autoridades e os oponentes criando a desordem custosa aos interesses dos estabelecidos. Ele pode se esgotar pelo uso repetido, o que implica na necessidade de estabelecer novas táticas. Nesse mesmo sentido McAdam, Tarrow e Tilly (2009) apontam que a maior escalada de radicalização se dá em campanhas e movimentos pela concessão dos movimentos às suas facções mais radicais, muitas vezes apontadas pela mídia e autoridades como “extremistas”.

O repertório de confronto, segundo Tarrow, oferece três tipos básicos de ação coletiva: 1) a violência, mais fácil de ser iniciada, em circunstâncias normais utilizada por pequenos grupos que dispõem de poucos recursos e que desejam produzir grandes prejuízos e arriscar-

se a sofrer repressão; 2) a formação oposta a violência está na convenção, que possui a vantagem de criar rotinas que as pessoas entendem e que as elites irão aceitar e até facilitar. Essa forma de ação coletiva é a maior numericamente, mas também fonte de institucionalização e falta de entusiasmo; 3) a ruptura é grande fonte de inovação no repertório e dos poderes em movimento, mas tendem facilmente em se transformar em violência ou se tornar uma rotina na convenção.

A ruptura é expressão arquetípica dos grupos desafiantes “[...] ela impede que as atividades rotineiras de seus oponentes, dos espectadores causais e autoridades, forçando-os atender as reivindicações dos que protestam” (TARROW, 2009, p. 128). Bloquear as ruas, pular as catracas, ocupar praças, edificações antes destinadas à especulação imobiliária, “ampliam o círculo do conflito e desassossegam os transeuntes, põem em risco a lei a ordem e colocam as autoridades num conflito privado” (TARROW, 2009, p. 128).

Tarrow (2009) ressalta que no século XX se adicionou ao repertório de rupturas as suas próprias formas de confronto e aponta, ao analisar os ciclos modernos de confronto, o paradoxo que as formas disruptivas não são mais tão comuns. Sustentar uma ruptura implica em alto grau de compromisso, de manter as autoridades em desequilíbrio e de resistir tanto à atração da violência quanto da convencionalização, as três formas são poderosas e ao mesmo tempo instáveis.

As revoluções segundo a teoria do confronto político “são uma alteração rápida, violenta e durável do controle social sobre um Estado, o que inclui uma fase de soberania abertamente contestada” (TILLY; TARROW; MCADAM; 2009, p.27). Sendo que há diferenças entre *situações revolucionárias*, momentos de profunda fragmentação do poder do Estado e os *resultados revolucionários* onde há a transferência do poder do Estado para novos atores, considerando a revolução plenamente desenvolvida.

As situações revolucionárias se parecem com casos extremos de ciclos de movimentos sociais, onde todas as identidades e direitos passam a ser contestados. O acirramento das divisões no sistema político afasta a possibilidade de se manter neutro e a vulnerabilidade do Estado se torna visível para todos os envolvidos.

Para os autores, as mobilizações bem-sucedidas de um dos contendores dos movimentos sociais estimula as reivindicações de seus rivais e aliados, tal como os revolucionários que reivindicam o poder do Estado, incitam mobilizações ofensivas ou defensivas de grupos anteriormente inativos e a tomada de fato de parte do poder do Estado por um grupo altera imediatamente as perspectivas de atores retardatários que precisam escolher entre aliança, ataque, autodefesa, fuga e desmobilização.

Na teoria do confronto político, em conformidade com Dick Flacks (2009) a *luta constituída* significa os tipos de confrontos políticos que ocorrem entre atores políticos já firmados e de meios políticos igualmente já estabelecidos, enquanto *a luta constituinte* refere-se a confrontos políticos dos quais as reivindicações partem de atores anteriormente excluídos ou novos, normalmente com recurso às formas de ação igualmente novas e, muitas vezes, não autorizadas. As revoluções, democratização, as ondas grevistas e os nacionalismos são exemplos de lutas constituintes.

A democratização vai além das questões relativas às táticas, estratégias e formação dos movimentos sociais (FLACKS, 2005) por trazer outras dimensões e preocupações com:

O problema da inclusão: como alargar a base social do movimento no que se refere a raça, etnicidade e classe.– O problema da liderança: como manter a democracia participativa no processo de tomada de decisões do movimento; como superar as clivagens entre os pontos de vista do “activista” e do “quotidiano”; como assegurar que as vozes do movimento se fazem ouvir em toda a sua diversidade.– O problema da estrutura organizativa: como avaliar os modelos alternativos de organização interna – benefícios e custos comparativos da centralização/descentralização; organização formal vs redes...(FLACKS, 2005. p. 59).

O autor argumenta que esse quadro imediato das questões levantadas como problemas a serem superados revelam que os ativistas têm as mesmas preocupações que os académicos há pelo menos um século. Nesse mesmo sentido as dimensões de um confronto político nos permitem ir além das considerações de McAdam , Tarrow e Tilly (2009) sobre as *situações revolucionárias diferenciando –as de* ações coletivas organizadas tais como as greves, passeatas, etc., e dos momentos de ebulição social que fragilizam os poderes constituídos de tal forma que podem se tornar processos revolucionários e ter como resultado reformas substantivas ou, constituintes de contrainsurgências, nesse caso reforçando o poder instituído e as relações de dominação.

2.2 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DAS INSURGÊNCIAS

As revoltas nas periferias francesas em 2005, depois na Grécia em 2007 e 2008, Turquia em 2011, Espanha e Chile em 2012, Brasil em 2013, as revoltas indígenas e

camponesas do fim do século XX I no México (1994), Equador (1999-2000 e 2003-2005) conforme Andrey Cordeiro Ferreira (2016) podem ser consideradas como parte de um ciclo mundial de ofensivas capitalistas e resistências que têm pontos em comum, por todas se apresentarem como resistências contra os efeitos do neoliberalismo, de um questionamento do papel do Estado no processo de emancipação social e a busca por formas horizontais de organização.

Ao analisar esses ciclos de resistências, um grande desafio para Ciências Sociais, o autor afirma que esses momentos de crise fizeram ressurgir o fantasma do anarquismo, que se deu por razão de sua contribuição histórica em um movimento interno, de baixo para cima, que questiona a forma de organização centralizada e a representação política mediada pelo Estado.

O autor avalia que as insurgências como um processo real têm sido uma preocupação analisada e teorizada pelo poderes político-militares e imperiais presente em manuais afim de contê-las. Ainda que ideologicamente voltadas para repressão, se pode retirar delas também uma definição sociológica compreendendo as insurgências em um conjunto de cinco propriedades reais:

- A primeira propriedade da insurgência como um processo é que ela tem no centro ações que fazem uso da *violência coletiva civil não letal*, que aparece fundida em formas cotidianas de resistências com saques, ocupações, sabotagem e incêndios e por isso se colocam para anular as relações de propriedade e instigar reapropriação econômica e pela *violência militar* sob a forma de guerra de guerrilhas ou por guerra regular, sendo essa violência o instrumento principal para se atingir fins político ou expressar visões e antagonismos.
- A segunda propriedade é um processo em que uma força relativamente fraca se desenvolve fora das estruturas estatais, visando desafiar ou anular o governo e mudar as condições de vida dos grupos dominados.
- A terceira propriedade é um processo com uma multiplicidade de atores que agem e se articulam por meio da cooperação antagônica, sua aparente desorganização e descentralização, são na realidade multicentradas dirigidas por uma dialética e estrutura social específica.
- A quarta propriedade da insurgência é um processo político que neutraliza o controle político sob territórios em tempos determinados, criando formas específicas de relações ou sistemas políticos, dualidades de poderes, que podem ser estatais ou não, e duram mais ou menos tempo.
- Por fim a quinta propriedade como processo é que a insurgência nasce de uma prática, sendo assim reversível e sujeita às opções estratégicas dos atores (FERREIRA, 2016, p.22-23).

Nesse sentido, para Andrey Cordeiro Ferreira, a insurgência não é apenas uma modalidade de ação coletiva (protesto ou manifestação), mas “um processo político que tende à insurreição e à revolução como resultado” (2016 p.23), mesmo que essas tendências possam ser anuladas por outras contra tendências.

A *insurreição*, na definição do autor, é o evento culminante da insurgência como processo, uma situação na qual essa insurgência toma a ofensiva contra o poder a que se opõe e o evento é o momento de decisão para insurgência como processo político, “onde se dá a redistribuição do poder e reorganização do sistema político, tal como as eleições são o ponto culminante do processo eleitoral” (2016, p. 23).

As insurgências como um processo político real que pode ser observado em diferentes contextos e formas; tomamos como ponto de partida dois tipos de insurgência recorrentes e representativas desse processo, as insurreições urbanas de grupos marginalizados e as insurreições camponesas/indígenas da periferia do capitalismo. O autor sugere três aspectos os quais as insurgências podem ser estudadas: “1 - O da transformação dos sistemas políticos, formas de governo e sistemas jurídicos e econômicos; [...], 2- O da transformação da organização social e estrutura dos grupos; [...], 3 - O da transformação das identidades e culturas” [...]” (FERREIRA, 2016, p. 24-25).

O primeiro aspecto, transformação dos sistemas políticos, formas de governo e sistemas jurídicos e econômicos, são incompreensíveis se não nos remetemos às insurgências como processos políticos macro e micro, pois definem o campo e os possíveis sentidos para as estruturas governamentais, formas de representação e políticas públicas, assim como os mundos sociais alternativos. O autor dá como exemplo a Bolívia (e diz que pode ser estendido ao Equador). Na Bolívia, nos anos 2000, as estruturas *plurinacionais* foram constituídas como resultados de insurgências e ficam oscilando entre dois polos de força: o polo dos insurgentes que as instituíram e o polo do Estado, que promove contrainsurgências, desarticulando e ressignificando os efeitos políticos, gerando a atualização do dualismo inerente aos regimes autoritários (*exaltam a liberdade, mas aprofundam o autoritarismo*). Por isso, “as autonomias no Estado não são compreensíveis sem que levemos em consideração as insurgências e insurreições que as tornaram possíveis” (FERREIRA, 2016, p. 25).

Sobre o segundo aspecto o autor afirma que os grupos amplos como classes sociais, grupos particulares como os étnicos, territoriais, grupos profissionais, movimentos sociais, partidos políticos e etc, são todos ressignificados em função do impacto das insurgências nos contextos locais, nas relações de poder e no sistema político/forma de governo. Para ele, “a atividade insurgente gera campos políticos fora do Estado e modifica o status das

organizações e seu sentido, de forma que se reflete nos projetos e conceitos (como os de autonomia)” (FERREIRA, 2016, p. 25).

Durante as insurgências as contradições e desigualdades entre os grupos dominados tendem a intensificar os processos de fissão/divisão nos grupos dominados, algo que se expressa na formação de novos grupos ou rachas em grandes organizações, o processo se “reflete numa espécie de luta de classificações pela legitimidade da ação coletiva, sob os aspectos político e epistemológico, se agregando assim ao impacto sobre o sistema político e jurídico” (FERREIRA, 2016, p. 25).

O autor dá como exemplos de cisões, o processo que se deu com o zapatismo onde nota-se a divisão com o movimento indígena de Chiapas e as divisões entre bases e direções (sindicais e partidárias) durante junho de 2013 no Brasil.

No aspecto da transformação de identidade e culturas, as insurgências e as contra insurgências geram uma espiral político-militar de ação e repressão que tende a reforçar uma visão de mundo centrada na visão *nós versus eles*, gerando processos de unificação que contrastam com a descentralização e fragmentação que é o seu ponto de partida.

Em conformidade com a explicação do autor é nesse processo que se formulam as narrativas e símbolos em comum e a constituição de identidades englobantes (o autor exemplifica com as identidades nacionais e globais dos povos indígenas que se unificam em torno de políticas anti-imperialistas e dos movimentos antiglobalização). As políticas de Estado após as insurgências tentam induzir à fragmentação dos grupos e identidades e/ou a unificação delas “no, por e para” o Estado – desse lugar emergem as formas de reação fascista e nacionalista que pretendem unificar-se em torno das autoridades e seus símbolos.

Segundo o autor é na polarização que se tende a criar as condições de contrabalanceamento da tendência da fragmentação, que se expressa nas ontologias e identidades as formas de saber-poder que podem ser vistas, por exemplo na Bolívia, onde o Estado plurinacional reforçou o modelo unitário de Estado. No caso inverso no México, a ideia de Nação serviu para criar uma relação horizontal entre diferentes povos, e ainda no Brasil com a formação da identidade *Black Bloc*, cuja reação foi o fortalecimento de identidades policiais e militares.

Ferreira (2016) afirma que os processos insurgentes não necessariamente se desenvolvem no formato de uma situação revolucionária clássica: “as insurgências podem ser reintegradas aos sistemas políticos ou se desenvolver de forma paralela num antagonismo latente, sempre passível de ser retomado em uma forma de conflito aberto” (FERREIRA, 2016, p. 26).

Por isso, para o autor é necessário introduzir ao debate sobre as insurgências também o sobre autonomia.

2.2.1 Autonomias

Ferreira (2014) a partir das contribuições dos estudos realizados por Miguel Gonzales (2010) em *Autonomías territoriales indígenas y regímenes autonómicos (desde el Estado) en América Latina* reconhece a autonomia como um conceito polissêmico nas Ciências Sociais e ainda mais diverso no campo das experiências, mas que podem ser apresentados como duas grandes formas de autonomia que ele tem chamado de *autonomia no Estado* e de *autonomia contra o Estado*.

Nessa primeira grande categorização encontram-se tanto os Estados plurinacionais e as experiências de autonomias territoriais, onde se verifica a descentralização do Estado, sem necessariamente passar por reformas constitucionais, quanto as autonomias territoriais que também estão no campo do reconhecimento constitucional de territórios étnicos como na Bolívia e Equador, onde na nova constituição se introduziu a figura dos regimes autonômicos.

O autor afirma que a partir das reflexões sobre a América Latina se pode verificar *dois subgêneros de autonomia*:

- 1) sistema político ou regime de governo (institucional e territorial), 2) como processo organizativo marginal em relação às instituições estatais que abrange gestão de ações, participação de coletividades (de sindicatos, uniões, associações, cooperativas e movimentos) na política e relação com o Estado e as instituições capitalistas (FERREIRA. 2016. p. 27).

A autonomia como processos organizativos são parte da infraestrutura e logística das formas de governo e sistemas políticos, por isso tais processos são componentes fundamentais das insurgências e dos regimes autonômicos, pois moldam o produto resultante de ambos.

2.2.2 *Anarchist Turn*: reforma ou revolução?

A Ação Global dos Povos e o Movimento Zapatista se encontrariam na origem do o *Anarchist Turn*, tal como as cisões com o sindicalismo à moda antiga durante protestos contra medidas de austeridade na Grécia, mantiveram o debate em torno do que seria a virada internacional do anarquismo.

No entanto, é preciso esclarecer conforme a proposta da Sociologia das Insurgências qual a compreensão que se está tendo dessa virada, sendo que ela incide diretamente nos usos do conceito de anarquismo e suas categorias descritivas tal como o debate realizado por estudiosos das Ciências Sociais sob diferentes perspectivas sobre os processos de confronto político.

Ferreira (2016) adverte que a virada anarquista não trata de capturar diferentes formas e experiências de luta e colocá-las sob a alcunha de anarquista, que seria a aplicação de um método arbitrário e a-histórico⁷⁵. Por isso o autor sugere que a Ação Global dos Povos e o Movimento Zapatista são parte de uma longa tradição de *populismos*, compreendidos como “o produto do encontro de tradições teóricas e/ou organizativas mundiais com interpretações locais, que passam a formar saberes críticos do capitalismo e a desenvolver práticas de resistência heterogêneas centrados na ideia do Povo-Nação” (FERREIRA, 2016, p. 29).

A concepção de Povo-Nação em conformidade com o debate proposto afirma a construção das identidades sob o *aspecto negativo*: por esse motivo o anticolonialismo, o anti-imperialismo e a antiglobalização como práticas políticas permitem em tese observar um ampla convergência de práticas e ideais geradoras de unidade numa grande diversidade, por outro lado, não tem um elemento positivo que o qualifique, sendo que essas formas de populismos são heterogêneas e complexas, expressam o encontro de grande tradições teóricas e organizativas mundiais e interpretações locais, que modificam ideias e estratégias dessas tradições locais.

Segundo Ferreira (2016) o termo o *Anarchist Turn* pode ser compreendido em três sentidos usados por diferentes atores dentro desses processos de insurgências e autonomias: 1) o anarquismo/anarquista como uma categoria da prática repressiva, *funcionando como um*

⁷⁵ Olhar para movimentos políticos que têm m diferenças entre si (quais são idênticos?) e classificá-los como “anarquistas” não necessariamente, sempre, em todas as circunstâncias, seria arbitrário e a-histórico. Podemos falar da Guerra Civil Espanhol, da Makhnovitchina e da revolução na Manchúria como anarquistas? Ou isso também levaria a equívocos e incompreensões, principalmente por não dar conta de caracterizar os fundamentos ideológicos e a diversidade política, tal como suas consequências e experiências no seu fazer concreto?

tipo ideal de “patologia” da sociedade de controle, 2) o anarquismo/anarquista como elemento ideológico e ou uma referência que fornece modos de ação, 3) o anarquismo como uma ampla tradição teórica e organizativa, dotada de teoria, política e instituições próprias.

Segundo ele todos esses sentidos se constituem numa complexa dialética do concreto, mas como fenômenos sociologicamente distintos. E por isso, os estudos das insurgências não podem nem superdimensionar e nem subvalorizar o anarquismo como uma tradição em suas especificidades, sendo que desenvolver a complexidade a partir de uma ideia genérica de anarquismo empobrece teoricamente e distorce politicamente os estudos.

Enquanto, o primeiro sentido do *anarchist turn* está ligado ao fato dos órgãos de repressão, as elites e mídia corporativa criarem um tipo ideal de sujeito desviante; o segundo sentido está associado ao zapatismo e a AGP utilizarem-se da ação direta, da organização horizontal ou antiautoritária e milícias de autodefesa, apesar de se tratar de um circuito amplo de formas de organização social.

O terceiro sentido do *Anarchist Turn* está associado à definição do autor de anarquismo como:

[...] uma teoria dialética e materialista nas obras de Proudhon e Bakunin, como crítica da propriedade privada e da forma de governo, porém não somente como negação da autoridade, mas como afirmação de outra forma de governo e propriedade, pela incorporação de uma dialética destrutiva e construtiva (FERREIRA, 2014b, p.28).

O anarquismo como teoria dialética foi desenvolvido a por Bakunin a partir de dois dos elementos centrais do pensamento proudhoniano, segundo Ferreira (2014, p.33):

1) a crítica da propriedade privada e da desigualdade, 2) a defesa do federalismo e da divisão de poder contra o centralismo e a concentração de poder, 3) o reconhecimento do protagonismo dos trabalhadores na transformação social por meio da luta de classes, que se realizaria por meio da organização revolucionária das massas.

O aporte teórico-metodológico utilizado por Ferreira (2014) baseado no materialismo

sociológico⁷⁶ define a insurgência como uma categoria dialética, na qual o processo político é colocado como um polo negativo-destrutivo e a autonomia quanto processo positivo-construtivo, ambos polos não adquirem sentido em si, mas na sua relação com as ambiguidades, contradições e a polaridade dialética da história.

A dialética utilizada pelo autor tem como aporte a concepção de dialética desenvolvida por Bakunin a partir da sua apropriação da dialética serial, inicialmente desenvolvida por Proudhon. Na interpretação de Ferreira (2014b) Bakunin aplica a dialética proudhoniana (autoridade-liberdade) à análise do mundo e da política mundial. Identificando e desdobrando seu uso em oposições dialéticas como Teologia (Autoridade) x Humanidade (Liberdade), Igreja/Estado x Associação Livre, para questionar a tese do inatismo. A dialética autoridade-liberdade é, assim, uma oposição abstrata que vai se materializando em instituições históricas (FERREIRA, 2014b, p, 38).⁷⁷

Nesse sentido a importância de uma definição clara de anarquismo em conformidade com o método utilizado pelo autor corresponde à sua observação que enquanto o anarquismo se orienta para uma autonomia contra o Estado, as diversas formas de populismo-nacionalismo apontam para uma autonomia no Estado. Além disso, a multiplicidade de atores envolvidos e de seus objetivos permitem que oscilem entre reformas e revolução, autonomia contra e no Estado, e que essas possam entrar em um fluxo ou em um refluxo.

2.2.3 Reforma ou revolução

Sobre a dialética entre a insurgência e autonomia, entre revolução e reforma, o autor esclarece que, por um lado, “os projetos de ‘autonomias no Estado’ se constituem por meio de processos autonômicos ‘contra o Estado’, eles inauguram uma forma transitória de insurgência” (FERREIRA, 2014, p. 26); por outro lado, o que antecede, é uma dialética que quanto mais as insurgências avançam criando condições em um sentido revolucionário de

⁷⁶ O materialismo sociológico é um método de análise dialético desenvolvido a partir das concepções de Bakunin tendo como características segundo Selmo Nascimento da Silva (2017, p. 334): 1) a negação de todas as formas de idealismo/teologismo, 2) uma perspectiva naturalista com a negação do criacionismo, 3) o entendimento que a ação, a prática concreta, como determinante do ser, 4) pressupõe a multicausalidade dos fenômenos, 5) compreende a diversidade da vida como resultado de um processo dialético e ininterrupto de ação e reação, 6) o trabalho coletivo cria a sociedade.

⁷⁷ Selmo Nascimento da Silva (2014) explica que a dialética proudhoniana desenvolvida por Bakunin, se diferencia das dialéticas tricotômicas de Hegel e Karl Marx, uma vez que se trata de uma dialética antinômica, negativa, antitética, que rejeita qualquer síntese”, “um método dialético que procura buscar a diversidade em todos os seus detalhes” (GURVITCH, 1987 apud SILVA, 2014, p. 67).

criar novas institucionalidades, mais avançam também as tentativas reformistas de institucionalização, uma vez que necessitam da desarticulação das insurgências que lhe serviram de base para voltar ao poder, ou seja, nos deparamos com um paradoxo: a reforma desarticula tanto a revolução como a si mesma.

A afirmação do autor busca demonstrar que a reação se vale da fragilidade das insurgências (ou da sua ausência) para reconstruir os poderes anteriormente vigentes ou novos poderes hierarquizados, ao mesmo tempo que tece a crítica ao efeito-ilusão de que a violência do fraco leva a uma resposta do mais forte que aprofunda “o autoritarismo”, para ele uma leitura simplista e mecânica e um mito da invencibilidade do poder do Estado.

Para Ferreira (2014, p.31) “[...] nem a violência não-letal ou as guerrilhas armadas necessariamente levam a revolução, nem a ditadura [...] e a insurgência como processo político qualifica a relação entre reforma e revolução”. Por isso, sua observação de que quando um movimento de reforma se constitui de uma insurgência, ele se coloca como parte de um processo que pode resultar numa revolução; quando ele se coloca contra as insurgências faz parte da reação, ou seja, dos poderes que tentava destruir.

A dialética que *destrói todos os simplismos* coloca a questão de que as reformas podem em um determinado momento gerar um progresso e em outro um retrocesso, ajudando a entender, se os *regimes autonômicos* serviram para democratizar os Estados Latino-americanos ou para frear e desmobilizar o processo de empoderamento afro-indígena e camponês.

Nesse sentido, a proposta de estudo dos regimes autônomos, das autonomias “no e contra” o Estado, são parte do enfoque da relação das insurgências com o sistema político. De forma semelhante, o estudo das autonomias como processos organizativos multicentrados e descentralizados são parte do enfoque da insurgência sobre a organização social e identidade, que exige uma reflexão sobre o simbolismo, cultura e modos de subjetividade reconfigurados por tais processos e situação histórica.

2.2.4 Anarquistas e anarquismo

O conceito de anarquismo utilizado neste estudo se afirma como “um fenômeno moderno recente, uma resposta à centralização política e econômica impulsionada pela revolução industrial” (AVRICH, 1974, p. 3), correspondendo ao conceito de anarquismo

como ideologia de Lucien van der Walt, Michael Schmidt (2009) e Felipe Correa Pedro (2012) que partindo de definições de organizações e militantes anarquistas, o definem como um conjunto de pensamento e ação desenvolvido historicamente no intuito de intervir na realidade para transformar as relações de poder, estabelecer objetivos, leituras das realidades estruturais e conjunturais sobre as relações de dominação e opressão, que permitem traçar táticas e estratégias, com objetivos de combate à dominação e opressão nas esferas da economia, política e cultura.

O conceito de ideologia usado para definir o anarquismo liga-se ao que na Sociologia se convencionou chamar de “significado fraco”, distinguindo-se do que foi denominado de “significado forte” de ideologia, um conceito negativo onde a ideologia denota um caráter estratégico de constituição e reprodução das relações de dominação.

A escolha do conceito de anarquismo como ideologia, em grande medida, foi determinada pelo modo que as organizações e militantes estudados definem o anarquismo, pela possibilidade de diálogo com estudos brasileiros recentes, e também para lançar um olhar sobre o que os atores acreditam fazer e o que estão fazendo na prática, no estudo para analisar a relação entre organização política anarquista (partido) e movimentos sociais no Brasil.

O anarquismo possui ao longo de sua história continuidade e descontinuidades da sua influência política, muito embora pareça repetitivo dizer, a ideologia anarquista nasce do socialismo do século XIX na Europa, teoricamente ligado à trajetória de Proudhon e Bakunin, como sistematizadores de uma ideologia adotada em sindicatos, organizações políticas e movimentos sociais.

Embora nascida na Europa, a ideologia anarquista se modificou a partir da sua expansão e encontro com outras culturas e por isso se pode dizer que ela não é uma “coisa de europeus”, e sim de frações da classe trabalhadora e categorias do movimento trabalhista que vai se adaptando às conjunturas e culturas de resistências dos povos, sem perder seus elementos comuns como a crítica ao sistema de propriedade privada e a desigualdade, a autoridade compreendida como centralização do poder (Estado/burocracia etc.), seus elementos de ruptura (revolução, insurgências, etc.) e construtivos (ação direta, autogestão, federalismo e internacionalismo).

A ideia de uma “ampla tradição anarquista”, nos permite ver aquilo que é comum na ideologia, ao mesmo tempo, delimitar divergências entre as correntes anarquistas em relação à estratégia e às táticas para intervir na realidade para se chegar a uma sociedade sem opressões e dominações, sem uma relação predatória com a natureza.

Apesar de considerar que o anarquismo individualista se orienta para um

reformismo, isso nos diria muito pouco, como bem observou Brethier (2011) quando afirma que muitos anarquistas insurrecionais se definem como individualistas. A autoidentificação como individualista dentro de uma estratégia maior de ruptura e *autonomia* contra o Estado - o anarquismo insurrecional - nos dá um exemplo, em primeiro lugar que os anarquistas não levam as diferentes teorias ao pé da letra.

A teoria tem um papel importante para a grande maioria dos anarquistas como ferramenta que permite analisar a realidade e traçar estratégias e táticas de transformação. Outro elemento consensual, é que ao olhar sobre coletividades o anarquismo não pode ser individualizado por um ou dois de seus ideólogos, e sim pela absorção de suas ideias por setores de classe.

As experiências dos grupos culturais e subculturais no meio urbano e outras identidades que se associam ao anarquismo como ideologia, associadas às resistências dentro de territórios não são estanques, elas se modificam conforme os processos políticos das insurgências, onde redefinem suas identidades e práticas de articulação e autodefesa dos seus e daquelas pessoas submetidas às condições de subalternidade.

As redes de solidariedade e apoio mútuo, a criação de espaços livres, educação e desenvolvimento de tecnologias livres, podem estar dentro tanto do que denomino de autonomistas quanto de anarquismo. Porém, as delimitações que diferenciariam as experiências do anarquismo vinculado ao sindicalismo e lugares de trabalho muito mais facilmente identificadas como parte da ampla tradição, não podem ser observadas por um olhar que as qualifica pela influência parcial de ideias do anarco-individualismo nas suas práticas, mas como articulam ideias e ações em uma síntese anarquista.

A referência à síntese anarquista está historicamente associada à leitura de Brethier (2011) sobre o debate entre plataforma e síntese, ao mesmo tempo correlacionada aos processos definidos como insurgentes de onde emergem organizações anarquistas e organizações, movimentos e tendências dentro de movimentos influenciados pelo anarquismo. Dito isso, torna-se importante outra vez destacar que não há organizações anarquistas que defendam uma concepção não diretiva de como intervir na realidade, e isso se aplica aos grupos de afinidade anarquistas como apontaram Michael Schimdt e Lucien Van der Walt (2009), são grupos de interesse, possuem um “programa” não explícito que define sua agenda política e ação.

A ruptura revolucionária tem um papel fundamental para as/os anarquistas, tanto nas organizações mais rígidas, como nas mais flexíveis. No entanto o anarquismo compartilha das críticas de outras expressões anticapitalistas e antiautoritárias que afirmam

que a ruptura revolucionária não pode ser centrada no emprego da violência como única tática; mas esse debate não é algo novo, ele foi realidade durante as cinco ondas (descritas no primeiro capítulo) em decorrência de eventos relacionados às táticas empregadas e suas consequências.

Os anarquistas diferenciaram-se em relação ao emprego da violência, como apontaram Michael Schimdt e Lucien Van der Walt (2009), quando falam de anarquismo social e anarquismo insurrecionário, e também em relação à desconfiança em táticas e processos autônomos que contemplam a ideia de “fuga do capitalismo”, economia solidária e tecnologias livres como fins em si mesmas.

A desconfiança apontada se baseia na avaliação se essas alternativas estão voltadas para estender ou não seus usos para além dos anarquistas ou se apenas contemplam a ideia que o “pequeno é bonito”, onde o anarquismo se converteria não em uma ideologia revolucionária, mas que apenas atenuaria as consequências do capitalismo para os seus.

O anarquismo como ideologia, em linhas mais gerais, possui como característica a articulação entre a ruptura revolucionária e a prefiguração da política, ou seja, a constituição de novas institucionalidades e sociabilidades ao “viver a anarquia” nas suas organizações, movimentos e nas relações interpessoais, um corpo teórico em constante reformulação desenvolvido a partir do acúmulo de experiências históricas, que definem suas táticas e estratégias de combate às dominações de maneira ampla.

A observação feita por Lehier (2009) de que o anarquismo não está livre dos modismos filosóficos, as contribuições da teoria do confronto político, das insurgências e a história do anarquismo, nos ajudam a entender que nenhuma ideologia está livre do Capital e de usar parte de práticas e ideias dos seus mais severos críticos em instrumentos para se reestruturar e/ou de outras forças políticas capitalizarem politicamente as mobilizações populares para aumentar sua influência no Estado sujeitando as classes populares.

2.2.5 Anarquia como prefiguração política

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), em *O que é propriedade? Ou Pesquisa sobre o Princípio do Direito e do Governo publicado em 1840*, foi o primeiro a utilizar o termo anarquista para referir-se a si mesmo em defesa de uma sociedade não autoritária no sentido de não submissão à autoridade que sujeita a personalidade humana de forma violenta, imoral e injusta, aos governos, independente de que forma eles assumam (WOODCOCK, 2002).

Quando Proudhon se refere a si mesmo como anarquista ele problematiza sobre as relações de poder, propriedade, autoridade e liberdade, dentro desse trabalho o qual ele desenvolverá no conjunto de sua obra. As expressões *Viva a anarquia! Saúde e Anarquia! A Anarquia é a Ordem!* fazem sentido como saudações e palavras de ordem porque ao longo de determinado tempo e espaço, as ideias do socialista francês foram absorvidas por setores da classe trabalhadora, reelaboradas e praticadas em prol da constituição de uma força social formada por dominadas/oprimidos em proveito de sua libertação.

Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876) conforme Berthier (2011) se qualificava, sobretudo de “socialista revolucionário” ou de “coletivista”, e muito raramente de “anarquista”. Na maioria das vezes ao longo dos seus escritos a anarquia não designa uma doutrina de não submissão à autoridade, mas um fato, situações contraditórias de libertação ou opressão dependendo do uso que dela for feito. A anarquia não era algo que o revolucionário russo queria evitar, a confusão e caos gerados por uma situação onde o Estado se encontra instável pode ser uma oportunidade estratégica para os revolucionários.

O termo anarquia no sentido positivo, como um regime social baseado na liberdade individual e coletiva, do qual é banida qualquer forma institucionalizada de coerção e, conseqüentemente, qualquer forma instituída de poder político (ou de dominação), é empregado por Bakunin fazendo referência a Proudhon, em *Estatismo e a Anarquia* (COLOMBO, 2004; BERTHIER, 2011) para marcar a diferença de sua proposta em relação aos marxistas.

Bakunin, no conjunto da sua obra, exaltou muitas vezes a espontaneidade, mas nunca deixou de lado o cuidado com a necessidade de organização, todavia combatia o dirigismo e o autoritarismo centralista por parte de quem estava organizado e que acabava por tutelar as classes subalternas condicionando-as ao conflito institucional e/ou reprodução do Estado e sua burocracia e da exploração do trabalho, sob outro nome.

O sentido de anarquia como desordem e confusão de um momento, carrega consigo

marcas que dificilmente podem ser ignoradas ainda hoje, porém muitos dos processos de transformação em larga escala foram somente possíveis graças às revoltas espontâneas, com pouca organização e hierarquização.

As revoltas espontâneas contingencialmente podem apontar para revoluções ou para a conservação autoritária (contrainsurgência), mas certamente, o papel do Estado e das instituições de dar “ordem ao caos” por meio das bombas, assassinatos e prisões, não coloca em segundo plano os problemas relativos às “ações de organizações de oposição que têm nomes, pessoas, estatutos, [...] suas próprias práticas de governo que preferem o conflito institucionalizado em que são especialistas (SCOTT, 2013, p 17).

Reelaborando outro sentido com base ao longo do desenvolvimento dessa reflexão e dos capítulos anteriores, a palavra anarquista possui dois sentidos no estudo: os atores que direcionam suas ações em um sentido propositivo em prol de uma sociedade federalista, autodeterminada e autogestionária e como vivência que busca desconstruir hierarquizações, opressões e formas de dominação no presente.

A aproximação do sentido proudhoniano, não está em oposição em relação a Bakunin, em relação às concepções construtivas do anarquismo. Como observou Gaston Leval (2002, p. 17), “A paixão pela destruição é eminentemente construtiva” porque não tem outro sentido em Bakunin senão: “só queremos ardentemente destruir porque queremos ardentemente construir” (Bakunin) que repete a palavra de ordem de Proudhon: *Destruam et aedificabo* (LEVAL, 2002, p. 17).

Os anarquistas não são niilistas. A leitura dos anarquistas individualistas como Stirner ou de não individualistas como Emma Goldman de Nietzsche, ou o trecho de Bakunin sobre a paixão pela destruição citado por Leval (2002), se diferem em termos de análise do seu tempo, das propostas de como se chegar a uma sociedade sem dominação e opressão.

O uso do termo anarquista aqui proposto permite que ele seja contestado, mas também, absorvido como legítimo, por fazer parte da história das lutas das classes subalternizadas. Não se está negando a polissemia da palavra anarquista, e sim colocando-a dentro de um recorte relacional do anarquismo como ideologia se afastando das atribuições anacrônicas que ligam o termo anarquista ao conceito de anarquismo como um fenômeno que sempre existiu e/ou aquelas orientadas pelo estudo etimológico nos estudos de referência sobre o anarquismo que dão um sentido muito amplo à ideologia anarquista e acabam por enfatizar apenas o antiestatismo.

O segundo sentido que nos interessa analiticamente define a anarquia como um conjunto de relações prefigurativas, um *-viver a utopia*, a anarquia, como uma vivência, uma

matéria-prima que busca organizar as relações cotidianas, desconstruir hierarquizações, opressões e formas de dominação como um método educativo e experimentação na construção de uma sociedade libertária.

Viver a utopia possui “os elementos morais relevantes e um conjunto de concepções que não podem ser comprovados cientificamente, mas que são racionais” (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009), pelos quais os anarquistas analisam e intervêm na realidade nas esferas das microrrelações e macrorrelações, mas fugindo da perfeição que o termo utopia carrega.

Então para que serve a utopia? A resposta pode ser dada com o jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano⁷⁸: “A utopia é a linha do horizonte. Você caminha dez passos e ela se move dez passos. Você caminha 20 passos e ela se move 20 passos. Então para que serve a utopia? Para seguir caminhando”. A utopia move, impulsiona e potencializa um imaginário de como pode ser o futuro, mas não se trata então de materializar literal e caricaturalmente suas propostas, sua força sempre esteve no rumor crítico que produziu, “em provocar a imaginação de sonhar outros mundos com os outros” (SOUSA, 2008, p. 21).

Se a utopia historicamente tem uma vocação para o fracasso como disse Frederic Jameson, ela persiste em um movimento de reinventar-se como desejo, e como desejo ela não incide sobre um objeto, e sim sobre uma paisagem, não de uma perfeição estática, já que própria perfeição está submetida ao movimento do imaginário de sua época.

As experiências anarquistas de “viver a utopia” ao tensionar os dispositivos de poder geradores de hierarquizações, tanto nas microrrelações, como nas macrorrelações, nos aproxima o anarquismo de um *fazer* que John Holloway (2013) apresenta no livro *Fissurar o capitalismo*.

John Holloway nesse livro afirma que se o mundo que está aí é feito pela atividade humana para mudá-lo exige pararmos de fazê-lo, e ao mesmo tempo fazê-lo de outro modo. O antagonismo reside na luta do fazer humano contra o trabalho abstrato, uma massa indiferenciada de trabalho destinado a gerar, produzir e reproduzir o valor do capital.

O caráter duplo do trabalho de Marx em Holloway (2013) recebe outra distinção, entre *doing* (e não *work*) e *labour*, sendo que o *work* para ele estaria atado à lógica da alienação do trabalho. Ao sustentar que não é *work* (trabalho concreto, útil) que deve se sobrepôr ao *labour* (trabalho abstrato, que produz valor de troca) defende a necessidade de um novo fazer (*doing*) não pautado pela lógica do capital, sendo que o “movimento do fazer útil contra o trabalho não pode ser reduzido às lutas relacionadas ao trabalho em nenhum sentido estrito”

⁷⁸ GALEANO, Eduardo. **Viver sem medo**. Disponível em: < <http://inspiraideia.com/viver-sem-medo-eduardo-galeano/>. Acesso em: 2 jan. 2016.

(HOLLOWAY, 2013, p. 190).

“Se queremos mudar a sociedade, temos que deter a subordinação de nossa atividade ao trabalho abstrato, devemos fazer algo diferente” (HOLLOWAY, 2013, p.130), ir *contra-e-mais-além* do capitalismo não é usar as mesmas forças que este usa para manter seu domínio e barrar a transformação social, o Estado por exemplo. É uma luta assimétrica, mas que ambiciona fazer algo novo. Fissurar o capitalismo é um ataque não ao que o capitalismo tem de mais sólido, mas às suas fragilidades em uma revolta contra o trabalho.

O elogio do autor às “[...] revoltas minúsculas, subterrâneas, podem ser muito mais radicais em seu potencial do que a mais barulhenta manifestação” (HOLLOWAY, 2013, p. 79), aproxima a concepção de fissurar o capitalismo da valorização da espontaneidade e da autodeterminação da anarquia como vivência, no sentido de fazer hoje.

O anarquismo possui como característica não apenas o momento do basta! E também o fazer *contra-e-mais-além* do capitalismo, traz para vida cotidiana ações que anunciam como é possível reorganizar e criar novos arranjos institucionais, implicando também na observação de uma tensão entre viver a utopia e a estratégia revolucionária em qualquer ideologia que queira intervir e transformar a realidade.

Os anarquistas não são os únicos depositários das teses antiautoritárias e anticapitalistas a viver a utopia. Porém, no anarquismo promover uma ruptura tanto, nas suas organizações rígidas, como nas mais flexíveis, implica ir além de se deslocar de bicicleta para o trabalho, ler um jornal na praça na hora do expediente, plantar árvores frutíferas em uma praça pública, estabelecer um grupo de afinidade e projetos de economia solidária.

Os estilos de vida que contestam as convenções sociais e normatividades tem um potencial antiautoritário de criação de novas sociabilidades e institucionalidades, mas não necessariamente apontam para a concepção de liberdade social a qual o anarquismo é signatário, ou seja, ir além da libertação individual, se faz necessário nas várias modulações de práticas do anarquismo. A complexidade de viver a utopia e avançar politicamente em uma luta ampla, ainda que mergulhada nas contradições inerentes ao cotidiano, algo que pode ou não decretar a morte da utopia pela política, é respondida de diferentes formas, e não podia ser diferente.

Segundo Scott (2013b) em *Elogio ao Anarquismo*, o anarquismo possui como característica a falta de uma cosmovisão filosófica fechada, a desconfiança de pontos de vistas monotéticos e a defesa da política, dos conflitos e debates, a incerteza e a constante aprendizagem, que carregam entre outras coisas, um rechaço ao cientificismo que dominou parte do anarquismo e do marxismo no século XIX e início do XX.

A tolerância do anarquismo com a aparente confusão e com a improvisação que acompanham a aprendizagem social, a confiança, a cooperação e as reciprocidades espontâneas, para Scott (2013b) nos oferece uma imagem mais nítida e profunda da alternativa anarquista⁷⁹. E pode aparentemente ser contraditória a algumas das questões levantadas na história do anarquismo por Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009).

O problema colocado não é perceber a criatividade de se responder de diferentes formas às dominações no cotidiano, e sim os motivos pelas quais as iniciativas de viver uma utopia sem ruptura, no capitalismo em uma autonomia no Estado, são e foram limitadas.

O debate sobre a autogestão entre mutualistas, coletivistas e comunistas, em suas propostas de organização da vida material e política, buscou responder essa questão sem abrir mão da revolução, enquanto um processo mais amplo que o momento da desapropriação das fábricas e derrubada do Estado.

Aderir a um estilo de vida alternativo, práticas cotidianas menos nocivas ao meio ambiente, assumir no cotidiano relações não autoritárias com as pessoas e etc., pode ou não, estar dentro de um projeto político mais amplo de ruptura ou se reduzir a um reformismo baseado no autoaperfeiçoamento e de fuga do capitalismo, como vimos no anarco-individualismo e mais recentemente em expressões das contraculturas.

A adesão de anarquistas mais jovens a estilos de vida alternativos, a contraculturas e ao respeito à pluralidade de táticas nos movimentos autonomistas parece confundir os analistas corroborando com quem atribui ao anarquismo uma adesão quase que exclusivamente juvenil, e ainda reforça o argumento da *realpolitik* da impossibilidade de ruptura revolucionária. Evidentemente não se está menosprezando o papel da juventude como uma grupo social com uma considerável potência política de transformação.

O anarquismo como ideologia busca articular o viver a utopia com a concepção de ruptura revolucionária, algo que nos permite tanto distinguir o anarquismo de outras expressões antiautoritárias, como localizar as tensões entre viver a utopia e a política dentro das conjunturas e contextos dos conflitos políticos.

Há uma série de bons motivos para desconfiar, tanto das ideologias revolucionárias como das que falam de criar um novo a partir da casca antiga. Enquanto as primeiras podem gerar distorções ao ponto de reproduzir as relações de opressão e dominação. As segundas não deixam de ter um certo grau de impossibilitismo baseado em elitismo intelectual e na

⁷⁹ Acolhemos a proposição de Scott (2013) assumindo nossa curiosidade sobre as organizações anarquistas que possuem como característica marcantes uma militância engajada e disciplinada, como é o caso da CAB.

descrença que as classes subalternas possam intervir na realidade sem ficar reformando a casa antiga (o Estado e o capitalismo) pelo telhado.

2.2.6 Anarquismo como luta contra dominação

A polissemia dos conceitos de poder nas obras de referência que estudam o anarquismo com uma ênfase exagerada no seu antiestatismo levaram à interpretações equivocadas sobre. Entre outras coisas, acusam a ideologia anarquista de ser apolítica ou da teoria anarquista ignorar as relações da estrutura econômica, de querer estancar as relações de poder, de ser ingênua ao não reconhecer o poder de qualquer autoridade, de não utilizar corretamente a dialética, de ser um idealismo pequeno burguês.

Além das disputas sobre o que é o anarquismo, seja no meio acadêmico, seja no meio militância da política, não há como ignorar as recentes tentativas de certas correntes liberais tentar capitalizar a história do anarquismo, as críticas dos anarquistas ao marxismo e de se apropriar-se de trechos de Proudhon e da movediça teoria anarco-individualista para fundamentarem o que chamam de anarcocapitalismo: uma ideologia antiestatal, em prol de uma sociedade radicalmente baseada nas relações entre proprietários e de livre mercado em estado puro.

Sobre as acusações contra o anarquismo de que prega o fim da política remetendo à história do socialismo, elas se iniciaram nas disputas encarniçadas entre as diversas correntes do socialismo do século XIX, muitas vezes reproduzidas por leituras reducionistas ou mal-intencionadas das acusações de Bakunin contra Marx e Engels, omitindo a qual tipo de política o agitador anarquista se referia.

As críticas de Bakunin à política muito se assemelham a Marx, no sentido de ver o Estado como uma tirania, produto do desenvolvimento histórico e um instrumento de dominação de classe, mas é distinta, para não dizer completamente diferente, em relação à função do Estado e a transição para o comunismo.

No que se refere aos seus escritos sobre a questão política e a polêmica com Marx é preciso distinguir duas coisas, conforme Berthier (2011): 1) o estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores, 2) o problema da ação política e da conquista do poder em geral.

Sobre as disputas com Marx e Engels por causa do estatuto da AIT no congresso que

viria acontecer em Genebra, Bakunin fez duras críticas contra o que considerou uma tentativa de impor uma filosofia e princípios oficiais à organização. O pragmatismo de Marx e Engels na verdade escondia, segundo o anarquista russo, uma estratégia eleitoreira de ir a reboque da burguesia e o sectarismo de Marx e Engels quanto aos companheiros de AIT da Rússia e França.

Bakunin, segundo Bertheier (2011), no debate sobre o estatuto da AIT defendeu: 1) a solidariedade material dos trabalhadores no plano internacional, 2) a organização internacional em bases federalistas,

3) o livre desenvolvimento das ideias filosóficas e políticas no interior da Internacional.

As propostas de Bakunin não são respostas somente a Marx e Engels, elas incluem críticas diretas a Lassale e a Proudhon. Assumindo a posição que os compromissos militantes deveriam ser baseados na unidade programática, não em uma monolítica e oficial unidade ideológica no que se referem a movimentos de massa.

As críticas bakunistas sobre a participação de organizações de trabalhadores nas eleições e na ação parlamentar não está limitada a uma visão que nega as vias institucionais, mas à própria negação do Estado e às experiências dos ditos mandatos populares de seus contemporâneos. Tal como a descrenças com relação às alianças e práticas eleitoreiras baseadas na crença da possibilidade de que burgueses radicais aceitem um programa socialista condensado e se tornem assim em servidores inconscientes da revolução.

Bakunin em uma carta ao *Liberté* escreveu:

Eis aí um grande erro, todas as experiências da história demonstram-nos que uma aliança concluída entre dois partidos diferentes volta-se sempre em proveito do partido mais retrógrado; essa aliança enfraquece necessariamente o partido mais avançado, diminuindo, deformando seu programa, destruindo sua força moral, sua confiança em si mesmo. (BAKUNIN, 2000 apud BERTHIER, 2011, p. 9).

O revolucionário russo não está fazendo uma condenação moral aos defensores dos mandatos populares, ao longo de seus escritos menciona experiências pós-comuna de Paris e da social democracia alemã. Suas críticas se direcionam àqueles que falam em nome do povo por meio do mandato ou da possibilidade da ditadura do proletariado se converter em uma nova classe social, ainda mais autoritária e violenta que a burguesia.

Não vamos prolongar, e nem é nosso desejo, cair na esteira do debate histórico cheio

de farpas e acusações mútuas entre anarquistas e marxistas que supervalorizam as disputas encarniçadas entre Bakunin e Marx na AIT, inclusive, negligenciando que anarquistas e marxistas se encontram posteriormente em lutas sociais.

Proudhon politicamente está voltado à concretização das promessas de liberdade, igualdade e fraternidade da revolução francesa. Ao afirmar que a propriedade é um roubo o revolucionário francês buscou elucidar como a liberdade dos proprietários, uma pequena minoria, é negação da propriedade para a grande maioria, algo que implica em dizer que a propriedade é imposta pela força.

A autoridade, segundo Proudhon, é fruto da necessidade e tendência dos homens se associarem, mas essa associação para ser estabelecida necessita ser entre iguais, não há associação entre os homens e os animais e entre os homens e Deus. Os homens por serem sociáveis estabelecem a comunidade, por serem racionais, algo que os diferencia dos animais, e por suas vontades não serem uniformes e constantes, eles se individualizam diante os demais, surge daí a liberdade (MONTEIRO, 2014).

Na dialética entre autoridade e liberdade definida como uma luta perpétua entre dois polos:

o pólo da autoridade e pólo da liberdade apresenta-se assim como irreduzíveis e indissolúveis, não há síntese possível, os antagonismos se mantêm nenhuma forma de governo pode ser exercido com máxima liberdade ou máxima autoridade” (FERREIRA, 2014, p. 18). O balanceamento entre as duas unidades contraditórias é determinante para a formação dos regimes e formas de governo, ou seja, “a maneira como se distribui e se exerce o poder. Natural e logicamente estas formas estão em relação com o princípio, a formação e a lei de cada regime (PROUDHON, 2001, apud FERREIRA, 2014, p.18).

Em Proudhon o governo é a autoridade em exercício, um agente das contradições econômicas, em uma economia pública, e as formas que ele se apresenta correspondem à interdependência entre a economia e a política, não há um determinismo do econômico sobre o político.

A designação socialista libertária usada por Bakunin parece ainda gerar controvérsias. O termo libertário era usado para criticar Marx e seus seguidores em relação ao estatismo. Bakunin tal como Marx era um partidário do materialismo, afirmava que os idealistas estão errados e os materialistas estão corretos ao se afastarem das ideias metafísicas do

contratualismo e jusnaturalismo.

Na concepção histórica anti-teológica sobre o Estado, Bakunin indica que o direito divino dos reis fundamenta-se na alienação encontrada na organização política e social monárquica da Europa, Ásia e África, sendo que a alienação religiosa é um fenômeno quase que universal na formação de todos os Estados. E por isso o teologismo é elemento importante na organização política e social desde a antiguidade. .

O teologismo recebe uma atualização dos liberais modernos com suas teorias individualistas. Numa analogia com o cristianismo e sua a ideia de que o “pecado original” levou à queda do paraíso, os filósofos criaram a ideia de estado de natureza de onde os homens também “cairiam” no engodo que o Estado seria o meio pelo qual o homem poderia ser realizar-se.

Para Bakunin (2008), o homem não cria “voluntariamente a sociedade [...] ele nasce involuntariamente nela”, mas como os homens são por excelência um animal social, só pode se tornar um Homem, isto é, um animal pensante, falante, amando e desejando, na sociedade” (BAKUNIN, 2008, p 75).

Para o revolucionário russo, tal como outros animais, os homens possuem dois instintos: o de autopreservação e o de conservação da espécie, sobre o primeiro afirma que há a lei da sociabilidade humana, que está acima das vontades humanas, herdada da própria natureza, sendo que para sobrevivência da espécie é necessário manter essa socialidade típica dos homens.

Bakunin inverte “a relação de condicionado-condicionante da teoria contratualista, entre individuo-sociedade para sociedade-individuo” (VIANA, 2014, p.5), e mesmo que por vezes tenha argumentado que a história como ciência não havia alcançado o seu pleno desenvolvimento⁸⁰, operacionaliza dois sentidos do argumento histórico e lógico (BRETHIER, 2008) para definir o Estado.

Apesar de considerar as determinações econômicas como as principais causas, como explica Brethier (2014) Bakunin relativiza de certa forma o que poderia ser entendido como um determinismo, ao afirmar que não é em todos os casos, pois existem outras determinações, de caráter subjetivo, ideológico, jurídico, cultural, etc., e como tal podem se tornar as “causas produtoras de efeitos”. Em outras palavras, o Capital como um monopólio do poder econômico é determinante da organização do poder político, o Estado. Por sua vez, o Estado

⁸⁰ O revolucionário russo foi testemunha de um período que havia um grande deslumbramento com a ciência, mas é importante deixar em evidência, que o argumento elogioso à ciência se deu por ela ser um parâmetro para criticar o teologismo da religião e da filosofia moderna. Para Bakunin um governo dos cientistas baseado na autoridade dessas “castas” seria também tirânico.

como centralização do poder político exerce sua influência sobre o Capital por meio dos aparelhos burocráticos de controle e centralização.

O Estado historicamente, desde o Estados de castas aos Estados burguês, suas formas ou regimes de governo, é considerado um instrumento político de dominação de classe. Em uma dinâmica de autopreservação o Estado necessita aumentar sua força permanentemente para manter a ordem no seu território e se ver livre das ameaças de agressores externos. Onde há força é necessário que ela se demonstre e aja, e por isso a necessidade constante de conquistas de um Estado sobre outros para manter seu domínio nas relações internacionais: eis a sua “natureza imperialista” (CAPPELLETI, 2014).

A força não se restringe à violência e ameaça policial/militar e a coerção do povo, o seu domínio se dá também por outros meios como no plano cultural e político. No plano cultural Bakunin aponta tanto a ignorância do povo quanto as lógicas do Estado e suas instituições, a religião e o patriotismo que alijam os homens da razão. Assinala a educação diferenciada oferecida para os filhos de operários e os rebentos da burguesia como uma forma de se reproduzir a dominação de classe.

No plano político Bakunin observa que o Estado necessita criar um corpo administrativo que operacionalize a coerção: a burocracia; um corpo de políticos, privilegiados de fato, não de direito, que dedicando-se exclusivamente à direção dos assuntos públicos de um país, acabam por formar um tipo de aristocracia ou de oligarquia política, e seus privilégios são a propriedade do poder, o monopólio das tomadas de decisão políticas por uma minoria, visto que as maiorias não cabem no Estado (CORREA, 2014; BRETHEIR, 2014; VIANA, 2014).

Brethier (2014) observa que Bakunin faz distinções entre a burocracia no Estado e a burocracia candidata ao poder. A burocracia no Estado é uma emanção dele, a camada que sustenta a ilusão da racionalidade da necessidade do Estado, faz “do Estado uma realidade, um poder efetivo que lhe dá um conteúdo” (BRETHIER, 2014, p.8). A burocracia acaba por confundir-se com o próprio Estado, e sua razão de existir deve ser tão simples e evidente para que não haja nenhuma sanção moral aos seus atos, sendo que sua legitimação é a “ciência do serviço do Estado” pois

abarca, a administração, as finanças, a diplomacia, deve, com a teologia e o direito, formar os burocratas em fiéis servidores do Estado. A burocracia de Estado pode tender a autonomizar-se em relação ao Estado, do mesmo modo que o Estado tende a autonomizar-se em relação à sociedade” (BRETHIER, 2014, p.8).

A burocracia candidata ao poder é uma camada social que não tem por objetivo combater o fenômeno da dominação burocrática. Quando um aparelho se torna pesado para administrar, quando ele se hipertrofia e os “administrados” abdicam de toda vontade de controle, a burocracia candidata ao poder apenas almeja ser ela a nova burocracia de Estado. Nesse sentido, o fenômeno da burocracia é analisado por Bakunin não apenas como algo associado ao desenvolvimento das forças produtivas que impõem a constituição do aparelho de Estado complexo e poderoso, mas com um fenômeno que corrompe aqueles grupos que abrem mão de criar novas institucionalidades no interior das classes dominadas para que a dominação burocrática não se reproduza socialmente.

Para o revolucionário russo a constituição de organizações do proletariado industrial é um importante avanço para a educação das massas para libertar-se da cultura burguesa por meio do autodidatismo e a educação libertária, mas nesse processo há um lado negativo: a constituição de uma minoria de dirigentes que não vê na organização um meio de conquista da emancipação, mas um modo de realizar suas ambições e vaidades pessoais, instituindo-se como uma minoria dirigente das massas.

Não se trata em Bakunin de uma crítica a essa ou aquela organização ou liderança de massa, já que até os melhores líderes são corruptíveis. Para que a burocracia candidata ao poder se constitua são necessárias algumas condições sociais, tais como tais como, a ignorância, a indiferença apática e os hábitos servis nas massas, já que são elas que criam em seu seio opressores e exploradores quando abrem mão, por apatia, do controle da crítica e da oposição a esses dirigentes.

Não existe boa ou má burocracia. A burocracia no seio das massas é um agente que aponta para dominação. Os burocratas candidatos ao poder se encontram em várias camadas sociais tais como políticos socialistas e os intelectuais burgueses que penetram nas organizações proletárias, como também os operários aburguesados, “semiletrados” vaidosos e aqueles que se colocam como chefes das organizações operárias, tais como os dirigentes social-democratas que preconizam a estratégia eleitoral de tomada do poder.

Contudo é preciso ter um certo cuidado na leitura anarquista sobre a burocracia interna ao movimento trabalhista para que não haja uma confusão entre a necessidade de organização e as considerações feitas por Bakunin sobre ela. O anarquismo compreende diferentes modos em que os indivíduos com um propósito comum estabelecem as regras e regularidades materializados nos programas, cartas e outros documentos, escritos inclusive por Bakunin.

A observação de que toda organização pode ser desenvolvida com vistas à dominação, não pode ser desconectada do papel da participação que cabe à coletividade para impedir que

isso se dê, evitando assim que “líderes” virem “chefes” constituindo hierarquias e esquemas de dominação.

O termo “burocracia vermelha”, conforme Breithier (2014) surge em uma carta de Bakunin a Herzen e Ogarev em 19 de julho de 1866, onde há explícita sua condenação às propostas organizacionais de Marx e da social-democracia alemã que almejou colocar a causa popular sob os interesses do Estado:

[...] um governo excessivamente complicado, que não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como o fazem hoje todos os governos, mas que ainda as administrará economicamente, concentrando, em suas mãos, a produção e a justa repartição das riquezas, a cultura da terra, o estabelecimento e o desenvolvimento das fábricas, a organização e a direção do comércio, enfim, a aplicação do capital à produção pelo único banqueiro, o Estado. Tudo isso exigirá uma ciência imensa e muitas cabeças transbordantes de cérebro nesse governo. Será o reinado da inteligência científica, o mais aristocrático, o mais despótico, o mais arrogante e o mais desprezível de todos os regimes (BAKUNIN, *Écrit contre Marx. Oeuvres*, III, p. 204 apud BRETHIER, 2014, p. 25).

A análise de Bakunin sobre a burocracia é criativa por apontar para o fenômeno político quanto ao que toca ao Estado e às organizações de trabalhadores, para Brethier (2014) um fenômeno psicológico “[...] ligado à vontade de poder (ou, negativamente, à sua recusa de exercer o poder sobre sua própria existência)” (BRETHIER, 2014, p. 18), antecedendo e muito as análises que são canônicas na sociologia e ciência política sobre o porquê das revoluções socialistas morrerem, mas sem abrir mão da luta emancipatória.

Max Weber se refere à burocracia como um instrumento de poder localizando-a nas mais diversas uniões ou instituições. O capitalismo e a ciência moldaram a sociedade de tal forma que todos os espaços coletivos são burocratizados, ou seja, regidos por princípios de áreas de jurisdição fixas e oficiais, hierarquicamente ordenadas, cujo desempenho segue regras gerais, mais ou menos estáveis e que podem ser aprendidas.

Para o sociólogo alemão, a sociedade industrial na era moderna onde, todos os aspectos da vida estão racionalizados e demandam a existência de grandes agências burocráticas que controlam e administram as atividades produtivas da vida social, a eliminação da organização burocrática do capitalismo privado colocaria em risco o destino material das massas. A ganância ilimitada não deveria ser identificada com o capitalismo, para ele o capitalismo promoveria uma moderação racional de um impulso irracional inerente à sua condição de busca de lucro, dinheiro e vantagens humanas e que sempre que há condições

objetivas para sua realização.

A oposição de Max Weber ao socialismo, no que diz respeito ao seu plano estratégico, tem por base a não possibilidade de superação do capitalismo. A coletivização da economia, não apenas manteria a sua dominação burocrática, presente no capitalismo, como também alargaria essa forma de maneira quase sem precedentes da dominação burocrática sobre os indivíduos ameaçando também as democracias.

Para Weber, contra a tendência do corpo burocrático do Estado dominar as esferas de decisão política estava nas democracias, para o autor a melhor forma de governo em uma sociedade de massas sendo que a participação popular na esfera do Estado restrita as eleições legitima os governantes mais hábeis para conduzir a nação e o parlamento em suas funções possui um caráter educativo de formar lideranças políticas eficientes motivados por paixão pela atividade política, com senso de responsabilidade e de proporção.

A crítica bakuninista vai no caminho inverso a Weber em relação à dominação burocrática. Se para Weber a manutenção das instituições democráticas organizadas a partir da proteção dos direitos individuais, do sufrágio universal, no qual se legitimam as lideranças mais hábeis e eficientes para o exercício da política visam o combater que a burocracia do Estado domine a esfera de decisão política, para Bakunin, estrategicamente, o combate à dominação burocrática é por meio do coletivismo com a participação direta da classe trabalhadora nas esferas de decisão sobre a vida material e política em institucionalidades (comunas) descentralizadas (federalismo).

Nesse mesmo sentido a autogestão e a ação direta como princípios balizares da ideologia anarquista não é a negação da política e sim uma rejeição à dominação e a negação da política que tende a uma fixidez ao organizar e dar ordem à coexistência humana.

O antiestatismo anarquista foi e ainda é associado ao liberalismo de forma desastrada. O liberalismo orienta-se por concepções de individualismo, egoísmo e competição como geradoras de uma ordem social progressista, desconfiados que o Estado possa vir a suprimir a liberdade, os liberais nunca abriram mão do aparato de instrumentos coercitivos e punitivistas.

Enquanto para os liberais é essencial a existência do Estado como agente de regulação contra o monopólio de mercado e correção das desigualdades de oportunidades decorrentes do capitalismo, para os anarquistas o egoísmo, individualismo e a competição são produto das relações de poder que estabelecem dominações que tendem a desfazer os laços de solidariedade e perpetuar o que está dado como impossível de ser mudado.

Segundo o anarquismo o poder exercido pelo Estado é constituinte das relações assimétricas de poder geradoras de hierarquias que impedem o pleno desenvolvimento da

liberdade e igualdade a partir da participação direta dos indivíduos e coletividades sobre as decisões relativas à produção da vida material e espiritual.

A concepção anarquista de apoio mútuo entendida como o intercâmbio voluntário e recíproco de bens e serviços para benefício comum ligada à concepção de autogestão libertária é proveniente da crítica de Piotr Kropotkin à transposição do darwinismo para teoria social. O argumento central da sua crítica é que o abuso da concepção da luta pela sobrevivência serve tanto para subestimar a cooperação como um instinto e um dos principais fatores de evolução progressista (tanto entre animais quanto entre seres humanos) como para supervalorizar a competição para justificar mais do que o individualismo, e sobretudo, os horrores da guerra entre os povos.

Piotr Kropotckin está sendo aqui trazido por ter sido não apenas um grande expoente do anarquismo e das ciências humanas, mas por sintetizar de certa forma a concepção de que os laços de solidariedade e reciprocidade entre os indivíduos e coletividades tendiam a ser desfeitos na modernidade pelas ações do capitalismo e pelo Estado. Miguel Amorós afronta com suas contribuições sobre antidesenvolvimentismo anarquista a concepção de progresso da nossa época caracterizada pelo autor pela fusão do Capital e do Estado, do território e da metrópole, e como conclusão, da indústria e da vida, crítica esta que em nada se assemelha à satanização do Estado apregoada pelo neoliberalismo.

Para o autor a crítica anarquista ao desenvolvimento diz respeito ao mesmo tempo à reprodução da ideia liberal de progresso e a necessidade de uma crítica libertária consistente contrária ao produtivismo e estatismo dos dirigentes, instalados ou aspirantes ao poder, tanto nas suas versões mais duras como nas alternativas, presentes também em defensores do keynesianismo, do desenvolvimento “sustentável” e da economia “social” integrada, distintas fórmulas político-econômicas da implantação real e global do capitalismo. O objetivo do antidesenvolvimentismo anarquista é se contrapor ao modo de vida industrial (consumista e urbano), contra suas vias de penetração e expansão, contra a política institucional e contra o Estado.

O que estamos tentando demonstrar é a preocupação de como a dominação econômica no anarquismo está ligada às dominações nas esferas da cultura e da política, como produtoras de causas e efeitos, assim como ao debate da teoria crítica que permeia os confrontos políticos ao longo de seus ciclos históricos. Na qual as contribuições dos estudos sobre o poder em movimento, parafraseando o título do livro de Sidney Tarrow, precisam de maiores explicações sobre como as concepções de poder referentes à dominação, à capacidade de realização e o poder como uma relação entre sujeitos estão sendo utilizadas de forma distinta

de autores que analisam ações coletivas hoje.

2.2.7 Poder-sobre, Poder-para e Poder-com

Para o antropólogo Harold B. Barclay (2008, p. 43), as definições weberianas podem ser contrastadas com as contribuições sobre o poder de Michel Foucault, no qual o poder se define como um processo. Na sociologia de Max Weber corresponde a “probabilidade de que um agente

de dentro das relações sociais estará em posição de realizar sua própria vontade a despeito de resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (1991, p.33).

O poder em Weber como a possibilidade de impor a própria vontade sobre a conduta alheia se dá mesmo onde não há nenhuma resistência. A legitimidade se assenta sobre o consentimento durável que tende à unanimidade entre os membros de uma sociedade ou de um grupo social. Em Foucault o poder se expressa nos usos do conhecimento na punição, prisão ou confinamento de pacientes em um ambiente psiquiátrico ou em um hospital, na disciplina das escolas, quartéis e fábricas, nas questões de sexualidade; em todos os casos, relações de dominação.

Nesse sentido para Barclay (2008) é aceitável a interpretação que em ambos os autores “que quase todas as expressões de poder são formas de dominação e que o poder pode implicar uma forma de guerra” (BARCLAY, 2008, p. 43). Contudo, para o autor o poder pode ser definido pelo polo da dominação caracterizada pelo uso da força e manipulação para se obter a obediência, e pelo seu oposto, o polo do poder-com que tem por base a igualdade e a mutualidade, onde a característica da ação é o convencimento dos outros com argumentos racionais e o trabalho coletivo para reafirmar a liberdade e a igualdade social. O polo do poder-com no anarquismo tem como o objetivo encorajar os aspectos não-dominantes do poder em prol da constituição de uma sociedade livre.

Uri Gordon (2015) em *Anarquia Viva*, define o anarquismo como uma cultura política compartilhada e aberta, por uma pluralidade de indivíduos, grupos de afinidade, coletivos e redes anti-autoritárias e anticapitalistas, adotando a metáfora pós-estruturalista do rizoma para descrever a forma organizacional do que entende por movimento anarquista como uma “rede descentralizada de comunicação, apoio mútuo [...] na qual os seus participantes não possuem, na sua maioria formal e fronteiras” (GORDON, 2008, p. 28).

O termo cultura política é usado por Gordon para definir um conjunto de orientações compartilhadas sobre um “fazer política” em um contexto onde as interações acontecem com uma regularidade suficiente para estruturar as expectativas dos participantes. Entre as principais características da cultura política anarquista estão, segundo o autor:

[...] repertório compartilhado de ações políticas baseadas em ação direta, construção de alternativas de base, sensibilização de comunidade e enfrentamento. Formas de organização compartilhadas – descentralizadas, horizontais e que buscam o consenso. Ampla expressão cultural em áreas tão diversas como arte, música, roupas e alimentação, frequentemente associada à subculturas ocidentais proeminentes. Linguagem política compartilhada que enfatiza a resistência ao capitalismo, ao Estado, ao patriarcado e mais genericamente a hierarquia e a dominação (GORDON, 2008, p. 13).

Apesar da definição de anarquismo do autor abranger uma série de organizações políticas e redes não anarquistas, mas influenciadas pelo anarquismo qualificadas aqui como autonomistas, ele sugere utilizando as contribuições de Barclay (2008) e Starhawk⁸¹ que as questões relacionadas ao poder no movimento anarquista devem ser buscadas em duas fontes distintas: “desigualdades em vigor [standing inequalities] em termos de *poder-para* entre ativistas (o onde do poder), e a falta de transparência nas dinâmicas de *poder-com* entre elxs (o como do poder)” (GORDON, 2015, p 74).

O autor chama de *poder-sobre* o exercício do poder em referência à dominação e de *poder-para* algo semelhante ao que de Starhawk define como “*poder-que-vem-de-dentro*”.

[...] semelhante ao sentido de maestria que, quando crianças, desenvolvemos com cada nova habilidade que aparece: empolgação de ficar de pé, de andar, de falar as palavras mágicas que expressam nossas necessidades ou pensamentos ... Podemos sentir este poder nos atos de criação e conexão, quando plantamos, construímos, escrevemos, limpamos, curamos, consolamos, brincamos, cantamos, fazemos amor (GORDON, 2015, p. 79).

⁸¹ Starhawk é uma ativista, professora e teórica do ecofeminismo e neopaganismo estadunidense, nascida em 1951, com o nome de Miriam Simos. Autora de *Truth or Dare: Encounters with power, authority and mystery* (1987), *Webs of Power: Notes from the global uprising* (2002), *RNC Update Number Two: Power and Anarchy* (2004) utilizadas por Uri Gordon (2015) na sua elaboração teórica. Apesar de ser desconhecida no Brasil, Starhawk é autora *The Spiral dance: A Rebirth of the Ancient Religion of the Great Goddess*, publicada em 1979 e republicado em 1989 e 1999, uma obra de referência para neopaganismo e ecofeminismo que possui uma relativa influência nos movimentos de comunidades alternativas nos Estados Unidos. A ativista postula valores espirituais para defender em suas obras a concepção que a terra é uma entidade viva e que a justiça global e o ativismo ecologista aliado a crítica interseccional relativas à questão de classe, gênero e etnia são as bases para organizar a coexistência do ser humano com a natureza.

Enquanto o *poder-sobre* tem como componentes o uso a força, da coerção, da manipulação e da autoridade para imposição da vontade de um indivíduo/coletividade sobre outros indivíduo/classes o *poder-para* é intrinsecamente ligado à capacidade de realização. Gordon (2015) dá como exemplo a dinâmica do trabalho no capitalismo utilizando as observações de John Holloway (2002) onde o *poder-para* e o *poder-sobre* são parte de uma relação “dialética e em oposição”.

Em conformidade com John Holloway (2002) o *poder-para* ou seja a capacidade das pessoas de mudar o meio material através do trabalho é convertida na reprodução das relações sociais capitalistas em um *poder-sobre*, na venda da força de trabalho que aliena os seres humanos das suas capacidades de realização e coloca-os sob o domínio do capital. Nesse sentido, para o autor marxista, a libertação do *poder-para* do *poder-sobre* através da luta social pode existir, abertamente ou latentemente, se expressando apenas como *poder-contra*, como *anti-poder*.

Apesar de Gordon (2015) considerar interessante a leitura de Holloway (2002) sobre a existência de uma dialética entre o *poder-para* e o *poder-sobre*. Ele aponta o que considera falhas na leitura do autor marxista. A primeira falha diz respeito às relações capitalistas serem assumidas pelos explorados/dominados, por isso Gordon (2015) sugere que a análise sobre o poder deve se orientar não pelo quanto são censuráveis os jeitos que o poder opera na sociedade capitalista, mas pelas causas das acumulações e dinâmicas problemáticas de poder nos grupos de base e nas redes. Para o autor é difícil imaginar que o mesmo processo descrito por Holloway esteja em andamento nas organizações anarquistas.

A segunda falha diz respeito ao antagonismo binário entre *poder-sobre* e *poder-para*. Dificilmente seriam casos de força, coerção, manipulação ou autoridade ter um pedido por um copo de água atendido. Por esse motivo é preciso ter a compreensão de uma terceira forma do exercício do poder: o *poder-com*.

Gordon (2015) define o *poder-com* como relações de poder que abrangem as situações em que as pessoas *pedem* “às outras para fazerem coisas sem que haja um conflito de vontades ou interesses entre elas” (GORDON, 2015, p. 87). O *poder-com*, como argumenta o autor, é gerado do *poder-para* como capacidade de realização, tal como o *poder-sobre*, mas suas bases são os códigos culturais compartilhados, a persuasão mediante o convencimento com argumentos racionais e reciprocidades geradas a partir de laços de solidariedade e confiança entre os envolvidos. É importante enfatizar aqui que o autor não está fantasiando relações sociais sem poder, e sim afirmando a existência de relações de poder que se diferenciam das relações de *poder-sobre* nas formas de lidar com a distribuição assimétrica de

recursos políticos, capacidades e habilidades dos envolvidos no processos de tomada de decisão.

Em conformidade com Uri Gordon (2015) a maior parte das leituras anarquistas seguem premissa que para transformar a sociedade não é necessário tomar o poder do Estado ou substituí-lo por outras formas de centralizações do poder de cima para baixo. Os anarquistas segundo o autor “analisam a acumulação e o abuso do poder por governos e corporações e o combate às assimetrias de poder entre classes, raças e gêneros” (GORDON, 2015. p. 84). Porém, existe outra preocupação muito relevante no que diz respeito aos abusos de poder de lideranças nos grupos horizontais.

O autor destaca duas questões sobre o tema, a primeira delas se refere à distribuição desigual de poder-para entre ativistas, o que em contrapartida gera acesso desigual ao poder-com. A segunda questão diz respeito a um aspecto “dinâmico” do poder no sentido das maquinações do poder-com quanto esse está sendo exercido. Para o autor esse problema é muito mais complicado de ser analisado se não formos a fundo nas características básicas do poder em uma análise dos movimentos como uma arena de poder.

Quando o autor se refere a recursos políticos está apontando para uma lista familiar de itens - dinheiro, espaço, publicidade, tempo, compromisso, especialidade, acesso às redes, status no movimento e assim por diante - por isso para organizar suas considerações faz a distinção entre aqueles *recursos de soma-zero* e de *recursos de não-soma-zero*.

Os recursos de soma-zero são aqueles cuja posse, uso ou consumo por alguém, previne, exclui, ou diminui a habilidade de outra pessoa fazer o mesmo. O dinheiro, por exemplo, como um recurso de soma-zero por seu uso para comprar o item X, não poderá ser usado para comprar o item Y. Os recursos e habilidades como cozinhar, escalar, escrever, acesso à informação, redes de confiança, também podem ser duplicados e transferíveis.

Para o autor os recursos são distribuídos nas organizações horizontais de forma desigual, porém são mais ou menos fáceis de serem redistribuídos de forma igualitária. Por exemplo, os recursos como o tempo para militar, o comprometimento e o carisma são mais difíceis de serem distribuídos que os recursos materiais em uma organização, onde podem ser utilizados por qualquer um para a realização de uma tarefa.

Sobre a redistribuição de recursos de soma-zero, o autor assinala que é possível considerar duas formas distintas: o compartilhamento e a coletivização. O *compartilhamento* é a forma de redistribuição de uma pessoa para outra ou mais pessoas, a pessoa que compartilha, por exemplo, seu veículo ela submete aquilo que compartilha ao discernimento de quem quer que vá fazer uso em um acordo explícito sobre o propósito do uso que se vai

fazer. O compartilhamento de recursos de soma-zero pode ser permanente para uma pessoa ou grupo. Na *coletivização* os recursos de algumas pessoas são redistribuídos para as mesmas pessoas como grupo, por isso a destinação é submetida à decisão coletiva. Por exemplo, se faz uma “vaquinha” entre os trabalhadores e o grupo decide para quais atividades e tarefas esse dinheiro será destinado.

No entanto, em relação aos recursos de não-soma-zero, o autor afirma que a redistribuição funciona de forma diferente, pode ter uma série de variáveis que correspondem a natureza dos recursos. Por exemplo, habilidades necessárias para se fazer uma tarefa, os projetos e os contatos podem ser redistribuídos no interior dos grupos horizontais, são recursos passíveis de serem acessados, duplicados e difundidos. Porém, existem recursos de não-soma-zero impossíveis de serem redistribuídos como as características pessoais, a articulação discursiva, autoconfiança, convicções fortes e, até mesmo, a aparência física.

O autor sugere que a distribuição desigual de tempo livre e o acesso à internet permite que um grupo de indivíduos tenha efetivamente a possibilidade de responder mais prontamente questões a serem resolvidas porque usam as tecnologias de comunicação como forma de organização e ativismo em escalas locais, nacionais e internacionais.

Para o autor “os links de comunicação não existem entre grupos propriamente. São xs indivíduos dentro dos grupos que se comunicam entre si, algumxs mais que outrxs” (GORDON, 2015, p. 89), por isso esses indivíduos possuem uma papel-chave nessas redes no que diz respeito a sua influência no direcionamento delas. Apesar da familiaridade com o uso das redes e as redes de contatos poderem ser transferíveis. O autor adverte que os laços entre esses indivíduos é determinado em grande medida por afinidade pessoal, suas redes sociais pessoais e laços de confiança.

Segundo Gordon (2015) a caixa de pandora se abre quando se fala da distribuição desigual de recursos entre os indivíduos nos grupos horizontais e quem nem todos os recursos são passíveis de serem redistribuídos. O autor busca responder: 1) a natureza dos recursos materiais e imateriais existe pelo menos alguns na qual a igualdade dificilmente ou nunca será atingida, no caso em que [...] grau em que estas qualidades geram poder pode ser diminuído?”(GORDON., 2015, p. 90), 2) como a articulação, confiança e carisma são qualidades especiais não apenas em nível pessoal, mas também nas dinâmicas de poder e se tornam qualidades importantes quando se fala de tomar a iniciativa, construir confiança, ou convencer outras pessoas nas arenas anarquistas do poder, isso levanta as questões sobre a transparência do poder que tem gerado ansiedade entre os anarquistas por anos.

Sobre a primeira questão o autor inicia sua resposta citando as análises de Ezequiel

Adamovsky e Mara Kaufman sobre as assembleias de bairro na Argentina durante a jornada de protestos em 2001. Para o ativista e acadêmico Ezequiel Adamovsky, as assembleias emergiram em resposta à rejeição às pirâmides do poder e a divisão do trabalho, porém a experiência não permitiu um trabalho de base positivo devido a desintegração das iniciativas autônomas decorrente dos conflitos internos entre ativistas motivados por “velhas certezas” da construção de um partido de trabalhadores e os ativistas isolados que se sentiam confortáveis em seus círculos de afinidade e sem a capacidade de articular a ampliação da luta para toda a sociedade. Adamovsky e Mara Kaufman ao analisar as assembleias associam o seu desmantelamento à falta de uma distribuição transparente de tarefas e um método de tomada de decisões claramente democrático, onde o medo de se delegar tarefas criou o voluntarismo:

[...] quem quer que tivesse as conexões e o tempo, ambos elementos de privilégio, para fazer alguma coisa ia lá e fazia. A evasão planejada de liderança hierárquica levou a uma negação aberta do poder, mas [permitiu] uma estrutura de poder sem nome e invisível, onde o carisma ou uma boa rede de relações tornou-se o fator definidor para o surgimento de lideranças. Na política do movimento, “espaços abertos” não estruturados viram um substituto duvidoso ao processo democrático. (ADAMOVSKY; KAUFMAN, 2005 apud GORDON, 2015, p. 96).

Gordon (2015) afirma ser legítima a crítica de anarquistas como Murray Boockchin e da feminista Jo Freeman sobre a tirania das organizações sem estrutura e a defesa da *Class War Federation* como um modelo de federações de baixo-para-cima ao invés de redes difusas. Apesar de considerar a proposta de formalização de procedimentos das tomadas de decisão para evitar a criação de elites políticas no interior dos grupos horizontais, o autor afirma que ela é impraticável.

Para evitar mal entendidos e julgamentos normativos sobre cultura política anarquista e a existência de um poder invisível Gordon afirma ser necessário compreender as regras do jogo da arena política anarquista que são muito diferentes daquelas da esfera pública em geral. Nesse sentido a pergunta “como o poder-com é exercido?” se faz necessária levando-se em conta a oposição entre descentralização e responsabilização.

A descentralização e a autonomia em conformidade com o autor, são vistas pelos ativistas como valores positivos e como um método apropriado que consiste na criação de vários núcleos de poder-com, mais ou menos articulados nas redes difusas, para contemplar a necessidade de planejamento e execução das tarefas organizacionais e de ação. Para ele se pode dizer que uma plenária é um “centro” temporário do poder-com coletivo na rede, que

está “semeando” vários novos “centros”, desse modo a descentralização implica na criação de muitos núcleos de poder.

Sobre a descentralização, o autor observa que o aumento do número de “lugares” (cara-a-cara ou virtual) onde o poder é exercido, ao mesmo tempo, evita a agregação desproporcional de poder, e/ou se transfere os que existem para novos locais (um princípio de igualdade adotado por um número cada vez mais crescente de destinatários) e isso acontece sem controle ou legitimação formal (GORDON, 2005, p. 97-98).

Para o autor na prática antes das assembleias as pessoas já se encontram organizadas em grupos de afinidade, tornando a decisão de descentralizar o anúncio de um fato já realizado, no qual cabe à plenária apenas ratificar o que já foi decidido. O fato das pessoas formarem grupos onde previamente já haviam tomado decisões antes da plenária e isso ser visto pelos ativistas como legítimo, demonstra que o processo de descentralização tende a ser altamente irresponsabilizável.

A responsabilização para Gordon (2015), uma das preocupações dos ativistas em relação à tirania das organizações sem estrutura é o cerne da proposta de estruturas formais, na qual a responsabilidade deve estar claramente delegada e exigida, supervisionada e reclamada; para que a influência de um indivíduo ou grupo no movimento seja exercida de forma tão visível quanto possível (GORDON, 2015, p. 98).

O autor esclarece que a responsabilização relacionada à força de aplicação possui características diferentes em relação ao poder-sobre e poder-com. O poder-sobre exercido pelo Estado e corporações conta com uma estrutura de coerção (policiais, prisões, etc.) e ameaça permanente em suas diretrizes formais, protocolos e rotinas dos quais a sociedade considera legítimo ou ilegítimo se defender em conformidade com o sistema jurídico. Isso não significa que os grupos horizontais não tenham suas formas de força de aplicação, mas essas são caracterizadas por sanções difusas como o afastamento, marginalização, exclusão, a fofoca, a recusa em trabalhar com tal pessoa, ou mostras públicas de desconfiança. No caso, a força de aplicação por meio de sanções sociais nos grupos horizontais são uma ameaça tendo em vista que “para uma pessoa sujar suas relações com outros membros de um grupo ou, no limite, ter que sair dele” (GORDON, 2015, p. 98).

A respeito da relação do poder-com o autor afirma que os anarquistas não possuem os meios de coerção como a polícia e prisões, por exemplo, e nem econômicos como aplicação de multas, corte de salários etc. Por isso, para ele as sanções sociais no interior dos grupos horizontais são possíveis de serem utilizadas apenas de forma esporádica ou difusa e isso implica em dizer que as sanções sociais em um movimento em rede são próximas de zero.

Os custos a quem a sanção é aplicada são maiores em relação às redes de amizades e afinidades dessa pessoa e na “hora H ativistas dificilmente possuem uma forma de obrigar alguém a fazer algo que elx se recuse, ou prevenir que alguém faça algo que queira fazer” (GORDON, 2015, p. 101) e isso decorre por não existir força de aplicação. A ausência de uma estrutura nas redes anarquistas que são associações voluntárias impedem que as sanções sociais serem racionalizadas e aplicadas de forma permanente.

Para o autor, independente das sanções sociais difusas serem de fato coercivas, elas dificilmente servem de fundação para que um edifício de força de aplicação possa ser construído. O seu argumento as regras do jogo da arena anarquista são confusas se aplicadas na sociedade sem o entedimento que linguagem democrática no anarquismo, na qual a democracia tida como um processo e a experimentação de novas formas de participação, deliberação e inclusão nas redes difusas tornam a democracia e a autonomia algo concreto.

O consenso para o ele é o único meio de incluir os indivíduos por meio do convencimento que não implica em um mecanismo de reprodução do poder-sobre tendo em vista que o consenso permite potencializar o poder-para sem prejuízo para o poder-com ao reconhecer que há recursos imateriais impossíveis de redistribuídas de forma igualitária, ainda que essa desigualdade possa ser limitada.

Uri Gordon (2015) sugere que nos movimentos horizontalistas que existe uma dinâmica onde nem todas as relações de poder são visíveis. O autor dá como exemplo, a tática de retomar as ruas utilizada pelo movimento inglês Reclaim the Streets. Esse tipo de ação requer planejamento e que grupos assumissem tarefas secretas para que a atividade seja realizada.

O sucesso da tática da retomada das ruas deixa em evidencia que o planejamento prévio da realização da tarefa de um pequeno numero de pessoas conseguiu influenciar uma grande número de pessoas para realização da ação e no seu decorrer não existe um meio de controle e responsabilização. Para o autor a tática que influenciou o movimento anticapitalista global não deve ser deixada de lado. Porém não se pode colocar uma outra questão que a invisibilidade é politicamente importante.

Em conformidade com o argumento de Gordon (2015) olhar sobre as assembleias e espaços de organização e deliberação dos grupos horizontais deve vir acompanhado do olhar sobre os acampamentos. São nesses espaços de convivência onde se constroem os laços de amizade e as redes de afinidades onde se pode varolariza positivamente a espontaneidade de um indivíduo que vai se empoderando nas relações com os outro que não são visíveis e responsabilizáveis.

Ainda que Uri Gordon (2015) apresente um debate pertinente sobre o poder, a distribuição de recursos e a responsabilização, críticas às suas generalizações equivocadas sobre as redes anticapitalistas são necessárias, algumas delas fazem que com que as especificidades organizacionais daquelas experiências de redes anticapitalistas que não corroboram com a sua argumentação desapareçam. As organizações e coletivos anticapitalistas e antiautoritários são diferentes entre si nas suas formas organizacionais, em relação ao uso das tomadas de decisão por consenso e em a sua amplitude e composição articulando ativistas de redes locais, regionais e internacionais.

A Global Indymedia, por exemplo, possuía formalizadas na sua carta de princípios e outros documentos que estabeleciam os objetivos da rede, normas internas sobre a conduta ética dos ativistas nas suas relações interpessoais no interior da organização e quais os procedimentos na tomada de decisão nos coletivos locais, nas redes nacionais e na rede internacional. A política de princípios foi estabelecida no primeiro coletivo em Seattle em 1999, para que o coletivo de jornalismo independente assumisse a forma dos movimento das ruas. A criação de outros coletivos e crescimento da rede impulsionada pelos dias de ação global tornou a aceitação do carta de principios e das formas de tomada dedecisão um dos critérios de filiação e de desligamentos de ativistas e coletivos da rede.

Segundo Santos (2010) as reuniões presenciais nos coletivos locais da rede Indymedia no Brasil, a decisão por consenso podia ser substituída por votação simples em casos em que não se chegasse a ele, algo que ocorria nos coletivos com pouca frequência. Porém nas reuniões internacionais a votação simples não era adotada. A forma de evitar os problemas em relação ao acesso à internet e tempo livre dos indivíduos para reunir qualquer coletivo local ou rede nacional era contemplada pela possibilidade de pedir mais tempo e não tendo acordo, qualquer coletivo da rede podia bloquear a decisão.

Conforme Santos (2010), a forma organizacional que a rede Indymedia utilizava para lidar com a desigualdade de recursos, comum também a organizações anarquistas, era reconhecendo que os indivíduos se diferem entre si, não apenas em capacidades e habilidades, mas também em relação aos seus acessos a recursos não passíveis de serem duplicados e retransmitidos, aos pertencimentos de classe, gênero, orientação sexual e etnia, assim também, como em relação a cultura política compartilhada nos territórios, uma variável importante nos processos de decisão.

Os militantes das redes anticapitalistas não estão apartados da cultura política compartilhada nos seus respectivos territórios. O sentido dado pelos militantes da América Latina sobre o que significa imperialismo e o papel de instituições ligadas ao capital e as

ditaduras militares dos anos 1970, estão carregadas das experiências de resistência desses povos. Por exemplo, a doação da Fundação Ford nos anos 2000 para rede Indymedia com o objetivo de realizar um encontro global dos coletivos locais foi rejeitada pelos coletivos da Argentina e Brasil.

Os coletivos da rede latino-americana argumentaram que era inaceitável receber a doação devido a participação da Fundação Ford nas ditaduras que se instalaram no continente nos anos 1960 e 1970. A argumentação para influenciar a decisão da rede para rejeitar a doação, não apenas partia da contradição de receber doações de colaboradores das ditaduras e de uma instituição do capital por uma rede anticapitalista, mas do fato de que a sua aceitação seria uma falta de respeito com a memória dos presos, torturados e assassinados pelas ditaduras e de empatia com aquelas pessoas que direta ou indiretamente foram mais afetadas pelo terrorismo de Estado.

Na Índia, o sentido dado pelas organizações políticas a não violência se difere do sentido de organizações estadunidenses, européias e latino-americanas. Em 2001, após os conflitos com a forças de segurança italiana nos protestos contra reunião do G8 em Gênova, no qual o jovem anarquista Carlo Giuliani foi assassinado pela polícia, a AGP modificou sua política de princípios visando não criminalizar o emprego de táticas de destruição da propriedade e autodefesa usadas pelos usuários da tática black bloc e zapatistas que se encontravam em uma guerra de baixa intensidade contra o Estado mexicano.

A mudança foi uma resposta que contemplava a necessidade de articulação das diferenças das organizações políticas participantes da AGP, mas também pode ser compreendida como uma contraposição ao uso do assassinato do jovem anarquista pela social-democracia européia para condenar o black bloc, sem esquecer que a esquerda institucional mexicana diante de impasses da autonomia defendida pelos insurgentes chiapanecos associou o zapatismo a uma forma de caudilhismo.

As redes anticapitalistas e as federações internacionais anarquistas formalizadas, não se encontram em oposição; como espaços de articulação das diferenças onde a construção do poder com o outro perpassa pelo convencimento para que se chegue a consensos mínimos que contemplem as diferentes experiências dos participantes em relação as assimetrias de poder. A afirmação de Gordon (2015) que não existia comunicação entre grupos e sim entre indivíduos, apesar de apontar comunicação interpessoal entre ativistas possibilita uma maior ou menor influência de certos indivíduos em relação a outros no interior das redes está equivocada, e aponta para uma forma de essencialismo na sua interpretação sobre o que dizem os anarquistas dizem a respeito do papel das lideranças políticas e do planejamento prévio das

ações coletivas.

Inicialmente, o erro do autor não está em apenas negar que existia comunicação entre os grupos, mas por não deixar em evidencia que tanto no anarquismo histórico ou no contemporâneo não há rejeição a toda e qualquer liderança política, mas tentativas de que essas lideranças não se cristalizem. Além disso, a relação entre características pessoais como a articulação discursiva, autoconfiança, convicções fortes, etc. e coletividade, contingencialmente podem tanto levar a reprodução de relações de desiguais de poder entre militantes, como nos usos de recursos para a constituição de articulações necessárias para a descentralização entre organizações, como também para o agenciamento de formas libertárias de ação política.

Emma Goldman, Errico Malatesta e Pedro Gori no seu tempo, foram notórios articuladores políticos e suas experiências históricas são reinvidicadas pelos anarquistas para agenciar certas práticas políticas específicas. Além disso, a defesa pelos socialistas libertários e feministas de organizações horizontais estruturadas, procedimentos e rotinas de tomadas de decisão nas “arenas do poder”, visam promover a redistribuição de recursos sem que haja anulação das diferentes habilidades e capacidades individuais, como também são mobilizados contra a tendência dos grupos de afinidade de reproduzirem práticas autoritárias que afastam militantes apontados como lideranças.

Nos conflitos políticos é comum que militantes na função de porta vozes ou articulação adquiram uma grande visibilidade midiática, na maioria das vezes as posições políticas assumidas publicamente são tratadas como se fossem deles e não das organizações de que são parte. A reação à visibilidade midiática mais direta são os ataques à reputação desses militantes feito por opositores declarados e de organizações políticas que disputam o controle do direcionamento das ações coletivas.

O problema dos grupos de afinidade é outro, por não possuírem uma definição dos objetivos que desejam alcançar e uma posição declarada sobre seus métodos e mediações de conflitos, às vezes por purismo, sectarismo ou mesmo vaidade, acabam por reproduzir os mesmos tipos de ataques aos militantes tidos como lideranças por exercerem o papel de articuladores ou porta vozes.

Óbvio que as organizações horizontais não possuem a mesma estrutura de coerção, manipulação e autoridade estatal do capital, mas as práticas no interior das redes anticapitalistas que reproduzem o punitivismo do poder-sobre são menos permanentes? Qual o critério que Gordon (2015) estabelece quanto aos impactos políticos na vida pessoal de militantes que escolheram colocar suas energias e integridade física à disposição de uma

organização política quando são alvo de sanções?

A prática do escracho, por exemplo, que tem origem nos movimentos populares argentinos para denunciar os torturadores conhecidos na época da ditadura, também é utilizado por grupos feministas contra militantes homens acusados de agredirem suas companheiras ou outras mulheres de seu convívio. O uso do escracho é criticado por organizações autonomistas e anarquistas, não apenas por seu uso indiscriminado reproduzir o punitivismo, mas por ser pior ainda que o próprio tribunal jurídico do Estado, pois basta a acusação que não permite defesa e a responsabilização do militante agressor é automática.

Há de certa forma uma relativismo imprudente de Gordon (2015) ao dizer que basta quem está sofrendo a sanção ir para outro grupo. A visibilidade pública aos casos de falta grave envolvendo militantes podem vir a ter consequências graves, como agressões físicas e o isolamento do indivíduo da coletividade da qual faz parte e depende materialmente, por exemplo, quando estamos falando de indivíduos que compartilham uma moradia ocupada.

Outro erro que nos deparamos nas leituras de Gordon (2015) é sobre a influência de um número pequeno de pessoas sobre muitas outras como no exemplo do planejamento da retomada das ruas. As organizações políticas anarquistas não pairam no ar, por estarem inseridas em conflitos políticos a possibilidade de seus militantes serem presos, se ferirem ou serem assassinados é real. No anarquismo histórico as atividades clandestinas para levantar fundos para as organizações de massas e/ou autodefesa da classe trabalhadora, esteve em um debate constante para que não se distanciassem dos movimentos de massa reproduzindo assim uma concepção de vanguarda revolucionária que sequestra o poder político da classe oprimida.

Atualmente, nos deparamos com uma defesa anarquista de organizações estruturadas e rotinas na forma de se tomar decisões que se derivam da necessidade de adoção de esferas de decisão sobre tarefas específicas que estão embasadas em uma cultura de segurança que tem por objetivo garantir a integridade dos militantes e não militantes. Se por um lado, isso afirma que nem tudo será decidido por todos e todas de forma visível, por outro lado existe por parte dos anarquistas a defesa que essas esferas devem ser submetidas ao coletivo daquelas pessoas que irão executar a tarefa e que serão diretamente afetadas pelas ações e consequências.

O planejamento prévio de uma ação não é um garantia de sucesso e descentralização em vários núcleos de poder é uma das propostas do federalismo anarquista. Porém, outro elemento em debate pode ser encontrado em Murray Bookchin, que em sua crítica ao anarquismo comportamental afirma que estimular uma participação mais ampla de outros

setores sociais requer constituir níveis de confiança e solidariedades mútuas onde os processos de decisão não sejam exóticos aos participantes.

O erro de Gordon (2015) está em fazer uma contraposição entre espontaneidade e organização estruturada alicerçada em uma ideia que existe na organização anarquista federalista que nega a primeira. O anarquismo historicamente ao longo das suas cinco ondas não deixou de construir espaços onde o exercício da espontaneidade e a criação de laços de solidariedade fossem possíveis e desejados. Entretanto, ao valorizar positivamente a espontaneidade não significa para os anarquistas que indivíduos devam sobrepor sua liberdade de forma egoísta em práticas que chamamos de espontaneísmo.

A importância das experimentações anarquistas e autonomistas de sociabilidades, desejos e afetos que defendem organizações formalizadas e programáticas está orientada para o controle da sobreposição sobre prefiguração política e o projeto revolucionário, no qual umas das mediações é a necessidade de criar condições objetivas para que as relações libertárias possam vir a ser estendidas ao maior número de pessoas que queiram adotá-las.

As assembleias não são formas perfeitas, são espaços de decisão e educativos que potencializam o poder quanto capacidade, do poder de decidir com o outro e não pelo outro. Estar junto nos acampamentos e nos conflitos políticos, proporcionam uma troca de solidariedades mútuas entre anarquistas com pessoas que não estão organizadas, mas isso não significa dizer que as posições políticas vão ser menos conflituosas ou que as alternativas de redistribuição do recursos vão ser perfeitas.

Os processos estarão em curso e logo demandam respostas para lidar com contingências onde o poder como capacidade de realização não se basta por depender de distintas formas de buscar a articulação entre as diferenças necessárias para que o poder não se centralize naqueles que possuem mais recursos à disposição e em contraposição ao poder sobre presente nas instituições e na sua reprodução em menor escala no grupos horizontalistas.

Os problemas que acarretam a desarticulação das organizações horizontais e o isolamento delas em relação aos demais setores da sociedade não podem ser colocados na esteira de oposições binárias que supervalorizam os laços de afinidade e a decisão por consenso em detrimento da práxis militante das classes trabalhadoras do Sul Global, o que conduz ao erro de interpretação de ver o anarquismo sob um olhar eurocentrico e sem respostas práticas ao individualismo liberal.

2.2.8 Um debate Imaginário entre Antônio Gramsci e Camillo Berneri

O debate imaginário sobre o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci proveniente da sua filosofia da práxis e as críticas do seu compatriota anarquista Camillo Berneri ao marxismo e a Gramsci, considerado pelo intelectual anarquista como “um valente intelectual e tenaz militante” e “nosso adversário”⁸². A pertinência desse debate para os dias de hoje não é apenas porque vivenciaram um período glorioso de revoluções e lutas operárias, marcado também pela derrota do socialismo pelo nazifascismo e estalinismo, mas pela preocupação de ambos com a questão do “domínio” e “direção” de classe em um sentido mais amplo de transformação social.

Antônio Gramsci não é nem de longe um marxista que possa ser descrito como simpático aos anarquistas e anarcossindicalistas italianos de sua época. As referências mais conhecidas e citadas quando se fala de Gramsci em relação aos anarquistas são aquelas em que autor tece duras críticas aos seus adversários do campo socialista.

Em *O Socialismo e o Estado*, publicado no *L'Ordine Nuovo*, de 28 de junho a 5 de julho de 1919, Gramsci respondendo ao artigo *Em defesa da Anarquia* escrito pelo anarquista Conrado Quaglino e publicado na *For Ever*, na qual o seu compatriota o acusara a redação de *L'Ordine Nuovo* de estadolatria, escreveu:

o comunismo não é contra o "Estado" e até se opõe de maneira implacável aos inimigos do Estado, anarquistas e anarco-sindicalistas, e denuncia sua propaganda como utópica e perigosa para a revolução proletária. Um esquema pré-estabelecido foi construído, segundo o qual o socialismo seria uma "ponte" para a anarquia; é um preconceito infundado de uma hipoteca arbitrária futura. Na dialética das idéias, a anarquia é uma continuação do liberalismo, não do socialismo; Na dialética da história, a anarquia é expulsa do campo da realidade social junto com o liberalismo. Quanto mais a produção de bens materiais é industrializada e a concentração de capital corresponde a uma concentração de massas trabalhadoras, menos seguidores tem a idéia libertária. O movimento libertário se espalha mesmo onde prevalecem o artesanato e o feudalismo rural; Nas cidades industriais e no campo agrícola mecanizado, os anarquistas tendem a desaparecer como um movimento político, sobrevivendo como um fermento ideal. Nesse sentido, a idéia libertária ainda terá

⁸² Discurso de Camillo Berneri, 3 de maio de 1937 na Rádio CNT-FAI, em Barcelona, por ocasião da morte de Antonio Gramsci. Horas depois do discurso, Berneri e Francesco Barbieri foram presos por um grupo de doze policiais, seis deles policiais municipais e outros membros do Partido Socialista Unificado da Catalunha e da União Geral de Trabalhadores, no dia seguinte seus corpos foram encontrados cravados de balas. A motivação dos assassinatos teria sido o apoio de Berneri ao Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) acusado de traição pelo Partido Comunista Espanhol pelas jornadas de lutas em maio de 1937. In *Morte Di Antônio Gramsci* (discurso di Camillo Berneri – 3 maggio 1937). Disponível em: <https://bresciaanticapitalista.com/2017/04/27/camillo-berneri-discurso-in-morte-di-antonio-gramsci-3-maggio-1937/>. Consulta: maio de 2020.

uma certa margem para se desdobrar. Neste sentido, a ideia libertária terá uma tarefa a cumprir durante um certo tempo: ela continuará a tradição liberal na medida em que impôs e realizou conquistas humanas que não devem morrer com o capitalismo” (Escritos políticos, 2004, vol. 1, p. 252)

No mesmo artigo Gramsci afirma que toda tradição do liberalismo é contrária ao Estado:

A história política do capitalismo é caracterizada por uma luta contínua e violenta entre o cidadão e o Estado. O Parlamento é o órgão desta luta; e o Parlamento tende a absorver precisamente todas as funções do Estado, ou seja, suprimi-lo, privando-o de todo poder efetivo, uma vez que a legislação popular visa libertar órgãos e indivíduos locais de qualquer servidão e controle do poder central. Essa posição liberal entra na atividade geral do capitalismo, que tende a garantir condições de concorrência mais sólidas e garantidas. A competição é o inimigo mais forte do Estado. A própria idéia da Internacional é de origem liberal; Marx tira da escola de Cobden e da propaganda de livre comércio, mas faz isso criticamente. Os liberais são impotentes para realizar a paz e a Internacional nacional, porque a propriedade privada e nacional gera divisões, fronteiras, guerras, estados nacionais em permanente conflito entre eles. O Estado nacional é um órgão de competição; desaparecerá quando a concorrência for suprimida e um novo hábito econômico surgir da experiência concreta dos Estados socialistas. (GRAMSCI, 1919 p. 344).

Gramsci menciona no seu artigo Carlo Petri, pseudônimo do comunista libertário Pietro Carlo Mosso que fez parte da redação do jornal *L'Ordine Nuovo* e escrevia também para os jornais o jornal quinzenal *Volontà de Ancona* e *Umanità Nova de Milão*, como um anarquista que colocava o debate em um patamar superior e convida-o para trabalhar junto e reconhecer o Estado Socialista para evitar a necessidade deste impor a violência disciplinada e militar contra aqueles que poderiam levar “o corpo social a desintegração e a depravação” (GRAMSCI, 1919, p355).

O artigo escrito no fervor da Guerra Civil Russa ainda hoje pode servir para interpretações bem pouco produtivas, como as que afirmam que Gramsci considerava os anarquistas uma espécie de liberais que deveriam ser extintos, a interpretação mais adequada seria de que ele estava defendendo o papel do partido comunista na disputa pelo poder e o papel do Estado na transição para o comunismo defendida por Marx.

Em outro artigo publicado no *L'Ordine Nuovo*, em 13 de dezembro de 1921, sobre o congresso anarquista realizado naquele mesmo ano, Gramsci volta a mencionar os anarquistas, tece críticas ao sindicalismo e afirma que os anarquistas aprenderam com o

fascismo que comunistas também querem a abolição do Estado, sendo que:

Os anarquistas crêem poder alcançar este objetivo dando tiros de sal na cauda do abutre burguês; os comunistas ao contrário, querem dar à classe operária um fuzil modelo 91, para que seja empunhado enquanto o abutre e toda sua descendência não forem exterminados. A experiência fascista imprimiu rudemente na consciência operária a necessidade de um fuzil 91 (GRAMSCI, 2004, p. 99).

Gramsci aqui aparece exaltando outra vez a estratégia marxista, em detrimento à anarquista. A passagem pode ser compreendida pela crítica do autor ao sindicalismo e a necessidade do proletariado ir além do seu corporativismo. Nesse tempo, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário, táticas que privilegiavam a organização no local de trabalho, foi adotada pela maior parte dos anarquistas revolucionários⁸³.

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci fez poucas referências ao anarquismo de forma sistemática. Os nomes de Carlo Cafiero, Errico Malatesta, em especial sobre a Semana Vermelha de 1914 e Luigi Fabri são mencionados, porém, quase sempre associados ao sindicalismo.

Apesar de Gramsci não ter prestado a devida atenção às críticas de militantes anarquistas às limitações do sindicalismo, Carl Levy (2012) recorrendo ao estudo do jovem Gramsci, afirma que o autor possuía afinidades eletivas com os libertários.

Conforme o autor, o conceito de democracia industrial gramsciano foi moldado durante a era dos conselhos de fábrica em Turim debatendo com anarquistas e trabalhadores educados das fábricas da Fiat e outras. Além dessa primeira afirmação, o autor localiza outros seus artigos sobre o movimento cooperativo em Turim e na Itália, escritos em 1916, as concepções de prefiguração, ao qual ele utiliza como argumento para afirmar que as afinidades entre Gramsci e as ações libertárias não eram apenas táticas.

O autor explica que Gramsci, em sua fase pré-leninista (anterior a 1919) interage com a açãolibertária dos anarquistas, na mesma época que desenvolvia um estudo sobre a contribuição de Antonio Labriola ao marxismo. Em *Socialismo e cooperação*, 30 de outubro de 1916, publicado na revista *ACT- L'Alleanza Cooperativa* Gramsci deixa explícita sua

⁸³ A *Industrial Workers of the World* (Estados Unidos, Canadá, e posteriormente México, Chile e Japão) foi fundada em 1905; a *Confederación Nacional del Trabajo (Espanha)*, nasceu em Barcelona em 1910, em torno do sindicato *Solidaridad Obrera*. Na Itália a *Unione Italiana Sindacale* fundada, em 1912, direcionada pelo sindicalismo anarquista nasceu da ruptura com a *Confederazione Generale di Lavoro*, criada seis anos antes; no Brasil a Confederação Operária Brasileira foi fundada em 1906, após o I Congresso Operário Brasileiro, e seguia as linhas gerais do sindicalismo da I Internacional.

simpatia pela experiência do cooperativismo:

A objeção é pueril porque o socialismo não tem como meta resolver apenas o problema da distribuição dos produtos. A justificação moral de nosso esforço e da revolução que será determinada por ele é dada, ao contrário, precisamente pela certeza – adquirida pelo proletariado através da crítica aos atuais modos de produção – de que o coletivismo servirá para acelerar o ritmo da própria produção eliminando todas as causas artificiais que limitam sua eficiência. (GRAMSCI, 2004, p. 70)

A defesa de Gramsci das associações e instituições da classe trabalhadora não era produtivista, essas experiências possuíam um valor prefigurativo na constituição da hegemonia cultural que precede todas as grandes revoluções (LEVY, 2012). Lembrando que em Gramsci o entendimento da hegemonia cultural não deve se contrapor à hegemonia política, econômica, moral e intelectual. A “ filosofia da práxis concebe as realidades das relações humanas de conhecimento como elemento da hegemonia política” (GRAMSCI apud COSPITO, 2017, p. 365).

Segundo Levy (2012) as semelhanças entre Gramsci e Antonio Labriola (1843-1904) são enormes, não só por conceber a cultura como política⁸⁴, mas por suas experiências como intelectuais orgânicos. O apoio de Labriola ao Fasci Siciliani (um movimento social na Sicília na década de 1890) e de Gramsci aos movimentos de base na indústria de Turinense durante e logo após a Primeira Guerra Mundial, foram momentos em que ambos conseguiram trabalhar com os anarquistas proletários e depositar confiança em instituições da classe trabalhadora imersas no cotidiano, não diretamente controladas pelo partido socialista, para elevar as crenças populares a uma visão científica universal.

Segundo Levy (2012) embora Labriola conseguisse distinguir o anarquismo “razoável” de Errico Malatesta do anarquismo que o filósofo italiano qualificava como de terroristas e assassinos, Labriola nunca tomou a sério as premissas intelectuais anarquistas. A preocupação de Gramsci, tal como Labriola, era com o positivismo adotado na segunda internacional pelos social-democratas e bolcheviques e com o anarco-comunismo de Kropotkin. Isso fazia com que Gramsci tendesse a negar a validade intelectual de outros sistemas de socialismo, particularmente do anarquismo, ainda que não conseguisse aceitar um

⁸⁴ A influência da filosofia de Labriola sobre Gramsci no debate sobre as cooperativas e depois sua reavaliação inicial do *Risorgimento* possui uma justificativa, além de Labriola desenvolver na sua geração o marxismo como filosofia da práxis, para Gramsci ele representava o vínculo intelectual entre os pensadores e escritores do "direito histórico", Spaventa e De Sanctis, e o movimento socialista moderno (LEVY, 2012).

movimento social dogmático ou ditatorial.

Enquanto isso, as preocupações de Berneri relacionadas à conjuntura do período visava oferecer ao anarquismo uma análise crítica sobre o que ele considerava problemas latentes no movimento. Gramsci e Berneri (além de outros anarquistas já mencionados) compartilham as mesmas considerações sobre a importância da cultura na política e o papel dos intelectuais da burguesia, do clero etc., e das instituições na reprodução da dominação.

Segundo d'Errico (2007), Berneri foi um severo crítico das insuficiências teóricas presentes na propaganda anarquista do que chamou de obrerolatria, um vício entre as esquerdas que se manifestava em uma idealização e exaltação de uma suposta cultura proletária. O anarquista italiano ao longo da sua vida vai se contrapor a qualquer forma de elitismo e aquilo que considerava como uma demagogia do nacional-popular: a retórica socialista de uma alma e “cultura proletária”.

Para Berneri a obrerolatria era terrivelmente não-educativa e os comunistas, segundo ele, contribuía mais do que qualquer outro partido de vanguarda para a sua perpetuação. Por definição o proletariado para Berneri é composto de pessoas ignorantes cuja cultura é necessariamente muito limitada, forjada na cotidianidade massacrante no ofício que exercem e nas leituras que fazem do que lhes chega às mãos, e um atraso a respeito ao progresso da filosofia, da ciência e da arte [...] (BERNERI, 1934 apud D'ERRICO, 2007, p 237).

Reconhecendo que os “Sábios, escritores, artistas burgueses nos deram obras de importância emancipatória; na mudança intelectual que proletários dizer que cozinhar pratos muitas vezes indigestos” (BERNERI, 1934 apud D'ERRICO, 2007, p 237). Berneri afirma que em primeiro lugar e acima de tudo, o que o proletariado exige é uma participação mais ampla na cultura, “como uma das riquezas das quais não deseja mais ser privada”. Dado que para ele a verdadeira cultura é uma simbiose entre a cultura burguesa e semiburguesa. Por isso, os socialistas deveriam manter a sua tradição de exigir a educação integral e o autodidatismo.

Para o anarquista italiano os operários autodidatas, como Rudolf Rocker, eram tratados como seres exóticos no meio intelectual e os mais destacados intelectuais anarquistas de Godwin a Bakunin, de Kropotkin a Cafiero, de Mella a Faurè, de Covelli a Malatesta, de Fabbri a Galleani, de Gori a Voltairine de Clery, saídos de um meio aristocrático não abandonaram a ideologia e os sentimentos da pequena burguesia. Berneri (2007) reconhece que o proletariado industrial era sem dúvida uma força social importante, mas não podia ser visto de forma homogênea, as “demagogias alegóricas sobre a multidão, escondem verdades essenciais para a emancipação real” (BERNERI apud D'ERRICO, 2007, p 237). O operário

ideal existe no marxismo e anarquismo como um personagem mítico⁸⁵.

O corporativismo dos operários estadunidenses e neozelandeses continha fortes doses de xenofobia, onde as petições operárias em defesa das barreiras comerciais à importações privilegiavam a burguesia nacional e as políticas de anti-imigração de trabalhadores demonstravam o caráter utilitário da tosca mentalidade instrumental presente no proletariado industrial.

Em relação à prática emancipatória a cultura deve ser pensada em seu sentido mais amplo, não como pura; os mitos, conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, podem ser emancipadores, por meio da educação moral, ética, científica, política etc. das classes subalternas, sem exaltação e/ou divinização da natureza humana presente no anarquismo e no marxismo.

Bernerri com suas críticas ao mito operário acusa o anarquismo italiano de ter um dogmático apego ao operariado industrial. Ele não está fazendo uma revisão do anarquismo, e sim afinado com Bakunin, reafirmando a condição de sujeito revolucionário do proletariado esfarrapado e camponeses, como agentes legítimos da revolução.

Em 20 de novembro de 1922, na *Pagine Libertarie*, publicada em Milão, Bernerri defende que os anarquistas devem adquirir uma *consciência de partido*, algo que vai além da exaltação da propaganda, que tomaria corpo em um programa mínimo. Para o militante anarquista havia chegado a hora de tomar “consciência política no sentido que não temos consciência dos problemas atuais e continuamos difundindo soluções adquiridas em nossa literatura de propaganda [...]” (BERNERI, 2015, p. 20).

A crítica do anarquista italiano é ampla, se referindo à falta delas nas reedições dos “*escritos dos mestres*” feitas por quem tenta “manter em pé o próprio palanque em vez de empurrar o movimento a sair do já pensado para se esforçar na crítica, no que está por se pensar”, aos polemistas que tentem engarrafar o adversário em vez de buscar a verdade [...]. Para ele “estava na hora de acabar com os farmacêuticos das formulinhas complicadas que não veem mais além de seus tarros cheios de fumo [...]” (BERNERI, 2015, p 23-24).

Para Bernerri (2007) os anarquistas não deveriam abrir mão dos seus princípios ideológicos como norte para ação política, nem reduzir o anarquismo a uma crítica social do tempo presente. Nesse sentido um programa mínimo deveria ser adotado para servir de orientação aos militantes, mas com o cuidado de evitar transformá-lo em um “livro sagrado”

⁸⁵ Bernerri também se opõe ao que chamou de certas atitudes nietzscheanas de anarquistas individualistas, anti-organizacionais, antissindicalistas, que usavam de uma linguagem em prol do obreirismo, mas que, nunca limpavam “os calçados do proletariado 'evoluído e consciente', nem mesmo nas eleições” (D'ERRICO, 2007, p. 240).

extenso e detalhado onde se buscaria as soluções para todos os males.

A concepção de partido anarquista de Malatesta é defendida por Berneri, porém a concepção malestiana não pode ser confundida com um partido dentro da ordem institucional em sua disputa pela conquista e manutenção do poder do Estado, e sim como a defesa de um nível de organização forte, livre associada sob princípios comuns, sem hierarquizações ou centralismos “burocráticos”, como diria Gramsci.

O partido anarquista como definido por Malatesta (2014) é um:

[...] o conjunto dos indivíduos que têm um objetivo em comum e se esforçam para alcançá-lo, é natural que se entendam, unam suas forças, compartilhem o trabalho e tomem todas as medidas adequadas para desempenhar esta tarefa. (...) daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por consequência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer (MALATESTA, 2014, p 110).

Nesse mesmo sentido o papel do partido é influenciar as massas na luta ombro a ombro, e não colocá-las a serviço do anarquismo. A proposta de um partido anarquista estava diretamente ligada ao dualismo organizacional proposto por Bakunin e outros da Aliança da Democracia Socialista, onde o revolucionário russo afirmava que os/as anarquistas devem se organizar quanto anarquistas em suas organizações, ao mesmo tempo, atuar em movimentos e lutas mais amplas, em uma espécie de ginástica revolucionária.

A maioria das organizações anarquistas na atualidade não são de orientação especificista e plataformista, como a Coordenação Anarquista Brasileira, a Federação Anarquista Uruguaia. Ambas têm por base os laços programáticos, o dualismo organizacional e o compromisso militante, mas não usam com tanta frequência o termo partido pelo peso institucional que ele carrega associado às eleições.

O federalismo anarquista, um dos princípios organizacionais mais importantes para ação libertária diante da centralização estatal, é definido como uma proposta de associações livres de fábrica, comunas e organizações comunitárias etc., organizadas de baixo para cima, compondo uma divisão organizacional da sociedade para o pleno exercício do apoio mútuo e da solidariedade.

Conforme Carlo De Maria (2007), Berneri seguiu a tradição que remete a Proudhon, Cattaneo, Ferrari e Salvemini, em sua defesa do projeto de máxima autonomia material e espiritual para os indivíduos e grupos em contraposição às pretensões morais estatais e os

abstratos interesses gerais. Em conformidade com o autor a autonomia era compreendida por Berneri no sentido etimológico da palavra, como a capacidade de se reger com normas próprias. Decorrendo daí a autonomia espiritual, o direito à heresia e a diversidade.

Segundo o autor a autonomia para Berneri era em primeiro lugar um discurso de liberdade e de proteção das minorias. O revolucionário italiano acrescentou à proposta de federalismo político-territorial de Carlo Cattaneo e Salvemini, o problema da representação dos interesses, que direcionava da organização sindical, aos conselhos de fábrica, passando assim ao federalismo social. “[...] Ele era, por assim dizer, um "federalismo como um todo" (DE MARIA, 2007 apud D'ERRICO, 2007, p. 109).

O federalismo anarquista de Berneri possui como característica a defesa do anarcossindicalismo, do municipalismo libertário e da democracia direta como forma organizacional. A organização no local de trabalho e moradia deveriam constituir-se em estratégia revolucionária e pós-revolucionária em consonância com a democracia direta como um modo de se fortalecer as forças sociais de transformação da sociedade presentes na sociedade civil, superando a dicotomia proletariado/burguesa, que além de não dar conta de problemas de decisões políticas mais amplas, não atraía e até mesmo inviabilizava a participação das camadas médias compostas por trabalhadores educados.

As propostas de Berneri não eram inéditas ou incomuns ao período, levando-se em conta que os debates sobre síntese e plataforma anarquista a partir da segunda metade dos anos 1920 e nas décadas posteriores, assumiriam uma forte dose de pragmatismo para traçar suas estratégias e táticas para intervir na realidade sem abrir mão das concepções balizares da ideologia anarquista.

O cerne da discordância de Camillo Beneri com seu compatriota marxista, Antonio Gramsci, se concentra nas críticas à centralização do poder nas mãos do Estado, partido e/ou vanguarda rejeitada pelos anarquistas desde a I Internacional, a partir do debate entre federalistas e centralistas já mencionado.

Em Gramsci, o significado de hegemonia como explica Cospito (2017):

Oscila em um sentido mais restrito de “direção” em oposição a “domínio”, e um mais amplo e compreensivo de ambos. Com efeito ele (Gramsci) escreve que uma classe é dominante dos dois modos, isto é, é dirigente [...] as classes aliadas [...] e dominante as classes adversárias. (COSPITO, 2017. p. 366).

A hegemonia não opera apenas na estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também no modo de pensar, de conhecer e sentir (GRUPPI, 2000). A superação da hegemonia da burguesia só poderia ocorrer com a construção de outra hegemonia, onde o proletariado exercesse a direção moral, intelectual e política no sentido de direcionar as classes subalternas e o domínio sobre a burguesia e seus aliados.

Nesse sentido a hegemonia “proletária” realiza-se na sociedade civil na perspectiva de absorver o Estado nas suas funções administrativas e diretivas colocando-o sob uma nova forma de governabilidade em direção ao que Gramsci denominou como sociedade regulada.

Na doutrina do Estado X Sociedade regulada, de uma fase que o Estado será igual a governo, e de Estado se identificará com sociedade civil, dever-se-á passar a uma fase Estado-guarda-noturno, isto é, de uma organização coercitiva que protegerá os elementos de sociedade regulada em continuo incremento em que, portanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas, até uma era de liberdade orgânica (GRAMSCI, 1988 apud COSPITO, 2017, p. 366).

Beneri (2007) afirma que a sociedade civil não pode identificar-se com o Estado, isto é, os anarquistas não deveriam compreendê-lo apenas como uma fase transitória, mas investir todas suas forças para que a sociedade civil compreendesse sua alteridade em relação ao Estado. Nesse sentido em defesa do federalismo, Beneri propõe a seguinte linha de raciocínio:

Que a participação direta dos cidadãos na vida administrativa do país contribui para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas capacidades civis, é hoje admitida por muitos. Mas há poucos que acreditam na possibilidade de um sistema autonomista tão descentralizado a ponto de colocar o cidadão na posição de administrador de si mesmo (BERNERI, 1936, apud D'ERRICO, 2007, p. 546).

Para Beneri é possível e desejável a descentralização das esferas de decisão por meio do federalismo municipalista. Nesse sentido Beneri concorda com Gramsci, que o abstencionismo eleitoral às assembleias populares, operárias e municipais seria como um típico “cretinismo anarquista”, já que a participação é um instrumento da máxima liberdade, e não existe liberdade sem instrumentos de decisão ao alcance de todos (BERNERI, 2015, 2007).

O Estado, segundo Berneri (1936-1937)⁸⁶, *não é apenas o juiz, o ministro*. É também a burocracia, *potent*, muito mais que governos, que persiste para além de governos.

O Estado fascista é na atualidade algo mais complexo que um órgão de polícia e que um gerente dos interesses burgueses, porque ligado por um cordão umbilical ao conjunto dos quadros políticos e corporativos tem interesses próprios, nem sempre e nunca inteiramente coincidentes com a classe que tem levado o fascismo ao poder, e a quem o fascismo serve para conservar o poder (BERNERI, 1936, -1937).

Segundo Berneri (1936-1937) Marx, Engels e Lênin haviam enfrentado fases do Estado em que jogo democrático era inexistente e, apesar de identificarem o Estado com o governo, e frente a eles antepõem um “sistema em que o governo dos homens será substituído pela administração das coisas” (BERNERI, 1936,-1937), sistema que para Proudhon constitui a anarquia (BERNERI, 1936-1937), mas eram idealistas em suas teorias sobre a origem e desaparecimento do Estado, acreditavam na fábula de que “as classes desaparecerão de um modo tão inevitável como um dia surgiram, com as classes desaparecerá assim mesmo o Estado”(BERNERI, 1936, -1937).

Engels retoma a filosofia do direito natural de Hobbes, cuja terminologia adota, substituindo somente a necessidade de domesticar o *homo homini lupus*, pela necessidade de regular o conflito entre as classes. O Estado teria surgido, segundo Marx e Engels, quando já haviam se formado as classes e sua função é ser um órgão de classe. Arturo Labriola (Mais além do capitalismo e do socialismo, Paris, 1931) expressa sobre este ponto: “Estes problemas das ‘origens’ são sempre muito complexos. O bom senso aconselharia lançar sobre eles alguma luz e reordenar os materiais que lhes dizem respeito, sem nunca conseguir chegar ao fim. A ideia de possuir uma teoria das “origens” do Estado é meramente fabulosa. Tudo o que pode se pretender é indicar alguns elementos que na ordem histórica provavelmente tenham contribuído a gerar o fato. Que surja das classes ou tenha com elas uma relação é evidente, mas se deve recordar as funções predominantes que o Estado teve no nascimento do capitalismo. Segundo Labriola, o estudo científico da gênese do capitalismo “confere um caráter de realismo, verdadeiramente insuspeito à tese anarquista sobre a abolição do Estado”. Ademais: “Parece com efeito muito mais provável a extinção do capitalismo como efeito da desaparecimento do Estado, que a extinção do Estado como consequência da desaparecimento do capitalismo. Isto resulta evidente dos estudos dos mesmos marxistas, quando se trata de estudos sérios como de Paul Louis Le travail dans le monde romain (Paris, 1912). Deste livro surge claramente que a classe capitalista romana se formou como um parasita do Estado e protegida por ele. Dos generais saqueadores aos governadores, dos agentes de impostos as famílias de tesoureiros (*argentari*), dos empregados de aduana aos abastecedores do exército, a burguesia romana se criou mediante a guerra, o

⁸⁶ BERNERI, Camillo. **Marxismo, Classes e Estado**. 1936-1937. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/camilo-berneri-marxismo-classes-e-estado>. Acesso em Consulta: 10 jun.2018.

intervencionismo estatal na economia, a fiscalização estatal, etc. muito mais que de outro modo (BERNERI, 1936, -1937).

Para Berneri, Antonio Labriola, Paul Louis e Kropotkin que nos seus estudos haviam avançado muito mais nessa discussão, demonstrando que a destruição do Estado é uma condição *sine qua non* para a desaparecimento das classes e para a irreversibilidade dessa desaparecimento. A confirmação da precisão das teses anarquistas sobre o Estado gerador do capitalismo estava dada, segundo Berneri, na Rússia, onde o socialismo de Estado favoreceu o surgimento de novas classes. Para ele “os marxistas querem preparar o proletariado para a revolução utilizando em seu proveito o Estado moderno, [...] o jacobinismo leninismo, presentes também no parlamentarista e no ministerialismo social-reformista e no socialismo de Estado Bolchevique” (BERNERI, 1936-1937).

Beneri em *Per un programma d'azione comunalista* publicado em 1926⁸⁷ desenvolve sua hipótese de núcleo de iniciativa e estabilidade revolucionária baseado na ideia de que o município deve ser o espaço de coordenação dos conselhos (fábrica, habitação, consumo, etc.) e sua administração resultante da eleição de delegados técnicos e não-políticos. O controle parte dos cidadãos dos quadros técnicos visava, entre outras coisas, garantir a manutenção de atividades complexas e que o autogoverno não fosse suprimido pelos interesses corporativos dos técnicos em um “Estado” anarquista.

Enquanto Gramsci afirma o importante papel do partido e dos intelectuais na construção da hegemonia fazendo uma crítica mordaz ao sindicalismo, a proposta de Berneri rejeita a organização do partido sob a forma comunista, incitando a organização da classe trabalhadora no local de trabalho e moradia. Porém sua defesa do anarcossindicalismo, não diz respeito apenas a sua descrença nos partidos; ele vê no anarcossindicalismo a possibilidade de purificação do anarquismo em relação ao esnobismo, nihilismo e individualismo desesperado presentes entre os anarquistas.

Segundo Stefano d’Errico (2007) a proposta de Berneri, o municipalismo federalista, estreita o percurso da construção de uma hegemonia de uma forma mais democrática e autônoma que em Gramsci. A hegemonia da sociedade civil seria conquistada pelas instituições da sociedade civil em suas funções antiestatais, não dependendo assim do partido (que tem por objetivo a manutenção e conquista do Estado), mas sim do jogo político nas esferas de decisão orientadas pela democracia direta.

⁸⁷ BERNERI, Camillo. **Per un programma d'azione comunalista**. Disponível em: <https://forum.termometropolitico.it/479113-per-un-programma-d-azione-comunalista-c-berneri.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

O autogoverno não estaria assim subordinado a nenhum outro poder na fase de transição para o comunismo, mas elaborando no presente, instrumentos de autogestão popular capazes de expressar uma postura prático-política para substituir o Estado no aqui e agora.

Em Berneri a cultura de autogestão em ação, não ignoraria o papel dos intelectuais como organizadores da cultura e o compromisso de se fazer críticas a ela para desvelar as simulações e disfarces do domínio. Além disso, exaltou a autoeducação como tática para as classes subalternas, pois a autogestão é sinônimo de criação de instrumentos que progressivamente afirmam as potencialidades do corpo social e de autogoverno reafirmando a autonomia.

O revolucionário italiano tinha uma preocupação bastante forte com o corpo de trabalhadores especializados pertencentes a pequena burguesia e classes médias. Para Berneri eles deveriam ser, acima de tudo, convencidos e controlados para que não se afastassem do projeto revolucionário, por isso sua proposta de que certas funções técnicas deveriam passar por processos de escolha de delegados contemplando um certo nível de representação indireta.

Para Berneri os trabalhadores delegariam aos seus parceiros mandatos sempre revogáveis e controlados para funções que exigem habilidades eminentemente técnicas “ porque confiam neles e permanecem entre eles e com eles; portanto a delegação não é apenas política porque é técnica e supercontrolada, mas também política porque é aceita (e possível) somente se estiver ligada a uma práxis da democracia direta” (D'ERRICO, 2007, p. 176-177).

A preocupação de Berneri com os quadros técnicos nos parece bastante instrutiva para responder as preocupações de Max Weber sobre a relação entre crescimento e complexidade das atividades estatais e industriais e o aumento da necessidade quadro do burocrático. Se Weber era um liberal assustado com a possibilidade da burocracia suprimir a democracia burguesa, Berneri não se intimida e resgata a tradição democrata socialista da comuna de Paris e dos soviets, em sua proposta de federalismo municipalista trazendo a democracia direta associada ao federalismo na organização no local de trabalho e moradia.

O debate de qual melhor estratégia organizacional para se chegar a uma sociedade libertária não deixou de existir no anarquismo entre os anos 1930 e 1970, contudo a proposta de um municipalismo libertário, federalista e com democracia direta que encontramos em Berneri, vai ganhar uma maior visibilidade com Murray Bookchin após os anos 1970. A intenção aqui não é encerrar o debate sobre qual o melhor espaço de organização da classe trabalhadora, mas aproveitar o gancho para trazer para o debate as contribuições de Bookchin ao anarquismo sobre usos das tecnologias relacionadas à autogestão e a ecologia social⁸⁸.

⁸⁸ O debate de Bookchin sobre as questões mencionadas serão apresentadas ao longo do capítulo.

2.2.9 Autogestão: novas tecnologias, autonomia e o anarquismo pós-escassez

Murray Boockhin em *Listen, Marxism!* Publicado em 1969, afirma algo bastante relevante para o atual debate atual sobre a centralização do poder, o processo de transição revolucionária e as diferenças entre anarquistas e marxistas. Para o veterano militante estadunidense, Bakunin, Malatesta e Kropotkin desejavam a mesma coisa que Karl Marx quando este fala do comunismo, mas os três teóricos desconfiavam da proposta de Marx e seus seguidores em relação ao processo de transição, o papel do partido e do Estado nesse processo.

Para Boockhin os fracassos das revoluções passadas deveram -se à escassez de recursos disponíveis durante os processos revolucionários, sendo que no estágio atual do desenvolvimento científico-tecnológico existem possibilidades de uso da ciência e da tecnologia em prol da emancipação humana.

Os argumentos do autor serão desenvolvidos em outras obras e são críticos às interpretações orientadas por uma suposta neutralidade da ciência, as leituras anarquistas que tendiam tanto à supervalorização, quanto a negação da ciência e tecnologia. Para o autor as possibilidades da emancipação deveriam ser desenvolvidas a partir de esquemas teóricos capazes de interpretar as novas possibilidades sociais, que se abrem hoje à humanidade utilizando de uma sensibilidade capaz de articular a lógica social a um determinado quadro técnico e científico.

Voltando ao artigo publicado em 1969, ao se referir às duas grandes tradições socialistas, o anarquismo e marxismo, ele afirma que:

As revoluções sociais não são feitas por partidos, grupos ou quadros, elas ocorrem como resultado de profundas forças históricas e contradições que ativam grandes setores da população. Elas ocorrem não apenas porque as "massas" consideram a sociedade existente intolerável (como argumentou Trotsky), mas também por causa da tensão entre o real e o possível, entre o que é e o que poderia ser. A miséria desprezível por si só não produz revoluções; mais frequentemente do que não, produz uma desmoralização sem objetivo, ou pior, uma luta privada e personalizada para sobreviver. (BOOKCHIN, 1969,).

Na citação abaixo o autor pergunta aos revolucionários marxistas:

O centralismo foi absolutamente necessário para os avanços tecnológicos do passado? O estado-nação era indispensável para a expansão do comércio? O movimento dos trabalhadores se beneficiou pelo surgimento de empresas econômicas altamente centralizadas e do estado "indivisível"? (BOOKCHIN, 1969).

O argumento de Bookchin (1969), é que Marx e Engels não eram centralistas porque acreditavam nas virtudes do centralismo em si, a origem do centralismo marxista está relacionada ao que os pais do marxismo acreditavam ser uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento da indústria moderna e do capitalismo.

Por isso, o centralismo de Marx e Engels não foi engendrado por qualquer mística centralista, “mas pelos eventos do período em que viviam - o desenvolvimento da tecnologia, do comércio, de uma classe trabalhadora unificada e do Estado nacional” (BOOKCHIN, 1969). Tanto que Marx também faz elogios sinceros à Comuna de Paris, como um modelo de unidade de nação.

Bakunin, Kropotkin e Malatesta como, bem observou o autor, nunca dispensaram a necessidade da organização, não eram ingênuos em acreditar que o comunismo seria atingido sem um processo de transição, tampouco acreditavam que a abolição do Estado envolvia o abandono das armas, a substituição das milícias armadas por exércitos profissionais e a substituição de órgãos de autogestão por órgãos parlamentares.

Contudo precisamos trazer o debate para um quadro mais geral sobre a definição de autogestão no anarquismo hoje. Não apenas pela discussão sobre os espaços estratégicos para organização anarquista ao longo do desenvolvimento histórico possuir uma variação enorme, da organização por lugar de trabalho do anarcossindicalismo, sindicalismo revolucionário, cooperativas no lugar de moradia, ou mesclando ambos, como na proposta de Camillo Berneri nos anos 1930, onde o federalismo municipalista autogestionário era combinado com o anarcossindicalismo como o municipalismo libertário proposto do Bookchin com sua mistura explosiva de anarquismo e ecologia social, mas principalmente por ser a autogestão conceito central no anarquismo.

A autogestão definida como a administração da sociedade por si mesma, em contraposição a uma sociedade cujo poder que está acima dela (heterogestão), além de expressar o caráter mais forte de descentralização do poder e da supressão de todas as formas de alienação política, segundo Mendez e Vallota (2011) para os anarquistas é concebida como um projeto e movimento.

A organização dos explorados e oprimidos de acordo com seus próprios interesses e a

partir dessa perspectiva é a proposta de construção do anarquismo, não se resume à produção, distribuição e uso de bens e serviços, mas abrange todos os espaços onde o indivíduo se relaciona coletivamente. Nesse mesmo sentido como esclarecem Mendez e Vallota (2011) e Albert (2004) no anarquismo a estrutura e funcionamento da autogestão é fruto dos desejos, do pensamento e ação dos membros do grupo envolvido (em uma fábrica, em um trabalho específico, escola ou na sociedade inteira), na qual as suas modalidades vão variar correspondendo as particularidades dos espaços que a autogestão vai ser aplicada.

Bookchin (1994) em seu conceito de ecologia social esclarece que uma sociedade ecológica só é possível sem hierarquias e sem classes em que a concepção de dominação da natureza seja eliminada. Por isso, uma nova política libertária implica na criação de uma esfera pública "de base" extremamente participativa, na cidade, no campo, nas aldeias e bairros (BOOKCHIN, 1994).

Para o militante estadunidense o capitalismo provocou tanto a destruição dos vínculos comunitários como do mundo natural, em ambos, [...] “encontramos-nos face à simplificação das relações humanas e não humanas, à sua redução a formas interativas e comunitárias elementares” (BOOKCHIN, 1994). Por isso, os militantes deveriam direcionar a militância para “onde existam ainda laços comunitários e onde - mesmo nas grandes cidades - possam nascer interesses comuns, esses devem ser cultivados e desenvolvidos” (BOOKCHIN, 1994).

Em Bookchin (1985) a autogestão está associada à questão do desenvolvimento técnico, no entanto algumas das interpretações sobre a técnica entre os anarquistas têm deixado a desejar: no movimento operário por considerar a fábrica como um espaço privilegiado de ação e educação política, nas correntes primitivistas por negar a importância da tecnologia nos processos de emancipação.

Para o autor, ainda que não possamos negar a sua influência e até o seu indispensável contributo na criação das instituições sociais e das atitudes culturais, a partir do momento em que questionamos os problemas relacionados ao seu uso e desenvolvimento, nos deparamos com um número considerável de paradoxos, que não serão resolvidos com mero exercício de retórica ou pela fórmula moral mais conhecida.

O fato de que a autogestão ter ganho um sentido altamente economicista, como se fosse um sinônimo de "controle operário", "democracia industrial", "participação dos trabalhadores", paradoxalmente coloca o “termo auto, enquanto prefixo, e a palavra gestão torna-se, no plano das ideias e dos sentidos, como se fossem opostas uma a outra” (BOOKCHIN, 1985, p.2). Essa ideia de “gestão tende a apagar a idéia de autonomia” (BOOKCHIN, 1985, p.2).

Para o autor a influência dos valores tecnocráticos sobre a autogestão, um conceito fundamental para administração libertária da vida e da sociedade, foi preterida a favor de uma estratégia de gestão eficaz e rentável, [...] “a ideia de autogestão é cada vez mais tida em conta, mesmo pelos sindicalistas mais decididos, não por motivos de autonomia pessoal, mas por razões de funcionalidade econômica” (BOOCKHIN, 1985, p.2).

Esse paradoxo nos leva a pensar que “o pequeno é bonito”, não porque podemos obter com autogestão uma sociedade em escala humana, que cada um possa controlar, mas porque economizaremos energia. A autonomia e a autogestão pensadas como componentes de uma sociedade industrial se resumem em atitudes mais aptas a resolverem problemas econômicos e técnicos, mas não dão conta de resolver os problemas morais e sociais.

A concepção de autonomia em Boockhin (1985) tem origem na tradição helênica de autonomia intimamente relacionada à ideia de governo social, ou seja, na capacidade do indivíduo participar diretamente da sociedade em que vive, antes mesmo de se ocupar de suas atividades econômicas, com efeito, o *oikos* (*gestão da casa*) era considerado uma atividade inferior, ainda que necessária, no interior da polis. Sua leitura é que ideia de autonomia (*selfhood*) estaria mais associada ao poder do indivíduo no seio da comunidade do que propriamente à gestão da existência material. No entanto, a possibilidade de exercer poder social e dessa forma adquirir uma individualidade, pressupõe uma liberdade material adquirida pela boa gestão do meio e recursos materiais.

A partir do momento em que as condições básicas estavam asseguradas, segundo o autor, se exigia mais do que os homens de nossa época possam considerar. Em primeiro lugar, por que a noção de *selfhood* implicava no reconhecimento da competência do indivíduo, tendo em vista que autonomia/autogoverno se tornaria uma palavra vazia se os membros da *pólis*, no seu conjunto, não fossem eles próprios, capazes de si mesmos, assegurarem a responsabilidade do governo.

Para Bookchin (1985), a educação orientada pelo princípio de competência individual, da inteligência e, sobretudo, da retidão cívica e moral, possui um papel importante nesse processo. No fim das contas, era só na *ecclesia* ateniense, uma espécie de assembleia popular de cidadãos, que se reunia pelo menos quarenta vezes por ano, que se podia testar essa capacidade educativa, porque *Ágora* era a verdadeira escola.

Para Boockhin :

[...] é quase um absurdo, de natureza etimológica, pretender dissociar o prefixo "auto" da capacidade de exercer um controle pessoal sobre a vida social, sem seu significado ético, as suas implicações de natureza pessoal moral, a autonomia arrisca-se a dissolver-se numa espécie de individualismo e em um egoísmo da personalidade humana que emerge à superfície da sociedade burguesa como os resíduos das operações industriais. (BOOCKHIN, 1985, p. 4).

Para autogestão ser outra coisa, que além de mero gerenciamento administrativo das técnicas existentes e para o trabalho se tornar uma atividade lúdica e criativa, o autor defende a posição de que os movimentos libertários lidem com a tecnologia de uma forma muito idêntica, e num contexto ético semelhante àquela utilizada pelos grupos antinucleares, na sua relação com os recursos energéticos.

Para ele não é importante saber se uma pequena cooperativa alimentar pode substituir um supermercado, se um pomar comunitário tem ou não capacidade para suplantar uma empresa agrícola industrial ou se um moinho de vento pode porventura produzir tanto como uma central nuclear. O mais importante é saber se essas tecnologias estão, de certo modo, proporcionando o ressurgimento de uma capacidade de autodeterminação pessoal, inacessível às coisas maximizadas, e ainda que o ressurgimento de um sentimento de auto competência, que em geral é negado ao cidadão comum.

A imagem da cidade enquanto fábrica, amplamente divulgada, já foi tão longe, que as formas técnicas e institucionais alternativas têm também de ser suficientemente radicais e profundas. Por isso, se faz necessário ir aos bairros, nos movimentos feministas e ecologistas e estar perto de todos aqueles que tenham já adquirido uma autonomia pessoal, cultural, sexual e cívica, onde é possível se encontrar novas formas de sensibilidade, competência e consciência e aprender com eles.

As considerações de Bookchin sobre as novas tecnologias, autonomia e conceito amplo de autogestão como projeto e movimento segue uma longa tradição socialista libertária desde o século XIX que deposita nas mãos das classes oprimidas e exploradas organizadas de forma federalista e autogestionadas o seu próprio destino. Porém precisamos explorar um pouco mais a concepção de classe no anarquismo, não apenas para compreendermos a razão da ideologia anarquista ser simultaneamente anticapitalista e antiestatal, mas também, para localizar na sociedade quem é no anarquismo o sujeito revolucionário, afastando-se da ideia que o anarquismo está falando do proletariado clássico.

2.2.10 Concepção de classe no anarquismo e seu sujeito revolucionário

A concepção de classes sociais no anarquismo como observaram Michael Schmidt e Lucien van der Walt (2009) é intrinsecamente feita a partir da leitura materialista histórica sobre a dominação, que não está restrita à esfera da economia, mas possui uma ênfase na luta de classes como um aspecto necessário para a transformação social.

Em Bakunin as classes sociais do seu tempo, a aristocracia nobiliária, a aristocracia financeira, a alta burguesia, a pequena burguesia, os proletários das fábricas e das cidades, os grandes proprietários de terra, os rendeiros, os camponeses, os fazendeiros, os proletários do campo, eram concretas, não podendo ser divididas em apenas duas categorias (proletariado e burguesia). Para Bakunin as oposições de classes diametralmente opostas umas às outras, e inimigas naturais, divididas de um lado por todos os privilegiados tanto de terra quanto do capital, ou somente pela educação burguesa, e do outro lado, pelas classes deserdadas tanto do capital quanto da terra, e privadas de qualquer educação e de qualquer instrução.

Proudhon que na sua análise sobre a propriedade identificava a força como elemento chave para existência das desigualdades e governos, não está distante da crítica ao Estado de Piotr Kropotkin (2005) que no seu livro *Palavras de um Revoltado* diz que a missão de todos os governos, monárquicos, constitucionais e republicanos, é proteger e manter pela força os privilégios das classes dominantes, aristocracia, clero e burguesia.

Nessa perspectiva como disseram Schmidt e van der Walt, o conceito de classe:

não diz respeito apenas às relações de produção, mas também às relações de dominação, não apenas à propriedade dos meios de produção, mas também à propriedade dos meios de coerção – a capacidade de forçar fisicamente as decisões – e dos meios de administração – os instrumentos que governam a sociedade. Vista desta maneira, a propriedade desigual dos meios de produção constitui uma descrição necessária, mas não suficiente de um sistema de classes (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p. 109).

A divisão da sociedade entre opressores e oprimidos define a dominação como uma relação centralizada de poder que tende a cristalizar-se impondo-se como uma ordem natural e/ou legítima agindo nas esferas da economia, política e cultura, de forma inter-relacionadas.

No que diz respeito às diferenças entre as duas tradições socialistas, elencam-se as

diferentes concepções de Estado e respectivas funções, as estratégias de transformação revolucionárias centro/periferia, e as concepções de classismo e internacionalismo. Nesse sentido destacam-se os dois problemas relativos à concepção que enfatiza o papel do proletariado industrial como sujeito revolucionário.

O primeiro está relacionado à incursão de Bakunin pela Itália onde ele observou a identificação do proletariado industrial com a burguesia, mais do que com os setores do proletariado ou marginais, algo que faz que o revolucionário russo colocasse o chamado *proletariado esfarrapado* como um sujeito mais perigoso à burguesia que o proletariado aburguesado. Mais do que isso, ao trazer à cena a um conjunto de atores na cidade e no campo marginalizados pela dominação econômica, política e cultural acaba por localizar o lumpemproletariado, como um sujeito potencialmente revolucionário, algo que será desenvolvido pelo anarquismo.

O segundo problema está relacionado à associação do marxismo com o nacionalismo nunca bem resolvida, algo que em últimas consequências, segundo João Bernardo (2017) orientou para um desenvolvimento de um comunismo nacionalista que tendeu a substituir em suas análises geopolíticas e intervenções práticas o conceito de divisão de classes, pelo de Estados supraclassistas; e as classes oprimidas enquanto povo por “dirigentes políticos reacionários que procuram controlar internamente esse povo transportam, uma vez mais, a luta de classe para o plano nacional” (BERNARDO, 2017).

O autor marxista, dá como exemplo, em Marx a oposição entre as nações consideradas revolucionárias, como a Alemanha lutando pela unificação e a Polônia lutando pela independência, e as nações consideradas contrarrevolucionárias, categoria que soma a totalidade dos eslavos com exceção dos polacos. Soma-se à fundamentação geopolítica, por exemplo, o apoio de Engels aos EUA na guerra contra o México entre 1846 e 1848, na qual os estadunidenses que anexaram 2/3 do território mexicano, considerando que guerra entre Estado Unidos e México foi sustentada única e exclusivamente no interesse da civilização.

No anarquismo como uma ideologia que possui um corpo de concepções próprias que não deixam de estar presentes ao longo de sua difusão pelos territórios, mas que serão mais ou menos enfatizadas em determinada época e local, os usos dos termos classe trabalhadora, classes dominadas, classes subalternas e povo são referenciadas à concepção do que seja ser dominado, uma condição de não-liberdade.

A não-liberdade não se restringe apenas às relações econômicas, ou seja, que última instância seria a impossibilidade das pessoas de viver do produto de seu trabalho ou de morrer de fome, mas também, daqueles seres nem considerados como humanos, como ocorreu nos

regimes escravocratas ou no nazifascismo. Esta tendência é encontrada no liberalismo economicista, quando esse varre para longe as premissas éticas e se refere aos povos entendidos pelos gestores capitalistas e operadores do mercado financeiros como obstáculos (coisas) a serem removidos para o livre desenvolvimento da acumulação ilimitada do capital corporativo.

Rudolf de Jong (2008) utiliza a relação centro-periferia, uma analogia com a geografia como uma perspectiva para esclarecer a estratégia libertária de transformação revolucionária recorrendo à diferenciação entre a estratégia anarquista e a marxista, mas que pode ser usada para compreender as relações entre Estados, entre povos, organizações políticas e de classes oprimidas e exploradas no anarquismo.

A relação centro/periferia consiste na produção geralmente política de “áreas periféricas”, nas quais os processos políticos de dominação vividos são tidos como “normais” pela maior parte das pessoas que estão nas áreas periféricas, “não como criados e resultado de relações de exploração, por outra área que é o centro” (JONG, 2008, p, 34). O problema colocado quanto à emancipação de quem está na periferia é o de superar a dominação, sem recriá-la por meio de outra centralização do poder e nem se reajustar segundo as perspectivas do “centro”. O autor usa como exemplo de reajuste o extermínio sistemático dos povos vistos como “selvagens” (aos olhos do centro) nos projetos de integração como os que aconteceram no México.

Os problemas do reajuste e centralização do poder também são explícitos nas dicotomias urbano/rural, desenvolvidos/subdesenvolvidos, nas relações entre diferentes sujeitos que habitam a mesma cidade quando o centro é a medida arbitrária que nega as diversas formas de viver de quem está colocado na periferia.

O autor afirma que o anarquismo possui uma visão ampla sobre quem seriam os possíveis protagonistas de uma revolução social, ou seja, da tomada dos meios de produção da vida material e das decisões sobre as instituições coletivas pelos/as oprimidos e explorados/das, vale lembrar sem uma transição que reorganize o Estado (ditadura do proletariado) e centralize o poder.

Em conformidade com essa argumentação o sujeito revolucionário anarquista vai além dos trabalhadores industriais, incluindo os camponeses e os trabalhadores marginais, desempregados etc., situados na luta de classes em condições desfavorável pelas assimetrias de poder geradas pelas dominações nas esferas da vida econômica, política e cultural. Dito isso, todas as classes vítimas das relações centro/periferia podem vir a constituir-se como sujeito revolucionário.

Sobre as diferenças entre as estratégias anarquistas e marxistas o autor afirma que o modelo de transformação social marxista e reformista, está voltado para recriação de um centro - Estado, partido ou exército. Na qual a revolução significa “em primeiro lugar, a tomada do centro e de sua estrutura de poder, ou a criação de um novo centro, para utilizá-lo como um instrumento para a construção de uma nova sociedade” (JONG, 2008, p 40). Para os anarquistas, o modelo de transformação social libertária almeja mais do que tudo a destruição imediata dos centros, por acreditarem que estrategicamente devem lutar antes e depois da revolução, para construir uma nova sociedade que não venha reproduzir a centralização do poder.

O problema colocado pelo autor, não é necessariamente explicitar apenas entre anarquistas, marxistas e reformistas o plano estratégico de transformação social, mas demonstrar como a recriação de centros acaba por criar áreas periféricas, presentes nas relações base /dirigentes, civilizados/incivilizados, trabalhadores urbanos/trabalhadores camponeses.

As considerações de Rudolf de Jong (2008) apresentam um aporte à interpretação sobre o conceito de classes dominadas dentro da vasta literatura da anarquista: nela encontramos o classismo e o internacionalismo, que apesar de serem conceitos diferentes estão intrinsecamente conectados. Enquanto o classismo articula um conjunto heterogêneo de pessoas por meio daquilo que é comum à sua posição em relação a dominação de classe (e combate a ela). O internacionalismo anarquista de forma semelhante implica na articulação das diferenças que separam os povos. Não para negar a autodeterminação popular como no nacionalismo e patriotismo do Estado, nem para subordinar as diferenças culturais aos interesses mercadológicos, mas em contraposição às assimetrias centro e periferia geradas e operacionalizadas pelo capitalismo e pelo Estado nos territórios.

No anarquismo a autonomia de classe está associada ao conceito de autogestão, ao federalismo e ao conceito de ação direta, uma contraposição às formas de participação política que centralizam o poder por meio da representação na democracia liberal e no socialismo estatal, na qual ser livre é uma condição associada à participação naquelas decisões que afetam diretamente a vida de determinadas pessoas.

2.2.11 Ação Direta e Democracia

A ideia de ação direta no anarquismo, em linhas gerais, contempla o sentido de participação sem intermediários, de representantes, dirigentes e dirigidos, antagonizando com a centralização do poder político. Nas palavras de José Oiticica “fora da ação direta, só existe um método: o colaboracionismo, o reformismo, as eleições com vistas ao poder, numa palavra: ação indireta (OITICICA, 2016, p. 63). Isto é, a ação direta é a autonomia contra o Estado e de fazer contra e mais além contra o Capital.

As contribuições de Schmidt e van der Walt (2009) sobre a organização no anarquismo apontam uma divisão entre antiorganizacionistas e organizacionistas, e na visão sobre táticas e estratégias de transformação libertária da sociedade, por isso estamos esclarecendo que a ação direta não pode ser confundida com os repertórios de confronto utilizados pelas classes dominadas e exploradas como as greves, manifestações e sabotagens ou com a propaganda pelo fato. A ação direta é a base comum pela qual os anarquistas pensam e agem em relação às formas de participação política se contrapondo às relações de dominação.

Desde Proudhon o anarquismo coloca o operário como sujeito da ação revolucionária, sem intermediários, e quando passa a ser uma ideologia de massa em setores e categorias do movimento operário mundial, não abandona o pressuposto de que a emancipação se daria pela ação revolucionária e pelos laços de solidariedade entre os dominados.

A concepção de ação direta ao longo do desenvolvimento histórico da ideologia anarquista aponta para criação de novas institucionalidades e subjetividades para organizar uma outra ordem social com liberdade e igualdade, ao mesmo tempo, para uma contraposição às formas de centralização de poder ainda mais nocivas à liberdade e igualdade social que a democracia, como as ditaduras e totalitarismos (nazifascismo e estalinismo).

Segundo a rede de coletivos CrimethInc (2016) as críticas anarquistas às democracias atuais decorrem da concepção de que cimentaram-se, ou seja, tornaram-se um protocolo de tomadas de decisões no qual supostamente o povo detentor da legitimidade confere seu poder ao Estado. Todavia são um grande engodo, tanto as justificativas liberais ou socialistas da necessidade do Estado, que usurpa a autonomia em nome do bem comum e/ou de uma razão maior (Razão de Estado) para governá-lo (CrimethInc, 2016).

Não estamos resumindo o anarquismo à democracia radical, apesar que se for pensado no sentido da relação entre autogestão e o pressuposto ético da autonomia helênica sugerido por Bookchin (1985), certamente é uma interpretação bastante próxima. Porém, a pergunta

mais que necessária a se fazer não é se o anarquismo seria mais próximo a uma concepção de democracia substantiva ou processual, ou se o anarquismo acredita em uma natureza humana que nega os interesses, os conflitos, ou se esses podem se degenerar em uma guerra de todos contra todos. A pergunta é: qual a proposta anarquista de organização da sociedade quanto às esferas de decisão que envolvem interesses conflitantes?

O que foi exposto até agora sobre a teoria e prática no anarquismo não se orienta por uma perspectiva contratualista, e muito menos acredita em uma natureza humana liberal. A proposta anarquista tem por base a avaliação de que laços de solidariedade existentes e aqueles a serem criados, são condições necessárias para organizar a sociedade em processos de decisão que sejam, mais ou menos estáveis, para que não culminem em violência; mas é necessário não esquecer que o anarquismo tem em seu cerne sua concepção de povo que busca articulação das particularidades em um projeto comum orientado pela livre associação.

A referência aos livres acordos no anarquismo está intrinsecamente ligada à concepção de liberdade e autonomia contra o Estado e não ao contratualismo. Nesse sentido, que podemos compreender a afirmação da Federação da Anarquista Francófona (FAF) que “celebrar um contrato significa saber assumir engajamentos e respeitá-los, e o ser humano não é naturalmente inclinado ao apoio mútuo do que à dominação” (FEDERAÇÃO ANARQUISTA FRANCÓFONA, 2005, p, 38).

A passagem acima, retirada do programa da Federação Anarquista Francófona, tem um motivo para ter sido citada: a tradição anarquista coletivista, na qual é possível situar não só Proudhon e Bakunin, mas também mutualistas libertários, anarco-comunistas, sintetistas (de diferentes matrizes filosóficas e teóricas) são contrários ao anarco-individualismo no sentido de entender indivíduo como todo poderoso. Para o anarquismo coletivista os indivíduos se transformam por meio de suas ações, mas também “as estruturas sociais agem sobre os indivíduos, criando contextos, condicionando os hábitos, determinando as possibilidades de ação” (FEDERAÇÃO ANARQUISTA FRANCÓFONA, 2005, p, 39).

Nesse mesmo sentido, não motivo algum para aceitar leituras sobre o anarquismo que afirmam que os anarquistas são “homens” de boa vontade que pregam o paraíso na terra e tendem à naturalização dos comportamentos “antissociais” e de desengajamento político, mesmo que não exista no anarquismo nenhum tipo de constrangimento aceitável, sempre haverá interesses que estarão em discordância e os processos de decisão implicam na aceitação pelas partes envolvidas pelo convencimento, não pela força.

Resumidamente, como faz o coletivo anarquista CrimethInc (2016), pode-se apontar a existência no anarquismo atual de processos decisórios orientados pela ação direta, tais como:

a democracia direta; as tomadas de decisões mediante o consenso; esferas de decisão descentralizadas onde não há fixidez nas formas de tomada de decisão. Todas as maneiras de organizar a sociedade libertária e as organizações anarquista são passíveis de críticas por suas limitações práticas.

Segundo o CrimethInc a democracia direta possui limitação por se basear na crença que um regime mais participativo é um sistema menos coercitivo, e que esse não irá reproduzir os mesmos problemas da democracia representativa relativos a uma imposição dos interesses de uma maioria em escala reduzida no bairro, local de trabalho etc. Sinteticamente, a questão colocada não é somente o quão é participativa, mas quem decide sobre o que e qual a extensão da decisão tomada.

O argumento do CrimethInc é que a verdadeira liberdade social relativa aos processos de decisão coletiva deve contemplar livres acordos que estabeleçam critérios e procedimentos segundo as questões levantadas e quem será afetado diretamente por essas decisões, desenvolvendo dessa forma a autonomia.

Sobre decisões mediante consenso, o coletivo anarquista avalia que este processo de tomada de decisão é ainda pior que a democracia direta. Não apenas por reproduzir os mesmos problemas criticados nela, mas piorados, por estabelecer formas explícitas de imposição de um governo unânime por um conjunto de regras e procedimentos para silenciar as diferenças.

O CrimethInc dá como exemplo, o emprego do método de decisão por consenso nas assembleias do movimento *Ocuppy* nos Estados Unidos, no qual as pessoas que não estavam acampadas decidiam sobre a aquelas que estavam que por sua vez criticavam duramente os pequenos grupos que tomavam decisões fora das assembleias, não envolvendo o conjunto das demais pessoas que estavam acampadas.

Além disso, a esfera de decisão por consenso ou de democracia direta, não se encontra distante de silenciamentos das minorias étnicas, por exemplo, na resolução de questões do tratamento diferenciado por parte da polícia e tribunais, durante a repressão aos movimentos ou sobre o emprego de uma tática de autodefesa. Estendendo a decisões mais amplas, quem decide sobre a saúde reprodutiva das mulheres ou sobre os melhores meios de responsabilização de homens que agredem as mulheres e LGBTs, seja, a pergunta é quem decide sobre assuntos que não o afeta diretamente?"

Para o coletivo CrimethInc é necessário abandonar a linguagem democrática, e adotar no seu lugar a experimentação de formas de decisão combinadas à descentralização das esferas de decisão. A crítica ao silenciamento das diferenças e a democracia como um

protocolo fechado de procedimentos se estende à democracia direta e a decisão por consenso quando não são acompanhadas de uma leitura sobre a redistribuição dos recursos materiais e imateriais como uma condição necessária para a liberdade social.

A última palavra no anarquismo não está ainda dada. Como um pensamento político dinâmico e uma ideologia política voltada para a ação, certamente não permite fechamentos definitivos sobre a relação entre ação direta, autonomia e democracia. Contudo os motivos pelos quais o anarquismo defende a revolução social e não apenas a revolução política, não está distante das avaliações das ciências sociais, estas quando avaliam os motivos pelos quais as revoluções fracassaram quanto aos ideais de liberdade e igualdade que diziam defender, afirmam não contemplaram o desenvolvimento da autonomia e de novas institucionalidades autonômicas.

2.2.12 Anarquistas e Autonomistas Hoje

No primeiro capítulo a tivemos algumas pistas dos problemas causados para os estudos sobre o anarquismo pela reprodução, às vezes mecânica, da ideia de que os anarquistas não haviam compreendido o valor estratégico da tomada do Estado e do partido moderno; que o anarquismo é uma ideologia das camadas médias, do lumpemproletariado e camponeses resignados pelo expurgo da terra com o avanço do capitalismo. Além disso, ao se traçar a história do anarquismo e levantar alguns dos seus debates internos percebe-se a sua aproximação aos setores do marxismo heterodoxo adversários do socialismo de Estado.

É evidente que essa proximidade não significa compartilhar de todas as concepções sobre como se instituem e se reproduzem as assimetrias nas relações de poder, quem são os sujeitos potencialmente revolucionários, etc. Os comunistas de conselhos como Anton Pannekoek, Herman Gorter, Otto Rühle, Karl Korsch, Paul Mattick, entre outros, como os operaristas italianos Mario Tronti e Paolo Virno e pensadores da autonomia como Cornelius Castoriádis, não são anarquistas, como também não são anarquistas os movimentos sociais e suas redes orientadas por práticas e processos de autonomias contra o Estado.

A origem do termo autonomista remete ao ideário marxista libertário que se contrapõe ao leninismo e à reprodução de centralizações de poder no interior das classes trabalhadoras constituindo assim uma classe dirigente. Contudo o autonomismo não é estanque, adquiriu ao longo das últimas décadas novos sentidos nas insurgências, com processos que são

constituintes de organizações e movimentos influenciados pelas duas grandes tradições do socialismo (anarquismo e marxismo), concepções antiautoritárias provenientes de outros saberes e práticas territoriais variadas das classes subalternas.

Liberato (2006) em seu estudo sobre as ações coletivas anticapitalistas juvenis dos anos 1990 e início dos anos 2000, associa a definição de movimento autônomo e autonomistas a uma juventude que possui afinidades ideológicas com o anticapitalismo e antiestatismo no sentido que Castoriades dá à autonomia: “a regulação e legislação por si mesmo, em oposição a heteronomia, a regulação e legislação do outro; em suma, a autonomia seria o autogoverno” (LIBERATO, 2006, p. 157).

O ex-Pantera Negra Lorenzo Kom`Boa Ervin, no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, com o movimento de resistência global ao capitalismo o termo “movimentos autônomos” passa a definir organizações anarquistas as quais seus militantes não assumem a etiqueta de anarquista, assim como organizações marxistas libertárias que têm suas tradições militantes ligadas às contribuições da contracultura libertária dos anos 1960 e 1980.

O termo organizações / movimentos autônomas/ autonomistas é usado neste estudo para definir a militância e organizações políticas que compartilham parcialmente o ideário e repertório antiautoritário e anticapitalista com o anarquismo, muito mais amplas em relação à pluralidade ideológica, por serem movimentos populares e tendenciais dentro dos mais variados espaços de militância, como redes de coletivos, frentes de luta, etc.

O sentido dado não elucida inicialmente todas as diferenças entre anarquistas e autonomistas pelo fato dos primeiros participarem ativamente dos movimentos autônomos. Existe outro problema que podemos chamar de espetacularização do anarquismo produzido por tentativas de associar todas as lutas anticapitalistas e antiautoritárias a ele.

Em linhas gerais, apontamos dois problemas: 1) uma dicotomia entre o novo e velho anarquismo com uma ênfase exagerada nas diferenças entre o anarquismo histórico de tradição operária e o anarquismo de hoje; 2) o projeto intelectual elitista pós-moderno de renovar o anarquismo traçando críticas ao próprio anarquismo histórico para libertá-lo daquilo que acreditam ser uma crença excessiva na razão e no papel do Estado na luta contra o poder, e da crença que os anarquistas nutrem uma crença por uma natureza humana corrompida pelo mundo moderno.

Enquanto o primeiro problema diz respeito muito mais as análises da relação entre o anarquismo e os movimentos sociais nos anos 2000, o segundo problema está intrinsecamente associado aos debates contemporâneos sobre o que é o anarquismo hoje.

2.2.13 O novo e o velho anarquismo?

O antropólogo David Graeber não poder ser qualificado como um intelectual distante das organizações políticas anarquistas e movimentos sociais que analisa, ou então como um pós-anarquista, como é comumente qualificado pelos autores que utilizam as referências teóricas pós-modernas para analisar o anarquismo e sua relação com os movimentos sociais e ações coletivas atualmente. Entretanto suas considerações sobre o anarquismo do século XXI escritas a no início dos anos 2000, são passíveis de críticas por sua ênfase exagerada nas diferenças entre as “gerações de anarquistas”.

O autor bastante conhecido pelos anarquistas brasileiros na última década, por isso a citação de uma passagem onde ele e Andrej Grubacic afirmam que o marxismo tendeu a ser um “discurso analítico e teórico sobre estratégia revolucionária” e o anarquismo um “discurso ético sobre prática revolucionária”. (GRAEBER; GRUBACIC, 2012)⁸⁹. O maior problema desse tipo de afirmação, ainda que diga ser uma tendência vem desde a I Internacional, tanto a militância anarquista, quanto a militância comunista, articularam suas táticas e estratégias de transformação social, definiram seus adversários e inimigos etc., são discursos ao mesmo tempo, analíticos, éticos e estratégicos manifestos em práticas específicas.

O que estava em disputa entre Bakunin e Marx na I Associação Internacional dos Trabalhadores, nas divergências entre Kropotkin e Lênin sobre as associações e cooperativas livres, nas críticas de Camillo Berneri ao conceito de hegemonia de Gramsci etc., era a revolução, que nas palavras de Bakunin (2015, p.7) que “[...] não são um jogo de crianças, nem um debate acadêmico em que se matam apenas as vaidades umas às outras, nem um torneio literário onde só se derrama tinta. A revolução é guerra, e quem diz guerra diz destruição de homens e de coisas”.

O problema em David Graeber não se reduz ao apontamento das diferenças entre o anarquismo e o marxismo, o maior problema com o qual nos deparamos ao lê-lo são suas considerações sobre os anarquistas estadunidenses associados ao anarquismo histórico por estarem organizados em sindicatos, federações, confederações e partidos anarquistas, formas organizacionais mais rígidas e programáticas.

O autor ao analisar as diferentes gerações de militantes do ciclo de resistência global ao capitalismo, indica uma que teria se formado politicamente nos anos 1960 e 1970, que o autor acredita não ter se livrado dos hábitos sectários do século passado, e a existência de uma

⁸⁹ GRAEBER, David; GRUBACIC, Andrej. **Anarquismo, ou o Movimento Revolucionário do século XXI**. Disponível em: <http://seeunaopuder.blogspot.com/2012/02/anarquismo-ou-o-movimento.html>. Acesso em: jun. 2018.

geração de jovens ativistas abertos às novas questões sobre o poder e formas organizacionais dos movimentos indígenas, feministas e as contribuições focalizadas na cultura.

A divisão geracional proposta pelo autor, define como anarquistas com “A” maiúsculo o anarquismo histórico, citando como exemplo a *North Eastern Federation Anarchist Comumunist* (NEFAC), para o autor uma tendência minoritária e sectária no anarquismo que se diferenciaria do anarquismo “a” minúsculo, dos jovens militantes reunidos na AGP, como a *Continental Direct Action Network* (CDAN), um dos exemplos, apontando como uma tendência majoritária mais flexível e plural de um anarquismo fundamentado no anticapitalismo, antiestatismo prefiguração política, *o locus real de dinamismo histórico*.

David Graeber insiste em definir o novo anarquismo por princípios, nos quais os fins não justificam os meios, como de uma geração que “vai lentamente incorporando ideias e práticas aprendidas com os seus aliados indígenas nas suas formas de organização ou comunidades alternativas” [...] (GRAEBER; GRUBACIC, 2012). Em outro artigo, intitulado *Anarquismo ou movimento revolucionário do século XXI* escrito em parceria com Andrej Grubacic menciona além da NEFAC, a IWW e IWA, para diferenciar do novo anarquismo “afirma que o novo no anarquismo é a ideia de construir uma nova sociedade dentro do carcaça da antiga” (GRAEBER; GRUBACIC, 2012).– O que se tornou a inspiração básica do "movimento dos movimentos"

Após reclamar que na própria academia da qual faz parte não encontra tantos anarquistas quanto gostaria, e também das narrativas feitas sobre o anarquismo pela historiografia que apresentam o anarquismo como “primo pobre do marxismo”, mencionar o coletivo CrimethInc, como “o maior propagandista do anarquismo norte-americano contemporâneo”, os autor afirma que é difícil entender esse novo espírito de síntese, já que a literatura sobre o anarquismo gasta todas as energias sobre questões teóricas e não sobre as práticas, uma forma de manter a mesma a mesma lógica sectária dicotomizante:

[...] muito mais interessada em desenvolver novas formas de ação do que nas discussões sobre os pontos mais sensíveis da ideologia. A mais dramática destas formas tem sido o desenvolvimento de novos processos de tomada de decisão, o início, no mínimo, de uma cultura alternativa de democracia [...] (GRAEBER; GRUBACIC, 2012).

As repetidas vezes que Graeber (2012) impõe como novidade as divergências internas às organizações anticapitalistas e antiautoritárias, não se refere aos pares da academia, mas

principalmente, aos sujeitos coletivos que cabem na sua definição de anarquismo com “a” minúsculo, em detrimento as organizações consideradas sectárias e presas às contradições datadas do século XIX.

Ainda que deseje valorar positivamente a existência de uma cultura política antiautoritária, onde não cabe o apelido “anarquista”, parece muito pouco provável que os ativistas do movimento antiglobalização e suas organizações estivessem desconectadas das tensões entre os participantes comuns a um processo insurgente em relação aos processos de como as decisões são tomadas.

David Graeber, nessa época, tende a enfatizar de forma elogiosa os processos de decisões por consenso, chamando de método anarquista esse tipo de tomada de decisão, ignorando, ainda que parcialmente, os debates internos nos grupos anticapitalistas e antiautoritários, visto que pelos outros padrões, indigenistas, feministas e culturais críticos que em conformidade reorganizam o anarquismo renovado, trazem também não só as práticas mais democráticas, mas seus problemas e críticas.

Nos anos 1990 e 2000, emergiram uma série de polêmicas sobre as formas de tomadas de decisões por consenso, ou seja, em um processo implicaria não supressão das minorias, já que propostas “derrotadas” no processo não eram totalmente descartadas, mas suspensas temporariamente, para se aplicar a decisão consensual também temporária caso sua aplicação não tivesse eficácia. Além disso, uma forma de tomada de decisão que implicaria em maior responsabilização e engajamento de todos e todas tendo em vista que o processo requeria maior identificação com o que foi decidido.

A forma de decisão por consenso nasce dentro do anarquismo enquanto braço europeu do movimento trabalhista, antes disso usada em várias partes do mundo por vários tipos de povos não-ocidentais como aponta David Graeber (2012), sendo difundida e absorvida nos movimentos pós-maio de 1968 pelo movimento feminista e ecológico, pelo movimento de resistência global ao neoliberalismo e pelo forte imaginário que se criou a partir do zapatismo em sua forma de democracia comunitária e concepção de autonomia.

É preciso salientar que as organizações e movimentos sociais da resistência global ao neoliberalismo não praticavam, sem mediações, o modelo de tomada decisão por consenso se imaginando indígenas com uma história de luta e cultura política de mais 500 anos, por isso, debatiam como adaptar o processo às suas realidades.

As críticas buscando adaptar os processos de decisão visavam por exemplo solucionar a tendência das obstruções no interior das assembleias, das organizações políticas e campanhas, de grupos de afinidade que acabavam por exercer uma tirania em espaços

supostamente sem estrutura. A cientista política Jo Freeman havia identificado tal problema ao analisar os grupos no movimento feminista que não possuíam regras estruturadas, as decisões acabavam sendo centralizadas por poucas mulheres pelos laços afinidade e amizade com a proponente.

Outro problema a ser solucionado, diz respeito à necessidade de criação de espaços seguros para que mulheres e imigrantes pudessem tomar a palavra nos espaços de decisão sem constrangimentos. Em *Cale a boca! Ou como se comportar melhor em reuniões*⁹⁰, um pequeno texto escrito por uma ativista estadunidense e amplamente difundido por militantes anarquistas e autonomistas no movimento de resistência global ao capitalismo dos anos 1990 e 2000. A ativista chama a atenção para necessidade de se criar espaços de deliberação onde mulheres e imigrantes, pudessem falar sem o constrangimento.

Segundo a ativista nas reuniões do movimento nos Estados Unidos, que se propunham serem horizontais e livres de opressões, os homens repetiam as falas das mulheres infantilizando-as e tentavam ganhar a discussões no grito, impondo constrangimentos não só às mulheres que explicitavam suas opiniões como também àquelas pessoas mais inseguras em se expor.

Os imigrantes pela dificuldade com o idioma ou pessoas não tão articuladas ou carismáticas acabavam também não sendo escutadas pelos demais, as decisões terminavam sendo centralizadas pelos militantes mais experientes e/ou carismáticos que dominavam certas técnicas de oratória.

Ainda havia um terceiro problema, as diferentes formas de engajamento e responsabilidade quanto à decisão tomada e atividades cotidianas relativas à organização política. Em um mundo ideal poderia haver movimento onde todos e todas se comprometessem da mesma forma com a atividades, onde quem propõe também se compromete colocá-la em prática.

Os anarquistas “sectários” de Graeber (2012), apostam na autodisciplina revolucionária, uma forma de comprometimento com o que tinha sido decidido, do militante com a organização e com a necessidade de uma militância constante no lugar de moradia e/ou trabalho e etc. No movimento de resistência global ao neoliberalismo, nos setores de juventude, de comunicação e cultura, essa autodisciplina era rechaçada ao ponto de se diferenciarem se autodefinindo como ativistas.

O rechaço à militância era baseado numa confusão. A ideia de responsabilidade com a

⁹⁰ **Cale a boca! Ou como se comportar melhor em reuniões.** Disponível em: <<https://we.riseup.net/anarkafem/cale-a-boca-ou-como-se-comportar-melhor-em-reuni%C3%B5e>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

organização, movimento e decisões eram tidas como mecanismos que criavam as divisões entre o trabalho manual e o intelectual e reproduzia um corpo profissional de pessoas que despreza, na maioria das muitas vezes posicionamentos contrários aos seus.

Porém, o problema em relação ao engajamento e comprometimento no anarquismo não tinham a ver com os dispositivos disciplinares, a autodisciplina no anarquismo está aliada à ideia que os processos de decisão devem se adaptar à necessidade do grupo de pessoas, e não ao contrário.

Nesse mesmo sentido, as decisões no anarquismo devem ser tomadas pelo conjunto de pessoas que serão mais diretamente afetadas por ela, algo que podemos ver em suas organizações mais rígidas e nas mais flexíveis onde o método de decisão por consenso não é única forma adotada. Voltando às considerações de David Graeber (2015), o anarquismo dentro das lutas das classes trabalhadoras está longe de ser *um locus* menos real do dinamismo histórico e as organizações com “A” maiúsculo estão longe de ser uma tendência minoritária no anarquismo como bem observou o também o americano Uri Gordon (2008) e o próprio Graeber (2015), quando fala que eles estão em todo lugar.

A atuação anarquista em sindicatos ou outras organizações de trabalhadores e trabalhadoras, atribuída ao velho anarquismo “sectário”, para não ir muito longe, após os anos 1970, modificou-se em contraposição as formas organizacionais e estratégias de centralização de poder dos partidos comunistas e reformistas nas organizações de trabalhadores e trabalhadoras e, também nas lutas contra a dominação exercida pelo capitalismo reestruturado e flexível (VAN DER LINDEM, 2012; SOEONE, 2006).

Marcel van der Linden (2012) afirma que as mudanças da composição da classe trabalhadora mundial não foram refletidas em todas as organizações de trabalhadores. Conforme os seus estudos e de outros pesquisadores, o trabalho assalariado cresceu e ganhou importância, ao mesmo tempo o sindicalismo perdeu força, e tem uma densidade praticamente insignificante no conjunto dela.

Os problemas do sindicalismo tradicional são vários, conforme o autor, a dificuldade de organizar os trabalhadores do setor de serviços e financeiro e o fato que cerca de 1,2 bilhão deles estão na economia informal, em plena expansão, uma vez que os trabalhadores perdem o emprego com muita frequência e precisam recorrer a meios na maioria das vezes precários para conquistar sua renda.

Outro fator importante são as mudanças na economia desde os anos 1990, o número de trabalhadores que produzem para o mercado global praticamente dobrou, e temos praticamente a mesma quantidade de capital. A queda na proporção global capital e trabalho

altera o equilíbrio do poder dos mercados, reduzindo os salários e aumentando a competição entre os trabalhadores.

O segundo elemento do debate das dificuldades do sindicalismo tradicional está relacionado com o crescimento do investimento estrangeiro nos países centrais e semiperiféricos, a multiplicação de corporações transnacionais e blocos comerciais com vários países, onde Brasil, China e Índia são personagens importantes, assim como as novas instituições supranacionais, como a Organização Mundial do Comércio, fundada em 1995.

O terceiro elemento que enfrenta o sindicalismo *à moda antiga* é a competição com estruturas alternativas de organização de trabalhadores. No Brasil, Índia, África do Sul, Filipinas e Coreia do Sul surgiram novos movimentos de trabalhadores. O sindicalismo de base que surgiu a partir dos anos 1970, abre novos canais de interlocução com setores da classe trabalhadora ao qual o sindicalismo tradicional tem dificuldade de organizar, possuem laços internacionais que ignoram completamente secretariados que consideram atados às burocracias de seus filiados nacionais.

Segundo João Bernardo (1997), sindicatos, organizações de ajuda mútua, movimentos de bairro, ou ocupações de terras ou edificações no perímetro urbano, são movimentos vivos quando acionam uma participação conjunta da classe, nesses casos a solidariedade e os dinamismos tornam-se inseparáveis das práticas, duas palavras sinônimos de igualitarismo e comunitarismo geradas a partir das lutas, em oposição às relações da sociedade capitalista.

A estrutura sindical e seu acentuado caráter corporativista são obstáculos ao desenvolvimento de qualquer luta e a sua generalização para outras camadas de trabalhadores e trabalhadoras. O que Graeber faz é acolher organizações de trabalhadores que lhe parecem encaixar no anarquismo com “a” minúsculo e colocá-las em contraposição supostamente aos “velhos” marxistas e anarquistas, nem tão velhos assim, estamos falando dos anos 2000.

Ainda que partindo de referenciais diferentes entre si, marxistas e anarquistas, ora buscaram retomar o sindicato como instrumento de organização de trabalhadores, ora apontando contradições e reorganizando-se em outras formas de organizações de trabalhadores e trabalhadoras, desenvolvendo análises bastantes volumosas demonstrando como as elites sindicais se tornaram gestores do capital, tornando-se as expressões vivas daquelas burocracias ascendentes ao poder estatal como diria Bakunin.

A exaltação do “novo”, por vezes, limita um olhar sobre o dinamismo próprio das organizações dos de baixo em suas práticas em constante reformulação, correspondendo ao acúmulo de experiências em constante debate no anarquismo e movimentos autonomistas em relação às mudanças na classe trabalhadora.

O enfraquecimento do sindicalismo à moda antiga imposto pelo capitalismo não significa o fim das resistências internas à estrutura sindical. Os chamados sindicatos radicais por Graeber (2015) como o Comitati di Base della Scuola (Co.Ba.S) citado pelo autor, englobam entre seus filiados e filiações não apenas anarquistas e marxistas, mas também trabalhadores e trabalhadoras que não se identificam com essas ideologias, e são mais intergeracionais e multiétnicos. A “origem” desse sindicalismo está ligada à crise de representação sindical.

Em conformidade com Davide Bubbico (2018), por exemplo, o Co.Ba.S, Comitati di Base, fundado em 1986 por professores nas escolas, os comitês de base durante a crise do sindicalismo italiano nos anos 1980, na tentativa de desafiar o monopólio da representatividade sindical de três confederações: a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro*, *Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori* e *Unione Italiana del Lavoro*.

Além do Co.Ba.S, segundo o autor, no mesmo período, se formaram o sindicato dos maquinistas de trens, o Sindicato *Autonomo dei Macchinisti Uniti* (COMU), em 1987; dos controladores de tráfego aéreo e dos pilotos de avião, a *Associazione Nazionale Professionale Aviazione Civile* (ANPAC), entre outros. Os dois primeiros têm origem na esquerda e apontam uma crise no modelo de solidariedade promovido até aquele momento pelas confederações. A outra parte, representa também a tentativa de reanimar o conflito sindical na busca de melhorias econômicas, ainda que essa perspectiva pudesse parecer mais corporativa.

A NEFAC fundada, em 2000 como um contraponto ao anarquismo antiorganizacional nos Estados Unidos, mudou seu nome para *Common Struggle* (luta comum, em português), de 2011 a 2013, fundiu-se a seis organizações anarquistas locais e regionais adotando o nome de *Black Rose Anarchist Federation/Federación Anarquista Rosa Negra* (FARN).

A FARN, esteve presente no aniversário de 20 anos da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), evento realizado entre os dias 20 e 23 de novembro de 2015, que contou com a presença dos coletivos da CAB, no qual se realizou uma reunião e um ato simbólico com participação de delegações de distintas partes do Brasil, América Latina, Europa e Estados Unidos, entre elas a Alternativa Libertária da França, a Alternativa Libertária/FdCA da Itália, o Grupo Via Libre da Colômbia, o Núcleo Sul do Congresso Comunista Libertário do Chile, a Federação Anarquista do Uruguai e a Federação Anarquista de Rosário (Argentina).⁹¹

A *Continental Direct Action Network*, uma rede criada por organizações anarquistas e antiautoritárias do Canadá e Estados Unidos para coordenar os protestos contra a OMC, em

⁹¹ **20 anos a enraizar anarquismo. Comunicado FAG.** Disponível em: https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=419. Acesso em: 8 fev. 2019.

Seattle, em 1999, teve um papel fundamental nos dias de ação global nos Estados Unidos até 2002. Seu declínio e desarticulação estão ligados à repressão e aos novos marcos legais estadunidenses criados após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

Outra questão que chama muito a atenção na ideia de anarquistas com “a” maiúsculo ou minúsculo, anarquistas da nova ou velha escola, ou qualquer tentativa deliberada de ignorar as continuidades e descontinuidades ao longo da história do anarquismo, como se houvesse apenas uma forma de superação das anteriores é como se chega à conclusão quantitativa de majorias e minorias de anarquistas. Faz-se um Censo nos protestos e organizações, estabelece-se uma variável arbitrária para um “anarquímetro?”

Talvez, se focalizarmos uma duas ou três correntes anarquistas organizadas como o sintetismo, o plataformismo e o especificismo, poderíamos no máximo ter uma noção do número de militantes em suas organizações. Esse número nos fornece apenas um dado que não deve ser desprezado, embora não diga muita coisa se não vier acompanhado de e uma análise da influência dessas organizações anarquistas sobre as resistências cotidianas e ações coletivas das classes subalternas.

O problema é que é muito pouco provável que exista um meio de mensurar tais dados, pelo fato do anarquismo hoje, como no passado, não se remeter apenas às experiências no campo operário, e sim a todo um conjunto de pessoas ao qual o anarquismo define enquanto classe dominada em relação às hierarquizações instituídas pelas diferentes formas de dominação. Lembrando que não dá para superestimar e nem subestimar o anarquismo sem cair em contradições teóricas e políticas.

Sobre afirmação de Graeber e Grubacic (2012) de que “a literatura sobre o anarquismo gasta todas as energias sobre questões teóricas”. Deve-se levar em conta que a produção teórica daqueles anarquistas ao qual ele qualifica com “A” maiúsculo, produzidas por militantes na academia e fora dela, se desenvolve a partir da necessidade de atualização do corpo conceitual para superar problemas práticos diante de seu tempo.

Para Felipe Correa Pedro (2012), intelectual e militante organicamente engajado na Coordenação Anarquista Brasileira, a maioria dos anarquistas não é dogmática no uso de teorias como ferramentas de interpretação da realidade, contudo é importante perceber que teoria e ideologia não são sinônimas para os anarquistas. Enquanto a ideologia não é negociável e seu papel fundamental é motivar uma prática política para intervir na realidade, a teoria serve para compreendê-la de maneira minuciosa a fim de transformá-la.

A afirmação de Corrêa (2012) em consonância com as críticas do anarquista italiano Errico Malatesta em relação às tentativas de autolegitimação da ideologia socialista

marxista/anarquista pelo discurso científico, nos remete a uma observação que o anarquismo possui elementos constitutivos que permitem defini-lo e também como os debates são travados no interior da suas organizações.

A incorporação de novas questões teóricas nos diria muito pouco se estas não estivessem em consonância com a ideologia anarquista em relação ao alargamento do intercâmbio social, solidariedades mútuas com movimentos sociais e a amplitude que redes sociais possuem, proporcionadas pelas tecnologias de comunicação e informação, por encontros de militantes e por filiação às campanhas internacionais.

As expressões anarquistas organizadas mais ou menos flexíveis, antes de um fechamento reivindicando uma tradição (plataformista, sindicalista, operária, sintetista, insurrecionalista e etc.), ou a reivindicação de autoridade da razão científica, anuncia a oposição do anarquismo a um princípio único, absoluto, imutável de ordem, do que a oposição a toda e qualquer organização e exercício do poder (SCOTT, 2013). Isso inclui, no caso, perceber as ondas do anarquismo dentro de um quadro concreto de enfrentamentos nos conflitos políticos e insurgências.

As organizações e indivíduos que se definem como anarquistas possuem variadas formas de fazer política por isso, concordando com Ibañez (2015), a militância anarquista deve ser pensada no presente por um quadro real de enfrentamento às dominações em sua vasta gama de experiências e referenciais sobre o que significa ser dominado.

O anarquismo que nasce no fim do século XIX e se difunde por meio da circulação da imprensa, de militantes e lutas em comum de forma transnacional (TURCATO, 2007; ANDERSON, 2014) e não perde esse traço ao longo do seu desenvolvimento global também nos séculos XX e XXI; e tampouco perde a característica que o define enquanto ideologia que acompanha as mudanças tecnológicas e as da classe trabalhadora.

2.2.14 Nosso problema com os pós-anarquistas⁹²:

O primeiro autor a utilizar o termo pós-anarquismo foi Hakim Bey, pseudônimo do historiador, poeta e escritor Peter Lamborn Wilson, em um artigo chamado *Post-anarchist anarchy* publicado em 1987. Sua proposta era transformar o anarquismo por dentro por meio

⁹² Não estamos respondendo diretamente ao artigo *Meu problema com o anarquismo*, escrito pelo anarquista estadunidense Bob Black, como introdução de seu livro *Beneath the underground*, publicado em 1994, apesar de nossas considerações traçar críticas também às teses do autor.

da:

[...] participação imaginativa em outras culturas”, “abandono da pureza ideológica”, adesão ao “anti-trabalho”, “pornografia e entretenimento como veículos de uma re-educação, criação de uma música “nova e insana”, necessidade de um “anarquismo místico e democratização do xamanismo”, “glorificação literal dos sentidos”, abandono do “esquerdismo” e adesão ao “terrorismo poético” e por fim, uma “cartografia da autonomia” (SILVA, 2019)⁹³.

Os nove pontos do “programa” de Bey (1987) e sua filiação não explícita ao longo dos seus escritos o individualismo anarquista que está presente no conceito e proposta tática de criação de Zonas Autônomas Temporárias (ZAT):

“[...] uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la” (BEY, 2001, p. 17).

O autor explica que a criação das zonas autônomas não são um fim em si mesmo, sua proposta não visa substituir todas as outras formas de organização, táticas e objetivos, e sim qualitativamente propor um levante sem necessariamente precisar adotar a violência e o martírio. A proposta do autor para transformar o anarquismo por dentro por meio de uma pervertida zona-livre dentro do velho contínuo do espaço-tempo, inclui o nomadismo, “a ‘reunião tribal’ dos anos 1960, do conclave florestal de ecosabotadores, o Beltane idílico dos neo-pagãos, as conferências anarquistas, as festas gays, a cultura hacker e as raves.

Hakim Bey, afirma que proposta das zonas livres das relações capitalistas não tem a intenção substituir outras organizações, táticas e objetivos, para ele as ZATs são uma simulação de insurgências que abandona a retórica de derrubada do governo e esquivar-se do Estado, criando ocasionalmente zonas onde se pode experimentar viver em liberdade total.

Ironicamente, apesar de dizer que sua intenção não é substituir outras organizações, táticas e objetivos, em várias passagens do seu livro o autor defende que o anarquismo deve abandonar qualquer comprometimento revolucionário, “o realismo exige não apenas que

⁹³ Rafael V. da Silva **A miséria do apoliticismo e as raízes de esquerda do anarquismo**. Disponível em: <<http://elcoyote.org/a-miseria-do-apoliticismo-e-as-raizes-de-esquerda-do-anarquismo-parte-i-rafael-v-da-silva/>>. Acesso em: 5 mar.2019.

desistamos de *esperar* a ‘revolução’, mas também que desistamos de *desejá-la*” (BEY, 2001, p. 62).

Qualquer transformação da sociedade orientadas pela razão são desprezadas pelo autor: “Um sonho democrático? Um sonho socialista? Impossível” [...]. Em sonho, nada nos governa, a não ser o amor e a feitiçaria” (BEY, 2001, p. 64). Conforme sua proposta até mesmo o anarquismo que para ele está “completamente coberto com o humanismo ético, o pensamento livre, o ateísmo muscular e a rude lógica cartesiana fundamentalista” (BEY, 2001, p. 52) deve ser esquecido.

As insuficiências da teoria de Hakim Bey, conforme seus críticos como Murray Bookchin e Collin Ward, vão da negação do classismo, da relativização do poder coercitivo do Estado, dos anacronismos históricos ao exagerado apelo acrítico às noções de autonomia e liberdade restritas à esfera individual.

Sobre a proposta de zonas autônomas e negação do classismo, se pode dizer que as ZATs podem ser facilmente adotadas como tática por aqueles setores das camadas médias que têm para onde voltar e confortavelmente seguir sua vida cotidiana na mais perfeita acomodação do consumo destinado a nichos específicos de estilos de vida alternativo. Para aquelas pessoas que não têm o privilégio de ter para onde fugir, “presas” aos territórios nos quais a violência estrutural do capital e do Estado requerem as mais variadas estratégias legais e ilegais de sobrevivência, a proposta de zonas livres temporárias não vai além de um chamado para mobilizar-se e logo após, serem deixadas para trás ou melhor, onde estavam com seus problemas.

Nessa mesma direção Franks (2011) avalia que o pós-anarquismo é uma teoria elitista, ao menos em termos da prática que se deriva dela: ela ignora problemas reais, que não podem ser resolvidos por meio da desidentificação e mero respeito à diferença; para muitos falta poder-capacidade para fazer “experimentações”, ou isso lhes é diretamente negado por autoridades por meio da violência. Autores pós-modernos defendem, como visto anteriormente, a expansão de espaços de “liberdade situada”, se esse é o caso, contudo presume-se que ela esteja “situada” em algum lugar de não-liberdade (uma vez que esses espaços não podem se tornar preponderantes). O aspecto identitário do projeto também ajuda a demonstrar seu elitismo, o “agente nômade de transformação” pós-anarquista (“alguém que pode desaparecer, que não está ligado a um lugar, ou experiências do passado”) implica “métodos mais apropriados para indivíduos economicamente independentes”: nem todos “são capazes de ficar à deriva; há aqueles que estão fisicamente, socialmente ou economicamente restritos ou têm responsabilidades em relação a pessoas mais vulneráveis. Em suma, a

identidade pós-anarquista “pouco difere do agente liberal independente de gênero, raça, classe e corporalidade”, e sua tática favorita, “fugir em vez de contestar [...], parece inadequada, tendo em vista que o êxodo nem sempre é possível ou desejável” (FRANKS, 2011, p. 176).

A teoria de Hakim Bey para transformar o anarquismo por dentro, se reduz às concepções de autonomia e liberdade restritas ao indivíduo presentes no anarquismo individualista utilizando exemplos de comunidades autogestionárias “primitivas”, as raves e a cultura hacker de uma forma anacrônica não se dando ao trabalho de responder as críticas sobre os limites da contracultura e do anarquismo individualista em relação ao apoliticismo gerado a partir da contradição individualismo egoísta e organização necessária para superar as contradições geradas pela relação capital/trabalho.

No lugar da crítica à modernidade e descrença em um governo da ciência e da burocracia como em Bakunin e Malatesta, o autor não vai além de um proselitismo contracultural que nega as hierarquizações e normatizações geradas a partir de códigos e práticas compartilhadas pelos adeptos da contracultura e subculturas derivadas nas suas comunidades.

Hakim Bey poderia ser lembrado apenas como o criador do termo pós-anarquismo, mas do ponto de vista teórico insignificante para o anarquismo, inclusive para anarco-individualismo, por requestrar as ideias individualistas acrescentando apenas um molho da indústria cultural em seu estado difuso. Se não fosse seu sucesso editorial que lhe garantiram um certo prestígio no ativismo antiglobalização neoliberal, em especial naqueles setores do ativismo estadunidense próximos à academia onde a teoria dele “servia como um remédio para aplacar aqueles que consideravam a revolução e a organização em movimentos populares como algo fora de moda” (SILVA, 2019).

Murray Bookchin (2011) um dos mais importantes pensadores anarquistas do século XX, apesar de suas obras mais significativas se debruçarem sobre a concepção de autogestão, ecologia social e a proposta de um municipalismo libertário, quase sempre é lembrado por algo secundário: a polêmica com os neoanarquistas e pós-anarquistas sobre suas críticas ao que chamou de anarquismo comportamental ou anarquismo estilo de vida.

Para Bookchin (2011), o anarquismo comportamental presente no anarquismo americano era uma incoerência teórica, uma posição apolítica e antiorganizacional com aspirações místicas, primitivistas e antirracionais, baseada em um mito da autonomia do indivíduo apartada da concepção de transformação social. O anarquismo como estilo de vida para ele, mais que um liberalismo, era um gueto que afastava as pessoas comuns para longe da constituição de movimento de massa e de uma cultura de democracia direta presente na

esquerda radical americana.

As críticas de Bookchin (1991) foram muito mal recebidas por teóricos e militantes estadunidenses, que o acusaram de assumir uma postura inquisitória, de ter desvios marxistas e de ser megalomaniaco. Para Bob Black (1997) em *Anarchy after Leftism* (Anarquismo pós esquerda) escrito em resposta a Bookchin, o anarquismo se encontrava em uma crise de identidade em relação a lógica do sacrifício, da valorização do trabalho e das ideologias modernas. John Zerzan (1994) baseando-se Martin Heidegger, em linhas gerais, defendia um retorno para relações autênticas entre humanos e o mundo sem a domesticação da linguagem pelo pensamento simbólico (como a arte e matemática) e ao conceito de tempo, assim como Hakim Bey, o retorno a uma sociedade tribal seria a nova fase do anarquismo.

A proposta dos autores do pós-anarquismo de renovar o anarquismo com as contribuições de teorias sobre a pós-modernidade e autores como Martin Heidegger, Frederich Nietzsche, Michel Foucault, vai além de um problema relativo aos seus debates sobre o poder ou sobre a simples periodização e cronologia, como demonstra o historiador Mark Leier em *Bakunin, classes e pós-anarquismo* (2009)⁹⁴.

Segundo Leier (2009) a proposta dos pós-anarquistas “sustenta [...] que as ideias dos filósofos pós-modernistas e pós-estruturalistas minaram tão completamente o conhecimento e valores tradicionais [...] por isso, pouca coisa a se aprender com a teoria e filosofia anarquista anterior.” O argumento central dos pós-anarquistas é que o anarquismo deve fundamentar-se em princípios filosóficos que correspondam às mudanças radicais no pensamento crítico e na teoria crítica, isto é, princípios retirados do pós-modernismo e do pós-estruturalismo (LEIER, 2009).

O problema colocado pelo historiador sobre essas escolas “[...] complicadas e muitas vezes contraditórias”, se baseia no argumento que a “realidade material não pode ser conhecida, e que ao invés de um conhecimento absoluto do mundo”, o que temos é apenas “conhecimento parcial e interpretações partidárias do mundo”. Além do mais, “toda a nossa experiência do mundo é partilhada com outros através da linguagem, sendo a linguagem uma coisa escorregadia” (LEIER, 2009).

Por isso, “os pós-modernos demonstram um grande ceticismo em relação ao conhecimento e um forte relativismo que desafia a ideia de que a verdade imparcial seja possível [...]” (LEIER, 2009), e finalmente o pós-modernismo e o pós-estruturalismo convidam à rejeição de “ideias abstratas que pretendam ser uma explicação abrangente da

⁹⁴ LEIER, Mark. **Bakunin, classes e pós-anarquismo**. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/mark-leier-bakunin-classes-e-pos-anarquismo>. Acesso em: Consulta: jun 2018.

experiência ou do conhecimento históricos” (LEIER, 2009).

Sinteticamente, o autor esclarece que na leitura dos pós-anarquistas “[...] os anarquistas anteriores estavam errados ao afirmarem que havia uma realidade material subjacente à linguagem e que a ciência poderia dar verdadeiro conhecimento sobre o mundo” (LEIER, 2009). Além disso, “[...] na sua suposição de que havia uma natureza humana fundamental ou essencial que a sociedade havia violado e que as sociedades anarquistas permitiriam que florescesse. E ainda, no campo político, os anarquistas clássicos e modernos estavam equivocados na sua afirmação de que havia alguma conexão causal necessária entre posição econômica e ideologia” (LEIER, 2009).

Ainda em conformidade com o autor, no pós-anarquismo a ideia que certos grupos, como a classe trabalhadora, podem ser “identificados como elementos destacados no movimento anarquista ou como setores que teriam um interesse material no anarquismo, era elitista e excludente” (LEIER, 2009).

Para Leier (2009) há bons motivos para ser prudente com o pós-estruturalismo e o pós-modernismo como bases filosóficas necessárias e suficientes para o anarquismo. O primeiro apontado pelo autor é o “reconhecimento de que o pós-modernismo e o pós-estruturalismo não conduzem inevitavelmente ao anarquismo”, tal como a leitura do *Capital* conduziu para o leninismo, trotskismo, conselhismo e stalinismo, e a leitura da bíblia levou para teologias opostas como a teologia da libertação e a teologia ultraconservadora da *Opus Dei*. Tal como os argumentos favoráveis ao relativismo e ao fim da metanarrativa, a “crença na indeterminação da verdade, e a ideia de que os fatos não existem de nenhum modo significativo, podem ser postas ao serviço de qualquer de político; e foram” (LEIER, 2009).

Para o autor, se tudo que temos são histórias sobre as quais não faz sentido sequer averiguar se são verdadeiras, então não há como distinguir entre quaisquer afirmações se são válidas ou inválidas, e se isso implica em aceitar o que Richard J. Evens sugeriu, ou seja, que o pós-modernismo dá uma licença a quem quer que queira suprimir, distorcer ou encobrir o passado, não há razão particular para fundamentar o anarquismo no pensamento e nos princípios pós-modernistas. O segundo motivo dado pelo autor para ser prudente é que “o anarquismo e os anarquistas não são menos sucessíveis as tendências, modas e manias que qualquer outra ideologia ou grupo” (LEIER, 2009).

O resultado disso, em conformidade com o autor, é que diferentes gerações de anarquistas têm tentado anexar a filosofia crítica predominante em seu tempo, “do hegelianismo ao cristianismo, da ciência evolucionista ao existencialismo, do budismo ao pós-modernismo” (LEIER, 2009).

O autor argumenta que se não há filosofia única para o anarquismo, o fato dessas bases filosóficas serem também as de praticamente todas as outras ideologias políticas sugere que elas não têm nenhuma conexão com o anarquismo. Assim, anexar o anarquismo ao pós-modernismo não parece ser tão útil ou necessário, tendo em vista que o próprio pós-modernismo pode ser um reflexo das tendências, influências e forças contemporâneas, e não de uma posição filosófica universal e definitiva, ou seja, “pode ser tão transitório como qualquer outro momento filosófico” (LEIER, 2009).

Jesse Cohn e Shaw P. Wilbur (2011)⁹⁵ afirmam ser necessário ter prudência ao se fazer a associação entre o anarquismo e as posições dos teóricos da pós-modernidade, que se por um lado elas têm contribuído para desvelar relações de poder e dominação, por outro lado, tendem a fazer leituras sobre o anarquismo usualmente restritas a um número limitado de grandes pensadores, tratando uma tradição de pensamento viva como um “fenômeno histórico” morto chamado “anarquismo clássico”.

Desse modo, autores colocados como secundários ou como de pouca importância pelos pós-anarquistas, como Camillo Berneri, Luigi Fabri, Lucy Parsons, Ricardo Flores Magón ou recentes como Alberto “Pocho” Mechoso, Murray Boockhin e outros, organizadores de uma cultura política viva, de organizações anarquistas em atividade e em constante debate e reformulação, são colocados para fora do debate sobre o anarquismo e/ou colocados como racionalistas, humanistas e iluministas ressentidos e repetidores da tese da “escatologia revolucionária” do fim do século XX e início do XXI.

Existe estudiosos do anarquismo muito mais sensíveis aos dilemas da ideologia anarquista atualmente do que os defensores do anarquismo pós-esquerdismo que influenciou consideravelmente uma geração de anarquistas dos anos 1990 e 2000, nas suas rejeições às teses e contribuições teóricas e experiências anarquismo das gerações que a precederam. Apesar estarmos considerando que a maioria das suas contribuições dizem mais respeito à influência do anarquismo em gama variada de atores que se orientam pela ação direta, horizontalidade, anticapitalismo e autodefesa que estamos chamando de autonomismo.

Tomás Ibañez (2015), por exemplo, ao analisar o anarquismo hoje utiliza os termos pós-anarquismo, neoanarquismo e anarquismo extramuros não como sinônimos, mas como categorias explicativas das mudanças no anarquismo pós-Maio 1968. O *pós-anarquismo* é uma tentativa de analisar o anarquismo utilizando as categorias críticas à modernidade presentes nas teorias pós-estruturalistas e nas contribuições de Michel Foucault; utilizado para fazer

⁹⁵ COHN, Jesse; WILBUR, Shaw P. **O que há de errado com o pós-anarquismo?** Disponível em: https://pt.ptopia.at/wiki/O_que_h%C3%A1_de_errado_com_o_P%C3%B3s-Anarquismo%3F Acesso em: 13 fev. 2019.

uma diferenciação entre o que chama de anarquismo clássico do século XIX e início do XX de filiação operária e o anarquismo de hoje.

O autor esclarece que sua utilização do termo neanarquismo não é a negação do anarquismo que precedeu os anos 1960, sua utilização e pelo fato de não ter uma melhor forma de descrever o transbordamento do anarquismo para além do movimento anarquista, naquilo que ele chama de anarquismo extramuros. O movimento anarquista para o autor sempre transbordou para além das suas fronteiras, mas “desde maio de 1968 e nos mais recentes movimentos de protestos, com suas massivas ocupações de praças públicas e das ruas (Seattle, Movimento dos Indignados, Ocupa Wall Street e etc)” (IBAÑEZ, 2015, p.13), o anarquismo extramuros teve um transbordamento espetacular.

A grande novidade do século XXI consiste para o autor nas evidências apontadas por essas ações coletivas de que o movimento anarquista não é o único depositário e defensor de princípios antiautoritários e de práticas anti-hierárquicas, nem da organização horizontal e nem o único a empreender lutas com tons libertários. Nesse sentido Ibañez (2015) conclui que o delineamento da emergência da pós-modernidade e a importância de um relativismo crítico pós-estruturalista liberta o pensamento da tradição iluminista, sem se remeter ao anarquismo, na qual a mestiçagem entre neanarquismo, pós-anarquismo e anarquismo extramuros é a tendência da política radical que vem substituindo a política de mesma matriz do século XIX.

A mestiçagem do anarquismo com as lutas sociais, culturais e políticas se expressou em diferentes formas de habitar, de existir e de produzir posicionamentos que teriam renovado o anarquismo fazendo com que seus militantes reconsiderassem suas concepções de poder herdadas do iluminismo de procedência europeia e da influência cristã. O “novo imaginário do anarquismo” para Tomás Ibañez (2015) também influenciaria nas posições anarquistas de abandono da “escatologia bakunista” de ruptura violenta com o Estado e com capitalismo assumindo o discurso da não-violência e uma maior pluralidade de táticas.

Em uma obra mais recente, *Anarquismos - Contratiempos*, publicada em 2017, na Espanha, o autor afirma que as mudanças no anarquismo decorrem da simbiose entre ideia e ação que marcam os pensamentos e práticas anarquistas e o combate à dominação; que se constituiu como uma das maiores dimensões do anarquismo e sua abertura à teoria crítica. Frisamos o argumento da existência de uma nova geração de anarquistas que tem forjado suas lutas fora do próprio movimento anarquista, por meio da porosidade e mestiçagem, novas ideias e formas de se organizar e produzir em comum.

A nova identidade anarquista em conformidade com o autor incorporou as barricadas de maio de 1968, mais tarde o anarco-punk e seu estilo de vida e moradia nos *Squatts*, e os

mais importantes eventos dos anos 1990 e 2000 como o levante zapatista e ação global dos povos, diferente do ideário dos anos 1970 que partia da Comuna de Paris, Kronstat, Ucrânia até desembocar na Guerra Civil Espanhola. Para o autor é um novo imaginário de lutas onde a revolução é concebida como algo a ser alcançado no presente e não só um projeto de futuro, sendo vivida efetivamente por quem as pratica.

Para autor a revolução constitui um acontecimento que ainda é perfeitamente possível hoje, entre outras coisas, porque é inerente à nossa história. No entanto, o advento de uma revolução com características do imaginário revolucionário do século XIX se mostra totalmente impossível. O antigo ideário revolucionário está desconectado da realidade atual, pois tudo indica que entramos em uma nova era tecnológica, ideológica e formações históricas interligadas, amarradas em um relacionamento sinérgico que constitui diferentes partes do mesmo fenômeno global.

Concordamos com Tomáz Ibañez quando afirma que o anarquismo atual possui como características uma “simbiose” de ideia e ação, a capilaridade com as discussões de seu tempo e espaço e sua forma prefigurativa de combater a dominação, tais características não são exclusivas do anarquismo e, como foi descrito anteriormente, estão presentes em organizações políticas e movimentos sociais orientadas pela autonomia como processo, não necessariamente, como autonomia contra o Estado.

Um dos problemas que encontramos ao ler Tomáz Ibañez são suas considerações sobre o que chamam de anarquismo renovado. Em seus textos não há críticas às tendências autoritárias e às tendências contraculturais e individualistas, aos essencialismos. Essas ausências servem para a criação de uma imagem caricata de um certo anarquismo.

Denominamos de caricata esta ausência de crítica não apenas porque alguns dos autores tendem a negar aquilo que pode nos auxiliar a diferenciar o anarquismo de outras alternativas antiautoritárias e anticapitalistas, mas, principalmente, por traçar um antes e depois de maio 68, onde o “velho” o anarquismo revolucionário e suas organizações são tratados como únicas tendências detentoras de um certo sectarismo, portadoras de um purismo que as autoriza reivindicar-se “proprietárias” do anarquismo.

O anarquismo hoje não pode ser o mesmo do século XIX, tal como já não era o mesmo no início do século XX ou após a II Guerra Mundial. O anarquismo como ideologia, doutrina ou discurso segue os fluxos das ações coletivas, movimentos sociais e das mais variadas formas de resistências e insurgências, e com isso se recolocam os dilemas e disputas de repertório com outras forças políticas.

Reforçamos a ideia de que é simplório demarcar uma nova e uma velha escola do

anarquismo, exaltando novos elementos que não são tão novos como se pretende, por exemplo: a prefiguração da política, a criação de redes transnacionais de solidariedade e intercâmbios e trocas de solidariedade entre anarquistas e não anarquistas nos movimentos populares.

O que Ibañez (2015) chama de anarquismo extramuros localizamos dentro do que chamamos movimentos autônomos, uma forma participação política sob princípios políticos anticapitalistas, antiautoritários orientados pela ação direta e pluralidade tática, com um repertório antissistêmico que converge em campanhas contra o capitalismo, nas lutas antirracistas, antifascistas, feministas, antiespecistas e ecologistas radicais, etc. Esse conjunto heterogêneo de organizações políticas e movimentos sociais possui suas particularidades táticas, estratégicas e referências teóricas, e se distinguem do anarquismo e das ideologias que orientam sindicatos, partidos políticos e organizações populares que divergem entre si sobre como transformar o mundo.

2.2.15 Observações finais sobre o anarquismo hoje

O anarquismo presente em organizações políticas mais ou menos flexíveis busca criar ou influenciar conforme as suas especificidades ideológicas os processos de transformação social orientados para a autonomia contra o Estado. O Estado para os anarquistas não o único agente do “poder sobre” no cotidiano dos setores de classe, categoriais e subalternidades aos quais anarquistas chamam de povo.

A definição de povo segundo a leitura anarquista que significa *ser governado* (dominado), roubado e oprimido indica quais seriam as alternativas organizacionais, táticas e estratégias a serem tomadas por ele para sua própria emancipação; considerando a necessidade de tornar o poder enquanto a capacidade de poder com o outro e expandi-lo para um maior número de pessoas. Ampliar a participação implica em demarcar posições em relação ao direcionamento das lutas e táticas para gerar a confiança e solidariedade em uma disputa política com outras ideologias.

A ação direta está presente nas experiências das organizações políticas anarquistas e movimentos sociais, sindicatos, ações coletivas etc., influenciadas pelo anarquismo. Porém existe entre os anarquistas divergências de como implantá-la de forma efetiva. Para os anarquistas que atuam junto a movimentos sociais, sindicatos e comunidades alvo desta

pesquisa, em comum encontrarmos a avaliação que para anarquismo se apresentar como alternativa concreta de transformação social é necessário a participação em articulações amplas nos setores subalternos em prol da constituição de uma força social capaz de atingir o objetivo finalista libertário.

A participação política é um elemento chave para compreensão da relação do anarquismo com os movimentos sociais no sentido de como as diferentes correntes que divergem entre si operacionalizam essa participação. A obsessão de buscar demonstrar incoerência entre a teoria e prática anarquista tende a negligenciar que a forma partido ou as formas mais flexíveis de organização anarquistas se colocam em oposição às representações na instituições e formas de centralização de outras organizações políticas, mas não em relação à ação direta. Lembremos que nenhum processo revolucionário ou transformação de regimes ou sistemas políticos envolveu a participação apenas de anarquistas, comunistas ou nacionalistas.

Todos os processos de transformação ou rupturas revolucionárias onde se identifica a participação direta de organizações anarquistas como a Guerra Civil Espanhola, a Comunas da Manchúria e Makhnovitina, ou aqueles em que os anarquistas foram quase que apagados da história, como a Revolução Cubana e as mais recentes como as ações insurgentes contra o neoliberalismo, a crise de 2008 e contra o avanço da extrema direita no mundo, implicaram em formas organizacionais e táticas que tinham por objetivo corresponder às correlações de forças sociais em confrontos políticos nos territórios.

As concepções balizares da ideologia anarquista como ação direta, autogestão, federalismo, apoio mútuo e etc., não podem cair na esteira de um debate centrado em apontar apenas as contradições da ideologia, algo que tende tanto ao reconhecimento que os atores envolvidos nos confrontos políticos não tinham condições para atingir seus objetivos naquelas correlações de força, como também a responsabilização de uma corrente por todas as mazelas e fracassos.

A análise sobre a redistribuição dos recursos necessários para que haja horizontalidade e autonomia não pode se centrar apenas no saber livresco e deixar de lado o que é feito e como é feito em relação ao convencimento, propaganda, formação, articulação com outros setores sociais e oposição à táticas etc.

A autonomia no Estado ou contra o Estado, são categorias analíticas que servem para delimitar as diferenças entre organizações políticas em relação a ele, porém a autonomia como defendem os anarquistas está imersa em conflitos onde não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Por isso, a análise do que é feito e como é feito pelas organizações anarquistas deve

contemplar uma visão global da ideologia marcada por suas conexões transcontinentais sem deixar que o território onde os confrontos se estabelecem desapareça.

O anarquismo foi apresentado como ideologia específica que constrói ou se alia a movimentos autonomistas para influenciar os movimentos sociais e ações coletivas, mas não se limita a eles, sendo que os movimentos autonomistas e sociais são construídos por outras ideologias. Quando nos reportamos aos sujeitos desafiantes do “poder sobre” referindo-nos à dominação e heterogeneidade desses sujeitos sócio-políticos e suas concepções ideológicas em um confronto político e/ou processo insurgentes a pergunta lançada de antemão: “essa é uma revolução é anarquista”? se torna desnecessária, porque o anarquismo fala em revolução social como um processo amplo que vai além das tomadas dos meios de produção, e não em uma revolução anarquista.

As divergências estratégicas tanto em relação aos pares ou aliados ou as formas de tomada de decisão estão intrinsecamente ligadas ao formato de inserção social e a avaliação do que fazer em relação aos problemas daquelas pessoas que se consideram potencialmente sujeitos revolucionários e suas carências materiais e imateriais.

Nesse sentido os debates em torno dessas questões são elementos chaves para compreender tanto as diferentes formas dos anarquistas se relacionarem com os movimentos sociais e demais setores das classes subalternas, como também para localizar quais eram e são as insuficiências presentes segundo eles que levam ao fracasso em relação aos seus objetivos e quais práticas devem ser adotadas para que liberdade e autonomia sejam efetivamente vivenciadas.

O anarquismo ao longo de seus ciclos históricos obteve maior ou menor influência política nas lutas e movimentos sociais e isso não tem a ver apenas com leituras equivocadas sobre o poder em determinadas conjunturas e com as disputas com outras ideologias que se mostraram mais eficientes em responder questões imediatas ou por se adaptarem mais facilmente ao sistema, mas também pela brutal repressão estatal que encarcerou e eliminou sistematicamente militantes anarquistas e de organizações revolucionárias com outras ideologias.

O anarquismo no Brasil, atualmente, possui um contingente de militantes e organizações bastante reduzido em comparação com outras organizações políticas, porém com uma grande capacidade de inovação de repertórios e de agenciamento com a multiplicação de organizações horizontalistas e movimentos autônomos desde os anos 2000.

A crise de representatividade de partidos e sindicatos junto à classe trabalhadora e as suas respectivas mudanças relacionadas à composição e surgimento de outras formas de se

associarem coletivamente, as alianças de governos progressistas com setores do capital e da classe política conservadora brasileira, as tentativas de formação de bloco econômico entre Estados na América Latina visando o desenvolvimento regional e as políticas de governo para saúde, educação, moradia, mobilidade urbana, distribuição de renda e etc., aliadas as políticas de segurança pública baseadas no controle social dos pobres de forma militarizada são fatores determinantes dos confrontos políticos onde se estabelecem as relações entre anarquistas e movimentos sociais e autonomistas.

As mudanças rápidas nas correlações de forças sociais em disputa pelo controle político, econômico e cultural no Brasil, ainda que não possam ser capturadas em sua totalidade por este estudo por algumas ainda estarem em curso, nos levou a reforçar a apresentação do anarquismo como uma das ideologias presentes nas lutas sociais em organizações políticas desafiantes ao estabelecido pelos governos e pelo capitalismo, independentemente se os governos são qualificados como progressistas ou de extrema-direita.

As tensões entre anarquistas e outras ideologias anticapitalistas e antiautoritárias, as relações com os movimentos sociais e o antagonismo do anarquismo em relação ao Estado e ao capital, estão colocadas no debate onde o objetivo é demonstrar como o anarquismo hoje, ainda que multifacetado em correntes, busca articular-se com outros sujeitos políticos para constituir uma força política capaz de levar adiante os seus objetivos.

CAPITULO 3 O ANARQUISMO SOCIAL NO BRASIL: A ABOARDAGEM TEÓRICA E IDEOLÓGICA DAS ORGANIZAÇÕES ESPECÍFICAS ANARQUISTAS DE CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR

Nos capítulos anteriores mostramos o anarquismo como uma ideologia socialista que nasce no fim do século XIX, no interior das classes oprimidas em contraposição à centralização do poder econômico, político e cultural/ideológico produtores de hierarquizações, clivagens e desigualdades sociais que impediam e impedem o ser humano de alcançar o máximo de suas capacidades e gozar de igualdade e liberdade social.

Os elementos destrutivos e construtivos da ideologia anarquista e sua forma própria de articular as diferenças foram apresentados relacionando o viver a utopia (prefiguração política) e a ruptura revolucionária que no anarquismo tem o povo como uma classe oprimida e o único sujeito com a capacidade de realização de uma ruptura com todas as relações assimétricas de poder centro e periferia da qual a dominação estatal/capitalista são a parte mais forte, mas não as únicas relações que devem ser rompidas.

O cuidado ao apresentar a história partiu também da necessidade de fundamentar um olhar para o transbordamento do anarquismo sem espetacularização sobre a influência anarquista naquelas lutas que hoje insistem em tirar do sossego dos governos, mídia corporativa, gestores capitalistas e, apresentar estudos recentes sobre a história do anarquismo no Brasil e sua influência em setores das classes oprimidas e exploradas ao longo da história

O transbordamento do anarquismo para além das suas fronteiras é um dos objetivos dos anarquistas desde o fim do Século XIX, o contraste exagerado entre o anarquismo hoje e o anarquismo histórico como afirma Lucien Van der Walt (2019) se baseia “em generalizações feitas a partir de aspectos muito específicos, essencialmente ocidentais, de uma práxis global complexa” (VAN DER WALT, 2019, p. 9), com uma tendência de reduzir a história do anarquismo ao hemisfério norte.

A tendência apontada por Van der Walt (2019) tem reflexos na produção de estudos sobre a quinta onda global do anarquismo no Brasil. São poucos estudos que conferem a devida importância à atuação de organizações anarquistas em movimentos populares, como no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos movimentos de luta por moradia e comunitário, no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras do setor público, privado e informais.

O problema é semelhante também na relação entre anarquismo e movimentos autônomos. Não encontramos estudos com um olhar direcionado a para participação de organizações políticas anarquistas nos movimentos autônomos, como o movimento Passe Livre, em ações coletivas como a Marcha da Vaidas, nos movimentos estudantil, LGBTI e ecológicos como parte de uma tendência global de grupos de afinidade adeptos de uma ideologia anarquista difusa caracterizada por novas preocupações com a dominação nas relações interpessoais, de gênero, identidades LGBTs e etnia, de consumo e produção e o domínio dos homens sobre a natureza, algo que Van der Walt (2019), aponta não se sustentar historicamente.

Os estudos recentes sobre a história do anarquismo, no Brasil, demonstram que após a ditadura militar ele passou por uma fase de reorganização, na qual a grande maioria da militância anarquista era muito jovem, havia conhecido o anarquismo a partir da contracultura e da imprensa anarquista dos anos 1960 e 1970, nos espaços libertários reabertos nos anos 1980, pelos poucos militantes vivos que haviam passado por experiências libertárias nos anos 1940 e 1950.

O anarquismo brasileiro nessa época, muito restrito em termos de influência política na classe trabalhadora, não poderia ser outro se não o da reinvenção da tradição organizativa libertária. Esse distanciamento entre gerações de anarquistas não explica todos os motivos pelos quais o anarquismo brasileiro precisa reinventar-se, mas não permite cair na acrítica tentativa de estereotipá-lo

Os conflitos políticos se desdobram nos territórios, espaços delimitados e definidos pelas relações de poder, exigindo dos setores que desafiam o poder repostas às perguntas: o que fazer e como fazer?. No que tange ao anarquismo brasileiro as respostas foram dadas levando aspectos gerais da ideologia, readequando-as dentro das correlações de forças na luta de classes e, entre desafiante ao poder nos conflitos políticos.

O anarquismo especificista não é único representante do anarquismo social⁹⁶ brasileiro, como uma das correntes que reivindica para si o legado histórico do anarquismo suas representações simbólicas, estratégias e táticas, suas formas de lidar com o individualismo e espontaneísmo, distribuição de recursos materiais e imateriais.

As referências aos clássicos do anarquismo utilizadas por essas organizações anarquistas não têm a ver com a reprodução ou transporte do anarquismo do passado para o

⁹⁶ O termo anarquismo social, definido por Murray Bookchin em oposição em relação ao anarquismo comportamental, Frank Mintz (2006), Felipe Correa (2012) e outros estudiosos por sua atuação junto às classes oprimidas.

presente, mas com a necessidade de produzir uma análise da realidade coerente com a ideologia anarquista.

O estudo direcionado sobre uma corrente anarquista, no caso o anarquismo especificista, nos permite apontar os debates entre organizações anarquistas sobre quais meios que utilizam para atingir seus objetivos a curto, médio e longo prazo, as diferenças entre as organizações anarquistas e em relação a outros setores anticapitalistas e antiautoritários em uma conjuntura mais ampla de correlações de forças políticas que atuam na política brasileira.

3.1 ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS ANARQUISTAS NO BRASIL

O termo especificismo criado pela Federação Anarquista Uruguaia nos anos 1950, descreve o modelo organizacional no qual existe uma separação entre nível político (organização anarquista) do nível social (movimentos sociais e organizações populares) A organização política anarquista construída em torno de uma unidade de teoria e práxis que atua nos movimentos sociais e autônomos busca influenciá-los a partir da prática em direção à revolução social e ao socialismo libertário.

A organização específica anarquista nesse modelo organizacional tem o papel de se inserir e militar nos movimentos sociais e autônomos para “anarquizá-los” no sentido de adotarem os princípios socialistas libertários (classismo, autonomia e independência das instituições estatais, partidos e sindicatos centralistas, a democracia de base e federalismo, a autogestão generalizada), para que as classes oprimidas e suas organizações se constituam como uma força social capaz de romper com o sistema de dominação estatal-capitalista.

Na América Latina atualmente o anarquismo especificista está presente no Uruguai com a Federação Anarquista Uruguaia, na Argentina com a Federación Anarquista de Rosário (FAR)⁹⁷ e a Organização Anarquista de Córdoba. Na Colômbia com o Grupo Libertario Vía Libre, no Peru com a Corriente Libertária, no Chile com Federação Anarquista de Santiago e no Brasil com a Federação Anarquista Gaúcha (RS), o Coletivo Anarquista Bandeira Negra (SC), o Coletivo Luta de Classes (PR), a Organização Anarquista Socialismo Libertário (SP), a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (RJ), o Coletivo Mineiro Popular Anarquista (MG), a Rusga Libertária (MT), o Fórum Anarquista Especificista (BA), a Federação Anarquista

⁹⁷ Ex-Columna Libertaria Joaquín Penina.

Palmares (AL), a Organização Resistência Libertária (CE) e a Federação Anarquista Cabana (PA) associados à Coordenação Anarquista Brasileira (CAB).

A Coordenação Anarquista Brasileira foi fundada em 2012 é uma articulação nacional de organizações políticas “associadas sob os princípios e a estratégia do anarquismo de matriz especificista” (CAB, 2012)⁹⁸ que defende “determinadas concepções metodológicas e programáticas em seu seio, de forma que possam apontar para um objetivo de tipo finalista, que se consolida na construção da nova sociedade” (CAB, 2012b)⁹⁹, que iremos analisar.

O dualismo organizacional adotado pelas organizações políticas que compõem a Coordenação Anarquista Brasileira está presente também em outras organizações anarquistas não especificistas, como a União Popular Anarquista (UNIPA), Organização Anarquista Terra e Liberdade (OATL) e a Liga Anarquista, que também se diferem entre si como organizações em estratégias e concepções balizares da ideologia anarquista.

A União Popular Anarquista (UNIPA) é uma organização política anarquista coletivista que reivindica o bakuninismo. Fundada em 2003, após um racha no Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) em decorrência de divergências com a Federação Anarquista do Rio de Janeiro e Federação Anarquista Gaúcha, ambas anarquistas especificistas.

A organização que se chamava Federação Anarquista Insurreição antes da ruptura, foi fundada por militantes do movimento estudantil, sindical e comunitário, que nessa época participavam do Laboratório de Estudos Libertários (LEL). Após a fundação da UNIPA, o periódico a *Causa do Povo* e a *Revista Ruptura* publicados pelo LEL, passaram a ser órgãos da organização (ROCHA; SANTOS; PENNA; VIANA da SILVA, 2018)¹⁰⁰

Entre os anos 2005 e 2010, a UNIPA participou da construção da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) uma iniciativa das oposições de esquerda no movimento sindical à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Assumindo uma posição de oposição em relação ao Partido Socialista do Trabalhadores Unificados (PSTU), um partido de orientação marxista trotskista que posteriormente irá hegemonizar a CSP-Conlutas.

No seu último congresso realizado em 2016, a UNIPA passou a ter como seu principal foco a atuação em nível de massa a “formação e a consolidação das organizações sindicalistas revolucionárias sob a forma de Federações Autônomas” (UNIPA, 2016, p 44), por meio do

⁹⁸ **Quem somos?** Disponível em: <https://ligarj.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

⁹⁹ **Declaração de Princípios da Coordenação Anarquista Brasileira.** Disponível em: https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=8. Acesso em: 24 abr. 2019.

¹⁰⁰ No campo das organizações do anarquismo social as divergências entre a UNIPA e as organizações específicas que compõem a CAB são frequentes até hoje.

contato de novas organizações autônomas e das oposições combativas de trabalhadores independentes da CUT, CSP-Conlutas e outras centrais sindicais.

Atualmente, a organização anarquista impulsiona a construção da Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB), com atuação nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Distrito Federal. A metodologia de formação de círculos autônomos uma proposta da FOB tem sido usada para formação de tendências no movimento estudantil e de trabalhadores.

Outro objetivo da UNIPA constante no seu plano de lutas elaborado no congresso de 2016, é a construção da sua articulação internacional. Segundo o documento, que traz as resoluções do congresso, as organizações como a CNT (Espanha), USI (Itália) e FAU (Alemanha) apontaram para um importante processo de ruptura com o revisionismo e uma autocrítica necessária do afastamento das massas (UNIPA, 2016. p.45), e que essas organizações estavam iniciando um processo de reorganização da AIT.

A Organização Anarquista Terra e Liberdade (OATL) foi fundada em 2012, no Rio Janeiro, em um processo iniciado no ano anterior após o terceiro despejo sofrido pelo coletivo de moradores da Ocupação sem-teto Guerreiro urbano, no bairro de Santa Tereza. E a Liga Anarquista, também do Rio de Janeiro, fundada “a partir dos levantes populares de junho de 2013, de conversas, análises e discussões entre alguns indivíduos anarquistas não associados às organizações atuantes na cidade¹⁰¹” possui uma matriz ideológica sintetista (ROCHA; SANTOS; PENNA; VIANA da SILVA, 2018).

Em dezembro de 2019, um comunicado conjunto da Coordenação Anarquista Brasileira, Federação Anarquista de Rosário (Argentina) e a Federação Anarquista do Uruguai deu a notícia do relançamento da Coordenação Anarquista Latino-americana (CALA)¹⁰², uma articulação que havia funcionado do início até o final dos anos 1990, articulando organizações específicas anarquistas desses países e que voltou a ser articulada a partir 2011 durante as Jornadas Anarquistas de Porto Alegre.

Segundo o comunicado de relançamento da CALA, o que motivou a sua reorganização foi a efervescência política na região “[...] em que o povo está ganhando as ruas, resistindo e enfrentando o avanço brutal dos setores mais reacionários do continente e a presença ativa do imperialismo estadunidense em seus diferentes modos de intervir” (CAB, FAR, FAU, 2019), se referindo aos protestos nas ruas do Chile, Colômbia, Haiti, Porto Rico

¹⁰¹ **Quem somos?** Disponível em: <https://ligarj.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

¹⁰² **Comunicado de relançamento da Coordenação Anarquista Latino-americana.** Disponível em: <https://www.cabn.libertar.org/cala-comunicado-de-relançamento-da-coordenacao-anarquista-latinoamericana-cala/> Acesso em: 20 dez. 2019.

Equador, e contra o Golpe de Estado civil-militar na Bolívia, “onde a violência racista dos de cima está sendo combatida com trancamentos de via, manifestações e bloqueios” (CAB, FAR, FAU, 2019).

No comunicado avaliam “que desde sempre, as hesitações e especulações eleitoreiras da esquerda parlamentar perdem o sentido e que as organizações políticas do anarquismo especificista não apenas reafirmam a necessidade de estarem organizadas e sintonizadas com o momento histórico” (CAB; FAR; FAU, 2019), como já tinham avaliado nas Jornadas Anarquistas de Porto Alegre, meses antes.

Durante as Jornadas de Anarquistas de Porto Alegre de 2019, com participação da Coordenação Anarquista Brasileira, Federação Anarquista Uruguiaia, Federação Anarquista de Rosário, Organização Anarquista de Córdoba (OAC, Argentina) Anarquismo Organizado (OSRL, Buenos Aires,), Núcleo Pró-Federação (Chile) e Coordenação de Grupos Anarquistas (CGA-França), foram lançadas propostas de consolidar a corrente especificista nos países presentes, a construção de ferramentas de análise e o engendramento de processos de articulação na coordenação entre as organizações da Europa e da América do Sul¹⁰³.

No Brasil existe uma ampla gama de grupos de afinidade e coletivos anarquistas que assumem formas associativas menos rígidas e não dualistas. Essas organizações que ganharam uma grande visibilidade a partir dos anos 1990 e 2000, no movimento antiglobalização neoliberal e nas décadas seguintes atuando com as mais diferentes bandeiras de luta: feminismo e combate as LGBTsfobia, na liberação animal e ecologia social, na criação de espaços autogestionados, propaganda e difusão de notícias, cultura de segurança e desenvolvimento de tecnologias livres.

Os grupos de afinidade e coletivos não dualistas são a grande maioria entre as organizações anarquistas. São sintetistas e de novas sínteses com teorias críticas e contracultura.

A relação entre organizações anarquistas e movimentos sociais possuem como característica os diferentes espaços, tipos de atuação e de inserção neles, além do seu tempo de duração, no sentido de se diluírem porque estavam organizadas para realização de uma determinada atividade, se desfazem por divergências internas e se reorganizam com outro nome ou ainda para um longo período de atividades com poucas interrupções. Por isso, como uma forma de agrupar as organizações anarquistas definimos dois tipos de relação com os movimentos sociais e autonomistas:

¹⁰³ **Declaração das Jornadas Anarquistas 2019.** Disponível em: <https://www.cabn.libertar.org/declaracao-das-jornadas-anarquistas-2019/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

- A relação estratégica descreve a ação de anarquistas organizados pelo modelo do dualismo organizacional. Ela é realizada por organizações políticas anarquistas programáticas que funcionam como um partido de quadros buscando intencionalmente influenciar nos movimentos sociais e autonomistas através da participação dos militantes nos movimentos sociais e autonomistas ou nas organizações intermediárias entre a organização política e os movimentos sociais e autônomos, tais como os grupamentos de tendência e círculos independentes, que reúnem militantes anarquistas e de outras ideologias.
- A relação difusa descreve ação de grupos de afinidade anarquista que buscam exercer influência nos movimentos sociais e autonomistas participando neles como militantes independentes ou como uma organização política paralela aos movimentos sociais.

As formas de se relacionar com os movimentos sociais e autônomos se diferenciam em relação a outras variáveis, tais como: as estratégias de responsabilização e distribuição de recursos, como lidam com o individualismo e espontaneísmo, o lugar de certas táticas nos seus repertórios de confronto, como articulam e se posicionam em relação às classes oprimidas das quais fazem parte e/ou dizem ser representantes dignos de confiança delas; uma exigência que Tarrow (2009) aponta para que consigam agenciar a solidariedade de amplos setores da sociedade.

3.1.1 A teoria e a ideologia das organizações específicas anarquistas

Para Adam Weaver (2012) o anarquismo especificista é uma prática viva e desenvolvida há mais de 50 anos, desde a fundação da Federação Anarquista Uruguaia e, sem dúvida, uma teoria muito relevante e contemporânea. Para o autor o anarquismo especificista nasce no Cone Sul da América Latina, mas sua influência se espalha toda parte; sua proposta não se origina de um chamado ou de um documento único, mas foram criadas organicamente a partir dos movimentos do Sul Global, que estão liderando a luta contra o capitalismo internacional e dando exemplos para os movimentos do mundo todo.

Os pressupostos teóricos que fundamentam a estratégia da corrente anarquista especificista estão apresentados na sistematização da Coordenação Anarquista Brasileira nas

três edições da *Revista Socialismo Libertário*, órgão de divulgação da organização; no programa da Federação Anarquista do Rio de Janeiro e nos módulos de formação dessa organização e da Organização Anarquista Socialismo Libertário de São Paulo e no caderno do grupo de trabalho sindical da CAB.

A escolha de delinear a teoria do anarquismo especificista por meio da seleção de materiais produzidos pelas organizações brasileiras e da coordenação nacional e não pelos materiais da Federação Anarquista Uruguaia foi motivada pela sistematização neles contidas que, além de contemplar as linhas gerais do anarquismo especificista, contém uma leitura própria do especificismo na conjuntura brasileira.

O material analisado em grande parte possui uma linguagem de fácil compreensão, mas com variações relacionadas ao público ao qual ele está direcionado.

A *Revista Socialismo Libertário* nas suas três edições traz as definições balizares do que é o anarquismo, a concepção de poder popular, o papel da teoria e da ideologia no anarquismo especificista. O programa da Federação Anarquista do Rio de Janeiro ainda que bastante volumoso aprofunda consideravelmente a linha estratégica e política do especificismo.

Os materiais destinados à formação específica de militantes como o produzido pelo Grupo de Trabalho Sindical da CAB e sobre a política de alianças com outras forças políticas trazem questões pontuais e também gerais como a crítica ao sectarismo no meio libertário. As organizações anarquistas especificistas e sua articulação nacional deixam em evidência suas propostas e o que estão criticando nas outras correntes anarquistas e organizações políticas não anarquistas.

3.2 ELEMENTOS TEÓRICOS E IDEOLÓGICOS DA ESTRATÉGIA DO ANARQUISMO ESPECIFISTA

Em “Para uma teoria da estratégia”¹⁰⁴, publicado na *Revista Socialismo Libertário* a Coordenação Anarquista Brasileira define seu entendimento sobre o que é uma estratégia, um programa, uma estratégia permanente e de tempo restrito, as diferenças de análises de conjuntura e de estrutura, o que é uma tática e um objetivo finalista.

¹⁰⁴ Para uma teoria da estratégia. **Revista Socialismo libertário**, São Paulo, n.3, p. 28, dez. 2016.

Figura 3 -Sistematização do que os anarquistas entendem por estratégia e programa de uma organização política



Fonte: Revista socialismo libertário, n.3, p.31, dez. 2016

Segundo a sistematização do quadro apresentado acima a *estratégia* envolve “uma leitura da realidade, os objetivos que se quer alcançar e um caminho para isso [...] em última análise, o estudo da guerra (em todos os níveis, formas e intensidades) estando aí incluída a guerra social.”¹⁰⁵ O *programa* materializa a linha estratégica que será aplicada num período correspondendo as orientações teóricas e de práxis comuns.

A *estratégia geral/permanente* conforme a organização corresponde a um planejamento geral que coordena para se atingir o *objetivo finalista* (onde se quer chegar) e os meios empregados, em relação à disputa com a outras forças políticas; a partir do momento em que se encontra caracterizado pela *análise estrutural* - compreensão do momento em que se encontra se encontram o sistema e a estrutura da sociedade – e pela *análise conjuntural* – conjuntura do momento vivido por recortes de tempo e espaço.

A *estratégia por tempo restrito* é também inflexível, como explica a CAB: “a estratégia para um tempo determinado menor do que o tempo da estratégia geral; não é a estratégia geral pois seu tempo é mais restrito e não é a tática porque possui traços mais duradouros e menos flexíveis e não somente operacionais”¹⁰⁶.

As *táticas* são caracterizadas pela organização como flexíveis e dotadas de autonomia e são a ação ou “um conjunto de ações de caráter momentâneo que tem por objetivo promover

¹⁰⁵ Ibid., p. 31.

¹⁰⁶ Ibid., p. 37.

a estratégia restrita e, assim, a estratégia geral. São bastante práticas e concretas e ‘conversam’ com o dia-a-dia da organização e sua prática política”.¹⁰⁷

As táticas utilizadas conforme a Coordenação Anarquista Brasileira estão subordinadas à estratégia por tempo restrito que por sua vez está subordinada à estratégia geral, uma coerência da qual a organização diz não abrir mão e que nos oferece uma leitura da realidade sob bases racionais.

A estratégia geral da Coordenação Anarquista Brasileira:

A estratégia geral do anarquismo que defendemos baseia-se nos movimentos populares, em sua organização, acúmulo de força, e na aplicação de formas de luta avançada, visando chegar à revolução e ao socialismo libertário. Processo este que se dá conjuntamente com a organização específica anarquista que, funcionando como fermento/motor, atua conjuntamente com os movimentos populares e proporciona as condições de transformação. Estes dois níveis (dos movimentos populares e da organização anarquista) podem ainda ser complementados por um terceiro, o da tendência, que agrega um setor afim dos movimentos populares. Essa estratégia, portanto, tem por objetivo criar e participar de movimentos populares defendendo determinadas concepções metodológicas e programáticas em seu seio, de forma que possam apontar para um objetivo de tipo finalista, que se consolida na construção da nova sociedade (CAB, 2012b).

O programa da articulação nacional e de suas organizações, os documentos de formação, contém análises conjunturais estruturais e conjunturais para traçar estrategicamente os objetivos que norteiam a prática, porém é preciso esclarecer que teoria e ideologia interagem e possuem funções distintas para os anarquistas especificistas.

O artigo *Teoria e Ideologia* sintetiza as posições e acordos das suas organizações estabelecidos em 2013, sobre o papel da teoria e da ideologia na organização. Segundo a CAB (2014) o debate tem sido feito desde os anos 1990 em torno da discussão *Huerta Grande: a importância da teoria*, um texto escrito em 1972 pela Federação Anarquista Uruguaia, escritos dos clássicos do anarquismo e outros produzidos pelas organizações especificistas, quando essas integravam o Fórum do Anarquismo Organizado em meados dos anos 2000.

Apesar de ser um documento síntese de um debate mais profundo, a Coordenação Anarquista Brasileira sustenta as seguintes posições compartilhadas por suas organizações que em linhas gerais se assemelham as posições da Federação Anarquista Uruguaia:

¹⁰⁷ Ibid., p. 38.

1) A teoria está relacionada ao conhecimento da sociedade e a ideologia a um nível de análise relativamente autônomo que, muitas vezes, se traduz em práticas políticas fundamentadas numa concepção do “vir a ser” da sociedade; 2) O anarquismo é, portanto, uma ideologia e tem utilizado historicamente distintas teorias sociais para compreender a realidade [...] 3) Teoria e ideologia constituem as bases da prática política.¹⁰⁸

Inicialmente, a Coordenação Anarquista Brasileira define como teoria como:

[...] um conjunto sistemático de conceitos, afirmações e explicações que tem por objetivo proporcionar um conhecimento sobre a realidade. A teoria estrutura, elabora e verifica o saber para descrever a ordem, a regularidade e a organização dos fenômenos que aborda. Ela está vinculada ao processo de conhecer aquilo que de fato é (e não aquilo que deveria ser), e de compreender, o mais rigorosamente possível, diferentes fenômenos que ocorrem em uma determinada realidade).¹⁰⁹

A definição de teoria segundo a CAB (2014, p.8) se aproxima da definição da Federação Anarquista Uruguaia, na qual, a teoria “aponta para a elaboração de instrumentos conceituais para pensar rigorosamente e conhecer profundamente a realidade concreta”, a FAU defende que de teoria como equivalente à ciência, mas qual seria a função científica da teoria para organização especificista brasileira?

Valendo-se das contribuições de Bakunin nas quais afirma que a ciência compreende a realidade, mas não a realidade em si mesma (*Deus e o Estado*) e que a ciência universal é um ideal que o homem nunca poderá realizar, porque terá que se contentar sempre com a ciência do seu mundo, grande demais para ser dominada por um homem ou por uma geração (*Considerações filosóficas sobre o fantasma do divino*), a Coordenação Anarquista Brasileira sustenta que as criações da vida cabem à própria vida, e a teoria uma forma de pensar a vida, está sempre em defasagem em relação a ela; por isso se deve sempre buscar um conhecimento mais adequado dos fenômenos sociais e que nenhuma teoria ou ciência geral dá conta de toda realidade, uma vez que o campo teórico e científico como um legado histórico-social sempre vai possuir limitações.

Na mesma linha de argumentação semelhantes a de Bakunin, agora utilizando as contribuições de Errico Malatesta que concebe o campo teórico-científico sempre como provisório colocando em dúvida o próprio critério de verdade, sendo que o papel da teoria

¹⁰⁸ Teoria e ideologia. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n. 2, p.8, jan. 2014.

¹⁰⁹ Teoria e ideologia. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n. 2, p.8, jan. 2014.

científica relaciona-se sempre com uma explicação do que é e do que deveria ser, no sentido de uma extrapolação dos elementos de previsão de uma teoria, para afirmar que não é possível falar de um socialismo científico.

Segundo a CAB há uma confusão entre ideologia e teoria, entre conhecimento sobre a sociedade e intervenção sobre ela que Malatesta já havia apontado. Para a organização a teoria deve ser construída ou aplicada a partir da observação atenta da realidade, sem dogmatismos, passando sempre por verificações, revisões e modificações, sem pensar que é um campo neutro ao mesmo tempo provisório, que deve subsidiar a prática política e, ao mesmo, tempo alimentar-se dela.

A dimensão da ideologia é concebida pela Coordenação Anarquista Brasileira em duas amplas abordagens, a primeira mais geral como elemento da esfera cultura/ideológica, a segunda que entende a ideologia como semelhante a doutrina.

A primeira abordagem oferece a leitura que a ideologia está no campo da esfera da cultura, como um conjunto de representações sistêmicas-estruturais que interagem com as esferas da economia e da política, vinculada às condições históricas e sociais, mas que não emana mecanicamente delas.

A organização concebe a cultura como relacionada com as atitudes, normas, crenças, mais ou menos compartilhadas pelos membros de uma sociedade, envolvendo conhecimentos, arte, moral, costumes e hábito, e possui relação com as instituições sociais, a forma de vida em sociedade, as existências familiares, os laços, os vínculos e as perspectivas. A ideologia é tudo o que circula no campo das ideias, das subjetividades e do simbólico, as utopias, a estética, a religiosidade, os valores contidos na comunicação, os conteúdos das mensagens e da cultura também estão contidos na cultura.

Nesse sentido, argumentam que em suas análises não concebem a esfera da ideologia como relegada ao aparato do esquema analítico estrutura/supra estrutura ou como se ideologia sempre tivesse o caráter de distorcer e mascarar a realidade e a racionalidade.

Em determinados momentos históricos, se produz, fortemente, um conjunto articulado de ideias, representações, noções no interior do imaginário dos distintos sujeitos sociais. É este conjunto articulado de caráter imaginário, que toma a forma de 'certezas' defendidas pelos próprios sujeitos sociais. Isso é o que pode transformar esses sujeitos em protagonistas de sua própria história ou em sujeitos passivos e/ou disciplinados pelas forças dominantes. É isso que chamamos de ideologia. Assim, a ideologia tem a ver diretamente com a constituição histórica dos sujeitos sociais e com a forma como eles se expressam na sociedade. É algo bem distinto da noção que a ideologia seja a falsificação da realidade, justamente porque

ela é um dos componentes fundamentais de qualquer realidade social.¹¹⁰

O trabalho de produção de uma ideologia de transformação é relevante para a organização na construção de novos sujeitos, novos valores, ideias, representações, tomando por base a experiência de classe, mas afirmam não ser o combate restrito à esfera cultural/ideológica que irá proporcionar as almejadas transformações sociais necessárias. Além disso, segundo as considerações da organização especificista, a esfera cultural/ideológica possui um ritmo de transformação mais lento que as esferas da política e economia porque conta com elementos não racionais.

A segunda grande abordagem da ideologia como uma doutrina, ou seja, “um conjunto de pensamento e ação desenvolvido historicamente e que atuam no jogo das forças políticas” (CAB.2012b), serve de fundamento para definição de anarquismo utilizada pela Coordenação Anarquista Brasileira e suas organizações: “como ideologia e, assim, como um sistema de idéias, motivações e aspirações que possuem necessariamente uma conexão com a ação no sentido de transformação social, a prática política” (CAB, 2012b).

Nessa abordagem a CAB, inicialmente, expõe que no campo das disputas políticas existe uma interação entre duas dinâmicas a da ação (atuar) e a do saber, que não pode ser mensurada por estar em uma “zona parda” por não se encontrar em estado puro, dando como exemplo, as doutrinas que estão presentes no campo das manifestações religiosas.

O sentido político-doutrinário o anarquismo é situado *como um pensamento para ação*, no qual o atuar e o saber não podem vir separados na interpretação da organização, ou seja, no anarquismo como uma corrente socialista os elementos de natureza doutrinária, política e teórica, interagem entre si para traçar a prática política, os meios para se atingir os fins (estratégias) e alcançar seus horizontes revolucionários (objetivo finalista).

A prática política possui três elementos aqui destacados:

1. A formulação de um objetivo finalista (que deve ser explicado da maneira mais clara possível).
2. A apreensão ou compreensão definida da realidade em que se vive, por meio de sua análise profunda e exaustiva.
3. A previsão mais aproximada possível do futuro desta realidade, de sua transformação, tanto naquilo que seja espontâneo, quanto deliberado. Ou seja, em nosso caso, a ideologia não admite o caráter de espectador interessado e analítico das condições ou transformações espontâneas da realidade, mas nos obriga a pensar voluntariamente, voluntariosamente, no sentido de seu futuro.¹¹¹

¹¹⁰ Ibid., p. 13.

¹¹¹ Ibid., p. 15.

Retomando o argumento que “à teoria compete a função de compreensão da realidade passada e presente; à ideologia compete a função de intervir sobre a realidade presente, no intuito de transformá-la”¹¹²

O documento vai delineando as considerações da organização sobre a relação entre ideologia e teoria que vão fundamentar suas práticas políticas.

A primeira consideração sobre a diferença entre teoria e ideologia diz respeito ao tempo. A teoria “relaciona-se ao conhecimento do passado e do presente e, eventualmente, de prognósticos ‘certeiros’ em relação ao futuro, ainda que questionáveis”; A ideologia “uma perspectiva de futuro e de uma adequação estratégica entre os dados sistematizados pela primeira e os objetivos finalistas estabelecidos pela segunda”¹¹³

A segunda consideração sobre a diferença entre ideologia e teoria diz respeito a natureza de seus elementos, enquanto a ideologia envolve valores, sentimentos e motivações de ordem não científica, a teoria envolve método e instrumentos conceituais que permitem um conhecimento sobre a realidade para traçar táticas estratégicas, análises conjunturais e estruturais para se chegar a um objetivo.

A terceira consideração é que as teorias estão imbricadas de ideologia, não são neutras, o próprio anarquismo enquanto ideologia se fundamenta em teorias sociais por isso recomenda-se a dúvida teórica, uma postura antidogmática baseada na busca das ferramentas mais adequadas para se analisar a realidade, conforme os problemas analisados e ainda que os instrumentos conceituais estejam em constante desenvolvimento. A certeza quanto aos princípios ideológicos, conformam as convicções, valores que motivam a ação anarquista não são negociáveis, e estão relacionados à vontade de transformação da realidade que se deseja.

A relação entre teoria, ideologia e prática política tem como fundamento o argumento que a teoria e a ideologia fundamentam a prática política:

Nossa prática política envolve elementos de ordem teórica e ideológica: temos determinados princípios e uma estratégia geral, que constituem elementos essencialmente ideológicos; realizamos leituras estruturais e conjunturais, do passado e do presente, e tentamos estabelecer alguns prognósticos, que constituem elementos essencialmente teóricos; buscamos conciliar nossos objetivos finalistas com nossa leitura da realidade e, por meio de uma prática política, transformar a sociedade presente na sociedade que desejamos para o futuro sendo, para isso, fundamentais outros elementos de ordem teórica e ideológica.¹¹⁴

¹¹² Teoria e ideologia. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n. 2, p.15, jan. 2014.

¹¹³ *Ibid.*, p.16.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 19.

Sinteticamente, a conclusão é que a teoria abarca a forma como o conhecimento sobre a realidade social será produzido, enquanto a ideologia se refere a um nível, com certa autonomia, que interage com a estrutura global tendo como característica uma perspectiva de futuro, vinculada ao interesse da organização de transformação que direciona-se a potencializar aquilo que estão definindo como sua construção de poder popular.

3.2.1 A estratégia especificista de construção do poder popular

De acordo com os anarquistas especificistas a sociedade atual é um “resultado das correlações de forças ou mesmo um conflito permanente que toma forma na luta de classes, entre o capitalismo, Estado e outras diversas forças políticas” (FARJ, 2009, p. 41), na qual o capitalismo e o Estado¹¹⁵ estão fortalecidos, ou seja, conseguiram agenciar uma maior força social que seus opositores, e logo deter o poder, que lhes dá a condição necessária para o exercício da opressão sobre as diversas outras forças políticas que resistem ao sistema de dominação estatal-capitalista.

A organização anarquista especifica é definida como “um o agrupamento de indivíduos anarquistas que, por meio de suas próprias vontades e do livre acordo, trabalham juntos com objetivos bem determinados” (FARJ, 2009, p. 55), por meio da organização anarquista “articulam-se no nível político e ideológico, para colocar em prática uma política revolucionária, e conceber os meios – a maneira de se trabalhar – que deverão apontar para os objetivos finalistas: a revolução social e o socialismo libertário” (FARJ, 2009, p. 55).

Os mais aspectos básicos de uma organização política especificista segundo a Federação Anarquista Gaúcha (1995) são:

- Difundir entre os militantes os entendimentos comuns sobre os conceitos básicos para o exercício da prática política (luta, processo, classes, povo, ideologia, sistema, dominação);
- Estabelecer critérios de funcionamento e distribuições de tarefas, potencializar as características definidas pelo coletivo para cada militante “ex.: responsabilidade, organicidade, compromisso, autodisciplina, capacidade de formulação e convencimento, ética militante, combatividade, solidariedade, fraternidade, companheirismo;

¹¹⁵ O Estado é definido como o conjunto de poderes políticos de uma nação, que toma forma por meio de instituições políticas, legislativas, judiciárias, militares, financeiras e etc., assim sendo, o Estado é mais amplo que o governo [...] O Estado possui hoje dois objetivos fundamentais: o primeiro deles, garantir as condições de produção e reprodução do capitalismo, e o segundo, assegurar sua legitimidade e controle. Por este motivo, o Estado hoje é um forte pilar de sustentação do capitalismo (FARJ, 2009, p. 24-25).

- Estabelecer as responsabilidades conforme ao nível de participação, a capacitação da militância para melhorar e aprimorar o funcionamento da organização e o aprofundamento da discussão ideológica: “sabendo que teremos cada vez mais possibilidades de trabalho quanto mais acordos e discussões acumuladas tivermos.

A função da organização anarquista específica é realizar o *trabalho e inserção social* definidos como um processo que abrange uma forma de intervenção na realidade das classes exploradas e oprimidas que pode ser de duas maneiras: “1.) Com o trabalho permanente com movimentos sociais já existentes e 2.) Com a criação de novos movimentos sociais” (FARJ, 2008, p. 71). O objetivo é que esses militantes enquanto uma “minoridade ativa [...] Influenciem o quanto for possível, sempre pelo exemplo, os movimentos sociais e organizações populares a funcionarem da forma mais libertária e igualitária possível” (FARJ, 2008, p. 82).

O sentido dado a palavra influenciar pelos especificistas é “causar modificações sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas, por meio de persuasão, dos conselhos, dos exemplos, das orientações, inspirações e práticas” (FARJ, 2009., p. 72), apontando tanto para necessidade de processos nos movimentos sociais e organizações populares para que eles tenham as características que os anarquistas defendem: “classismo, combatividade, autonomia, ação direta, democracia direta e perspectiva revolucionária” (BAKUNIN, p. 201 apud FARJ, 2008, p. 82), quanto para a disputa com múltiplas influências que incidem sobre os movimentos sociais e organizações populares que buscam redirecionar suas forças para outros projetos políticos.

Segundo a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (2009) apesar da separação dos níveis político (organização específica anarquista) e social (Movimentos sociais e organizações populares), o nível social por ser maior numericamente que o nível político é o protagonismo na transformação social. Porém o nível político e social “possuem uma relação, complementar e dialética, que faz com que o anarquismo influencie os movimentos sociais, e que os movimentos sociais influenciem o anarquismo (FARJ, 2009, p.73).

O sentido dado pela FARJ à minoria ativa se contrapõe ao significado de organização autoritária e vanguarda, na qual a diferença está na forma de participação dos militantes anarquistas organizados atuarem nos movimentos sociais e junto às classes dominadas e exploradas:

Os autoritários, ao também proporem uma diferenciação entre os níveis político e social, acreditam que o nível político possui uma relação de hierarquia e domínio em relação ao nível social. Assim, a hierarquia e o domínio de dentro do seu nível político (dos partidos autoritários) se reproduzem em suas relações com o nível social. Da mesma maneira, os autoritários entendem a reprodução da consciência, que funciona com hierarquia e domínio dentro do nível político, e que no seu entender, deve ser levada do nível político para o nível social, dos “conscientes” para os “inconscientes”. Assim funciona a relação de hierarquia e domínio do nível político para com o nível social. A relação não é de mão dupla, do político para o social, e vice-versa, mas sim, uma relação de mão única, somente do político para o social – que termina sendo uma correia de transmissão das idéias do político. A idéia autoritária, que sustenta a vanguarda como um fecho de luz que tem o objetivo de iluminar o caminho do povo, é um exemplo disso. O nível social, na escuridão, dependeria da luz do nível político. Sabemos, por diversos exemplos históricos, que nesta relação em que o nível político luta pelo social, o nível político obtém posições de privilégio (FARJ, 2009, p. 88).

A frase do anarquista italiano Errico Malatesta “não queremos emancipar o povo, mas que o povo se emancipe”, citada pela FARJ (2009, p. 73) dá ênfase ao argumento de que a organização específica anarquista luta com as classes oprimidas e exploradas, não devendo haver “em uma hierarquia nem domínio do nível político para o nível social, ao mesmo tempo, não existe uma defesa que o nível político deva lutar pelo social ou à frente dele, mas sim com ele, sendo esta, uma relação ética” (FARJ, 2009, p 73).

Segundo a FARJ (2009) o povo é o grande protagonista da transformação social, somente ele possui o potencial de levar a sociedade à revolução social e ao socialismo libertário, mas para tal tarefa devem estar organizados de forma classista e combativa e articulados entre si, mas sem serem tutelados por uma ideologia apenas, nem mesmo pelo anarquismo.

Os movimentos sociais são “produto de um tripé da vontade, necessidade e a organização popular é compreendida como um processo que resulta convergência de diversas organizações sociais e diferentes movimentos populares, que são fruto da luta de classes” (FARJ, 2009, p. 47).

Porém nem todos os movimentos sociais apontam para construção da organização popular, para o combate ao capitalismo e o Estado ou são articulados entre si, ou seja, não possuem as características ou princípios que os anarquistas defendem em relação aos meios e os fins pretendidos.

De acordo com a FARJ (2009) apesar de defenderem que a organização anarquista atue no movimento social, isso não significa uma defesa de que os movimentos sociais devem assumir uma ideologia específica, seja ela, anarquista, marxista, social- democrata etc. Para o especificismo o movimento social é mais forte quando consegue agenciar um número maior de

peessoas, sendo que a defesa de uma ideologia apenas tende a provocar cisões ou agenciar apenas as pessoas que concordam com a causa.

A defesa da autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado, aos partidos políticos, aos sindicatos burocratizados, à Igreja tem como argumento que a ação desses agentes dentro dos movimentos sociais e organizações populares se resume em formar “base” de apoio para seus interesses partidários ou acalmar os movimentos sociais estabelecendo as interlocuções com o Estado.

No primeiro caso, participam das eleições, e vêem nos movimentos sociais uma fonte de votos. No segundo, procuram um “movimento de massa” que sirva de base, para a vanguarda que desejam ser. Neste caso, os partidos políticos querem chefiar e mandar nos movimentos sociais, achando-se superiores a eles, e julgando ser os iluminados que trarão consciência às classes exploradas. Muitas vezes seus membros são intelectuais que querem saber, melhor do que o próprio povo, o que é melhor para ele. Outros organismos que buscam aparelhar, como sindicatos burocráticos e Igrejas, também não ajudam os movimentos sociais. (FARJ, 2009, p. 50).

O anarquismo especificista é crítico não apenas com os agentes da esquerda institucional; outras estratégias e formas de organização adotadas por anarquistas também são alvo de críticas sob a argumentação de que não se deve adaptar classe oprimida e explorada ao anarquismo, mas que o anarquismo deve estrategicamente se adaptar à classe oprimida, não ideologizando suas necessidades e interesses e nem colocando-se acima dela querendo que se torne anarquista.

Não pensem que eu estou advogando em prol da anarquia absoluta nos movimentos populares. Uma anarquia como essa não seria nada mais que a completa ausência de pensamento, de finalidade e de conduta comum, e necessariamente haveria de desembocar em uma impotência geral (FAG, 2019, p. 103).

A crítica à ideologização é direcionada ao anarcossindicalismo e pode se estender a qualquer organização política que reproduza a sobreposição do nível político sobre o nível social. Segundo os especificistas os plataformistas do Dielo de Truda consideravam o anarcossindicalismo um avanço em relação ao início da entrada dos anarquistas no movimento sindical, época que os libertários eram ainda pouco organizados, com uma

atuação individual e propagandista. Porém o anarcossindicalismo não era o que podia ter de mais avançado para se fazer um vínculo entre a luta pela hegemonia libertária em nível sindical e a organização dos anarquistas fora dos sindicatos.

O anarcossindicalismo, tentando forçar a introdução das ideias libertárias na ala esquerda do sindicalismo revolucionário, como meio cujo fim é criar sindicatos de tipo anarquista, representa, sob este aspecto, um passo adiante. Mas não vai além do método empírico. Porque o anarcossindicalismo não liga necessariamente a tarefa de "anarquização" do movimento sindical com a tarefa de organização das forças anarquistas fora do movimento. Ora, é apenas mediante tal ligação que é possível "anarquizar" o sindicalismo revolucionário e impedi-lo de descambar para o oportunismo e o reformismo.¹¹⁶

A metodologia de inserção social da organização política nos locais de trabalho, estudo e moradia no especificismo assume uma posição semelhantes as das teses da "neutralidade" do sindicalismo revolucionário em relação as ideologias políticas e religiosas, mas com o estabelecimento de livres acordos necessários para contemplar o maior número de membros pela identidade de classe.

O termo neutralidade entre aspas significa uma orientação de unidade norteada por elementos políticos e econômicos como a prática política com autonomia em relação ao Estado, o classismo e a ação direta sem enfatizar as diferenças de cunho político e religioso. Em linhas gerais, o especificismo como uma das correntes dentro de um quadro maior do que se define por anarquismo social, articula a tradição socialista libertária ao combate às opressões e dominações étnicas, de gênero e culturais.

A polissemia do termo popular não nos impede de aproximarmos do sentido dado pelos anarquistas ao vocábulo, que está intrinsecamente ligado à crítica e as relações de poder centro/periferia. Estrategicamente para os anarquistas especificistas não se orientar pela tomada do Estado para transformar a sociedade, não significa colocar-se à parte da política institucional e sim priorizar a ação direta como um meio de construção do poder popular.

Para os anarquistas especificistas os movimentos sociais e autonomistas que lutam por reformas não são essencialmente reformistas, as melhorias nas condições de vida das classes oprimidas não necessariamente apontam para sua acomodação e possuem um valor educativo e de acúmulo de experiências necessárias para construção deste poder.

¹¹⁶ Coletivo Pro-Organização Anarquista em Goiás, 2019, p.52.

Os anarquistas devem participar ativamente dos movimentos sociais e autônomos pois não há vácuos na política, “a partir do momento em que fazemos prevalecer nossas posições, isso significa, necessariamente, uma diminuição de influência dos autoritários e vice-versa” (FARJ, 2009, p 60). A questão organizacional é prioridade para os especificistas, pois quando os anarquistas não estão organizados ou estão mal organizados, sem um horizonte revolucionário, sem táticas e estratégias que correspondem à conjuntura das correlações de poder, inevitavelmente são arrastados pelos acontecimentos.

A proposta das organizações especificistas acerca das revoltas e mobilizações massivas espontâneas das classes oprimidas geradas por diversos motivos: “para denunciar uma injustiça, para responder a um ataque do sistema, para conseguir o que comer, um lugar para morar etc. (FARJ, 2009, p. 53) é de apoio a espontaneidade das classes populares, para elas os objetivos das revoltas espontâneas vão se construindo no meio do conflito, organização específica tem por obrigação de “avaliar corretamente o contexto e atuar de maneira conforme ao contexto” (FARJ, 2009, p. 55) para catalisar a organização e uma direção que corresponda, ainda que parcialmente, a construção do poder popular.

A forma que lidam com a contingência nos conflitos políticos mais intensos e processos insurgentes são mediados por suas ferramentas de análise da realidade e sua estratégia, buscando não sufocar ou condenar a espontaneidade das classes oprimidas, mas também não se lançando a uma aventura espontaneísta, como se todas revoltas espontâneas apontassem em direção a uma insurreição e revolução ou como se todas as táticas utilizadas não tivessem reflexo direto nas correlações de forças em disputa durante os conflitos políticos e processos insurgentes.

Segundo a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (2009, p. 55) nos momentos de maior intensidade o papel da organização anarquista é “apontar um fluxo, devemos atacar, atuando com toda a força e proporcionando toda a organização necessária”, e nos momentos onde os conflitos apontam para um refluxo “devemos saber conviver com os problemas, ‘manter a chama acesa’, e aguardar os momentos certos para voltar a nos mobilizar” (FARJ, 2009, p 55).

3.2.2 Um partido anarquista: Frentes de trabalho, Círculos Concêntricos e Agrupamentos de tendência

As organizações específicas anarquistas são uma minoria ativa (partido de quadros) com a intenção de ruptura revolucionária, o seu uncionamento interno e externo é estabelecido através de acordos teóricos e práticos tendo por objetivo garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pela organização, uma maior participação de dos os interessados na linha política da organização em atingir o objetivo finalista que é a revolução social e o socialismo libertário.

O modelo de organização interno de uma organização específica anarquista é um modelo chamado círculos concêntricos, sem hierarquias entre os militantes, mas com uma redistribuição das decisões conforme o grau de comprometimento e de como a decisão tomada afetará o militante e a própria organização. O modelo de organização externo na distribuição de militantes é o de frentes que atuam nos movimentos sociais segundo suas particularidades e de grupamentos de tendência, um nível intermediário entre a organização política específica e tais movimentos, composto por militantes não exclusivamente anarquistas, mas seguindo princípios de unidade livremente acordados.

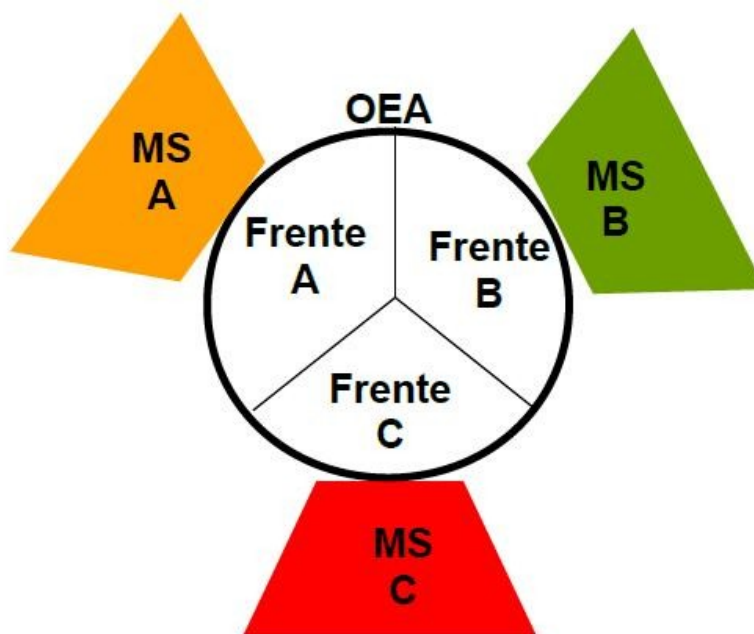
Utilizamos as definições e ilustrações do programa da Federação Anarquista do Rio de Janeiro para facilitar a compreensão do modelo organizacional adotado pelos anarquistas especificistas brasileiros. A sistematização do programa da FARJ (2009) é usada como referência nos espaços de formação de militantes das organizações anarquistas especificistas que compõem a Coordenação Anarquista Brasileira.

3.2.2.1 As frentes

As frentes são

responsáveis, em seu respectivo espaço de trabalho, pela criação e desenvolvimento de movimentos sociais e também por garantir que os anarquistas ocupem espaço político – espaço este que está em permanente disputa – e exerçam a devida influência nestes movimentos (FARJ, 2009, p 61).

Figura 4 – Esquema frentes de trabalho



Fonte: Federação Anarquista do Rio de Janeiro

O esquema acima (figura 4) ilustra como funcionam as frentes nos movimentos sociais. A organização específica anarquista na ilustração se encontra fora dos movimentos sociais (A, B e C), para cada movimento social existe uma frente que atua internamente nele. As frentes são criadas conforme as necessidades particulares de cada tipo de inserção da organização. Por exemplo, se o movimento social é urbano, mas há uma atuação da organização juntos a movimentos sociais rurais, cria-se então uma frente de trabalho para os movimentos camponeses. Digamos que existe uma inserção no movimento estudantil, então cria-se uma frente de trabalho estudantil. As frentes de trabalho lidam com particularidades de cada espaço de atuação seguindo orientações estratégicas e linhas políticas acordadas na organização anarquista específica.

3.2.2.2 Círculos Concêntricos

Segundo os especificistas brasileiros além das frentes de trabalho para realização das atividades externas para se organizar internamente, suas organizações adotam o modelo de círculos concêntricos. Segundo a FARJ (2009) uma forma inspirada no modelo organizacional proposto por Bakunin para Aliança da Democracia Socialista e pela concepção de partido anarquista de Errico Malatesta.

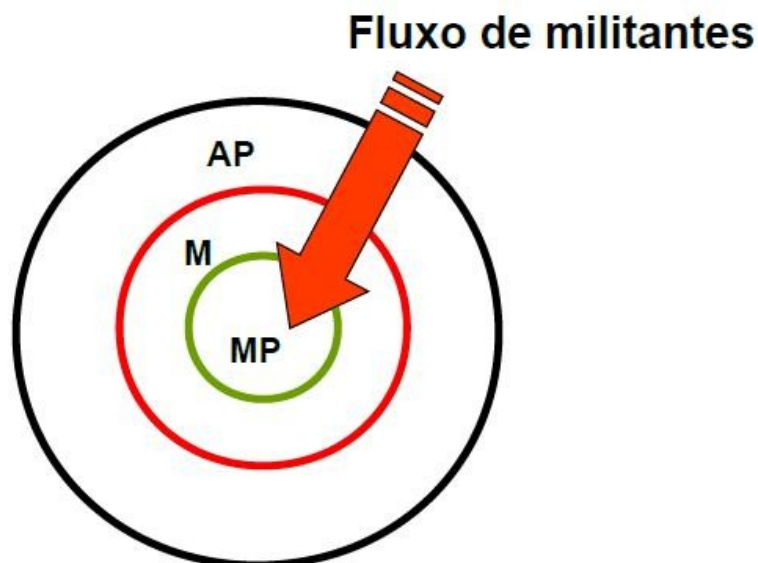
[...] é que para nós, a organização anarquista precisa prever diferentes instâncias de atuação. Estas diferentes instâncias devem potencializar seu trabalho permitindo, ao mesmo tempo, reunir militantes preparados e com alto grau de compromisso, e aproximar pessoas simpáticas à teoria ou prática da organização – que podem ser mais ou menos preparadas, mais ou menos compromissadas. Em suma, os círculos concêntricos buscam resolver um importante paradoxo: **a organização anarquista precisa ser fechada o suficiente para ter militantes preparados, compromissados e alinhados politicamente; e aberta o suficiente para aproximar novos militantes.**¹¹⁷

A grande maioria das atividades de uma organização anarquista específicas são públicas e abertas a participação de não membros, mas existem aquelas que são restritas por estarem associadas às definições das estratégias a serem adotadas ou por questões de segurança dos militantes, como o planejamento de ações que implicam em riscos à militância, informações sensíveis da organização e de militantes.

O esquema abaixo mostra como funciona o fluxo de militantes nos círculos concêntricos, divididos em os apoiadores políticos (AP), militantes (M) e militantes plenos (MP):

¹¹⁷ Grifo nosso. Federação Anarquista do Rio de Janeiro, 2009, p.62.

Figura 5 – Fluxo de Militantes



Fonte: Programa da Federação Anarquista do RJ

Os apoiadores políticos (AP) são as pessoas que por afinidade política com a organização, apesar de não fazerem parte dela podem decidir sobre questões práticas de uma atividade ou trabalho que está sendo realizado. A importância desses apoiadores é fundamental, tanto no sentido da aproximação de novos militantes, quanto no debate sobre anarquismo e no trabalho de inserção social e articulação com os movimentos sociais.

Os militantes (M) e militantes plenos (MP) são membros da organização específica anarquista que de livre vontade acordaram seguir os pontos de unidade política e estratégicas. Não há hierarquias entre militantes e militantes plenos, mas uma distribuição de participação nas instâncias decisórias de acordo com o seu comprometimento com a organização.

O fluxo de militantes no esquema acima vai se delineando em conformidade com o compromisso do militante com a organizações, quanto mais próximo do centro, mais responsabilidades, quanto mais distante, menos responsabilidades e menor participação nas esferas de decisão de definição da linha política e estratégica. As mudanças de um militante de um círculo para outra são feitas por decisão dos membros da organização conforme critérios estabelecidos e publicamente disponíveis.

Segundo a FARJ (2009, p.66):

No modelo dos círculos concêntricos, buscamos um sistema de direitos e deveres de forma que cada um tome decisões dentro daquilo que poderá e deverá cumprir depois. Assim, é normal que os militantes de apoio deliberem somente sobre aquilo que eles mesmos poderão realizar. Da mesma forma, é normal que os militantes da organização deliberem sobre aquilo que irão realizar. Desta maneira, tornamos proporcionais as deliberações e seus cumprimentos e isso implica que a organização tenha critérios claros de entrada, definindo bem quem faz e quem não faz parte dela, e em que nível de compromisso estão os militantes.

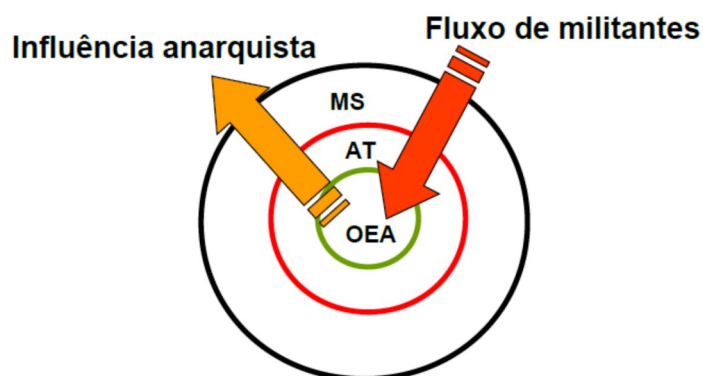
O primeiro critério de ingresso do militante na organização política específica é a sua concordância linha política, por isso a necessidade de material de teórico que a explicite. A filiação à organização pode partir da iniciativa do militante que se interessa pela linha política e pelo trabalho de inserção da organização ou por ela; em ambos os casos, a organização designa um militante que tenha um conhecimento aprofundado sobre a linha política para acompanhar o ingressante tirar suas dúvidas e lhe passar materiais teóricos. Havendo concordância do postulante com a linha política da organização, e ela aceitando o seu ingresso, ele passa a integrá-la.

Os critérios de ingresso, das mudanças de nível e de esferas de decisões de forma explícita nos círculos concêntricos integram o objetivo do modelo de organização adotado visa “proporcionar um lugar claro para cada um dos militantes e simpatizantes da organização [...] facilitar e potencializar o trabalho social da organização anarquista; e [...] estabelecer um fluxo para a captação de novos militantes (FARJ, 2009, p. 63).

3.2.2.3 *Agrupamentos de tendências*

Os agrupamentos de tendências são um nível intermediário de participação entre a organização política e o movimento social que agrega segundo a FARJ (2009, p.67) “pessoas que concordam com algumas ou todas as posições que defendemos nos movimentos sociais (força, classismo, autonomia, combatividade, ação direta, democracia direta e perspectiva revolucionária)”. Os agrupamentos de tendência objetivam aumentar a força social na defesa das posições da organização específica anarquista na sua forma de influenciar os movimentos sociais.

Figura 6- Relação entre os fluxos de militantes e influência anarquista



Fonte: Programa da Federação Anarquista do Rio de Janeiro

A ilustração demonstra a relação entre o fluxo influência e o fluxo de militantes em dois vetores. A organização específica anarquista (OEA) exerce influência no agrupamento de tendência (AT) que respectivamente influencia anarquicamente os movimentos sociais (MS).

Segundo a FARJ esse tipo de organização é uma forma de lidar com um problema muito comum na militância, o desejo de atuar junto com militantes revolucionários que defendam a autogestão, autonomia, democracia de base, democracia direta, mas não são anarquistas. E ainda contempla na relação entre os dois fluxos a necessidade de renovação de militantes para a organização anarquistas específica e o objetivo da organização anarquista que é “não é transformar todos os militantes em anarquistas, mas saber trabalhar com cada um dos militantes, da maneira mais adequada” (FARJ, 2009, p 68).

As organizações específicas anarquistas privilegiam a tomadas de decisões por consenso, porém não é o único método adotado, as decisões por votação simples são acatadas quando o debate não chega a uma conclusão. Segundo a FARJ (2009) a tomada de decisões por consenso pode ser uma forma muito pouco eficiente para se decidir algo com um número muito grande de pessoas ou desencadear um esgotamento quando uma em um conjunto pequeno de pessoas assumem uma posição isolada bloqueando assim o processo de decisão. Para os casos de decisão por voto a organização especificista recomenda o voto responsável e não o voto por afinidade com esse ou aquele militante.

O modelo organizacional adotado pelas organizações especificistas requer uma forte autodisciplina e comprometimento individual com o coletivo, ao mesmo tempo, enfatiza, a responsabilidade compartilhada entre as partes associadas por uma livre associação com base dos acordos estabelecidos.

[...] cada um que assume uma responsabilidade deve ter disciplina o suficiente para executá-la. Da mesma forma, quando a organização determina uma linha a seguir ou algo a se realizar, é a disciplina individual que fará com que aquilo que se deliberou coletivamente se realize [...] nós também pedimos disciplina, porque, sem entendimento, sem coordenação de esforços de cada um para uma ação comum e simultânea, a vitória não é materialmente possível. Mas a disciplina não deve ser uma disciplina servil, uma devoção cega aos chefes, uma obediência àquele que sempre diz para não se mexer. A disciplina revolucionária é a coerência com as ideias aceitas, a fidelidade aos compromissos assumidos, é se sentir obrigado a partilhar o trabalho e os riscos com os companheiros de luta (FARJ, 2009, p. 68).

A autodisciplina e responsabilidade no cotidiano da militância funciona como um mecanismo de que as atividades cotidianas da organização política não fiquem concentradas em poucos militantes. Além de uma medida de divisão de tarefas e atribuição de responsabilidades internas, visa atender à outra necessidade a de não haver quebras de confiança com os movimentos sociais. A execução dos compromissos assumidos com eles busca garantir o trabalho contínuo e permanente, necessário para criação e manutenção de laços de solidariedade que não poderiam ser construídos a partir de uma relação episódica.

A forma de se organizarem também é outra questão sensível em relação ao anarquismo e movimentos autônomos, a redistribuição de recursos de soma-zero e de recursos de não soma -zero.

Os recursos de soma-zero são redistribuídos com as atividades de formação da militância como palestras, debates e grupos de estudos internos. A promoção de uma educação a partir da experiência estimulando que os militantes assumam para si as atividades que nunca tenham realizado, essa é uma forma de redistribuição de recursos que assumem a função de não anular as capacidades individuais, as diferentes experiências e capitais culturais dos militantes. Em relação aos recursos materiais as organizações especificistas se mantêm a partir de contribuições dos próprios militantes, venda de livros e doações de apoiadores individuais e sindicatos, mantendo a autonomia das ativistas em relação aos doadores.

Aos recursos de não soma-zero como carisma, capacidade de articular discursos, atributos físicos e de personalidade que podem engendrar processos de hierarquização e cristalização de lideranças no interior da organização, a resposta dos anarquistas especificistas e outras expressões do anarquismo organizado é deixar em evidência as regras e os critérios de mudanças de nível, o funcionamento das suas organizações, táticas e estratégias a serem utilizadas disponíveis a todos e a todas e colocá-las em prática.

A forma que fazem a redistribuição de recursos de não soma-zero são encontradas em movimentos e organizações autonomistas onde há declarações de políticas de princípios,

critérios estabelecidos de quem pode participar de tomadas de decisão e como funcionam as organizações, em linhas gerais essa forma de redistribuição de recursos busca não anular aquelas atribuições socialmente construídas de um militante como carisma, confiança, capacidade de articulação e etc., ao mesmo tempo exercer um controle do coletivo sobre o militante para que atributos não se cristalizem ou exerçam uma posição privilegiada nas tomadas de decisões.

3.3 FORÇA SOCIAL, PODER E DOMINAÇÃO

Os conceitos de força social, poder e dominação são centrais para compreender a estratégia em relação às classes oprimidas e ao seu papel na luta libertária de transformação social, a relação aos outros tipos de anarquismo e influência de outras ideologias presentes nos movimentos sociais.

A força social segundo a FARJ ¹¹⁸ é a “energia que pode ser aplicada por todo indivíduo, como um agente social, para atingir seus objetivos [...]. A força social “varia de uma pessoa para outra e mesmo nas mesmas pessoas durante um período de tempo”. Para atingir seus objetivos “os indivíduos utilizam-se de instrumentos que podem ampliar sua força social tais como: armamentos, informações, treinamentos, técnicas adequadas, otimização de recursos, persuasão, máquinas etc.” [...] FARJ, 2009, p. 43 – 44).

Segundo a FARJ (2009, p.41) as resistências do Estado e do capitalismo podem se dar de diversas maneiras, porém umas constituem “forças políticas, maiores ou menores e outras não [...]”. “As resistências passivas (que não têm nenhuma ação contra o poder que a reprime) não constituem força política e as resistências isoladas (que possuem um caráter individual) possuem pouca força social, enquanto as resistências ativas (quando o poder sofre retaliações por parte dos subjugados) resistências articuladas (força coletiva) possibilitam o permanente aumento de força social”.

A estratégia anarquista especificista se caracteriza pela ênfase nas resistências ativas e articuladas “a partir da criação ou (recriação) de organizações classistas que avancem passo a

¹¹⁸ O Programa da Federação Anarquista do Rio de Janeiro segundo os militantes das organizações que compõem a CAB é um dos documentos mais importantes do anarquismo especificista brasileiro, sendo que muitos dos seus conceitos e categorias são a base teórica de outras organizações e da coordenação nacional.

passo em seu protagonismo como povo organizado”¹¹⁹, na qual a adoção do dualismo organizacional exerce uma função estratégica chave.

A exigência que as organizações especificistas adotem o dualismo organizacional é uma contraposição em relação aos grupos anarquistas não dualistas e a atuação individual consideradas ineficientes do ponto de vista estratégico. Os grupos não dualistas são considerados ineficientes pelos especificistas por não conseguirem influenciar “anarquicamente” os movimentos sociais em direção aos objetivos do anarquismo ao confundir o anarquismo com o próprio movimento social, acabam por não desenvolver uma prática política delimitada por uma estratégia que se direcione para revolução social e o socialismo libertário.

Os movimentos sociais para os anarquistas especificistas não são tipos ideais, são sujeitos coletivos muito mais diversificados ideologicamente e com uma composição muito mais heterogêneas que uma organização política anarquista. Para os anarquistas especificistas sem um suporte programático e ferramentas de análise conjunturais e estruturais que permitam aos militantes organizados avaliarem sua prática e sua posição na luta de classes, existe a tendência de irem se associando apenas aos pares anarquistas por considerar que os movimentos sociais não são anarquistas o suficiente. Isso leva a um isolamento em relação às classes oprimidas, quando não uma atuação sem inserção social que não aponta para o agenciamento de amplos setores das classes sociais oprimidas e exploradas.

O militante isolado segundo os especificistas está mais vulnerável que os militantes organizados em relação aos conflitos internos nos movimentos sociais onde existem outros grupos organizados que disputam o seu direcionamento político. O militante não organizado também sempre está à mercê de ser levado pelo fluxo do movimento social e a ser direcionado por grupos políticos autoritários que atuam nesses espaços (vanguardas centralistas, partidos políticos e sindicatos burocratizados) se transformando em tarefeiro de projetos de poder desses grupos.

Para o anarquismo especificista quando *os indivíduos* convergem em “simultaneidade seus esforços formando assim uma força coletiva, a força social é muito mais que soma das forças individuais” (FARJ, 2009, p. 43 – 44), e sim uma articulação de esforços simultâneos em torno de valores e interesses comuns.

A força social não é um mero sinônimo de poder e poder não é um sinônimo de força social, segundo a CAB (2012) o poder é “uma relação social estabelecida a partir do enfrentamento entre diversas forças sociais, quando uma ou mais forças se impõem às outras

¹¹⁹ Para uma teoria da estratégia. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n. 3, p.36, dez.2016.

[..]”. O poder como uma relação existe “em todas as sociedades de forma dinâmica e permanente, entre as forças que estão em jogo [...], entretanto, os indivíduos, grupos, classes sociais podem ou não a vir se constituírem como forças sociais”.¹²⁰

O que delimita as diferenças entre os conceitos de força social e poder é a capacidade de realização. Enquanto a força social exige que essa capacidade saia do campo da possibilidade e seja exercida pelo agente que a detém, o poder “existe, de fato, existe quando há uma imposição de vontade de um agente ou conjunto de agentes por meio da força social que consegue mobilizar para sobrepor as forças mobilizadas por aqueles que se opõem”.¹²¹

Nesse mesmo sentido, há uma outra preocupação em termos conceituais relacionada ao conceito de poder e o de dominação, tendo em vista que ao falar “que qualquer sociedade possui relações de poder não significa, entretanto, afirmar que todas as sociedades, e todas as relações sociais, fundamentam-se na dominação”¹²².

A dominação[...] é definida como um tipo de relação, na qual [...] **uma pessoa ou um grupo de pessoas utiliza-se “da força social de outrem (do dominado), e, conseqüentemente, de seu tempo, para realizar seus objetivos (do dominador) – que não são os objetivos do agente subjugado.** (FARJ, 2009. p. 21. Grifo nosso). A dominação [...] é um tipo de poder, que caracterizamos como um poder autoritário. contra o qual temos nos mobilizado historicamente [...] uma relação poder hierárquica que pode se institucionalizar com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Ela explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não se possa reduzir dominação a dominação de classe. [ERRANDONEA, 1989].¹²³

A dominação contemporânea segundo os anarquistas especificistas é “caracterizada como um sistema de dominação, fundamentada nas relações das distintas esferas e que possui na luta entre classes com interesses antagônicos sua expressão mais relevante”¹²⁴, ou seja, as dominações nas esferas da economia, política, cultura e ideologia, são estruturas que os anarquistas historicamente combatem por assegurarem as assimetrias de poder, hierarquizações e clivagens sociais.

O entendimento da dominação como um sistema está presente no materialismo de Bakunin e de outros anarquistas que seguem a dialética proposta pelo revolucionário russo,

¹²⁰ Nossa concepção de poder popular. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n.1, p. 10, jun.2012.

¹²¹ Nossa concepção de poder popular. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n.1, p. 10, jun.2012.

¹²² Nossa concepção de poder popular. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n.1, p. 10, jun.2012.

¹²³ Nossa concepção de poder popular. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n.1, p. 10, jun.2012.

¹²⁴ *Ibid.*, p.18.

porém no trecho citado faz uma referência direta a Alfredo Errandonea (1989) em *Sociologia da Dominação*, na qual o sociólogo e militante anarquista uruguaio afirma que as esferas da economia, política e cultural/ideológica se encontram integradas a um *sistema* como um todo dinâmico que constitui a sociedade, com relações e influências mútuas entre seus elementos e a *estrutura* como um conjunto das relações sociais estáveis e concretas presentes nele (ERRANDONEA, 1989, p. 63-89). Segundo Errandonea (1989), uma força social não poder ser compreendida como um elemento especialmente político ligado à violência, ela relaciona-se à produção, à distribuição, às tomadas de decisões e à legitimidade. Nesse sentido em relação à intervenção na realidade, só há duas alternativas: intervir para reforçar o *status quo* ou para modificá-lo de alguma maneira, não intervir na realidade significa obrigatoriamente reforçar o que está estabelecido.

Os sistemas de dominação nas três esferas - exploração – apropriação do produto do trabalho realizado (mais-valia) – coação física –, monopólio da violência –, e político-burocrática – monopólio das tomadas de decisões que afetam a sociedade de maneira geral, segundo o autor, são estabelecidos pela participação nas relações de poder, sendo que as três esferas são forjadas a partir de distintos níveis de participação das forças sociais que implicam na constituição de regulações, controle e normas.

3.3.1 O poder popular

A concepção de poder popular é ao mesmo tempo uma estratégia e objetivo que se colocam em oposição ao sistema de dominação em prol da autogestão e do federalismo associados à democracia direta, como uma alternativa de tomadas de decisões em grande escala. A participação no planejamento e nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente, assume a autogestão não restrita a esfera da economia.

Segundo a FAU (2004):

Podemos dizer que autogestão seria, em termos gerais, o poder efetivo de decisão sobre o conjunto das questões políticas, econômicas, sociais; não realizado de cima para baixo, a partir da cúpula, mas de baixo para cima, a partir da base. Definição que abrange diversos campos: formas de organização política, organização dos

processos de produção e serviços, educação, aspectos culturais e ideológicos. A autogestão, assim concebida, com a amplitude que acreditamos estar nela implicada, é toda uma concepção que precisa de elementos coerentes para um autêntico desenvolvimento. Implica uma transformação radical, não apenas econômica – como, de forma limitada, é tratada muitas vezes –, mas também política e ideológica. A autogestão não disciplina corpos para a submissão, para a obediência e para o mando, mas tende a destruir, a descontinuar a noção atual de política como algo reservado a uma casta, dando um outro conteúdo a esse conceito: a tomada, pelas próprias mãos, dos diversos organismos sociais, em todos os níveis e sem intermediários, dos assuntos que lhe competem, visando construir uma ordem social sobre essas bases. O que também implica socializar a política; não desconstruir seu espaço específico, mas concebê-lo de uma outra maneira.¹²⁵

A estratégia de acúmulo de experiência para a constituição de uma força social capaz de romper com o sistema de dominação Estatal-capitalista a longo prazo, vem acompanhado de uma coerência quanto as estratégias e táticas utilizadas a médio prazo. O poder popular vai sendo construído a partir da inserção dos anarquistas nas lutas das classes oprimidas e não externas ou paralelas as elas.

Ainda que o poder popular seja um projeto de longo prazo (quando a força das classes oprimidas supera as forças das classes dominantes), ele começa a desenvolver-se e se fortalece a partir das experiências de mobilização e luta de curto prazo, forjadas sobre necessidades imediatas da população. Portanto, construir o poder popular exige uma atuação imediata e não de espera em relação a outros fatores que possam trazê-lo sem maiores esforços, pois é na sociedade presente que se desenvolve o embrião da sociedade futura.¹²⁶ As lutas a curto e médio prazo na estratégia alimentar a construção do poder popular no anarquismo especificista tem por base a criação de uma cultura autogestionária nos movimentos sociais e formação da organização popular, como já mencionado anteriormente, como uma força social composta e articulada de movimentos sociais sob a autogestão que se contrapõem as classes dominantes e suas estruturas e sistema de dominação colocando-as em xeque.

Para a CAB:

A cultura autogestionária e federalista já deve estar bem desenvolvida nas lutas de classe para que o povo, no momento revolucionário, não se deixe oprimir por oportunistas autoritários e isso se dará por meio de práticas classistas de autonomia, combatividade, ação direta e democracia direta¹²⁷

¹²⁵ Poder, autogestão e luta de classes – Uma aproximação do tema. **Revista Lucha libertaria**, Montevideú, n.17, dez. 2004 apud **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n. 3, p.11, dez.2016.

¹²⁶ Anarquismo especificista e poder popular. **Organização Anarquista Socialismo Libertário**, São Paulo, p.7. 2013.

Segundo a declaração de princípios da FAG:

Não se trata de colocar o nome de poder popular às velhas e conhecidas formas de ação política e de representação que excluem o povo de toda instância de decisão fundamental. Portanto, não se trata simplesmente se tomar das classes dominantes o atual poder político centralizado, e sim de difundi-lo, descentralizá-lo nos organismos populares, de transformá-lo em outra coisa. De transformá-lo em uma nova estrutura político-social. Tomar o poder é tomar o poder nas fábricas, nos campos, nas minas, nas oficinas, nas escolas, nos hospitais, nas centrais elétricas, nos meios de comunicação, nas universidades, e o poder é dos trabalhadores e do povo quando são organismos por eles controlados, amplamente democráticos e participativos, onde os que os assumem, apropriam-se das funções tutelares exercidas desde a esfera estatal¹²⁸

Segundo a CAB a revolução social ocupa um lugar central na estratégia de sua concepção de poder popular, como um dos resultados possíveis da luta de classes, se diferenciando das revoluções políticas como a revolução Francesa e a Russa de 1917 que não aboliram o Estado, “a revolução social é realizada pelo povo das cidades e do campo que levam a luta de classes e sua correlação de forças com o capitalismo e o Estado ao limite, na construção do Poder Popular”.¹²⁹

A revolução “não é uma grande noite, não acontece como simples evolução e nem como consequência obrigatória das contradições do capitalismo”, é o momento de ruptura com o Estado e com o capitalismo.

[...] acontece quando a força social desenvolvida no seio do povo organizado é maior do que a do capitalismo e do Estado e, colocada em prática, implanta estruturas que sustentam a autogestão e o federalismo, extinguindo a propriedade privada e o Estado, trazendo à tona uma sociedade de igualdade e liberdade plenas.¹³⁰

A violência nos processos de ruptura com o sistema de dominação é aceitável pelos anarquistas especificistas como autodefesa e para proteger o povo, “não acreditamos que a

¹²⁷ Objetivos finalistas: revolução social e socialismo libertário. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n. 3. p.18, dez.2016.

¹²⁸ Declaração de princípios da CAB. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n.1, p.13, jun. 2012.

¹²⁹ Objetivos finalistas: revolução social e socialismo libertário. Op.cit., p.16.

¹³⁰ Objetivos finalistas: revolução social e socialismo libertário. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n. 3. p.16, dez.2016.

expropriação dos capitalistas ou mesmo a destruição do Estado possa ser feita sem que a classe dominante promova a violência”,¹³¹ sendo que o sistema de dominação estatal-capitalista é mantido pela violência.

Para o anarquismo especificista a revolução não será feita apenas por anarquistas, mas também pelas classes oprimidas do campo e da cidade, todavia a revolução social conduzida pelos anarquistas deve ser a menos violenta possível, a força utilizada deve ser a que baste para se opor à força material do governo e da burguesia.

Segundo a Coordenação Anarquista Brasileira (2016) a revolução social e o socialismo libertário como objetivos finalistas da estratégia de construção de poder popular não podem ser definidos de antemão, de maneira absoluta, o processo revolucionário dependerá das correlações de forças em conflito. A defesa feita do socialismo libertário como proposta de uma sociedade futura relaciona dois conceitos ao falar de um projeto político “um lado o socialismo, sistema baseado na igualdade econômica, política e social, e de outro a liberdade”.¹³²

O especificismo em relação a autogestão como movimento e projeto de uma sociedade futura, na qual “as decisões são tomadas pelo povo, na medida que são afetadas por elas, a partir de seus locais de trabalho e moradia”¹³³, segue as concepções do anarco-comunismo, ou seja, “de cada um seguindo suas possibilidades, cada um seguindo suas necessidades”, o coletivismo pode vir a ser adotado em período de transição para uma sociedade libertária onde a autogestão generalizada ainda está sendo implantada”.¹³⁴

Para a CAB, apesar de terem surgido em períodos diferentes, a autogestão e o federalismo são conceitos complementares:

A autogestão é uma forma de gestão, um modelo de organização, em que as decisões são tomadas pelos próprios povos, na medida em que são afetados por elas, seja a partir de seus locais de trabalho ou das comunidades onde vivem. O federalismo é um método de articular estruturas autogestionárias, possibilitando as tomadas de decisão em grande escala com uso de delegação. E pensamos ambos os termos aplicados tanto em relação à organização econômica quanto à organização política da sociedade.¹³⁵

¹³¹ Ibid., p. 17.

¹³² Ibid., p.19.

¹³³ Ibid., p.20.

¹³⁴ Ibid., p.24.

¹³⁵ Ibid., p.20.

De acordo com a CAB o objetivo da sociedade autogestionária e federalista do socialismo libertário não é eliminação da divisão do trabalho, mas a desalienação em relação à dominação e exploração da contradição capital/trabalho do capitalismo, na qual o federalismo é uma forma de descentralização das decisões para facilitar as tomadas de decisões em grande escala.

Nesse sentido, afirmam que a sociedade comunista, socialista libertária ou anarquista independente do nome que tenha uma sociedade sem classes, sem Estado e relações de domínio ou obediência é uma sociedade organizada de forma descentralizada pelo federalismo e autogestionária nas esferas da economia, política e cultura.

3.4 A POLÍTICA DE ALIANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES ESPECIFICAS ANARQUISTAS BRASILEIRAS

A construção do poder popular como foi delineado de constituir gradativamente uma cultura de autogestão e a articulação entre os movimentos sociais para se constituam como força social implica em alianças com outras forças políticas, uma das questões mais sensíveis ao anarquismo.

Segundo a Organização Anarquista Socialismo Libertário (2019)¹³⁶ os critérios de alianças com outros grupos da esquerda seguem a orientação estratégica. Eles servem segundo a organização para “não sermos utilizados como meros tarefeiros destes grupos, servindo a propósitos que não são os nossos (OASL, 2019, p. 12)”. A avaliação sobre a aliança ser feita se orienta por três questões: “Conjuntura, ou seja, o contexto em que a organização se encontra; - longo prazo, a transformação que ela deseja realizar e os objetivos; - tática, qual caminho ela deve tomar para alcançar esta transformação: curto prazo, médio prazo, longo prazo” (OASL, 201, p 13).

Segundo a OASL a questões que norteiam a política de alianças não possuem uma formula exata. As alianças são estabelecidas em conformidade com a orientação propositiva de constituir movimentos de massa diante de uma conjuntura e não apenas pela negação. Para a OASL as “organizações que se agrupam em torno da crítica sofrem um desgaste desnecessário onde ‘cada um rema para um lado’ e se tornam, como coloca Nestor Makhno,

¹³⁶ Organização Anarquista Socialismo Libertário . Programa Mínimo – **Caderno 8** – Estratégia, Programa e Alianças. Disponível em: <https://coletivoanarquistalutadeclasse.files.wordpress.com/2010/11/pmf-caderno08.pdf>.. Acesso em: 20 set. 2019.

‘um agregado, que eventualmente se desintegraria ao entrar em contato com a realidade’ (OASL, 2019, p. 14). .

O sectarismo é apontado pela OASL como um grande problema presente entre indivíduos e grupos anarquistas que se negam a militar nos lugares onde as classes oprimidas estão; desse modo, não têm uma prática transformadora, não apresentam nenhum projeto, a não ser o de se afirmar como inimigo do outro. Para a organização específica de São Paulo o problema é gerado por uma série de práticas qualificadas por sua falta de crítica e autocrítica consistentes, insuficiente para uma análise da conjuntura, pelo auto complacência, como se os anarquistas nunca houvessem cometido erros que os levaram a perder sua influência sobre as classes oprimidas.

O isolamento de anarquistas em “torres de marfim” faz com que o anarquismo se meta em guetos isolados, segundo OASL se manifesta nesses grupos a descrença na capacidade de realização das classes oprimidas, e um ressentimento elitista pelo povo não ter tornado espontaneamente anarquista e ter colocado em prática o seu projeto.

Esta posição tem sido muito nociva ao anarquismo que se propõe como uma opção na luta de classes. Ela só faz com que o anarquismo fique preso a círculos acadêmicos, ou mesmo de discussões teóricas sem fim, distantes da luta política e da luta de classes em suas “Torres de Marfim”. Muitos deste ainda se sentem dignos de analisar e criticar essas lutas, ou seja, são espectadores privilegiados das lutas e da miséria do povo (OASL, 2019, p. 14).

A OASL também avalia que houve momento em que os anarquistas se sentiram dignos de lutar pelo povo, mas sem estar com ele citando como exemplos a propagando pelo fato no século XIX, uma postura que para OASL (2017) se assemelha muito ao foquismo na América Latina, ou seja, “um conjunto de militantes que quer lutar pelo povo, sem estar no seio do povo ou mesmo tem o seu apoio” (OASL,2017, 14).

Os problemas relativos ao sectarismo também levaram o anarquismo a enxergar com bons olhos os inimigos dos inimigos declarados do anarquismo dando como exemplo anarquistas que apoiaram o golpe de Pinochet sob Salvador Allende¹³⁷, ou de anarquistas que entraram nas FARC¹³⁸ e de ver inimigo onde eles não existiam citando como exemplo, os

¹³⁷ De acordo com José Antonio Gutiérrez Danton (2011.p. 105) um grupo muito minoritário de anarquistas movidos por seu sectarismo “aplaudiram o golpe de Pinochet que derrotou o “regimemarxista”, enquanto seus companheiros mais consequentes eram perseguidos ou participavam da frágil resistência, não encontramos outras referências na literatura sobre o período de quem eram ou o tipo de apoio dado por anarquistas à ditadura chilena.

¹³⁸ Não encontramos referências sobre a entrada de anarquistas nas Forças Revolucionárias da Colômbia.

anarco-sindicalistas da COM (Casa Del Obrero Mundial) no México que, pelo seu ateísmo purista, se posicionou contra um movimento claramente revolucionário como era o dos zapatistas, por haver entre eles pessoas religiosas, que os obrigou a se aliar a Carranza¹³⁹.

Segundo a OASL (2017) as alianças com socialistas autoritários (referência a partidos e organizações marxistas) se dão apenas no nível social (movimentos sociais) nunca no nível político (organização anarquista) e a curto e médio prazo quando a aliança começar a comprometer os princípios deve ser desfeita.

Os movimentos sociais são sujeitos coletivos com diferentes níveis de institucionalização, dinâmicas próprias nas quais suas lideranças exercem diferentes formas de influência nos movimentos. Segundo a OASL inserção em um movimento social deve ter:

[...] o cuidado, quando estamos em um movimento social hierarquizado, de saber onde está o centro e onde está a periferia acreditando que deve ser a periferia deste movimento que nós devemos dar importância (a base). Também devemos ter o cuidado de saber que quando uma liderança é legitimada pela base e acata as decisões da mesma, ela não deve ser vista como um novo centro, e sim como parte da base e que podemos tranquilamente nos ligar a ela. (OASL, 2017, p 17).

A inserção da militância nos movimentos sociais e movimentos autônomos é uma exigência a todas as organizações especificistas, os militantes devem atuar no interior de coletivos como militantes do movimento, frentes, ou nas tendências, construindo redes informais, criando laços de solidariedade enquanto buscam influenciá-los para que assumam posições e estratégias libertárias.

¹³⁹ Segundo Pier Francesco Zarcone (2005) o movimento operário mexicano não era massivo comparado à massa de trabalhadores do campo durante a revolução mexicana. Porém a revolução fez com que o movimento operário mexicano aumentasse seu nível organizativo. Os esforços combinados dos operários mexicanos e de um grupo de exilados espanhóis membros da CNT criaram em 1912 a primeira central sindical, a Casa del Obrero Mundial (COM). Organização em nível nacional, de orientação anarcossindicalista, que entre 1912 e 1918, hegemonizou o movimento operário mexicano. De acordo com o autor, após a deposição de Porfirio Díaz pela revolução mexicana, do governo liberal de Francisco Ignacio Madero (1911-1913) e do Golpe de Estado comandado por Félix Díaz, Bernardo Reyes e Victoriano Huerta, que assume a presidência, o movimento operário foi durante reprimido e perseguido. A guerra civil que segue após a deposição de Huerta, divide o México ao Sul, sob o governo Venustiano Carranza apoiado pela burguesia agrária e ao Norte pelas forças revolucionárias de Pancho Villa e Emiliano Zapata, os anarquistas da COM tiveram que fazer a difícil escolha de estrategicamente de apoiar Villa e Zapata ou Carranza que não era um caudilho. Contudo, haviam outros problemas para tomada de decisão, os anarquistas do movimento operário na sua maioria tinham pouco contato com Emiliano Zapata e com a lideranças revolucionárias, aparentemente inflexíveis. O desconhecimento desses anarquistas em relação aos problemas da propriedade da terra e sobre a forma descentralizada que o zapatismo havia assumido nos territórios ao norte e que os programa da COM e da revolução não eram incompatíveis, fez que a COM se dividisse, uma minoria une-se a Villa e o resto a Zapata e a grande maioria a Carranza. O purismo ateuista anarquista da COM, foi um dos fatores sensíveis à decisão, já que os zapatistas não eram ateus.

O cuidado com a política de alianças é estendido aos sindicatos. Segundo o Grupo de Trabalho Sindical da Coordenação Anarquista Brasileira (2017)¹⁴⁰ os sindicatos são parte dos movimentos sociais, mas que diferenciam desses por algumas particularidades que lhes são próprias como a identidade como categoria de trabalho, geralmente os sindicatos são compostos por trabalhadores que possuem uma relativa estabilidade nos empregos, diferente dos trabalhadores que compõem os movimentos populares, que trabalham em empregos mais precarizados e, “conjunturalmente, tendem a uma maior radicalidade e um enfrentamento maior ao sistema” (GT-SINDICAL - CAB, 2017, p.4).

Os problemas dos sindicatos, segundo o grupo de trabalho sindical da CAB (2013), são semelhantes aos dos movimentos populares em relação à autonomia e burocratização, mas com particularidades como o atrelamento ao Estado iniciada nos anos 1930 e que ainda hoje está presente na estrutura sindical, o legalismo, corporativismo e profissionalismo dos sindicalistas que afastam os sindicatos da base das categorias.

Os anarquistas especificistas aproveitando das contribuições de Errico Malatesta e Neno Vasco sobre o sindicalismo, mas levando em conta a conjuntura do presente, em linhas gerais, assumem o sindicato como um meio e não como um fim, que a atuação deve ser pela base para construir a partir dela uma organicidade necessária para criar identificação de classe rompendo assim com o espírito corporativista e a burocratização. Não disputar as eleições das direções dos sindicatos não é um princípio dos anarquistas, mas algo a ser definido a partir da conjuntura (GT-SINDICAL - CAB, 2017, p.9).

A leitura que fazem da sua atuação da conjuntura do movimento sindical sugere “três tipos” de sindicatos baseados na forma do sindicato lidar com os conflitos entre trabalhadores e patrões que podem coexistir no movimento sindical ou ser predominante em um sindicato:

- a) o sindicato **chapa branca** que “representam mais claramente os interesses do governo/patrões [...] (GT-SINDICAL - CAB, 2017, p.9)” na qual se subordina a política a postulados econômicos e encarando o governo como um interlocutor legítimo, uma instância imprescindível e fundamental na resolução dos problemas; ainda que possa ter uma retórica socialista é esse tipo de ação sindical que coloca a base como coadjuvante no conjunto orquestrado pelo governo.
- b) os **sindicatos corporativistas** que são caracterizado por “O enfrentamento se centra em questões econômicas, aproveitando as conjunturas de pleitos

¹⁴⁰ A cartilha de formação da Coordenação Anarquista foi publicada em 2017, mas sua editoração foi feita com os acordos estabelecidos resultantes de um processo de discussão entre as organizações que compõem a CAB, principalmente, durante o período do último trimestre de 2012 e os primeiros meses de 2013.

eleitorais para conquistas imediatas” (GT-SINDICAL - CAB, 2017, p.9), mas com fraca atuação da direção para ligar as categorias profissionais às questões mais amplas de classe.

- c) **o sindicalismo de resistência** se caracteriza pela preocupação com “questões imediatas da mesma e se legitima em determinados ritos e emblemas identitários do trabalho coletivo”, propõe um combate ao Estado burguês, possui um recorte classista. Nas reivindicações econômicas, igualmente enxergam um meio para mais didaticamente perceberem os membros da classe, por evidências numéricas, as suas reais condições de explorados”. O sindicalismo de resistência articula a teoria revolucionária socialista com as questões ações sociais e políticas.

A não concordância com sindicalismo chapa branca e corporativista, não implica em abrir mão de atuar nos sindicatos, algo que seria agir sem utilizar as ferramentas desenvolvidas pela práxis anarquista, desprezar a necessidade de articulação das classes oprimidas e exploradas e não impulsionar um sindicalismo de resistência articulado com os movimentos sociais.

O sindicalismo revolucionário é compreendido pelos especificistas brasileiros como o modelo mais avançado, conforme sua concepção estratégica de atuação nos sindicatos, não como único espaço de inserção junto a classe trabalhadora, mas na avaliação da corrente o sindicalismo revolucionário hoje não possui respaldo popular, adota-lo mecanicamente criaria uma militância restrita e fadada à estereotipação e à quebra de diálogo com quem se quer construir as lutas.

Para as organizações especificistas na atual conjuntura do sindicalismo brasileiro o anarquismo não possui força o suficiente para influenciar a classe trabalhadora no sentido almejado, o que leva a duas opções ou criar sindicatos paralelos à estrutura sindical ou se inserir nos sindicatos mesmo na condição de minoria ativa para disputar a hegemonia internamente.

A escolha dos anarquistas é pela segunda opção, ou seja, se inserir enquanto uma minoria ativa nos sindicatos existentes.

Para quebrar com a burocratização existente nos sindicatos hoje, devemos incentivar a abertura de espaços para a auto-organização da classe e a transformação dos sindicatos em instrumentos a serviço da mudança social, da construção do Poder Popular. Devemos radicalizar na construção nos nossos locais de trabalhos, estar

presentes nos espaços e estimular ao máximo a participação dos(das) colegas. Devemos aproveitar as estruturas oficiais existentes (assembleias, reuniões setoriais... – pois é onde os e as trabalhadores/as vão se reunir) para questioná-las sempre que necessário e priorizar a decisão em locais de trabalho com a maior participação possível. (GT-SINDICAL – CAB 2017, p.22).

A reinserção do anarquismo nos sindicatos hoje implica em pragmaticamente evitar a confusão **“entre aquilo que é princípio e aquilo que é elemento de ação da luta cotidiana”**¹⁴¹(GT-SINDICAL - CAB, 2017, 14), ou seja, as experiências históricas fundamentam o ideal anarquista, mas se tem que balizar o ideal com o presente atravessado pelos princípios em uma leitura da conjuntura concreta.

René Berthier (2019) faz uma crítica do termo sindicalismo de intenção revolucionária no caderno de formação sindical da CAB. Para o anarcossindicalista francês a utilização do termo “intenção revolucionária” é o que permite a organização brasileira associar Erico Malatesta e Neno Vasco em um mesmo movimento, sendo que Malatesta apesar de ter se empolgado com a greve geral de 1906 organizada por dois pela UGT, o militante era contrário ao sindicalismo revolucionário e considerava a atividade sindical reformista e conservadora.

O autor compreende a relutância da CAB em usar o termo sindicalismo revolucionário, pode parecer estranho em um momento que “a expressão revolucionário lhes parece desproporcional considerando os meios de ação à sua disposição no atual equilíbrio de poder (BERTHIER, 2019), mas ao fazê-lo diante do argumento do campo prático acaba por “negligenciar que o sindicalismo revolucionário possui uma reivindicativa/defensiva e também ofensiva/construtiva, e que se um dos dois aspectos domina num dado momento, é apenas circunstancial” (BERTHIER, 2019).

O militante considera obvio que no Brasil e em outros lugares do mundo que o aspecto defensivo era o dominava a ação sindical, mas é justamente por isso que devia insistir no uso do termo no aspecto construtivo que é o aspecto que proporciona o projeto. O autor lembra “que um ideal para o futuro que pode interessar o povo. Kropotkin disse que a raiva causa motins, só a esperança leva à revolução” (BERTHIER, 2019). Por isso, é vital não diluir ou atenuar o termo sindicalismo revolucionário dando-lhe um qualificador vago como “intenção”. Além disso, o sindicalismo revolucionário faz parte da história do movimento operário brasileiro, um motivo para os ativistas brasileiros se orgulharem, rejeitar o termo é para o militante: “apenas uma diluição da doutrina é, na minha opinião, insultar os

¹⁴¹ Grifo no texto original.

revolucionários que, há cem anos, lutaram e por vezes morreram sob a sua bandeira” (BERTHIER, 2019).

3.5 A LEITURA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL DO ANARQUISMO ESPECIFISTA DO TEMPO PRESENTE

Para a FAG e a FAU (2019) o imperialismo encabeçado pelos Estados Unidos nos últimos 30 anos, “cada vez mais desolador e brutal, aumentou a exclusão de volumes significativos da população, condenou bilhões de pessoas à miséria, invadiu e matou populações” (FAG; FAU, 2019). No que se refere ao Sul Global, os Estados Unidos aproveitaram para explorar as riquezas naturais ao máximo, se apropriando tudo o que podiam, semeando desemprego e a fome nos países parceiros do Sul. Essa política imperialista está cada vez mais radicalizada e, “visa continuar controlando tudo, aumentando, mesmo nos últimos tempos, uma certa ação deliberada do computador Simbólico” (FAG; FAU, 2019), buscando controlar zonas nelvrágicas relacionadas a exploração do petróleo.

Segundo a FAG e a FAU (2019), na agricultura e produção de alimentos a brutal política imperialista como “qualquer outra forma de produção sujeita às regras da concorrência em um mercado aberto e desregulado, foi decidido inicialmente na reunião da OMC em Doha”. A agricultura e produção de alimentos submetidas a orientação que privilegia 20 mil agricultores modernos em detrimento dos 3 bilhões de agricultores que ainda produzem e vivem em sociedades camponesas na Ásia, África e América Latina, terão resultados óbvios.

Do outro lado, existe a realidade das classes populares que são “as classes que representam três quartos da população urbana do mundo, na qual, ‘a subcategoria dos precários representa dois terços das classes populares em escala mundial’”. Estima-se “que estima-se que cerca de 900 a um bilhão de pessoas vivam na pobreza, fome”. Enquanto isso “um milhão de milhões de dólares são investidos anualmente em despesas militares e 11 milhões de crianças morrem todos os anos por doenças que podem ser prevenidas ou curadas”, soma-se a essa contradição, mais os milhões de dólares “[...] consumidos em publicidade comercial, enquanto 860 milhões de seres humanos no mundo não sabem ler nem escrever” (FAG; FAU, 2019).

A concentração da renda nos países pode ser constatada pelo aumento de bilionários na Ásia, na América do Norte e Europa e que a China se tornou a principal fonte de compradores de artigos de luxo em 2009. Em relação a globalização da pobreza:

[..] os países industrializados do norte do mundo abrigam menos de um quarto da população mundial e consomem 70% da energia mundial, 75% dos metais, 85% da madeira e 60 % dos alimentos, informa a ONU. Segundo um estudo do UNICEF, 27% da população infantil que vive em "países em desenvolvimento" está abaixo do peso, o que significa que cerca de 146 milhões de crianças estão desnutridas. Para toda criança visivelmente desnutrida, há outras que lutam com uma situação deformadora. Muitos são severamente deficientes em vitaminas e minerais como iodo, vitamina A e ferro. Segundo um estudo do UNICEF, 27% da população infantil que vive em "países em desenvolvimento" está abaixo do peso, o que significa que cerca de 146 milhões de crianças estão desnutridas. Para toda criança visivelmente desnutrida, há outras que lutam com uma situação deformadora. Muitos são severamente deficientes em vitaminas e minerais como iodo, vitamina A e ferro. (FAG; FAU, 2019)

Segundo a FAG e a FAU (2019) a política econômica do imperialismo, em tempos de globalização neoliberal, pretende subordinar todos os povos. No Sul Global, os ataques vão de campanhas que variam de sutis a grotescas agressões a países que buscam manter o mínimo de independência. Na América Latina, a penetração do imperialismo ocorre em vários pontos, “economicamente, primeiro por meio de tratados, como o projeto da ALCA” (FAG; FAU., 2019) por meio da interferência nos países do FMI, do Banco Mundial, da antiga Organização Mundial do Comércio e do BID. Os projetos globais do G7-8; no âmbito das forças armadas, são as múltiplas políticas do Comando Sul.

As duas organizações específicas indicam que o poder das corporações multinacionais, como foi avaliado na “Contrecumbre” de Viena¹⁴² é enorme, são as multinacionais que promovem as guerras entre os povos e controlam países e regiões inteiras e, são as grandes promotoras da ideologia neoliberal que na América Latina e Caribe, as regiões mais afetadas, tem consequências devastadoras:

o desemprego e insegurança no emprego, crescimento da pobreza e marginalidade, destruição de sistemas agrícolas em busca do monopólio do agronegócio, violação dos direitos dos populações nativas e camponesas, pilhagem de recursos naturais,

¹⁴² Contracumbre de Viena, reuniu em Viena na Áustria, entre os dias 13 e 16 de maio de 2006, cerca de 1.600 delegados de movimentos sociais, ONGs, sindicatos etc. Evo Morales, presidente da Bolívia, Hugo Chávez, presidente da Venezuela e Carlos Lage, vice-presidente de Cuba. O Evento foi realizado em decorrência da reunião entre 60 chefes de Estado da América Latina, Caribe e União Européia no mesmo período.

privatização de serviços públicos, desindustrialização, redução do espaço de estados e governos para regular suas economias (FAG; FAU, 2019).

Segundo a FAG e a FAU (2019) na América Latina as classes oprimidas e exploradas estão em luta promovendo diversas formas de mobilização social:

Movimentos indígenas com certas reivindicações parciais e gerais; lutas armadas, como na Colômbia e no México, coexistindo com movimentos sociais; revoltas populares contra governos e nacionalizações exigentes da riqueza natural contra saques imperiais; plebiscitos populares contra decisões do governo ou a favor de certas situações sociais e políticas; insurreições repetidas como na Bolívia; resistências que atravessam fronteiras e se tornam uma só voz contra a ALCA; movimentos ecológicos em defesa dessa natureza tão abusada e quebrada pelo sistema; descontentamentos que se expressam nas eleições tradicionais com povos votando contra o que já é nojento e sentindo esperança, em diferentes graus, esperando assim a chegada de coisas novas e melhores. As eleições, que em geral, logo decepcionam a expectativa pequena ou grande existente. Pode-se ver que muitos elementos diferentes coexistem no momento entrelaçados. Bem, muitos governos "progressistas" vêm após fortes lutas ou descontentamento.

Os processos mencionados intrinsecamente ligados ao meio institucional conforme as organizações anarquistas específicas, não produzem o poder popular no sentido dado por elas na qual o povo constrói seu próprio caminho, por isso, apontam para a “necessidade de abrir novos espaços, que se transformam em um contexto diferente com povos com mais experiência, participação e criadores de mecanismos operacionais populares” (FAG; FAU, 2019).

Para FAG e FAU (2019), as pesquisas sobre os processos eleitorais apenas apresentam o descontentamento por parte da população em relação aos governos. Contudo, as eleições em si e as tecnologias de poder dos de cima, são processos que “anulam um estado de consciência que tem uma expressão enganosa nesse mecanismo dominante de poder”, que não abrem novos horizontes.

As mesmas pesquisas conforme o documento apesar de toda mediatização produzida em cima dos processos eleitorais, os descontentamentos com eles eleitorais e com uma forma de fazer política pelos governos que pioram as condições de vida de setores da população produziram o surgimento “de vozes revolucionárias, algumas já falando, de movimentos indígenas, de que o povo deve tomar o poder: ‘porque o caminho eleitoral está bloqueado, é

corrupto’ (FAG; FAU, 2019). como os municípios autônomos zapatistas e as revoltas em Atenco, ambas no México.

As organizações apontam esse mesmo processo em outros países:

Por exemplo, na Bolívia, eles se voltaram para Sánchez de Lozada e Mesa¹⁴³ veio, que seguia uma política essencialmente semelhante, mas o movimento popular voltou às ruas e virou-se para Mesa, um indicador de que sua experiência organizacional e consciência de participação não haviam morrido antes frustração. O MST não abandonou a luta porque Lula e seu partido traíram promessas. O movimento popular no Equador se recuperou. Vimos que, por essas regressões promovidas principalmente por partidos designados como progressistas, as lutas dos abaixo não morrem, que já têm raízes de alguma profundidade. São tremendas estruturas reacionárias e propostas políticas cheias de "novas" promessas que o fazem escolher, para esse universo relativamente novo que está surgindo, caminhos que às vezes o levam a cair; estradas provisórias que aparecem em casos concretos e difíceis e que ainda não foram abandonadas. Abandonarão quando conseguirem moldar sua própria proposta geral de processar novas relações sociais, algo que não virá de fora, que é construído a partir de dentro. E para capturá-lo, você precisa de uma certa força político-social. Mas uma nova forma política com outra raiz. As lutas pelo poder popular, como já foi visto na América Latina, geralmente começam com lutas diárias. Os movimentos de massa às vezes têm uma grande capacidade de acumular forças, nos bairros, em comissões sobre questões específicas, como a da água em Cochabamba, por reivindicações de terras e respeito à vida comunitária das populações indígenas Trabalhadores e sindicatos e movimentos camponeses indígena. Em alguns momentos, todos pareciam formar uma rede social forte e combativa, ganhar as ruas e criar slogans que geralmente nenhum partido de esquerda tinha em sua agenda (FAG; FAU, 2019).

No documento há uma rejeição aos políticos profissionais que ao afirmarem como um “antigo grupo de vanguarda, com seu grupo de profissionais e técnicos, não estiver presente, não haverá saída” (FAG; FAU, 2019).

Para as organizações anarquistas específicas “a organização política continua a ser de primordial importância para a libertação e a ruptura, a desestruturação do capitalismo e o início de outro processo em diferentes bases”. Porém a forma de participação política que o anarquismo defende é que todas as lutas, demandas e confrontos que se balizam normativamente em “[...] um processo de participação ativa da população, acumulação de

¹⁴³ Sánchez de Lozada foi presidente durante os protestos conhecidos como Guerra do Gás, conflito entre os movimentos populares em outubro de 2003, relacionados à exploração de gás natural da Bolívia aos Estados Unidos e ao México. A decisão do governo de Sánchez de Lozada de não só de exportar, como de fazê-lo pelo Chile com as multinacionais Pacific LNG, a British Petroleum e a Repsol YPF. A principal reivindicação dos movimentos populares era que as reservas fossem usadas para abastecer o mercado interno. No dia 13 de outubro de 2014, após Lozada permitir o uso de força militar para reprimir os protestos, 63 pessoas foram mortas durante eles. . O massacre contra população civil culminará com a renúncia de Lozada, e assumiu o seu vice-presidente Carlos Diego Mesa Gisbert, que também renuncia por não conseguir implantar os interesses do Fundo Monetário Internacional, após o Movimento para o Socialismo (MAS) realizar um referendo no qual a maioria da população votou a favor da nacionalização dos hidrocarbonetos.

conhecimentos de experiências e abordagens fermentadas em busca de soluções legítimas, questões fundamentais para a construção do poder popular” (FAG; FAU, 2019).

3.6 O PODER POPULAR COMO PROPOSTA DE UMA OUTRA HEGEMONIA

A criação do Poder Popular dos/das anarquistas especificistas são a expressão do desejo e da prática de tornar *o poder quanto capacidade em um poder com o outro*, a partir do combate a dominação nas esferas da economia, política e cultural/ideológica, para que os explorados/oprimidos se constituam como uma força coletiva capaz de promover a ruptura revolucionária e o processo de transição para uma sociedade socialista libertária, em outras palavras, construir uma hegemonia em uma aproximação com as considerações de Camillo Berneri.¹⁴⁴

O sentido que estamos dando a aproximação é em relação a estratégia de transformação libertária da sociedade, na qual a “redução do percurso” até a autonomia da proposta municipalista libertária de Berneri que para se efetivar dependia por um lado, dos esforços dos anarquistas em fazer que a cultura da autogestão em ação fizesse a sociedade civil compreender sua alteridade em relação ao Estado, por outro lado que os anarquistas adotassem as melhores estratégias e formas de organização condizentes com os princípios da ideologia.

As semelhanças das considerações de Camillo Berneri sobre a construção de uma hegemonia com o anarquismo especificista podem ser identificadas na definição de poder popular do anarquismo organicista, como um projeto e estratégia que tem por objetivo o desenvolvimento de articulações entre movimentos sociais e movimentos autônomos para que esses se constituam como força social capazes de romper com a dominação da estrutura política e econômica estatal e capitalista, na qual o processo de ruptura revolucionária e a

¹⁴⁴ Destacamos que apesar do militante anarquista italiano ser uma das referências teóricas utilizadas pelos especificistas brasileiros que existem outras referências até mais recorrentes como Malatesta, os debates da plataforma organizacional. O termo hegemonia não aparece nos materiais analisados, usualmente Camillo Berneri é mencionado em referência a sua concepção de programa mínimo e consciência de partido. O militante anarquista italiano concebia a consciência de partido como uma forma que o anarquismo assume sendo pragmático na análise da realidade, sem perder seus princípios ideológicos, enquanto o programa mínimo uma ferramenta que buscava orientar, sem engessar a organização política por sua extensão e exigências buscando abarcar todas as situações imagináveis.

transição para uma sociedade sem dominação não está dada, ela depende das correlações de forças no conflito político.

As correlações de forças nos conflitos políticos não se referem apenas ao antagonismo da classe dominada em oposição ao Estado e ao Capital, no interior das classes dominadas e suas organizações existem múltiplas influencias políticas que apontam para projetos de sociedade distintos. A superação dos elementos ideológicos e institucionalidades que reproduzem o *poder sobre* dependem da capacidade das organizações anarquistas mobilizar, influenciar e dar um direcionamento às organizações populares e movimentos sociais para que as classes dominadas e exploradas apontem para construção da autogestão em todos os níveis (econômico, político e cultural).

No entanto, o anarquismo especificista brasileiro possui diferenças com relação a proposta de Camillo Berneri onde a ênfase da sua proposta de construção de uma outra hegemonia por meio do anarcossindicalismo e do municipalismo libertário tem por objetivo a desidentificação com o Estado. De acordo com Rodrigo Rosa (2016)¹⁴⁵ a CAB reafirma o plataformismo (Dielo de Truda) projetando o passado de uma organização, de determinado tempo histórico para dizer que sempre foi assim, ignorando o que diziam os anarquistas do Século XIX e XX excluindo dessa forma os anarco-individualistas, “dividindo o anarquismo organizacionistas e antiorganizacionistas, e os organizacionistas entre os que defendiam somente organizações sindicais e os que defendiam o dualismo organizacional, ou seja, a existência de organizações políticas ao lado das sindicais, finalmente colocando o Bakunin” (ROSA, 2016).

Quatro pontos do debate do anarquismo histórico contrariam segundo Rosa (2016) a retroprojeção do plataformismo apresentada pela CAB:

- A ala “antiorganizacional” não é composta só de insurrecionalistas, mas também pelos anarcoindividualistas, muitos deles anarquistas por motivos éticos, artísticos ou religiosos. Qualquer texto anarquista definindo o anarquismo nessa época inclui os individualistas, mesmo que seja para criticar (a própria Plataforma é um exemplo disso)
- Na ala “organizacionista”, a grande maioria é de anarcossindicalistas, que concebem que os sindicatos são suficientes para organizar a revolução e reorganizar a sociedade.
- Os anarquistas que defendiam o dualismo organizacional em geral defendiam que a “organização” específica anarquista fossem grupos de propaganda, e

¹⁴⁵ ROSA, Rodrigo. **Crítica do Especificismo da CAB**. Disponível em :<https://medium.com/@rodrigossilvadoo/cr%C3%ADtica-do-especificismo-da-cab-6362807a8676>. Acesso em: 6 mar. 2021.

não organizações com unidade tática de tipo partidário como são as organizações plataformistas de hoje.

- A Fraternidade Internacional do Bakunin era uma **instância militar** para intervir em revoluções que estavam acontecendo no momento (por favor, na Espanha). Ela não tinha objetivo de fazer um “trabalho de base” a longo prazo para ganhar hegemonia dentro dos sindicatos (ROSA, 2016).

Para o autor o problema da concepção de construção popular da organização não está só na sua projeção do plataformismo, mas também no seu debate da CAB que gira entorno da retomada da influência política do anarquismo nos movimentos sociais (retomada vetor social do anarquismo). Os especificistas brasileiros para impedir que a organização revolucionária seja dirigista e aparelhe os movimentos social dissolve o nível político no nível social – “por isso que as organizações da CAB se parecem mais com movimentos populares do que com organizações políticas propriamente ditas, com programa e propostas que são levadas para a disputa interna nos movimentos” (ROSA, 2016)

Rosa (2016) esclarece que a concepção estratégica de construção de poder popular da CAB foi retirada do Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) uma das influências que incidiram sobre a construção do poder popular na FAU, mas enquanto, no MIR, a dualidade do poder que surge no processo revolucionário surgem (cordones industriales, juntas de abastecimento popular etc), para a CAB quem exerce o poder popular são os movimentos sociais (sindicatos, associações de moradores etc), presente também com suas devidas modificações no Partido do Trabalhadores dos anos 1980 no qual “o partido como expressão dos movimentos sociais e não com um programa próprio, e a “teoria da pinça”, em que a transição para o socialismo seria através de um governo popular empurrado pelos movimentos (ROSA, 2016)”. Para o autor, o efeito prático dessa estratégia é que ela “rebaixa a necessidade de ruptura e acaba por vislumbrar uma visão reformista em que os movimentos “constroem um povo forte” e vão crescendo até engolfar o Estado” (ROSA, 2016).

Nesse mesmo sentido assinalamos que o anarquismo histórico é muito rico em experiências nas quais a cultura de autogestão como uma reforma ética e intelectual é tida como imprescindível à revolução social. Porém é importante destacar que essa reforma ética e intelectual no anarquismo tem uma característica particular: os processos de ruptura revolucionária e de construção e difusão da cultura autogestionária são uma relação de interação simultânea, na qual se desloca para os organismos vivos da autogestão as esferas de decisão.

Embora as organizações anarquistas tenham criado escolas, ateneus, centros de cultura social, etc., o anarquismo valoriza a educação pela experiência, ou seja, aprender a decidir, fazer e pensar com o outro durante a luta de classes. No caso não se identificar com o Estado é um processo que só pode ser constituinte de uma nova sociedade a partir de outras institucionalidades que descentralizem o poder a partir da prática cotidiana da ação direta.

Todavia não se trata de apenas construir um “novo” utilizando a casca antiga, mas também durante o processo de transição revolucionária. A prefiguração política, ou seja, viver a anarquia é catalizadora e educadora para processo de ruptura e se mantém durante o processo de ruptura revolucionária. A matéria prima do processo de construção da cultura autogestão são as manifestações de resistência dos povos em movimento, ou seja, suas experiências, cultura, identidade forjadas a partir da luta de classes, mas o anarquismo mantém sua autonomia como proposta de projeto e estratégia de transformação da realidade.

No Global Sul, zonas periféricas de interesse do capitalismo global, o Estado e suas instituições foram constituídos e são constituintes estruturalmente dos processos de dominação econômica e do genocídio étnico das populações negras e autóctones. A ênfase na identidade latino-americana, negra e indígena do anarquismo especificista é uma forma relacional de construir uma identidade anarquista em conflito nos territórios, não apenas para se diferenciar das classes dominantes, mas também para se diferenciar em relação a outras forças políticas que possuem influência sobre as classes dominadas.

Nesses espaços, definidos e delimitados pelas relações de poder onde as classes dominadas vivem, trabalham e constroem suas subjetividades, se o anarquismo especificista fosse uma cópia do anarquismo europeu ou uma forma de reprodução ingênua de obrerolatria adaptada à conjuntura estrutural do capitalismo dependente brasileiro, estaria fadado ao desaparecimento.

O anarquismo especificista é uma da corrente do anarquismo de intenção revolucionária, em um quadro mais amplo de formas organizações e estratégias anarquistas. Apesar de ser minoritário dentro das organizações da classe trabalhadora como lembra Rugai (2014) o partido quadros (dualismo organizacional), não é uma regra, e também não é uma exceção na história do anarquismo.

Para o historiador um dos motivos da FAU ter sido inviabilizada no Brasil até meados dos anos 1990, pelos próprios anarquistas, decorre da hegemonia do que se chama de anarquismo da geração de maio de 1968. O termo utilizado pelo autor se refere à nova geração de militantes que vivenciou o revigoramento do anarquismo nos anos 1960, o

socialismo real, a crítica a ortodoxia dos partidos comunista, mas por definir o anarquismo de forma tão absoluta como uma antítese do marxismo que:

Ao se negar a organização burocrática, caiu-se no extremo do espontaneísmo; a rejeição do determinismo econômico transformou-se em negação dos fatores sócioeconômicos como determinantes de grande importância e o eixo de muitos setores libertários deslocou-se exclusivamente para o campo cultural e comportamental. Nessa atmosfera política categorias como classe, materialismo, dialética, proletariado, organização, partido e vanguarda eram vistos como parte de uma linguagem política marxista com a qual o anarquismo nada tinha a ver. Uma convicção fortalecida pelo desconhecimento histórico do anarquismo e pela sua ausência histórica nas últimas décadas. (RUGAI, 2014, p. 13).

Para o autor, o anarquismo de maio de 1968 colocou em segundo plano tanto a crítica do anarquismo de origem proletária, como a ortodoxia dos partidos comunistas, paradoxalmente:

[...] o anarquismo “Maio de 68” defendia a diversidade e a pluralidade, muitas vezes se aproximando de autores e conceitos pós-modernos e críticos da noção de “verdade”. Todavia, não hesitaram em rejeitar enquanto anarquistas organizações partidárias como a FAU; ou seja, de fato agiram como juizes que proferiam o discurso da verdade sobre o anarquismo. Dessa forma, utilizaram a sua própria interpretação do anarquismo como parâmetro de avaliação, um critério absolutamente anacrônico para estabelecer sua taxonomia. Ao mesmo tempo, mantiveram no panteão dos ídolos anarquistas figuras como Bakunin e Malatesta, em cuja trajetória a defesa e a participação em partidos anarquistas é mais do que óbvia. (RUGAI, 2014, p. 15).

O discurso da verdade no anarquismo da geração de 1968 foi além do paradoxo apontado por Rugai. Ao criticar as estratégias autoritárias presentes na mentalidade colonizadora das ideologias modernas nascidas na Europa, acabou associando o anarquismo histórico ao discurso colonial, não como ideologia das classes dominadas e exploradas que possui suas particularidades em relação a estratégia de transformação libertária da sociedade.

O anarquismo brasileiro desde o fim da ditadura militar até hoje segue os fluxos de práticas e ideias que combatem as classes dominantes e buscam influenciar nas *lutas constituintes* (FLACKS, 2015) das classes oprimidas e exploradas em direção a uma transformação libertária da sociedade.

Contudo, existe uma disputa política horizontal com organizações políticas reformistas do campo da esquerda liberal, social democrata e nacional desenvolvimentista, onde operam os agentes da *luta constituída*, e também com o campo anticapitalista e antiautoritário, no qual existe uma multiplicidade de sujeitos organizados, que divergem sobre as táticas e estratégias de transformação social libertária da sociedade.

No campo anticapitalista e antiautoritário, a construção da cultura de autogestão nas esferas das classes oprimidas e exploradas orientadas para a superação da estrutura de dominação estatal capitalista e, capaz de articular as diferenças étnicas, de gênero, identidade sexual e de gênero etc., como desejam os anarquistas especificistas para que essas se constituam como uma força social, não está dada; e como a corrente admite, depende da constituição de uma força social capaz de superar a estrutura de dominação e os resultados de uma revolução social dependem das correlações de forças em disputas.

O projeto de poder popular é uma proposta das forças socialistas de como estrategicamente lidar com a contingência dos processos políticos do meio institucional, conflitos políticos e insurgências, mas não é a única, nem está desconectada das mudanças da conjuntura política e econômica do fim da ditadura militar aos dias de hoje, na qual a história das organizações políticas depende dos sujeitos para levar suas ideias adiante de forma a influenciar setores e categorias das classes sociais.

O anarquismo especificista com sua leitura própria sobre as relações de poder mantém uma crítica constante à cultura espontaneísta e individualista no anarquismo brasileiro, mas como adverte Gaetano Manfredonia (2007) os tipos de anarquismo podem coexistir, podem suceder um ao outro ou coexistir em combinações variadas dependendo das necessidades e do contexto político e social. Para evitar alguns equívocos sobre o nosso olhar sobre o anarquismo no Brasil e a relação entre as organizações anarquistas e movimentos sociais, enfatizamos algumas observações que consideramos importantes para o próximo capítulo.

O anarquismo social no Brasil orientado pela estratégia de organização de massa é uma influência minoritária se comparada com a esquerda institucionalizada (partidos de esquerda e sindicatos) que militam junto nos movimentos sociais. Nesse sentido estamos considerando a participação de anarquistas nos movimentos sociais e movimentos autonomistas, em linhas gerais como parte das tentativas de retomar a influência política por meio de uma participação ativa junto as classes oprimidas e exploradas.

A constituição de articulações nacionais e internacionais, congressos e encontros entre organizações anarquistas de intenção revolucionária aconteceram de forma simultânea entre os anos 1990 e 2000, a formação de movimentos de coletivos em rede internacionais como a

Ação Global dos Povos e o Centro de Mídia Independente, parte da rede global Indymedia, a formação de movimentos autônomos nacionais como o Movimento Passe Livre e eventos militantes como *Corpus Crises* e *Verdurada*. Por isso, torna-se importante diferenciar aqueles eventos e ações coletivas nas quais diferentes perspectivas anarquistas e autonomistas compartilhavam os espaços e campanhas, daqueles que são particulares do anarquismo de intenção revolucionária.

O anarquismo insurrecional é uma das grandes correntes históricas do anarquismo, apesar de poder ser considerada uma influência informal nos grupos que adotam tática black bloc, é um dos elementos ideológicos da contracultura anarcopunk, não há elementos empíricos que sustentem que o anarquismo insurrecional estaria em uma fase de ascender como uma corrente em relação a outras correntes anarquistas.

A insurreição como uma fase mais aguda de um processo de insurgências não é algo que os anarquistas queiram evitar, mas para o anarquismo insurrecional exista enquanto corrente anarquista depende que haja sujeitos mais ou menos articulados nos territórios, algo que não existe no Brasil, sendo que a proposta de se colocar em paralelo ao movimento de massa e por meio da propaganda pelo fato para gerar revoltas espontâneas não é uma prática que possui adesão no anarquismo no brasileiro.

O que estamos evitando com essa afirmação é atribuir revoltas espontâneas das classes oprimidas em decorrência das arbitrariedades das forças policiais e injustiças sociais a um vínculo com organizações anarquistas. Os anarquistas brasileiros, pelo menos os organizados, estão longe de acreditar que toda e qualquer revolta espontânea leva a sociedade a estar à beira da revolução social.

O debate sobre violência e não-violência, se as classes oprimidas conseguirão obter conquistas ainda que parciais nesses eventos ou irão sofrer ainda mais com a reação dos setores conservadores e do capital, são realizados em relação conjuntural e estrutural utilizando seus referenciais teóricos e ideológicos.

Apontamos que a supervalorização da utilização da tática black bloc, que não é exclusiva aos anarquistas, por vezes tendeu a ser reproduzida no meio acadêmico, quando esse não vai além dos momentos de visibilidade como protestos que culminam em enfrentamentos com as forças policiais, o que contribui para recriar o estereótipo do anarquista atirador de bombas.

As tentativas de se retomar a influência anarquista na luta de classes vão contar com a presença de uma corrente relativamente nova na história, o anarquismo especificista. A corrente nasceu no Uruguai e foi se adaptando às conjunturas locais, às características dos conflitos

políticos e movimentos sociais de cada país, mantendo uma linha política e estratégica comum.

CAPITULO 4 O ANARQUISMO ESPECIFISTA DOS ANOS 1990 AS REVOLTAS DO VINAGRE DOS ANOS 2013 E 2014

O ressurgimento do interesse pelo anarquismo nos anos 1980, após fim da ditadura militar, desencadeou iniciativas de adentrar mais sistematicamente em diferentes setores das classes oprimidas e constituir uma articulação nacional entre organizações anarquistas, na qual a tentativa de refundar a Confederação Anarquista Brasileira (COB), ainda na metade dos anos 1980, sob uma orientação anarcossindicalista é um marco importante na história do anarquismo brasileiro.

Apesar da tentativa dos núcleos pró-COB de rearticular a organização ter perdido força ao longo dos anos 1990 (ROCHA; SANTOS; PENNA; VIANA SILVA, 2018) e das iniciativas de articulação nacional e inserção social nas classes oprimidas irem adquirindo outras características, tal empreendimento, caracteriza os passos iniciais de um anarquismo que precisa se “reinventar” quanto tradição da classe trabalhadora, após a repressão da ditadura militar antecedida por décadas de perda da sua influência nos sindicatos antes dela .

Para se reinventar-se como tradição da classe trabalhadora os grupos políticos anarquistas organizados de forma dualista vão se inserir em setores das classes dominadas, nos movimentos sociais e autônomos para aumentar sua influência em relação a outras forças políticas anarquistas e não anarquistas, ou seja, vão disputar as mesmas bases sociais, os repertórios de confrontos a serem adotados e o direcionamento de classe por meio de ações coletivas como campanhas, protestos, ocupações e etc.

No capítulo anterior associamos a estratégia do anarquismo especificista a uma forma de articular outra hegemonia segundo as contribuições de Camillo Berneri sobre o conceito. A associação mais que uma análise da estratégia de uma corrente anarquista visa tensionar com as interpretações sobre o anarquismo brasileiro que dizem que os anarquistas não podem mais ter um projeto de sociedade, tampouco assumir formas organizacionais rígidas e programáticas, nem mesmo buscar dirigir suas ações políticas e alianças com outras forças políticas para a fortalecer-se politicamente, sob o risco de não serem considerados anarquistas

Apresentaremos a trajetória do anarquismo especificista brasileiro entre o ano de 1995 quando se inicia os primeiros contatos de anarquistas brasileiros com a Federação Anarquista Uruguaia até as Revoltas do Vinagre, ciclo de protestos que incluem as jornadas de junho de 2013, que apresentou características de um processo insurgentes no Rio de Janeiro, e na Copa do mundo de Futebol em 2014. Na apresentação das organizações anarquistas específicas e de suas atividades avançaremos para além desse período. A nossa escolha de reconstruir uma

versão da história do especificismo não linear foi motivada por uma das características dos grupos estudados, a militância contínua e programática organizada como um partido anarquista, ainda que as organizações que compõem a CAB também tenham passado por problemas comuns à militância política organizada, tais como a desarticulação decorrente de divergências entre seus militantes e a falta de recursos para manterem suas atividades.

O eixo da narrativa de constituição do anarquismo especificista no Brasil foi construído a partir de dois documentos: *FAG 20 anos. A enraizar anarquismo com luta & organização*, escrito pela Federação Anarquista Gaúcha (2015) e *Elementos Para uma reconstituição histórica de nossa corrente*, escrito pela Organização Anarquismo Socialismo Libertário e Federação Anarquista do Rio de Janeiro (2012). Utilizamos também para reconstruir a trajetória das organizações anarquistas específicas as edições do jornal *Libera... amore mio* criado fundado em 1991 e que se tornou órgão oficial da FARJ em 2003, os jornais *Socialismo libertário* do Fórum do Anarquismo Organizado, informativos das organizações políticas anarquistas brasileiras, agrupamentos de tendência disponíveis nos portais *Ainfos* e *Anarkismo.net* e publicações e entrevistas com militantes disponibilizadas nos sites das organizações que irão compor a Coordenação Anarquista Brasileira.

O surgimento de organizações anarquistas que iniciaram suas atividades, entre o fim da segunda metade dos anos 1980 e o início dos anos 1990, possui como um dos elementos importantes para o debate, a questão geracional e a influência da contracultura. O período também foi caracterizado como uma fase em que diversas organizações políticas anarquistas de diferentes matrizes buscaram articular-se local e nacionalmente, mas com pouca efetividade no sentido de conseguir concretizá-la. Destacamos essa particularidade nos primeiros passos da reinvenção do anarquismo, como tradição da classe trabalhadora, após a ditadura militar em contraposição a um olhar que cria certos recalques presentes no meio libertário em relação à juventude, contracultura e o anarquismo.

4.1 A JUVENTUDE E SUA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A juventude como categoria sociológica é uma condição, como analisa Bourdieu (1983), estabelecida pelas relações de poder, já que em todas as sociedades das mais arcaicas as mais complexas, são as relações de poder que estabelecem qual o papel dos jovens e dos velhos nela, ao mesmo tempo, existem diferentes maneiras de ser jovem em uma mesma geração.

As possibilidades de usufruir plenamente a juventude gozando de uma certa moratória social e vital¹⁴⁶ que consiste no o que é apresentado como comum à juventude, estão diferentemente condicionadas (quando não determinadas) por outras variáveis como o pertencimento de classe, grupos culturais e religiosos, gênero, etnia etc. (MARGULIS; URESTI, 2000) e de ser reconhecido enquanto jovem, sendo que a participação política juvenil e suas ações coletivas correspondem às suas possibilidades, condições materiais e históricas. A condição juvenil como uma fase de transição para a vida adulta, estabelecida apenas na modernidade, tornaram a juventude (ou juventudes), alvos das investidas das instituições e ideologias políticas, uma vez que contam com a juventude para seus projetos políticos e buscam direcionar o poder enquanto capacidade de realização para se efetivarem.

Os jovens durante o século XX, ora foram tratados como um problema de disciplina e controle social, ora como recursos a serem amplamente explorados pelo capitalismo; ao mesmo tempo, a necessidade crescente do capitalismo de trabalhadores especializados e a indústria cultural após a II Guerra Mundial possibilitaram a criação de uma cultura juvenil que se tornou um árbitro cultural para as gerações mais velhas.

Embora a “invenção” da juventude tenda a seduzir esse segmento geracional se pensar isoladamente e em oposição às gerações adultas, assumindo ambigualmente as normatividades tais como a beleza e vitalidade como marcas atribuídas aos jovens, assim como a tarefa de ser o único sujeito com as potencialidades de transformar a sociedade, também permitiu aos jovens uma relativa autonomia de experimentar novas formas de sociabilidade e fazer política que questionam a dominação em todas suas esferas (econômica, política e cultural).

¹⁴⁶ Segundo Margulis e Eresti (2000) a moratória social está relacionada ao período especial, atribuído pela família, como uma postergação das responsabilidades perante o mundo adulto. Esse tempo é associado à fase em que o jovem se prepara para vida, gozando de tempo para estudar, se capacitar para o trabalho e ter tempo livre para o lazer. Nesse período o jovem pode contar com maior condescendência da família para tentar e errar, para experimentar, já que é fase de seu amadurecimento. A moratória vital é associada à vitalidade e energia corporal, à velhice e a sensação da morte como algo distante, um sentimento de que seu tempo não esvai diaadia, que o jovem possui uma reserva excedente vital.

A onda global de protestos de 1968, no que se refere à juventude, em grande medida foi influenciada pelo seu contato dentro dos campi universitários com teorias socialistas heterodoxas, anarquistas, anti-imperialistas e anticoloniais, como também por uma série de eventos relacionados à guerra fria e resistências das minorias étnicas como a do movimento de direitos civis, do *Black Power*, do Partido de Autodefesa Panteras Negras, do movimento feminista e LGBT pela igualdade e soberania sobre seus corpos, pelas lutas das guerrilhas latino-americanas, pela Revolução Cubana que foi uma das mais importantes fontes do imaginário social da época, assim como pelas contraculturas libertárias como um fenômeno em escala global.

Nesse sentido, a participação política e ações coletivas dos jovens se desdobram em determinadas condições materiais e históricas, mas também por um imaginário social de libertação que se contrapõe ao que é dado como destino inevitável de uma geração. Ainda que os jovens contestadores dos anos 1960 não tenham transformado o mundo como queriam, e suas expressões e sociabilidades incorporadas pelo capitalismo para renovar-se, as marcas dessa geração modificaram a cultura e a política até os dias atuais .

4.1.1 Anarquismo, contracultura punk e as relações intergeracionais no Brasil

No fim dos anos 1970 as atividades do jornal *Inimigos do rei*, do Movimento Estudantil Libertário (MEL) e também os encontros no apartamento de Ideal Peres e Esther Redes, no Rio de Janeiro, no espaço Nossa Chácara, em São Paulo, destacam-se tanto por sua resistência em um período autoritário, como também por uma questão estratégica, qualquer que seja a ideologia que queira sobreviver ao tempo vai depender da renovação de seus quadros, ou seja, como diria Ideal Peres: “qualquer movimento aí só poderá progredir e tomar corpo se for iniciado e orientado por jovens estudantes. Acredito sinceramente que os velhos companheiros não estão mais em condições físicas e culturais para um reativamento do movimento” (SILVA, 2018, p. 355).

Nesse sentido, a importância das relações intergeracionais pode ser sintetizada na afirmação de que enquanto o movimento estudantil e a imprensa libertária dos anos 1970 e 1980, com fortes marcas da contracultura de sua geração, gozando de uma liberdade relativa para movimentar-se durante o regime militar, ainda que sofressem as perseguições e tivessem que suspender suas atividades em momentos mais críticos, foram importantes para manter o

anarquismo vivo fazendo a crítica e o combate às relações de dominação utilizando referências culturais próprias da sua geração. A importância dos militantes mais velhos, em seus encontros clandestinos (onde eram convidados também anarquistas mais jovens) foi de manter estrategicamente viva as perspectivas das correntes associadas ao anarquismo de intenção revolucionária.

A contracultura punk chegou ao Brasil no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando a ditadura militar brasileira dava sinais de esgotamento, ainda assim a adesão juvenil ao punk despertou o interesse dos meios de comunicação de massa e do governo militar, porém com uma relativa diferença. Os meios de comunicação de massa condenavam ou exaltavam o punk conforme os gostos de suas audiências para fins comerciais, já o governo colocava os punks como ameaça a ser reprimida por “esculachos” constantes da polícia nos seus pontos de encontros e eventos, por esses expressarem abertamente sua oposição a qualquer forma de autoridade.

Existe uma diferença, no Brasil, entre as contraculturas dos anos 1960 e 1970 e a contracultura punk dos anos 1980, enquanto as primeiras eram muito mais acessíveis e adotadas pelos jovens universitários com um capital cultural elevado, a contracultura punk, além dessa camada social, tornou-se uma subcultura adotada também por jovens das periferias pobres tendendo a uma massificação.

Bruno Lima Rocha, cientista político e militante da Coordenação Anarquista Brasileira, em um artigo que mescla suas memórias com as avaliações do tempo presente relata que:

[...] o gigantismo da presença do punk em São Paulo e o aporte constante de adeptos desta subcultura de rebeldia para o anarquismo, por momentos, entendo que houve certa confusão, ou ao menos sobreposição de uma com a outra, e vice-versa[...] Afirmo isso porque estes eram os debates da época, do período. Nem todos os punks eram necessariamente anarquistas, mas a ideologia atravessava a subcultura, e desta vinham os adeptos de classes sociais menos favorecidas, tornando o anarquismo mais “popular” Ao mesmo tempo, entendo eu, isso reforçava também certa mentalidade de gueto na ideologia, considerando que para cada subcultura e derivações existentes no Brasil, era necessária alguma iniciação, pois os signos não circulavam amplamente no período anterior a popularização da internet no Brasil (ROCHA, 2018, p. 3).

Apesar das memórias do autor descreverem o punk na cidade de São Paulo, a sua afirmação sobre a subcultura punk ter deixado o anarquismo mais “popular” e o problema relativo à mentalidade de gueto podem ser estendidas a outras cidades e regiões brasileiras

onde o movimento punk obteve uma grande adesão. A mentalidade de gueto do punk que o autor afirma causar uma confusão ao se sobrepor ao anarquismo quanto ideologia, não se devia apenas ao fato de nem todos os punks serem anarquistas, mas da maioria dos que eram anarquistas terem pouco aprofundamento ideológico.

O interesse pelo anarquismo foi um dos motivos que levou os punks a participarem das atividades públicas nos centros de cultura social, mas a aproximação dos punks ao anarquismo podiam ser conflituosas intergeracionalmente, como mostram os relatos de Ivan Ribeiro do Coletivo Anarquistas Contra o Racismo e Nêne Altro da Juventude Libertária.

Em 86, por meio dos lambe-lambes que o Coletivo Libertário fazia no Centro de São Paulo, tivemos conhecimento de que o CCS (Centro de Cultura Social) daria um curso sobre anarquismo na Vila Buarque (Escola de Sociologia e Política da USP). Fomos, e lá conhecemos o recém-inaugurado CCS e toda a turma de anarquistas das antigas. Os que fizeram a ponte do anarquismo do começo do século até aqueles dias. Jaime Cubero, Martinez, Morelli e Zeca Orsi Morel (esses dois, integrantes mais recentes). Eu e meu amigo Cícero tivemos contato com toda a cena anarquista naquele momento. E começamos a frequentar o CCS, na rua Rubino de Oliveira, número 85. Eram palestras, debates e seminários sobre anarquismo, ecologia, antimilitarismo, anticlericalismo. O lugar já era frequentado por outros punks. Não éramos muito entendidos pelos velhinhos do CCS, que desconfiavam de nossa estética, nosso visual e nossa radicalidade. Tivemos aprendizados e problemas. Criamos o coletivo NAAR (Núcleo Anarquista Ação Radical), e um zine: Desobedecendo. Começamos a partir da COB (Confederação Operária Brasileira), uma organização anarco-sindicalista, inicialmente dentro do CCS, e depois, após um racha, passamos a atuar fora do CCS. Na COB, começamos a ter problemas com a falta de compreensão da parte dos anarco-sindicalistas sobre nossa cultura. Dentro da COB, fomos a vários estados montar as Juventudes Libertárias e muitas vezes encontrávamos punks nos rolês e já conversávamos sobre punk e anarquismo, porém nada sistemático, que envolvesse o anarcopunk - Ivan Ribeiro. Coletivo Anarquistas Contra o Racismo. Entrevistado por Eduardo Ribeiro¹⁴⁷ Sempre fui muito bem tratado no CCS, o Jaime passava horas me explicando as coisas. Tinha professores ali, que sentavam ao meu lado e ensinavam coisas, de publicação, disso, daquilo, como chegar nas pessoas. Mas a verdade é que o punk chocava muito. Eu conheci muitos anarquistas que eram cabeça fechada. É normal, cara, cada um tem a sua limitação, o seu crescimento. O Jaime Cubero, pelo que fiquei sabendo, chegava no Isaac, um cara que foi da Juventude Libertária, e dizia: "Esses caras aqui estão falando de anarquismo, vai lá falar com eles." E o Isaac ia lá convidar o pessoal pra ir no CCS. Ele tinha essa visão, porém outros, não. Nêne Altro. Juventude Libertária. Entrevistado por Eduardo Ribeiro¹⁴⁸

Os conflitos intergeracionais entre os frequentadores do Centro de Cultura Social (CCS) giravam em torno da valorização da “atitude” da subcultura punk no sentido de auto expressão individual nos comportamentos visualmente agressivos, uma das questões que

¹⁴⁷ RIBEIRO, Eduardo. Uma história oral do anarcopunk em São Paulo. **Revista Vice**, online 13 jul.. 2018.

Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/bjvx5m/historia-oral-anarcopunk-parte-1. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*.

causavam estranhamentos nos militantes mais velhos, ainda que não fossem uma regra como vimos no trecho quando o entrevistado fala de Jaime Cubero.

No fim dos anos 1980 e início dos 1990, quando o movimento anarcopunk estava se formando as relações conflituosas, no caso, entre duas gerações de punks não se baseavam na crítica ao individualismo e espontaneísmo juvenil. Os punks anarquistas, além de estarem em um constante conflito com os punks apolíticos que defendiam que a contracultura não devia ser politizada, combatiam a proliferação de grupos de extrema direita, como os Carecas do ABC.

A atitude de expressar abertamente a homoafetividade causava um certo estranhamento aos militantes anarquistas mais velhos, ainda que não assumissem abertamente uma postura de recriminação. Nos espaços frequentados por punks se traduzia em homofobia: “Era comum os anarcopunks serem chamados de ‘viadinhos’ ou ‘anarcobichas’ pelo pessoal das gangues”¹⁴⁹.

Ainda que os espaços do punk fossem contraditórios em relação a constituição da cultura libertária, a circulação de fanzines, das GIGs¹⁵⁰, festivais que reuniam no mesmo espaço atividades voltadas para distribuição e troca de materiais, shows e palestras e mais tarde a criação de *squats* ou *okupas* como se chamam na Espanha e América Latina (as casas ocupadas que servem como moradia e base político-cultural)¹⁵¹ engendraram um “anarquização” ideológica em direção ao socialismo libertário, com as preocupações e pautas sobre as questões relacionadas às LGBTfobias, com o surgimento de coletivas punks anarcas-feministas a fim de abrir espaços para militância das mulheres no punk, com organizações em prol da liberação animal, com as campanhas contra a corrida armamentista e contra o alistamento militar obrigatório, com a participação dos punks anarquistas nos protestos e companhas de movimentos populares como O Grito dos Excluídos, e também relações entre organizações anarcopunk com as organizações políticas anarquistas de outras matrizes, como a colaboração do Movimento Anarcopunk (MAP) em publicações do *Libera...a more mio*.

¹⁴⁹ RIBEIRO, Eduardo. Uma história oral do anarcopunk em São Paulo. **Revista Vice**, online 13 jul. 2018. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/bjvx5m/historia-oral-anarcopunk-parte-1. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹⁵⁰ Expressão idiomática usada nos Estado Unidos que se refere a festas de música e festivais.

¹⁵¹ Conforme Cleber Rudy (2019), o primeiro *Squat* anarcopunk foi criado em 1993, em Florianópolis, em um prédio abandonado de 15 cômodos, na Alameda Adolfo Konder, que havia pertencido a várias associações entre elas a dos trabalhadores da Secretaria de Turismo de Santa Catarina. O objetivo dos 10 anarcopunks com a ocupação era que o exemplo fosse seguido por outros adeptos da cultura *underground* e minorias e que o espaço funcionasse para abrigar uma miscelânea de atividades. Outros *squats* mencionados pelo autor são *Squat* Kaaza na periferia de Curitiba (PR), *Squat* Payoll também em Curitiba, *Squat* Teimosia no Bairro Bonfim, em Porto Alegre, também no Rio Grande do Sul as ocupações Resist e Colina. Em São Paulo os *Squats* Pomba Negra, Dandara e Guiana. Em Santa Catarina, o *Squat* Korr- Cell na cidade de Blumenau.

O MAP se consolida nos anos 1990, quase que simultaneamente em todas as regiões brasileiras, apesar de ir perdendo sua organicidade como um movimento sociocultural ao longo dos anos 2000, outras variações da contracultura punk anarquista não deixam de ter importância e influência na difusão do anarquismo e na constituição dos movimentos autonomistas nos anos 2000 (SANTOS, 2010), e ex-punks vão se tornar importantes articuladores do anarquismo especificista na Coordenação Anarquista Brasileira (ROCHA; SANTOS; PENNA; VIANA SILVA, 2018) de outras correntes anarquistas no Brasil ainda hoje.

Apesar de narrarmos uma trajetória do anarquismo brasileiro enfatizando as relações geracionais e intergeracionais, práticas distintas de difusão da ideologia anarquista se complementam. Não pretendemos com isso vincular todas as trajetórias de militantes anarquistas, do fim dos anos 1980 e anos 1990, ao anarcopunk ou às contraculturas libertárias.

Os segmentos juvenis se diferenciam entre si, o contato com a ideologia anarquista deu-se de diferentes formas e espaços, e, nem todas as trajetórias de militantes desse período passaram pelo movimento punk, apesar da circulação de militantes anarquistas em espaços contraculturais ser bastante grande, até hoje. O nosso embate aqui é com a dureza de críticas à contracultura como sempre limitadora de uma atuação libertária para além dos seus adeptos, utilizando como argumento de que as subculturas reproduzem apenas uma rebeldia meramente estética intrinsecamente atrelada aos valores individualistas da indústria cultural.

A crítica à contracultura, como reprodutora do ideário liberal no meio anarquista, quando feita de forma mecânica prejudica os sujeitos em transição para vida adulta, pois os leva a uma fixidez intransponível fadada a adaptação ao sistema de dominação capitalista/estatal ou reduz o anarquismo a um único modelo organizacional. Esse não é o único problema, tendo em vista que de certa forma os aspectos que definem a identidade são constituídos de forma relacional e precárias, caracterizados por sua incompletude. Ainda que possamos lançar um olhar para subculturas urbanas elencando seus aspectos de indústria cultural, ambas globalizadas, a participação política não pode ser reduzida a uma identidade fixa e estática.

As experiências, pertencimentos múltiplos e engajamentos em diferentes pautas reivindicatórias de militantes está relacionada ao fato de que no Brasil, as desigualdades de classe etnia e gênero são estruturais e estruturantes nas instituições e, também, pelos militantes pertencerem a essas minorias produzidas pelas assimetrias de poder do sistema de dominação capitalista e estatal. Os múltiplos engajamentos produzem uma circulação desses militantes anarquistas que criam vínculos de solidariedade e redes sociais com setores dos

movimentos sociais e das classes das oprimidas que fazem parte, ou não. Nas organizações políticas anarquistas como a Coordenação Anarquista Brasileira, União Popular Anarquista e Organização Anarquista Terra e Liberdade estar inserido no cotidiano das classes oprimidas com um trabalho de base contínuo e conseqüente é uma estratégia para direcionar esses militantes, enquanto sujeitos históricos, na adoção de práticas e formas organizativas autogestionárias em todos os níveis (político, econômico e cultural/ideológico). Apontamos para necessidade de uma diferenciação em relação a forma de olhar a militância anarquista no Sul Global que, ao mesmo tempo, não abra mão dos aspectos liberais e individualistas presentes nas subculturas, mas sem reproduzir de forma mecânica o uso da crítica criando uma falsa ideia de totalidade sobre ela ao negligenciar como os múltiplos pertencimentos que caracterizam a participação política se relacionam como os modelos organizacionais adotados. A dicotomia entre estilo de vida e anarquismo social pode apontar para uma diferenciação importante entre as formas de militância junto às classes oprimidas e exploradas ou pode tender a engendrar interpretações equivocadas sobre a composição da militância anarquista na América Latina.

Os motivos pelo quais o anarquismo brasileiro possui nesse primeiro ciclo uma composição juvenil, na sua grande maioria com pouco acúmulo prático e teórico sobre o anarquismo, tem uma relação direta com a perda da sua influência no movimento operário, a hegemonia de um anarquismo compreendido como uma antítese do marxismo, com a influência política dos sujeitos políticos forjados no ciclo de lutas do fim dos anos 1970, que darão origem à CUT, UNE (reestruturada) e ao MST, sujeitos históricos importantes no pós-ditadura e nas lutas contra a onda neoliberal dos anos 1990.

O anarquismo em espectro mais amplo da conjuntura brasileira, para se tornar uma alternativa e influenciar de forma consistente as classes oprimidas e exploradas que diz representar e busca direcionar enquanto classe social, terá tal como seus adversários no campo político, responder as questões relativas à democratização (FLACKS, 2005), bem como o alargamento da base social por etnicidade e gênero, a sua organização interna em relação às esferas de participação nos processos, as clivagens militante e cotidiano, avaliar suas estratégias e táticas conforme a realidade.

4.1.2 O anarquismo brasileiro entre 1990 e 1995

A imprensa anarquista do fim dos anos 1980 e início da década de 1990, impulsionada pelo interesse pelas ideias e práticas libertárias durante a onda de reorganização do anarquismo brasileiro após a ditadura militar, nos permite delinear as preocupações da militância anarquista em se apresentar como alternativa ao reformismo da social democracia brasileira¹⁵² e a dominação Estatal e capitalista.

Os jornais anarcossindicalistas *Ação direta* (São Paulo)¹⁵³, *O Anarco Sindicalista* (Centro-Sul) e o *Ovelha negra* (Belém), órgãos de divulgação dos coletivos pró-COB e o *Combate sindical* (São Paulo) que tinha entre seu colaboradores o veterano anarquista Edgar Rodrigues, com o objetivo constituir-se dentro de um quadro maior de correlações de forças políticas e de uma estrutura econômica do capitalismo dependente brasileiro faziam a defesa da auto-organização dos trabalhadores, da ação direta, educação libertária e teciam críticas aos sindicatos dirigidos pelos partidos, atrelados ao governo e ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O *combate sindical* de setembro de 1989, em seu editorial e na charge, crítica e ironiza as ações da CUT de apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989, como uma das formas dos sindicatos oficiais direcionarem suas ações aos seus próprios interesses e não aos da classe trabalhadora.

¹⁵² Estamos utilizando o termo no sentido de uma estratégia que privilegia a ação indireta e a centralização do poder a partir do partido institucionalizado no sistema político.

¹⁵³ Criado a partir das reuniões do grupo de apoio a Associação Internacional no Brasil que levava o mesmo nome do jornal fundado em 10 de abril de 1946 por José Oiticica.

Figura 7 – Editorial Jornal Combate Sindical n.2 setembro de 1989

EDITORIAL

No primeiro semestre de 1989, greve geral, várias categorias em greve, milhões de trabalhadores parados. No segundo semestre a luta sindical cessa para dar lugar às eleições presidenciais. No entanto, a inflação, o arrocho, a miséria, a alta dos preços, não cessaram. Estamos beirando uma hiperinflação e não se faz absolutamente nada.

E as centrais sindicais o que fazem ?

A CBT, como sabemos, está encastelada fazendo seus acordos com os patrões e fazendo suas greves pipocas visando somente a luta economicista.

A CUT está totalmente voltada para as eleições presidenciais, apoiando o seu candidato 'Lula'. As lideranças sindicais estão engajadas na eleição e por isso não podem se dar ao luxo de perder tempo com os trabalhadores e os sindicatos.

No SP CECUT várias correntes apresentaram a seguinte proposta: em todas as greves do segundo semestre a prioridade é uma forte intervenção no sentido do fortalecimento da candidatura Lula. Assim, temos a partidarização da CUT e se cria a expectativa de que o voto (no Lula ou não) é o instrumento que vai fazer a revolução.

O sindicato não pode ser um instrumento de luta político-partidária, mas sim um instrumento de emancipação dos trabalhadores. Somos contra não só a partidarização da entidade sindical, mas também contra a obrigatoriedade do voto.

Fonte: Acervo Canto Libertário - UNESP

Figura 8 – Charge Jornal Combate Sindical n.2, p.1, setembro de 1989



Fonte: Acervo Canto Libertário - UNESP

A principal característica do anarcossindicalismo defendido nessa época é a defesa da organização do local de trabalho conciliada com local de moradia, organizadas em grande escala em uma mesma federação. As polêmicas em torno do sindicalismo revolucionário e o

anarcossindicalismo, são mais explícitas no jornal *Combate Sindical* e no periódico do *O Ateneu* editado pelo Coletivo Anarquista Phorko, de São Paulo, e praticamente não aparecem nos periódicos dos coletivos pró-COB, apesar de defenderem o anarcossindicalismo como forma organizacional do anarquismo na classe trabalhadora.

As pautas e estratégias anarcossindicalistas presentes nos periódicos consultados sinteticamente eram: a defesa de sindicatos livres da interferência dos partidos, do Estado e patrões; o fim do imposto sindical compulsório e da estrutura sindical atrelada ao Estado; o fim da obrigatoriedade do serviço militar e o abstencionismo eleitoral. Além disso, defendem a greve econômica e a greve geral, como táticas/estratégias catalizadoras do poder de decisão da classe trabalhadora, não como um fim em si mesmas para obter conquistas parciais.

Segundo a lista de contatos publicada no jornal *O Anarco Sindicalista* na sua edição de novembro e dezembro de 1990, as organizações anarquistas em prol da reorganização da Confederação Operária Brasileira estão presentes em seis estados: por meio da União Local de Porto Alegre, União de Trabalhadores de São Paulo, no Núcleo pró-COB da Bahia, no Núcleo Pró COB de João Pessoa, No Sindicato de ofícios vários de Brasília¹⁵⁴ e no Núcleo Pró COB de Curitiba.

Na mesma edição do órgão de imprensa do núcleo pró-COB das regiões Sul/ Sudeste de novembro e dezembro de 1990, a capa traz a chamada, o Brasil novo é cara do velho: Vote Nulo Outra Vez! Ilustrando a capa estão as imagens de Paulo Maluf, José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, Hélio Garcia, Jarbas Passarinho, Orestes Quércia, Leonel Brizola e Marco Maciel. O editorial avalia que as eleições de 1989 havia tido como resultado a continuidade do projeto do governo anterior.

¹⁵⁴ O termo sindicato de ofícios vários é usado pelos anarcossindicalistas para definir organizações de trabalhadores de distintos ofícios e ramos que se unem em uma organização quando não se tem um contingente de militantes o suficiente para se organizar por ramo ou por seus membros exercerem vários tipos de ofícios. O modelo organizacional de sindicato vários e por ramos federados na mesma organização é utilizado pela CNT espanhola, mas o anarcossindicalismo pós-ditadura militar vinha se desenvolvendo desde da metade dos anos 1980 no Brasil, não era a reprodução do modelo adotado pela CNT ou de um passado heroico.

Figura 9 – Capa O Anarcosindicalista novembro de 1990



Fonte: Anarco Sindicalista, novembro de 1990. Acervo Canto Libertário (UNESP)

Figura 10: O Anarco Sindicalista, novembro de 1990 p. 3

Balanço Eleitoral e Perspectivas

Qual o significado da avalanche de votos nulos e brancos em todos os estados? Quem ganha, quem perde, e como ficam as forças de direita, centro e de esquerda? O que muda no País com essas eleições?

Você certamente já deve ter lido e ouvido diferentes respostas para estas perguntas. Os políticos populistas, com seus currículos eleitorais bem definidos como o sr. Joaquim Roriz (DF), acham que faltou "ensinar melhor o povo a votar". A esquerda e setores da direita dizem que foi um "repúdio aos maus políticos". Você nunca ouviu, e nem vai certamente, algum político admitir que todos os políticos são iguais. "Basta escolher certo", eles dizem.

O que eles não podem esconder é o fato: de norte a sul do país milhões de pessoas escolheram conscientemente anular o voto ou votar em branco. Essa eleição foi precedida pelas de 85 (prefeituras de capitais), 86 (Câmara, Senado e governadores), 88 (prefeituras novamente) e 89 (Presidência da República). O povo já está esgotado em como marcar o "X". Sem contar que a imprensa mostrou vários exemplos de votos anulados. Todos com reclamações, xingamentos, etc. A revolta não ficou só na reclamação, não. Foi parar dentro da cabine. O cidadão acordou, saiu de casa, foi votar, viu as alternativas (bastava apenas um pequeno "X" para senador e governador) e nem assim mudou de idéia. Escreveu um bilhete em cima do voto e foi embora! Isso não quer dizer que o Brasil está cheio de anarquistas "de carteirinha", revolucionários convictos e decididos a mudar a sociedade imediatamente e radicalmente. Mas ninguém pode negar que fomos os únicos a de-

fender a bandeira do voto nulo, em panfletos, jornais, pichações, etc. Todos os meios de comunicação, todos os partidos políticos (de direita, centro, esquerda e grupelhos autodenominados de "revolucionários"), a Igreja Católica, os sindicatos oficiais, os empresários, todas as instituições fizeram apelos em favor da escolha de candidatos "certos" ou "os melhores candidatos". Os votos nulos e em branco mancharam sem dúvida a imagem de todo esse "circulo democrático". Sua maior mensagem: "Vocês não estão nos ouvindo. Nós queremos alguma coisa a mais que não está nas suas promessas. Se continuarem assim, nós vamos abandonar vocês políticos e procurar uma alternativa mais adequada". Quanto mais cedo o povo acordar para essa alternativa, melhor. Sejam bem-vindos à acolhedora-alternativa da Anarquia, trabalhadores brasileiros que anularam seu voto!

Quem ganhou e quem perdeu

O principal vitorioso nos outros votos, os "válidos", foi o governo. Mas isto já era esperado. A tática foi a mais manjada: "dividir para governar". Os governistas se dividiram em vários pequenos partidos (PL, PRN, PDS, PTB, PRS, etc.), além do PMDB e PFL, e assim garantiram disputas tranquilas, entre colíridos, no segundo turno. Isso quando não levaram já no primeiro. Caso típico é o de Alagoas: Renan Calheiros e Geraldo Bulhões disputam pra ver quem é mais fiel ao "homem" (Collor).

Além disso, todo governo no início é como mulher bonita. Todo mundo quer "paquerar". A "noiva do Planalto" estendeu seus braços em direção aos outros partidos: o PSDB é aliado certo, brizolistas eleitos já

acenam com uma "convivência pacífica", a CUT aderiu com unhas e dentes ao Pacto Social. Collor dá avisos: "Quem não vier a mim ficará isolado". Como ditador, quer governar com unanimidade.

Mas a vitória ou possível eleição de nomes ligados à ditadura, como Antônio Carlos Magalhães, Paulo Maluf, Nelson Marchezan, Gilberto Mestrinho, João Castelo, começa a mostrar a verdadeira cara deste governo. Um governo que escolhe o Sr. Jarbas Passarinho para o Ministério da Justiça (ele que, servicial do regime militar, editou um decreto banindo milhares de estudantes de esquerda das Universidades, e agora quer recriar a censura). Um governo que persegue trabalhadores, toma economias de populares, abre as pernas para o capital estrangeiro.

Os que votaram nessas figuras não foram enganados. Uma pesquisa recente mostrou que quase metade dos eleitores de Maluf sabem de seu envolvimento em casos de corrupção. A impunidade dos donos do poder gera o "eleitor cínico", o que vota no candidato que "rouba mas faz". Também esse eleitor está dando uma mensagem: "Olha, eu sei quem vocês são, e vou votar no pior de todos". Esse eleitor também acaba colaborando inconscientemente para a desmoralização do processo eleitoral. A sua paciência também está no fim.

Então quem perdeu? A oposição. O PSDB foi abandonado pelos eleitores, cansados de tanta indecisão (não sabe se é governo, ou oposição, centro ou esquerda, estatista ou privatista). O PDT cresce um pouco, mas continua sendo a corveia de transmissão da vontade do Sr. Leonel Brizola. O PT entra em uma crise violenta: a sua direção quer apoiar figu-

ras como Hélio Garcia (MG) e Fleury (SP). Os grupos de esquerda defendem o voto nulo. Mas quem entrou na lama tem que ir até o fim: o "mal menor" é a lógica do sistema político.

O objetivo de toda campanha eleitoral é aumentar o próprio poder de barganha e ganhar mais postos de poder. O voto nulo dos petistas é o voto nulo dos derrotados. Dos que se lambuzaram com o bolo e, agora com indigestão, querem cuspir no prato em que comeram!!!

O que muda com as eleições

Como todo processo de cartas marcadas, nada muda com essas eleições. O governo continua com maioria no Congresso (até ampliou a sua bancada de fisiológicos). Mas apoio político não assegura o fim da crise econômica, o ponto mais fraco deste e de todos os governos que o antecederam. É impossível estabilizar uma inflação na casa dos 15%. Os credores internacionais querem mais e mais pagamentos da dívida. O governo de novo apela para a "boa vontade" e "compreensão" dos empresários. E os trabalhadores?

É importante destacar que o voto nulo não é mais um candidato qualquer, em que se depositam todas as esperanças e pronto. Essa "bronca" mostrada pelos eleitores só faz sentido se for acompanhada de outras formas de protesto muito mais efetivas. O voto é nulo, você não! Da disposição de luta e da consciência dos trabalhadores dependem todas as propostas de transformação da sociedade atual. Os partidos de conduzirão ao fundo do abismo, os patrões sugam o teu sangue como vampiros, os sindicatos oficiais te vendem por milhas. Vamos varrer todo esse lixo!!!

Fonte: Acervo Canto Libertário (UNESP)

O editorial não usa os votos nulos e a abstenção eleitoral para agigantar o anarquismo, mas como um diagnóstico da insatisfação com o sistema representativo expresso em xingamentos nas cédulas eleitorais como um recado de que os anseios populares não estavam sendo ouvidos. Por isso, cabia aos anarquistas organizarem-se e canalizar essa insatisfação em direção da transformação libertária da sociedade.

As atividades do Círculo de Estudos Libertários no Rio de Janeiro, posteriormente, Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP), após a morte de Ideal Peres, e uma reorganização interna no início dos anos 1990, do Centro de Cultura Social de São Paulo, as atividades do coletivo anarquista Mutirão e eventos noticiados na imprensa anarquista complementam nossa tentativa de dimensionar a expansão do anarquismo no território brasileiro, suas posições em relação aos seus adversários e as tentativas de constituir articulações nacionais, o anarquismo ainda que pequeno em termos de influência política, não era apenas a negação, mas proponente de uma alternativa objetivava uma práxis política de viver a anarquia.

A reorganização do Círculo de Estudos no Rio de Janeiro impulsionou a formação, por estudantes do Coletivo Anarquista Estudantil 9 de Julho (CAE-9), que após ultrapassar sua

atuação no meio estudantil vai se tornar o Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD) (ROCHA, 2018). No pequeno artigo “O que andam fazendo esses anarquistas?” o Grupo Mutirão descreve algumas das atividades libertárias realizadas entre os anos de 1990-1991:

No Rio de Janeiro realizamos um seminário no Sindicato dos Petroleiros, onde se discutiu livremente sobre assuntos como movimentos populares [...] O evento agradou e abriu a possibilidade de seminários semelhantes em sindicatos de petroleiros de outros estados. Em janeiro participamos ativamente (apesar de não convidados) nas manifestações contra a guerra no Golfo Pérsico. O Círculo de Estudos Libertários já prepara o reinício de palestras, cuja primeira será sobre a AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores- Também o recente Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD)- está se reunindo e pretende lançar para breve uma publicação própria de divulgação. A nível nacional a principal organização libertária é a COB [...], que reúne grupos sindicais de diversas cidades do país e dedica-se à luta de resistência contra a exploração e a organização popular pela transformação social¹⁵⁵ No mesmo ano, o GAAD promoveu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de 19 de agosto a 23 de agosto, uma semana de atividades voltadas para o anarquismo. Entre as atividades do evento estão debates sobre a AIDS com um especialista da Soma Terapia¹⁵⁶, o anarquismo no movimento estudantil, e uma palestra com o veterano anarquista Jaime Cubero sobre o anarquismo e antimilitarismo.

O coletivo anarquista O Mutirão, do Rio de Janeiro, é um dos exemplos importantes de experiências socialistas libertárias com inserção nos movimentos sociais dessa época. Segundo Penna (2010, p. 47) o Mutirão era composto por militantes que participavam do CEL, que no ano de 1992 procuraram avançar politicamente com a tentativa de inserção social por meio da criação de um coletivo autogestionário no Bairro Campo Grande, para sistematizar a atuação naquela região. O Mutirão a partir das iniciativas de articulação nacional entre grupos anarquistas e o acúmulo de suas experiências passa a militar no movimento de ocupação rurais em zonas urbanas, apoiando e/ou organizando algumas delas, como a Nova Canudos na Rua Mem de Sá, 261, no centro do Rio de Janeiro.

A ocupação Nova Canudos, segundo a autor, foi uma das primeiras ocupações organizadas com a participação direta de anarquistas na cidade do Rio de Janeiro, mas houve iniciativas anteriores como a ocupação Vila Bakunin, em Petrópolis em 1989. Além da participação nas ocupações O Mutirão em seu periódico reporta às lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à violência estatal contra as ocupações e tece críticas ao sindicalismo feito pela Central Única do Trabalhadores (CUT) e Central Geral do

¹⁵⁵ **O mutirão**, Rio de Janeiro, n.1, p. 2, mar./abr. 1991

¹⁵⁶ A Somaterapia é uma terapia em grupo e corporal desenvolvida pelo escritor e terapeuta Roberto Freire com base nas teorias de Wilhelm Reich e no anarquismo.

Trabalhadores (CGT), defendendo o sindicalismo de intenção revolucionária como uma alternativa para a organização da classe trabalhadora.

No jornal *O Mutirão* número 2 de maio e junho de 1992, foi publicada uma avaliação da greve geral realizada nos dias 22 e 23 de maio de 1991, que acusou a CUT e a CGT de terem feito um simulacro de greve geral com o objetivo de resgatar politicamente a credibilidade das lideranças sindicais e partidos que até pouco tempo orientavam a classe trabalhadora para um pacto negociado com o governo Fernando Collor de Mello.

O pequeno artigo de forma propositiva afirma que o combate ao atrelamento desse setor da esquerda com o Estado deve ser feito com a reconstrução do que chamam de “sindicalismo autêntico”, ou seja, o sindicalismo revolucionário. Na edição número 3 de julho e agosto de 1991, o grupo deixa ainda mais explícito seu projeto político:

Continuamos a exigir: Sindicatos Livres, pois não entendemos o sindicato apenas como uma instrumento de luta econômica, e sim como uma organização de trabalhadores na busca da AUTOGESTÃO SOCIAL, onde quem controla os meios de produção são os trabalhadores coletivamente organizados, com a perspectiva de mudança radical da sociedade; Menor Jornada de Trabalho, onde trabalharemos só o socialmente necessário, contra o embrutecimento do homem pela produção desmedida e manipulada; Educação Libertária onde os professores sejam os próprios trabalhadores. Enfim, uma sociedade igualitária, justa, fraterna e federalista onde não igualdade sem socialismo e não há socialismo sem igualdade.

A estratégia do Grupo Mutirão está baseada no sindicalismo revolucionário que permeou a COB do início do século XX, na autoeducação da classe trabalhadora, enfim no projeto socialista libertário, e como constata Penna (2010) por meio da inserção na luta por terra e moradia, na educação e no movimento de rádios comunitárias do Rio de Janeiro.

O Mutirão se dissolve em 1993 e volta se articular em 1996, continuando o trabalho do GAAD e no jornal *O Mutirão*, participa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e através do MST da Central de Movimentos Populares¹⁵⁷.

O Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS-SP), reaberto a partir de 14 de abril de 1985 após ter sido fechado pela ditadura militar em 1969, segundo os seus militantes em

¹⁵⁷ A Central de Movimento Populares tem sua origem no sindicalismo dos anos 1980, segundo Sonia Regina Ribeiro de Carvalho (2007) entre os anos de 1980 a 1983, o objetivo principal da entidade foi a reorganização do movimento sindical, dando origem à Central Única dos Trabalhadores. Entre os anos de 1983 a 1989, CMP abriu espaço para os movimentos populares, passando a discutir a necessidade de sua unificação e constituindo, no final do período, a Pró-Central de Movimentos Populares. A CMP se consolida e é fundada no I Congresso Nacional de Movimentos Populares, realizado de 28 a 31 de outubro de 1993, realizado em Belo Horizonte (MG).

uma entrevista para o Instituto de Estudos Libertários (IEL)¹⁵⁸, de forma semelhante a reabertura de 1945, após o seu fechamento em 1937, em consequência do golpe de Getúlio Vargas. Na referida entrevista afirmaram que os “companheiros que se mantinham em prontidão durante a década anterior, viram a reorganização da reabertura do CCS, como local público de difusão do anarquismo”, se referindo as atividades mantidas em grupos fechados por questões de segurança, a possibilidade de “uma forma de confluência dos militantes e simpatizantes para aquele período de redemocratização do início dos anos de 1980”.

Entre os anos de 1985 e 1990, segundo os entrevistados, o CCS-SP possuía uma enorme importância para o anarquismo paulista, pois foi o único espaço anarquista aberto ao público em São Paulo, com raras exceções, sem interrupções e com as atividades contínuas que proporcionava a organização e articulação entre militantes. Outros espaços libertários que virão ser abertos são o Centros de Cultura Libertária de Porto Alegre, o Centro de Cultura Social em Belém criado por punks e batizado com esse nome em homenagem ao CCS/SP e as okupas do movimento anarcopunk.

Os militantes do CCS-SP, mencionam na entrevista ao IEL as ações que estimularam a reabertura do espaço:

[...] as atividades realizadas pelos coletivos pró-C.O.B; as atividades de teatro de grupos anarquistas; a participação da Bienal do Livro com a editora Novos Tempos e comemorações dos 70 anos da Greve Geral de 1917 e Revolução Russa em 1987; participação com a Fundação Cultural São Paulo e da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP no evento “Outros 500: Pensamento Libertário Internacional” em 1992; articulação de uma rede em nível nacional, NÓ/SP -Núcleo de Ação e Propaganda de São Paulo, com reuniões na sala e utilização de uma coluna no boletim do CCS, dentre vários outros eventos.

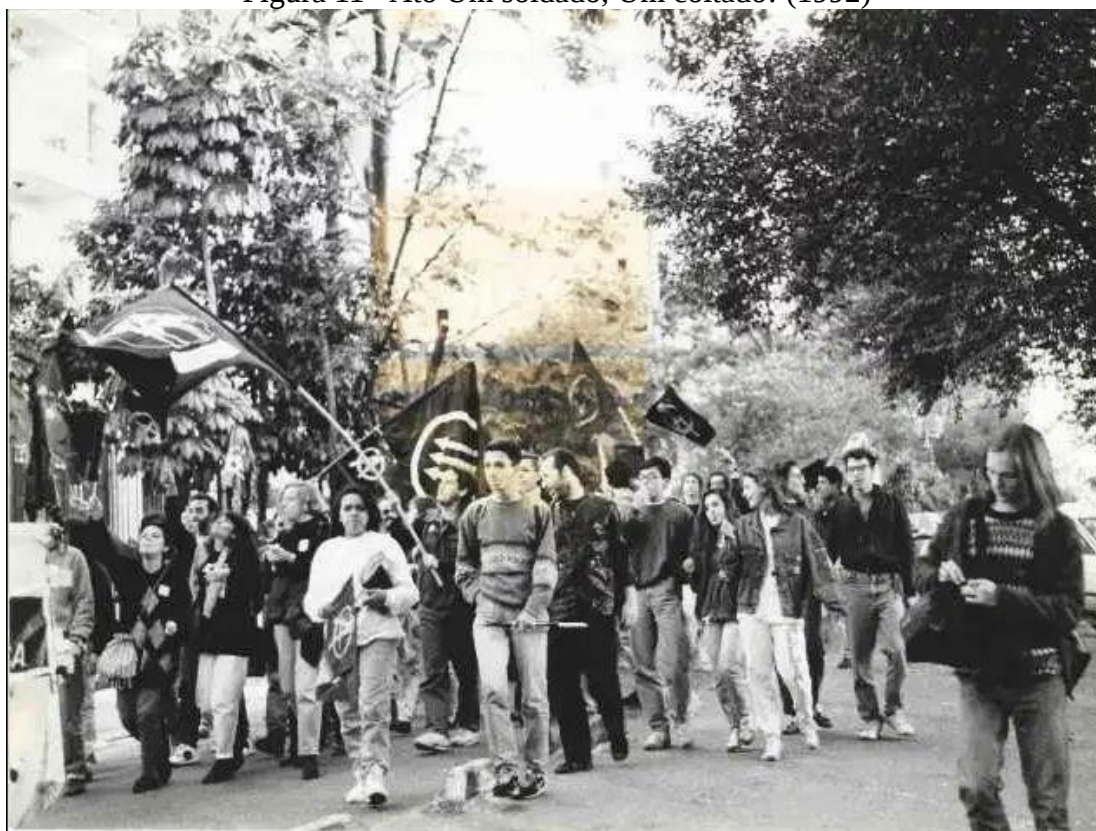
O evento mencionado pelo CCS/SP “Outros 500: Pensamento Libertário Internacional” foi um dos acontecimentos mais importantes para o anarquismo brasileiro no ano de 1992. Realizado em contraposição às comemorações do aniversário dos 500 anos do descobrimento das Américas e da retórica do capitalismo ecologicamente sustentável da ECO 92¹⁵⁹. Realizado em São Paulo entre os dias 24 e 28 de agosto de 1992, contou com a presença

¹⁵⁸ Instituto de Estudos Libertários (IEL). Entrevista com o Centro de Cultura Social -São Paulo. 2018. Disponível em: <https://anarcopunk.org/v1/2018/01/entrevista-com-o-centro-de-cultura-social-sao-paulo/> Acesso em: 10 maio 2018.

¹⁵⁹ A realização da ECO 92 no Rio de Janeiro, levaram o CELIP e a Revista Utopia lançar uma edição totalmente voltada para apresentar a perspectiva anarquista na ecologia social para se contrapor a perspectiva oficial do evento baseada no ambientalismo liberal.

de importantes intelectuais e militantes do campo anarquista e autonomista, tais como: Cornelius Castoriadis (França), Ronald Craig (EUA), Pietro Ferrua (Itália), Eduardo Colombo (França), Luce Fabri (Uruguai), Angel Cappeletti (Venezuela) e do Brasil, militantes históricos como Maurício Tragtenberg, Ideal Peres, Roberto Freire e Jaime Cubero. Ao término das atividades do encontro houve o ato contra as comemorações do dia do soldado chamado “Um Soldado, um Coitado!”

Figura 11 - Ato Um soldado, Um coitado! (1992)



Fonte: Acervo da Biblioteca e do Arquivo José Pacheco Pereira

Os “Outros 500” além dos debates e trocas de experiências entre os anarquistas que dele participaram permitiu também uma conexão nacional por afinidade ideológica para autogerir iniciativas comuns. Entre elas estavam a criação de um jornal em escala nacional com participação de maior número possível de grupos anarquistas, para essa tarefa a referência de contato foi Grupo Mutirão do Rio de Janeiro e a formação de uma rede de informações entre as organizações e indivíduos presentes no evento, conforme o relato de militantes de Aracaju, Assis, Florianópolis, Fortaleza, Guarulhos, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador e outros locais.

A “outros nós” como foi chamada essa tentativa de organização de rede de informações entre organizações anarquistas tinha como objetivo a troca de informações entre

os participantes e a sua divulgação por meio dos jornais, boletins, cartas, exposições e etc. Recomendava-se conforme o relato que assim que possível os grupos participantes que não tivessem suas publicações deveriam se organizar para tê-las e que os integrantes da rede deveriam compartilhar as listas de endereços e contatos entre os seus participantes.

Figura 12 - Reunião da Rede Outros Nós



Fonte: Oliveira (2017, p. 156)

Apesar da rede “outros nós” não conseguir efetivar a iniciativa de criação um jornal anarquista de alcance nacional, uma rede de publicações anarquistas foi composta pelo LiberNete de Florianópolis e Porto Alegre¹⁶⁰, pelo Boletim do Grupo Via Ação Direta (GRAVIDA) de Curitiba, Anarco, um boletim informativo do Movimento Anarcopunk de São Luiz do Maranhão, *Liberô Geral*¹⁶¹ de São Paulo, que acabou se afrouxando, porém o seu maior impulsionador o *Libera ... amore mio* vai assumir essa função como rede de informações (OLIVEIRA, 2017).

A criação de redes de informações como a “Outros Nós” e o *Libera... amore mio*, estimulava a articulação entre militantes semelhante ao que ocorrera na primeira onda do anarquismo, em uma conjuntura muito diferente e anterior a popularização da internet no

¹⁶⁰ Boletim publicado pelo Coletivo de Informações das cidades de Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS) com a finalidade de divulgar o anarquismo no Brasil. Apresenta em suas edições assuntos ligados à política, cultura, movimento punk, questão indígena, grupos neofascistas, ecologia, nudismo, naturismo, voto nulo, arte e formas de expressão, educação e pedagogia libertária, entre outros.

¹⁶¹ O Boletim é o órgão de divulgação do Nó (Núcleo de correspondência de SP). Formado por anarquistas de diversas cidades do estado de São Paulo que se utilizavam do periódico para criar uma rede de correspondência entre anarquistas e simpatizantes da região. .

Brasil; sendo que foi praticamente no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, que o acesso facilitado a internet permitiu ampliação em larga escala da conexão das organizações libertárias brasileiras com as redes ativistas internacionais nas quais se utilizam as tecnologias de informação e comunicação como forma de organização e ativismo (SANTOS, 2010).

Os coletivos de imprensa dos anos 1990, funcionavam como uma rede de núcleos aglutinadores de militantes para produção de conteúdo, difusão e organização das atividades para além da editoração, como as panfletagens e protestos de rua no dia primeiro de maio, campanhas de solidariedade a militantes perseguidos, contra repressão aos movimentos sociais e a organização e divulgação de eventos libertários em escala regional, nacional e internacional.

Os fanzines, apesar de terem surgido antes do movimento punk, nos anos 1990 vão se tornar ferramentas apropriadas por jovens das classes oprimidas associados aos circuitos de produção cultural libertária difundindo novas abordagens sobre o feminismo¹⁶², liberação animal e meio ambiente no meio anarquista.

A imprensa anarquista impressa que é uma rica fonte de dados sobre o anarquismo e suas correntes é ainda pouco explorada no Brasil, de acordo com João Henrique Castro de Oliveira (2017) em seu estudo sobre o *Libera... Amore Mio*, o jornal anarquista brasileiro mais duradouro da história, tendo completado, em 2016, 25 anos de publicação ininterruptos, foi objeto de uma análise específica como veículo na sua pesquisa e como fonte de dados complementar em duas dissertações¹⁶³.

A seção de notícias anarquistas do *Libera... Amore Mio* utilizado aqui como uma das nossas fontes complementares, entre os anos de 1992 a 1994, por exemplo, reporta atividades anarquistas em diversas regiões do país. Ainda que não se possa dar mais detalhes sobre as atividades e a influência de cada grupo nos seus respectivos locais de atuação, os dados demonstram que a fase de crescimento do interesse pelo anarquismo e suas organizações se mantém expressiva para além dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre as atividades como encontros, lançamento de periódicos, criação de espaços libertários e campanhas de solidariedade destacamos: o primeiro Encontro de Grupos Anarquistas do Rio Grande do Sul (ENCANA-SUL) com participação de grupos anarquistas

¹⁶² Recomendamos a leitura da tese de doutorado da historiadora Gabriela Miranda Marques: **(Re) invenção do anarcofeminismo: anarcofeministas na cena punk (1990-2012)**, realizada Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Disponível em; <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174678>. Acesso em: 9 nov.2019, e do artigo escrito por Michelle Alcantara de Camargo 'Manifeste-se, faça um zine!': uma etnografia sobre 'zines de papel' feministas produzidos por minas do rock (São Paulo, 1996-2007). **Cadernos Pagu**, Campinas, v.36. p.155-186, 2011.

¹⁶³ PENNA, Mariana Affonso. **Socialistas Libertários e lutas sociais no Rio de Janeiro: memórias, trajetórias e práticas.** (1985-2009). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1394.pdf> Acesso em: set.2019.

de Porto Alegre, Guaíba e Pelotas, o lançamento do *Jornal Ovelha Negra* editorado pelo Coletivo Ovelha Negra e pelo Núcleo Pró-COB de Belém, o início das atividades do Núcleo de Estudos Libertários do Amazonas e a formação do Movimento Anarcopunk de São Luís, que na época fazia uma abaixo-assinado contra o alistamento militar obrigatório, o Grupo Anarquista de Mobilização e Ação de Juiz de Fora, que se colocava à disposição para troca de informações para realização de um acampamento libertário, o Encontro Ecológico em Guaramirim (SC), as atividades do Grupo Macunaíma de Feira de Santana, e as campanhas do Voto Nulo organizadas pelo movimento anarcopunk de João Pessoa e Florianópolis. Ainda nesse período: a preparação para o encontro organizado pela Núcleo Coletivo de Consciência Libertária de Fortaleza, a Conferência dos Núcleo Pró-COB de Curitiba para organizar a campanha contra a privatização da Ultrafértil, o Encontro Punk Paraná II que reuniu em Curitiba coletivos do Movimento Anarcopunk daquele estado, Florianópolis, Piçarras, São Paulo, Rio de Janeiro, Cuiabá e Natal; o I encontro Anarco-Cultural em João Pessoa nos dias 23 e 24 de janeiro, contando com a participação dos Movimento Anarco Punk de Natal e Campina Grande, e a campanha contra extradição do anarquista italiano Pasquale Valitutti, condenado a 10 anos de prisão na Itália pela suposta autoria de um assassinato de um homem nos anos 1970.

Segundo João Henrique Castro de Oliveira (2017) a coluna destinada aos contatos do *Libera ... Amore Mio*, de 1991 passou de cinco contatos (Grupo Utopia, do Grupo Anarquista José Oiticica, GAAD e Mutirão) e de cerca de 200 a 300 exemplares do jornal nesse ano, para 1000 exemplares no ano de 1994, e uma lista de contatos com 14 grupos em atuação depois do primeiro lançamento¹⁶⁴.

Para o autor, apesar do número crescente de organizações não indicar que o movimento anarquista estava crescendo a ponto de ameaçar a tecnocracia capitalista com uma revolução, mas demonstra, pelo menos, a eficácia do *Jornal Libera amore... mio* em manter contatos em rede com laços dinâmicos, por vezes voláteis, mas que potencializavam a troca de informações nacionalmente.

No ano de 1995, se inicia um processo que vai alterar qualitativamente o desenvolvimento teórico e estratégico, e as iniciativas de articular o anarquismo

¹⁶⁴ Grupo Ruptura Libertária (GRL), de Cabo Frio/RJ; Centro de Cultura Social (CCS), de São Paulo/SP; União Libertária de Minas Gerais (ULMG), de Três Corações/MG; Grupo Via Direta de Ação (Gravida), de Curitiba/PR; Movimento Anarco-Punk (MAP), de Florianópolis/SC; Centro de Cultura Social (CCS), da Paraíba; Associação em Prol do Pensamento Libertário (APPL), de Salvador/BA; Juventude Libertária (JL), de Porto Alegre/RS; Centro de Cultura Libertária (CCL), de Belém/PA; Coletivo Anarco-Feminista (CAF), de Guarulhos/SP; União Libertária da Baixada Santista (ULBS), de Santos/SP; e União Libertária (UL), de Campinas/SP. Se compararmos com o primeiro *Libera*, no qual saíram endereços de cinco grupos (Utopia, GAJO, GAAD, Mutirão e Vira Lata) existe um aumento bastante grande no número de publicações e coletivos de produzindo conteúdo (CASTRO DE OLIVEIRA, 2018, p. 384).

nacionalmente, a partir do contato de anarquistas brasileiros com a Federação Anarquista Uruguaia, facilitado pela proximidade geográfica do Uruguai com o Rio Grande do Sul, solidariedades e apoios mútuos que em um espaço relativamente curto de tempo, ramificam o especificismo para outras regiões onde já existiam iniciativas de organização do anarquismo .

Durante o período de 1995 a 2012, ano em que se fundou a coordenação nacional, as organizações anarquistas específicas passam por diferentes fases de articulação local, regional e nacional, por divergências com outras correntes libertárias nas tentativas de convergência entre organizações políticas anarquistas, compartilhando com elas uma constante crítica ao espontaneísmo e falta de compromisso militante na cultura política do anarquismo brasileiro que o impede de crescer.

No Uruguai onde nasce a corrente especificista anarquista, a Federação Uruguaia nos anos 1980 retoma suas atividades após ter concentrado suas ações em Buenos Aires durante os anos 1970 em decorrência da repressão, prisões e desaparecimentos decorrente da ditadura que se abateu sobre o país. De acordo com José Pedro Cabrera Cabral (2006) em 1982, a organização retoma ações direcionadas ao atendimento solidário as necessidades pontuais da população com o Refeitório popular e a Policlínica de Cerro. Em 1983 e 1984, a FAU retoma as atividades de propaganda e participação nos sindicatos, principalmente, no sindicato da carne, de padeiros e dos gráficos, período a organização também produz uma série de publicações como a revista *Lucha Libertária*, *Cartas da FAU* e *Recortes da FAU*, promove debates sobre direitos humanos e realiza uma campanha pedindo justiça pelas vítimas da ditadura uruguaia e anistia irrestrita junto aos familiares dos presos e desaparecidos.

Segundo o autor, a FAU inicia um intenso processo de autocrítica que se intensifica a libertação dos dirigentes que estavam presos em 1985 e que se estende até nos anos 1990, sem deixar de se autoafirmar como uma organização libertária que luta pelo socialismo. Em março de 1993, a FAU realiza seu X Congresso, apresentando uma reformulação da sua Carta de Princípios, substituindo da via terceirista da época da guerra fria por uma leitura sobre a configuração do imperialismo como tripolar (Japão, Estados Unidos e Europa) em que somente os Estados Unidos possuía a vontade e capacidade para o exercício de sua força em escala global.

O documento produzido pela FAU no congresso mantém as teses sobre o método e estratégia de construção do poder popular e aponta uma outra leitura conjuntural sobre a estrutura do capitalismo global que incide sobre a América Latina. Para a organização os países latino-americanos mantinham-se sua condição de subdesenvolvimento e de

dependência, suas especificidades sociais, culturais e econômicas, mas em comum haviam elementos importantes que afetavam suas chances de mudança:

- 1) La presencia político-económica del Imperialismo norteamericano, políticas europeas para el área, empresas multinacionales, políticas económicas a favor de los países desarrollados.
- 2) La injerencia decisiva de organismos internacionales y continentales de instrumentación y coordinación de las fuerzas burguesas en su nueva forma de transnacionales: F.M.I., Banco Mundial, OEA, Asociación Latinoamericana de Integración, Mercado del Norte, el Mercosur, la Junta Interamericana de Defensa, Conferencia de Ejércitos Americanos.
- 3) La subordinación, cada vez más, de los países del área, en la división internacional del trabajo capitalista; o también con funciones económicas en relación con los planes globales del imperio. Tratando de controlar los procesos de regionalización. Una regionalización que ha avanzado en estos últimos años: Mercado del Norte (Méjico) y Mercosur. (FAU, 1993)¹⁶⁵.

A conjuntura no continente nos anos 1990 de acordo com o documento se diferenciava das décadas anteriores marcadas pelas ditaduras generalizadas, o imperialismo atual orientava-se por uma repressão eventual aos inimigos internos, usando dos exércitos nacionais para suas ações e justificando as intervenções em suas as guerras contra o “narcotráfico”, “terrorismo” e “narcoterrorismo”.

Segundo a FAU (1997)¹⁶⁶ na América Latina não havia naquele momento na sociedade civil grupos nacionalistas enfrentando o imperialismo, os partidos comunistas fortes diminuíram e tendiam a desaparecer, a doutrina de inspiração marxista-leninista estava em crise com exceção de Cuba, Colômbia e Peru com o que tinha restado do Sendero Luminoso e a socialdemocracia estava ampliando sua influência no continente. Quanto à luta armada no continente para a FAU haviam poucos grupos novos e relevantes, como os zapatistas no Chiapas e o Exército Popular Revolucionário em Guerrero, ambos no México, na Colômbia a guerrilha se iniciava o processo de pacificação, na Argentina correra o episódio trágico de *La*

¹⁶⁵ Federação Anarquista Uruguaia. **Declaración de Principios de FAU**. Aprobada en el Xº Congreso (1993). Disponível em: https://www.nodo50.org/fau/documentos/docum_actuales/anarq_como_crit_prop_y_accion.htm. Acesso em: 26 fev. 2021.

¹⁶⁶ A análise da conjuntura Latino Americana foi atualizada pela FAU em 1997. O grupo de trabalho para sua atualização realizou essa atividade durante o ano de 1996 e a alteração foi aprovada em um congresso da FAU em março de 1997. Federação Anarquista Uruguaia. **Declaración de Principios de FAU**. Disponível: https://www.nodo50.org/fau/documentos/docum_actuales/mat_aprob_cong_fau_97.htm. Acesso em: 26 fev. 2021.

*Tablata*¹⁶⁷ e os sandinistas estavam se adaptando à democracia burguesa com sua participação nas eleições.

Contudo, diante da conjuntura de miséria, exploração e domínio imperialista haviam mobilizações e manifestações populares por demandas imediatas, em defesa dos Direitos Humanos e das liberdades, por uma melhor qualidade de vida, por moradia, por terra, contra repressões, por justiça. No documento são destacados o *caracazo* na Venezuela, a apropriação dos supermercados, a ocupação de terras, a mobilização popular que determinou a queda do Presidente Collor, o avanço das ocupações do movimento dos Sem Terra no Brasil, as lutas nas províncias argentinas e as greves gerais em vários países. É nessa conjuntura de retomada das atividades da FAU em meio à onda neoliberal e resistências populares que iniciam os primeiros contatos da organização anarquista uruguaia com militantes anarquistas brasileiros.

4.2 ANARQUISMO ESPECIFISTA NO BRASIL (1995 – 1999)

No Rio Grande do Sul, segundo a Federação Anarquista Gaúcha (2015), entre os anos de 1994 e 1995, antes dos primeiros contatos diretos com a Federação Anarquista Uruguaia, os grupos anarquistas da região haviam retomado o debate sobre federalismo e formas de organização. Segundo a FAG (2015) nessa época se tinha conhecimento que havia tido um encontro em 1986, mas que a proposta organizacional da corrente anarquista especificista havia sido rejeitada¹⁶⁸.

Os eventos do dia primeiro de maio, como o realizado na quadra da Escola de Samba Fidalgos e Aristocratas, convocado pela União Libertária, para a FAG (2015, p. 8) eram espaços de debate onde se expressava o desejo e a urgência de organização como um instrumento para práticas concretas de inserção social, pois o que se tinha até então era um

¹⁶⁷ *La Tablada* foi uma tentativa de evitar um golpe militar na Argentina. O nome *La Tablada* é de um quartel do Exército argentino localizado na província de Buenos Aires, que seria a sede de uma nova ocupação por parte de rebeldes militares golpistas em janeiro de 1989. Com antecedentes que provinham de 1987, um setor militar, liderado pelo comandante Mohamed Alí Seineldín, autodenominado *Caras Pintadas*, pretendia derrubar o governo constitucional de Raúl Alfonsín, colocando no seu lugar o vice-presidente Victor Martínez. Este, por sua vez, concorreria às eleições nacionais com o candidato justicialista Carlos Menem que ganharia as eleições, colocando Seineldín no Comando Geral do Exército. No dia 23 de janeiro de 1989, um grupo de militantes vinculados ao *Movimiento Todos por la Patria* (MTP) ocupou o quartel militar. O confronto teve como saldo 43 mortos: 11 militares e policiais e 32 militantes de esquerda. Se bem os militantes do MTP não conseguiram atingir seu plano, é inegável que detiveram o golpe de estado de Seineldín (Cabral, 2016, p. 216).

¹⁶⁸ A primeira tentativa de um debate da proposta especificistas conforme a Federação Anarquista do Rio Grande do Sul foi em 1986, bem provável com a FORA, argentina, como indicam os estudos de Antônio Cleber Rudy (2009).

modo disperso e inconstante de atuação política. Apesar de proporcionar o reconhecimento e intercâmbio entre militantes por afinidade ideológica, os debates não chegavam a muitos consensos.

O militante anarquista Bruno Lima Rocha, em visita a Montevideu no início de 1995, em uma carta à Juventude Libertária (JULI) de Porto Alegre escreve sobre a FAU:

O que começou por acaso sendo a melhor experiência política da minha vida [...] a organização funciona e tem uma cultura orgânica muito boa [...] Na região do Prata, a forma de organização concebida por Malatesta toma o nome de especificista. Desde o seu nascimento, em 1956, a organização com o nome de federação tem base popular e postura organicista. Isso porque o anarquismo uruguaio teve continuidade histórica e manteve suas bases operárias. (FAG, 2015, p. 9).

Em “Um olhar sobre a FAU” publicado no *Libera amore... mio*, número 45 de fevereiro de 1995, o militante volta a falar sobre a FAU, narra a trajetória histórica da organização e da sua importância na vida política no país, finalizando com as seguintes observações:

Sem dúvida a experiência concreta e atual da FAU, sua penetração em alguns setores da população (estudantes noturnos, subempregados, moradores de bairros proletários - a busca de uma integração e de identidade anarquista latino-americana, e a postura nítida de enfrentamento cotidiano contra a classe dominante (a tecnocracia, os assassinos fardados e as multinacionais) tem muito a colaborar com o movimento anarquista no Brasil. Contudo, vivemos uma realidade distinta e não se basta de copiar modelos. O que escutei dos/as companheiros/as uruguaio/as foi a proposta de termos relações constantes e de troca aqui na América Latina. Este é um continente com características próprias e precisamos encontrar soluções libertárias apropriadas às nossas realidades. Um contato maior com a FAU pode ser um bom começo. (ROCHA, 1995, p. 3).

Em janeiro de 1995, a FAU envia para caixa postal da JULI, um coletivo de informação e núcleo pró-COB/RS, uma carta onde afirma que algo mais orgânico entre a FAU e as organizações brasileiras pode ser construído sendo que a FAU sentia “[...] a expressa vontade política dos companheiros na busca de um anarquismo organizado-combativo-militante e com inserção social” (FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA, 2015, p. 9).

Segundo a FAG (2015), em junho de 1995, durante o encontro da União Nacional dos Estudantes realizado em Brasília, os estudantes universitários anarquistas fizeram uma profunda

autocrítica “dos caminhos de nossa ideologia no Brasil” (FAG, 2015, p. 9)¹⁶⁹ e em paralelo ao encontro da UNE, onde foi feita uma análise sobre a falta de seriedade da maioria dos anarquistas e as soluções apresentadas (FAG, 2015, p. 9).

Nesse evento os debates despertaram nos os estudantes anarquistas o desejo de se organizarem nacionalmente, seguindo as orientações do antigo esquema da antiga federação dos correios e telégrafos; a proposta da criação da Federação de Estudantes Libertários (FEL), avaliada pela FAG “como uma boa ideia, mas naquele momento era o mesmo que começar a casa pelo telhado” (FAG, 2015, p. 10), no sentido que não havia no movimento estudantil um nível de organicidade entre as organizações anarquistas atuando em suas respectivas localidades para formar uma federação nacional.

A Federação Anarquista Gaúcha nasce em 18 de novembro de 1995, com a participação no ato fundacional da Juventude Libertária que reunia militantes de Porto Alegre, o Grupo Ativista Libertário (GAL) de Alegrete e o Coletivo Ação Libertária (CALIBRE) de São Leopoldo nas dependências da Usina do Gasômetro em Porto Alegre, como resultado da troca de experiências entre as organizações anarquista brasileiras e com os militantes da FAU, que impulsiona também, a reorganização do Grupo Anarquista Mutirão e o aprofundamento do debate organizativo e trabalhos de base em Brasília e em Belém¹⁷⁰.

O Grupo Anarquista Mutirão após sua reorganização participa da construção do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e do apoio e organização da ocupação urbana Sebastião Lan (em Sepetiba zona oeste da cidade do Rio de Janeiro)¹⁷¹ e da Central de Movimentos Populares (CMP) no estado do Rio de Janeiro. O grupo vai sofrer um duro golpe em 1996, a repressão do Estado na ocupação culmina com o assassinato de um dos ocupantes, ameaças de morte a vários outros e por fim com a corrupção conseguiu finalmente desagregar a comunidade de ocupantes.

¹⁶⁹ A organização anarquista gaúcha está se referindo ao II Encontro Nacional de Estudantes Libertários, realizada entre os dias 15 a 17 de junho de 1995, com participação de militantes de Porto Alegre, Belém, São Paulo e Rio de Janeiro: “Os anarquistas hoje, nos incluindo, sofrem uma total incapacidade em lidar com os problemas que os dia-a-dia. O MA (movimento anarquista) hoje e ele próprio, uma masturbação teórica, não assumindo nenhum compromisso com o povo brasileiro. Rechaçamos o anarquismo que se limita à edição de jornais e fanzines, aos encontros, congressos, manifestações e briguinhas pessoais. Queremos juntar nosso grito com o de tantos companheiros espalhados pelo Brasil, que pensam como nós. Viva o anarquismo organizado, militante e com inserção social! Informe do II Encontro Nacional de Estudantes Libertários. Brasília. 15 a 17 de junho de 1995”. *Jornal Libera...amore mio*, Rio de Janeiro, n. 51, ago. 1995.

¹⁷⁰ *Jornal Libera... amore mio*, Rio de Janeiro, n 56, p.2, abr. 1996.

¹⁷¹ O nome da ocupação foi uma homenagem a Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio-RJ, pai de 9 filhos, recebeu 6 tiros quando iniciava uma viagem a Brasília onde iria tratar da desapropriação da Fazenda Campos Novos, em que 350 famílias de posseiros viviam.

Em dezembro de 1995, em uma circular interna escrita em um tom passional¹⁷², a FAG descreve os desafios que a organização terá que enfrentar para dar continuidade as suas atividades e efetivar suas propostas:

somos uma minoria, jovem enquanto grupo, órfãos de nossos ancestrais, a não ser pela lembrança dos livros que lemos [...]¹⁷³ o momento é delicado e deve ser encarado com muita responsabilidade pelos militantes [...] é fundamental que arrancada seja dada de uma vez. É somente com o esforço dos braços que sustentam nossa vida que poderemos honrar as lágrimas que por muitas vezes derramamos pensando como sair dessa. Pois chegou a hora. Tudo está em nossas mãos. (FAG, 2015, p. 10).

Na mesma circular interna são propostos os aspectos básicos para organização política do debate para o I Congresso Geral da Federação Anarquista Gaúcha, que iria ser realizado no próximo ano: a definição dos conceitos e categorias norteadoras da práticas política (luta, processo, classes, povo, sistema, dominação), os critérios de funcionamento interno e os níveis de participação desde os militantes aos simpatizantes mais esporádicos, a formação política dos militantes e o aprofundamento da discussão ideológica, onde cada eixo norteador do debate não se sobrepõe ao outro, sendo que todos são tidos como importantes, e deveriam ser exaustivamente debatidos (FAG, 2015, p. 11-12).

O I Congresso Geral da Federação Anarquista Gaúcha foi realizado em julho de 1996, nessa época a FAG contava com cinco núcleos, três na região metropolitana e dois no interior. Em Alegrete e em Rio Grande, inicialmente buscava definir a estrutura da organização e sua declaração de princípios que correspondesse a compreensão da federação:

[...] como uma forma de organização em que o conjunto da militância participa de forma democrática das decisões políticas a serem tomadas, sem as tradicionais distinções entre base e direção, vai se formando com relativo sucesso, mesmo abrangendo distintas localidades no estado¹⁷⁴

Em paralelo ao congresso, ocorre o debate nacional entre a FAG, Coletivo Vermelho e Negro (São Paulo), CELIP e Mutirão do Rio de Janeiro, e militantes do Paraná, Bahia, Mato Grosso, Distrito Federal e Belém que ambicionavam adaptar o modelo de organização

¹⁷² A descrição do tom passional é da própria organização e não do autor.

¹⁷³ O grifo é nosso e enfatiza a consciência da organização quanto o anarquismo como uma tradição da classe oprimida a ser reinventada no anarquismo brasileiro por meio da estratégia de construção do poder popular.

¹⁷⁴ *Jornal Libera.. amore mio*, Rio de Janeiro, n. 10, p.2, nov./dez. 2000.

específica da Federação Anarquista Uruguaia para o Brasil, iniciando o que foi chamado de processo para Construção Anarquista Brasileira.

O manifesto político lançado em 1996, com o título de *Organização e Luta: pela Construção Anarquista Brasileira*, propunha a criação de grupos orgânicos – “estrutura simples com poucos militantes, funcionando como embrião de uma organização – e a organização anarquista – com maior número de militantes, instâncias internas”, com a capacidade de se potencializar as lutas dos movimentos sociais sob princípios “a participação, livre acordo, apoio mútuo, autogestão, federalismo, internacionalismo, ação direta, autodefesa e posição classista” (ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA SOCIALISMO LIBERTÁRIO, 2010, p. 8). O objetivo era criar, em curto prazo (de 1996 a 2001) “instâncias específicas do anarquismo como força política organizada” em nível local, microrregional e estadual com o objetivo de constituir, em longo prazo, uma organização anarquista em nível nacional (OASL, 2010, p. 8).

A Federação Anarquista Gaúcha, em setembro de 1996, participou do Encontro Anarquista Latino-Americano, na cidade de Montevideu, fazendo parte das comemorações pelos 40 anos da Federação Anarquista Uruguaia, durante o encontro foram debatidos pontos sobre inserção social e articulação entre os grupos anarquista do continente. Uma nota conjunta foi assinada pela FAU, FAG, Grupo Anarquista de Rosário, Argentina, Coletivo Coiotes Raivosos, do Chile, Expressão Libertária e Coletivo Relute, ambos do Brasil.

Sobre a inserção nos movimentos sociais os participantes do encontro afirmaram na declaração final:

Acreditamos que a inserção social da organização anarquista é um passo básico e fundamental para todo projeto político. Quando falamos de inserção, falamos de um trabalho regular e metódico, cujo objetivo é impulsionar as lutas populares dentro de um contexto concreto. Existem casos onde é necessário estabelecer alianças com militantes de base ou com outras organizações revolucionárias- Cabe a cada grupo ou organização definir sua(s) frente(s) de inserção, de acordo com suas possibilidades, características do país ou região onde atua e, também, a conjuntura. Reafirmamos nossa vontade de tomar realidade tudo o que foi discutido e a intenção de seguir juntos na busca da construção de um anarquismo organizado para o Continente¹⁷⁵

A FAG e FAU mantiveram ao longo do ano de 1996, o intercâmbio de ideias e encontros entre seus militantes, como ilustra a foto abaixo:

¹⁷⁵ Jornal *Libera...amore mio*, Rio de Janeiro n. 70, p. 2, mar. 1997.

Figura 13 - Intercambio de delegações da FAG e FAU em 1996, Porto Alegre



Fonte: Memória Libertária FAG

A FAG realiza seu segundo congresso em 1997, no qual os debates foram sobre o papel do militante anarquista junto à classe oprimida nos sindicatos, associações de moradores, grêmios estudantis, a superação de práticas sectárias e individualistas, que priorizavam a militância anarquista paralela a essas entidades. Durante o evento se percebe a “necessidade de se traçar políticas combativas e democráticas de atuação para disputar com concepções conciliadoras de classe e autoritárias que vêm vigorado nos movimentos populares”¹⁷⁶.

O entusiasmo inicial de 1996 com a iniciativa de articulação nacional entre organizações anarquistas a fim da Construção Anarquista Brasileira não teve os resultados esperados. Para a FAG “Passado um tempo, vê-se que havíamos tentado construir a casa pelo telhado, e uma estrutura orgânica deste porte com a pouca experiência que tínhamos em experiências locais mostrou-se ineficiente”¹⁷⁷, ou seja, o processo havia sido precitado.

Segundo a FAG (2005) a falta de maturidade para cumprir os prazos e experiência para tomada de decisões obrigou as organizações anarquistas retroceder a darem um passo atrás e iniciarem outro processo de articulação nacional a *Organização Socialismo Libertário* (OSL). A OSL foi criada após uma reunião nos dias 2 e 6 de julho de 1997, com participação de grupos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará e Rio de Janeiro e individualidades da Bahia, do Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal (FAG, 2015, p. 10), no qual se definiu que os grupos anarquistas que já haviam adotado as concepções e estratégias especificistas como a FAG, passariam a adotar a abreviação OSL junto ao nome da organização.

¹⁷⁶ Jornal *Libera.. amore mio*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 2, nov./dez. 2000.

¹⁷⁷ Jornal *Libera.. amore mio*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 2, nov./dez. 2000.

A carta de apresentação da OSL aprovada na reunião paralela ao congresso da UNE, afirma a OSL como uma:

- a) organização política federalista, de organização horizontal, com uma militância que atua fora das instancias da democracia burguesa.
- b) uma organização de minoria ativa (organização especifica anarquista ou partido anarquista) atuando e propondo ideias por dentro dos mais variados movimentos e tendências de classe, nunca fora ou acima, visando imprimir um caráter combativo e revolucionário a esses.
- c) a OSL é historicamente a denominação que tomou o antigo processo da Construção Anarquista Brasileira da qual faziam parte a FAG0 e as Organizações Socialistas Libertárias de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Pará.
- d) se afirma fiel aos princípios: de participação, apoio mútuo e solidariedade, federalismo, internacionalismo, ação direta, autodefesa e posição classista;
- e) o objetivo de alcançar o socialismo libertário(...) utilizando a estratégia do processo revolucionário de ruptura com inserção social através do trabalho de base, com tática adequadas ao meio, a conjuntura e ao momento histórico. (FAG, 2015, p. 15).

A criação da OSL tem por objetivo romper com organizações anarquistas que não compartilhavam das linhas políticas e estratégicas baseadas na militância social e classista. Essa tentativa de organização nacional do anarquismo vai existir de 1997 a 2000, como um processo de continuação da Construção Anarquista Brasileira, por meio da realização de congressos, conselhos, formação política, discussões orgânicas e atividades externas de trabalho social que incluíram: trabalhos comunitários, estudantis, reciclagem e coleta de material reciclável, lutas por terra, por teto e participação em cooperativas (FAG, 2015).

Durante o processo da OSL, as organizações anarquistas especificistas reforçam construção de seus agrupamentos de tendência que levam o nome Resistência Popular, com o objetivo “[...] de agregar militantes de distintas ideologias, a partir de uma afinidade metodológica, para o trabalho de base nas frentes sindical, comunitária e estudantil” (OASL, 2012. P. 8). Segundo a OASL a reflexão que levou a criação da Resistência Popular foi “a necessidade de se potencializar de maneira mais eficaz o trabalho de inserção social [...] e aprofundar o trabalho de base [...] era necessário criar novos movimentos e ingressar em outros, conseguindo potencializar a proposta libertária para intervenção social” (OASL, 2012, p. 11).

A criação de agrupamentos de tendência no período de 1999 e 2002, com atuação no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e alguma atuação no Mato Grosso e em Goiás vão ser “o principal esforço militante dos anarquistas especificistas brasileiros, quando as organizações anarquistas receberam menos atenção e o foco foi completamente direcionado à mobilização popular e ao trabalho de base” (OASL, 2012).

Em agosto de 1997, a OSL participou do II Encontro de jovens por um anarquismo organizado na América Latina, sua delegação era composta por dois delegados da FAG/OSL, um do Grupo Mutirão do Rio de Janeiro e um do Coletivo Vermelho e Negro/ OSL de São Paulo. Estavam presentes militantes do Grupo Anarquista de Rosário, e CAIN, ambos da Argentina, Organização Anarquista Bandeira Negra (Chile) e a Federação Anarquista Uruguiaia.

No relato escrito pela FAG/ OSL sobre o II Encontro de jovens há uma pequena avaliação dos avanços da articulação no Brasil no seu primeiro ano:

Vimos os frutos dos nossos trabalhos (que só vingaram porque começamos a fazê-lo com seriedade, comprometimento e humildade), em nossas práticas libertárias começaram a serem respeitadas no movimento estudantil, comunitária, nos bairros, e nas tantas outras esferas de atuação. Vimos que nossa união latino-americana não é feita apenas de correspondências, uma vaga ideia utópica ou ainda pela pretensa integração imposta pelo Mercosul, mais sim de práticas e peleias em comum, forjadas diariamente pela união da nossa gente. Vendo quanto avançamos, começamos visualizar uma maior organicidade latino-americana, que a longo prazo poderá originar uma organização comum latino-americana.¹⁷⁸

O relato não apenas descreve o que é considerado um avanço para a FAG/OSL, mas também, deixa explícito que a forma de atuação das organizações específicas anarquistas participantes foram orientadas pelas resoluções do encontro anterior de construir uma organização de âmbito continental. Entre as formas de difundir o anarquismo especificista e articular a OSL nacionalmente, as estratégias utilizadas vão da circulação de militantes, a realização de encontros de articulação dos agrupamentos das tendências que atuam nos movimentos sociais, a inserção social e participação em greves e protestos assumindo uma posição combativa de priorização da ação direta.

A Resistencia Popular no Rio Grande do Sul foi criada a partir da Tendência Libertária Organização pela Base (TLOB), fundada no início de 1997, reunindo inicialmente militantes

¹⁷⁸ Jornal **Libera... amore mio**, Rio de Janeiro, n. 79, p.2, dez.1997

de entidades de base do movimento estudantil, assumiu o nome de Resistência Popular quando as suas áreas de atuação se expandiram para o movimento comunitário e feminista.

Em 1998, ainda como uma tendência estudantil, participou da greve dos professores das universidades federais representadas pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), se posicionando em oposição à Central Única de Trabalhadores e União Nacional dos Estudantes, que naquela conjuntura, buscavam desmobilizar a greve dos docentes e estudantes¹⁷⁹.

No Rio de Janeiro a Resistência Popular foi fundada no Seminário Estadual Pró-Resistência Popular realizado nos dias 28 e 29 de janeiro 1999, em Nova Friburgo, sua etapa organizativa foi iniciada no Encontro Estadual de Estudantes Libertários (em 16 de outubro de 1999, no campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Participaram do evento os cinco núcleos da Resistência Popular do estado nas cidades de Rio de Janeiro, São Gonçalo, Niterói, Baixada Fluminense e Nova Friburgo, organizações convidadas ou que tinham se aproximado da construção do evento como o CELIP, Laboratório de Estudos Libertário que publicava a Revista *Ruptura* e o Círculo de Estudos de Nova Friburgo, as 40 pessoas que participaram tinham uma militância anarquista voltada para classes populares.

O relato do evento descreveu quais eram os locais de inserção social e mostrou que anarquismo social brasileiro era bastante jovem, mas que estava amadurecendo e se renovando:

De maneira formal e informal, trocamos ideias e experiências com militantes com atuações, secundarista, universitária, comunitária, de apoio aos sem-terra, de organização dos sem-teto [...]” Vale a pena lembrar que fora alguns dinossauros (com de 15 a 10 anos de militância social e libertária) o que se vê é uma nova leva de militantes muito decididos já com boa experiência (algumas conquistas e alguns tombos, para forjar os militantes) e muito, mas muito firmes no comprometimento e dedicação à luta popular (Pró-Resistencia Popular/RJ).¹⁸⁰

Segundo a FAG (2015) apesar dos agrupamentos de tendência terem difundido o anarquismo especificista de forma abrangente para quase a totalidade das regiões e aprofundado as relações entre as organizações específicas anarquistas e os movimentos sociais, o processo de construção da OSL foi considerado precipitado - “as experiências federativas regionais não puderam se construir sob bases sólidas, a estrutura era desproporcional à capacidade militante que reunia, mas refletia um bom nível de acordos prévios [...] (FAG, 2015, p. 15). Para a

¹⁷⁹ A TOLB foi uma das organizações que ocuparam a Delegacia do Ministério da Educação em Porto Alegre durante a greve, mas por priorizar as atividades de manutenção da ocupação e não o seu direcionamento político, acabou sendo derrotada pelo PT e PSTU na assembleia que deliberou o fim da ocupação em decorrência do forte aparato policial. Ver mais em: Jornal **Libera... amore mio**, n.97, nov./dez 1999.

¹⁸⁰ Jornal **Libera... amore mio**, Rio de Janeiro, n. 98, p. 4, jan. /fev.2000.

OASL (2012) era necessário o agenciamento de mais militantes capazes de levar a diante a construção de um partido/organização anarquista de amplitude nacional, dessa autocrítica e dos debates, nasceu o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), em 2002.

O I Encontro Internacional de Cultura Libertária realizado em Florianópolis no ano 2000, teve considerável importância para o anarquismo no Brasil no que diz respeito à corrente anarquista sintetista. Organizado pelo Núcleo de Alfabetização Técnica do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (NAT/CED/UFSC), Núcleo de Educação Intercultural e Movimentos Sociais da mesma instituição (MOVER/UFSC) e Centro de Estudos de Cultura e Cidadania (CECCA/SC) o evento tinha por objetivo a troca de experiência de pessoas interessadas no anarquismo.

Na sua programação os temas para debate foram: educação libertária, história do anarquismo, amor livre, intervenções libertárias para o século XXI. Entre os convidados para promovê-los estavam importantes estudiosos e militantes anarquistas como José Maria Carvalho Ferreira, diretor da revista *Utopia* (Lisboa), Ruben Prieto, da *Comunidad del Sur* (Uruguai), Nacional de Buenos Aires (Argentina), Margareth Rago, professora da UNICAMP e integrante do Coletivo Libertárias (São Paulo), Roberto Freire, da Soma terapia (São Paulo), Nildo Avelino, do Centro de Cultura Social (São Paulo) e Robson Achiamé, da Editora Achiamé (Rio de Janeiro).

O encontro que contemplou a pluralidade de correntes libertárias foi marcado por uma discussão bastante tensa desde a sua abertura quando Roberto Freire com o apoio de grupos como o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) e Coletivo Libertárias, propôs a criação de uma Federação Anarquista Brasileira, que foi contestado por Wilson Galvão, o Rio Apa (W. Rio Apa) editor do jornal *Clã Destino* e por outros anarquistas presentes.

A abertura terminou sem nenhum encaminhamento prático sobre a proposta de federação. Segundo o relato publicado pelo CELIP, no *Libera ... amore mio*, de setembro e outubro de 2000, foram precipitadas as posições individuais que defendiam a proposta de federação que precisava ser amadurecida. No entanto, ao longo dos dias do encontro o debate sobre a federação foi ocorrendo.

A nota sobre a proposta do amadurecimento do debate da concepção de federação a ser organizada foi assinada por militantes do Centro de Cultura Social de São Paulo, “CAVE, RLBS, MAP, ULBS, Pró-Luta Popular, E.C. Kilombola (SP), CELIP (RJ) NEULCA, JULI, Pró-FAG, entre outros”, também se acrescenta à proposta um meio termo para maturação da construção da federação e a troca de informações feita pelo NEULCA (BA) e o mapeamento das organizações anarquistas pelo CELIP para formação de uma rede.

O CELIP sistematizou a proposta:

Figura 14 - Libera ...Amore Mio n. p.2 setembro e Outubro de 2000

Proposta do CELIP para uma Rede Libertária, aprovada na sua reunião de 24/08/00:

Crítérios:

- Não votar em candidatos de partidos institucionais;
- Não apoiar nenhum candidato em eleições político-partidárias;
- Não viver do trabalho de outro indivíduo - não explorar;
- Solidariedade e apoio mútuo;
- Conduta ética: as críticas internas só podem ser veiculadas no interior da REDE.

Proposições:

- Reuniões periódicas dos *Nós*: estaduais e/ou metropolitanos;
- Encontros nacionais uma ou duas vezes por ano;
- Política de *sites* e listas de discussões na internet;
- Fazer um diretório nacional anarquista: todos os endereços de grupos e individualidades libertários deverão ser socializados;
- Cada *Nó* deverá criar um boletim próprio, sem compromissos rígidos com a REDE (autonomia);
- Criação de um jornal informativo para a REDE, com periodicidade a ser definida (trimestral?);
- Revezamento da produção do periódico da REDE por *Nó* ou grupo de *Nós* de uma região;
- Os catálogos de livros anarquistas deverão estar disponíveis em todos os *Nós* (apoio as editoras libertárias);
- Todos os *Nós* se responsabilizarão pela aquisição de livros anarquistas para distribuição, segundo suas possibilidades;
- Criar espaços de divulgação ou estantes ("canto libertário") de livros e outras publicações libertárias em livrarias, bibliotecas, centros culturais, etc., em cada região;
- Estimular a criação de grupos de estudo, embriões de centros de cultura;
- Criar uma sede nacional para a REDE: local onde serão reunidas as informações - livros, trabalhos acadêmicos, zines, boletins, material fotográfico, vídeos, etc. - do Brasil e do mundo;
- Promover acampamentos libertários;
- Os *Nós* devem procurar apoiar iniciativas de inserção social promovidas por libertários nas suas respectivas regiões.

Sugestão para organização do processo de formação de uma Federação Anarquista para o território "brasileiro" (por um companheiro do NUELCA/BA)

Observação:

Tal sugestão foi impulsionada à partir de uma proposta de Federação apresentada durante o Encontro Internacional de Cultura Libertária, o que detonou um processo de discussão irreversível e demonstrou a necessidade da auto-organização anarquista, que é sumamente vital. Demonstrou também a necessidade de nos conhecermos e definirmos bases comuns de princípios e ações.

- Toda estrutura organizativa está sob o princípio da revogabilidade e mesmo de ser extinta;
- Tudo aqui tem o caráter indicativo e pode sofrer mudanças;
- Haverá encontros da comissão geral entre as atividades propostas.

Método:

- Seminários locais - março/2001
- Seminários regionais: setembro/2001
- Seminários gerais: março/2002
- Congresso nacional: setembro/2002

Estrutura organizativa:

- Comissão Local: equivalente ao território de um estado, regiões, micro-regiões metropolitanas, cidades afins.
- Comissão Geral: Composta por representantes das comissões locais.

Fonte: acervo do autor

No período que estão se formando os agrupamentos de tendências especificistas temos tentativas de formação de federações locais de outras matrizes anarquistas, como a Federação Anarquista Metropolitana de Salvador (FAMES), criada em 1993, mas que não chegou a ter um ano de duração por causa das divergências entre os participantes sobre o seu modelo.

4.2.1 A Ação Global dos Povos no Brasil

Em primeiro de janeiro de 1994 o levante insurgente dos zapatistas em Chiapas, no México, impactou a esquerda mundial de diferentes formas, em especial, as novas gerações de militantes anarquistas e autonomistas brasileiros, que no fim dos anos 1990 e no início dos anos 2000 estarão organizados em redes militantes e coletivos como o Ação Local por Justiça Global, na Ação Global dos Povos e no Centro de Mídia Independente.

A forma de organizacional de territórios autônomos e a estratégia comunicacional zapatista foram impactantes para os anarquistas, em primeiro lugar pelo reconhecimento de que as estratégias do levante zapatista se aproximavam das práticas históricas do anarquismo e tinham como sujeitos revolucionários os segmentos sociais reconhecidamente mais oprimidos e explorados do México, as comunidades indígenas e camponesas do estado de Chiapas, mais pobre do país. As afinidades eletivas dos anarquistas com o levante zapatista se dão pelo modelo de guerrilha ou de levante, pôr os zapatistas não se apoiarem em concepções foquistas ou qualquer centralização do poder em uma vanguarda, por não se subordinarem aos interesses dos partidos políticos mexicanos, e por reivindicarem a história de mais de 500 anos de luta dos de baixo; uma definição de classe oprimida que se soma à premissa do movimento zapatista de que sua forma de transformar a realidade não era única ou um modelo acabado (não estava calcada na ideia do que serve para Chiapas, serve para todo mundo).

A criação de redes de solidariedade pela sociedade civil mexicana e internacional de apoio aos insurgentes de Chiapas, foi uma estratégia zapatista de autodefesa frente ao aparato militar do exército mexicano e milícias de extrema-direita controladas pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) e oligarquias mexicanas. Formadas por comitês de apoio ideologicamente heterogêneos na Europa e Estados Unidos¹⁸¹; enquanto no Brasil eram predominantemente compostos por militantes anarquistas e autonomistas. O Comitê Avante Zapatistas! de São Paulo desenvolveu atividades de debates, arrecadação de recursos e manifestações em apoio ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), somando-se de forma mais ou menos articulada à tradução dos comunicados e difusão de notícias pela imprensa anarquista no período.

O impacto do zapatismo no anarquismo e autonomismo brasileiro foi impulsionado pela organização dos encontros Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo (Chiapas – 1996; Belém do Pará – 1999) que irão ser impulsionadores fundamentais da Ação Global dos Povos

¹⁸¹ Organizações anarquistas em todo o mundo manifestaram apoio e organizaram comitês de solidariedade, mas destacamos o campo das esquerdas populares e setores progressista na imprensa e intelectualidade.

e a participação dos comitês de apoio zapatistas e de delegações zapatistas nas edições do Fórum Social Mundial (2001, 2002 e 2003) na tenda Intergaláctica¹⁸². No entanto como apontam Fiuza e Bustamante (2018) diferentemente do encontro de Chiapas em 1996, no qual foi feita a proposta pelos zapatistas da Ação Global do Povos, materializada na II Conferência realizada em Bangalore, Índia, em agosto de 1999, com a presença de delegados de movimentos populares e sindicatos autônomos do Sul Global, a Ação Global dos Povos no Brasil foi formada “sobretudo por ativistas de grupos contraculturais e socialistas libertários, dos movimentos estudantil independente e ecologista radical e da parte jovem e radical dos movimentos feminista e gay” (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 11).

As referências organizativas, táticas e formas de conceber a participação políticas da AGP brasileira foram fortemente inspiradas nas táticas e ações coletivas dos movimentos sociais Norte Global, como manifestações-bloqueio como as de Seattle, em 1999, contra a Organização Mundial de Comércio (N30), os carnavais anticapitalistas do movimento britânico *Reclaim the Streets*, e no emprego das táticas como a black bloc (LIBERATO, 2006, FIUZA; BUSTAMENTE, 2018). Caracterizadas também pelo uso das tecnologias de comunicação e informação como forma de se organizarem e de ativismos (SANTOS, 2012), o que irá engendrar os processos de formação de subredes nacionais e continentais interligadas às redes globais, como o Centro de Mídia Independente.

No primeiro dia de ação global convocado pela AGP em 16 de maio de 1998, quando foram realizadas ações em mais de setenta cidades ao redor do mundo contra a segunda Conferência Ministerial da OMC, em Genebra, apenas o MST, um dos movimentos sociais presentes no encontro em Chiapas em 1996, realizou sua marcha a Brasília levando suas pautas em relação à conjuntura nacional (FIUZA; BUSTAMENTE. 2018).

Nos dias de ação global convocados pela AGP, 18 de junho de 1999 (J18)¹⁸³ e 30 de novembro de 1999 (N30)¹⁸⁴ que deram visibilidade aos movimentos contra a globalização neoliberal com uma adesão massiva em várias cidades ao redor do mundo (FIUZA; BUSTAMENTE, 2018), no Brasil se resumiram a pequenas intervenções em Florianópolis no J18 e em Santos no N30, organizadas por coletivos anarquistas e autonomistas, com pouca

¹⁸² Nome dado para o espaço alternativo às atividades oficiais, onde foram realizados debates com os setores dos movimentos populares autônomos, com os militantes zapatistas, do *Reclaim the Streets* da Inglaterra, *Tutti Bianc* da Itália, dos piqueteros de La Mantaza e Solano, movimentos de Fábricas Ocupadas, ambos da Argentina. A tenda intergaláctica abrigará também na edição do FSM de 2005, encontro fundacional do Movimento Passe Livre, que reuniu militantes da campanha pela gratuidade do transporte para estudantes, militantes que haviam participado das revoltas populares contra os aumentos das passagens em Salvador em 2003 e Florianópolis (2004 e 2005), de outros estados brasileiros e organizações de juventude de partidos de esquerda.

¹⁸³ J 18 - Dia de ação global contra a reunião do G-8, realizada em Colônia, na Alemanha aconteceram ações simultâneas em 40 países, com milhares de pessoas.

¹⁸⁴ N 30 – Dia de ação global contra rodada do milênio da OMC, em Seattle, Estados Unidos.

visibilidade nacional (LIBERATO, 2006). No III Encontro Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo ocorrido em Belém entre os dias 6 e 9 de dezembro de 1999, segundo os relatos de um integrante da organização Pró - Resistência Popular do Rio de Janeiro (OPRPRJ)¹⁸⁵ e dos militantes Laia, Pere, Roberto e Sandra publicado no *Boletim* nº 16 do Projeto Periferia em 2000¹⁸⁶, foi realizado em clima político diferente do que o primeiro em Chiapas em 1996, no México. Segundo o relato publicado no jornal *Libera...amore mio* o encontro contou com uma participação de “libertários dos mais diversos países e das mais diversas correntes” (OPRPRJ, 2000. p.1) que se reuniram antes do evento entre os dias 3 e 5 de dezembro de 1999. Estavam presentes nesses dias os agrupamentos de tendência especificista do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas e de São Paulo, além de militantes de outras organizações libertárias vindos do Piauí, Bahia, Paraíba e Amapá, e do Chile, Argentina, Uruguai e Espanha.

O militante do agrupamento de tendência especificista aponta que desde o início do evento houve a tentativa de “aparelhamento do encontro” (OPRPRJ, 2000, p.1) por parte das lideranças do Partido dos Trabalhadores, mencionando o prefeito de Belém Edmilson Rodrigues e o presidente do partido José Dirceu “que foi vaiado na abertura do encontro” (OPRPRJ, 2000). Apesar do encontro contar com uma boa infraestrutura, segundo os militantes do Projeto Periferia, houveram problemas e divergências quanto ao formato e ao custo da inscrição que era de R\$15,00 por pessoa, “o que supõe 20% do salário mínimo (cerca de U.S. 60) brasileiro” (LAIA,;PERE; ROBERTO; SANDRA, 2000) e da alimentação, mas que foram revertidos.

A municipalidade inteira parecia voltada para o encontro: ônibus urbanos especialmente destinados à mobilidade dos participantes, todo o complexo universitário disposto para alojamento, manutenção e como espaço para os debates, policiais locais vigiando as entradas, etc. O encontro é patrocinado, monopolizado e organizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de talante social-democrata se bem que aglutina diversas correntes comunistas. Este partido governa o estado do Pará¹⁸⁷

¹⁸⁵ Apesar do relato do coletivo Pró Resistência Popular do Rio de Janeiro ser intitulado o II Encontro Pela Humanidade e Contra Neoliberalismo, era o terceiro, pois o segundo encontro foi realizado em 1997, em Barcelona. Estavam presentes os zapatistas, o MST, grupos de agricultores da Índia, entre outros. A referência não está errada ao longo do artigo o militante faz referência ao segundo realizado no continente americano.

¹⁸⁶ LAIA; PERE; ROBERTO; SANDRA. A crônica do II Encontro Americano pela humanidade e contra o neoliberalismo. **Boletim** nº 16 do Projeto Periferia, de Fev 2000. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/00/feb/ainfos00572.html>. Acesso em: 15 Jun. 2019.

¹⁸⁷ Os militantes se equivocaram no relato. O governador Almir Gabriel era do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no qual era filiado desde 1989. O governador havia sido eleito em uma coligação que reunia também o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Liberal (PL), Partido Verde (PV), Partido Social Cristão (PSC), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB). A confusão provavelmente foi causada pelo primeiro mandato do governador ter sido eleito no seu primeiro mandato iniciado em 1990 ter sido eleito pela coligação Frente Popular Novo Pará, reunindo além do PSDB, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático

assim como a cidade de Belém, de 1,5 milhões de habitantes. O tensionamento político entre as organizações políticas anarquistas em contraposição às “forças reformistas e eleitoreiras, que queriam transformar o II Encontro em uma apologia a suas políticas mesquinhas” (OPRPRJ, 2000. p.1), se estendeu durante todos os dias do evento provocando debates polarizados e o abandono das plenárias oficiais e a realização de encontros e assembleias paralelas. Chegamos ao ponto de nos retirarmos da plenária e realizarmos em outro local próximo [...] retiram-se também mais de 90 lideranças populares indígenas brasileiras, que representavam mais de 31 povos, de diversas etnias da América, inclusive dos Estados Unidos e Canadá. Nossa atitude foi elogiada pelos membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional presentes no encontro [...]. (OPRPRJ, 2000. p.1).

No trecho acima observa-se que não se tratava de um conflito de “trincheiras teóricas” termo utilizado pelo militante defendendo a posição da organização em relação aos impasses no evento, mas de disputas das formas políticas de combate ao neoliberalismo. O militante do Coletivo Pró- Resistência Popular usa do capital simbólico gerado a partir do apoio do EZLN para dar legitimidade ao campo socialista libertário e autonomista em contraposição à esquerda reformista.

No Brasil a Ação Global dos Povos só vai passar existir formalmente como uma convergência de movimentos sociais e organizações políticas a partir dos anos 2000, com o chamado dos grupos autonomistas de São Paulo para organizações e movimentos de outras regiões do país, convocados pela AGP Global, em decorrência da reunião do FMI e do Banco Mundial em Praga, República Tcheca, no dia 26 de setembro de 2000 (S26) (LIBERATO, 2006).

O chamado e a articulação com grupos autônomos de outras regiões do país resultaram em manifestações em diversas cidades brasileiras, como Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Santa Maria, Campinas e Bauru, e em São Paulo foi realizado um carnaval anticapitalista ao lado da Bolsa de Valores (BOVESPA) (LIBERATO, 2006). A partir dos preparativos para S26 é que começam a se organizar, em outras localidades brasileiras, articulações inspiradas na AGP.

A AGP São Paulo foi fundada em 2001, durante as reuniões preparativas realizadas nas dependências do Centro de Cultura Social para os protestos de 20 de abril de 2001 contra a Cúpula das Américas, evento que reuniria chefes de Estados de todos os países do continente em Québec, Canadá, para discutir a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Porém o A20 em São Paulo foi o que gerou a maior repercussão nacional,

Trabalhista (PDT) e PT e reeleito em 1994, na coligação do PSDB com o Partido da Frente Liberal (PFL), PDT, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Popular Socialista (PPS), PSB, PCB e PCdoB que recebeu no segundo turno apoio do PT.

não pelo número de participantes, mas pela brutalidade policial contra a manifestação que culminou com dezenas de feridos.

O A20 em São Paulo gerou uma série de divergências internas no interior da AGP, em torno dos motivos pelos quais o protesto teve baixa adesão popular e pelas falhas no planejamento de técnicas de proteção dos participantes; os escudos feitos de câmeras de ar de pneu de caminhão se mostraram totalmente inúteis, mas críticas bastante duras a organização do protesto foram feitas pelo agrupamento de tendência especificista Resistência Popular de São Paulo.

A Resistência Popular de São Paulo lançou, em 24 de abril de 2001, uma reflexão sobre o A20 em São Paulo¹⁸⁸ numa linha crítica fundamentada em três argumentos: o primeiro sobre o uso de uma linguagem iná que atingiu grupos muito particulares e individualidades: O cartaz de divulgação do A20 dizia:

Diversão o dia inteiro. De fato, houve quem se divertiu, estes foram os mais sádicos soldados da Tropa de Choque que não perderam a oportunidade de descarregar contra os manifestantes toda sua brutalidade. [...] as chamadas do ato. Algumas quiseram apresentar um tom humorístico, enfatizando um suposto aspecto lúdico, entendemos isso como uma tentativa de diferenciação em relação ao que se chama "Esquerda Tradicional", porém, tal tentativa, em nossa opinião, levou as chamadas para o ato a perderem a seriedade [...] O ato tinha um objetivo que fosse claro a todos os participantes? O que ocorreu no ato nos leva a crer que não. Prevaleceu a lógica espontaneísta e individualista [...] A autonomia individual e dos pequenos grupos se revelou uma via autoritária, uma vez que a vontade da minoria acaba se sobrepondo a da maioria, o individualismo leva inevitavelmente ao autoritarismo mais hipócrita, pois é aquele que se disfarça de "libertário", sendo o oposto.

A segunda crítica diz respeito a reprodução de um modelo de ação coletiva que não levou em conta a conjuntura particular do Brasil:

Um ato como A20 deve ser pensado de acordo com nossas condições, em Quebec fazia sentido levar o ato ao confronto, pois lá ocorria a reunião dos chefes de estado, lá interessava criar obstáculos para esta reunião de mascates. Aqui a coisa era diferente, não havia nenhuma reunião, logo deveríamos ter objetivos diferentes, o ato deveria procurar chamar a atenção da população sobre o problema da ALCA, mas o que chamou a atenção foi o quebra-quebra. Não somos pacifistas, nem somos moralistas em relação ao uso da violência, acreditamos que ela deva ser usada na hora certa, em uma ação organizada, com objetivos bem definidos que seja do conhecimento de todos os presentes, o que não ocorreu. Sabemos que foi a polícia que começou com as agressões, mas a falta de organização, objetivos claros e coesão

¹⁸⁸ Resistência Popular São Paulo, Reflexões sobre o A20. 24/04/2001. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/a20/reflea20.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019.

entre os manifestantes conduziu ao caos e ao salve-se quem puder.

A terceira crítica diz respeito ao isolamento tanto em relação a outras organizações políticas que estavam em campanha contra a ALCA, como da população em geral:

Outro aspecto a ser ressaltado é o da distância da maioria dos manifestantes em relação aos movimentos populares, diz-se que são partidarizados e os rejeitam, dizem também que estão superados, mas tal postura só isolou a movimentação contra a ALCA. Muitos grupos apenas trocavam panfletos entre si, não demonstrando qualquer interesse em se dirigir à população em geral, ficavam girando em torno de si mesmos.

A reflexão termina propositiva pontuando a necessidade de articulação com outros setores que estavam nas campanhas contra a ALCA, como setores combativos do movimento sindical, estudantil e dos movimentos populares com o objetivo que os protestos contra o acordo fossem massificados com a participação das classes oprimidas e exploradas: “Só mobilizando os setores populares avançaremos na luta anticapitalista, com gatos pingados não se faz revolução” (RESISTÊNCIA POPULAR, São Paulo, 2001).

Entretanto, as organizações e os movimentos de ação direta associados ao que definimos como organizações e movimentos autônomos no Brasil, não começaram com as manifestações em Quebec e nem terminaram a partir da posição tomada pelo governo brasileiro, em 2005, de se colocar contrário à ALCA. As organizações e os movimentos autônomos se modificaram e tomaram outros rumos ao longo dos anos 2000, com mudanças nas prioridades das pautas, amadurecimento das organizações e militantes, mas também com os mesmos velhos problemas relacionados à tomada do poder.

Entre os anos de 2001 e 2005, a trajetória das organizações autonomistas foi marcada pelas reuniões e debates durante paralelos ao FSM (2001, 2002, 2003) com militantes de movimentos populares brasileiros e de outros países como o Movimento de Trabalhadores Desempregados de *Solano e La Matanza* e o movimento de fábricas ocupadas, ambos da Argentina; *Reclaim the Streets* da Inglaterra, *Tutti Bianc* da Itália, ampliando os contatos das organizações brasileiras entre si e com organizações e movimentos de outros países, pela criação de coletivos de comunicação independente e rádios livres que vão iniciar ou articular projetos como o rizoma de rádios livres e servidores de internet compartilhados; ações coletivas e protestos contra a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em

Fortaleza, em 2002, campanhas contra a ALCA, a criação de espaços autogestionados, eventos de cunho contracultural punk e anarquista como o Corpus Crises e o Carnaval Revolução.

Apesar de autonomistas e anarquistas terem seus próprios espaços organizativos (congressos, reuniões e etc.), diferentes formas de difusão de suas ideias, o surgimento de organizações e movimentos autonomistas gerou um intenso debate e inúmeras divergências, algumas delas irreconciliáveis sobre táticas e estratégicas de transformação antiautoritária e anticapitalista. É importante enfatizar que haviam eventos plurais reunindo diferentes tendências e correntes anarquistas e autonomistas que participavam de campanhas e protestos, sendo uma parcela dessa geração frequentava os mesmos circuitos contraculturais.

De acordo com Felipe Correa, cientista político e militante da OASL, o saldo organizativo da Ação do Povos no Brasil que o militante chama de “Cultura da AGP” caracterizada por posições políticas libertárias, autônomas e renovadas em relação à velha esquerda teve consequências, algumas delas negativas.

Para ele a cultura militante da AGP brasileira:

- a) valorizava a identidade, mas perdia de conexão com a realidade, o que tinha como consequência um movimento voltado para si mesmo;
- b) estimulava os laços de amizade em detrimento da convivência política e de posição programática e de alianças consistentes;
- c) criticava o conceito de classe explorada e oprimida restrito ao proletariado urbano, mas abrindo mão de novas definições de classe, de luta de classes e de sua centralidade nas lutas;
- d) estimulava a participação de jovens estudantes, mas se deixava de militar em outros setores das classes oprimidas e exploradas;
- e) propunha uma nova forma de organização, mas com arrogância e impedia a participação de organizações com bases sociais mais amplas;
- f) criticava a disciplina e o compromisso militante autoritário, mas sem promover a responsabilidade militante e o trabalho de base regular;
- g) pensava novas formas de mobilização, não sem fazer que a festa substituísse a luta;
- h) criticava as concepções teóricas associadas à velha esquerda, mas sem aprofundar-se teoricamente, não sem criar um “praticismo” e slogans vazios;
- i) encorajava novas formas de tomada de decisão, mas não sem criar novos mitos como a decisão por consenso, a cultura de que todos tem que participar e decidir sobre tudo, o que invertia a concepção de autoritarismo;
- j) promovia a falta de organização, confundindo organização com hierarquia e centralização, o que gerava tiranias exercidas pelos grupos de afinidade;
- k) defendia o internacionalismo, mas suprimindo a necessidade de conceber estratégias de acordo com cada realidade e promovendo um discurso e uma prática espontaneísta;
- l) valorizava as novas ferramentas de comunicação técnica, mas não sem desvalorizar o trabalho de base, acreditando que novas tecnologias eram capazes por elas mesmas de ter um conteúdo e práticas libertadoras.

A tese central levantada pelo militante da OASL:

A AGP buscou oferecer alternativas à esquerda clássica e autoritária. Fez isso e demonstrou sua limitação, já que, junto com as soluções propostas, e que foram levadas a cabo, vieram outros problemas. Seu refluxo deveu-se, mais do que a qualquer outro fator, às insuficiências que foram geradas e mantidas dentro do próprio movimento. Em suma, o principal responsável pelo refluxo da AGP, foi a própria AGP e a cultura que foi promovida e incorporada como *modus operandi* dessa rede.

O balanço crítico feito por Felipe Correa que mostrou que as causas que levaram a AGP entrar em refluxo e ver a dissolução de suas organizações como Ação Local por Justiça Global e Centro de Mídia Independente, foram produzidas por ela mesma. E essas causas são discutidas ainda hoje nos grupos que se definem como anarquistas e autônomos, e também naqueles por eles influenciados. Por isso podemos resumidamente apontá-los para além das contribuições do autor. A relação entre política, cultura e identidade na AGP Brasil se orientava por uma valorização das identidades e das subjetividades, por críticas ao objetivismo ainda muito presente orientado por uma leitura de classe instrumentalmente economicista e ortodoxa que sobrepunha as relações materiais de produção às esferas da cultura e política, como se elas não fossem constituintes das identidades das classes oprimidas e exploradas, algo que estava sendo colocado em cheque pelas ações coletivas dos novos movimentos sociais.

A militância da AGP brasileira seguiu os fluxos das ações coletivas que consolidavam a pautas dos novos movimentos sociais, e ao mesmo tempo colocavam as diferenças identitárias como sua prioridade em detrimento da articulação das diferenças, algo que na AGP do Sul Global com a participação de movimentos populares acontecia a partir das campanhas contra as políticas privatistas de recursos naturais, acordos de livre comércio, flexibilização das legislações trabalhistas e de proteção ambientais e da soberania dos povos que viviam no Sul Global com um viés classista e internacionalista subordinando as estratégias às realidades locais.

A cultura militante da AGP estimulava a constituição de uma identidade coletiva enclausurada em um modelo de militante “perfeito” (vegano, contracultural, antissexista etc.) que não dialogavam com os anseios das camadas populares e suas organizações. A confusão entre liberdade coletiva e liberdade individual “do tudo pode”, o espontaneísmo e a formação de grupos por afinidades, que exerciam suas tiranias conforme os laços pessoais, culminava

com a criação de um movimento em rede sem mecanismos de mediação de conflitos e pouco flexível em relação aos processos de tomada de decisões (o mito da decisão por consenso) e o uso das novas tecnologias de informação, além dos ruídos de comunicação; e que não era acompanhada de uma inserção social do trabalho de base.

Segundo Santos (2010), uma parcela significativa das organizações autonomistas ao longo da segunda metade dos anos 2000, foi se deslocando das pautas globais do movimento antiglobalização para os conflitos locais, tais como as lutas pela terra, moradia e transporte coletivo com a constituição do Movimento Passe Livre em 2005. De acordo com os estudos do autor parte dessa geração de militantes que se constituiu no movimento antiglobalização vai ingressar em movimentos sociais que haviam conhecido a partir da participação em coletivos autonomistas, como o Movimento Passe Livre e organizações políticas de cunho libertário, mas os problemas em relação ao ativismo autonomista estavam longe de terem sido solucionados. Uma parcela considerável das organizações políticas e redes de coletivos se desarticularam, uma parte da militância dessa época ainda mantém posições sectárias em relação às organizações políticas de outras ideologias, organizações autonomistas e anarquistas organizadas de forma mais rígida.

Ainda segundo o autor, uma parcela muito pequena de militantes que se capacitaram política e tecnicamente no interior das organizações autonomistas ligadas à comunicação e cultura alternativa, vai ingressar em setores do associativismo civil e projetos ligados ao governo federal entre 2005 e 2006, período em que o Ministério da Cultura oscilava entre as diretrizes do movimento de cultura livre e os novos modelos de negócios da indústria criativa.

4.2.2 O Fórum do anarquismo Organizado (2002-2012)

A convocatória para criação o Fórum do Anarquismo Organizado foi lançada em 2001 através do *Libera.. Amore Mio* e o primeiro encontro realizado entre 30 de maio e 02 de junho de 2002, em Belém do Pará, tendo como organizadora a Federação Anarquista Cabana (FACA), “fundada em 7 de janeiro de 2001, [...] após o acúmulo de experiências obtidas ao longo de mais de uma década de militância libertária no norte do país” (FEDERAÇÃO ANARQUISTA CABLOCA, 2001)¹⁸⁹. Participaram desse primeiro encontro do FAO: o Grupo de Resistência Anarco Punk do Amapá, a Federação Anarquista Gaúcha, Construção

¹⁸⁹Declaração de Princípios da Federação Anarquista Cabocla. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/02/mar/ainfos00215.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Libertária Goiana, e do Pará os membros da organização anfitriã, a Federação Anarquista Cabocla, Grupo de Cultura Churume Literário, Coletivo de Mulheres Rosas Negras, Núcleo de Apoio à Reforma Agrária, Centro de Cultura Libertária, Organização de Resistência Libertária, Companhia de Teatro Anta, Movimento Anarco Punk e Centro Cultural Ricarda Mattos. Não puderam comparecer devido a distância, mas confirmaram a adesão ao fórum, os coletivos Luta Libertária (SP), do Celip (RJ), do *Libera amore...mio* (RJ) e do Coletivo Domingos Passos (RJ) (WORKER, 2002)¹⁹⁰. Durante o evento foi deliberado:

Construir uma rede de solidariedade entre as organizações; criar uma publicação de circulação nacional para funcionar como um fórum permanente de elaboração política e divulgação dos avanços das organizações anarquistas que dele participarem. Participação das organizações anarquistas na campanha contra a Alca, juntando-se ao esforço dos movimentos populares de todo o continente contra mais esse golpe imperialista e evitando que a campanha se esvazie no discurso eleitoreiro da esquerda reformista. Fazer campanha anarquista unificada para a conjuntura eleitoral, utilizando-se a consigna: OU SE VOTA COM OS DE CIMA OU SE LUTA COM OS DE BAIXO. Eixos da campanha: pela não obrigatoriedade do voto, denúncia da democracia burguesa e da corrupção inerente ao sistema eleitoral, opção pela luta popular, diferenciação entre participação política e voto, apresentação de alternativas a prática política burguesa, denúncia da manipulação dos governos eletivos nacionais (quem governa de fato são aqueles em que ninguém nunca votou); aposta no poder do povo e não dos burgueses; desdobramento da campanha é o fortalecimento do movimento social. Realizar plenária nacional do Fórum do Anarquismo Organizado durante o Fórum Social Mundial e as Jornadas Anarquistas de Porto Alegre, que devem acontecer no começo de 2003. (WORKER, 2002).

Em 2003 são realizadas duas plenárias do FAO, em janeiro em Porto Alegre durante o Fórum Social Mundial, e em novembro em São Paulo¹⁹¹. A pós a quarta rodada segundo a FAG (2015) as organizações passaram a se dedicar a atualizar suas estratégias, “na vez do governo do PT e de seus aliados burgueses” (FAG, 2015, p .19)¹⁹². A carta de intenções , documento produzido a partir dos debates das plenárias do FAO, será lançado em 2005, mas ainda em 2003 foi realizado o I Encontro de Organizações Populares Autônomas, de forma paralela ao FSM, onde estiveram presentes agrupamentos de tendência ligados à resistência popular, movimentos e organizações de mídia alternativa e popular, de educação popular,

¹⁹⁰WORKER. **Fórum do Anarquismo Organizado.** Disponível em: <http://www.ainfos.ca/02/aug/ainfos00096.html>. Acesso em: 10 maio 2019.

¹⁹¹Nessa plenária estavam presentes: Luta Libertária (SP), União Popular (Goiânia, Goiás), Federação Anarquista Gaúcha (Rio Grande do Sul), Federação Anarquista Insurreição (Rio de Janeiro), Rede Libertária da Baixada Santista (Santos, SP), AR-S26 (Mogi das Cruzes, SP), RNT-1936 (Guarulhos, SP), CRL (São Paulo), TEAR (SP), Utopia Socialista (SP), GARRA (SP), CCMA (SP), CELMA (SP) e indivíduos. Fórum do Anarquismo Organizado. DECLARAÇÃO FINAL DO 3º ENCONTRO NACIONAL. Disponível em: http://www.anarkismo.net/newswire.php?story_id=1018&search_text=FAO. Acesso em: 11 dez. 2019.

¹⁹²**Declaração final do 3º encontro nacional do FAO.** Disponível em: http://www.anarkismo.net/newswire.php?story_id=1018&search_text=FAO. Acesso em: 11 dez. 2019.

organizações sindicais independentes e movimentos sociais de luta por moradia, de povos originários e camponês do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, México, Colômbia e África do Sul¹⁹³. As organizações presentes, após os debates realizados durante os três dias sobre a conjuntura do continente, nos quais a questão central foi a implantação das políticas neoliberais e da ALCA, decidiram que para fazer frente a elas era necessário: coordenar diversos movimentos sociais e organizações populares para , discutir e analisar como a ALCA nos afetaria em nossos lugares de vida e trabalho: fábrica, escola, sindicato, favela, comunidade, bairros, etc.; levantar bandeiras em comum e apoiarem-se mutuamente, impulsionar plebiscito ou consulta popular para que o povo decidisse se queria ou não a ALCA, usar de todos meios para informar sobre os efeitos e formas de resistência à ALCA e MERCOSUL , ensaiar formas de economia contrárias às impostas pelos governos e empresariado , com base solidária e que gerem independência em relação às classes dominantes (ELAOPA, 2003).

Os encontros das organizações autônomas populares serão realizados anualmente em diferentes países de 2003 a 2019, com uma participação expressiva de dezenas de organizações políticas e movimentos populares cujas atuações são pautadas na luta de classes e na identidade dos povos originários da América Latina. Os agrupamentos de tendência ligados ao anarquismo especificista participaram e foram uns dos principais organizadores dos eventos, ainda que não se possa dizer que tenham sido encontros de anarquistas especificistas, e tampouco que as organizações anarquistas específicas não busquem nesses espaços articular suas estratégias de construção de sua concepção de poder popular.

A participação dos agrupamentos de tendência em um espaço de articulação com efetiva participação de organizações populares que abrangem amplo repertório de confronto e

¹⁹³ Na lista de organizações presentes do encontro estão do **Brasil**: Comitê de Resistência Popular da Zona Leste, Porto Alegre, RS; Comitê de Resistência Popular da Restinga, Porto Alegre, RS; Comitê de Resistência Popular da Santa Isabel, Viamão, RS; Comitê de Resistência Popular da Vila Pontilhão de Gravataí, RS; Centro de Mídia Independente de Porto Alegre, RS; Coletivo pela Universidade Popular de Porto Alegre, RS; Núcleo de Apoio ao Movimento dos Catadores, Porto Alegre,RS- Movimento dos Catadores de Material Reciclável, RS; Setor independente do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal, Porto Alegre,RS; Setor independente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre, RS; Setor independente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, RS; Setor independente do Sindicato dos Trabalhadores em Correios, Porto Alegre,RS; Movimento de Cultura Popular, Itajaí, Santa Catarina; Resistência Popular, São Paulo;- Resistência Popular, Rio de Janeiro; Fórum de Luta pela Moradia da UFF, Rio de Janeiro;Pré Vestibular Popular Apoio Mútuo, Rio de Janeiro; Centro de Cultura Popular Unidos do Parque Georgia, Cuiabá, Mato Grosso;Coletivo pela Universidade Popular de Cuiabá, Mato Grosso;Sociedade de Luta Popular de Goiânia, Goiás; Movimento Boca do Lixo, Recife Pernambuco; Núcleo de Apoio á Reforma Agrária, Belém, Pará; **Uruguai**: Rádio Comunitária Germinal, Montevideo; Ateneo del Cerro, Montevideo; Ateneo de las Acácias, Montevideo; Unión de Trabajadores Açucareros de Artigas, Bela Unión; **Bolívia**: Red Tinku de Grupos Autônomos; CMI- Bolívia; **Argentina**:Movimiento de Unidad Popular; **Chile**: Educación Popular Germinal; **México** Consejo Indígena Popular de Oaxaca Ricardo Flores Magón; **Colômbia**: Coletivo Foro Colômbia: **África do Sul**: Bikisha Media Collective. **ELAOPA (2003) Declaração Final**. Disponível em: <https://www.nodo50.org/rprj/elaopa/declaracaofinal.htm>. Acesso em: 11 dez. 2019.

que reforça a identidade latino-americana nos auxilia a compreender as suas diferenças com as organizações que compunham a Ação Global dos Povos brasileira, mesmo havendo organizações que participavam dos dois espaços de articulação.

Os encontros de organizações populares autônomas também se caracterizaram por sua contraposição ao desenvolvimentismo da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) que orientou a política econômica dos Governos Lula¹⁹⁴, quando parte das organizações autonomistas e democráticas populares comemoravam a não adesão à ALCA por parte do governo brasileiro. Em 2005, segundo a FAG (2015), após um grande esforço da organização gaúcha de realizar uma plenária nacional, o FAO realizou uma plenária em Goiânia, organizada pré-Coletivo pró-Organização Anarquista do Goiás, onde aprovaram o documento contendo os métodos e conceitos para colocar em prática a política de unidade do Fórum:

1 - Estimular e realizar o debate sobre o anarquismo organizado no Brasil, apontando para necessidade de construir uma organização anarquista. 2 - Apoiar a formação de grupos anarquistas organizados. Trabalhar pela aproximação, articulação prática e unificação destes grupos no âmbito estadual ou regional num primeiro momento. 3 - Trabalhar, na medida das possibilidades reais, com os diferentes níveis da luta revolucionária anarquista: trabalho de propaganda, trabalho teórico e o mais importante deles, a militância social, nas frentes e áreas escolhidas (bairro, sem-teto, estudantil, sindical, ecologia social, luta contra a ALCA, etc.) 4 - Lutar pela construção de uma organização anarquista brasileira dotada de projeto político comum, com real peso sócio-político e presença nacional mais ampla possível. 5 - Estabelecer relações fraternas e solidárias com organizações anarquistas internacionais, sobretudo as latino-americanas, cuja realidade nos é mais próxima. (FAO, 2004).

O encontro que contou com uma representatividade nacional significativa fez a seguinte declaração pública sobre a conjuntura do período:

O governo Lula é uma variável de gestão do mesmo modelo neoliberal, artifício burguês de pacto social e continuísmo do projeto dominante. A novidade é que confunde a agenda de liberalismo econômico - por onde vem o arrocho público para o serviço da dívida, as reformas sindical, trabalhista, universitária, previdenciária, ministerial, política e as prévias comerciais da ALCA - com neopopulismo e gestão assistencialista da miséria. Por isso podemos chamá-lo de um governo de caráter social-liberal.

¹⁹⁴ Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), consistiu na criação de canais de intercâmbio e fluxo de mercadorias por meio da integração física entre a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, com investimentos maciços em infraestrutura concentrados nos setores de transporte, energia e telecomunicações, iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso no ano 2000 e teve continuidade nos Governos Lula.

- O governo Lula por um lado aplica rigorosamente as receitas do FMI e pelo outro vai cooptando e/ou imobilizando o movimento sindical e popular com a promessa do crescimento econômico. Numa articulação político-econômica em que se governa com as velhas raposas da política tradicional, com os banqueiros e a burguesia exportadora, sócia/cliente das transnacionais.
- Corrupção e impunidade dos crimes burgueses é outro contínuo que se manifesta no Estado brasileiro durante a administração de Lula, com complacência da autoridade e protagonismo de ministros e aliados. Uma crise de governabilidade está apontada, mas a falta de uma organização política com ampla e forte inserção no seio da classe explorada impossibilita-nos de dar respostas mais profundas a esta crise.
- Grande parte dos Mov. Sociais estão comprometidos na defesa do governo Lula no caso de corrupção.
- Em nossa etapa, grande parte dos movimentos sociais estão atrelados aos partidos políticos e/ou ao governo Lula.
- A conlutas, encabeçada pelo PSTU tem uma postura de acumulação para o Partido e não o fortalecimento dos movimentos sociais.
- As igrejas evangélicas estão crescendo em ritmo acelerado nas periferias o que implica na difusão de valores fatalistas no meio popular. (FAO, 2004).

O documento traz uma autocrítica aos considerados problemas para federalizar-se e constituir sua unidade: “Excesso de empolgação, arrogância, preciosismo, vaidade, entre outros valores, não são boas companhias do processo de construção que nos damos” (FAO, 2004), as organizações precisam realizar os debates “sem precipitações, criando zonas de consenso com acordos funcionais, que possam gerar federalismo e responsabilidade coletiva nas tarefas políticas (FAO, 2004).

O documento nos seus parágrafos finais propõe que as organizações anarquistas do FAO construam desde dos núcleos de base a solidariedade para agrupar os movimentos sociais e organizações que se identificam com o Encontro Latino Americano de Organizações Populares (ELAOPA): “independência de classe, democracia de base, ação direta popular e solidariedade. Buscar maiores graus de coordenação das frentes de luta que participamos para ter opção contra o reformismo” (FAO, 2004).

Entre os anos de 2001 e 2006, além da participação no ELAOPA e no FAO, quatro eventos importantes marcam a trajetória do anarquismo especificista: a fundação da Federação Anarquista Cabocla no Pará, do Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares em Alagoas (2002), da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (2003) e as divergências no interior do FAO, o aniversário de 10 anos da Federação Anarquista Gaúcha (2005) e de 50 anos da Federação Anarquista Uruguaia (2006), e ainda a fundação da Rusga Libertária no estado de Mato Grosso (2006).

A formação da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) nos permite esclarecer de forma mais detalhada as divergências do anarquismo especificista com outras organizações

políticas anarquistas, as dificuldades de constituição de uma organização política anarquista em âmbito nacional.

4.2.3 A Federação Anarquista Cabocla (2001) / Núcleo Anarquista Resistência Cabana e Federação Anarquista Cabana (2012 - hoje)

De acordo com entrevista realizada com Fabiano Bringel, secretário de formação da Federação Anarquista Cabana, desde a abertura do regime ditatorial o anarquismo passou por vários momentos em Belém do Pará, antes do coletivo Pró-COB, existia o Movimento de Conscientização Popular que atuava nas periferias da cidade. Em 1994, em torno do Centro de Cultura Libertária se somaram outras organizações culturais que, juntas realizaram uma ocupação de uma casa no centro de Belém. Nela funcionava o antigo Museu da Imagem e do Som (MIS) – do estado Pará. “O estado saiu da casa e nós entramos”, a experiência durou mais de dez anos.

Nesse período, segundo o militante, os debates realizados pelos anarquistas locais sempre concluíam que se deveria difundir o anarquismo junto aos oprimidos, mas o grupo não tinha clareza de como fazê-lo: “Não tínhamos um método, um programa, uma tática e nem instância política anarquista para se discutir isso. Buscávamos sempre”. Por isso foram estabelecer contato com outros grupos anarquistas de outros locais do Brasil; dois momentos foram importantes para o amadurecimento das concepções de inserção social e objetivos que seriam adotadas, o contato com Ideal Peres, “militante de uma vida inteira e era um nexo entre a segunda geração de anarquistas no Brasil” que passou três dias em Belém e de outro militante que passou um tempo militando na Federação Anarquista Uruguaia.

Para Fabiano Bringel o contato com a experiência da FAU:

[..] foi importante porque o que se apresentava para a gente, como anarquismo especificista era uma necessidade histórica, uma urgência pros trabalhos de inserção social que já tínhamos começado e não sabíamos coordenar. Dessa forma, conhecer a experiência da FAU e seu método contemplava muito a gente porque queríamos um anarquismo com organização, disciplina, propositivo e com a cara do nosso povo, indígena, negro e popular e latino-americano. Interessante dizer que esse movimento e a necessidade estava se processando em vários lugares do país. Esse militante cumpre uma tarefa de visitar essas experiências pelo Brasil afim de conseguirmos construir uma organização em nível nacional. Foi a tarefa que incorporamos então desde 1995.

A Organização Socialista Libertária foi fundada em Belém, em 1997, na mesma época foi fundada sua corrente político social que chegou a aglutinar muitos militantes, a Resistência Popular Amazônica, no entanto, como relata o entrevistado foi “uma experiência complicada. Vários erros, sectarismo, pressa e obscurantismos na construção levaram a um erro que nos custou muito. Inclusive a desorganização e a desarticulação”. Outro processo é iniciado em 2012 como Núcleo Anarquista Cabano e depois como Federação Anarquista Cabana, nome a associado à Cabanagem, revolta popular da época do Brasil Império entre os anos 1835 e 1940.

Segundo o militante da FACA, atualmente a ela atua em três frentes, a comunitária, a agrária e a étnico-racial. A maioria dos seus militantes têm faixa etária acima dos 30 anos, por isso há na organização uma necessidade “de renovar esses quadros e atingir a juventude. Bem como a mulheres (aumentar o número de militantes) e LGBTQI. Mas isso tudo dentro de um plano de formação, de maturação do militante”.

4.2.4 Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (2002) e Federação Anarquista dos Palmares (2015 - hoje)

O Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (CAZP) segundo uma entrevista publicada no portal [anarkismo.com](http://www.anarkismo.com)¹⁹⁵ começou a ser construído em meados de 2002, por iniciativa de estudantes que “apesar da pouca leitura teórica sobre o anarquismo tinham como ideia uma atuação de inserção social¹⁹⁶”. A adesão ao anarquismo especificista acontece por meio da aproximação do coletivo do FAO, quando passaram a debater as suas concepções sobre o anarquismo e reavaliar o que vão considerar após o debate, falhas em relação à unidade de ação, método decisório e critério de ingresso, que precisavam ser reformuladas para que conseguissem colocar o anarquismo em prática. A atuação do CAZP, em um primeiro momento vai ser no momento estudantil, na organização de tendência “Comuna Estudantil (grupo formado por socialistas revolucionários em geral) e junto às entidades de base”¹⁹⁷ e na Vila Emater, uma comunidade pobre localizada ao lado do aterro sanitário de

¹⁹⁵ **Entrevista do Coletivo Zumbi dos Palmares-AL ao portal Anarkismo**. 04 set.2005. Disponível em: http://www.anarkismo.net/article/1450?search_text=entrevista+CAZP. Acesso em: 13 dez. 2019.

¹⁹⁶ **Entrevista do Coletivo Zumbi dos Palmares-AL ao portal Anarkismo**. 04 set.2005. Disponível em: http://www.anarkismo.net/article/1450?search_text=entrevista+CAZP. Acesso em: 13 dez. 2019.

¹⁹⁷ **Entrevista do Coletivo Zumbi dos Palmares-AL ao portal Anarkismo**. 04 set.2005. Disponível em: http://www.anarkismo.net/article/1450?search_text=entrevista+CAZP. Acesso em : 13 dez. 2019.

Maceió, onde os militantes vão realizar uma ação de alfabetização de jovens e adultos que durou cerca de 2 meses pela falta de estrutura para ministrar as aulas. Apesar dos contatos com os moradores da comunidade, onde reside grande quantidade de catadores de material reciclável, terem sido estabelecidos cerca um ano antes. No documento de apresentação das organizações específicas que compõem a Coordenação Anarquista Brasileira¹⁹⁸ após 2005, o CAZP vai organizado em frentes, a sindical junto a trabalhadores da educação e saúde, e a comunitária que se reforçou após 2008, quando foi criada Resistência Popular Alagoas. A Resistência Popular Alagoas possui uma sede na comunidade de Vergel do Lago, periferia pobre de Maceió, onde desenvolve atividades culturais, de educação popular e formativas, e na cidade de Arapiraca, agreste alagoano, onde a Casa da Resistência conta com a Biblioteca Dandara¹⁹⁹. A organização específica alagoana terá atuação no movimento negro em defesa das comunidades quilombolas, e no movimento de mulheres, e em 2015 se fundiu com o Coletivo Libertário Delmireense (COLIDE) formando a Federação Anarquista dos Palmares (FARPA)²⁰⁰. A atuação da Resistência Popular de Alagoas, agrupamento de tendência ligado inicialmente à CAZP e agora à FARPA, ainda se concentra no movimento sindical, estudantil e comunitário. Embora a participação nas lutas sociais nesses espaços seja igualmente importante, destacamos a formação em 2011 do Coletivo Mulheres Resistem!, não tanto para enfatizar a importância desse coletivo para Resistência Popular Alagoas, e sim para delinear algumas considerações sobre a orientação classista e combativa do anarquismo especificista contra a dominação de gênero.

¹⁹⁸ **Coordenação Anarquista Brasileira - Organizações que Compõem a CAB.** Disponível em: http://www.anarkismo.net/article/23025?search_text=F%F3rum+do+Anarquismo+Organizado+%28FAO%29. Acesso em : 13dez. 2019.

¹⁹⁹ **Biblioteca popular é inaugurada como alternativa de educação contra a dominação capitalista em Arapiraca.** Disponível em: <https://gritonaluta.wordpress.com/2016/12/14/biblioteca-popular-e-inaugurada-como-alternativa-de-educacao-contra-a-dominacao-capitalista-em-arapiraca/> Acesso em : 13dez / 2019.

²⁰⁰ **Compilado de saudações à fundação da FARPA.** Disponível em: <http://ainfos.ca/pipermail/a-infos-ca/2016-March/007322.html>. Acesso em: 13 dez. 2019.

4.2.5 Mulheres Resistem! Nunca mais sem nós outras!

As mulheres são importantes articuladoras nas organizações específicas anarquistas e nos agrupamentos de tendência. Apesar de não termos dados precisos sobre a quantidade numérica de militantes homens e mulheres que participam das organizações, segundo a FAG (2015), embora a presença feminina tenha sido menor em seu início, hoje as mulheres constituem metade da militância.

As mulheres na FAG exercem as atividades mais diversas, desde funções executivas do secretariado geral, secretárias de núcleos, delegadas nos encontros nacionais e latino-americanos, e também como organizadoras das frentes sociais. A organização menciona o agrupamento Mulheres Libertárias Anita Garibaldi criado em 1998, na Tendência Libertária Mobilização Direta, como a primeira experiência da organização na luta contra o patriarcado na forma que a corrente defende.

A participação das mulheres exercendo funções de articulação nas organizações específicas anarquistas no Brasil segue o fluxo das ações coletivas do movimento feminista global e as particularidades do anarquismo especificista como uma das correntes do anarquismo social.

A importância política do movimento feminista no Sul Global, para o anarquismo social, não está restrita à mobilização de massas dos últimos anos como presenciamos recentemente na Primavera Feminista na Argentina ou no Ele Não! no Brasil, mas pelo fato de o movimento feminista do Sul Global ser o principal agente de inserção do debate, nas organizações populares, da leitura das relações de poder que inter-relacionam etnia, classe e gênero. O “tipo” de feminismo adotado pelas organizações específicas anarquistas, segundo a corrente anarquista latino-americana não é produto do debate científico e teórico no âmbito acadêmico ou de uma filiação ou oposição às outras correntes feministas apenas, mas de uma dialética entre a teoria/ciência e a ideologia anarquista de organizações populares, nos lugares de estudo, trabalho e moradia.

Segundo Sara Munaretto (2018)²⁰¹, militante da FAG, em *Mulher é resistência: rebeldia e luta de corpos indignados*, as lutas das mulheres “cada vez mais evidenciam que é necessário combater opressões históricas estruturais e que é possível e necessária a luta contra as múltiplas opressões do patriarcado, colonialismo, racismo, e capitalismo”, entretanto, dois

²⁰¹ MUNARETTO, Sara. **Mulher é resistência: rebeldia e luta de corpos indignados**. Disponível em: <https://federacaoanarquistagaucha.wordpress.com/2018/06/12/mulher-e-resistencia-rebeldia-e-luta-de-corpos-indignados/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

aspectos lhe chamam a atenção: 1) o alcance dos temas (uma pauta disparadora está sempre pensada em articulação com problemas sociais estruturais: conseguem abordar de forma relacional a violência, educação, direitos reprodutivos, trabalho, etc...) e 2) o repertório de luta (de ação direta e democracia direta, com ocupações, assembleias, protestos, greves...).²⁰² Para a militante anarquista “as mulheres têm demonstrado um repertório de resistência que fortalecem o poder popular por meio da organização, autogestão e democracia direta (MANURETTO, 2018)” e nesse sentido ao tentar “impor os sistemas de opressão nos nossos corpos, é também neles onde podemos buscar a força da rebeldia, transgressão e resistências para a transformação social. Se nossos corpos são território de exploração, que sejam convertidos em trincheiras da resistência” (MANURETTO, 2018).

As lutas das mulheres, segundo ela, difundem nas classes dominadas e exploradas os germes da insubmissão convocando para uma resistência cotidiana em uma aposta na criação e organização de coletividades emancipadoras capazes de construir liberdades, espaços potencializadores de transformação social que penetram todas as esferas em que circulam. “As mulheres estão apontando a escolha por uma forma de fazer política que aposta em mecanismos de participação com democracia direta” (MANURETTO, 2018).

Munaretto aponta que a descrença das mulheres anarquistas nos “parlamentos e das estruturas jurídicas do estado, dos instrumentos da política suja da democracia burguesa”, se sustenta também, no exemplo dado pelas mulheres chilenas que:

após o anúncio de mudanças constitucionais pelo governo, arrancadas através de muita luta das mulheres organizadas, elas não se dão por satisfeitas. Estão fazendo política nas ruas, mostrando sua força e gritando que a única luta eficaz é aquela que protagonizam os sujeitos oprimidos organizados com autonomia e independência. É nisso que acreditamos. (MANURETTO, 2018).

A militante destaca a necessidade de as mulheres anarquistas aprenderem com “os feminismos comunitário, indígena, negro” para desenvolver “ferramentas específicas de enfrentamento. As mulheres da América Latina devemos criar nossa própria luta” (MANURETTO, 2018). A proposta de aprender e criar as próprias ferramentas de lutas é refletida na propaganda do anarquismo especificista. Às referências das lutas das mulheres indígenas e negras, das mulheres das periferias nos cartazes e demais materiais de propaganda

²⁰²MUNARETTO, Sara. **Mulher é resistência**: rebeldia e luta de corpos indignados. Disponível em: <https://federacaoanarquistagaucha.wordpress.com/2018/06/12/mulher-e-resistencia-rebeldia-e-luta-de-corpos-indignados/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

se somam imagens de mulheres zapatistas, guerrilheiras curdas e da militância feminina do anarquismo histórico, uma forma de demarcar esteticamente o classismo do anarquismo, sem perder as particularidades culturais e políticas dos movimentos sociais contemporâneos.

Segundo as mulheres da Federação Anarquista Gaúcha (2016)²⁰³:

O feminismo, do nosso ponto de vista, tem que abandonar os debates isolados dentro das universidades, dos divisionismos conceituais, que acabam por fazer discurso apenas no aspecto comportamental, sem colocar a questão de classe como um dos elementos que caminha junto na luta das mulheres. Nós também entendemos que a luta das mulheres tem que estar alinhada a uma estratégia classista, sem colaboração com os governos e ações de Estado.

A coletiva Mulheres Resistem! (2011) associada à Resistência Popular de Alagoas se organizou para sua construção:

[...] por acreditarmos que toda forma de opressão contra o povo deve ser veementemente combatida. Lutamos para romper com a prática machista nos espaços de trabalho, moradia, estudo, militância...Contra o conformismo, a submissão e toda forma de rechaço à mulher. O protagonismo da mulher na luta feminista é mais que justo, pois somos nós que sentimos e vivenciamos os valores e concepções de mundo determinados por um grupo dominante, sendo assim tomamos a responsabilidade de lutar para que a sociedade reconheça que mulheres e homens se equivalem, e que ambos tenham condições dignas de vida.

Como as demais organizações de tendência que atuam em outros setores dos movimentos sociais, a coletiva Mulheres resistem! possui suas bases de acordo mútuo direcionados a perspectiva de construção do poder popular, no qual, as dominações em todos as esferas (política, cultural, econômica) não estão hierarquizadas. A organização de mulheres de Alagoas, assim como o coletivo Quebrando Muros do Paraná, apontam que o combate à estrutura patriarcal se dá também no cotidiano nas organizações de esquerda:

Mesmo dentro de movimentos de esquerda, ainda encontramos também casos de estupro entre companheiro e companheira, agressão física e verbal, violência psicológica e emocional, e várias outras formas de violência cotidiana a que são

²⁰³ **Nosso feminismo será classista e de base, ou não será!** Opinião das mulheres anarquistas da FAG lido na ocasião do Ato Político Anarquista celebrativo ao 8 de março, dia Internacional da mulher trabalhadora. 2016. Disponível em: <https://federacaoanarquistagaucha.wordpress.com/2016/03/06/nosso-feminismo-sera-classista-e-de-base-ou-nao-sera/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

submetidas as mulheres diariamente desde crianças. Mas isso não significa que a esquerda seja, por essência, um ambiente que não devamos compor. Pelo contrário, é preciso ocuparmos esse espaço e lutar para que companheiros privilegiados mudem suas atitudes e sua postura diante da questão de gênero, assim como fazemos todos os dias no espaço público porque eles também são nossos. (COLETIVO QUEBRANDO MUROS, 2011, p 3).

As organizações específicas anarquistas e agrupamentos de tendência têm participado das ações coletivas no Dia Internacional da Mulher (8 de março), Dia Internacional pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe (28 de setembro), Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher (25 novembro), Dia Nacional da Visibilidade Trans (29 de Janeiro) e protestos de combate às políticas públicas que visam restringir os direitos à saúde reprodutiva das mulheres, como o Projeto de Lei 478/2007 conhecido por Estatuto do Nascituro²⁰⁴ e mais recentemente o *Ele Não!* protestos contra o então candidato à presidência da república, Jair Messias Bolsonaro, por uma série de declaração machistas, racistas e homofóbicas antes e durante a campanha eleitoral. Além das ações coletivas pontuais como os dias de luta contra o patriarcado e seus ataques às vidas das mulheres, as organizações específicas anarquistas e agrupamentos de tendência em sua imprensa e atividades formativas difundem a sua perspectiva de feminismo classista e combativo no interior dos movimentos sociais e classes dominadas onde estão inseridas, cujas táticas são “tomar as ruas contra as ofensivas do Estado, fortalecer a autodefesa e criar espaços de solidariedade para o enfrentamento a todos os tipos de violências contra a mulher” (CAB, 2016).

No que tange à luta contra machismo e o patriarcado podemos dizer que as anarquistas sociais incorporam e redefinem o feminismo negro, indígena e a associação do movimento feminista ao movimento LGBTIs seus repertórios de confronto e estratégias, sendo agenciadas novas agendas e pautas políticas que de forma geral que vêm reorientando as posições políticas de movimentos sociais e organizações políticas das mais variadas orientações ideológicas.

A particularidade da posição classista assumida pelas anarquistas organizadas na corrente especificista está na sua contraposição às resistências no interior das esquerdas de setores de organizações políticas filiadas a uma leitura classista vulgar enclausurada no determinismo econômico, aos limites do feminismo liberal onde o parâmetro de libertação das mulheres é a integração ao sistema de dominação estatal e capitalista, e as feministas radicais

²⁰⁴ O Estatuto do Nascituro tinha por objetivo impossibilitar a realização de aborto legal, criava a possibilidade de crianças nascidas de estupros fossem registradas pelos agressores e proibia a pesquisa com células tronco embrionárias no país. O projeto de lei de autoria dos deputados Osmânio Pereira e Elimar Máximo Damasceno foi alvo de críticas de especialistas e autoridades em saúde pública, de juristas e de protestos massivos em 2007 em todo o país.

(RADFems), por assumirem uma leitura biologizante sobre a identidade de gênero que se manifesta nas redes sociais em um cyberativismo sectário e transfóbico que tem por objetivo excluir as pessoas e pautas das mulheres trans da luta feminista ²⁰⁵.

²⁰⁵ Fabiana Martinez (2018) em sua análise do campo discursivo de ação do movimento feminista na internet através dos diversos desdobramentos desde a década de 1990 e sua interface com o *boom* da internet a partir dos anos 2000, assumindo contornos específicos no Brasil a partir de 2011, afirma que a origem das feministas radicais se remete ao feminismo dos anos 1960 e 1970, “ a partir das obras de Shulamith Firestone e Judith Brown (Brasil Post) e, anteriormente, Simone de Beauvoir como precursora das bases para a configuração do conceito de gênero, usado nos feminismos posteriores. Causas: A raiz da dominação masculina estaria no patriarcado, nos papéis sociais intrínsecos ao sistema de gênero. O ativismo das jovens RADfems nas redes sociais tem adaptado os argumentos clássicos sobre a socialização feminina às questões mais atuais. A vertente recorre a posições construcionistas e essencialistas, atribuindo um caráter estrutural à socialização de gênero advinda do sexo atribuído biologicamente. Gênero seria construído socialmente, mas decorreria dos significados atribuídos ao sexo biológico/anatomia. Dentro dessa perspectiva, a performance de gênero é vista como um aspecto negativo da socialização feminina, o qual não deveria ser reforçado através dos estereótipos de gênero. "Ser mulher" ou "homem" não são apenas questões ontológicas ou posições subjetivas, mas atribuições que denotam regras sociais e no caso das mulheres, opressões estruturais (inclusive a própria identificação com um gênero seria uma delas). Essa retomada de um determinismo biológico, tem servido como pressuposto para que esta seja apontada como uma vertente moralista e passível de alinhamento com os setores mais conservadores da sociedade. Nos grupos de discussão tem sido apontado o desdobramento para subvertentes derivadas, como a Trans Exclusionary Radical Feminists (TERF), isto é, feministas radicais que excluem transexuais. Crítica às estruturas que consideram reforçar o gênero e seus efeitos como a maternidade, a feminilidade, a pornografia e a prostituição. Por ter uma postura mais estruturalista, tem sido apontada como oposta aos feminismos interseccional e liberal, os quais supostamente se alinham a uma perspectiva mais ontológica, subjetiva e voluntarista sobre gênero - dentro disso, caberia às feministas acolherem todas as formas de "ser/sentir-se uma mulher" (MARTINEZ, 2018. p. 24-25).

4.2.6 Federação Anarquista do Rio de Janeiro (2003 – hoje)

A Federação Anarquista do Rio de Janeiro foi fundada em 30 de agosto de 2003, por militantes que participavam do Círculo de Estudos Ideal Peres, do Centro de Cultura Social e do Jornal *Libera... Amore Mio*, que se torna órgão de imprensa da organização a partir da sua fundação. No Manifesto de Fundação da FARJ, no *Libera Amore e Mio*, edição n. 119, de julho/ agosto de 2003, a organização anarquista fluminense reivindica a memória das lutas do anarquismo de origem proletária do início do século XX, como a organização dos primeiros sindicatos, a greve geral de 1917, a Insurreição Anarquista de 1918, a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ). Assim como as lutas antifascistas dos anos 1930, como a Revoadas das Galinhas Verdes, a resistência mantida pelo Jornal *Ação Direta* e Centro de Cultura José Oiticica nos anos 1940 e 1950, após a perda da influência anarquista no movimento operário, nos anos 1960 e 1970 do Movimento Estudantil Libertário, e ainda a memória de militantes importantes como Esther Rodes e Ideal Peres, dos anos 1980 e 1990, Círculo de Estudos Libertários (CEL), do Grupo Mutirão e do processo da construção do FAO, do qual participou desde a convocatória em 2001, mas se afastou em 2003, só retornando em 2008.

Figura 15 - Bandeira da FARJ



Fonte: <https://anarquismorj.files.wordpress.com/2012/12/bandeira.jpeg>

O manifesto de fundação explica que na bandeira da organização:

[...] o vermelho e o negro, símbolos do anarquismo, e centro o tiê-sangue, pássaro nativo das matas do Rio de Janeiro, símbolo de liberdade e de resistência. Assim, levantamos a nossa bandeira. Fazemos nossas as palavras de um *viejo compañero* das lutas latino-americanas com a necessária adaptação: Aqui se apresenta a FARJ, sem pedir outra coisa que um posto de luta, para que não morram sonhos formosos e profundamente justos.²⁰⁶ Atualmente, a FARJ está subdividida nas frentes: estudantil, sindical, de mulheres, a comunitária, de movimentos sociais urbanos e a Anarquismo e Natureza (FAN), cada frente desenvolve atividades particulares, mas estão articuladas de forma que se complementam para abranger o maior alcance de pessoas e movimentos sociais conforme as possibilidades de recursos materiais e de pessoal da organização política.

A frente de luta social mais antiga da FARJ é a comunitária, cuja principal atuação se concentra no Centro de Cultura Social, localizado no bairro de Vila Isabel. Nesse espaço são desenvolvidos diversos trabalhos de inserção junto à comunidade como o Pré-Vestibular Comunitário Solidariedade, destacado pela organização como um dos trabalhos mais importantes (CABN, 2012)²⁰⁷. O pré-vestibular popular Solidariedade é organizado em conjunto com militantes do Núcleo Complexo dos Macacos do Movimento dos Trabalhadores Desempregados “Pela Base!” (MDT pela Base), militantes da Organização Popular e de apoiadores que foram ex-alunos e professores. No CCS/RJ também funciona, desde 2001, a Biblioteca Social Fábio Luz e, desde 2004, o Núcleo de Pesquisa Marques da Costa.²⁰⁸ A Frente de Movimentos Sociais Urbanos (FMSU) iniciou sua inserção social no movimento de ocupações no Rio de Janeiro em 2003, na ocupação Vila da Conquista localizada no bairro de Curicica, zona oeste do Rio de Janeiro com 80 famílias que se fundiu à Ocupação Nelson Faria Marinho, com mais outras 80 famílias. O resultado da organização coordenada entre os moradores das ocupações e FARJ, culminou em resultado vitorioso, a desapropriação da área ocupada a favor das famílias, em 2005, após uma batalha judicial com a prefeitura.

A partir do trabalho iniciado na ocupação Vila Conquista, a FSMU construiu a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST) em 2005. Segundo a FARJ (2007)²⁰⁹, o processo foi iniciado a partir da constituição de um grupo de trabalho com o objetivo de aproximar organizações anarquistas do movimento dos sem teto, participavam dessa frente além da

²⁰⁶ Jornal *Libera... amore mio*, n. 119, p. 2, jul./ago.2013.

²⁰⁷ **Organizações que compõem a CAB.** Disponível em: <https://www.cabn.libertar.org/organizacoes-que-compoem-a-cab/>. Acesso em: 27 jan. 2019.

²⁰⁸ “José Marques da Costa foi um dos grandes lutadores pela organização dos sindicatos revolucionários cariocas na primeira metade dos anos 1920. Natural de Portugal e carpinteiro de profissão, emigrou para o Brasil em 1917, fixando-se, inicialmente, em Belém do Pará. Ali ingressou no Sindicato da Construção Civil, tendo exercido sua militância naquela cidade e em Manaus entre 1917 e 1920. Em 1919 dirige o jornal *A Revolta* em Belém e, logo a seguir, *O Trabalhador*, órgão da Federação Operária do Pará. Ainda no Pará, em 1920, redigiu *O Semeador*, publicação sindicalista revolucionária” **Núcleo de Pesquisa Marques da Costa** (NPMC). Disponível em <https://marquesdacosta.wordpress.com/about/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

²⁰⁹ *Nosso Trabalho com as Ocupações e a FIST.* . *Libera...amore mio*, Rio de Janeiro, n. 138, p 3, Jun./dez. 2007.

FARJ mais dois grupos: o Coletivo Libertário Ativista Voluntariado de Estudos (CLAVE) e o Grupo de Ação Libertária (GAL). Apesar da CLAVE e do GAL se dissolverem, o trabalho junto às ocupações de sem-teto continuou. A criação da FIST, consolida a articulação com a FARJ, as ocupações nas quais a organização estava inserida e a Liga dos Comunistas Sem Partido (LCSP). A FIST vai se definir como “como um movimento político-social, voltado para o apoio mútuo entre as ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro, denunciando a exploração imobiliária burguesa e organizando sua resistência contra qualquer tipo de exploração e opressão, oriunda do sistema capitalista” (FARJ, 2007, p 1).

As atividades desenvolvidas pela FIST nas ocupações eram dedicadas à formação política, organização de atividades pedagógicas e educativas e também ao auxílio frequente nas questões que surgiam no dia a dia (MACEDO, 2018). A editoração e publicação de um periódico chamado *Espaço das ocupações* e o apoio jurídico dado pela LCSP a elas foi considerado fundamental na atuação da FIST, pela FARJ.

No período junto à FIST entre os anos de 2006 e 2007, o trabalho da FARJ com os sem-teto vai se expandir para as ocupações “Olga Benário, Margarida Maria Alves e Poeta Xynayba (despejada já há algum tempo), José Oiticica, Poeta Xynayba II” (FARJ, 2007, p. 1). Em um artigo publicado no *Jornal Libera... amore mio* intitulado *Diário de uma Ocupação Urbana: O anarquismo agora*, descreve a articulação da FARJ no dia 15 de novembro de 2005 em uma atividade com movimento sem-teto e com outras organizações anarquistas:

15 de novembro de 2005. As ruas do centro do Rio de Janeiro amanhecem quase abandonadas por conta do feriado. Os muitos arranha-céus espelhados que compõem a Avenida Rio Branco naquele dia não refletem, como acontece cotidianamente, o espetáculo urbano de tantas injustiças. No dia anterior a avenida comemorar a seu centenário, com a distribuição de bolo aos transeuntes. Não longe dali, 70 famílias quase famintas aguardavam o início de mais uma ocupação urbana, concentradas em um prédio da Lapa. Expulsos da região no início do século XX pela construção da então Avenida Central, os sem-teto reivindicavam sua volta à região, pleiteando uma vida socialmente útil para o prédio número 20 da rua Alcindo Guanabara., abandonado amais de uma década pelo INSS e bem próximo à imponente Rio Branco. A ocupação contou com o apoio de estudantes e de diversos grupos anarquistas, sendo batizada com o emblemático nome de “Quilombo das Guerreiras”. Os anarquistas foram representados pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), pelo Coletivo Libertário Ativista Voluntariado de Estudos (CLAVE), pelo extinto Grupo Ação Libertária (GAL) e outros grupos de inspiração libertária que, ao lado da Frente Internacional dos Sem Teto (FIST) forneceram apoio aos ocupantes. Os anarquistas, com sua participação, deram continuidade ao processo de retomada de sua tradição de luta e inserção social no Rio de Janeiro.²¹⁰ Em 2007 a FARJ se afasta da FIST, em decorrência de divergências com a LCSP: Para nós, foi ficando cada vez mais claro que o papel desempenhado pela LCSP dentro da FIST, atribuindo demasiada ênfase em seus aspectos jurídicos, estava complicando nossos objetivos de politizar as ocupações, trazer visão de longo prazo,

²¹⁰ *Jornal Libera ...amore mio*, Rio de Janeiro, n.132, p.1, nov./dez.2005.

estimular a solidariedade e a associação para luta (FARJ, 2007, p. 2).

Posterior a essa fase de ampliação de seus trabalhos de inserção nas ocupações a FARJ integrará o Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Rio de Janeiro (MTD-RJ) e, posteriormente, articulando-se no MTD “Pela Base!”, cuja luta central se dá a partir das demandas dos desempregados e precarizados (CABN, 2012). O ingresso no MDT “pela Base” ocorre após as divergências da FARJ com a militância da organização política marxista-leninista Consulta Popular (FARJ, 2011), criada por militantes do Partido dos Trabalhadores e pelo MST, em 1997.

Segundo a FARJ (2011)²¹¹ os militantes da Consulta Popular: [...] desrespeitaram diversas vezes orientações coletivas do MTD-RJ. As articulações que foram feitas à revelia dos fóruns deliberativos do movimento, inclusive no sentido de tentar atrelá-lo às legendas eleitorais, culminaram numa tentativa bizarra de impor ao MTD-RJ, não só as piores características monolíticas de um partido político (centralismo-democrático), mas também seus princípios orientadores supostamente mais adequados (marxismo-leninismo).

A Frente de Movimentos Sociais Urbanos também atua no Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo do Rio de Janeiro (SINDIPETRO), no Pré-Vestibular Solidariedade, na favela da Maré (Baixa do Sapateiro) organizado também pelo Movimento de Organização de Base e com o Linha Cultural, atividade que trabalha o Hip Hop como ferramenta de contestação (CABN, 2012).

A Frente Anarquismo e Natureza (FAN), formada no final de 2007²¹², com objetivo de “fortalecer, apoiar e desenvolver junto aos movimentos sociais rurais um trabalho político que busque intensificar a luta de classes em torno da agroecologia, do trabalho de base cooperado e da educação integral sob a perspectiva da educação do campo (FARJ, 2011b)²¹³, efetivada, através da participação em grupos como o GAE-UFRRJ (Grupo de Agricultura Ecológica), o GECA (Grupo de Eco-Alfabetização) e o CELIP. Segundo a FARJ, a FAN se constituiu a partir de avanços organizativos com a fundação do Núcleo de Saúde e Alimentação Germinal e da Cooperativa de Trabalhadores em Agroecologia Floreal. O Núcleo de Saúde e Alimentação Germinal, fundado por militantes da FARJ em 2005 (atualmente extinto) que tinha por objetivo “consolidar e resgatar a agricultura como uma prática do diaadia” (NUCLEO GERMINAL, 2008) introduzindo conhecimentos de agroecologia, ecologia social,

²¹¹ **Reflexões Libertárias sobre alguns acontecimentos no MTD-RJ.** (2011). Disponível em: <http://www.farj.org/Acesso> em: 10 jun. 2019.

²¹² Antes denominada Frente Agroecológica.

²¹³ **Frente Anarquismo e Natureza.** Disponível em: <http://www.farj.org/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ecoalfabetização e de economia solidária, estabelecendo redes entre trabalhadores da cidade e do campo a partir das propostas anarquistas.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Núcleo Germinal (2008) na comunidade da Vila Isabel, estavam “a promoção da saúde coletiva e a produção e o consumo de produtos agroecológicos, com destaque para as oficinas, a apresentação de trabalhos acadêmicos, os Mutirões Pedagógicos de Ação Direta e os Almoços Dançantes Vegetarianos”, no qual o público participante eram trabalhadores e trabalhadoras da comunidade, militantes dos movimentos sociais, sindicalistas, agroecologistas e pessoas afins.

Cooperativa de Trabalhadores em Agroecologia Floreal foi criada “por estudantes e técnicos da área de ciências agrárias com filosofias anarquistas, com o objetivo de prestar serviços agroecológicos e praticar a auto-gestão” (FLOREAL, 2009), sua atuação desde sua fundação até hoje, é na “baixada fluminense, sendo sua sede em São João de Meriti, na sede da APAC (Associação de Produtores do Campo e da Cidade), sua principal parceira” (FLOREAL, 2009), desenvolvendo atividades voltadas para criação de hortas escolares e urbanas nas Ocupações Vila da Conquista, Poeta Xynayba, 16 de abril, entre outras (FARJ, 2011b), paisagismo agroecológico e sistemas florestais (FLOREAL, 2009).

Segundo a FARJ (2011b) a partir de 2008, através do Germinal e da Floreal é realizado o apoio ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), ao Movimento de Ocupações Urbanas e ao Movimento Sem Terra (MST), com objetivo de fortalecer a articulação de agricultores/as ecológicos conhecida como Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e além disso, a FAN tem participado desde a sua fundação de atividades públicas que se contrapõem:

[...] ao desenvolvimento do agronegócio como a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos e mantemos relações com a Via Campesina, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). (FARJ, 2011b).

Além disso, os militantes da FAN que atuam junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST-RJ) na coordenação político-pedagógica de cursos de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (CABN, 2012).

A frente comunitária, a urbana, e a anarquismo e natureza são as articulações mais destacadas em entrevistas e materiais da FARJ. Contudo, ao analisar o conteúdo do site da FARJ e do periódico *Libera... Amore* percebemos que não se trata de subvalorização da frente estudantil, sindical e de mulheres, ou da importância das pautas e lutas sociais nesses setores, mas de dar visibilidade às articulações entre a organização específica anarquista e movimentos sociais que estão mais consolidados.

No movimento sindical a atuação da organização específica anarquista fluminense é muito menor no sentido de uma abrangência quantitativa em sindicatos de trabalhadores assalariados e formalmente representados pelos sindicatos e centrais sindicais. A atuação na classe trabalhadora operacionalizada pela FARJ, tal como na maioria das organizações específicas brasileiras é nos movimentos sociais que abrangem os setores dos trabalhadores e trabalhadoras precarizados pela informalidade e desemprego nos seus lugares de moradia.

No movimento estudantil a participação da organização específica se dá nos núcleos de base e agrupamentos de tendência, como a Resistencia Popular Estudantil nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Alagoas, Mato Grosso e no Coletivo Quebrando Muros de Curitiba, no movimento universitário e, articuladas com as frentes comunitárias, de movimentos sociais e sindicais, nas localidades onde elas existem.

Os núcleos de base e agrupamentos de tendência não se orientam pela disputa da direção da União Nacional de Estudantes (UNE) hegemônica pela União da Juventude Socialista do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL) hegemônica pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Apesar de considerarem importante a existência de uma articulação nacional do movimento estudantil que auxilie na coordenação das lutas, a ANEL e a UNE são tidos como “espaços esvaziados, com baixa representatividade e legitimidade, baixa capacidade de convocatória e mobilização [...] aparelhados por partidos políticos que utilizam sua estrutura para fins particulares (RESISTÊNCIA POPULAR ESTUDANTIL ALAGOAS, 2016, p. 7).

Para a Resistência Popular Estudantil:

As gestões das entidades estudantis deveriam ser expressões da organização e mobilização da base e não apenas promotoras delas. Devem ser agentes dinâmicos a direção que base dá as lutas e não a própria direção, auto-eleita diga-se de passagem. Infelizmente não é assim e isso se reflete historicamente na construção das entidades como [...] a UNE [...] e ANEL. ([..] Dessa forma, pensamos que hoje nossa contribuição enquanto grupo organizado é mais fértil na promoção, organização e mobilização, tendo como perspectiva reconstruir laços e espaços de articulação e coordenação de base e, por isso, não nos orientamos nossos esforços na participação e disputas por entidades como a UNE e ANEL (RESISTÊNCIA POPULAR.

A influência no movimento estudantil estrategicamente se dá por meio da participação nos seus espaços de organização e deliberação. Não existe uma oposição de participação das organizações de tendência nas eleições dos centros e diretórios acadêmicos ou fora a participação fora dessas entidades, quando não há acordos com outras forças políticas consideradas aliadas circunstanciais conforme acordos programáticos.

As organizações estudantis especificistas adotam uma política de alianças semelhante à aplicada ao movimento sindical, mas adaptada ao movimento estudantil que possui suas particularidades, como, por exemplo, sua composição mais interclassista que a dos trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados e, também, um amplo espectro de organizações de partidos de esquerda, coletivos autônomos e anarquistas com diferentes bandeiras e formas organizacionais, tendo vista que concepções basilares do anarquismo, como a ação direta e a autogestão possuem uma forte influência no movimento estudantil brasileiro.

4.2.7 As críticas da UNIPA ao “ecletismo” do Anarquismo Especificista da CAB

A rusga iniciada em 2002, entre Federação Anarquista do Rio de Janeiro e a Federação Anarquista Insurreição (FAI), que posteriormente irá se chamar União Popular Anarquista (UNIPA), irá dividir o anarquismo especificista em dois: de um lado a FARJ, de outro lado as organizações que compõem o FAO.

Segundo as entrevistas realizadas por João Henrique Castro de Oliveira (2018) com Renato Ramos e Alexandre Samis militantes da FARJ, o racha teria começado em um ciclo de debates em 2002, com o objetivo de se construir uma federação anarquista, após debater textos de Bakunin, Malatesta, a Plataforma organizacional e o anarquismo sintetista da Federação Anarquista Francófona, houve um tensionamento entre os participantes, o mais forte, sobre a interpretação do bakuninismo feita pela FAI e a defesa do modelo de anarquismo específico defendido pela FARJ.

A divergências entre a FARJ e FAI ultrapassaram o anarquismo carioca e ganharam proporção no âmbito do Cone Sul por causa de um episódio acontecido em um encontro do FAO em São Paulo em 2003. Por causa de uma suposta falta de ética da Federação Anarquista Insurreição, uma das organizadoras do evento, a FARJ foi impedida de se inscrever no evento

por um militante da FAG. Após o ocorrido a FARJ foi defendida pela FAU, que tem uma forte influência sobre a FAG, e a FAI expulsa do FAO.

A expulsão da FAI não solucionou totalmente o impasse e, a FARJ se afastou do FAO e só retornou 2009, após um esforço de todas as partes para que houvesse essa reaproximação (FAG, 2015, p 15). A Federação Anarquista Insurreição formará a UNIPA, mas as divergências entre a organização e as organizações especificistas não cessaram após os eventos de 2003.

A UNIPA desde a sua formação emitirá por diversas vezes comunicados públicos acusando a CAB de ser uma “social democracia anarquista”, uma “força auxiliar da social democracia” e orientada pelo ecletismo.

O termo ecletismo, como é utilizado pela UNIPA em *Anarquismo e ecletismo, em geral e particularmente no Brasil*²¹⁴, é definido com uma forma teórico-ideológica presente no anarquismo brasileiro, não exclusiva do anarquismo especificista, que conduz para práticas políticas que em longo prazo não surtem os efeitos desejados se demonstrando historicamente equivocadas. E esse seria o principal motivo pelo qual a UNIPA não se aliaria a outros grupos anarquistas no Brasil. No início do comunicado a organização subdivide o anarquismo brasileiro “aqueles que reivindicam a categoria “anarquismo” existem dois diferentes tipos de grupos: os grupos políticos e os grupos contraculturais, de afinidade ou editoriais” (UNIPA, 2006). Quanto aos grupos de autoidentificação são “em grande quantidade, são inúmeros, mas devido a seu caráter, se formam e desaparecem de maneira mais ou menos regular sem qualquer impacto na luta de classes” (UNIPA, 2006). A característica que os descreve politicamente para a organização bakunista é “sua tendência ao apoliticismo, ao individualismo, que conjuga a retórica e o discurso em torno do “anarquismo” com práticas meramente contraculturais” (UNIPA, 2006).

A respeito dos grupos políticos, a UNIPA (2006) se referindo em especial, aos que compõem o FAO, que são relativamente reduzidos em seu número, no qual, “duas organizações têm maiores responsabilidades e protagonismo: a FAG (Federação Anarquista Gaúcha) e a OSL (Organização Socialista Libertária de São Paulo)” que são compostas por “militantes do movimento sindical, estudantil e popular (muitos dos militantes são oriundos dos grupos contraculturais, editoriais e de afinidade, e que carregam as contradições da sua anterior formação e orientação política)” (UNIPA, 2006) e são responsáveis pela difusão do ecletismo.

²¹⁴ **Comunicado UNIPA**, n.15, Rio de Janeiro, setembro de 2006.

O comunicado cita um trecho da carta de princípios da FAG como exemplo, de um “tipo de definição de anarquismo que o ecletismo comporta”, tratando o individualismo de forma ambígua:

Há quem reivindique o anarquismo como uma filosofia de vida, estilo de comportamento, corrente do pensamento humano, prática alternativa para o cotidiano, inspiração e formas artísticas e até mesmo uma visão de espiritualidade. Tudo isso também é anarquismo, com a devida noção de pluralidade que isso implica.. (FAG, sd, p. 5 apud UNIPA, 2006).

A crítica direcionada à FAG, diz respeito a uma ambiguidade, inicialmente reconhecem o individualismo como uma corrente anarquista legítima e depois fazem combate ao individualismo através da polêmica “organizadores x anti-organizadores” onde os ecletistas (a FAG, OSL) se colocariam no campo dos organizadores e os individualistas como anti-organicistas. Para a UNIPA essa forma de fazer o debate é permeada por questões óbvias, feito de forma superficial e não chega a nenhum lugar senão o da esterilidade intelectual, por conta do individualismo segundo a UNIPA:

ser essencialmente burguês e anti-socialista e na história só alimentou a contra-revolução e desorganização das massas O ecletismo legitima a influência burguesa, a interioriza e assimila em diferentes aspectos (negação da luta de classes, política de colaboração, idealismo). Do ponto de vista teórico, o individualismo tem diversas expressões, mas a principal diz respeito à teoria acerca da origem da sociedade e do Estado, e ao funcionamento da economia. (UNIPA, 2006).

Bakunin, de acordo com a UNIPA, apontou para esse problema ao afirmar que a teoria individualista se forma a partir da teoria da autoridade divina, e depois nos séculos XVI e XVIII, será a base da moderna teoria do estado burguês, seja das monarquias constitucionais, seja dos republicanos democráticos, um idealismo que aliena e nega a realidade concreta causando “um imobilismo, político, passando pelo colaboracionismo de classe e chegando até a negação da coletivização dos meios de produção” (UNIPA, 2006).

O problema central colocado pela organização bakuninista é de que “o ecletismo não somente das ideias e concepções burguesas dentro do anarco-comunismo ou ecletismo, mas da própria burguesia” (artistas, empresários) tendo por consequência “a negação do caráter de classe e da luta de classes”, onde o exemplo é a Guerra Civil Espanhola (UNIPA, 2006).

O documento analisado pela UNIPA será o *Socialismo Libertário* escrito pela OSL/SP, onde a organização assume a Guerra Civil Espanhola como das suas referências históricas na qual a organização especificista exaltaria uma suposta revolução que nunca existiu²¹⁵ e uma autogestão da economia em pequena escala no campo e uma tomada das fábricas pelos sindicatos e operários por causa da fuga dos industriais²¹⁶. Para a UNIPA, o ecletismo como uma degeneração do anarquismo é um fenômeno que teria se iniciado a partir da dissolução da “Aliança”, da Associação Internacional dos Trabalhadores (em 1876) e a morte de Bakunin. “Alguns ex-militantes da Aliança iniciaram um processo de revisão do pensamento bakuninista, e formularam teses que mesclavam comunismo e anarquismo” (UNIPA, 2006), que se manifestaria no anarco-comunismo e sua convivência pacífica com a social-democracia, passando para sua fase madura como um oportunismo que fala de anarquismo e liberdade com uma prática reformista e contrarrevolucionária.

Em *O FAO e a construção do anarquismo militante e revolucionário*, artigo publicado em 2007, o Fórum do Anarquismo Organizado responde as críticas da UNIPA. Inicialmente o documento traça a trajetória do FAO, de 2002 a 2007, afirmando que nesse período os debates sobre a criação de um partido/organização anarquista haviam ganhado dinamismo e se encontravam numa nova fase, “na qual, a aproximação e a afinidade em torno de questões mais básicas, como a necessidade de organização e atuação social, é um ponto superado internamente [...] (FAO, 2007). Faziam parte do FAO naquele ano: Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares, Coletivo Pró-Organização Anarquista em Goiás, Federação Anarquista Gaúcha, Organização Socialista Libertária, Rusga Libertária, Vermelho e Negro.

Os entraves para constituição do partido anarquista segundo o FAO (2007) tinham a ver com questões de comunicação, geográficas, os diferentes níveis de organização e acúmulo do debate sobre o anarquismo nas organizações e elas não contavam com nenhuma grande

²¹⁵ “Porque não aconteceu uma Revolução? Em primeiro lugar, temos de definir o que é uma revolução. A revolução é a insurreição, é a guerra, que transforma um sistema ou regime político e econômico e as relações de classe da sociedade. Na Espanha não aconteceu uma insurreição. E se aconteceu, foi uma ‘insurreição da burguesia’, liderada pelo general Franco, não do proletariado. Na realidade a CNT/FAI participou de uma coalizão com o PCE, o PS – a Frente Popular – e participou das eleições burguesas de fevereiro. Depois, o Governo do PS indicou diversos ministros ‘anarcosindicalistas’. Constituiu-se então uma espécie de ‘anarcogovernismo’, discurso ‘anarquista’ com práticas favoráveis ao ‘governo democrático-burguês. Uma política de ocupação de cargos no governo que pode fazer inveja a muitos ‘petistas’ (UNIPA, 2006).

²¹⁶ “No plano da ‘Economia’, a coletivização que existiu não foi graças à política da CNT/FAI, mas contra ela, e em regiões muito localizadas. As bases da CNT/FAI, especialmente no campo, levavam a coletivização da economia agrária, o que logo foi revertido pelo Estado Republicano, com o apoio da CNT. Além disso, é preciso levar em consideração que os sindicatos locais e os operários tomaram as fábricas porque houve uma grande fuga de industriais, que temiam a revolução, o que induziu assim nos primeiros dias ao controle operário da produção. Logo, falar de ‘Revolução e Autogestão’ na Espanha é faltar com a verdade histórica. A não ser que consideremos que a participação no Estado Burguês e Reformas Econômicas tuteladas pelo Estado (como formas limitadas de co-gestão) expressem a idéia de ‘revolução autogestionária’ (UNIPA, 2006).

estrutura que permitia “uma discussão mais dinâmica dentro do FAO e uma consequente resolução mais rápida de suas lacunas” (FAO, 2007). Para o FAO, o processo não era uma construção pura e linear por isso requeria paciência para a tarefa da magnitude de construção de uma organização revolucionária em nível nacional.

Segundo a FAO (2007), a UNIPA trilhou um caminho que enxergou na falta de uma base teórica, coerentemente articulada, o “calcanhar de Aquiles” do anarquismo para traçar suas estratégias. Nesse ponto, existe concordância entre o FAO e a UNIPA, porém “a lacuna teórica no anarquismo não se constrói de uma tacada só, sobretudo quando pretendemos levar adiante um processo mais amplo de construção nacional” (FAO, 2007).

Para o FAO as acusações de ecletismo feita pela UNIPA mostram que ela estava “obcecada pela promessa de que a partir da ideologia resolveria todo restante, trabalhou para “resolver a parada” rapidamente (FAO, 2007)” ainda que a suas contribuições fossem importantes, as divergências centrais do anarquismo especificista relacionam-se a dois pontos: “a confusão entre filosofia política, teoria e ideologia e a caracterização do bakuninismo feita pela UNIPA, intimamente relacionada ao primeiro ponto” (FAO,2007).

Recorrendo ao conceito de teoria e ideologia de Huerta Grande, documento político-conceitual produzido pela FAU em 1971, para o FAO a UNIPA invertia a relação entre teoria e ideologia:

Não se trata de dizer que a teoria se constrói destituída de elementos ideológicos, nisso creem os positivistas. A teoria revolucionária para se constituir parte necessariamente de um ponto de vista da classe trabalhadora e incorpora os valores e as experiências de luta desta. Mas se estamos a falar de ideologia anarquista e teoria anarquista (seja a formulada por Proudhon, Bakunin ou Kropotkin), não podemos considerar que a ideologia anarquista nos leva a uma teoria anarquista. Para fins didáticos, diríamos que a relação é inversa. A destruição do capitalismo associado à do Estado enquanto elemento ideológico no anarquismo é e foi teorizada de diferentes maneiras por aqueles que se propuseram fundamentá-las. Mas, evidentemente, estes elementos ideológicos, que são necessariamente genéricos, se formaram historicamente a partir de uma elaboração teórica iniciada com Proudhon e Bakunin mesmo que entre estes existem diferenças. Portanto, o antiestatismo no anarquismo, enquanto um elemento ideológico constitutivo do mesmo foi incorporado a partir de uma análise teórica que identificava o Estado como incapaz de promover a igualdade e a liberdade, mas, se isso é um guia geral, não leva necessariamente a uma teoria capaz de responder à altura os desafios e situações históricas concretas. (FAO, 2007).

Além disso, para o FAO, a UNIPA paralisava o anarquismo fazendo uma leitura de Bakunin engessada “por em distinguir teoria e ideologia corretamente, considerando a ideologia, na verdade filosofia política, como o ‘núcleo duro’ do anarquismo. O segundo

passo consistiu em considerar praticamente toda a obra de Bakunin como a ideologia pura e imutável” (FAO, 2007).

Para o FAO, sua leitura de Bakunin valorizava o anarquista pai do anarquismo prático, mas não o assumia na sua totalidade porque algumas das suas questões já haviam sido superadas e outras foram melhor respondidas por outros anarquistas, o que a UNIPA fazia era fazer um recorte anacrônico para usar sua versão de bakuninismo com a legitimidade da ciência e um discurso de verdade que funcionava como um censor do anarquismo.

Por fim, o documento teórico e político do FAO, acusa a UNIPA de fazer um voluntarismo revolucionário e autoproclamatório por meio de radicalismo verbal, de propostas obtusas orientadas por um purismo revolucionário, “uma radicalidade que existe somente no idealismo de alguns militantes e encontra-se totalmente desvinculada das lutas reais”, no qual, “os maiores inimigos não são os capitalistas, nem o Estado, mas justamente os mais próximos deles, pois, talvez na imaginação da UNIPA, ‘eles nos roubam ingressos’, então vamos disputar ‘a base do FAO’” (FAO, 2007).

A dura crítica à UNIPA vai se delineando com o argumento que sua militância da acredita que após um belo convencimento racional as classes subalternas voluntariamente ingressariam nos quadros da organização, mas a realidade seria outra, a teoria bakuninista não se bastava por si só, nem para traçar programaticamente táticas e estratégias em um quadro de correlações de forças nos conflitos políticos, se autoproclamar como uma organização revolucionária, nesse sentido nada mais era que uma “arrogância fanática e [...] incapacidade de sair do limbo onde se meteu, a UNIPA foge de si mesma e de seus erros encontrando inimigos externos para dar unidade interna ao grupo” (FAO, 2007)

A UNIPA nos anos posteriores mantém a mesma argumentação como pode ser vista nas notas públicas de 2006, na quais as críticas são direcionadas às organizações específicas anarquistas, acusando-as de forças auxiliares da esquerda partidária. Em *Anarquistas de governo: o triste fim do revisionismo libertário no Brasil e na América Latina* direcionam suas críticas à FARJ e CAB:

Podemos dizer que alguns fatos vêm se apresentando e ajudando a explicitar essas contradições. Iremos começar pelo relato dos mais recentes eventos. No Rio de Janeiro ocorreram, em janeiro de 2015, cinco plenárias de luta organizadas pelo “MPL” (Movimento Passe Livre). Nessas plenárias vimos, e todos viram, os militantes da FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro/integrante da CAB – Coordenação Anarquista Brasileira) cumprirem o papel de força auxiliar do governismo. [...] Como os revisionistas libertários atuaram em tal plenária? Representantes da FARJ, ante a proposta de não permitir representantes do PT e do PCdoB nas plenárias, se manifestaram favoráveis a presença da UJS, do Levante

Popular da Juventude. Seu argumento foi que “O governo é da Dilma, não do PT” e “uma coisa é ser governo, outra é ser petista” (UNIPA, 2015).

As organizações especificistas que compõem a CAB e as que têm influência da UNIPA, se assemelham muito ao priorizar a inserção nas camadas das classes dominadas, por serem críticas ao espontaneísmo, individualismo e a falta de organização do anarquismo brasileiro e, ambas possuem trabalhos de base no movimento de trabalhadores, no movimento estudantil e comunitário.

A FARJ e a UNIPA, em comum, apontam para necessidade de se organizar enquanto oposição nos sindicatos ao sindicalismo de Estado, ao corporativismo e setorialismo e para necessidade de criação de organizações de trabalhadores precarizados, mas há diferenças entre elas sobre as propostas de atuação na esfera social em relação a estratégia. Enquanto o anarquismo especificista mantém a estratégia de disputar com outras forças políticas nos movimentos sindicais e estudantis, umas das resoluções do último congresso da UNIPA, em 2016, foi a criação de uma federação sindicalista revolucionária abrangendo os movimentos sindicais e estudantis, mas de forma paralela e autônoma as que já existem.

Outra diferença estratégica é sobre a política de alianças com forças políticas organizadas institucionalmente. Enquanto o especificismo faz alianças dentro das entidades do movimento sindical e estudantil conforme a necessidade de fazer seu programa avançar na direção dos seus objetivos a curto e médio prazo, a UNIPA não se alia às forças políticas organizadas que atuam nas entidades.

As organizações específicas anarquistas e a UNIPA, possuem metodologias de organização distintas de outras forças políticas/ideológicas. Os níveis intermediários entre organização política e movimentos sociais, no especificismo são os agrupamentos de tendência a Resistência Popular, e na UNIPA são os círculos autônomos adotada como metodologia pela FOB. Em ambas o nível intermediário possui autonomia da organização política buscando exercer uma influência nos movimentos sociais e servem como uma porta de entrada para o nível político (organizações/partidos de quadros).

A diferença estratégica está na concepção em como canalizar a força coletiva das classes dominadas nas insurreições populares, para a organização bakuninista a estratégia especificista possui insuficiências teóricas devido seu ecletismo que as leva em uma direção oposta aos objetivos pretendidos. No caso, as alianças entre a organizações específicas anarquistas com as forças políticas reformistas condiciona-as a serem força auxiliar de forças

políticas reformistas, e não como catalizadora em direção ao processo de ruptura revolucionária.

Para as organizações específicas anarquistas a interpretação equivocada e anacrônica que a UNIPA faz de Bakunin e que define o anarquismo como uma teoria e não como uma ideologia, acaba por delimitar sua estratégia em relação à insurreição ao processo de ruptura revolucionária. Condicionada a um voluntarismo, ou seja, de que as classes dominadas e exploradas dentro das correlações de forças políticas em disputa adotariam os elementos constitutivos do anarquismo, a autogestão e o federalismo de forma voluntária.

O objetivismo exagerado da UNIPA em relação ao engajamento das classes dominadas ao anarquismo, não levaria em conta todas as dimensões das correlações de forças e a necessidade que a cultura de autogestão estivesse presente nos movimentos sociais de forma tão forte que a proposta anarquista de organização societária, não fosse encarada como um exotismo pelas classes dominadas e exploradas.

A CAB traça uma crítica certa quanto a possibilidade da ação paralela a estrutura do movimento sindical se converter em um isolamento dos anarquistas em relação as bases sociais que participam de forma ativa dos sindicatos oficiais. Porém, a disputa interna do movimento de trabalhadores dentro de regras estatutárias do sindicalismo estatal, uma estrutura burocrática-jurídica e patrimonial tente a adaptar a oposição sindical as suas rotinas e formas de decisão. No caso, como apontou Rosa (2016) por ter um pequeno número de militantes acabam se dissolvendo no movimento social e sindicatos convertendo-se em um grupo que operacionaliza uma estratégia defensiva rebaixando a necessidade de ruptura e na disputa com os grupos majoritariamente reformistas torna-se uma força política auxiliar de manutenção da estrutura hierárquica no movimento social.

4.2.8 O anarquismo especificista faz aniversário: a FAG entre os anos de 2004 e 2007

Em 26 de novembro de 2006, em um ato público a FAG em Porto Alegre, comemorou seu aniversário de 10 anos. Durante o evento estavam delegações do FAO de outros estados e a FAU. A intervenção de uma militante da FAG na atividade nos dá a dimensão da avaliação da militância da organização sobre a conjuntura brasileira do período:

[...] apesar da esquerda brasileira fazer questão absoluta de enterrar para sempre em local secreto toda a memória do anarquismo brasileiro do século dezenove, que foi responsável por organizar milhares de operários e operárias para lutar e conquistar os direitos que essa mesma esquerda hoje unida aos empresários faz questão de destruir. [...] dizem que pobre vive de teimoso. Foi dessa teimosia que FAG nasceu. É por essa teimosia que continuamos vivos e lutando, e vamos comemorar mais dez anos insistindo em dizer que é somente o povo organizado e em luta que vai conseguir conquistar tudo o que precisa e quer. Eles esperam que a gente desista, mas a gente não espera nada deles! (FAG, 2015, p. 22).

Entre os anos de 2004 e 2006, a FAG cria novos núcleos nas cidades de Passo Fundo e Santa Cruz, se envolveu na ocupação de terras realizadas pelo Movimento Sem Teto e na organização de trabalhadores precarizados. A incidência mais forte de atuação em categorias específicas da classe dominada, faz com que a organização anarquista gaúcha avalie que é necessário que as organizações específicas anarquistas brasileiras busquem uma atuação mais ampla.

Para isso, em uma reunião de delegados do Conselho Federal (CF), a FAG indica para as demais organizações específicas suas preocupações com a “[...] a construção de um projeto político para pelear na sociedade com um referencial teórico adequado, instrumentos de propaganda e agitação, recursos de autodefesa e expressões sociais unidas em um sentido estratégico” (FAG, 2015, p. 23); Da necessidade de reconhecer os núcleos como a expressão orgânica das organizações especificistas no âmbito da luta de classes do município ou região em que atuam politicamente e, que os conceitos elaborados no processo de construção do projeto devem refletir de justa forma no mecanismo federalista descrito na Carta Orgânica do FAO, para estabelecer os acordos e critérios de funcionamento da organização.

Em 2006, a FAG buscou firmar uma frente sindical, em especial no setor da saúde, realizou atividades de muralismo, grupos de estudos, biblioteca e cine-debate na sua sede que ampliaram o campo de simpatizantes e incorporam mais militantes. Em 27 de outubro de 2006, o aniversário de 50 anos da FAU em Montevideu contou com participação de uma delegação da FAG e militantes do FAO.

A primeira parte do documento político-teórico intitulado *Wellington Gallarza e Malvina Tavares*²¹⁷, produzido pelo secretariado da FAG e da FAU foi apresentado para outras

²¹⁷ O documento leva o nome de dois militantes anarquistas: Wellington Gallarza foi um dos principais veteranos remanescentes do auge da FORU anarco-sindicalista que funda a FAU, afirmando-se como uma referência para a jovem geração que funda a organização. Malvina Tavares (1866 -1939) foi uma das militantes anarquistas mais ativas no movimento operário e uma das pioneiras da implantação de escolas que seguiam o modelo das Escolas Modernas proposto por Ferrer y Guardia. A militante foi responsável pela adoção da educação libertária na escola no município de São Gabriel do Lajeado e, formaria uma geração de importantes anarquistas, tais como: Armando Martins, Artur Fabião Carneiro, Cecílio Villar, Dulcina Martins, Espertirina Martins, Eulina Martins, Nino Martins e Virgínia Martins. MARÇAL, João Batista. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE, 1995.

organizações especificistas brasileiras em 2007. O objetivo da publicação é expor as “ferramentas teóricas, categorias de explicação e conceitos para pensar o mundo e de explicação da realidade do que nos toca” (FAG, 2015, p.23) direcionando as organizações do FAO para um projeto militante. Segundo a FAG (2015) não era para ser definitivo, “os textos definitivos pertencem a religião e o cansaço” (FAG, 2015, p, 23) e, de fato, não foi. O documento teórico *Wellington Gallarza e Malvina Tavares* recebeu uma nova sistematização publicada no portal *anarkismo.net* em outubro de 2019, já apresentadas no capítulo anterior.

4.2.9 A Rusga Libertária (2006 – hoje)

O coletivo anarquista Rusga Libertária (RL) foi criado em 2006, os primeiros passos para formação da organização foram dados no Grupo de Estudos e Ações Libertárias (GEAL) entre os últimos meses de 2005 e 2006, conforme a carta de apresentação da organização “já existia militância anarquista em um bairro na periferia de Cuiabá, com a construção sendo feita por companheiros que viriam construir a Rusga Libertária” (CABN, 2012).

O coletivo específico anarquista que atua na capital do estado de Mato Grosso iniciou suas atividades participando dos protestos contra o aumento do transporte coletivo na cidade com as bandeiras Movimento Passe Livre e em “uma frente estudantil, no período das ocupações de reitorias e da luta contra a reforma universitária, trabalho que durou até o ano de 2009” (CABN, 2012).

A partir do ano 2009, a organização passa a dar prioridade a outra frente de trabalho com enfoque “na construção de uma luta mais combativa no bairro Parque Geórgia “(CABN, 2012), bairro que nasceu de ocupações de sem teto, “entre os anos de 1998 e 1999 e que em 2002, estudantes da UFMT, membros do Coletivo Libertário e Ação Estudantil juntamente com a comunidade do bairro se organizaram e construíram um barracão na área que estava destinada à praça, surgindo então o Centro de Cultura Popular Unidos Pelo Parque Geórgia ”²¹⁸ (CCP- Unidos pelo Parque Georgia) (RADAR SQUAT, 2019). No CCP-Unidos pelo Parque Georgia está sediada também a Resistência Popular do Mato Grosso, nesse espaço as duas organizações em parceria desenvolvem atividades de formação política, pré-vestibular, alfabetização de adultos, oficinas de leitura e música para crianças, sopão comunitário e de rádio comunitária (RADAR SQUAT, 2019; CABN, 2012).

²¹⁸ RADAR SQUAT; CCP Parque Geórgia. Disponível em: <https://radar.squat.net/es/node/118037>. Acesso em: 20 jun. 2019.

No mesmo período parte dos militantes do RL vão atuar na construção de uma frente sindical na área da educação, ainda existente, como oposição a atual direção do Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público (SINTEP), e na luta contra a privatização da Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP), empresa de distribuição de água na capital que foi privatizada em 2011, e contra a privatização da saúde pública. Ainda nesse ano, a RL volta a atuar no movimento estudantil após a adesão de novos militantes ao coletivo.

Nos últimos meses de 2012, a frente comunitária passou a lutar contra a “desocupação de aproximadamente 300 famílias de um terreno próximo do bairro Parque Geórgia; parte de um projeto de ‘limpeza’ dos centros urbanos por razão da Copa de 2014” (CABN, 2012). A luta conjunta com os moradores do Assentamento Nova Canaã, segundo o RL, deu folego para a organização atuar mais ainda na luta por moradia.

O processo de construção do FAO se mantém em 2008 e ganha folego com a reaproximação da FARJ da FAO, que terá influência direta na criação da Organização Resistência Libertária (ORL) no Ceará em 2009, e da Organização Anarquista Socialismo Libertário em São Paulo em 2010. No entanto, ainda em 2009, a FAG irá enfrentar uma tentativa de criminalização por parte do Governo do Rio Grande do Sul, em decorrência da sua campanha exigindo justiça ao trabalhador rural sem-terra Elton Brum, assassinado pela brigada militar em uma reintegração de posse no município de São Gabriel.

4.2.10 Organização Resistência Libertária (2008 - hoje)

A Organização Resistência Libertária (ORL) foi fundada no fim de 2008, a partir da articulação de estudantes anarquistas, que no ano anterior participaram de lutas estudantis pela ampliação da isenção da taxa de inscrição para o vestibular da Universidade Federal do Ceará, da ocupação da reitoria da mesma universidade contra a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, militantes ex-membros dos extintos Coletivo Ruptura e Comuna Libertária, Para a ORL. “Foi exatamente este o ponto inicial que possibilitou a convergência entre essas duas levas de militantes e a formação de uma organização em torno de objetivos políticos, métodos de atuação e forma organizacional comuns” (ORL, 2019).

Segundo a ORL (2019c) a FARJ e o CAZP tiveram uma forte influência na formação do coletivo, foram um ano e dois meses de formação política até o dia 8 de dezembro de 2008, quando lançaram seu manifesto de criação na abertura do *I Encontro Libertário*:

*Anarquismo e Movimentos Sociais*²¹⁹ (ORLb, 2019c). A partir da fundação a organização específica do Ceará vai atuar em mais duas frentes de atuação, a comunitárias e a sindical, além da estudantil já mencionada. Segundo a ORL a frente comunitária atuou “junto a comunidades atingidas pelas obras da Copa do Mundo de 2014” (ORL 2019b). Contribuindo “desde o início desta luta popular, que desembocou na criação do Movimento de Luta em Defesa da Moradia (IDEM) e a formação do movimento autônomo contra as remoções forçadas para a construção do ramal Parangaba-Mucuripe do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que passaria por 22 bairros e dezenas de comunidades, atingindo cerca de 4.000 famílias, que ficou conhecido como Comunidade dos Trilhos.

No início de 2011, a ORL passou a atuar ainda de forma modesta no movimento dos trabalhadores da educação, se pautando pelo “fortalecimento da autonomia e da organização do magistério em oposição à estrutura parasitária mantida pela direção sindical, colaborando na construção de estruturas organizativas de base como a Rede de Zonais” (ORL, 2019)²²⁰. Além da atuação sindical e nos movimentos de luta por moradia, a ORL mantém uma relação conjunta com outros movimentos sociais como o Movimento Social FOME, que atua nos bairros Terrenos Novos e Vila União em Sobral, com o Movimento Passe Livre da capital (MPL-Fortaleza), promove Círculos de Estudos anarquistas, a Roda de Estudos Anarquista Negra Bonifácia voltada para a luta antiautoritária negra e as Jornadas da Mulheres Anarquistas, evento que teve sua terceira edição em 2018, tendo como temática a precarização do trabalho das mulheres no Brasil e no Mundo.

²¹⁹O evento realizado no Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, que teve entre os palestrantes convidados além dos próprios membros da ORL, Felipe Corrêa e Alexandre Samis da Federação Anarquista do Rio de Janeiro, Henrique Bezerra do Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares. **Organização Resistência Libertária I Encontro Libertário: Anarquismo e Movimentos Sociais**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/10598>. Acesso em: 20 jun. 2019

²²⁰“Zonal é a reunião de escolas/professores de uma determinada região (zona) da cidade. Assim como uma “regional” cada zonal foi importante durante a greve para informar, avaliar e encaminhar o que estava acontecendo durante ela. Assim, os representantes escolhidos em cada Zonal, poderiam levar para o comando de greve os anseios dos professores (a) daquela região. As várias zonais ocorridas suscitaram a proposta e a possibilidade de firmar essas relações num movimento para além da greve e que pudesse continuar sendo um espaço para expressão e discussão dos (as) educadores (as) cearenses”. Rede de Zonais – Disponível em: <https://rededezonais.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 20 jun.2019.

4.2.11 Elton Brum Presente! A perseguição do Governo Yeda Crusius a FAG e os mortos no campo

Em no dia 21 de agosto de 2009, o trabalhador rural Elton Brum foi alvejado pelas costas com tiro de uma espingarda calibre 12 desferido por um policial da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O assassinato ocorreu durante a reintegração de posse da fazenda Southall, em São Gabriel, cidade a 321 km de Porto Alegre, ocupada por 700 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Segundo o boletim da FAG (2012) o:

[...] pai de dois filhos, organizado no MST, Elton não era um dirigente, não era um nome que tinha lugar na mídia. Ele é a imagem crua de uma incansável batalha dos pobres do campo que peleiam uma vida mais justa e menos judiada para os trabalhadores. Lembrança dolorosa da ação violenta de um sistema que derrama sangue para defender os interesses das suas classes dominantes. A justiça na nossa sociedade é sempre uma justiça de classe, que cobre com a impunidade o crime dos ricos e penaliza e sacrifica os oprimidos. A sentença de morte das oligarquias rurais, os capitalistas do agronegócio e o poder político atingiu Elton Brum para atacar todo movimento dos trabalhadores, pra impor repressivamente a desarticulação da luta por reforma agrária no coração do latifúndio no estado do RS. Por isso reclamar em alto e bom som essa memória é lutar sem tréguas nas condições de hoje para que se mude a vida coletivamente e se faça justiça social pela ação direta dos trabalhadores, na terra onde domina o poder, o privilégio e a riqueza de uns poucos donos.

A FAG tem ainda hoje uma atuação junto ao MST, desde 2008 estava reivindicando a saída da governadora e denunciando a ingerência do Banco Mundial no seu projeto político (FAG, 2009)²²¹, com o assassinato do colono passou a realizar uma campanha exigindo justiça a Elton Brum, que se inicia no mesmo dia do assassinato, com um ato de solidariedade ao MST em Porto Alegre e mandando uma caravana de militantes para São Gabriel. A campanha de agitação denunciando o crime e responsabilizando os seus mandantes, nesse caso, o chefe das operações e o governo do estado, implicou em uma reação violenta por parte do poder público. A governadora em pessoa fez uma queixa-crime contra os militantes da FAG por calúnia e difamação. No dia 29 de outubro de 2009, a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, com base dois mandados de busca e apreensão, invadiu a sede da FAG em Porto Alegre e o endereço de hospedagem do site da organização na cidade de Gravataí. Durante a

²²¹ **Nota da Federação Anarquista Gaúcha** - 31 de outubro de 2009, Porto Alegre – RS, Brasil. Disponível em : <http://partisanrs.blogspot.com/2009/11/nota-da-federacao-anarquista-gaucha-fag.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

invasão a polícia civil apreendeu materiais de propaganda política que denunciavam as consequências do empréstimo do Banco Mundial ao Governo do Rio Grande do Sul, e também o assassinato do trabalhador sem terra, as atas de reuniões, chapas de cartazes, resíduos de uma lixeira e até a CPU de um computador.

Em resposta a invasão, a FAG não aceitou a proposta de uma pena alternativa sugerida no Fórum Central de Porto Alegre, e prontamente as organizações anarquistas se lançaram em uma campanha de solidariedade. A tentativa de intimidar a organização também desencadeou a solidariedade de movimentos sociais, sindicatos e da esquerda organizada no Brasil e do exterior. Foram realizados protestos nas embaixadas brasileiras no Uruguai e Espanha e a *Workers Solidarity Moviment* da Irlanda, *Alternative Libertaire* da Alemanha, *Melbourne Anarchist Communist Group* da Austrália, *Zabalaza Anarchist Communist Front* da África do Sul²²², lançaram notas em solidariedade à FAG e ao MST que estava enfrentando um processo amplo de perseguição e criminalização pelo governo Yeda Crusius (PSDB) muito mais violento. O fechamento das escolas itinerantes do MST, determinado pelo Ministério Público e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2009, deixou mais de 450 crianças acampadas sem escola e, segundo o relatório produzido pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos²²³ ao longo de 2007 a 2009, além do assassinato de Elton Brum, foram relatadas práticas de torturas durante a ação de reintegração de posse da Prefeitura de São Gabriel e o fichamento e detenções ilegais de lideranças dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul. Em 2009, houve uma tentativa de diálogo entre pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos ligado ao gabinete da presidência da república, mas foi frustrada, pois a governadora e a o secretário de segurança pública se negaram a participar das audiências públicas chamadas pela Comissão de Direitos Humanos. Fernando Mattos, relator do documento que denunciava as ações do estado contra o MST, na ocasião declarou que:

Mortes causadas pela polícia militar em nenhum estado desde 1996, não ocorreram em alguma reintegração de posse. Ao contrário, a Ouvidoria Agrária Nacional produziu um manual de reintegração de posse pacífica e mediada, e a Brigada Militar foi a única polícia estadual que não assinou essa iniciativa em nível nacional. Então nós nos preocupamos bastante, porque no nosso entendimento, se há a constatação de criminalização, a gente não pode permitir que isso se aprofunde e resulte em tragédias e perdas de vidas. (COLETIVO CATARSE, 2009).

²²² Disponível em: <http://ainfos.ca/pipermail/a-infos-nl/2009-November/000688.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

²²³ **Relatório do governo federal aponta para criminalização dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://coletivocatarse.blogspot.com/2009/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Apesar da declaração do relator, que descreve um universo onde os executores dos trabalhadores do campo vestem farda, os assassinatos no campo de sem-terra, de posseiros, sindicalistas rurais e lideranças religiosas se mantiveram nas três décadas de regime democrático e sem responsabilização dos culpados. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) dos 1940 assassinatos entre os anos de 1985 e 2018, apenas 117 dos 1.468 casos de assassinatos em conflitos de terra foram avaliados por um juiz em alguma instância. O braço armado de toga no Brasil, segundo a CPT, no período de 1985 a 2018, deixou de responsabilizar os executores e mandantes de 92% desses assassinatos.

Segundo dados da CPT entre os anos de 1985 e 2005²²⁴, durante os Governos Fernando Henrique Cardoso para não ir muito longe no período, aconteceram dois dos piores massacres no campo, em Corumbiara, no estado de Roraima, em 1995, e no Pará, em Eldorado dos Carajás, em 1996. No primeiro Governo Lula, de 2003 a 2005, há um aumento exponencial de conflitos no campo, em especial no norte do país, que culminaram com desapropriações violentas e assassinatos de trabalhadores e lideranças camponesas cometidos por pistoleiros (CPT, 2018). Segundo Zimerman (2010, p.16) o aumento dos conflitos no campo no período democrático (1985-2005) corresponde de forma geral:

[...] a um processo no qual a abertura política e a legalização de movimentos e que estavam banidos e proibidos de atuar criou-se um sentimento de “agora é a hora” e os confrontos e choques cresceram por todo o país. As concepções de defesa da propriedade e o direito à terra, a princípio conflitantes, não puderam conviver pacificamente, pois os governos não encontraram caminhos de fortalecer as duas práticas por via pacífica em um Estado democrático de direito.

Na mesma linha argumentativa, Maria Luísa Mendonça e Roberto Rainha explicam que a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, fez que muitos dos sem terra acreditassem na possibilidade de superação da falência do modelo de reforma agrária gerado pela morosidade das demarcações, falta de investimentos de infraestrutura para os assentamentos e de serviços básicos como escolas, postos de saúde etc. aumentando o número de ações coletivas como as marchas e ocupações como mecanismo de pressão e aceleração da reforma agrária. Porém o que se viu, de acordo com os autores, foi uma reação violenta por parte dos latifundiários e de suas milícias, protegidos pela impunidade e a

²²⁴ **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: Gráfica e Editora Pe. Berthier: 1985 – 1995 Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>. Acesso em: 15 jun. 2019.

aproximação cada vez maior dos Governos Lula e depois o Governo Dilma Rousseff do modelo de exploração da terra feito pelo agronegócio.

A FAG, no mesmo boletim que tratou do assassinato do colono Elton Brun, fez duras críticas à política de reforma agrária dos Governos Lula e Dilma Rousseff, não apenas por considerar que a reforma agrária estava “paralisada devido os cortes de 70% das verbas do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA)” , mas por esses governos terem trocado segundo a organização “o projeto de reforma agrária pela cooptação burocrática de dirigentes dos movimentos sociais com políticas mínimas que não atingem todos assentamentos e não mudam a estrutura fundiária do país”²²⁵. Segundo a FAG (2012):

A conjuntura dos assentamentos de São Gabriel, onde mataram o Elton, passados mais de três anos atesta a política miserável a que foi entregue a reforma agrária. 1 - O Incra foi transformado numa tapera sem recursos e sem funcionários que no máximo é fiscal da miséria dos assentamentos; 2 - Falta de estradas de acesso para o transporte escolar das crianças e escoamento da produção; 3 - Falta de rede de distribuição de água potável agravado no último ano pela seca que obrigou as famílias a percorrerem quilômetros em busca de água de barragens e rios. 4 - Atraso na liberação dos créditos para os trabalhadores aplicarem na produção, provocando o êxodo das famílias do assentamento e a procura de trabalho assalariado em outras regiões; 5 - Inexistência de investimento na infra-estrutura produtiva dos assentamentos; 6 - Ainda há assentamentos que em três anos não foram demarcados e não tem rede de energia instalada.

A FAG, nesse sentido mantém sua crítica baseada nas experiências junto ao MST, mais do que isso leva a diante a memória e a campanha junto com organizações anarquistas gaúchas como a Cambada de Teatro Levanta Favela, moradores da Ocupação Urbana Luta e Utopia e outros, que ocuparam as ruas da capital gaúcha exigindo justiça a Elton Brum. Ironicamente, serão os militantes dessas organizações e do PSOL e PSTU, organizados no Bloco de Lutas em 2013, que irão ser alvo de uma nova perseguição do governo gaúcho e federal e o único condenado pelo assassinato de Elton Brum foi o policial militar que fez o disparo.

²²⁵ **Opinião Anarquista**- Boletim da FAG. Agosto de 2012.

4.2.12 Organização Anarquista Socialismo Libertário (2010 - hoje)

A Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL) foi criada 18 de novembro de 2009, exatos 20 meses após o chamado para a constituição de uma organização anarquista especificista em São Paulo. A discussões se iniciaram no evento chamado Manifesto Pró-FASP (Federação Anarquista de São Paulo) no qual militantes da FARJ realizaram uma apresentação sobre suas concepções e trabalhos, e discutiram inserção social e organicidade.

O debate sobre a constituição da organização especifica anarquista culminou com a realização do I Encontro Pró-FASP, realizado em julho de 2008 (onde foram utilizadas algumas das contribuições do debate feito no evento anterior). A partir dos encontros “os interessados agruparam-se em um grupo de apoio, que buscava promover as discussões, iniciar os trabalhos teóricos e práticos e ir integrando os militantes que tivessem compreendido a proposta no núcleo (OASL, 2019).

Segundo a OASL (2019), nesse período, se iniciaram os trabalhos “em torno do Centro de Cultura Social Antônio Martinez (CCS-AM), em São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo, c o MST, pela regional da Grande São Paulo com o movimento indígena” (OASL, 2019). Também foram realizados trabalhos de formação interna e vão ingressar no coletivo, aos poucos, novos militantes no núcleo Pro-FASP.

Os militantes que vão constituir a OASL, ainda em participam em 2008 do I Congresso da FARJ e do ato fundacional da Organização Resistência Libertária, em Fortaleza-CE. Em 2009, além das atividades acima relacionadas, a organização irá formar um grupo de trabalho em torno das questões relativas a gênero e “há uma tentativa de criar um agrupamento mais amplo, chamado “Ela Luta”. No MST, tentou -se organizar o trabalho por meio de uma tendência, chamada “Filhos de Toda Terra” (OASL, 2019).

Nos dias 18 e 19 julho de 2009 foi realizado o II Encontro Pró-FASP, “durante o evento foram distribuídos dois tipos de materiais, resumindo os trabalhos práticos realizados de 2008 a 2009 e, também uma pequena produção teórica” (OASL, 2019). Aproximadamente 150 pessoas participaram do evento, “escutando um relato sobre teoria e prática desenvolvida no processo Pró-FASP, discutindo conjuntura e recebendo convidados da FARJ e da FAG”, e debatendo sobre as questões trazidas no encontro (OASL, 2019).

Ainda em 2009, os militantes do núcleo Pró-FASP, fizeram a tentativa de se aproximar do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável, e buscaram fortalecer os trabalhos em nível de tendência, iniciando um processo de discussão de um agrupamento

dessa natureza. Desse esforço, formou-se o agrupamento de tendência Organização Popular Aymebrê (OPA). No fim de 2009, os militantes se organizaram para o próximo ano “aprofundam-se trabalhos, tanto internamente, ativando todas as secretarias, quanto externos (trabalhos sociais)” (OASL, 2019).

A partir da fundação com o nome Organização Anarquista Socialismo Libertário em 2010, segundo relato de 2019:

[...] houve participação em diversas ações diretas, realizadas por diversos movimentos (MST, Movimento Passe Livre, atingidos pelas enchentes no Jardim Pantanal, Tribunal Popular, etc.). Os principais eixos de trabalho social são: MST, indígenas, comunitário no centro e Zona Leste e sindical, na categoria dos bancários. Internamente, entram e saem militantes, aprofunda-se a organicidade, investe-se em formação. Investe-se nas relações com outras organizações do Brasil. Aprofunda-se a organicidade e os trabalhos pelo nível de tendência.

Em 2010 a FASP se aproxima do FAO, na condição ainda de ouvinte do encontro realizado naquele ano, elabora o periódico *Socialismo Libertário* órgão de propaganda da organização, realiza atividades de formação para construção de outras organizações específicas anarquistas, mantém um trabalho de articulação com outras organizações especificistas já formadas em outros estados, participa do encontro da Intersindical e realiza palestras com os anarquistas e pesquisadores sul africanos Johnathan Bane e Lucien van de Walt (OASL, 2019).

A Organização Popular Aymebrê (OPA) vai participar da Outra Campanha, inspirada na Outra Campanha zapatista que buscava fortalecer a participação nas organizações populares e autônomas em 2010, e do IX Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas, realizado nos dias 23, 24 e 25 de janeiro de 2011, no Centro de Formação Campo-Cidade (CFCC), do MST, localizado no município de Jarinú, estado de São Paulo²²⁶. Participaram do IX ELAOPA “quase 400 pessoas de diversas regiões do Brasil, do Uruguai, da Argentina, do Chile, da Costa Rica, do Haiti. A maioria delas atuante nos mais diversos grupos e movimentos populares, que presentes, somavam mais de 50 entidades” (RESISTÊNCIA POPULAR – RS, 2012) e o tema do encontro foi o IIRSA e o papel da resistência dos movimentos populares. Ainda em 2011, a FASP “sedia as Jornadas Anarquistas, proposta pela FAU, e participa das discussões e da redação da Declaração. No

²²⁶O IX ELAOPA E AS LUTAS POPULARES. Fevereiro de 2012. Disponível em: <http://resistenciapopular.blogspot.com/2011/02/o-ix-elaopa-e-as-lutas-populares.html>. Acesso em: 20 jun. de 2019.

encontro do FAO, que acontece em seguida, formaliza-se a entrada da organização no FAO” (OASL, 2019).

Segundo a OASL (2019) a participação da Organização Popular Aymebrê no ELAOPA auxiliou na renovação de quadros de militantes em momento em que antigos militantes deixaram a organização, a qualidade da militância potencializou, em especial o setor de juventude, potencializando a participação nos protestos contra os aumentos das tarifas de transporte coletivo, organizadas pelo Movimento Passe Livre de São Paulo e outras organizações que compunham a Comitê Contra o Aumento das Tarifas.

A FASP mudou seu nome para Organização Anarquista Socialismo Libertário após seu ingresso no FAO, já que o nome de Federação Anarquista de São Paulo estava sendo usado em um outro processo, no qual um dos militantes havia feito um registro legal do nome social e produzido um site com esse nome.

Entre os anos de 2010 e 2012, se formaram três novas organização específicas anarquistas, duas no Sul, o Coletivo Anarquista Luta de Classes no Paraná e o Coletivo Anarquista Bandeira Negra em Florianópolis e Joinville e um no Nordeste, o Coletivo Anarquista Núcleo Negro (CANN), em Pernambuco.

4.2.13 Coletivo Anarquista Luta de Classes (2010 – Hoje)

O processo de formação do coletivo Anarquista Luta de Classes foi iniciado em 2008, segundo a organização “a partir de um trabalho de propaganda e revenda de livros, distribuindo jornais e periódicos, apoiando as editoras libertárias e a Cooperativa de Distribuição da Faísca” (CALC, 2011), editora fundada em 2004, em São Paulo, responsável por boa parte dos livros da corrente especificista. A banquinha de livros da organização era levada para atividades dos movimentos sociais, como assembleias, plenárias ou seminários, além dos espaços da universidade pública, no quais os militantes se encontravam trabalhando uma semana por mês, sempre no decorrer do período letivo.

O núcleo que irá constituir o CALC, no início, era constituído por militantes do movimento estudantil da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e por outros que já desenvolviam uma militância comunitária, porém o CALC vai se consistir em outubro de 2010 quando lançam sua carta de apresentação.

Em janeiro de 2011, a organização especificista anarquista do Paraná participou do IX ELAOPA e em junho lançou seu primeiro informativo intitulado *No Batente* durante o I seminário de formação do FAO, no qual estavam presentes também o núcleo de militantes que irão constituir o Coletivo Anarquista Bandeira Negra em Santa Catarina, militantes da FARJ, OASL, FAG e militantes anarquistas paranaenses.

O CALC desde sua formação atua no movimento estudantil e comunitário, por meio do Coletivo Quebrando Muros. Segundo o CALC (2013) após a greve na UFPR de 2007, se formou no movimento estudantil o setor Universidade Popular, composto por militantes descontentes com a sua burocratização. Nesse mesmo ano militantes que integrariam o CALC posteriormente, passaram atuar também na luta contra os aumentos das tarifas de transporte coletivo e pela implantação do passe livre e se reuniram no Grupo de Estudos Libertários de Curitiba (GELC), formado por indivíduos que tinham como intenção aprofundar sua formação teórica e atuar nos movimentos sociais.

Segundo a organização a prioridade era fortalecer a militância que já vinha sendo desenvolvida no Movimento Passe Livre, no Coletivo Despejo Zero, no Centro de Mídia Independente e no Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal, influenciado pelas experiências da FARJ.

A partir de 2009, esses militantes que estavam inseridos em diferentes frentes de luta pela cidade vão se reunir em outro grupo de estudos, o Grupo de Estudos em Autogestão, será a célula que dará forma e conteúdo ao Coletivo Quebrando Muros, que entre os anos de 2011 e 2012, vai atuar contra o REUNI e a burocratização e militância chapa branca da União Nacional Estudantes atrelada ao Partido do Trabalhadores. Durante esse período a atuação do coletivo Quebrando Muro ultrapassa a militância estudantil e vai em direção a uma inserção social na luta comunitária.

A inserção do Quebrando Muros no movimento comunitário aconteceu por meio da integração à tendência de militantes provenientes do Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal se inserindo socialmente nas lutas sociais da comunidade Vila Torres, bairro no centro de Curitiba, que segundo a organização apresenta os mesmos problemas de outras “favelas” nos centros urbanos, “como a falta crônica de serviços básicos, alto índice de desemprego, subemprego entre os moradores, a violência ligada ao tráfico de drogas e a falta de perspectiva para juventude” (CALC, 2013).

Na Vila das Torres, comunidade a dois quilômetros do centro de Curitiba, composta na sua maioria por pessoas que vieram do Norte e região Central do Paraná, do estado de São Paulo e Minas Gerais, com índices de desemprego de 70% e de analfabetismo de 25%. O

coletivo Quebrando Muros atua na Escola Manuel Ribas, uma escola de período integral com cerca de 250 estudantes, e a atuação tem sido construir a consciência e identidade de classe por meio de apoio ao projeto de horta agroecológica e de pré-vestibular popular.

4.2.14 Coletivo Anarquista Bandeira Negra (2011-hoje)

A organização específica anarquista de Santa Catarina nasceu da iniciativa do núcleo de uma rede de apoio à FARJ²²⁷ em Florianópolis em 2009, no momento em que os militantes dessa rede se dedicaram a apresentar a proposta do anarquismo especificista para militantes do Movimento Passe Livre, Centro de Mídia Independente e do movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Posteriormente a esses primeiros passos em direção a uma nucleação do que viria ser o CABN em Florianópolis, nesse mesmo ano, foi realizado I Colóquio do Anarquismo Social organizado pela FARJ, FAG, Editora Faísca e Grupo da Idéias e Práticas Anarquistas (GEIPA) no dia 23 de abril em Curitiba, no Anfiteatro da reitoria da UFPR, no dia 24 de abril em Florianópolis, nas dependências do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais e no dia 25 de abril em Joinville.

O evento tinha por objetivo de estreitar laços entre militantes da Rede de Apoio à FARJ e os grupos ou indivíduos anarquistas e militantes de movimentos sociais da cidade. Em Florianópolis contribuíram com exposições orais sobre as experiências e estratégia especificista os militantes Rafael Viana da FARJ e Movimento dos Trabalhadores Desempregados, de Eduardo Colling da FAG, como mediador Victor Calejon do Movimento Passe Livre, e como expositor que fazia o contraponto, o professor José Carlos Mendonça, vinculado ao marxismo heterodoxo.

Entretanto, o I Colóquio do Anarquismo Social, ao mesmo tempo em que foi um passo em direção a uma aproximação de militantes nas cidades que o receberam, gerou uma polêmica em Florianópolis. Os articuladores do evento pontuaram em texto que:

²²⁷ Segundo o CABN (2012b) “a rede de Apoio à FARJ foi fruto de vários anos de debates entre os anarquistas catarinenses, iniciados com a vinda da Federação Anarquista Gaúcha (FAG) para Joinville em 2005, quando ministrou uma palestra na cidade. Anos mais tarde alguns companheiros do estado passaram a compor a Rede de Apoio da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), o que possibilitou a aproximação de diversos anarquistas da região sul do país, particularmente das cidades de Florianópolis, Joinville e Curitiba”. Disponível em: <https://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2012/09/Palavras-de-Luta-03-1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Nas cidades de Curitiba/PR, Joinville/SC e Florianópolis/SC não existem registros históricos de organizações específicas anarquistas, e até onde sabemos, a militância anarquista iniciada nos fins do século XIX pelos imigrantes europeus, em meio as organizações sindicais, aos poucos se desorganizou e se desarticulou, não sendo hoje, nem sombra da ameaça que já representou ao capital, e nem a esperança de justiça e liberdade que já foi referência para as classes exploradas. Atualmente, e desde os anos da ‘reabertura democrática’ no Brasil, a referência normalmente encontrada nessas cidades é a do Anarquismo Comportamental, defendida e propagandeada pelas correntes identificadas com a contracultura.²²⁸ O texto não apenas ignorava as experiências anarquistas durante e após o fim da ditadura em Santa Catarina, como também, gerava uma confusão ao demarcar o especificismo como um sinônimo de anarquismo social de forma descuidada. Apesar do desconforto inicial causado pelo texto, o CABN em Florianópolis, aproximou a quantidade de militantes necessária para a formação da organização específica anarquista na cidade.

Nesse mesmo período, foi criado o Coletivo Pró-anarquismo Organizado de Joinville “resultando na criação da Organização Dias de Luta, que teve pouca duração, mas que com o surgimento do CABN passou a integrá-lo, dando assim uma organicidade estadual para a organização” (CABN, 2012c). O CABN em Florianópolis vai ser lançado publicamente no dia 27 de agosto de 2011, “data em que apresentou sua carta de princípios junto ao lançamento de dois livros, um sobre a Comuna de Paris e outro sobre o pensamento de Anton Pannekoek” (CABN, 2012c).

Em Florianópolis, o CABN vai ter inserção no movimento estudantil da UFSC e na comissão organizadora do estágio de vivência nos movimentos do campo, na UDESC nos centros acadêmicos dos cursos de pedagogia, história e geografia. Além de participarem do Centro de Mídia Independente e da Rádio Tarrafa FM Livre, da luta dos camponeses de Areais da Ribanceira, em Imbituba, do Movimento Passe Livre e do movimento de ocupação urbana em Florianópolis.

Em Joinville, também está inserido nas lutas do Movimento Passe Livre contra os aumentos das tarifas e em defesa da implantação do projeto Tarifa Zero, junto ao Centro de Direitos Humanos (CDH), em campanhas e atos contra a criminalização e perseguição política contra militantes do MPL e trabalhadores da educação, contra a redução da idade penal. O CABN mantém nossos encontros do GEIPA em Joinville, e os saraus realizados no dia primeiro de maio junto às organizações populares da cidade.

Os militantes da CABN de Joinville participam do coletivo Pinte e Lute, que utiliza os elementos estéticos das brigadas muralistas uruguaias e chilenas dos anos 1960 e 1970 para ocupar os espaços públicos, impulsionou a criação de coletivo com o mesmo nome em

²²⁸RUDY, Cleber. **Primeiro Colóquio do Anarquismo Social em Florianópolis**. 26 de abril de 2009. Disponível em: <http://acrastudiorum.blogspot.com/2009/04/primeiro-coloquio-do-anarquismo-social.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Florianópolis. Apesar dos coletivos do Pinte e Lute de Joinville e Florianópolis não estarem vinculados diretamente às organizações específicas locais, adotam os mesmos elementos estéticos e seguem a mesma metodologia baseada na produção coletiva dos murais, prioridade de espaços e temáticas voltadas para luta social.

O CABN de Florianópolis, entre os anos de 2012 e 2014, esteve articulado com militantes de outras ideologias na Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM) e como uma das organizações de apoio às ocupações²²⁹: Contestado, em São José, Palmares no alto do Maciço do Morro da Cruz na comunidade da Carvoeira e Amarildo as margens da SC 401 no norte da ilha, ambas em Florianópolis. A luta por moradia na grande Florianópolis foi uma das mais dramáticas na cidade. As ocupações de semteto na cidade foram alvo de um verdadeiro cerco de criminalização por parte da prefeitura, do governo do estado, das associações empresariais e comerciais, oligarquias políticas locais e dos meios de comunicação como o Grupo Record e Rede Brasil Sul, que qualificavam os moradores das ocupações como invasores vindos de fora do estado.

A Ocupação Contestado iniciou em 2012, após o então candidato a prefeito do município de São José Djalma Berger prometer a desapropriação de um terreno localizado na Avenida das Torres. Estimuladas pela promessa de moradia, cerca de 100 famílias ocuparam a área e foram alvo de despejo violento da Polícia Militar de Santa Catarina. Removidas para um ginásio no Jardim Zanelatto que não possuía condições sanitárias para abrigá-las. Após a morosidade da prefeitura para solucionar o impasse, com auxílio do CABN e das Brigadas Populares, as famílias ocuparam um terreno abandonado nos arredores do próprio ginásio, onde ergueram suas casas, divididas em três quadras, subdivididas em núcleos menores, organizando-se por meio de assembleias. A Ocupação Contestado denunciou em diversas ocasiões a invasão da comunidade e residências por policiais militares atrás de supostos traficantes.

A Ocupação Palmares que não existe mais, durante o período de 2012 e 2014, foi alvo constante da Fundação do Meio Ambiente com auxílio da Polícia Militar em ações sem mandados que basicamente consistiam na destruição dos barracos e recolhimento dos pertences dos moradores (VELLA, 2015).

A Ocupação Amarildo, a maior das três ocupações com cerca de 700 famílias, após a operação de guerra para reintegração de posse da área que ocupavam no Bairro do Rio

²²⁹ Entre as organizações políticas inseridas na luta por moradia nas ocupações destacam-se o Brigada Populares, uma organização socialista, o coletivo composto por arquitetos do Movimento Nacional de Luta Por Moradia, a Brigada Marighella, coletivo formado entre ex-militantes do MST e dos movimentos urbanos, as advogadas populares Daniela Felix e Luzia Cabreira e os veículos de comunicação popular e independente Portal Desacato, o Coletivo Maruim e o coletivo do Centro de Mídia Independente de Florianópolis.

Vermelho, mas são atacados com pedras por moradores do bairro ligados aos vereadores e empresários da região. As famílias da Ocupação Amarildo foram removidas para área Indígena Guarani do Morro dos Cavalos, onde permaneceram por seis meses. No Morro dos Cavalos, “os Amarildos” passaram por um processo crítico de desarticulação, 600 famílias deixaram o movimento. As 100 famílias restantes foram são assentadas em 2014, no município de Águas Mornas, região metropolitana da Grande Florianópolis (CALHEIROS, 2017).

Em 2014, o CABN em Florianópolis se desarticulou após dois casos graves de violência contra a mulher, uma de agressão física e outra de estupro. O CABN foi acusado por militantes feministas e LGBTs da cidade de ter demorado para tomar providências e ocultado os casos. Apesar dos militantes terem sido afastados definitivamente da organização e terem criado “instâncias para lidar com situações similares e avançado nos materiais de ingresso e formação, tentando fazer com que esses debates sejam constantes em nosso meio” (CABN, 2017)²³⁰. A gravidade dos casos fez com que parte da militância deixasse o coletivo. Parte da militância que se afasta do CABN de Florianópolis, não mais voltou a participar de outras organizações políticas; outra parte mantém a militância individual em lutas comunitárias, no movimento estudantil, no Movimento Passe Livre e no movimento da população da rua, e uma terceira leva de militantes está articulada com o CABN de Joinville. Apenas em 2017 o CABN de Florianópolis anuncia a retomada das suas atividades.

No movimento estudantil militantes do CABN vão participar da Coletiva Centospés, criada no final de 2016, que irá ter uma atuação no movimento estudantil da graduação e pós-graduação, participando da Associação de Pós-Graduandos da UFSC. A militância estudantil vai além dos muros da universidade atuando em ações de solidariedade e demarcação da rede de apoio à terra indígena Guarani Mbya e Mandeva.

A coletiva Centopés em 2019, durante a greve estudantil na UFSC contra o projeto Future-se e o contingenciamento das verbas para a educação superior, definira-se como agrupamento de tendência especificista, passando a se chamar Resistência Popular Estudantil/Floripa. O CABN também possui uma militância estudantil na UDESC, nos centros acadêmicos da Faculdade de Educação (FAED) e do Centro de Artes (CEART), envolvendo-se diretamente denunciando a violência e assédio sexual de dois professores contra as estudantes e em defesa da assistência estudantil na universidade.

²³⁰ **O Coletivo Anarquista Bandeira Negra volta a atuar na Grande Florianópolis.** 30 julho de 2017. Disponível em: <https://www.cabn.libertar.org/o-coletivo-anarquista-bandeira-negra-volta-a-atuar-na-grande-florianopolis/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

4.2.15 Coletivo Popular Mineiro Anarquista (2012 – hoje)

O Coletivo Popular Mineiro Anarquista, segundo a própria organização, é uma continuação do antigo Movimento Anarquista Libertário (MAL) de Belo Horizonte, fundado em 2009, após reuniões no ano anterior, nas quais os militantes ainda muito jovens debatiam o sonho de se construir um coletivo anarquista que atuasse de alguma forma na cidade (COMPA, 2017).

O MAL desde a sua fundação, “assume uma linha classista e organizativa de anarquismo, baseando-se sobretudo nos escritos de Malatesta”. Organiza “grupos de estudos, atos contra o Estado, [...] o militarismo, e o capitalismo, atividades no Primeiro de Maio” (COMPA, 2017), sendo que sua primeira atuação como organização política foi junto aos estudantes secundaristas, pautando o passe livre nas grandes manifestações que a Associação Mineira de Estudantes Secundaristas organizava.

Segundo o Compa (2017) ainda em 2009, os militantes do MAL conhecem as atividades realizadas pelo Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania e firmam uma aliança com a instituição que se estenderia até o ano de 2012, na promoção de atividades e campanhas, tais como:

[...] a campanha pela erradicação do decreto do Lacerda que proibia eventos de qualquer natureza na Praça da Estação (em ocasião do surgimento da Praia da Estação), Maio de Resistência, Velada Libertária, Semana Internacional de Direitos Humanos, debates, atos e outras atividades sobre a questão da ditadura militar, da luta dos trabalhadores e dos oprimidos em geral. (COMPA, 2017).

Em 2011, a organização específica mineira se aproximou dos movimentos dos sem teto em ações contra o despejo das ocupações Zilah Spósito com cerca de 130 famílias, na zona norte de Belo Horizonte, e a Dandara com cerca de 150 famílias na região da Pampulha. Além de atuarem na greve dos trabalhadores em educação do estado de Minas Gerais, que durou 111 dias “não como categoria, mas como apoiadores” (COMPA, 2017).

Em 2012, ainda como MAL, os militantes participaram da formação do FAO da região sudeste ocorrida no Rio de Janeiro, anunciaram a mudança de nome para Coletivo Mineiro Popular Anarquista, manifestando publicamente intenção de integrar o FAO e assumindo o “especificismo como corrente e orientação estratégica e organizativa” (COMPA, 2017). Em 2013, além da participação nas jornadas de julho em Belo Horizonte, passaram a atuar na

Ocupação Guarani-Kaiowá, em Contagem, e na construção da Frente Terra e Autonomia (FTA).

A FTA durante os anos 2013 e 2018, atuará nas Ocupações Guarani-Kaiowá com cerca de 150 famílias e Vila Esperança, com 76 famílias no bairro Calafate, ambas em Belo Horizonte. A frente se define como “uma organização social de luta comunitária” [...] que lutam “por moradia, educação, cultura, saúde, trabalho... e pensamos que um dos locais para fazermos essa luta é na nossa comunidade” (FTA, 2015).

Em 2015 a FTA vai atuar junto com diversos movimentos sociais e entidades contra o despejo da Ocupação Izidara que “colocava em risco de vida 8 mil famílias” (COMPA, 2015). A ação de resistência da comunidade e da rede de apoiadores conseguiu dissolver a operação com 13 mil policiais e suspender o despejo. Em 2018 a FTA irá se transformar no Movimento de Organização de Base (MOB) de Belo Horizonte, compondo com os MOB dos núcleos do Morro Dos Macacos no Rio de Janeiro, nas comunidades de Portelinha e Nova Santa Quitéria em Curitiba, “um movimento social que busca, a partir da mobilização do **povo organizado**²³¹, lutar na reivindicação dos direitos e das necessidades mais imediatas do nosso povo, seja na educação, saúde, cultura, trabalho etc. (MOB, 2019). Entre os anos de 2013 e 2018, a organização específica anarquista de Minas Gerais desenvolveu atividades voltadas para formação e propaganda anarquista, tais como:

grupos de estudos libertários (GEL), um Seminário em sobre Mikhail Bakunin, em ocasião de seus 200 anos, contando com a participação de quase 100 pessoas e a apresentação do companheiro Felipe Corrêa, do ITHA (Instituto de Teoria e História Anarquista), publicamos vários boletins tratando de assuntos como o primeiro de maio e as eleições, fortalecemos nossa presença na cidade com a nossa recém criada Livraria Anarquista Avelino Fóscolo, e nos envolvemos nas lutas contra o aumento e pela tarifa zero no transporte público. (COMPA, 2017).

De acordo com COMPA (2017) do bloco de lutas pelo transporte público de Belo Horizonte em 2014, nasce o MPL Belo Horizonte em 2015:

em que nossa militância esteve presente desde o início e que começa desde já a fazer debates, atividades culturais, ações, panfletagens e manifestações não só em BH mas também em cidades da região metropolitana da capital, como Ribeirão das Neves, Venda Nova, Contagem e Ibirité (consolidando núcleos). (COMPA, 2017).

²³¹ Grifo no original.

4.2.16 Coletivo Anarquista Núcleo Negro (2012 - 2014)/ Organização Anarquista Maria Iêda (2015- Hoje)

A origem do Coletivo Anarquista Núcleo Negro (CANN) de Pernambuco remonta ao Coletivo Autonomia, que tinha como “norte a atuação em ocupações urbanas, a partir de 2008 [...]” (CANN, 2012)²³². Contudo não havia, segundo a organização específica anarquista pernambucana, uma “identidade capaz de traduzir o que éramos [...] no sentido que havia um intenso debate, com muitas divergências e poucos consensos teóricos e práticos” (CANN, 2012): Para uns éramos “um coletivo político organizado”, para outros “um agrupamento de tendência”, “Que atua em ocupações urbanas”, complementavam alguns, “Não: deveríamos ampliar o leque e atuar em outros espaços”, “Mas qual nossa ideologia?”, “Somos libertários”, “Isso significa dizer anarquismo, marxismo?...”. As discussões não andavam e lutas não havia.

O Coletivo Autonomia após dois anos de existência foi se desgastando com os impasses teóricos e os poucos resultados práticos, no momento em que o coletivo dava sinais de completa desarticulação com a saída de militantes, “os poucos restantes, a partir da crítica e autocrítica, pensaram em como fazer na prática para não deixar que se perdesse, de um todo, os embriões de trabalho social desenvolvidos ao longo dos dois anos de grupo” (CANN, 2012), cuja alternativa foi a aproximação com o método Especificista de organização e trabalho social.

Para o CANN, a experiência no Coletivo Autonomia foi importante tanto para formação dos militantes que fundariam a organização, como para as lutas do setor libertário local, mas havia a “confusão entre debate ideológico e militância social em um mesmo espaço dificultando o desenvolvimento eficaz de um grupo e conduzindo-o ao engessamento” (CANN, 2012).

O ato fundacional do CANN foi realizado no dia 4 de maio de 2012, durante um seminário que discutiu Anarquismo e Organização no Brasil. A atividade foi realizada no SINTUFEPE, no bairro da Várzea, Recife, contou com a participação do Coletivo Zumbi dos Palmares, Coletivo Libertário Delmireense, Organização Resistência Libertária, simpatizantes, curiosos e militantes de outras organizações anarquistas. A partir da fundação o coletivo se mantém atuando em duas frentes, uma sindical e outra comunitária em Recife, participa das manifestações contra o aumento do transporte coletivo na capital pernambucana, na frente

²³² **Coletivo Anarquista Núcleo Negro – Manifesto de Fundação**. 04 de abril de 2012. Disponível em: <https://nucleonegro.noblogs.org/manifesto-de-fundacao/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

criada com outras organizações políticas para coordenar as ações de rua, mas entre o anos de 2013 e 2014, passa por uma crise interna, se desarticulando e se rearticulando em outra organização.

A Organização Anarquista Maria Iêda (OAMI) nasce de divergências entre militantes do Coletivo Anarquista Núcleo Negro, não em relação à estratégia especificista, mas em decorrência da “falta de solidariedade e de acolhimento”, de reprodução do machismo. De acordo com o relato *Anarquismo e machismo?*²³³ Uma das militantes foi agredida fisicamente pelo pai em 2013, por isso havia a “necessidade de providenciar mudança de endereço, ajuda financeira e, acima de tudo, acolhimento das pessoas próximas para confortar psicologicamente a agredida”. Durante o processo dois militantes se eximiram de participar e disseram que “não concordavam com as decisões da própria agredida sobre como iria gerir sua própria vida, eles não fizeram mais contato”. Em decorrência dessa falta de solidariedade a militante agredida se afastou do CANN. O relato aponta ainda outro caso de reprodução do machismo, como motivo pelo racha com a organização, mas esse dentro do coletivo Difusão Libertária (CDL), onde participavam os dois militantes do CANN e uma militante que tinha um relacionamento afetivo com um militante do Difusão Libertária. Conforme o relato a militante após uma série de abusos psicológicos sofridos ao longo de 2012, informalmente relatou a dois integrantes do CANN, mas ao invés de solidariedade, foi alvo de boicote à sua participação nas atividades ligadas ao agrupamento de tendência e em outras ações do Difusão Libertária.

Para a OAMI:

[..] ambos os casos, a insegurança sobre como fazer a denúncia e o próprio medo de a exposição pessoal não ser suficiente para ter apoio foram alguns pontos que nos levaram a titubear. O processo de decisão sobre como explicitar estes comportamentos e fazer as denúncias foi doloroso e chegou até a nos magoar mutuamente. Saímos feridas neste processo. A inexperiência política em problematizar estes casos nos fez errar. Ficamos inseguras. Individual e coletivamente. Publicamente expomos a morosidade da exposição deste caso e a mágoa causada nas companheiras envolvidas. A publicação deste texto e a autocrítica em relação aos nossos processos é uma tentativa de tomarmos uma posição de alerta quanto a estas questões, na esperança de tentarmos contribuir para a efetivação de espaços políticos seguros para mulheres na cidade. Lutar contra o machismo é construir Poder Popular²³⁴. O Coletivo Difusão Libertária respondeu ao relato em janeiro de 2015, em “*Machismo no Anarquismo: combate e enfrentamento num debate necessário*”²³⁵, artigo, no qual agradece as críticas e assume “os erros e equívocos, reconhecendo isto publicamente e lamenta que “também que falhas de

²³³ **Anarquismo e Machismo?** Disponível em: <https://mariaieda.noblogs.org/2014/12/>. Acesso em: 5 maio 2020..

²³⁴ **Anarquismo e Machismo?** Disponível em: <https://mariaieda.noblogs.org/2014/12/>. Acesso em: 5 maio 2020.

comunicação, falta de atenção e descuidos nossos tenham gerado esta situação que é contrária ao que pretendemos construir”. O CDL se desculpou por ter “contribuído para construção de um espaço que uma companheira tenha reconhecido como não seguro para uma mulher, não acolhedor, não solidário” e “as companheiras envolvidas pelo nosso comportamento e/ou falta dele”. E ainda salientou que a organização que é composta por homens e mulheres está em processo de aprendizado irá “não errar mais ou errar menos [...] dizer que se aceitamos a crítica”, não implica em aceitar “o estigma e a proposta de isolamento”. Não aceitamos a sugestão de ostracismo e isolamento, porque ela extrapola o direito de dar a sua versão dos fatos, de dizer sobre seus sentimentos, de fazer uma crítica aos envolvidos e de escolher, e falar sobre, suas alianças. Ao propor o boicote de pessoas e coletivos, a nova organização anarquista do documento se institui no papel de um tribunal que se arvora ao direito de julgar sumariamente, decretando veredito perpétuo de “culpado” e determinar como pena “exclusão, isolamento, ostracismo.” Não concedemos esse direito a ninguém!!

4.2.17 A Federação Anarquista Gaúcha e o fim do ciclo organizativo do FAO

A FAG devido sua importância para constituição da Coordenação Anarquista Brasileira, dispensa uma apresentação da sua trajetória, tendo em vista que ela foi sendo delineada ao longo de todo capítulo por diversas vezes e o eixo da narrativa sobre a difusão do anarquismo especificista foi construído no seu documento *FAG, 20 anos a enraizar anarquismo* que conta a história da organização de 1995 a 2015.

A organização anarquista gaúcha norteou-se ideologicamente pelo anarquismo especificista em momentos importantes da corrente no Brasil, mas sem sobrepor às outras organizações anarquistas específicas brasileiras constituídas durante os processos de construção da Coordenação Anarquista Brasileira e do Fórum do Anarquismo Organizado.

A relação da FAG com Federação Anarquista Uruguaia no início da difusão do anarquismo especificista foi facilitada pela proximidade geográfica com o Uruguai e pelas relações de solidariedade e apoio mútuo entre as duas organizações e a elaboração das linhas teóricas estratégicas, mas a FAG por si só, não seria capaz de nacionalizar o anarquismo especificista sem que organizações anarquistas de outros estados aderissem à proposta.

O anarquismo especificista não teria adesão ou pertinência no anarquismo brasileiro se fosse apenas uma proposta unilateral e a adoção mecânica do modelo organizacional da FAU, defendida pela FAG. As dimensões continentais do Brasil e suas múltiplas correlações de forças políticas nos conflitos políticos tornaria a estratégia especificista uma carta de boas intenções, se os acordos programáticos entre as organizações específicas anarquistas não

²³⁵ **Machismo no anarquismo:** combate e enfrentamento num debate necessário. Disponível em: <https://difusaolibertaria.wordpress.com>. Acesso em: 5 maio 2020.

estivessem baseados em uma leitura teórica e ideológica particular de combate à estrutura de dominação estatal e capitalista que contempla uma visão antidogmática sobre as particularidades dos movimentos sociais e autônomos em relação às suas composições étnico-culturais, diferentes capacidades de mobilização de recursos materiais e de agenciamento coletivo de determinados setores e categoriais das classes dominadas e exploradas.

Nesse sentido, a partir destas experiências locais vai organizar-se sob o modelo iniciado pela Federação Anarquista Uruguaia nos anos 1950, adaptando a estratégia ao território onde está inserida nos conflitos políticos e ao mesmo tempo, reelaborar-se em conformidade com as conjunturas particulares das localidades nas quais as organizações anarquistas específicas de outros estados estão atuando com objetivo de influenciar os movimentos sociais em direção a construção do poder popular.

Segundo a FAG, de 1995 a 2010, esteve inserida em experiências organizacionais populares contribuindo:

[...] modestamente na formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); na construção de diversos Comitês de Resistência Popular nas periferias de Porto Alegre; organizando os estudantes em conjunto com a companheirada da Tendência Libertária Mobilização Direta (TLMD) nas universidades e escolas secundaristas, e militando por outro modelo de universidade nas vilas da grande Porto Alegre através do Coletivo pela Universidade Popular (COLUP); participamos ombro a ombro das lutas contra a ALCA e o FMI e também de uma série de lutas com movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (CABN, 2012).

Destaca-se também a atuação sindical da FAG nos sindicatos dos municipais de Cachoeirinha e São Leopoldo, a relação da militantes da FAG com o MST de São Gabriel e o Ateneu Batalha da Várzea²³⁶, sede da organização em Porto Alegre que mudou do bairro Cidade Baixa o bairro Azenha, após a proposta de um núcleo de militantes para que a FAG se estabelecesse em um espaço mais amplo que atendesse a produção da cultura libertária, atividades sociais e políticas e campanhas vinculadas não apenas aos militantes da organização, mas também àqueles que não estivessem necessariamente incorporados em uma

²³⁶“Batalha da Várzea faz memória de uma peleia histórica da classe operária em Porto Alegre, durante a greve geral que paralisou a cidade em 1917. Batalha da coluna operária que marchava pela João Pessoa, quase chegando na Azenha, contra a operação policial-repressiva que pretendia dissolvê-la. Nesta cena se destaca uma jovem de 17 anos formada no ambiente dos sindicatos combativos e as escolas racionalistas. Espertirina Martins carregava em frente a coluna o buquê de flores que escondia o explosivo usado para a autodefesa operária”. **Ateneu Batalha da Várzea. Carta de Princípios.** Disponível em: <http://batalhadavarzea.blogspot.com/p/carta-de-principios.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

organização específica. O ateneu além de ser usado pela organização para realizar formações, reuniões, atividades culturais e artísticas abriga também a biblioteca “A Conquista do Pão”, uma homenagem ao título de uma obra clássica do revolucionário Pedro Kropotkin.

No ano de 2009, em meio a proximidade das eleições presidenciais e para casas legislativas, a organização política gaúcha sente os efeitos da dinâmica social-política a de cooptação burocrática e de dissuasão das lutas que opera o PT como partido de governo. A organização aconselha seus militantes fortalecerem seus laços evitando a dispersão em pequenos núcleos.

A FAG em 2010, produz uma reflexão crítica sobre os 8 anos de Governo Lula, bem como dos elementos econômicos e culturais/ideológicos que marcaram esse período histórico, destaca que:

A maior obra do governo Lula e do PT, para as classes dominantes no país e seus sócios transnacionais, foi quebrar a unidade das lutas de resistência ao capitalismo neoliberal. Recrutando a experiência dos quadros sindicais na máquina da burocracia fez a correia de transmissão que criou rupturas no movimento sindical. Atochou, por exemplo, nos trabalhadores do serviço público uma reforma da previdência e outras relações com os sindicatos que os governos anteriores, de outra procedência político-partidária e outras relações com os sindicatos, não tinham forças para fazer. Por outra parte conseguiu apoio entre os mais pobres, resultante dos investimentos na assistência social e a dependência criada pelas medidas paliativas em um povo tão carente de melhores condições de vida. (FAG, 2015, p. 34).

Nesse mesmo sentido continua a sua avaliação, agora sobre a as mudanças de estratégia do PT:

Uma geração de movimentos sociais foi gestada no mesmo processo que constituiu o PT como uma expressão política da luta de classes do período de democratização burguesa. Na concepção dominante da esquerda filha destes tempos a estratégia de poder compreendia a pressão dos movimentos populares e dos sindicatos de trabalhadores para se chegar numa correlação de forças para um governo reformista do PT. O PT trocou a correlação de forças da luta de classes, de baixo para cima, pelos jogos de poder das oligarquias e das forças corporativas do mercado. Terminou governando dentro das margens que não tocam as estruturas do poder e arrastou consigo, como base de apoio, as organizações populares e sindicais construídas na graduação controlada dos milicos até um regime de direito liberal burguês. (FAG, 2015, p. 34).

Segundo a organização anarquista gaúcha, em meio a esse processo “do menos pior” (FAG, 2015, p. 34) o PT produzia uma lógica implacável e uma produção ideológica própria que conduz a derrota, rebaixa as exigências programáticas e torna sua estratégia cada vez mais medíocre e conservadora. A organização não nega que houveram mudanças sociais no Brasil durante os governos Lula, mas considera que essas mudanças foram marginais no sentido de que coexistem com as estruturas de poder da nossa formação social.

Para a FAG (2015) nessa reflexão avaliativa, o PT governista havia tirado grandes vantagens da liderança carismática do presidente Lula, dos vínculos afetivos e solidários da sua trajetória política com a do povo brasileiro, mas não apenas isso.

Segundo a FAG, em 2010, o periódico *Socialismo libertário* órgão de imprensa do FAO, foi produzido e distribuído pelas organizações que em comum acordo estabeleceram no no editorial que era “necessário fazer uma avaliação dos acontecimentos evitando fazer uma tabula rasa de conjunturas específicas concretas e buscando o singular e o complexo nos processos da realidade” (FAG, 2015, p.35). O jornal irá também demarcar as posições das organizações reunidas no FAO do que chamaram de programa mínimo.

Na edição do trimestre abril, maio e junho de 2010, o editorial *Socialismo Libertário que não se cala jamais*, demarcou as posições das organizações especificistas sobre uma conjuntura em que as classes dominantes por meio do “jogo de representações” naturalizavam a natureza assassina do capitalismo.

O editorial explica que as “situações como as dos terremotos que atingiram ao Haiti e ao Chile onde a origem está num desastre natural” revelavam “a vulnerabilidade dos pobres desse sistema” sendo que “a grande tragédia desse povo tem causas sociais e históricas contundentes” (FAO, 2010, p. 3). Segundo o FAO, Obama exibiu “o Nobel da Paz exercendo a mesma política imperialista nociva aos povos do mundo” (FAO, 2010, p . 3) e “Lula era eleito o estadista do ano e é projetado como provável candidato a secretário-geral da ONU” (FAO, 2010, p. 3) uma forma de manipulação política que ocultava “um governo conciliador que busca a pacificação a qualquer custo, negociando a verdade e a justiça ao preço da impunidade dos crimes do Estado e das classes dominantes” (FAO, 2010, p . 3), por isso era necessário demarcar politicamente a posição que os direitos humanos não estavam para negócio e avançar nessa pauta “é ir vencendo lutas, impondo derrotas aos inimigos da justiça e da liberdade do povo” (FAO, 2010, p .3).

Para o FAO, o período eleitoral despendia esforço para não alimentar “a máquina eleitoral ou mudar a aparência sem alterar a relação de poder” (FAO, 2010, p.3) e “cair na

lógica do menos pior ou do melhorismo que na verdade serve para atrelar os movimentos sociais ao aparelho do estado e nunca nos oferece outro horizonte” (FAO, 2010, p. 3).

O horizonte político defendido pelas organizações políticas do FAO foi de articulação pela estratégia de construção do poder popular de “independência de classe, democracia direta e em defesa autonomia e autogestão econômica dos povos sobre os bens naturais, e na legítima ação direta como meio de luta contra aquele que nos oprime” (FAO, 2010, p. 3) para se contrapor a “ofensiva dos criminosos desse sistema vamos resistindo nos fortalecendo, semeando luta e solidariedade. (FAO, 2010, p .3).

Na mesma edição do jornal *Socialismo libertário*, os artigos de Antony Devalle, do agrupamento de tendência Organização Popular do Rio de Janeiro, sobre a processo de privatização do petróleo brasileiro, e da FARJ e FAG sobre os transgênicos e a políticas de reforma agrária, defendem os usos dos recursos naturais pelo povo deixando explícita a compreensão das organizações da FAO de que o Estado brasileiro, independente de qual seja o mandatário no governo, dá continuidade ao capitalismo dependente brasileiro, exercendo por meio das instituições e agências reguladoras a transferência do controle dos recursos naturais para o capital transnacional.

O governo Lula manteve o marco regulatório neoliberal de FHC até agora. Recentemente, anunciou como a segunda independência o ajuste que propôs, em que o regime de concessões permaneceria no pós-sal e o petróleo do pré-sal seria partilhado entre o Estado brasileiro e as empresas de petróleo. Ou seja, mantém a privatização e mesmo a desnacionalização. (DEVALLE, 2010, p.4). No Brasil, o órgão técnico colegiado responsável para a pesquisa e parecer da liberação de OGM´s é a CTNBio, criado em 2005 pelo governo. Desde sua criação tem feito posição majoritária a favor das indústrias de biotecnologia como Basf, Bayer, Cargill, Monsanto e Syngenta entre outras, que são controladoras dos segmentos de agrotóxicos e sementes no Brasil e no Mundo. O governo Lula e o agronegócio, através da CTNBio já liberou em mais de 4 anos duas variedades de soja, onze de milho e seis de algodão. (FAG; FARJ, 2010, p. 5).

Para o FAO, os únicos obstáculos que os capitalistas encontram pela frente são os movimentos sociais. Na luta por uma da reforma agrária popular e contra transgênicos em 2010, os movimentos sociais e organizações populares:

[..] seguem firmes denunciando as contradições de um modelo que não planta para a vida, concentrando terras, assassinando trabalhadores e envenenando alimentos. Para isso, organizam-se na construção de um povo cada vez mais forte que possa

produzir com autonomia, diversidade, justiça e saúde, resistindo no campo e lutando sempre por uma reforma agrária cada vez mais popular. (FAG; FARJ, 2010, p. 5).

Em relação à privatização do petróleo, na avaliação de Devalle (2010), os movimentos sociais e organizações políticas dividiam-se entre o campo nacionalista que em “grande medida apoia, na prática, a base do projeto do governo” (DEVALLE, 2010, p.4)” e o campo socialista, segundo o autor que sabia que o petróleo “só será realmente nosso, estando a serviço do povo brasileiro em solidariedade com outros povos” (DEVALLE, 2010, p.4) e por isso era importante reforçar, ainda mais a participação na campanha em defesa do petróleo entre as classes dominadas e oprimidas.

A síntese dessas posições assumidas pelas organizações da FAO pode ser resumida pela caixa destacada na primeira página do jornal sobre a matéria sobre a privatização do pré-sal que viria acontecer:

Defender o público para os anarquistas é o lugar de onde se parte, com seus limites e possibilidades, para defender as conquistas, os recursos e os serviços que formam um patrimônio dos trabalhadores que só pode ser estendido a todo o povo em franca ruptura com o capitalismo. (DEVALLE, 2010, p.1).

Nessa edição do jornal destacam-se ainda o artigo da Federação Anarquista de São Paulo que responsabiliza a “dupla sinistra Kassab-Serra” e o “cartel de empresas concessionárias do sistema rodoviário” pelas enchentes na capital em decorrência dos gastos públicos com a realização de obras sem planejamento e a denúncia da organização anarquista Vermelho e Negro de Feira de Santa na Bahia, sobre os assassinatos dos professores e sindicalistas Álvaro Henrique Santos e Elisney Pereira pelos policiais militares Sandoval Barbosa dos Santos, Geraldo Silva de Almeida e Joilson Rodrigues Barbosa em setembro de 2009.

Para a organização especificista baiana, os presos pelo crime, os policiais militares e o mandante ex-secretário de Governo e Comunicação Edésio Dantas Lima, homem forte do prefeito de Porto Seguro Gilberto Abade e também secretário geral da executiva estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) baiano, eram todos parte da mesma quadrilha envolvidos em corrupção, tráfico de drogas, assassinatos de opositores e queima de arquivos, algo que exigia que “[...] todas as organizações e lutadores/as comprometidos/as com a causa do povo denunciassem o crime” (VERMELHO e NEGRO, 2010, p. 6).

Ainda no *Socialismo libertário* do trimestre de abril a junho de 2010, Bruno Lima Rocha em *Bordaberry, o ministro da Defesa e o ajuste de contas com a ditadura* avalia que a condenação do ex-presidente uruguaio Juan María Bordaberry, co-autor do golpe cívico militar de 27 de junho de 1973, condenado a 45 anos domiciliar, poderia abrir um precedente para responsabilização dos crimes da ditadura brasileira. Porém o Plano Nacional de Direitos Humanos aprovado em 2009, graças ao da defesa dos governos FHC e Lula “que andava de ombro a ombro com os comandantes das Forças Armadas não surtiu o efeito esperado. De acordo com avaliação do autor de “Luiz Inácio que saiu pela tangente, declarando não ter lido o decreto do PNDH antes de assiná-lo”, mantiveram anistia “para os autores de crimes como tortura, seqüestro, assassinato, estupro, roubo de crianças e espólio de bens pessoais”.

O jornal traz também a tradução de um trecho de um texto de Erico Malatesta sobre as posições do anarquismo italiano sobre a participação dos anarquistas nos sindicatos e organizações da classe trabalhadora e o artigo em uma coluna dedicada à teoria e história, intitulado *Como votam os Anarquistas?*

Para as organizações do FAO (2010), o abstencionismo eleitoral não é um ato baseado em argumentos usualmente confusos que dizem que os anarquistas não votam por princípios. O voto nulo e abstenção nas eleições, são parte de uma estratégia mais ampla de participação dos anarquistas nos movimentos sociais, sindicatos, organizações estudantis onde votam, ou seja, decidem e constroem novas institucionalidades orientadas pela ação direta, federalismo e a cultura de autogestão no cotidiano das lutas para articular os setores das classes dominadas para uma *autonomia contra o Estado*.

Segundo o FAO (2010, p.8) após as ditaduras na América Latina:

O regime democrático nunca teve lugar seguro na carta de princípios do capitalismo. Na história recente da América Latina quando o poder esteve a ponto de escapar das mãos das classes dominantes e do imperialismo eles preferiram a ditadura dos militares para proteger seus interesses do que jogar sua sorte pelos direitos democráticos. O cenário da abertura deu nova circulação para ideologia liberal burguesa e fez seus conceitos penetrarem nas lutas políticas da esquerda. As liberdades públicas peleadas contra a ditadura se confundiram no programa dos partidos de base operária e popular com a defesa da democracia burguesa e das suas regras como único terreno para buscar mudanças na política. Começa uma história que bem conhecemos no Brasil e em países vizinhos.

Na edição 24 do jornal *Socialismo Libertário* de julho, agosto e setembro de 2010, o editorial avalia a conjuntura eleitoral ironizando-a ao colocar entre aspas que “ o sistema político brasileiro pluripartidário e democrático”, vai ter outra vez a dobradinha de PT e

PSDB que já dura 16 anos e irá se repetir mantendo o discurso que “[...] um no apoio do outro, reforçou e armou ainda mais nossos inimigos de classe” (FAO, 2010, p. 3). Segundo a organização “Os programas apresentados pelos partidos preferidos pela mídia” (FAO, 2010, p. 3) se diferenciavam nas ênfases dadas a cada ponto, tendo em vista que para as organizações anarquistas específicas:

[...] essa é a linguagem atual do capitalismo que procura ganhar um rosto humano. Fora isso, o diferencial de cada, e é o que vai decidir as eleições, fica por conta da capacidade de cada um em mobilizar recursos (materiais e simbólicos) e costurar as alianças, principalmente com os grandes grupos econômicos e as oligarquias. Nessas condições, os oprimidos de norte a sul do país estão fora desse debate e o voto é quase que apenas uma homologação do que é desenhado nos bastidores. (FAO, 2010, p. 3).

No editorial o FAO mantém a posição quanto a abstenção as eleições e voto nulo, divulga a Outra Campanha em 2010, como um meio de reforçar a participação política nas organizações populares e o longo da publicação a linha editorial é mantida nos artigos *Novas dores da mesma doença*, sobre a proposta de alteração do Código Florestal que beneficiava o agronegócio; *A zona de consenso de Dilma e Serra* escrito por Bruno Lima Rocha, onde o cientista político traça a manutenção de três consensos que são mantidos nas chapas Dilma Rousseff e Michel Temer (PT-PMDB-PC do B-PSB e o PP) e a de José Serra e Índio da Costa (PSDB-DEM-PPSPTB)²³⁷ e *África-Brasil. Quem ganha a copa do mundo fora do campo*, texto que descreve como os megaeventos esportivos implicam na criação de choques de ordem baseados na criminalização de protestos políticos, ampliação de relações trabalhistas precarizadas e o desemprego. A posição de não abrir mão do voto nulo e do abstencionismo eleitoral, a participação na Outra Campanha expressa no Jornal *Socialismo libertário*, são mantidas nas eleições posteriores, mas em 2014, quando a Coordenação Anarquista Brasileira já havia sido fundada, surgem denúncias nas redes sociais por parte do Coletivo Mariachi de mídia alternativa, de que militantes anarquistas e socialistas de organizações anarquistas especificistas estavam apoiando o voto crítico na candidata Dilma Rousseff no pleito eleitoral.

Em resposta a CAB emite uma nota de repúdio, na qual reafirma a posição sobre as eleições, menciona as análises feitas por suas organizações “que avaliávamos as

²³⁷ Para Bruno Lima Rocha os três consensos mantidos entre os duas chapas são: “ o leque de alianças para consolidar maioria e governabilidade a qualquer custo (literalmente!); - a opção pelo endividamento público como modelo de financiamento do Estado no curto prazo; - e, a permissão do aumento da presença das forças de mercado por dentro do aparelho de Estado, levando, obviamente, à perda de direitos e do poder de compra do salário” (ROCHA, 2010, p.5).

especificidades das duas propostas de gerência do capitalismo brasileiro” e a recomendação “à nossa militância e àqueles que nos cercam “[...] ‘Não votar’, o ‘Votar Nulo’ e, principalmente, à partir disso, o se organizar nas bases pela construção do **Poder Popular**”²³⁸ (CAB, 2014). Além da participação na Outra Campanha, a FAG produziu uma série de posters com a frase “Como os anarquistas votam?”:

Figura 16 - Como votam os anarquistas?



Fonte: Coletivo Anarquista Luta de Classes

A linha editorial do FAO e a publicização da Declaração de princípios e intenções do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), aprovada no Encontro Nacional de 2010, ocorrido em Porto Alegre são mantidas ao longo de 2011 e 2012, no jornal *Socialismo libertário* e publicações das organizações anarquistas locais e em eventos de debates “o objetivo de fortalecer as concepções especificistas entre militantes e organizações” (FAG, 2015, p. 42).

O ano de 2011 foi iniciado com uma intensa gama atividades organizativas dos grupos que compunham o FAO. O IX ELAOPA foi em janeiro e em 25 e 26 de fevereiro foram realizadas as Jornadas Anarquistas, convocadas pela Federação Anarquista Uruguiaia e nos dias 27 e 28 a IX reunião Fórum do Anarquismo Organizado do Brasil, com delegações do

²³⁸ Grifo no original.

Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Costa Rica²³⁹ e em novembro os grupos anarquistas brasileiros participaram do evento pelos 55 anos da Federação Anarquista Uruguaia, em Montevideu. Segundo a FAG (2015), os grupos que participavam do FAO, avaliaram na IX reunião nacional que depois de 8 anos de processo, com dez grupos organizados e outros em fase de organização era hora de estabelecer uma “coordenação sólida com critérios organizativos, instrumentos de ação e laços programáticos para construção de um pacto federativo para fortalecer o projeto nacional” (FAG, 2015,p. 45), o objetivo era de que a coordenação nacional fosse lançada na metade de 2012, durante o aniversário de 10 anos do FAO. Durante o ano 2011 e até metade do ano 2012, aconteceram os debates sobre estratégia especificista organizados pelas organizações locais.

4.2.18 A Coordenação Anarquista Brasileira (2012)

O I Congresso da Coordenação Anarquista Brasileira (CONCAB), coorganizado pelo FAO e Federação Anarquista Uruguaia foi realizado nos dias 8, 9 e 10 de junho de 2012, reunindo no Rio de Janeiro as delegações das nove organizações que irão compor a CAB: Federação Anarquista Gaúcha (RS), Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (AL), Rusga Libertária (MT), Federação Anarquista do Rio de Janeiro (RJ), Organização Anarquista Socialismo Libertário (SP) e Coletivo Anarquista Bandeira Negra (SC), Organização Resistência Libertária (CE), Coletivo Anarquista Luta de Classe (PR) e Coletivo Anarquista Núcleo Negro (PE).

Participaram também do evento o Coletivo Mineiro Popular Anarquista (MG), Pró-Organização Anarquista do Espírito Santo (ES) e Pró-Organização Anarquista da Baixada Santista (SP), pessoas dessas e de outras localidades do Brasil, a Federação Anarco-Comunista Argentina e da Frente Anarco-Comunista Zabalaza, da África do Sul.

Na ocasião a FAU em suas duas intervenções destacou que o processo de construção do FAO e da CAB, não era uma mera troca de nome, mas um produto histórico de braços e

²³⁹ Lista completa delegações na declaração final do encontro: Coletivo Anarquista Luta de Classes (Brasil); Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (Brasil), Columna Libertaria Errico Malatesta (Argentina), Columna Libertaria Joaquin Penina (Argentina), Federação Anarquista de São Paulo (Brasil), Federação Anarquista do Rio de Janeiro (Brasil), Federação Anarquista Gaúcha (Brasil), Federação Anarquista Uruguaia (Uruguai), Federação Comunista Libertaria (Chile), Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), Núcleo Pró-Especificista de Recife (Brasil), Organização Resistência Libertária (Brasil), Para Além do Estado e do Mercado (Brasil), Rusga Libertária (Brasil) e Coletivo Espiral (Costa Rica – observador). Disponível em: <http://www.farj.org/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ombros que se dedicaram a essa tarefa e que teve sempre a participação e apoio da FAU, inicialmente com a FAG, e depois com o Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Bahia.

A organização anarquista específica uruguaia destacou a sua produção teórica com a FAG, no documento Wellington Gallarza e Malvina Tavez e a necessidade de fortalecer o ELAOPA:

[..] ali, de baixo, com democracia direta, com horizontalidade, e com muita militância, a de todos os dias. A que pinta muros, a que distribui os panfletos, a que está nas assembleias dos bairros e dos sindicatos. Esta militância nossa, este estilo, que tem nossa força, a boa fé, a contundência ideológica do trabalho de formiga de todos os dias. Este trabalho que não está nos jornais da burguesia, na grande mídia, mas que é indispensável para alcançar o novo. Para produzir o novo. É disso que falamos, do que se constrói com nossas práticas cotidianas: o sujeito da transformação. Nós somos sujeitos de mudança e temos que ser constantemente formados também, no meio popular, porque dali viemos, dali somos, dos bairros, da favela, da vila, em nossos espaços culturais, também nas universidades que se pintaram algum dia de negro, operário, escravo e camponês como dizia o Che! (FAU, 2012).

A intervenção da FAG no evento praticamente sintetiza a trajetória da corrente anarquista especificista no Brasil:

Nos anos 90, o capitalismo aplica com mão pesada o modelo neoliberal no nosso país através dos governos de turno e as receitas dos seus organismos internacionais. O Brasil se vende para a globalização, a ação capitalista feroz dos mercados, o econômico como ideia dominante na estrutura social, as políticas de ajuste fiscal, privatizações, dependência sinistra dos poderes financeiros. Vida precária, desemprego, a pobreza, toda a estrutura da desigualdade social investe pesado em nossa formação social. O campo popular detém seu avanço e defende a duras penas os direitos conquistados, os bens e serviços públicos que atendem pela questão social. Em geral se vive uma inflexão conservadora nas ideias e práticas sociais. A esquerda reformista formada na nova república, com a liderança do PT, gradualmente se integra nas estruturas do poder, nos controles institucionais e seu jogo de reprodução do sistema. Neste período o setor mais inquieto do anarquismo procura se reorganizar e ter propostas para a realidade brasileira, o presente histórico, suas condições e possibilidades concretas. Se abre uma etapa de renovação crítica, de gestação de uma vontade organizada que busca de peito aberto soluções para atuar em dia com a história, com os problemas atuais, sem repetição de esquemas. A FAU inspirou e apoiou sua formação. É uma experiência anarquista latino-americana que teve a capacidade política de lutar em distintas conjunturas históricas e não deixar o projeto libertário perder um lugar entre os oprimidos e seus concretos contextos sociais. O Processo de Construção Anarquista Brasileiro (PCAB), nascido na metade dos 90, apontou os primeiros elementos da definição especificista que hoje nos reúne para um congresso Anarquista. Tinha ambições que não foram correspondidas, acusou limites e precipitou atos que não tinham suficiente acumulação para serem tomados. Criou a OSL, uma organização de curta

duração. De todos os modos, uma parte de nossa geração, da experiência política que viemos construindo dos anos 90 para cá, deve seu amadurecimento a esse intento. A essa busca do anarquismo militante por sua organização específica e a construção de força social por dentro da vida e das pautas dos “de baixo”. O processo que temos hoje é diferente. Aprende com as pedras que se atravessaram pelo caminho, para não tropeçar nos mesmos limites. Toma os conceitos de orientação que ao longo do tempo se fizeram vigentes: ação sindical-popular articulada com o trabalho de uma organização política anarquista. Um projeto finalista libertário que reúna as capacidades e propostas para estar inserto no presente, para pensar com um discurso aberto ao nosso tempo social e atuar com certezas ideológicas que não transigem com os valores do sistema. O FAO arranca praticamente junto com o período que marca a chegada do PT ao governo nacional, com Lula presidente. São dez anos percorridos em um tempo que tem sua singularidade. O reformismo que dirigia as lutas sociais-políticas dos 80 se credencia para administrar as instituições burguesas com uma política conciliada com os grandes poderes da estrutura global de dominação. As organizações populares e sindicais filiadas a esta estratégia se arranjam burocraticamente nos aparelhos do Estado. O governo refresca o modelo dominante, atualiza os controles com ambiguidades, com zonas pardas da colaboração de classes. Combina políticas de continuidade das receitas neoliberais com um pacto social de tintas desenvolvimentistas que leva compensações para os pobres. É um modelo de altos ganhos para as oligarquias e os grandes capitais, de coalizão política com velhos setores da direita, de integração relativa de setores populares. Que não faz mudança estrutural nos controles da riqueza e do poder. Coexiste com uma etapa fragmentária da luta de classes, de pouca acumulação combativa, de reorganização de um mundo do trabalho e da pobreza que anda disperso e vinculado hegemonicamente as ideias dominantes. (FAG, 2012).

Além da FAG e da FAU, realizam intervenções que reafirmaram a trajetória do anarquismo especificista no Brasil, a FARJ, CABN, ORL e o Coletivo Anarquista Núcleo Negro emitiram cartas de ingresso na CAB. Emitem notas de felicitações à fundação da CAB a Pró-Organização Anarquista do Espírito Santo, Coletivo Mineiro Popular Anarquista de Minas Gerais, Coletivo Pró-Organização Anarquista de Goiás (COPOAG), Federação Anarquista (França) e a Federação dos Anarco-Comunistas da Itália (FdCA).

O programa mínimo que segundo a coordenação “apresenta os elementos reivindicativos em torno dos quais pretendemos atuar no presente, de maneira a permitir um avanço rumo a nosso projeto revolucionário” (CAB 2012d), aprovado no I Congresso da Coordenação Anarquista Brasileira e publicado no jornal *Socialismo libertário* n.28 de julho 2012, não contem disparidades em relação às pautas reivindicativas dos movimentos sociais e autonomistas, mas são avançadas na defesa de um socialismo internacionalista baseado na democracia popular e autodeterminação dos povos latino- americanos.

As reivindicações subdivididas nos tópicos: trabalho, salário digno e previdência, educação, saúde, olimpíadas, reforma agrária e combate ao agronegócio e às transnacionais, reforma tributária e ruptura com os agiotas da dívida pública, direitos humanos, democratização da comunicação e combate aos monopólios, meio ambiente, petróleo e bens

naturais a serviço do povo, anti-imperialismo e direito de autodeterminação dos povos²⁴⁰, não são o objetivo finalista da corrente anarquista. São objetivos parciais que no decorrer das lutas possibilitam a constituição de acordo com a estratégia especificista uma cultura reivindicativa e a articulação necessária para criação do poder popular. O viver a anarquia para a corrente não existe enquanto um gueto de militantes na zona de conforto temporária ou retirado do mundo com seus pares, mas sim viver a anarquia nas correlações de forças das lutas sociais e na constituição de espaços duráveis, não institucionalizados pelas relações de domínio do

²⁴⁰**Trabalho, salário digno e previdência:** Reivindicação da redução da jornada de trabalho sem perdas salariais e trabalho digno com direitos sociais. Contra a farsa da meritocracia e o engodo da produtividade. Salário mínimo de acordo com as necessidades básicas previstas na constituição e contra o aumento do custo de vida; Defesa de uma previdência pública com reajuste digno para os aposentados e contra o mecanismo da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que desvia recursos da Seguridade Social para a dívida pública e falseia o déficit da previdência. Contra os mecanismos de privatização da previdência e a especulação financeira com os fundos de pensão; Defesa do fortalecimento e da autonomia política das entidades de base dos trabalhadores e pela manutenção do direito a greve. Contra a fragmentação da representação sindical e a criminalização dos sindicatos; Acompanhamento e solidariedade à luta dos trabalhadores da Europa e da América do Norte, posicionando-se contra os cortes nos direitos trabalhistas, em especial, as mudanças na previdência. **Educação:** Aumento dos investimentos na escola básica (creches, educação infantil, ensino fundamental e médio) e combate aos problemas de falta de estrutura (merenda escolar, bibliotecas adequadas e outros recursos) e à precarização do trabalho na educação. Contra o fechamento das escolas urbanas e rurais; Combate às políticas de mercado aplicadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), voltadas para a precarização e a privatização da educação pública; Participação das comunidades na gestão escolar e a ampliação da educação superior, técnica e tecnológica, de caráter público, gratuito e sem precarização. Ampliação e implementação de políticas efetivas de assistência estudantil que garantam o acesso e a permanência. Fim do socorro financeiro com dinheiro público destinado às universidades particulares através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e que esses recursos sejam aplicados na ampliação qualitativa das vagas nas universidades públicas; Produção de ciência e tecnologia com controle social. Ampliação de cursos superiores em parceria com os movimentos sociais com controle político e pedagógico dos próprios movimentos. **Saúde:** Aplicação das verbas obrigatórias na saúde pela União, estados e municípios. Ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS); Enfrentamento das empresas privadas, fundações e Organizações Sociais (OS) nas áreas a saúde. 6% do PIB à saúde pública sem intermediação privada; Reforma urbana, direito a cidade e plano de moradia; Contra o regime privatista das Parcerias Público-Privadas e a concessão de créditos do BNDES para os grandes capitais, as obras do PAC e os megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que promovem a segregação do espaço urbano; Combate à especulação imobiliária e à usurpação privada do direito à cidade. Defesa da função social do solo urbano. Desapropriação de prédios e terrenos devolutos para programas de moradia popular que atendam os milhões de populares sem moradia própria, com planos de construção por sistema de mutirão, cooperativas e autogestão; Contra os programas de “limpeza social” dos centros urbanos e os despejos realizados por razão dos megaempreendimentos e megaeventos esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas; Defesa intransigente de uma política de transporte verdadeiramente público, gratuito e de qualidade, que garanta o direito à locomoção dos mais pobres e dos desempregados nas zonas urbanas e rurais. Rechaço à mercantilização do transporte, com gestão pública e participação popular; Defesa de uma política que priorize o transporte coletivo em detrimento do individual, com incentivo dos meios alternativos (CAB, 2012d). **Reforma agrária e combate ao agronegócio e às transnacionais:** Reforma agrária contra o latifúndio e as monoculturas extensivas do agronegócio e produção sem o uso de agrotóxicos e transgênicos, que envenenam os trabalhadores do campo e demais consumidores. Garantia de condições para efetivação da reforma agrária e limite da propriedade privada da terra; Métodos de produção agroecológicos que priorizem a gestão popular da produção agrícola em harmonia com o meio ambiente. Controle das sementes pelos trabalhadores do campo: contra a propriedade e a patente das sementes por empresas do agronegócio; Demarcação de territórios indígenas, quilombolas e apoio às comunidades pesqueiras e demais comunidades tradicionais. **Reforma tributária e ruptura com os agiotas da dívida pública:** Rompimento com o mecanismo perverso da dívida pública, que paga altos juros para os agiotas do mercado financeiro e corta políticas públicas e gastos sociais para os pobres. Implementação de uma reforma tributária com taxação dos ricos e não dos pobres; Ruptura com os agiotas da dívida pública, que consome quase metade do orçamento público, com maior investimento dessa verba na saúde e na educação. **Direitos**

sistema de dominação, necessários para a construção de uma cultura de autogestão em todos os níveis, ou seja, a corrente faz a defesa que é a partir da práxis cotidiana de construção de movimentos de resistência que o poder enquanto capacidade de realização assume afetivamente sua forma de poder com o outro.

Os elementos de ruptura são apresentados nos elementos ideológicos e teóricos nos documentos *Nossa concepção de poder popular* e na *Declaração de princípios da Coordenação Anarquista Brasileira*, na qual a organização defende sua concepção de anarquismo:

22 Do anarquismo como ideologia e, assim, como um sistema de ideias, motivações e aspirações que possuem necessariamente uma conexão com a ação no sentido de transformação social, a prática política.

23 De um anarquismo em permanente contato com a luta de classes dos movimentos populares de nosso tempo e funcionando como ferramenta de luta e não como pura filosofia ou em pequenos grupos isolados e sectários.

24 De um conceito de classe que inclui todas as parcelas de explorados, dominados e oprimidos da nossa sociedade.

humanos: Abertura efetiva dos arquivos da ditadura e condenação dos torturadores e mandatários dos crimes de Estado nesse período; Contra a criminalização da pobreza e do protesto e pelo fim do extermínio de pobres. Pelo reconhecimento da dívida social com os povos negros e indígenas. Fim da opressão nos presídios: contra a violência e tortura aos presidiários e contra a revista vexatória dos visitantes. Fim dos manicômios e do encarceramento de pessoas com transtornos mentais; Fim da violência contra as mulheres e direito a elas para o atendimento público e ético no Sistema Único de Saúde (SUS) para o aborto. Combate ao machismo, à homofobia e defesa da livre orientação sexual e dos direitos da criança e do adolescente.

Democratização da comunicação e combate aos monopólios: Controle popular sobre o sistema de comunicação e fim dos monopólios da comunicação; Comunicação popular e liberdade de expressão, incluindo direito à livre transmissão das rádios e TVs comunitárias. Contra a criminalização imposta pela ANATEL e a burocratização das outorgas; Contra o cerceamento de liberdade e o controle de informações na internet.

Participação e protagonismo popular: Direito de convocação popular de plebiscitos e referendos deliberativos para as decisões estratégicas do país, efetivando-se diretamente, em questões como dívida pública, limite da propriedade e livre comércio. Contra a repressão institucionalizada e a criminalização dos movimentos sociais e do protesto popular. Fortalecimento da ação direta, da construção pela base e da ampla participação popular nos movimentos sociais.

Meio ambiente, petróleo e bens naturais a serviço do povo: Fim dos leilões da Petrobrás e anulação das privatizações. Modelo público para as reservas de petróleo do pré-sal, sem partilha com os capitais privados e com investimento das receitas em políticas públicas de trabalho, direitos sociais e moradia; Decisão e controle popular das fontes e reservas energéticas. Contra políticas desenvolvimentistas que investem na construção de hidrelétricas implantadas de maneira autoritária e com consequências funestas para as populações e com graves impactos ambientais e sociais. Por um modelo energético a serviço do povo; Contra o plano IIRSA e o saque aplicados por empreendimento como os megaprojetos, os megaportos e as hidrelétricas, em detrimento dos anseios populares; Contra a privatização da água, do petróleo e dos bens naturais.

Anti-imperialismo e direito de autodeterminação dos povos: Retirada imediata das forças de ocupação brasileiras no Haiti; Alerta permanente contra os golpes das oligarquias e do imperialismo sobre os países da América Latina, dando apoio resolutivo aos processos de mudanças de bases populares que são experimentados ao longo do continente, independente da política de seus governos; Denúncia contundente da militarização do continente, sobretudo a partir das bases militares na Colômbia e das políticas que criminalizam o protesto popular e as comunidades tradicionais; Defesa do direito de resistência dos povos (CAB, 2012d). Grifos nossos.

- 25 Da necessidade do anarquismo retomar seu protagonismo social e de buscar os melhores espaços de trabalho.
- 26 Da revolução social e do socialismo libertário como objetivos finalistas de longo prazo.
- 27 Da organização como algo imprescindível e contrária ao individualismo e ao espontaneísmo.
- 28 Da organização específica anarquista como fator imprescindível para a atuação nas mais diversas manifestações da luta de classes. Ou seja, a separação entre os níveis político (da organização específica anarquista) e social (dos movimentos sociais, sindicatos, etc.).
- 29 Da organização anarquista como uma organização de minoria ativa, diferindo-se esta da vanguarda autoritária por não se considerar superior às organizações do nível social. O nível político é complementar ao nível social e vice-versa.
- 30 De que a principal atividade da organização anarquista é o trabalho/inserção social em meio às manifestações de luta do povo.
- 31 De que a ética é um pilar fundamental da organização anarquista e que ela norteia toda a sua prática.
- 32 Da necessidade de propaganda e de ela ter de ser realizada nos terrenos férteis.
- 33 Da lógica dos círculos concêntricos de funcionamento, dando corpo a uma forma de organização em que o compromisso está diretamente associado com o poder de deliberação. Da mesma maneira, uma organização que proporcione uma interação eficiente com os movimentos populares.
- 34 De que a organização deve possuir critérios claros de entrada e posições bem determinadas para todos que queiram ajudar (níveis de apoio /colaborador).
- 35 Da autogestão e do federalismo para a tomada de decisões e articulações necessárias, utilizando a democracia direta.
- 36 A busca permanente do consenso, mas, não sendo possível, a adoção da votação como método decisório.
- 37 Do trabalho com unidade teórica, ideológica e programática (estratégica / de ação). A organização constrói coletivamente uma linha teórica e ideológica e da mesma forma, determina e segue com rigor os caminhos definidos, todos remando o barco no mesmo sentido, rumo aos objetivos estabelecidos.
- 38 Do compromisso militante e da responsabilidade coletiva. Uma organização com membros responsáveis, que não é complacente com a falta de compromisso e a irresponsabilidade. Da mesma forma, a defesa de um modelo em que os militantes sejam responsáveis pela organização, assim como a organização seja responsável pelos militantes.

39 Os militantes que compõem a organização têm, necessariamente, de estar inseridos em um trabalho social, bem como se ocupar de atividades internas da organização (secretarias, etc.). (CAB, 2012b).

A declaração de princípios estabelece critérios e formas de participação, e elenca conceitos já examinados no capítulo anterior, mas repetidos aqui por serem parte dos documentos que servem de orientação para os militantes do partido de quadros em que as secretarias e grupos de trabalho nacionais não possuem poder de deliberar ou centralizar decisões que digam respeito as organizações locais, suas funções correspondem a necessidades demandadas pelos grupos que compõem a coordenação definindo o que é a organização anarquista.

Os documentos da articulação nacional das organizações anarquista específicas apontam que a relação entre viver a anarquia e o anarquismo têm por base a materialidade das relações sociais na constituição do poder popular que produz as subjetividades para não colocar o outro como um limite à sua liberdade. Apesar de nada estar dado de antemão pois os resultados das práticas militantes são dependentes dos resultados das correlações de forças em disputa, a aposta na capacidade da organização política e de seus militantes de direcionarem o processo de construção da força social dos oprimidos e explorados sob a base da cultura de autogestão é uma forma de controle das contingências.

A dicotomia reforma ou revolução é colocada de uma maneira em que as lutas e conquistas parciais são necessárias não apenas para o gozo de melhores condições de vida das classes oprimidas e exploradas, mas como espaços abertos para atuação anarquista no direcionamento de classe e onde os anarquistas não caminham como uma vanguarda esclarecida, mas com outro, para assim construir outras relações sociais e institucionalidades distintas das já estabelecidas ou que reproduzem o sistema de dominação.

Desde do ato fundacional da CAB, são realizados entre os anos de 2012 e 2014, uma série de encontros regionais e inter-regionais para estreitar os laços entre as organizações anarquistas especificistas e aproximar grupos interessados na estratégia. São fundados o Núcleo Anarquista Resistência Cabana em 2013, que rearticula a Federação Anarquista Cabana no Pará em 2019, o Fórum Especificista da Bahia em 2014, a Organização Anarquista Zabelê (OAZ) em 2016 no Piauí, e a Organização Anarquista Maria Iêda, em Pernambuco, que ingressa na coordenação em 2020.

De acordo com uma entrevista publicada no portal Anarkismo.org²⁴¹ o Coletivo Vermelho e Negro, de Feira de Santana, foi formado em 2006, a partir da participação de militantes anarquistas do sertão Baiano no III Encontro Nacional do Fórum do Anarquismo Organizado. Nessa época a principal atuação do Coletivo Vermelho e Negro era no movimento secundarista dentro da Associação Feirense de Estudantes Secundaristas (AFES). A organização anarquista possuía uma atuação mais tímida no movimento estudantil universitário, destacou na entrevista que uma das atividades importantes desenvolvidas na AFES foi de transformar o espaço da organização em um centro cultural onde se faziam reuniões do movimento estudantil, hip hop e anarco-punk, e que e que tinha também uma biblioteca e que estavam iniciando um processo de criação de uma frente comunitária.

O Coletivo Vermelho e Negro nasceu, em 2006, de um grupo de estudos formado pela organização ao início para a “construção de núcleos em outras cidades para a formalização de uma organização estadual, até perdermos a regularidade e decidir parar as atividades do Vermelho e Negro”. Entretanto em 2011, a militância do coletivo se envolveu com as lutas da juventude e dos estudantes pobres, das mulheres trabalhadoras, nas periferias, pelos direitos LGBT e contra a homofobia, por transporte público, pelo direito à cidade, organização por local de trabalho, lutas do povo negro e contra o racismo, em ocupações urbanas e rurais, educação popular, lutas dos povos originários e em dezenas de atividades de solidariedade e apoio mútuo.

A organização, em 2016, destacou que em 10 anos de atividades:

A experiência do Vermelho e Negro também teve importância fundamental em romper o bloqueio eurocêntrico no anarquismo brasileiro, um papel pioneiro no país em fundir a ideologia libertária e o pensamento anti-colonial, reconhecendo nossos valores ancestrais e afirmando o protagonismo do povo negro no processo de transformação social revolucionária, reivindicando o anarquismo como um conjunto de métodos forjados nas lutas de libertação dos povos e sonhos de emancipação.

O Fórum Especificista da Bahia é um espaço para a construção de uma organização anarquista estadual, que reúne militantes anarquistas de sindicatos, movimento estudantil e comunitário, dos movimentos por mobilidade e das lutas contra opressões de gênero, étnica e de sexualidade das cidades de Salvador, Candeias, Feira de Santana e Cachoeira. A iniciativa

²⁴¹Entrevista com grupo anarquista Vermelho e Negro – BA. **Informe Anarquista** n.4, mar./ abr./ maio 2006.

Disponível em: <http://www.ainfos.ca/06/mar/ainfos00297.html>. Acesso em: 30 jun. 2019.

nasceu do I Encontro Anarquista Especifista da Bahia, nos dias 26 e 27 de abril de 2014. De acordo com a declaração final do encontro:

As jornadas de junho demonstraram a insatisfação popular com a democracia representativa e a falência das instituições do estado burocrático, representada pela política dos partidos tradicionais, no momento em que as demandas populares não foram atendidas. O Estado mostrou sua capacidade de assegurar os interesses do Capital, respondendo os anseios populares com truculenta repressão. A Bahia vivenciou ricos momentos de ação popular autônoma, com manifestações em diversas cidades do Estado. Para o anarquismo, esse processo abriu novas possibilidades do ‘fazer’ político junto com o povo, fomentando novos valores de democracia direta e do Poder Popular. Foi diante dessa conjuntura que, nós anarquistas, lutamos e fortalecemos o protagonismo das ruas. É na retomada da militância do anarquismo organizado na Bahia, que propomos a construção de uma organização específica anarquista que abarque a tarefa de trilhar o caminho rumo a uma sociedade justa e igualitária. É sobre essa perspectiva, que ampliamos a construção do anarquismo, a partir das experiências do Vermelho e Negro e do Coletivo Anarquista Ademir Fernando (CAAF). Ambos processos incentivados pela construção do anarquismo no país, através da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Levados por esses anseios, realizou-se o encontro pró-organização do anarquismo na Bahia, que reuniu diversos militantes do estado, para definir estratégias e programas comuns na consolidação do especificismo. Convidamos a tod@s @s militantes que afinam com a proposta do anarquismo especificista na Bahia, a somar-se na luta pela construção de uma nova sociedade²⁴². Não foi apenas na Bahia que os encontros e as jornadas de junho de 2013, deram impulso a formação e rearticulação de organizações específicas anarquistas. Depois de quase dois anos do Grupo de Estudos Anarquistas do Piauí (GEAPI) e do I Congresso Anarquista do Piauí, realizado de 18 a 20 de abril de 2014, foi formada a Organização Anarquista Zabelê (OAZ), em 2016. De acordo com os documentos da OAZ, os militantes do GEAPI contaram com a ajuda da Organização Resistência Libertária do Ceará, em 2014.

Em novembro de 2015, a organização lançou o primeiro comunicado da Frente Contra Opressões de Gênero, LGBTfobias e racismo, e em janeiro de 2016 participou dos atos contra os aumentos das tarifas do transporte coletivo em Teresina e em fevereiro a Frente de Educação, em construção na época, denunciou a secretária de educação Rejane Dias e a Polícia Militar no processo de implantação das escolas militares no estado sob o argumento que elas possuem o melhor índice no ranking do Ministério da Educação. Porém, para OAZ os bons resultados quantitativos estavam longe de registrar a violência escolar, para a organização das escolas militares são “escolas de orientação tecnicista e de disciplina rígida que tem como principal objetivo adaptar as pessoas ao sistema de exploração capitalista Sob o véu da cidadania, ensinam os valores moralistas tradicionais, como amar a pátria, a igreja, e a

²⁴² **Declaração do I Encontro Anarquista Especifista da Bahia.** Disponível em: <https://juventudelibertaria.wordpress.com/2014/04/29/a-construcao-do-anarquismo-na-bahia/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

família patriarcal, promovendo a homogenização das diferenças e a padronização dos comportamentos. [...] só ensina a obedecer”.

No dia 09 de abril de 2016, a Organização Anarquista Zabelê foi lançada oficialmente, mas antes disso “vinha atuando em produções textuais, participação em alguns atos e em diálogos com comunidades da periferia de Teresina”. Segundo a OAZ, o ato fundacional também foi um marco no estreitamento das relações entre a organização específica e o Movimento Social FOME, que atua nos bairros Terrenos Novos e Vila União em Sobral, Ceará.

A formação dessas organizações é antecedida pela Revolta do Vinagre²⁴³, um processo de insurgente iniciado pela Jornadas de Junho em protestos contra Copa das Confederações de 2013, ano que houve um salto no número de ciclos de grevistas e que perdeu força com protestos de baixa intensidade e amplitude no ano de 2014, durante a Copa do Mundo de Futebol. De acordo com a CAB, foi um ciclo de protestos desencadeado por uma série de elementos sociais, políticos e econômicos, mas, também, por mudanças nas organizações das classes oprimidas e exploradas, e que irá ser um divisor de águas para política nacional.

4.2.19 A Coordenação Anarquista Brasileira e conjuntura antes das Revoltas do Vinagre

O documento *Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro*²⁴⁴ lançado no dia da fundação da Coordenação Anarquista Brasileira, apresenta a análise conjuntural que antecede as revoltas do vinagre de 2013. Destacamos as considerações da CAB sobre a conjuntura global e nacional, política institucional e as correlações de forças nos sindicatos, nos movimentos sociais e autônomos. Nas indicações da CAB o capitalismo voltava “a atravessar crises, conflitos e questionamentos que condicionam ajustes em seus mecanismos de poder”²⁴⁵, mas apesar disso nada indicava que estávamos passando por um período de mudança revolucionária, para a coordenação das organizações anarquistas especificistas: “vivemos um período mais agitado, em que se está quebrando o silêncio, a

²⁴³ O nome faz referência ao uso da substância pelos manifestantes do para amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo usado pelo braço armado do Estado para temperar a ordem.

²⁴⁴ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em : 5 maio 2019.

²⁴⁵ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

resignação e o medo; estão em cena protestos massivos de trabalhadores e populares”²⁴⁶. Nos Estados Unidos e Europa a análise da organização anarquista aponta que se vivia “[...]um drama econômico-social fora do padrão dos grandes centros capitalistas, com cortes de salário, aposentadoria, direitos sociais, além de desemprego e recessão”²⁴⁷. O capitalismo feroz do sistema financeiro aplicava seus “golpes infames [...] concentrando mais riqueza nas classes dominantes e, ao mesmo tempo, negociando lixo no mercado e apostando na desgraça das maiorias; faz a sociedade pagar com pobreza e precariedade os seus prejuízos e guarda os ganhos no bolso dos patrões”²⁴⁸. O documento destaca o protagonismo da juventude e a força com que “trabalhadores têm defendido seus direitos, respondendo, em cada lugar, a distintas pautas, fatores e inquietudes, todos os quais derivam do mesmo sistema”²⁴⁹, porém faz uma ressalva de que as essas lutas não estavam necessariamente articuladas entre si. Ao mesmo tempo, por sua ocorrência em várias regiões do globo os descontentamentos indicavam “uma experiência rica dos povos, uma produção de ideias e representações coletivas que podem abrir novas possibilidades”²⁵⁰. Na América Latina, a análise aponta que a geopolítica se modificou em relação ao imperialismo estadunidense, as rebeliões populares na Bolívia, Equador e Argentina conquistaram uma forte posição contra as privatizações e na Venezuela a tentativa de golpe de Estado foi frustrada pela resistência do povo pobre nas ruas. E ainda que durante dez anos os “partidos de formação nacionalista-reformista ou de centro-esquerda têm chegado ao governo, alçados por um vivo sentimento popular de rejeição ao modelo do neoliberalismo”²⁵¹. Contudo existe um lugar comum nesses governos, “os países sul-americanos aderem ao Plano de Integração da Estrutura Regional Sul-Americana (Plano IIRSA). Independente da estampa dos governos, progressistas ou alinhados com o imperialismo”²⁵², levando a cabo o que é avaliado como um plano de desenvolvimento macrorregional caracterizado pelo favorecimento das transnacionais a partir da exploração dos recursos naturais do continente, destruição ambiental e das comunidades tradicionais e da dependência dos países financiadores desses projetos de desenvolvimento. O documento faz

²⁴⁶ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁴⁷ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁴⁸ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁴⁹ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁵⁰ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁵¹ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁵² **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

ressalvas quanto a dinâmica dos governos aos interesses do capital transnacional, mas em linhas gerais o que pesa são “as continuidades estabelecidas pela mão de governos e instituições que fazem o papel conservador dos laçaios de sempre, ou os refluxos e a decepção em relação às fantasias criadas pelo mecanismo eleitoral”²⁵³, os processos sociais são destacados por seu dinamismo, “ora coincidem com as pautas oficiais, ora tencionam, por meio da luta de classes, por avanços que não podem ser absorvidos pelo sistema”²⁵⁴. Nesse sentido afirmam que a estrutura imperial não está em xeque, o que está havendo são reajustes nas relações do continente, “em um contexto histórico-social particular, que não necessariamente produz rupturas”²⁵⁵. Para a organização o capitalismo vem sempre se apresentando com uma nova cara, logrando os ajustes exigidos nos seus momentos de crise, mas dando continuidade “ao seu domínio, às injustiças, misérias e desigualdades brutais que historicamente o acompanham”.²⁵⁶ Segundo a CAB, no Brasil o modelo de desenvolvimento em curso que afeta toda região tem características “determinadas por uma reacomodação dos elementos do sistema para sua incorporação social mais efetiva”²⁵⁷ nas esferas política, cultural-ideológica e econômica mantendo a estrutura de dominação. A análise de conjuntura brasileira da articulação das organizações específicas anarquistas indica a chegada ao poder de um partido de centro esquerda compromissado com a manutenção da estrutura do poder (dominação) opera a “cooptação das organizações tradicionais da classe trabalhadora e da esquerda pelos aparelhos de Estado”.²⁵⁸ Nesse período, a divisão dos setores de direita com uma eficiente tecnologia de recrutamento por meio do fisiologismo e corrupção, as combatidas forças conservadoras foram deslocadas do governo, porém o Partido dos Trabalhadores conseguiu avançar em pautas que a autoridades burguesas não foram capazes : “congelamento salarial, reformas da previdência e ajustes fiscais no setor público, cortes no investimento social, paralisação da reforma agrária, desregulação ambiental e favorecimento de novas modalidades privatistas de gestão das coisas públicas” Na esfera cultural-ideológica a emergência de um discurso de dominação no corpo social valida como verdade uma solução nacional conciliadora orientada por um Estado pactuador responsável pelo crescimento

²⁵³ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁵⁴ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁵⁵ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁵⁶ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁵⁷ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁵⁸ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

econômico e a ascensão social. Esses discursos que naturalizam os fundamentos históricos da violência e da exploração da formação capitalista brasileira, constituem um sujeito social relativamente integrado pelas formas do consumo, as ajudas do governo, que age para promover uma percepção de melhores condições de vida, mas sem alterar a estrutura das desigualdades no Brasil.

O sistema econômico brasileiro se manteve dependente “sujeito ao controle de mercado dos grupos transnacionais, coloca o país em um lugar de destaque no sistema mundial como grande produtor e exportador de commodities” (produtos primários). A economia destacava-se pelos altos índices de produtividade e de investimentos externos graças ao crescimento do mercado, gerando ao mesmo tempo, o endividamento das camadas populares e um lucro recorde para capital financeiro. Os bancos influenciam diretamente na dívida pública e ações do governo, e o incremento de subsídios estatais para subsidiar a indústria é uma variante do modelo de desenvolvimento (neodesenvolvimentista); O governo federal mantém uma gestão centralizadora dos recursos obrigando os municípios na sua maioria serem dependentes de convênios com os ministérios para obtê-los. E ainda, boa parte dos conglomerados empresariais têm financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) obtendo lucros altos com os recursos da instituição. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem por base a articulação entre o setor público e o setor privado, com a execução das obras sendo feita em parceria com estados e municípios, mas enquanto os recursos destinados para os parceiros privados do PAC são volumosos, o governo federal realiza cortes significativos na educação.

Segundo a CAB a correlação de classes e entre os setores atravessada pela moderação do governo federal tem por base um pacto entre oligarquias, os grandes capitais, os interesses burocrático-corporativos e a concessão de políticas compensatórias e de melhorias para a população pobre. Possuindo também, como característica desse modelo operativo, uma adesão popular expressiva às estruturas de poder, aos mecanismos de assimilação e a contenção da luta de classes.

Nesse mesmo sentido o documento aponta que o aumento de 52% do salário mínimo de 2003 a 2012, as políticas compensatórias como o bolsa família e a concessão de microcréditos consignados são os fatores que possibilitaram a criação de uma imagem de uma ascensão social das classes historicamente excluídas e níveis de estabilidade de taxa de emprego, sobretudo, em condições precarizadas e de superexploração, em conjunção de renda, consumo e dívida, mas deixam inalteradas as estruturas de desigualdade.

E ainda que os 40 milhões pessoas que os técnicos do governo petista chamavam de nova classe média, a grosso modo, é o setor da classe trabalhadora submetido à superexploração patronal que vive apenas para pagar as contas²⁵⁹, mas que participavam pouco da política e sua formação intelectual é ditada pelos oligopólios midiáticos. Para a organização anarquista esse setor da classe trabalhadora tinha uma sensação de ascensão social por ter acesso ao consumo daquilo ostentado pela classe média tradicional e os ricos, mas não é atendido quanto à igualdade de condições materiais e tem suas liberdades negadas pela estrutura de dominação de classes. O documento aponta que as privatizações durante os governos Fernando Henrique Cardoso foram intensificadas, mas havia um amplo movimento de resistência de movimentos sociais e sindicais, ainda assim as empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Embratel foram privatizadas. Naquele período os meios de comunicação de massa e formadores de opinião investiram pesadamente em discursos em prol das privatizações, mas apesar de considerarem o PT e a CUT e suas políticas voltadas para conciliação de classes como adversárias, ambas tiveram um papel importante como vozes de resistência contra as privatizações.

Porém com a ascensão do PT à presidência da república em 2003, as privatizações foram mantidas com uma nova roupagem aparentemente suavizada, como as concessões, as parcerias público-privadas e as fundações, como são os casos da saúde²⁶⁰, nos Correios²⁶¹, aeroportos²⁶², educação e qualificação profissional²⁶³. No que se refere ao movimento sindical

²⁵⁹ A CAB apresenta os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que afirmou que 37,8% das famílias estão endividadas e não sabem como pagar suas dívidas.

²⁶⁰ A organização anarquista pontua as políticas privatizantes do PT na gestão da saúde “No governo de FHC foi aprovada a lei das Organizações Sociais (OS), que possibilitou que empresas privadas administrassem diversos serviços públicos, principalmente na área da saúde”, na época o próprio PT entrou com uma ação de inconstitucionalidade no STF, que ainda se encontra em julgamento. Ainda que majoritariamente fosse contra a gestão do Sistema Único de Saúde por OS. Algumas das gestões municipais e estaduais que participem lidem com essa modalidade de gestão. No lugar das OS, defendem as Fundações Estatais de Direito Privado, que seriam empresas públicas, mas regidas por uma lógica do direito privado. Ou seja, o fundamental da crítica permanece, que é a precarização nas contratações de trabalho e a lógica da suposta “eficiência” do mercado, embora digam que são empresas públicas e que, portanto, não se trate de privatização. Essa proposta não foi colocada em votação no congresso e, portanto, não vale para a esfera federal. Ainda assim, alguns estados já criaram leis de Fundações Estatais próprias, como é o caso da Bahia e de Sergipe, ambos administrados pelo PT. Durante o governo Dilma um modelo semelhante foi implantando com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Essa empresa foi criada para administrar o quadro de pessoal dos Hospitais Universitários (HU) e permitir novas contratações por regime de CLT, pondo fim aos concursos públicos dessa instituição.

²⁶¹ Correios, a grande ameaça de privatização é a quebra do monopólio postal, permitindo que os Correios concorram com empresas privadas. O governo ainda não se empenhou na aprovação desse projeto, mas conseguiu transformar em lei a Medida Provisória 532.

²⁶² Com o argumento de que era preciso melhorar a estrutura para receber os megaeventos esportivos o governo desencadeou um processo de privatização dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Campinas; juntos, eles representam a movimentação de 30% dos passageiros e 60% da carga em todo Brasil.

²⁶³ Na educação, governo aplica nas universidades públicas federais o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e nas privadas o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Travestido na proposta de expandir o ensino superior no país, o governo segue a fórmula do mercado para a educação, passando rios de dinheiros para as universidades privadas garantirem a

a organização anarquista indica que os sindicatos nunca estiveram tão fragmentados e capturados por dirigentes da máquina sindical burocrática que assinaram um pacto com o governo “como poder corporativo, cogestor de fundos públicos, políticas desenvolvimentistas e instâncias de colaboração de classes”. As oposições sindicais custavam a se organizar nessa conjuntura para articular um movimento com independência de classe, ainda que os movimentos de trabalhadores abrissem seus conflitos e ações promissoras nos seus locais de trabalho.²⁶⁴ A conjuntura que pode ser caracterizada por um crescimento de greves e reivindicações da classe da trabalhadora desde o governo FHC, ainda que não tenha obtido êxitos contra a retiradas de direitos, no período dos governos petistas “veio atrelado, por um lado, a uma grande onda de cooptação de lideranças, que passaram a exercer cargos e a frequentar gabinetes, e, por outro, a criminalização das mobilizações dessas categorias e a restrições aos direitos de greve”.²⁶⁵ A CAB aponta que em relação a luta pelos direitos humanos a Comissão da Verdade inicialmente apresentou algumas limitações, por parte do executivo a comissão foi impulsionada como uma tentativa de minimizar as denúncias em escala internacional de violações de direitos humanos no Brasil. No campo os movimentos sociais lutam contra a empreitada violenta do agronegócio contra os semterra, população indígenas e quilombolas, a falta de investimentos e novos assentamentos e demarcações de terra. Segundo o documento os movimentos sociais urbanos têm lutado contra higienização social promovida pelo capital que se agravaram com a obras de infraestrutura para realização dos megaeventos esportivos.

Para a CAB o que se abriu com os megaeventos esportivos foi “um declarado estado de violações, em que o capital privado estrangeiro e os interesses dos poucos grupos que se beneficiam com esses megaeventos se sobrepõem aos direitos sociais conquistados pelo povo e as garantias mais básicas como moradia, saúde e educação”.²⁶⁶ As indicações do período histórico pela CAB apontam que as lutas das classes oprimidas e exploradas e as lutas socialistas estavam passando por um período de crise, reestruturação organizativa, de ações

matrícula de alunos de baixa renda e, ao mesmo tempo, isentando-as de impostos (caso do PROUNI), ou endividando os estudantes via Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e ampliando as vagas nas universidades federais, de maneira desordenada (caso do REUNI), no caso da qualificação profissional a transferência de verba pública para o setor privado também se repete no caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

²⁶⁴ Segundo a CAB “Pelos canteiros das grandes obras do PAC sucedem-se e repetem-se greves operárias, que se defendem da sanha das empreiteiras. Os servidores públicos de distintas esferas da administração fazem resistência dura aos ajustes fiscais do governo. Algumas categorias de envergadura nacional promovem lutas e greves com graus de protagonismo de base, contrapondo com êxito a burocracia sindical. Os trabalhadores do magistério fazem a luta pelo piso nacional e enfrentam a chantagem em relação aos planos de carreira”.

²⁶⁵ **Indicações para uma caracterização do período histórico brasileiro.** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/articulo/23092>. Acesso em: 5 maio 2019.

²⁶⁶ Idem.

fragmentadas e isoladas que não tinham a capacidade ainda de formar um conjunto de elementos ideológicos e programáticos para irem contra o sistema, parte de setores importantes dos movimentos populares, sindicais e organizações políticas se submeteram as velhas ideias do crescimento econômico embarcando nas ideias defendidas pelo desenvolvimentismo criando mecanismos de contenção das lutas sociais.

O período, na avaliação da organização anarquista, também era de divisão de águas e de ajuste das lentes para pensar as correlações de forças em conflito, de inserção social e trabalho organizativo para constituir um “povo forte, de práticas de ruptura que favoreçam a construção histórica de um sujeito antagônico às estruturas do capitalismo”.²⁶⁷

4.3 AS REVOLTAS DO VINAGRE DE 2013 E 2014

As Revoltas do Vinagre, um ciclo de protestos que incluem as jornadas de junho de 2013, os protestos durante a Copa das Confederações (2013) e na Copa do Mundo de Futebol (2014), receberam um número expressivo de análises que entrelaçam a questão urbana, o modelo de desenvolvimento e a legitimidade democrática, eixos que norteiam o debate acadêmico ou/e da esquerda dando uma visão abrangente sobre a pluralidade de pautas e agenciamentos que levaram a esse ciclo de protestos massivos que assumiram características de insurgência popular.

As interpretações sobre esse ciclo de protestos, o maior em amplitude e intensidade no período democrático após ditadura, estão em disputa no campo na política e da academia, por isso, enfatizamos que nossa interpretação a eclosão dos protestos não se iniciou em junho de 2013. De acordo com Vanier (2013), há tempos os movimentos sociais urbanos como o MPL, os movimentos de luta por moradia, as associações comunitárias, os coletivos contraculturais e de mídia alternativa entre outros, buscavam unificar seus descontentamentos, lutas e reivindicações.

Os movimentos sociais urbanos, com suas lutas vinham desafiando um déficit democrático quanto ao direito à cidade, no qual as decisões sobre as metrópoles são tomadas de cima para baixo e a população é vista como objeto e não como sujeito desse processo (MPL, 2013) e se traduzem na alienação urbana que engloba o transporte coletivo ou gastos

²⁶⁷ Idem.

públicos para realização dos megaeventos esportivos submetidos aos interesses de empreiteiras e incorporadoras (HARVEY, 2013).

Nesse sentido, os desencadeadores do ciclo de protestos iniciados em 2013, como Movimento Passe de Livre de São Paulo e o Bloco de Lutas de Porto Alegre, os movimentos de luta por moradia e a articulações criadas para resistir o aprofundamento dos processos de segregação socioespacial com as obras para megaeventos esportivos como os Comitês Populares da Copa²⁶⁸ podem ser observados cada um por sua trajetória e pautas em suas especificidades, mas, também, pelo que esses movimentos sociais têm em comum em termos de estratégia confrontacional: ação direta, no seu sentido amplo, no que se refere a transgredir não só o ordenamento excludente da urbanização, mas também, o sistema de participação política que o legitima, sugerindo também uma crise no sistema de representação política e no seio das organizações políticas nascidas do ciclos de greves do fim dos anos 1970, com a CUT e a UNE reestruturada. As interpretações do campo anarquista que apontam essas particularidades do conflito político no Brasil são numerosas e pouco exploradas no debate acadêmico, nos concentraremos nas interpretações de organizações políticas anarquistas especificistas, não só por ser nosso sujeito de pesquisa, mas por defenderem o anarquismo revolucionário e por buscarem, dentro das correlações de forças sociais em um disputa nos movimentos de massa, o direcionar da classe oprimida e explorada para uma ruptura com a dominação estatal e capitalista.

Para fazer a análise selecionamos os comunicados que consideramos mais relevantes publicados pelas organizações específicas anarquistas que compõem a CAB. O nosso objetivo de expor suas interpretações sobre os desdobramentos e consequências desse ciclo de lutas, as críticas direcionadas aos seus adversários e a estratégia de transformação libertária da sociedade dentro da cronologia dos eventos da Revolta do Vinagre. Acrescentamos ao texto os dados obtidos em relatórios produzidos pelos movimentos sociais, fontes noticiosas e oficiais para traçar uma cronologia dela e expor o recrudescimento da criminalização dos protestos desencadeada ao longo dos desdobramentos desse ciclo de manifestações.

²⁶⁸ Os Comitês Populares da Copa e Olimpíada tiveram sua origem em um movimento anterior, criado em 2005 por representantes de organizações não governamentais, associações de moradores, unidades acadêmicas e grupos ligados ao esporte, para acompanhar os gastos públicos e as metas de urbanização estabelecidas pela prefeitura do Rio de Janeiro para os Jogos Pan-Americanos. O anúncio em 2007 da realização da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 faz com que integrantes do Comitê do Pan continuem a se mobilizar de forma difusa. A idéia dos Comitês Populares da Copa surge efetivamente em 2010, após dois seminários sobre megaeventos esportivos, impactos urbanos e violações de direitos que viabilizaram o encontro dos representantes das sedes que receberiam a Copa do Mundo.

4.3.1 Não começou nas Jornadas de Junho de 2013

Os ciclos de conflitos políticos do tipo confrontacional são construções situadas social e historicamente. Eles não se manifestam no vácuo social e nem são expressões abstratas, são expressões dos sujeitos coletivos que assumem formas organizacionais, de participação política e repertórios de seus tempos dentro de correlações de forças políticas e econômicas no interior das classes oprimidas e exploradas.

As lutas constituintes no Brasil ao longo dos anos 2000, como os ciclos de protestos do movimento antiglobalização e revoltas contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, a criação de novas institucionalidades a partir de movimentos autônomos, as articulações entre organizações políticas com criação de frentes de lutas e redes orientadas pela ação direta, autonomia e pluralidade obtiveram influência política suficiente para emagrecer a solidariedade necessária de outros setores da sociedade. Porém não sem entrar em choque com a influência exercida pelos atores das lutas constituídas nos ciclos de greves do fim dos anos 1970 que dão origem ao Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores e a UNE reestruturada, que compunham a base social governista.

No entanto, isso não significa que as bases de sustentação do governo Dilma Rousseff na classe trabalhadora estivessem garantidas, isso porque a fragmentação e falta de articulação da oposição no movimento sindical e estudantil, não pode ser confundida com a falta de tentativas de romper os mecanismos de contenção das lutas de classes exercidas desde o governo Lula, apontadas nas considerações sobre a conjuntura brasileira pela CAB em seu ato fundacional.

De acordo com Selmo Nascimento (2018), os anos 2010 se iniciaram com a maior incidência de ciclo de greves²⁶⁹ desde do ano de 1984²⁷⁰, após um longo período de normalização das greves entre 1997 e 2011, resultado do “declínio da combatividade do novo sindicalismo e da emergência e hegemonia do “sindicalismo cidadão” cutista e do

²⁶⁹ Segundo Selmo Nascimento (2018) a partir da perspectiva anarquista de que os ciclos de greves esclarece que além de serem resultantes de um conjunto de fatores sociais, econômicos e políticos, são resultantes da força coletiva dos trabalhadores que assumem formas e conteúdos de determinadas organizações. “No caso das organizações sindicais, suas formas e conteúdos, historicamente, encarnam diferentes modelos de sindicalismo, que sintetizam as diferentes estruturas organizacionais, práticas políticas, concepções ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas típicas da pluralidade do movimento dos trabalhadores. Ou seja, os ciclos de greve também são o resultado da ação de sujeitos históricos (NASCIMENTO, 2018, p. 92).

²⁷⁰ De acordo com Selmo Nascimento (2018, p. 92) com os dados dos relatórios anuais sobre greves do DIEESE, em 1984, as greves no Brasil ultrapassaram o número de 2.000. Até 2013, quando foram registradas 2.050 greves, o maior número era o de 1.963 greves em 1989. No período entre 1988 e 1996 foram registradas 10.173 greves, sendo que os anos de 1992 e 1993 registraram os menores números do período, 556 e 644 greves respectivamente.

sindicalismo de resultados da Força Sindical (NASCIMENTO, 2018, p. 90).²⁷¹ Segundo o autor, em 2012, as revoltas espontâneas dos operários nos canteiros de obras da Hidrelétrica de Jirau onde os trabalhadores atearam fogo nos alojamentos e nas gerencias, na Hidrelétrica de Belo Monte, Hidrelétrica de Santo Antônio, Refinaria Abreu e Lima, Petroquímica de Suape e Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro contra as péssimas condições de trabalho, alojamento e baixos salários foram feitas à revelia dos sindicatos oficiais. Eles atuaram tardiamente se apresentando como os representantes legítimos dos operários para fechar os acordos de conciliação de classes com a assinatura do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção²⁷². Como explica o autor, todos sindicatos nacionais e empresários assinaram o acordo, exceto os operários e o resultado do acordo de conciliação de classes foi o fim do movimento paredista. Algo semelhante aconteceu nas greves das universidades federais. Segundo o autor a greve foi convocada pelos fóruns dos servidores e servidoras reivindicando reestruturação das carreiras, melhores condições de trabalho e mais verbas para a educação, durante os desdobramentos das greves houveram choques entre as bases e as direções sindicais em relação às estratégias a serem utilizadas, enquanto as direções defendiam protestos pacíficos e dentro da legalidade, e os setores da base das categorias defendiam um repertório de confronto mais combativo com ocupações dos prédios do governo e trancamento de vias.

No movimento estudantil a greve nas universidades federais também colocou em choque a direção da UNE e as entidades de base (centros e diretórios acadêmicos, conselhos) e setores autônomos do movimento estudantil em ascensão desde os anos 2000. Enquanto a direção da UNE defendia a conciliação com o MEC e reitorias, os setores estudantis organizados dentro das entidades nacionais em oposição ao PT e PC do B e os setores autonomistas, defendiam táticas mais radicalizadas e autonomia em relação ao MEC e reitorias (algumas delas com gestões ligadas aos partidos da base governista).

Segundo a análise de Nascimento (2018) a ascensão dos ciclos de greves iniciadas em 2012 são importantes por demonstrarem uma série de contradições dialéticas espontaneidade-tutela, base autônoma-direção burocrática, ação direta-pacifismo, assimilação-ruptura, que

²⁷¹ Para explicar declínio da combatividade no sindicalismo o autor utiliza as contribuições de Marcelo Badaró Mattos, na qual o historiador alenca uma série de fatores: o desemprego e a precarização das relações de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva que se acelera a partir da década de 1990; o progressivo apassivamento da maioria da direção sindical mais combativa (reunida em torno da Central Única dos Trabalhadores, a CUT), que ao longo dos anos 1990 adere progressivamente a uma lógica conciliatória e amolda-se à ordem do capital e à estrutura sindical oficial; e, já nos anos 2000, a incorporação de dirigentes sindicais aos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores, acompanhada da transformação da CUT em braço sindical dos governos petistas e de sua definitiva incorporação à estrutura sindical oficial (MATTOS, 2014 apud NASCIMENTO, 2018, p. 93).

²⁷² Disponível em: http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/legislacao_-_leis_2012_171220131651527607236.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

estarão presentes nas revoltas de junho de 2013 e nos ciclos de greves nos anos posteriores, como nas greves dos garis de 2014, do magistério estadual e municipal do Rio de Janeiro, setores que empregam na sua maioria negros e mulheres.

De acordo com Nascimento (2018) o levante proletário de 2013 tem uma relação orgânica com as greves nas universidades federais de 2012, em especial com o setor da militância estudantil, uma vez que vários daqueles militantes que constituíram a greve vão participar dos vários espaços organizativos de luta contra o aumento da tarifa dos transportes públicos. De outro lado, o caráter explosivo das greves dos canteiros de obras do PAC vai estar nas ruas em 2013, em uma revolta proletária.

Para o autor, objetivamente, a crise econômica e o agravamento da questão social em razão de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na superexploração e precarização de um proletariado marginal (FERREIRA, 2014) foram as mesmas. Subjetivamente as revoltas de junho produzirão na classe trabalhadora, enquanto sujeito coletivo e histórico, a percepção de que a luta direta poderia se converter em vitórias concretas.

O período anterior e as jornadas de junho de 2013, no mesmo sentido nos apontam que essa explosão de protestos tiveram como fermento a indignação pela precária condição de vida a qual estão submetidas as classes oprimidas e que manifestam em revoltas espontâneas, enquanto o papel das articulações políticas entre trabalhadores, estudantes, militantes comunitários, organizações políticas que vinham se constituindo e se constituíram ao longo desse processo, foi de buscar transformar o poder enquanto capacidade de transformação em um poder com o outro, redirecionar os diferentes núcleos de poder que se constituem durante os processos insurgentes de forma organizada e descentralizada para objetivos e pautas em comum. Além de buscar solucionar os problemas de fragmentação potencializado pelos diferentes usos das redes sociais.

No dia 9 de fevereiro de 2012, na cidade Rio de Janeiro, a revolta espontânea dos usuários com os frequentes atrasos, superlotação e acidentes com os trens urbanos sob a gestão da Supervia, resultam em quatro estações destruídas pelos manifestantes e o confronto entre usuários dos transportes e polícia na Estação Central do Brasil. Em outubro daquele ano foi criado na cidade do Rio de Janeiro o Fórum de Lutas contra os aumentos das passagens.

Em um artigo publicado no site luso-brasileiro *Passa Palavra* assinado por Carlos (nome fictício)²⁷³, o autor apresenta o desafio que os militantes cariocas tiveram que enfrentar em relação ao uso das redes sociais, que motivou a formação da organização. Segundo o autor

²⁷³Sobre as especificidades do Rio de Janeiro nas manifestações de junho de 2013. Disponível em: <https://passapalavra.info/2018/07/120858/>. Acesso em: 20 set.2019.

quando a luta contra o aumento dos transportes coletivos se intensificou, “a crescente insatisfação criou uma massa de militantes virtuais que buscavam utilizar as redes sociais como meio privilegiado de organização e como forma de serem protagonistas das mobilizações”.²⁷⁴ A ideia era que cada indivíduo insatisfeito marcasse um protesto com pauta, local e horário, escolhidos previamente e que os outros estavam livres para ir ou não ao evento marcado pelas redes sociais. O resultado foi uma dezena de passeatas, com poucas pessoas em cada uma delas e sem impacto político.²⁷⁵ Para solucionar o problema, de acordo com o relato do militante, foi criado o Fórum de Lutas contra os aumentos das passagens que passou a realizar “reuniões em sindicatos e grêmios, passagens em escolas e universidades, atividades culturais etc. – através de plenárias abertas que ocorriam periodicamente”.²⁷⁶ A organização política e o movimento social não tinham um programa pronto, era na verdade “um espaço de permanente de discussão e avaliação da tática, inclusão ou exclusão de pautas, e mesmo sobre para quais objetivos gerais esses objetivos específicos deveriam estar subordinados”. O militante destaca que inicialmente que o Fórum atraiu militantes partidários independentes de diferentes matrizes ideológicas (trotskistas, autonomistas e anarquistas), mas com o trabalho de base e de articulação política iniciados em dezembro de 2012, se conseguiu reunir nas plenárias em 2013, não apenas indivíduos organizados, mas também pessoas de fora do ambiente acadêmico e dos movimentos estudantis, populares ou de trabalhadores. Em 2013 a “maior plenária chegou a contar com algo entre 3.000 e 5.000 pessoas formando um movimento plural e autônomo”. Nos primeiros atos realizados na cidade em 2013, o Fórum de Lutas vai articular-se abrangendo um número maior de lutas já em curso nucleando de forma descentralizada militantes e organizações.

No início de 2013, as manifestações contra o aumento dos transportes coletivos mobilizadas em Porto Alegre pelo Bloco de Lutas pelo Transporte às vésperas dos reajustes das tarifas em 15%, e em Natal em abril, mobilizadas pelo movimento Revolta do Busão, conseguiram suspender temporariamente o reajuste das tarifas na cidades a partir da ação direta e reunindo em torno de si uma articulação plural de organizações políticas composta na maioria por jovens e trabalhadores e trabalhadoras precarizadas.

²⁷⁴ **Sobre as especificidades do Rio de Janeiro nas manifestações de junho de 2013.** Disponível em: <https://passapalavra.info/2018/07/120858/>. Acesso em: 20 set.2019.

²⁷⁵ A convocação de atos e até de greve geral, sem preparação, sem pautas objetivas, simultâneas, sem nem saber quem estava convocando não parou de acontecer ao longo de 2013 nas redes sociais, mas foram perdendo sua capacidade já reduzida de mobilização ao longo das jornadas de junho e nos meses posteriores do mesmo ano em decorrência da militância organizada no MPL e articulações políticas reconhecidas pelos usuários e usuárias como organizadores dos protestos.

²⁷⁶ Idem.

O Bloco de lutas de Porto Alegre foi organizado a partir de pautas em comum “Transporte 100% público, abertura das contas das empresas de transporte, passe livre para estudantes, idosos, desempregados, pela retirada imediata dos inquéritos movidos contra manifestantes, contra o Estado de Exceção da Copa do Mundo de 2014, comandada pela FIFA. (BLOCO DE LUTAS, 2013).²⁷⁷ A metodologia organizacional do Bloco incluía a tomadas de decisão mediante a assembleias nas ruas onde ocorriam os protestos e um repertório confrontacional de ação direta, como a ocupação realizada da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre em 10 de junho de 2013, tornando-se o principal responsável pelas reduções das tarifas de transporte coletivo na cidade. No entanto, isso não significa que não tenha passado por fraturas internas motivadas pelas divergências entres seus participantes. Em abril de 2013, a União da Juventude Socialista (Juventude do PC do B) foi expulsa por desrespeitar constantemente os encaminhamentos das assembléias e os acordos políticos realizados no interior da organização.

A Federação Anarquista Gaúcha no início de abril emitiu um comunicado no seu boletim, o *Opinião Anarquista*, sobre as lutas pelo transporte coletivo na capital do estado. Em *É hora de avançar. Fortalecendo nossa organização. Defendendo Nossos direitos*²⁷⁸, a organização anarquista avaliou como positiva a articulação do Bloco de Lutas por ter conseguido dinamizar a organização e atingido uma maturidade ímpar que potencializou o acúmulo de forças em um espaço organizativo plural, a unidade com os trabalhadores rodoviários em sua luta contra a classe patronal e a corrupta burocracia do sindicato. Para FAG (2013) o êxito na redução das tarifas de transporte do início daquele ano se deu graças a cobrança para que a tarefas deliberadas fossem executadas. Além disso, para a organização anarquista gaúcha, o Bloco de Lutas formado na maioria por estudantes em ações coletivas organizadas conjuntamente com os trabalhadores do transporte coletivo demonstraram que “o princípio da solidariedade de classe e que é possível acumular e avançar contra nossos inimigos quando unificamos e coordenamos as lutas”.²⁷⁹ A FAG também destacou a Frente Autônoma que reuniu militantes independentes libertários, entres eles, militantes da própria FAG, como um espaço organizativo importante por ter garantido maior organicidade entre o setor e por ter conseguido garantir a execução de atividades, como o trancamento dos terminais de ônibus em uma ação coordenada com os trabalhadores rodoviários. O comunicado também denuncia a forte repressão da Guarda Municipal e da Brigada Militar aos

²⁷⁷ **Nota do Bloco de Lutas Pelo Transporte 100% Público.** Disponível em: <https://passapalavra.info/2013/06/79680/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

²⁷⁸ *É hora de avançar. Fortalecendo nossa organização. Defendendo Nossos direitos. Opinião Anarquista*, Porto Alegre, abr. 2013.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 1.

protestos e a guerra psicológica que contou com a participação da “RB\$ e seu gorila de plantão Lasier Martins”.²⁸⁰ Para a organização específica anarquista gaúcha os próximos passos a serem dados nos meses posteriores que antecederiam as jornadas de junho, era o fortalecimento da unidade e dinâmica do Bloco de Luta para fazer frente ao Bloco Reacionário formado pela imprensa que funciona como um agente ideológico, pela prefeitura como agente político que operacionaliza as instâncias corruptas que garantem os aumentos das tarifas e as empresas de transporte que fazem uma verdadeira extorsão do usuário, oferecem um serviço precário e superexploram os trabalhadores do transporte.

Em São Paulo, apesar do Movimento Passe Livre estar preparado para o aumento das tarifas de transporte coletivo que aconteceriam em janeiro, a suspensão do aumento das tarifas se deu após o ministro da Fazenda Guido Mantega pedir para os prefeitos e governadores do Rio de Janeiro e São Paulo que adiassem o aumento das tarifas para diminuir o impacto da inflação nos primeiros meses do ano. O prefeito Fernando Haddad (PT) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB), atenderam o pedido do governo federal o que deu mais tempo para o movimento se preparar para os protestos (SPINA, 2013).

Em Natal, as manifestações mobilizadas pelo movimento Revolta do Busão voltaram a acontecer em maio depois que a prefeitura autorizou o reajuste das tarifas no dia 15. Tal movimento havia sido criado no semestre anterior, a partir de outro movimento, o Fora Micarla! que exigia o afastamento da prefeita acusada por desvio de verbas do Fundo Nacional de Saúde.²⁸¹ O movimento Revolta do Busão composto por estudantes apartidários anarquistas, autonomistas e de partidos de esquerda, em agosto e setembro de 2012, a partir da ação direta e protestos massivos conseguiram reverter o aumento das tarifas autorizada pela prefeitura e a reação dos empresários de transporte que ao perderem a queda de braço com os manifestantes tentaram, sem sucesso, cortar a integração dos usuários do transporte público feita com um bilhete único.

Em Goiânia, as manifestações começaram no dia 8 de maio organizadas pela Frente Contra o Aumento, um movimento composto por estudantes independentes, grêmios, DCE-UFG, Centros Acadêmicos, pelo Estudantil Popular Revolucionário, pelo Tarifa Zero Goiânia e também por outros grupos que convocaram uma manifestação na região central da cidade contra o aumento da passagem. No dia 28 do mesmo mês, a manifestação em Goiânia

²⁸⁰ Ibid., p. 2.

²⁸¹ Em 2011 a prefeita Micarla de Souza e mais 11 suspeitos foram alvo da Operação Assepsia da Polícia Federal que investigava o desvio de verbas das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e ambulatórios especializados para Organizações Sociais por meio de licitações fraudulentas. Ainda em 2011, os protestos pedindo a saída da prefeita tomaram grandes proporções, no qual, seu auge foi a ocupação da prefeitura por estudantes em maio. A prefeita em outubro de 2012 vai ser afastada do cargo pelo Ministério Público a pedido da PF. Em 2016, Micarla de Souza foi condenada pelos desvios das verbas do Fundo Nacional de Saúde a 16 anos, seis meses e dez dias de reclusão.

terminou com 24 estudantes presos por vandalismo e cinco ônibus incendiados. No dia 16 de maio serão realizadas manifestações de protesto contra os aumentos das tarifas nas cidades Rio de Janeiro, em São Paulo e Belo Horizonte.

4.3.2 Começam as Jornadas de Junho de 2013

No início de junho, começa a primeira fase das jornadas, o Movimento Passe Livre e as frentes de luta pelo transporte, como o Fórum de Lutas no Rio Janeiro, a Assembléia Popular Horizontal em Belo Horizonte, o movimento Revolta do Busão em Natal, o Bloco de Lutas pelo Transporte em Porto Alegre e a Frente de Lutas pelo Transporte e o MPL de Florianópolis, levaram para as ruas o descontentamento com o valor das tarifas e a qualidade do transporte coletivo presente no cotidiano de milhares de usuários e potencialmente capaz de aglutinar em torno dessa pauta outras pautas decorrentes de insatisfações como os gastos com os megaeventos esportivos, remoções forçadas, com as condições da educação e saúde e a política de militarização das favelas.

Em São Paulo os atos mobilizados pelo MPL/ SP nos dias 6, 7, e 11 apresentaram uma adesão crescente a cada ato: respectivamente cerca de 2 mil, 5 mil e 10 mil aproximadamente. Já nos primeiros protestos os ataques da polícia aos manifestantes deixaram dezenas de feridos e pelo menos 30 participantes foram detidos.

No dia 11 de junho, o ato convocado pelo MPL São Paulo começou pacífico, fechando o centro antigo até a rua da Consolação, mas os manifestantes são impedidos de entrar na Avenida Paulista onde ocorre um conflito e a polícia atira indiscriminadamente contra manifestantes e jornalistas. No dia 13 de junho, as manifestações em São Paulo chegaram à Avenida Paulista, mas outra vez a explosão de violência policial encurralou os participantes nas imediações deixando nesse dia mais de 300 feridos, entre eles 6 jornalistas. Nesse dia, houve manifestações também no Rio de Janeiro, Santarém, Natal, Porto Alegre, Maceió, Santos e Sorocaba.

Os veículos de comunicação de massa no Brasil no início de junho pareciam não acreditar na possibilidade dos protestos se massificarem. No dia 13 de junho, Arnaldo Jabor fez o comentário na rádio CBN intitulado *Revoltosos de classe média não valem 20 centavos*, onde afirmava que o aumento “irrisório” de R\$ 0,20 não era comparado com os gastos com o vandalismo contra o patrimônio público e privado. A retratação em tom de *mea culpa* veio

intitulada *Amigos, eu errei. É muito mais do que 20 centavos*, no espaço diário que tinha na CBN, no dia 17 junho, sem perder a linha editorial de dividir o movimento entre pacíficos e violentos.

O Estadão, no editorial *Chegou à hora do basta!*, justificando a violência policial na Avenida Paulista:

A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo [...]. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna - e isso depende do rigor das autoridades [...] De Paris, onde se encontra para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020, o governador disse que "é intolerável a ação de baderneiros e vândalos. Isso extrapola o direito de expressão. "É absoluta violência, inaceitável". Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade" Haddad, que se encontrava em Paris pelo mesmo motivo, também foi afirmativo ao dizer que "os métodos (dos manifestantes) não são aprovados pela sociedade. Essa liberdade está sendo usada em prejuízo da população."²⁸²A Folha de São Paulo, no editorial "*Retomar a Paulista*", apela às autoridades por mais repressão: Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público. [...] Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. "É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na Avenida Paulista [...]. No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei."²⁸³No Rio de Janeiro, o principal protesto do dia 13 de junho reuniu 4 mil pessoas, 31 foram presas e a cobertura da Rede Globo deu ênfase aos casos de depredação e na hostilidade ao repórter Vandrey Pereira por parte dos manifestantes. Desde o início de 2013 até dia 16 de junho, o número de participantes nas manifestações contra o aumento das tarifas em diferentes cidades do Brasil não ultrapassem a 50 mil pessoas, aproximadamente. As maiores manifestações foram concentradas no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre.

No dia 17 de junho inicia a segunda fase dos protestos, os maiores protestos se concentram entre os dias 17 e 22 de junho.

O início da Copa das Confederações (2013) no dia 15 de junho engrossou as manifestações nas cidades sede do evento e da Copa em 2014, a passeata em São Paulo reuniu 75 mil pessoas, no Rio de Janeiro mais de 100 mil e em Belo Horizonte 30 mil. No Rio de

²⁸² *Chegou a hora do Basta*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 jun.2013. Disponível em: <http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral/chegou-a-hora-do-basta-imp-1041814>. Acesso em: 7jul. 2015.

²⁸³ *Retomar a Paulista*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/opinio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>. Acesso em: 7 jul./2019.

Janeiro quatro pessoas foram feridas com armas de fogo pela polícia na tentativa de contenção da ocupação da Assembléia Legislativa pelos manifestantes. Em Belo Horizonte, nos protestos durante a partida Taiti x Nigéria nas imediações do Estádio Mineirão, duas pessoas ficaram gravemente feridas ao caírem do viaduto tentando fugir das bombas de gás lacrimogêneo jogadas pelas polícia. Não tiveram a mesma sorte os jovens Luiz Felipe Aniceto de Almeida, de 22 anos, no dia 22 de junho, quando Japão e México se enfrentavam, e Douglas Henrique de Oliveira, de 21 anos, no dia 26 de junho, data da partida entre Brasil e Uruguai, que morreram ao caírem de viadutos ao fugir das bombas de gás jogadas pela polícia mineira.

A mídia convencional assumiu um papel importante nos desdobramentos dos eventos não só condenando a violência, mas também dividindo os participantes entre vândalos e “cidadãos de bem”, mas, sobretudo, pautando reivindicações generalizantes para qualquer conquista que pudesse vir das ruas e jogando peso na produção midiática da corrupção como principal agenciadora das manifestações.

No entanto parece ter havido, pelo menos inicialmente, um curto-circuito no espetáculo²⁸⁴ midiático promovido pela mídia televisiva, o objetivo era dividir os manifestantes entre violentos e não violentos. Ao condenar a violência nas manifestações atribuindo ao black bloc os confrontos com o polícia e depredações de patrimônio público e privado no decorrer dos protestos, ao mesmo tempo, as fortes cenas de agências bancárias quebradas e de policiais tendo que recuar sob ataques a pedra e *molotov* de jovens mascarados vestidos de preto criaram um sentimento que agenciou outros jovens para adotar ou condenar a tática. As agressões aos militantes de partidos de esquerda e movimentos sociais pela extrema direita, em grupo ou dispersos na multidão sem estar caracterizados como membros de uma organização, misturavam-se a outras pessoas, não especificamente mal-intencionadas no coro dos “Sem partido!”. Nas ruas surgem milhares de pessoas com cartolinas pedindo por educação, saúde e transportes, mas também contra a corrupção, muitas delas, assumindo o discurso capitalizado pela oposição ao governo desde o julgamento do *Mensalão* petista.

O apartidarismo de esquerda dos militantes do MPL, crítico ao partidarismo eleitoreiro, estava sendo disputado pelo antipartidarismo conservador de pessoas sem

²⁸⁴ Guy Debord em **A sociedade do espetáculo**, marca a crítica radical da sociedade de consumo e a ordem midiática. Para o autor, a sociedade do espetáculo funda-se obre dois eixos: a situação histórica onde a mercadoria ocupou toda vida social, que está ligada ao espetáculo, e a separação do real e da imagem inaugurada pela mídia, as imagens passa a ter lugar privilegiado no âmbito das representações. "O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas a relação social entre pessoas, midiaticada por imagens (Debord, 1992, p. 14)". "O espetáculo não pode ser compreendido como abuso de um mundo da visão, o produto das técnicas de difusão maciças das imagens. Ela é uma weltanschauung que se tornou efetiva, materialmente traduzida. É uma visão do mundo que se objetivou" (DEBORD, 1992, p.14).

histórico de participação em manifestações impulsionado por setores dos oligopólos midiáticos e da oposição ao governo federal sob máxima “O gigante acordou”.

Entretanto é preciso esclarecer o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem para Rua (VPR) grupos liberais organizadores das marchas pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2015 e 2016, só foram fundados oficialmente após as Jornadas de junho de 2013. O MBL, uma seção brasileira da organização liberal estadunidense *Students For Liberty*, tinha por objetivo promover a pauta da organização nas Jornadas de junho, o nome do grupo é tentativa deliberada de capitalizar politicamente o nome do Movimento Passe Livre, mas oficialmente, o MBL foi fundado após as pesquisas eleitorais apontarem que a presidenta Dilma Rousseff seria reeleita, assim como O Vem para Rua, fundado em novembro de 2014, o seu nome se remete a uma palavra de ordem que há anos é utilizada pelos movimentos de rua nos protestos contra os aumentos das tarifas.

A posição do MPL sobre as agressões aos militantes de partidos de esquerda é sintetizada por Caio Martins do MPL/SP: “Não somos donos das manifestações contra o aumento da tarifa do transporte público. O movimento está interessado em revogar o aumento da passagem. E só”.²⁸⁵ Sobre os ataques aos militantes de partidos o MPL se posicionou em solidariedade aos agredidos, afirmando que construíam as lutas com o movimento há anos. Ainda sobre as agressões aos militantes de partidos, em especial, aos militantes do PT, Rafael Siqueira, do MPL/SP disse “ainda que sejamos contra política de transporte de uma prefeitura do PT, achamos que o PT deve ter todas as garantias de participar das manifestações públicas.”²⁸⁶ No dia 19 de junho, os prefeitos de São Paulo, Fernando Haddad , e do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), e o governador paulista, Geraldo Alckmin , anunciaram de forma simultânea a revogação do aumento das tarifas do transporte público. Até o fim das manifestações, houve a redução (ou cancelamento do aumento) em ao menos 14 capitais e 59 cidades em todo País. Até junho de 2014, só cinco capitais haviam aumentado as tarifas de transporte coletivo.

No dia 20, o MPL/SP lançou a uma nota que dizia “Se antes eles diziam que baixar a passagem era impossível, a revolta do povo provou que não é. Se agora eles dizem que a tarifa zero é impossível, nossa luta provará que eles estão errados”. Houve protestos em mais de 100 cidades, 100 mil pessoas em São Paulo e 300 mil no Rio de Janeiro. A Esplanada dos

²⁸⁵ **Não somos donos das manifestações, diz Movimento Passe Livre** Disponível em: <http://agemt.org/?p=3503>. Acesso em: 6 jul. 2015.

²⁸⁶ Ana KREPP, Ana. MPL acusa onda conservadora e desiste de novas manifestações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jun.2013. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml. Acesso em: 13 jul.2015.

Ministérios em Brasília é tomada por 35 mil manifestantes, se somadas no conjunto reuniram 1,5 milhão de pessoas (SINGER, 2013, p. 26).

O dia 20 de junho de 2013 também é marcado pelos ataques aos militantes do PT, PC do B, sindicalistas da CUT, UGT e dos movimentos sem teto e sem terra na Avenida Paulista. Mascarados como black blocs, os Carecas do Brasil arrancam bandeiras e agrediram militantes do MPL e dos partidos que compõem as frentes de luta pelo transporte.

No dia 21 de junho, em uma coletiva de imprensa o MPL/SP afirmou que não mais chamaria manifestações, em nota pelo Facebook, repudiou os ataques aos militantes de esquerda na Avenida Paulista. Poucas horas depois, volta atrás da decisão e marca um novo ato para o dia 25 junto com o Movimento dos Trabalhadores SemTeto (MTST) e o grupo Periferia Ativo por melhorias dos serviços públicos e contra a violência policial na periferia da zona sul de São Paulo.

No dia 22, termina a segunda fase, caracterizada pelas manifestações com o maior número de participantes e uma abrangência em todo território nacional, a terceira fase não é necessariamente uma ruptura com a segunda, o que vai caracterizá-la inicialmente são os protestos durante a Copa das Confederações, e depois a campanha sistemática de criminalização contra militantes de organizações de esquerda proveniente da mídia, do judiciário e de governo federal e governos estaduais.

A presidenta Dilma no dia 24, após se reunir com militantes do MPL, os 27 governadores e 26 prefeitos, anunciaram cinco pactos nacionais sob a responsabilidade dos três níveis de governo, no pronunciamento em cadeia nacional três dias antes: 1) Incentivo ao transporte coletivo por meio de subsídios e desoneração fiscal; 2) Reforma política e combate à corrupção, exigindo também dos governadores que se apressassem com o acesso à informação garantindo assim a transparência com os gastos públicos; 3) Ampliação das Unidades de Pronto Atendimento, hospitais e do Programa mais Médicos; 4) Para educação anuncia 100% dos royalties do petróleo e 50% do pré-sal; 5) Responsabilidade fiscal: manter as medidas de estabilidade econômica e controle da inflação para que o Brasil continue protegido da crise mundial.

Os cinco pactos apesar de terem sido recebidos com certo otimismo, não contemplavam pautas importantes, assim como no pronunciamento do dia 21 de junho, a presidenta Dilma, os governadores e prefeitos das cidades sedes da Copa, mantiveram o consenso sobre o legado positivo dos megaeventos esportivos afirmando que os gastos não eram públicos, mas da iniciativa privada, também não mencionando as remoções forçadas.

No dia 25, além do ato organizado pelo MPL/SP junto com o MTST e o grupo Periferia Ativa, manifestantes bloquearam a Via Dutra, a Raposo Tavares e a Castello Branco (no interior de São Paulo), a BR-290 (nos arredores de Porto Alegre), o Anel Rodoviário da BR-381 na região metropolitana de Belo Horizonte, e a BR-251, em Goiás. Também houve protestos no Rio, em Niterói, Aracaju, Florianópolis e Sumaré (SP).

Os protestos na Copa das Confederações (2013) iniciaram-se nas vésperas da abertura do evento, o MTST realizou protestos no Distrito Federal e em São Paulo, e no dia da abertura, 15 de junho, no Rio de Janeiro, 14 times de comunidades removidas ou ameaçadas de remoção para as obras de preparação da cidade para os grandes eventos esportivos participaram do torneio Copa das Remoções, promovido pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas.

Dia 17 de Junho, em Minas Gerais, durante o jogo Taiti e Nigéria, aproximadamente 10 mil pessoas marcharam da Praça Sete de Setembro, Centro de Belo Horizonte, até o Estádio Mineirão. Quando o grupo chegou às proximidades do local, houve confronto com a Polícia Militar. As manifestações continuaram por toda a semana na capital mineira. Em Fortaleza 5 mil pessoas pediram melhorias no transporte público e criticavam os investimentos na Copa do Mundo 2014 no dia 22 enquanto Espanha e Itália se enfrentavam.

Os protestos acontecem respectivamente nas cidades-sedes da Copa das Confederações, da Copa (2014) e em outras em que as tarifas ainda não tinham baixado ou por melhorias do transporte, como em Porto Alegre, onde os protestos contra as tarifas se misturaram aos contra as remoções forçadas. As câmaras de vereadores de Porto Alegre no dia 10 de julho, Salvador no dia 22, Belo Horizonte no dia 29 de julho e Campinas no dia 7 de agosto, foram ocupadas por estudantes, integrantes de movimentos sociais e das frentes de luta pelo transporte. Entre os dias 19 e 26 de junho de 2013, os comunicados das organizações específicas anarquistas difundem que os protestos são pela “redução das tarifas, contra as remoções forçadas, pelo fim da Polícia Militar e pela reforma agrária” (FARJ, 2013)²⁸⁷, exigências provenientes dos movimentos populares e das classes subalternas respondidas pelo governo federal, pelos governos estaduais e municipais de forma violenta e arbitrária (CAB, 2013)²⁸⁸. Nos comunicados das organizações específicas anarquistas, se destacou as greves dos trabalhadores das construção civil nos canteiros de obras do Plano de Aceleração do Crescimento e as resistência aos projetos de infraestrutura do IIRSA os protestos contra remoção forçada e militarização das comunidades pela Força Nacional e Forças Armadas e

²⁸⁷ **Lutar Contra o Aumento da Tarifa Pela Força e Vontade das Ruas!** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/25717>. Acesso em: 20 jun. 2013.

²⁸⁸ **Protesto não é crime! Basta de criminalização aos movimentos sociais.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25742>. Acesso em: 12 maio 2020.

contra os gastos para realização dos megaeventos esportivos, e as resistências dos povos originários contra o avanço do agronegócio sobre suas terras e projetos de lei que concediam ainda mais poder aos ruralistas, demonstram o descontentamento popular com o Estado e com o capitalismo.

Segundo a FAG nem ao uso de táticas de autodefesa não letais e de destruição do patrimônio público e privado que representam o Estado e o Capital podem condenadas. As revoltas são tratadas como resultado de uma promessa não cumprida:

[...] um Brasil grande e moderno as custas de uma deterioração brutal do meio ambiente, dos espaços públicos e das condições de vida do povo trabalhador e da juventude [...] A pretensa inclusão social por meio de bens particulares, associa a felicidade com o consumo, mas não é capaz de satisfazer demandas coletivas que formam a qualidade de vida nas cidades. A percepção de dias melhores pelo povo se esvai pelos efeitos insuportáveis de uma estrutura opressiva da vida social cotidiana.²⁸⁹ Segundo a Coordenação Anarquista Brasileira em *Protesto não é crime! Basta de criminalização aos movimentos sociais!*, publicado no portal anarkismo.org no dia 19 de junho de 2013, os protestos contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, pela tarifa zero para estudantes e desempregados e melhorias dos serviços prestados aos usuários haviam logrado êxitos no início do ano em Porto Alegre e Goiânia, porque longe de terem sido uma vitória de um determinado partido ou de mobilizações virtuais eram fruto: [...] da contundente decisão com que milhares de jovens, trabalhadores e desempregados, tomaram as ruas, ocuparam terminais, organizaram piquetes em garagens e mobilizaram seus amigos e companheiros nos locais de trabalho, estudo e moradia, na luta contra o aumento. [...] uma vitória moral do movimento popular liderado pela juventude combativa. [...] fruto de um árduo trabalho de inúmeros companheiros e companheiras, onde modestamente temos aportado nossa contribuição²⁹⁰. Para a FAG, as lutas pelo transporte coletivo se multiplicaram pelo país em junho desencadeada por parte da reação composta pelos governos, empresários de transporte e a mídia, a tentativa de legitimar a repressão e a perseguição policial a partir da criminalização dos protestos e a construção de espantalhos (estereótipos) para desencorajar a participação popular na luta pelo direito à cidade. Por isso era preciso reforçar as esferas de participação direta e popular com democracia de base compreendida como um “mecanismo social que se representa na política pelas assembleias, pelas marchas e nas distintas formas de luta e organização de base dos setores populares”²⁹¹ já que “o povo não pode confiar seus interesses ao poder burocrático dos conchavos de gabinete e às decisões tomadas a portas fechadas entre elites políticas e grupos econômicos dominantes”.²⁹² Na mesma linha de argumentação da CAB, o coletivo Rusga Libertária em um comunicado publicado dez minutos após o da coordenação nacional no anarkismo.org²⁹³, afirmou que era preciso não reproduzir o discurso da criminalização “provenientes da reação” (governo, oligopólios da mídia e

²⁸⁹ Tomar as ruas por uma agenda contra a direita e o governismo. Avançar um programa de soluções populares! *Boletim Opinião Anarquista*. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25775>. Acesso em 15 jan. 2020.

²⁹⁰ **Protesto não é crime! Basta de criminalização aos movimentos sociais**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25742>. Acesso em: 20 maio 2020.

²⁹¹ **Protesto não é crime! Basta de criminalização aos movimentos sociais**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25742>. Acesso em: 20 maio 2020.

²⁹² **Protesto não é crime! Basta de criminalização aos movimentos sociais**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25742>. Acesso em: 20 maio 2020.

²⁹³ **A Luta contra o aumento das passagens e o Anarquismo**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25741>. Acesso em : 20 maio 2020

empresários de transporte) Ambos os comunicados são de apresentam o que as organizações definem como anarquismo e as suas concepções estratégicas de construção do poder popular nas quais inserem as lutas pelos transportes 100% público: : [...] um marco para acumular forças de mudança, avançar direitos e conquistar melhores serviços à revelia do controle dos capitais privados. Lutar para empoderar o povo e não se acomodar nas estruturas burocráticas do poder, que usurpa a força coletiva em direito público, mas em causa particular²⁹⁴. Os comunicados ao mesmo tempo expressavam a posição de que as jornadas de junho de 2013 eram um campo fértil para os setores mais combativos e classistas jogarem suas sementes para a construção do poder popular, mas também uma resposta as acusações provenientes de partidos de esquerda, entre eles o PSTU, que foi citado nominalmente pelo coletivo Rusga Libertária, de que os anarquistas estavam atacando os militantes de partidos e dos movimentos sociais que estavam portanto bandeiras das suas organizações.

Segundo o Rusga Libertária:

O que mais incomoda algumas legendas políticas é o fato deste movimento social, que saiu às ruas para enfrentar o governo e os patrões, não ter sido capturado por nenhuma vanguarda “esclarecida” ou partido político. É propício lembrar que alguns desses partidos que hoje condenam do alto de sua arrogância as fraquezas desse movimento popular/estudantil diziam algum tempo atrás informalmente por seus militantes “que não haviam condições objetivas para se fazer essa luta”. Felizmente eles foram contrariados e até mesmo, arrastados pela vontade da luta popular que moveu milhares. Esse movimento, apesar de compartilhar muitos princípios comuns ao nosso setor libertário e também com táticas de luta da classe trabalhadora **não pode ser claramente identificada a nenhuma ideologia política** apesar de em seu interior conter diferentes ideologias da esquerda. O movimento também não surgiu de nenhum partido político, apesar de ter sido construído com esforço de muitos militantes de partidos, o que deve ser valorizado. **Isso não significa que este movimento não tenha problemas.** Mas como diria um histórico companheiro da esquerda é “melhor dar um passo com mil do que mil passos com um” e vamos seguir trabalhando para construir e organizar melhor a luta contra o aumento das passagens junto com outros setores políticos sem a pretensão de nos tornarmos “os donos do movimento.”²⁹⁵ Por sua vez a CAB expressa :

Não formamos uma organização política para se fazer de intermediários burocráticos da pressão social, não buscamos o reconhecimento da mídia e das autoridades burguesas como interlocutores válidos. Nossa política aponta na construção de um povo forte. A ação direta como método de luta e a democracia de base como fator de participação decisiva do sujeito nas suas demandas são ferramentas para que cresça o poder popular, desde baixo. Nosso lugar é de impulso criador no interior das pautas do movimento social, no desenvolvimento de fatores ideológicos de mudança combativa, na construção de capacidade política pela união solidária dos oprimidos. O protesto social deve ter suas próprias perspectivas, não é escada para a carreira eleitoral.²⁹⁶ Para o Coletivo Anarquista Bandeira Negra a criminalização dos protestos com centenas de participantes detidos e soltos após o pagamento de fianças exorbitantes e a brutalidade policial como uma tentativa de intimidar e silenciar as

²⁹⁴ **Protesto não é crime! Basta de criminalização aos movimentos sociais.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25742>. Acesso em : 20 maio 2020.

²⁹⁵ **A Luta contra o aumento das passagens e o Anarquismo.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25741>. Acesso em 20 maio 2020

reivindicações “foi a fagulha para um povo em estado de barril de pólvora” [...]”²⁹⁷ que havia mobilizado ainda mais pessoas para os protestos. Segundo o CABN, os protestos em Florianópolis, cidade que em 2004 e 2005, nas Revoltas das Catracas havia revogado os aumentos das tarifas pelas forças das ruas e criado uma cultura de reivindicação, os não eram apenas pela Tarifa Zero, mas também em solidariedade aos manifestantes que em outras cidades lutavam contra um sistema violento que exclui a maioria do acesso às riquezas produzidas, contra as remoções forçadas decorrente das obras para os megaeventos esportivos e nesse sentido apontou que era: o momento de fortalecer a organização dos oprimidos, através de nossos movimentos sociais, entidades de trabalhadores e de estudantes, espaços comunitários e culturais. Somente nossa articulação, pautada na independência de classe, é que poderá criar força para influir nos rumos da sociedade. Isso é um requisito para termos capacidade de resistir aos ataques que recebemos das classes dominantes e acumular forças para virar a balança pro nosso lado, avançar nas conquistas rumo à sociedade sem classes, de liberdade e justiça. As possibilidades e limites das manifestações no país estão em disputa: é hora de irmos às ruas!²⁹⁸ Em 20 de junho a sede da Federação Anarquista Gaúcha foi revistada, com apreensão de materiais de propaganda, e livros da biblioteca como possíveis provas da responsabilidade da FAG com os atos de vandalismo ocorridos durante os protestos. Em nota divulgada no dia 24 de junho de 2013, a organização chama a operação da polícia civil de um enredo de uma farsa engendrada pela Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS) e pelo governo do estado “na busca de um bode expiatório para responsabilizar pelas manifestações de violência ocorridas nos protestos de forma generalizante, acusando que todos os atos de depredações e ‘vandalismos fossem de responsabilidade dos anarquistas” presentes na manifestação, tendo a FAG como alvo.

A tônica do enredo, de acordo com o comunicado, havia sido criada nas redações dos jornais da RBS de uma suposta conspiração anarquista, plantando supostas provas de que na sede estava se produzindo molotovs. A efetivação da criminalização passava pelas declarações do Governador Tarso Genro associando os anarquistas à extrema direita em suas declarações e no seu pedido para que outras forças políticas nos protestos isolassem os manifestantes violentos.

Os militantes da Organização Anarquista Socialismo Libertário, Pablo Pamplona e Thiago Calixto, em uma entrevista dada ao portal anarkismo.org1, publicada no dia 25 de junho de 2013, destacam três elementos significativos para compreensão da dinâmica e aumento das mobilizações contra o aumento das tarifas em 2013, em relação aos protestos nos anos anteriores em São Paulo. O primeiro é que desde 2011, quando se encerraram os protestos contra os aumentos das tarifas na cidade de São Paulo, o Movimento Passe Livre São Paulo investiu na ampliação do debate sobre o transporte coletivo urbano como um direito social como são a saúde e a educação na campanha pela Tarifa Zero, ampliando o trabalho de base junto às comunidades e escolas.

²⁹⁶ **Protesto não é crime! Basta de criminalização aos movimentos sociais.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25742>. Acesso em : 20 maio 2020.

²⁹⁷ **Resistir até a tarifa sumir!.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25744>. Acesso em : 20 maio 2020

²⁹⁸ **Resistir até a tarifa sumir!.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25744>. Acesso em : 20 maio 2020.

O outro elemento que explica a mudança nas dinâmicas e ampliação das manifestações que ocorreram em São Paulo é que era a primeira vez em oito anos do Movimento Passe Livre que os protestos ocorrem durante uma gestão municipal do Partido do Trabalhadores. Para os militantes a oposição buscava desgastar a imagem do prefeito Fernando Haddad e atingir assim o governo federal, algo que explica também a mudança na linha editorial da grande imprensa que no início condenava os protestos e no meio de junho passaram a defender o movimento, mas preferindo “promover suas próprias pautas e incentivar o pacifismo, o civismo, o nacionalismo, criminalizando setores mais radicalizados²⁹⁹”. Finalmente, para os militantes o último elemento fundamental para compreender a massificação dos protestos em São Paulo foi o uso das tecnologias pelo MPL-SP para a sua convocação dos atos. Porém ressaltam que a guinada da cobertura da imprensa temporariamente tinha suspenso as operações da polícia de choque contra os manifestantes fez que a condenação de quaisquer atos de violência e o “pacifismo” se convertesse em um dos grandes sentidos comuns dos protestos.

Na avaliação dos militantes da OASL, os fatos ocorridos entre os dias 17 e 20 de junho de 2013, quando aconteceram os maiores protestos em São Paulo:

[...] confirmam o que os anarquistas defendem desde sempre: não basta levar o povo às ruas; é preciso que o povo conquiste o poder, de baixo para cima, pelo seu próprio ritmo e organização, não por meio da tomada do Estado, mas pela construção de organismos participativos e populares [...] Se não há uma preparação prévia, a discussão política é abstraída e cooptada pelos setores da sociedade que estiverem mais organizados. No caso atual, os grandes capitalistas e o Estado. Grande parte da população que está nas ruas não tem acúmulo em discussões políticas e apenas reproduz o que vê há muito tempo através das lentes da ideologia dominante. Foi condicionada a converter a pauta a temas que interessam à direita, como o “orgulho de ser brasileiro”, “menos impostos”, “menos impunidade etc.³⁰⁰ Os militantes identificam a composição dos atos na região central da cidade de São Paulo como formado por um setor autônomo e combativo ligado ao MPL, “que tem força e encabeçou as mobilizações”, um setor da esquerda tradicional e movimentos, “que tiveram uma participação significativa desde o início dos protestos”, uma minoria da extrema-direita, “em alguns casos articuladas a setores militares, do grande capital e latifundiários”. Os militantes da OASL, fazendo referência às pesquisas sobre a composição social dos atos, afirmaram que uma ampla maioria de pessoas que tinham saído às ruas nunca tinha ido a protestos e reproduziam muito do senso comum “são em grande parte conservadores e sustentam pautas ligadas à agenda conservadora. Dessa ala vem o repúdio aos partidos políticos que acabou se convertendo em repúdio a toda a esquerda”. Para os militantes da OASL naquele momento não era “clara é qual a capacidade dessas novas pessoas que são majoritárias aderirem às propostas de luta classistas e combativas, ainda que

²⁹⁹ **Entrevista com a OASL sobre as mobilizações no Brasil.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25774>. Acesso em: 19 jun. 2019.

³⁰⁰ **Entrevista com a OASL sobre as mobilizações no Brasil.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25774>. Acesso em: 19 jun. 2019.

independente de partidos políticos e do Estado”.³⁰¹ Quanto à composição de classe, de acordo com os militantes, a maioria das pessoas que estavam participando dos protestos na região central da cidade eram universitários ou haviam passado pela universidade, era possível notar a participação de moradores e trabalhadores da periferia “a maioria sem contato com a esquerda organizada”. Já nas regiões periféricas de São Paulo, onde “os movimentos sociais” tinham “realizado mobilizações muito importantes, de caráter marcadamente popular e com posições mais à esquerda”³⁰² e sugerem que talvez fosse onde os esforços para manutenção dos protestos deveriam ser dirigidos. As impressões dos militantes da OASL sobre a composição sócio-econômica nos protestos se assemelha com o artigo escrito por Ruy Braga (2013) no mesmo ano. De acordo com o autor os protestos de junho de 2013 foram compostos por setores da heterogênea classe média e do precariado, “trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade (BRAGA, 2013, p. 82). Citando a pesquisa da consultoria *Plus Marketing* realizada na passeata do dia 20 de junho de 2013, o autor justifica sua afirmação, no Rio de Janeiro nesse dia 70,4 % dos entrevistados estavam empregados, 34% recebiam até um salário mínimo e 30,3% ganhavam de dois a três salários mínimos, sendo que a média de idade era de 28 anos, ou seja, a faixa de idade dos que entraram no mercado anteriormente.

As pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha ocorridas dia 17 e 20 em São Paulo apontaram para a mesma direção da argumentação de Ruy Braga.

No dia 17, a pesquisa realizada durante a passeata no Largo da Batata revelou que 63% dos manifestantes eram do sexo masculino e 37% do sexo feminino, 65% tinham idade entre 21 e 35 anos, 77% declararam ter ensino superior e 22% ensino médio, 73% declararam estar exercendo alguma atividade laboral e 3% estar desempregados.

No dia 20 de junho de 2013, a pesquisa do Instituto Data Folha durante a manifestação na Avenida Paulista não apresentou grandes alterações em relação à pesquisa do dia 17: 61% dos manifestantes eram do sexo masculino, 39% são do sexo feminino; tinham a idade entre 21 e 35 anos 63%, 78% tinham ensino superior e 20% têm ensino médio, 83% declararam estar exercendo alguma atividade laboral e 3% disseram estar desempregados.

Voltando a Ruy Braga, ele argumenta que pesquisas realizadas pelo Ibope durante as manifestações de junho mostraram que os problemas relativos aos serviços de saúde, educação e segurança pública eram os mais citados entre os manifestantes e a grande maioria citou a necessidade de melhorias no transporte como a principal razão dos protestos, o que para ele configura “um autêntico processo do proletariado precarizado em defesa tantos dos seus direitos [...] quanto pela ampliação ao seu direito à cidade” (BRAGA, 2013, p. 83).

³⁰¹ **Entrevista com a OASL sobre as mobilizações no Brasil.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25774>. Acesso em : 19 jun. 2019.

³⁰² **Entrevista com a OASL sobre as mobilizações no Brasil.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25774>. Acesso em : 19 jun. 2019.

A FAG em um comunicado reforça a ideia de que em alguns lugares os protestos estavam assumindo um caráter policlassista com um caráter conservador, nacionalista e ufanista, citando a cidade de São Paulo, mas para a organização não havia nacionalmente um direcionamento ideológico hegemônico. Na leitura da organização anarquista a direita conservadora tentava surfar na onda de protestos, que não conseguiu reprimir, semeando uma confusão no campo popular e de esquerda; nesse sentido era precipitada a conclusão de que a direita havia virado a mesa, no caso afirma que:

[...] cabe ao conjunto da esquerda classista deste país redobrar os esforços no sentido de capitalizarmos ao máximo o sentimento de indignação que hoje varre o país. Sem sectarismos e disputas mesquinhas que levam a calúnia como meio de autoconstrução, urge à esquerda a responsabilidade de cerrar um punho forte e fazer frente ao inimigo.³⁰³ Nesse sentido, abandonar as ruas para a FAG, era entregar o movimento de massas para “o carnaval da reação”³⁰⁴ e suas pautas oportunistas de luta contra a corrupção [...] “(como se este setor não estivesse inserido na corrupção estrutural que há no país) à redução da maioria penal, luta contra as ‘bolsas miséria’ dentre outras reivindicações que agitam seus instrumentos de luta ideológica, os grandes oligopólios da mídia.”³⁰⁵ A organização anarquista gaúcha avaliou que a maioria dos manifestantes era de uma geração juvenil que não possuía as mesmas referências das gerações dos anos 1980 e 1990, que haviam lutado contra a ditadura e contra o neoliberalismo e constituído instrumentos de organização como o PT, a CUT, o MST e reorganizado a UNE. A geração de jovens que estavam nas ruas tinha novas referências, muitas delas, vinculadas às redes sociais da internet que acabavam sendo o lugar em que despejavam as ideias, as propostas, as críticas e as construções. O contexto das mobilizações demonstrava as fragilidades de todos os setores da esquerda que precisavam ser superadas.

Na avaliação da FAG:

[...] se a força das ruas e da ação direta é decisiva ao expressar o poder dos oprimidos, ela tampouco é suficiente se esses mesmos oprimidos não possuem instrumentos de luta e de organização em que as pautas expressas nas ruas possam ser discutidas, elaboradas e coordenadas em outros espaços de organização. Sindicatos, Entidades Estudantis e Associações de Moradores são exemplos, mas coletivos por local de trabalho, comitês de discussão sobre temas que nos tocam

³⁰³ Tomar as ruas por uma agenda contra a direita e o governismo. Avançar um programa de soluções populares! **Boletim Opinião Anarquista**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25775>. Acesso em : 12 jan. de 2020.

³⁰⁴ Tomar as ruas por uma agenda contra a direita e o governismo. Avançar um programa de soluções populares! **Boletim Opinião Anarquista**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25775>. Acesso em: 12 jan. 2020.

³⁰⁵ Tomar as ruas por uma agenda contra a direita e o governismo. Avançar um programa de soluções populares! **Boletim Opinião Anarquista**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25775>. Acesso em: 12 jan. 2020

como transporte, saúde e educação em bairros, escolas, etc. são outros exemplos de organização que devem ser implementadas para que as reivindicações que sentimos cotidianamente sejam discutidas, acordadas e lançadas de forma contundente nas ruas com nossas mobilizações.³⁰⁶ Na capital carioca, em julho e agosto de 2013, as comunidades pobres realizaram protestos contra a violência policial. Segundo a FARJ “no dia 24 de junho, a PM entrou na favela da Maré para matar”³⁰⁷, aterrorizando os moradores das favelas Nova Holanda e Rubens Vaz em uma ação de represália à morte PM em uma operação na comunidade. No dia 25 de junho os moradores, organizações não governamentais que atuam na comunidade saíram em passeata que foi crescendo ao longo do percurso, e ao se depararem com um Caveirão em uma das ruas principais do complexo de favelas da Maré, os moradores gritaram: “Não, não, não, não queremos Caveirão!” e “Não somos os culpados pela morte do policial, somos trabalhadores, queremos viver!” o que fez o símbolo do terror imposto pelo Estado às comunidades pobres recuar. De agosto até setembro as comunidades vítimas das políticas de militarização realizaram novos protestos tomando as ruas para denunciar “a violência que sofrem há décadas por parte do Estado, lacaio do capital, e que não usa balas de borracha”³⁰⁸. Para FARJ os protestos das comunidades que geraram importantes acúmulos organizativos como o Movimento Favela Não se Cala e o Fórum Popular de Apoio Mútuo (antigo Favela Nunca Dormiu), organizações que articulam moradores das favelas e ocupações urbanas em torno de reivindicações da garantia de acesso à moradia digna e contra as arbitrariedades das ações policiais. Em 2 de agosto de 2013, no Rio de Janeiro foi criada Frente Independente Popular após as divergências entre setores em relação ao modelo de organização que deveria ser usado no Fórum de Lutas. De acordo com o militante Carlos³⁰⁹, de um lado, militantes anarquistas, marxistas libertários e trotskistas que fizeram a proposta de um modelo de assembleias de delegados de assembleias populares nos bairros, conselhos populares nas escolas e conselhos operários nos locais de trabalho. A proposta foi feita momento em que aumentava a participação de trabalhadores no Fórum de Lutas e que teve início a realização de assembleias populares nos bairros. Do outro lado o setor formado por partidos eleitorais passaram a inchar as organizações com seus militantes como um meio de controle do Fórum e o esvaziamento de propostas contrárias, tornando o espaço plural e autônomo, em espaço de autoconstrução e não de construção do movimento e um palanque eleitoral. Para o militante, a Frente Independente Popular (FIP) criada pelos anarquistas e os maoístas do Movimento Estudantil Popular Revolucionário, reunindo organizações contrárias à eleição, tendo por objetivo “cumprir as tarefas do Fórum de Lutas através de plenárias próprias sem os chamados “pelegos” e de caráter mais combativo”. Os debates no espaço da FIP, devido a pluralidade ideológica do espaço composto por anarquistas e maoístas tinha como pontos centrais não os princípios, mas a estratégia.

Ainda conforme a análise do militante Carlos, a FIP participou de importantes manifestações em 2014 contra a copa do mundo, sendo duramente combatida e perseguida

³⁰⁶ Tomar as ruas por uma agenda contra a direita e o governismo. Avançar um programa de soluções populares! **Boletim Opinião Anarquista**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25775>. Acesso em: 12 jan. 2020

³⁰⁷ **Da periferia aos centros e de volta a periferia: Chacina na Maré**. Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2013/07/02/da-periferia-aos-centros-e-de-volta-a-periferia-chacina-na-mare/>. Acesso em : 20 jun. 2019.

³⁰⁸ **Construir Poder Popular! – atos de junho até a atualidade**. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2013/10/27/construir-poder-popular-atos-de-junho-ate-a-atualidade/>. Acesso em : 20 jun. 2019.

³⁰⁹ **Sobre as especificidades do Rio de Janeiro nas manifestações de junho de 2013**. Disponível em: <https://passapalavra.info/2018/07/120858/>. Acesso em: 20 set. 2019.

tendo 23 militantes presos³¹⁰. O Fórum de lutas foi sendo subordinado à estratégia eleitoral ao longo de 2014, perdendo sua força e desaparecendo sob o controle de meia dúzia de partidos e “As assembleias populares, sem um espaço que as unificassem, foram perdendo força até que por volta de 2014 poucas haviam sobrado de fato e as que ainda restavam se converteram na prática em pequenas organizações políticas”. Em setembro, no dia da independência, protestos em doze capitais e em outras 139 cidades foram marcados pela resistência das massas à violência policial. No Distrito Federal cerca de 10 mil pessoas se reuniram nas proximidades do Congresso Nacional, onde a presidenta Dilma participava do desfile militar. A PM atacou a massa com bombas de gás lacrimogêneo e tiros de bala de borracha e foi respondida com pedras e morteiros. Os manifestantes seguiram em passeata para o entorno do estádio Mané Garrincha, onde acontecia a partida de futebol entre Brasil e Austrália, e um novo confronto. Houve conflitos entre policiais e manifestantes em São Paulo, Belo Horizonte, Maceió, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre.

Ainda em setembro de 2013, os militantes do PT foram expulsos do Bloco de Lutas de Porto Alegre por realizar diversas manobras para desviar o foco das manifestações do Governador Tarso Genro, que à época buscava frear a greve dos professores estaduais. Os militantes do PT foram acusados também pelas demais organizações políticas do Bloco de luta de ocupar as instâncias do bloco para frear seu ímpeto combativo. A gota d’água que tensionou ainda mais a relação interna do PT com os outros setores do bloco foi uso de imagens de manifestações do bloco de luta para campanha de filiação ao partido.

Em outubro de 2013, os professores da rede estadual e municipal do Rio de Janeiro entraram em greve. A adesão da categoria e as passeatas massivas tomaram as ruas da capital carioca. Em outubro, depois de uma assembleia, a passeata dos professores foi reprimida pela

³¹⁰ A FIP destaca no manifesto produzido no I Encontro da Frente Independente Popular do Rio de Janeiro (FIP-RJ), entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, a participação da organização na Campanha “Fora Cabral e a farsa eleitoral!”, participando de manifestações ou as convocando; na campanha contra o aumento das passagens e pelo Passe Livre para toda a população; Contra a repressão policial dentro e fora das manifestações, contra a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV) e a ilegal lei das máscaras – com a “tática do cordão”, que aplicamos em vários de nossos atos, barrando as revistas ilegais da polícia contra os manifestantes; Pela libertação dos presos políticos e extinção dos processos e inquéritos, com debates nas universidades, manifestações em solidariedade aos companheiros presos em 07/09 e 15/10, dentre outros, incluindo a emocionante panfletagem e agitação política no Complexo Penitenciário de Bangu; Contra o terrorismo de Estado de ontem e de hoje e pela punição dos torturadores do regime militar, tendo como atividade central a Manifestação histórica de 7 de setembro de 2013, que interrompeu o desfile militar; Contra a violência policial (UPPs etc.) e as remoções, intervindo em Manguinhos, Horto, Aldeia Maracanã e na Favela do Metrô-Mangueira; Em defesa da Aldeia Maracanã, inclusive reformando o espaço nas vésperas da realização do nosso Encontro; Em total apoio à luta dos professores, com blocos combativos nas manifestações e intervenção nas plenárias da categoria; Inúmeras panfletagens na Central do Brasil; panfletagens em Manguinhos, no Horto, na Favela Metrô-Mangueira, em hospitais etc.” Frente Independente Popular. **Manifesto do I Encontro da FIP-RJ**. Disponível: <https://frenteindependentepopular.wordpress.com/manifesto-do-i-encontro-da-fip-rj-viva-o-i-encontro-da-frente-independente-popular-fip-rj/> Acesso em: 20 set. 2019.

polícia. O black bloc confrontou a polícia e socorreu muitos professores, obtendo a simpatia de parte do professorado na ocasião.

A greve dos educadores e educadoras do município e do estado do Rio de Janeiro após mais de um mês de marchas massivas termina sem nenhuma reivindicação atendida. O desgaste gerado pela perseguição por parte da prefeitura e do governo do estado aos professores, pelas tentativas de unificação entre as categorias de educadores das redes municipal e estadual e do controle da base sobre as lideranças sindicais, apesar de não obterem o êxito pretendido, foi uma demonstração da força da base do magistério às elites da burocracia sindical.

No dia 25 de outubro de 2013, após o ato organizado pelo Movimento Passe Livre em São Paulo, diversos manifestantes foram detidos pela Polícia Militar, e encaminhados a diferentes delegacias da cidade; somente as mulheres passaram por revista íntima vexatória ainda na delegacia. Foram obrigadas a se despir em um banheiro sem porta, na frente de policiais e de outros manifestantes homens, as detidas também foram humilhadas e maltratadas por policiais militares femininas que realizavam as revistas.

Quanto mais as manifestações aconteciam de forma difusa e com um número cada vez menor de participantes, mais voltavam à cena as discussões sobre o Black bloc. Jornalistas, lideranças de movimentos sociais, partidos políticos institucionais, e acadêmicos de posições políticas opostas, convergiam na condenação da tática identificada como um grupo específico e posteriormente, como em um programa de *reality show*, com episódios de insurreição de revolucionários do século XIX.

4.3.3 Toda resistência será castigada: até Bakunin foi suspeito

No dia 25 de outubro de 2013, o ministro da justiça José Eduardo Cardoso reuniu-se com os secretários de segurança José Mariano Beltrame (RJ) e Fernando Grella (SP) e anunciou a criação de um grupo de inteligência integrado pela Polícia Federal e pelas secretarias de Segurança Pública de São Paulo e Rio de Janeiro, definindo na reunião quatro frentes de atuação: a) um grupo de inteligência para evitar e punir abusos em protestos; b) criação de um protocolo unificado de atuação das polícias; c) criação de grupos operacionais nos estados entre Ministério Público e delegados para discutir as manifestações; d) criação de

grupo composto por juristas para discussão de mudanças na legislação³¹¹. Na ocasião, o Ministro da Justiça declarou³¹²: Não se trata de recrudescer contra manifestante, de coibir movimento social, medidas que seriam ilegais se fossem tomadas. Levamos muito tempo para conseguir isso. O que estamos falando é de situações ilícitas, abusos, violência contra pessoas. E de agir contra pessoas que praticam ilícitos penais.

José Mariano Beltrame diz ser necessária alteração das leis³¹³ “[...] para que possamos enfrentar um movimento totalmente novo [...] O policial precisa ter uma garantia de que quando ele apresenta alguém numa delegacia [...] , aquilo efetivamente termine numa ação penal.” O diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Wilson Roberto Trezza em uma entrevista publicada em 2014, explica o esquema institucional de segurança de responsabilidade compartilhada para realização dos Megaeventos³¹⁴: [...] a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, do Ministério da Justiça, que cuida de todos os aspectos voltados para a segurança pública, além das áreas estaduais e federais de segurança. Eles criaram Centros Integrais de Comando e Controle, um nacional e centros regionais para cada cidade sede. A Defesa criou Centros de Comando de Defesa de Área, nas cidades sede, em que participam Exército, Marinha e Aeronáutica. Nós criamos um modelo semelhante, um Centro de Inteligência Nacional, na ABIN, em Brasília, em que estão todos os representantes do Sistema Brasileiro de Inteligência, composto por 35 órgãos representantes de 15 ministérios, e também temos a presença de órgãos da segurança e da defesa. E criamos, em cada cidade sede, um Centro de Inteligência Regional, para o qual convidamos, inclusive, o município, como a área de trânsito, a guarda municipal [...].

Na entrevista Trezza negou que a ABIN estivesse violando qualquer lei ou garantia constitucional dos cidadãos brasileiros. O que a ABIN fez de 2011 ao fim da Copa das Confederações foi produzir mais de 110 relatórios entregues ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, a quem a ABIN é subordinada.

Desde outubro de 2013, 300 pessoas foram intimadas no inquérito 01/2013 da Delegacia de Investigação Criminal (DEIC), em São Paulo, instaurado segundo a Secretaria

³¹¹ OLIVEIRA, Mariana. Governo cria grupo para conter violência nos protestos em SP e Rio. **G1**, 13 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/governo-cria-grupo-para-conter-violencia-em-protestos-em-sp-e-rio.html>. Acesso em : 20 jul. 2019.

³¹² OLIVEIRA, Mariana. Governo cria grupo para conter violência nos protestos em SP e Rio. **G1**, 13 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/governo-cria-grupo-para-conter-violencia-em-protestos-em-sp-e-rio.html>. Acesso em : 20 jul. 2019.

³¹³ OLIVEIRA, Mariana. Governo cria grupo para conter violência nos protestos em SP e Rio. **G1**, 13 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/governo-cria-grupo-para-conter-violencia-em-protestos-em-sp-e-rio.html>. Acesso em : 20 jul. 2019.

³¹⁴ MAGRO , Maíra. Violência das manifestações surpreende ABIN. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 29.jun.2014. Disponível em: <http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2013/06/violencia-dos-protestos-surpreende-abin.html>. Acesso em : 20 jul. 2015.

da Segurança Pública (SSP) e o Ministério Público de São Paulo com objetivo de “combater atos de vandalismos durante manifestações no Estado e garantir que protestos legítimos não sejam ameaçados por ações violentas”.

Em março de 2014, a campanha de criminalização para evitar os protestos durante a Copa teve como alvos militantes do Movimento Passe Livre de São Paulo, militantes de organizações populares, coletivos e partidos anticapitalistas em Porto Alegre e Rio de Janeiro. Inicialmente as pessoas intimadas para depor haviam sido detidas e identificadas em diferentes protestos que ocorreram a partir de outubro de 2013, mas no início de 2014, começou a ser adotado outro critério: pessoas que não haviam sido detidas incluindo militantes, um dos advogados do movimento e até mãe de um dos integrantes que nunca fora num protesto, começaram a ser intimadas a comparecer à delegacia.

Do total de intimadas, 40 pessoas foram convocadas a prestar depoimento no Deic no sábado, dia 22, mesma data em que ocorria o segundo grande ato contra a Copa do Mundo, marcado para as 17h, na Praça da República. No mesmo dia munidos de mandados de busca e apreensão, policiais civis entraram em três residências na Grande São Paulo para confiscar pertences de pessoas acusadas de serem Black blocs.

Os advogados que defendiam os militantes do MPL São Paulo questionaram o Ministério Público afirmando que o objetivo do inquérito era tentar acusar as pessoas intimadas de associação criminosa, ao invés de apurar a responsabilidade individual de cada uma delas segundo os atos que teria cometido, ou não, durante os protestos de 2013. Apesar das intimações incidirem também sobre pessoas que não se conheciam, o alvo da investigação era o Movimento Passe Livre.

Em Porto Alegre, no dia primeiro de outubro de 2013, a Brigada militar, com mandato de busca, invadiu o centro cultural anarquista Moinho Negro, a Ocupação Utopia e Luta, o acampamento da Via Campesina e as casas de militantes do PSOL e do PSTU. Segundo o relatório do Ministério Público, “localidades apontadas como prováveis locais de presença de criminosos, componentes de quadrilhas que promoveram depredações e saques nos meses de junho, julho, agosto e setembro” após terem concluído a associação dos atos criminosos com “[...] o símbolo da quadrilha (“A”) e outro componente do bando, chamado Bloco de Lutas, que são os chamados Quilombolas”³¹⁵. O depoimento do jornalista da Rede Brasil Sul, Voltaire Santos, que havia se infiltrado em uma das reuniões do Bloco de Luta durante uma reunião na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Processamento de Dados

³¹⁵ HAUBRICH, Alexandre. **No Rio Grande do Sul, juiz instaura processo contra manifestantes**. Disponível: <https://apublica.org/2014/06/no-rio-grande-do-sul-juiz-instaura-processo-contra-manifestantes/>. Acesso: 20/106/2019

(SINDPPD/RS), foi fundamental para acusar os militantes, apesar de não ter apresentado nenhuma evidência concreta da veracidade do que havia ouvido na reunião, fazendo uma inferência bastante circunstancial de que, nos bastidores da reunião, se planejavam ações de vandalismo³¹⁶. Em junho de 2014, foram intimados pelo Ministério Público gaúcho para responder acusações de constituição de milícia privada, dano qualificado, emprego de artefato explosivo ou incendiário, lesão corporal e furto qualificado 7 militantes do Bloco de luta pelo transporte, 2 deles da Ocupação Luta e Utopia e da Frente Autônoma, 2 do PSTU, 1 de um coletivo de estudantes do PSOL e Vicente Mertz, um militante anarquista da Resistência Popular, condenado em 2015 a um ano e meio de prisão por dano ao patrimônio público e crime ambiental.

No Rio de Janeiro, em 12 de julho de 2014, a Operação *Firewall* prendeu 23 militantes às vésperas da final da Copa do Mundo, segundo a justiça para prevenir ações violentas durante o evento. As 23 pessoas foram processadas pela Justiça do Estado de Rio de Janeiro por associação criminosa agravada pelo uso de arma de fogo e por aliciar a participação de adolescentes nos protestos de 2013.

Os presos, segundo a justiça do Rio de Janeiro, eram integrantes da Frente Independente Popular composta por Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MERP), Organização Anarquista Terra e Liberdade (OALT) e a Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), responsáveis pelo uso da tática Black bloc nos protestos e membros das ocupações temporárias da Câmara (“Ocupa Câmara” e o “Ocupa Cabral”).

Outras 73 organizações, segundo a polícia, também estavam sendo investigadas, suspeitas de violência, entre elas, coletivos cariocas – culturais, estudantis, feministas, indígenas, favelados, de mídia independente e até grandes ONGs como o Observatório das Favelas, no complexo da Maré.

O inquérito realizado pela polícia civil era composto por transcrições de gravações telefônicas feitas pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) entre setembro de 2013 e outubro de 2014, perfis de usuários e conversas em tópicos do Facebook criticando a Copa, e o depoimento de três testemunhas.

Além de computadores, agendas, *pe drives* e materiais apreendidos durante a busca realizada pela polícia e depois apresentados a imprensa que incluíam: folhetos com palavras de ordem como “Não vai ter Copa”, “Fifa go home”, *Jornal Nova Democracia*, revistas de história e sobre black bloc, um protetor bucal usado em lutas marciais, óculos transparentes,

³¹⁶ HAUBRICH, Alexandre. **No Rio Grande do Sul, juiz instaura processo contra manifestantes**. Disponível em : <https://apublica.org/2014/06/no-rio-grande-do-sul-juiz-instaura-processo-contr-manifestantes/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

máscara contra gás, dois rojões cabeça de nego, e objetos de alta letalidade como um caderno da Galinha Pintadinha, uma Bandana da banda Nirvana, uma camiseta com estampa de caveira e um saca rola. O inquérito fazia menção a um suspeito estrangeiro a qual a polícia não havia conseguido localizar Mikhail Bakunin, revolucionário russo que morreu em Berna, na Suíça, em 1876.³¹⁷ Apesar da negação do Ministro da Justiça de que a intenção da força tarefa para garantir a realização dos eventos não tinha intenção de perseguir as organizações políticas e movimentos, um dos mecanismos utilizados pela Força Nacional foi a infiltração do agente Maurício Alves da Silva no ambiente dos militantes, inclusive mantendo relações sexuais com algumas das investigadas. O depoimento do agente serviu para acusar a advogada popular Eloísa Samy de incitar a violência nos protestos e Gabriel da Silva Marinho e Karlayne Moraes Pinheiro de ter produzido os coquetéis molotovs usados nas manifestações.³¹⁸ Ainda que de todos que foram indiciados passarem pela privação de liberdade, Igor Mendes que ficou preso até 2015, em especial Elisa de Quadros Pinto Sanzi (Sininho) e Camila Aparecida Rodrigues Jourdan tiveram a sua vida privada e profissional devassadas pela imprensa.

A imprensa conservadora e governista intitulou Elisa de Quadros Pinto Sanzi (Sininho), publicitária de 28 anos, como musa do black bloc, sua militância foi infantilizada e ridicularizada, tida como incoseqüente (para atribuir um adjetivo leve frente o inumerável dispositivo de desqualificação atribuído à militante), e sua vida pessoal exposta de forma machista e sexista, usando de um suposto triângulo amoroso entre integrantes da FIP reportado pela imprensa.

Camila Jourdan, professora de filosofia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, além de ter sido exposta por sua condição de classe e por ser branca, assim como Sininho, foi também reportada como uma “rebelde sem causa” e chegou a ter uma das suas provas divulgadas pela *Revista Veja* como prova de que doutrinava seus alunos e alunas. Assim como as mulheres presas na manifestação do MPL que passaram por uma revista vexatória, outras

³¹⁷ MULLER, Valéria. **Não à criminalização e perseguição política aos ativistas do Bloco de Lutas!**. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Nao-a-criminalizacao-e-perseguiacao-politica-aos-ativistas-do-Bloco-de-Lutas>. Acesso: 23 jun. /2019.

³¹⁸ As acusações tiveram como réus no julgamento da Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) Camila Aparecida Rodrigues Jourdan, Igor Pereira D’Icarahy, Luiz Carlos Rendeiro Junior, Gabriel da Silva Marinho, Eloisa Samy Santiago, Dreaan Moraes de Moura Correa, Shirlene Feitoza da Fonseca, Leonardo Fortini Baroni Pereira, Emerson Raphael Oliveira da Fonseca, Rafael Rego Barros Caruso, Filipe Proença de Carvalho Moraes, Pedro Guilherme Mascarenhas Freire, Felipe Frieb de Carvalho, Pedro Brandão Maia, Bruno de Sousa Vieira Machado, Andre de Castro Sanches Basseres, Joseane Maria Araújo de Freitas, Rebeca Martins de Souza, Edgreisson Ferreira de Oliveira, que respondem em liberdade após serem liberados, Igor Mendes da Silva liberado e preso novamente em Bangu, Elisa de Quadros Pinto Sanzi (Sininho) e Karlayne Moraes da Silva Pinheiro (Moa). Agência Brasil. **Ativistas do Rio vão aguardar julgamento em liberdade**. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Nao-a-criminalizacao-e-perseguiacao-politica-aos-ativistas-do-Bloco-de-Lutas>. Acesso em: 23 jun. 2019.

aqui mencionadas detidas durante as manifestações foram torturadas e humilhadas. O dispositivo de poder que incide sobre as mulheres militantes não pune apenas o corpo, ele impõe medo, frustração e angústia, comuns às outras mulheres, em uma sociedade violenta como a brasileira, para colocá-las no “seu devido lugar”.

Outros presos que receberam uma atenção especial da mídia foram: Rafael Lusvargui, que permaneceu 45 dias preso, está com o seu processo em andamento, mas está na região da Criméia, onde se tornou tenente das forças pró-Rússia e se feriu gravemente em 2015 em um ataque de morteiros do governo da Ucrânia; Fábio Raposo e Caio Silva acusados de dispararem os foguetes que teriam levado o cinegrafista Santiago Andrade à morte em uma manifestação no centro do Rio de Janeiro, que tiveram seu pedido de relaxamento de prisão cancelado após um forte apelo midiático; e Fabio Hideke preso acusado de associação criminosa armada, desobediência e posse de artefato explosivo no metrô de São Paulo, torturado por policiais na Penitenciária de Tremembé, no interior de São Paulo e inocentado das acusações em 2015.

Em Joinville (SC), 3 membros do MPL são alvo de mais de 25 acusações; o número delas é o maior em relação ao número de acusados. A estratégia dos advogados das empresas de transporte público e da prefeitura é condenar os militantes pelo menos em um dos delitos. Humberto Caporalli, de 24 anos, e Luana Bernardo Lopes, de 19 anos, presos em outubro de 2013 e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, respondem em liberdade. Os dois jovens são os únicos brasileiros imputados de responsabilidade legal por um dispositivo l de 1983 que remonta ao período da ditadura militar. Detidos depois de um confronto com a polícia na região central de São Paulo onde uma viatura foi danificada, na mochila do casal durante a abordagem foi achada uma bomba de gás lacrimogêneo não deflagrada. O delegado titular do 3º Distrito Policial, Antônio Luis Tuckumantel, que autuou o casal na delegacia defendeu o uso da lei de segurança nacional afirmando: “Se existe uma lei mais severa, por que não aplicá-la?”³¹⁹. O caso de Rafael Braga é o que melhor espelha a criminalização da pobreza, preso em junho de 2013 por portar duas garrafas plásticas, uma com água sanitária e outra com detergente, material usado para limpar os locais onde dormia durante a semana por falta de dinheiro para voltar para casa todo dia. O cuidador de carros foi acusado de portar coquetéis *molotov*, a pesar de constar no laudo da perícia policial as substâncias das garrafa não eram inflamáveis, acabou condenado a quase cinco anos de prisão.

³¹⁹ MACIEL, Camila; CRUZ, Fernanda. Justiça paulista manda soltar ativistas detidos com base na Lei de Segurança Nacional. **Agência Brasil**, 9 32013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-09/justica-paulista-manda-soltar-ativistas-detidos-com-base-na-lei-de-seguranca-nacional>. Acesso em: 25 jul. 2014.

Segundo a ONG Artigo 19, o saldo da 696 manifestações realizadas em 2013 foi de 2.608 pessoas detidas, parte delas de forma arbitrária, e oito pessoas morreram, 110 jornalistas sofreram algum tipo de agressão, quase 94% proveniente da polícia, 10 jornalistas foram demitidos e uma lista interminável de arbitrariedades cometidas pelos agentes do Estado, flagrantes forjados e falta de acesso à informação sobre os trâmites dos processos, violação do segredo nas comunicações e espionagem por meio de redes sociais e aprovação de leis que proibiam o uso de máscaras em protestos.

4.3.4 2014 - Copa sem povo! Vitória de quem?

A Federação Anarquista Gaúcha faz seu VI Congresso no fim do ano de 2013, além da análise conjuntural que reafirma os pontos da análise feita pela CAB em 2012, os destaques na análise da organização anarquista apontam as jornadas de junho de 2013, como uma³²⁰:

[...] rebelião popular que reclama seus direitos pela força das ruas acusa, sobretudo, o mundo podre dos lucros privados, a impunidade das elites e a usurpação dos bens comuns e traz na bagagem a confusão e as incertezas gestadas numa nova experiência com a política, com um imaginário nos protestos que sacodem o mundo, muito apoiada aos modos de interação e reconhecimento social que produzem as novas tecnologias de comunicação. O povo em conceito amplo não opõe classe contra classe e joga na cena dos acontecimentos uma disputa de ideias, de valores e projeto social para atuar criticamente, com uma concepção classista em dia com a formação social brasileira dos tempos que vivemos. Contudo, não temos dúvidas que o movimento que vem debaixo é o terreno mais fértil para fazer luta de classes, construir democracia direta e desenvolver músculos para uma estratégia de poder popular.³²¹

Na análise da organização:

O governismo, a colaboração de classes e as burocracias partidárias e sindicais jogam água no moinho da reação. A desmobilização e o burocratismo nas filas da classe trabalhadora, a fragmentação do mundo da pobreza e a coalizão dos partidos

³²⁰ Os grifos no original.

³²¹ **Declaração pública do VI Congresso da FAG.** Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/27/declaracao-publica-do-vi-congresso-da-fag/>. Acesso em : 14 jun. 2019.

governistas na vala comum da democracia burguesa deu passagem para direita ensejar planos, de fora e de dentro do governo. [...] o período aberto é, portanto, de resistência com viés combativo **Há uma crise de movimento social, de organizações de base, de forças acumuladas pela luta que superem atos espontâneos e alcancem a ação federada.**³²² A posição da FAG é manter-se na luta ainda em curso enfrentando os problemas já apontados. **O tempo é de divisão de águas, ajuste de lentes para pensar as condições e possibilidades da relação de forças do momento. Exige capacidade de inserção de um projeto finalista revolucionário no interior dos problemas e conflitos deste presente histórico. Trabalho de base entre as demandas populares que não são absorvidas pelos controles do modelo capitalista, na direção de um povo forte, de práticas de ruptura que favoreçam a construção histórica de um sujeito antagonista as estruturas do capitalismo.**³²³ As resoluções e as avaliações do VI congresso estavam assentadas nas experiências do envolvimento das organizações da Coordenação Anarquista Brasileira com os protestos contra as remoções forçadas para os megaeventos esportivos a fundação articulação nacional. O enfrentamento com os interesses das corporações patrocinadoras da Copa, Fifa e governo federal e estaduais em curso pelas comunidades atingidas pelas obras de infraestrutura para o evento tinha como um dos agentes a ação de lideranças governistas do movimento sindical e nos movimentos sociais preocupadas com as eleições no fim do ano de 2014.

No início de 2014, as preocupações da FAG e das outras organizações específicas anarquistas se confirmam, além do recrudescimento da repressão e perseguição política, o governo acionou sua interlocução com setores sindicais e estudantis na defesa da Copa do Mundo de Futebol. O Ministro dos Esportes, Aldo Rabelo, reunido com os dirigentes da CUT, fez a defesa da Copa apresentando aos sindicalistas um estudo sobre o legado social que o evento deixaria aos brasileiros. Wagner Freitas, presidente da CUT, declarou na ocasião: “Estas manifestações do ‘não vai ter Copa’ são eleitoreiras, são manipuladas pela oposição e pela direita elitista que não se conforma com o fato de o governo Lula ter conseguido trazer os eventos para o Brasil”³²⁴ e que a entidade faria uma campanha em prol do evento. A União Nacional dos Estudantes, que se mobilizou para defender junto ao governo e a FIFA a uniformização das carteirinhas de meia-entrada para estudantes teve seus interesses parcialmente atendidos. Como já havia acontecido na Copa das Confederações (2013), a entidade promoveu uma campanha para que os estudantes se voluntariassem para trabalhar no evento, selecionando 18 mil candidatos. Virgínia Barros, presidente da UNE, sintetiza o posicionamento da entidade: “Falamos do legado social da Copa que vem promovendo a criação de cidades melhores. Não

³²² **Declaração pública do VI Congresso da FAG.** Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/27/declaracao-publica-do-vi-congresso-da-fag/>. Acesso em : 14 jun. 2019.

³²³ **Declaração pública do VI Congresso da FAG.** Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/27/declaracao-publica-do-vi-congresso-da-fag/>. Acesso em : 14 jun. 2019.

³²⁴ Paulo Henrique AMORIM, Paulo Henrique. Vai ter Copa: CUT vai as Ruas defender o evento. **Conversa Afiada**, 24 fev. 2014. Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2014/03/24/vai-ter-copa-cut-vai-as-ruas-defender-o-evento/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

temos uma visão unilateral do evento, vemos como uma oportunidade para o País”.³²⁵ O discurso afinado com o governo federal encontrava coro também em intelectuais e jornalistas. O sociólogo Emir Sader³²⁶, em um artigo intitulado *Não é a Copa, imbecil, são as eleições!*, criticava os protestos afirmando existir uma gigantesca campanha internacional contra o Brasil, que agia desqualificando as conquistas sociais obtidas durante o período Lula, fazendo com que a base social do governo acreditasse que o ciclo de desenvolvimento do país havia terminado. Por sua vez a direita, associada aos interesses da mídia internacional fazia uma série de calúnias e boatos sobre greves para atingir a possível reeleição da presidenta Dilma e o retorno de Lula à presidência em 2018. De forma moderada, João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, em uma entrevista dada a Vitor Nuzzi da Rede Brasil Atual considerou um erro político realizar mobilizações durante a Copa:

O povo quer ver a Copa do Mundo. A Copa faz parte da nossa cultura, e acho que seria um erro da moçada achar que isso (protestos) vai granjear apoio popular."]"Acho que Copa é que nem carnaval. Alguém vai marcar mobilização durante o carnaval? É besteira politizar certos períodos" [...] "Aqueles problemas estruturais (moradia, transporte, educação) estão latentes, e a juventude vai voltar a se manifestar. A juventude é um termômetro, é como se ela medisse a febre antes dos outros. Mas ela não tem um programa de mudanças. Quem tem de apresentar esse programa são os movimentos sociais organizados."³²⁷ Apesar de acusações mútuas entre setores governistas e da oposição ao governo federal sobre os atrasos nas obras, elas apontavam para um consenso sobre a realização do evento. Todavia as críticas não frearam e manifestações aconteceram em Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Vitória, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Sorocaba e São Paulo, onde o confronto entre policiais e manifestantes deixou dezenas de feridos e 128 pessoas foram detidas.

No Rio de Janeiro, de acordo com uma nota emitida pela FARJ em fevereiro de 2014³²⁸, durante 2013 houve a tentativa da mídia de abafar, domesticar e capturar as pautas dos movimentos populares, que tinham como principal foco “exigir pela força das ruas, direitos sociais (redução da passagem, saúde, melhoria da educação etc.) tentaram ser

³²⁵ MELO, Mariana. Prisão de vice em protesto expõe racha da UNE. **Carta capital**, 24 jan.2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/vice-presidente-da-une-e-presa-em-protesto-contra-a-realizacao-da-copa-do-mundo-269.html>. Acesso em: 24 jul. 2019.

³²⁶ SADER, Emir. Não é a Copa, imbecil, são as eleições!. **Conversa Afiada**, 5.jun.2014. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2014/06/05/sader-nao-e-a-copa-imbecil-sao-as-eleicoes>. Acesso em : 19 jun. 2019.

³²⁷ NUZZI, Vitor **Líder do MST considera ‘erro político’ fazer mobilização durante a Copa**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/02/lider-do-mst-considera-erro-politico-fazer-mobilizacao-durante-a-copa-3939/>. Acesso em: : 19 jun. 2019.

³²⁸ **Sobre a recente tentativa de criminalização das lutas**. Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/13/sobre-recente-criminalizacao-das-lutas/>. Acesso em : 19 jun. 2019.

apropriados por seus adversários reacionários.³²⁹ Para a organização anarquista, outra questão foi a reação da burguesia, do governo federal e de seus aliados e dos setores médios conservadores que nunca aceitaram “as táticas de luta (ataque a propriedade privada e resistência a violência policial) e as mobilizações de massa (favela, estudantes, sindicatos etc.) que foram forjadas pelas manifestações”³³⁰. O receio que manifestações durante a Copa do Mundo atrapalhassem os negócios do capital e as eleições, acelerou a adoção pelo Estado brasileiro de instrumentos judiciais repressivos contra manifestantes, organizações políticas e entidades de trabalhadores. Além disso, apenas 8 meses depois da redução das tarifas, conquistada pelos protestos de junho de 2013, o prefeito Eduardo Paes aumentou as tarifas de transporte coletivo contrariando os laudos técnicos do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, que recomendaram a diminuição da tarifa para R\$2,50, em resposta o MPL-Rio, e outras organizações políticas, voltaram às ruas e a resposta foi mais repressão. A FARJ relata que durante os protestos do dia 6 de fevereiro de 2014, a polícia atirou bombas indiscriminadamente na Central do Brasil, onde circulavam trabalhadores e crianças. O saldo da repressão foram duas mortes, a do cinegrafista da TV Bandeirantes atingido por um rojão e de um camelô atropelado por um ônibus enquanto fugia das bombas da PM. Na nota a organização anarquista carioca afirma que “ambas as mortes foram **“frutos da criminosa atuação da PM e da política de transportes do Governo do Rio de Janeiro, que insiste em manter o aumento da tarifa para R\$3,00 e espanca manifestantes abertamente.**”³³¹ De acordo com comunicado, a ênfase dada à a morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, mesmo antes da apuração dos fatos, avaliou, periciou, julgou e condenou dois manifestantes em rede nacional, ignorando voluntariamente os inúmeros mortos e feridos provocados pela ação da Polícia Militar desde as manifestações de junho: *A farsa estava montada*³³². O enredo orquestrado seguia o roteiro anterior que a FAG havia denunciado em seu comunicado de 2013, mas os aparatos de vigilância e espionagem da Agência Brasileira de Inteligência e as ações da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos segundo a FARJ que - “vigiam, provocam, sabotam, montam farsas jurídicas, se infiltram e mapeiam possíveis

³²⁹ Sobre a recente tentativa de criminalização das lutas. Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/13/sobre-recente-criminalizacao-das-lutas/>. Acesso em : 19 jun. 2019.

³³⁰ Sobre a recente tentativa de criminalização das lutas. Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/13/sobre-recente-criminalizacao-das-lutas/>. Acesso em : 19 jun. 2019.

³³¹ Sobre a recente tentativa de criminalização das lutas. Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/13/sobre-recente-criminalizacao-das-lutas/>. Acesso em : 19 jun. 2019. Grifos no original.

³³² Sobre a recente tentativa de criminalização das lutas. Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/13/sobre-recente-criminalizacao-das-lutas/>. Acesso em : 19 jun. 2019.

“ameaças”³³³ à realização da Copa do Mundo. Qualquer semelhança com as leis do regime militar de 1964 não é coincidência” - a organização anarquista justifica a comparação mencionando portaria assinada pela Presidenta Dilma Roussef em 20 de dezembro de 2013 que permitia ao exército “o combate ao bloqueio de vias públicas e a ofensiva contra a sabotagem nos locais de grandes eventos”.³³⁴ O desafio que estava colocado para FARJ era o de agenciar protestos massivos e mecanismos de participação popular (assembleias para definir os atos), com propostas concretas, criar uma organicidade entre os diferentes setores da esquerda, sem sectarismos e sem permitir que grupos de extrema direita se infiltrassem ou seja: [...] “trabalhar para de fato construir uma unidade nas ruas e nas bases. Lutar por reivindicações **concretas**³³⁵ é o caminho mais efetivo para trazer a população para o nosso lado, superando a hegemonia da máquina midiática”.³³⁶ Em março no *Boletim Socialismo Libertário*, órgão de avaliação de conjuntura CAB, afirma que jornadas de junho deixaram “as experiências de ação direta, de mobilizações massivas e de forte repressão vividas por amplas camadas da população deixaram marcas que podemos perceber no conjunto das lutas do início do ano”³³⁷. A articulação de organizações anarquistas específicas está se referindo às greves dos trabalhadores dos correios e dos rodoviários em Porto Alegre e as lutas pela água com corte e barricadas de rua na região metropolitana de Porto Alegre; a greve dos garis da cidade do Rio de Janeiro em pleno carnaval e a dos operários do Complexo Petroquímico de Itaboraí, no RJ; as mobilizações de rua contra a Copa do Mundo em todo o Brasil, o que demonstrava que o ciclo de lutas aberto pelas jornadas de 2013 estava longe de se fechar. Os protestos e greves na avaliação da Coordenação Anarquista Brasileira tinham como característica uma participação combativa das bases, em alguns casos, tinham atropelado as direções sindicais como a greve dos Garis em pleno carnaval de 2014, em ações coletivas que enfrentavam a tentativa de criação de consensos sobre os protestos pela mídia convencional e a repressão estatal para restringir o direitos dos que lutam, forjar por meio de uma campanha “as vistas a forjar um consenso e impor uma ordem marcada pela pasmaceira de um povo obediente frente aos desmandos e abusos dos de cima, de garantir uma “esquerda” domesticada ao calendário

³³³ **Sobre a recente tentativa de criminalização das lutas.** Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/13/sobre-recente-criminalizacao-das-lutas/>. Acesso em : 19 jun. 2019.

³³⁴ Idem **Sobre a recente tentativa de criminalização das lutas.** Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/13/sobre-recente-criminalizacao-das-lutas/>. Acesso em : 19 jun. 2019.

³³⁵ Grifo no original.

³³⁶ **Sobre a recente tentativa de criminalização das lutas.** Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/13/sobre-recente-criminalizacao-das-lutas/>. Acesso em : 19 jun. 2019.

³³⁷ Não começou em 2013, não acabará em 2014. **Socialismo Libertário. Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n.. 29, p.2, março 2014.

eleitoral.”³³⁸ Segundo a CAB, a intensa guerra psicológica dos setores conservadores com perseguições política e ideológicas, da esquerda eleitoral, do governo em conluio com os oligopólios midiáticos, incidia sobre os setores que resistiam ao pacto social costurado pelo governo com as classes dominantes e as burocracias de vários movimentos sociais que perdiam seu vigor para serem assimiladas como meras organizações não governamentais.

A tentativa de criação de consenso sobre as jornadas de junho de 2013 e o legado que a Copa do Mundo deixaria para o país que invisibilizava as remoções forçadas, a escandalosa transferência de recursos públicos para o setor privado e de fragmentar e pacificar os movimentos de resistência, aconteciam no mesmo momento em que os setores dos movimentos autônomos e sociais e as articulações constituídas em 2012 e 2013 eram alvo de estratégias de intimidação que remontavam às ditaduras latino americanas nos anos 1960.

No dia 17 de maio de 2014, a FAG em uma nota assinada por Lorena Castillo, sua militante e integrante do Bloco de lutas de Porto Alegre³³⁹, relata a tentativa de intimidação por policiais na assembleia do Blocos de Luta realizada no 12 do mesmo mês no Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA). Segundo o relato o policial à paisana estava fotografando os participantes da assembleia, ao ser abordado pelos militantes foi constatado que ele havia fotografado dezenas de participantes e seus filhos. Todas as imagens por pressão dos militantes ali presentes foram apagadas. Para organização anarquista gaúcha a ação da Brigada militarnão era um fato isolado, fazia parte da campanha de criminalização dos protestos que já havia sido alvo em 2013, mas havia um agravante:

[...] foi a primeira vez que se revelou a investida policial contra crianças, filhos de militantes. Perseguir e investigar filhos de integrantes das “Forças Oponentes” seria uma clausula secreta do documento “Garantia da Lei e da Ordem”, aprovado em dezembro pelo “progressista” ministro da defesa Celso Amorim? Estão nossos filhos agora sujeitos a prisão, a violação e a tortura, como estiveram inúmeros filhos de milhares de companheiros que lutaram contra o regime de Terror de Estado que se abateu no país há 50 anos, impulsionado por uma sacro santa aliança entre oligopólios da grande mídia (a exemplo das organizações globo), associações patronais (a exemplo da FIERGS e FIESP, assim como dos grupos Gerdau e Ultragás), o aparato repressivo e as oligarquias? Após grampearem os passos de nossas crianças e intimidá-las pretende o Estado e as classes dominantes também sequestrar os filhos de nossas companheiras no momento de seu parto, para trocar suas respectivas identidades?³⁴⁰ A tática dos movimentos urbanos, entre outros setores que defendiam o direito à cidade foi de aproveitar os holofotes da mídia nacional e internacional para denunciar a

³³⁸ Não começou em 2013, não acabará em 2014. **Socialismo Libertário. Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n.. 29, p.2, março 2014.

³³⁹ **A verdadeira face da violência!** Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/17/fag-a-verdadeira-face-da-violencia/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

³⁴⁰ **A verdadeira face da violência!** Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/17/fag-a-verdadeira-face-da-violencia/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

criminalização e exigir pautas concretas antes da realização do evento. No dia 3 de maio, cerca de 1000 famílias organizadas pelo MTST ocuparam um grande terreno abandonado em Itaquera a 4 km da Arena Corinthians. Em nota o movimento explica a escolha da área: “As famílias que estão ocupando o terreno estavam vivendo em áreas de risco, favelas ou sem condições de pagar aluguel por conta da especulação imobiliária na região decorrente da construção do estádio de abertura da Copa”.

Os protestos, *Copa sem povo! Estou na rua de novo!*, convocados pelo MTST e outros movimentos, como MPL, a Associação de Trabalhadores da Feira da Madrugada, a Frente Nacional de Luta Campo e Cidade, e o Comitê Popular da Copa, em São Paulo, no dia 22 de maio, obtiveram a adesão de 20 mil pessoas, exigindo investimentos de 10% do PIB para educação; moradia e controle dos aluguéis; o fim da repressão policial aos protestos, mais verbas para saúde, o fim dos aumentos das tarifas de transporte coletivo e o direito do trabalho e o fim da ingerência do Estado em relação a FIFA, entre elas, a prostituição infantil.

No Distrito Federal, dia 27 de maio, 500 indígenas que foram a Brasília protestar contra as alterações nas leis de demarcações de terra e cerca de 400 trabalhadores sem teto participaram do Julgamento Popular das Violações e Crimes da Copa cometidos pela FIFA. A iniciativa foi do Comitê Popular da Copa DF, juntamente com dezenas de movimentos e organizações sociais, coletivos e ativistas de diversas áreas. Após o julgamento, 2500 pessoas saíram em passeata pelo eixo monumental em direção ao Estádio Nacional Mané Garrincha. Seguindo o protocolo de segurança da FIFA, 900 policiais barraram os manifestantes de seguir adiante, e durante a confusão um policial foi atingido no pé por uma flecha.

O desenrolar da ocupação Copa do Povo em São Paulo, foi acompanhado pela grande mídia e no dia 11 de junho o MTST anunciou que o governo federal atendeu as principais pautas do movimento: a desapropriação da área ocupada e a construção de 2 mil casas no local, que dependia ainda de mudanças no plano diretor da cidade, alterações no *Programa Minha Casa Minha Vida* para fortalecer a gestão direta dos projetos, e uma convocação de uma comissão interministerial para prevenção de despejos forçados.³⁴¹ As manifestações *Copa sem povo! Estou na rua de novo!* e as ações do MTST no dia 30 de junho conquistaram a alteração do plano diretor que permitiu construção de casas populares no local ocupado em Itaquera. As manifestações durante a Copa de 2014 foram bem menores que as de 2013, não conseguiram aglutinar um número nem próximo de pessoas do início do ciclo do ano anterior e dos protestos durante a Copa das Confederações, se restringindo quase que exclusivamente a cidades sede do evento, a maioria em delas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte,

³⁴¹ **Vitoria! MTST tem reivindicações nacionais atendidas.** Disponível em: <http://www.mtst.org/index.php/noticias-do-site/1228-vitoria-mtst-tem-reivindicacoes-nacionais-atendidas>. Acesso em : 25jul.2014.

em Brasília, Porto Alegre e Fortaleza, todas essas reprimidas pelas forças de segurança e em Salvador e Manaus, onde não há registro de confrontos.

No Rio de Janeiro, no primeiro dia da competição, a manifestação ocorreu nas imediações do Maracanã, militantes e moradores das comunidades removidas fizeram uma passeata que foi duramente reprimida pela polícia militar, deixando 36 pessoas feridas, seis ativistas foram presos, um fotógrafo teve o pulso quebrado, um cinegrafista teve a perna suturada. Seis profissionais voltaram para casa com o equipamento destruído ou danificado.³⁴² Em São Paulo, no jogo inaugural da competição, também houve forte repressão policial aos manifestantes. Segundo relatos de observadores legais, além do uso desproporcional da força e de armas letais e não letais de forma irregular, os procedimentos policiais tentaram obstruir o trabalho dos observadores, do atendimento aos feridos e da imprensa por meio de ameaças verbais e agressões físicas.³⁴³ Dentro do estádio, onde jogaram Brasil e Croácia, durante o pronunciamento da presidenta Dilma, vaias e xingamentos, iniciadas na área Vip, marcaram o início dos jogos. Em Porto Alegre, no Distrito Federal, Fortaleza, Salvador e Manaus também houve protestos. Na primeira semana da Copa ficou evidente que os protestos não se massificariam. O aparato militar envolvendo homens da polícia militar, civil, guardas municipais, Força Nacional e das forças armadas sitiou as cidades sedes e afastou as pessoas das ruas. De acordo com os comunicados das organizações anarquistas específicas as manifestações antes e durante a Copa do Mundo foram compostas quase que exclusivamente por militantes de organizações políticas e setores dos movimentos sociais mais combativos, a repressão e perseguição política, a militarização das cidades sede, a guerra psicológica exercida pelo governo e oligopólios midiáticos com apoio de lideranças reformistas e burocráticas nos movimentos sociais conseguiram frear os protestos e pediam a solidariedade nacional e internacional aos manifestante processados³⁴⁴.

Segundo dados obtidos no site Mortos e Feridos, organizado pelo Centro de Mídia Independente do Rio de Janeiro, durante todas as manifestações, em especial, as de Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, centenas de pessoas ficaram feridas. A violência contra jornalistas e advogados populares que acompanhavam os protestos como observadores se repetiram.

³⁴² Patrick GRANJA, Patrick. Estado de exceção Padrão FIFA. **Jornal Nova Democracia**, Rio de Janeiro: Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-134/5457-estado-de-excecao-padrao-fifa>. Acesso em :24 jul. 2019.

³⁴³ **Relato de uma observadora legal**. Disponível em: <http://advogadosativistas.com/relato-de-uma-observadora-legal-internacional-abertura-da-copa/>. Acesso em : 24jul./2019.

³⁴⁴ **Não começou em 2013, não terminará em 2014: o legado da lutas populares e da Copa**. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/textos-da-farj/nao-comecou-em-2013-nao-terminara-em-2014-o-legado-da-lutas-populares-e-da-copa/>. Acesso em 15 jun. 2019.

Segundo o cientista político Leonardo Barreto³⁴⁵, o esvaziamento dos protestos durante a Copa era uma consequência das ações violentas do black bloc que afastou as pessoas das ruas “Os protestos perderam muito apoio depois que isso aconteceu. As pessoas ficaram com medo de serem expostas” [...]. Nas marchas de junho, você escutava os amigos dizendo que levariam os filhos para ver. Hoje, você vê pais pedindo para os filhos saírem dos atos”. A análise de Leonardo Barreto, entre outros, analistas políticos e intelectuais evidentemente não levou em conta a onda de criminalização nos meses que precederam a Copa de 2014 e as estratégias de contenção de manifestações por meio da judicialização.

Segundo a Agência Pública, a força-tarefa da Procuradoria-Geral Federal (PGF) e da Procuradoria-Geral da União (PGU), órgãos da Advocacia Geral da União através de 12 ações judiciais conseguiram efetivamente impedir ou reduzir greves de 10 categorias de servidores públicos, proibir manifestações que bloqueassem rodovias federais em 6 estados – Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Sergipe – e piquetes ou manifestações no entorno do estádio Arena das Dunas e Arena Pernambuco e nos aeroportos do Rio de Janeiro.

O Procurador-Geral da União, Paulo Henrique Kuhn, afirma que a responsabilidade assumida pela União com a FIFA e os patrocinadores, celebrada na lei geral da Copa, era o maior argumento legal:

Veja bem, o Brasil convidou o mundo inteiro para vir para cá assistir uma Copa do Mundo, nós temos que garantir a segurança e a regularidade do evento, sob pena de a União ser responsabilizada por conta da Lei Geral da Copa. Se um jogo não acontece, se algo ocorre, a FIFA vai demandar a União. Existem muito contratos envolvidos nesse evento, prejuízos a patrocinadores, a consumidores que vieram do mundo inteiro, isso tudo foi previsto na Lei Geral da Copa que a União poderia ser demandada. (PÚBLICA., 2014).

O MTST, que nas vésperas do início da Copa havia realizado uma série de manifestações em decorrência de sua discordância com o plano diretor proposto para São Paulo, saindo vitorioso do embate com o prefeito Fernando Haddad, avaliou que o número menor de protestos foi em decorrência da militarização do evento. O governo colocou nas ruas 10 mil homens da Força Nacional e investiu mais de R\$ 2 bilhões em segurança para o evento, algo que impedia que as manifestações constantes tomassem o corpo que tomaram em

³⁴⁵MARTINS, Helena. Manifestações diminuiram na Copa do Mundo. **Agência Brasil**, 21 mar. 2014. .. Disponível em: <http://m.agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-06/manifestacoes-diminuiram-na-copa-do-mundo>. Acesso em: 25jun.2019.

2013. O MPL apontou, para além da criminalização, a falta de uma pauta específica e o desgaste com manifestações do início do ano e do ano anterior.

Sandra Quintella, integrante do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), analisa que a militarização, seja em nível local, com as guardas municipais, estadual, com as policiais Militar e Civil, e nacional, com as Forças Armadas foi o motivo da baixa adesão aos protestos.

O resumo do dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, atualizado em novembro em 2014, sobre as violações dos direitos humanos para realização dos megaeventos esportivos revela o grande legado para os cidadãos brasileiros:

- Militarização do evento: além das prisões e violações dos direitos humanos já mencionados, aponta 24 mortes foram contabilizadas por consequência da ação policial durante protestos nas cidades sede dos jogos da Copa (ANCOP, 2014., p. 124).
- Moradia: denúncia de remoções forçadas, falta de transparência sobre os dados e baixas indenizações paga as famílias removidas que conseguiram comprovar a propriedade do imóvel. Segundo o dossiê a maquiagem do governo alegando que 35 mil famílias foram removidas não chega nem perto dos dados não oficiais do levantamento feito pela articulação dos comitês, que calcula que as obras de alguma forma ligadas pelos Governos à Copa do Mundo e às Olimpíadas atingiram, diretamente, ameaçando ou removendo, aproximadamente 250 mil pessoas em todo Brasil (ANCOP, 2014, p. 41).
- Transferências de recursos públicos para o setor privado: o documento afirma que mais 99,6% dos investimentos para a Copa vieram dos cofres públicos. Como exemplo de transferência de recurso público para iniciativa privada, o dossiê menciona o empréstimo para a reforma do Maracanã, os recursos foram provenientes de bancos estatais, de empréstimos contraídos pela prefeitura e pelo governo do estado. O estádio, depois das reformas, foi entregue à iniciativa privada por meio de privatizações de exploração dos espaços por um valor inferior ao lucro que ele gerava anualmente (ANCOP, 2014, p.98).
- Empreiteiras e financiamentos de campanha: Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS, Delta e Galvão Engenharia. Juntas, as sete maiores empreiteiras do Brasil somaram em 2010 uma receita bruta de R\$ 28,5 bilhões. As grandes empresas de construção são provavelmente as maiores financiadoras de campanhas eleitorais milionárias no Brasil¹. As sete empreiteiras atuaram na construção de estádios para a Copa de 2014, obras financiadas por dinheiro público. As quatro irmãs – Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez – doaram juntas, entre 2002 e 2012, pouco mais de R\$ 504 milhões para campanhas eleitorais. Os três partidos mais favorecidos foram PT, PMDB e PSDB. Os grupos chegam a financiar candidaturas de adversários. Foi o caso do Grupo OAS que doou dinheiro a diretórios e comitês do PMDB, PT, PTB e PCdoB, durante as eleições de 2012(ANCOP, 2014, p.42).
- Mobilidade Urbana: das 57 obras previstas apenas 21 foram retiradas da matriz, ou seja, não saíram do papel. A alteração de percursos das propostas iniciais aponta para o baixo impacto para mobilidade urbana nas cidades.

O relatório detalha ainda problemas relativos à proibição do trabalho de ambulantes, à negação do direito de greve, exploração do trabalho voluntário e exploração do trabalho e

sexual infantil, à limpeza social contra moradores de rua, a facilitação dos órgãos ambientais em conceder licenças ambientais originando danos permanentes no meio ambiente, à privação da liberdade de imprensa e de expressão em detrimento aos interesses da FIFA e do COI, entre outros.

A promessa do Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, de que as manifestações não chegariam até a semana da Copa foi relativamente cumprida com muita eficácia no sentido da repressão e na desqualificação dos manifestantes. A presidenta Dilma comemorou declarando que “A verdade mais profunda é que, em relação à Copa, nós, brasileiros e brasileiras, demos de goleada no pessimismo. Naqueles pessimistas que achavam que não haveria Copa. Foi enterrado o 'não vai ter Copa' nas ruas, nos estádios, nas Fan Fests”, disse em uma convenção do Partido Republicano da Ordem Social (PROS).

4.3.5 O que sobrou das Revoltas do Vinagre: desafiando o coro dos contentes³⁴⁶

Em *O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”*, publicada em outubro de 2015³⁴⁷, a Federação Anarquista do Rio sintetiza as avaliações e posições do anarquismo especificista sobre a Revoltas do Vinagre como uma grande decepção, após dois anos do Movimento Passe livre ter levados para as ruas a população que até então “ parecia amortecida pela máquina de propaganda midiática”³⁴⁸ que começou a se movimentar e apresentar sua insatisfação com a situação social.

Para FARJ (2015) o MPL conseguiu ser vitorioso reduzindo as tarifas de transporte coletivo, uma vitória obtida sobre forte repressão, as revoltas de junho de 2013 significaram que “não só que o povo ainda está disposto a lutar com unhas e dentes, mas que este é o único

³⁴⁶ Boaventura do Santos desde sua obra **Pela Mão de Alice** vem denunciando repetida vezes como a dominação ocidental ligada as potências do Norte marginalizou os conhecimentos e saberes do Sul desde o Século XII. Para o sociólogo português a injustiça que concede um discurso privilegiado eurocêntrico consiste em não reconhecer as diferentes formas de saber pelas quais indivíduos constroem significado e sentido para suas existências ao redor do mundo. O epistemicídio consiste, nos permitindo a uma breve divagação , nos posicionando em relação aos discursos que acusam os setores anarquistas e autonomistas pela ascensão da extrema direita ao poder, apontamos que o epistemicídio no que se refere às Revoltas do Vinagre tem por base a marginalização acadêmica das análises produzidas por anarquistas e autonomistas que as viveram. . Por isso, desafiar os coros dos contentes implica em dar corpo existência de movimentos sociais e organizações políticas orientados pela ação direta. Os militantes das organizações anarquistas específicas participam do Movimento Passe Livre como já foi falado como uma estratégia de criação de uma força social das classes oprimidas e exploradas em direção ao poder popular.

³⁴⁷ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”**. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

³⁴⁸ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”**. Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em : 15 jun. 2019.

caminho possível para a conquista e a defesa de direitos, e para transformar a realidade a partir das demandas populares em direção ao socialismo libertário”³⁴⁹. Porém, passado dois anos a conjuntura mudou:

O que era esperança, virou **decepção**. A direita “tradicional” entendeu que o PT, essa direita *envergonhada* já não tem condição de controlar e domesticar totalmente a raiva das ruas. O avanço das forças conservadoras, os ataques aos direitos dos trabalhadores, o assanhamento da extrema-direita, mostram que os tempos são nebulosos. O governo PT/PMDB continua garantindo o lucro para o capital empresarial e financeiro (nacional e internacional). **Não há e nunca houve possibilidade de disputa desse governo**, bancado como qualquer outro pelos grandes empresários, empreiteiras, latifúndios e pelo capital financeiro. Governo que pôs o exército nas favelas e prosseguiu com a política de genocídio da população negra e pobre. Governo que beneficia o agronegócio, realiza o menor número de assentamentos na história da reforma agrária no país e impõe um ajuste fiscal de corte neoliberal que faz com que as/os mais pobres paguem a conta da crise internacional. Governo que bem alinhado à classe dominante (vingando-se de 2013) propõe a PL 2.016, que sob a desculpa de combater o “terrorismo” atacará os movimentos populares, organizações políticas e qualquer rebelde que questione o sistema capitalista³⁵⁰.

Na reflexão da organização anarquista específica carioca o Partido dos Trabalhadores está situado como parte da onda conservadora, um governo que preparou o terreno para que a direita avançasse em pautas tacanhas como e redução da idade penal e retirada dos conteúdos de gênero da educação. “Dentro ou fora do governo, a direita faz sua festa e o povo é convidado a assistir”.³⁵¹

A FARJ de forma propositiva faz um chamado para reconstrução do “**o campo independente das/os de baixo**”³⁵². De acordo com a organização momentos de revolta são importantes, mais não suficientes por si só para mudar as correlações de forças na sociedade capitalista. A ilusão de que a vitória eleitoral com a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, mudaria as correlações de forças no Brasil, mostram que a “que a classe dominante não vai entregar nada de bandeja para as oprimidas e oprimidos, e sem resistência”.³⁵³ Nesse mesmo sentido apontam que as revoltas pontuais se perdem diante da repressão, quando não são canalizadas e acumulam força para uma estratégia coerente, e ainda, que parte da esquerda

³⁴⁹ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”**. Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em : 15 jun. 2019.

³⁵⁰ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”**. Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em 15 jun. 2019.

³⁵¹ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”**. Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em 15 jun. 2019.

³⁵² Grifo no original.

³⁵³ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”**. Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em 15 jun. 2019.

estava voltada para “seguir o caminho derrotado do PT, reeditando a tentativa fracassada de eleger “deputados combativos” que logo se tornam burocratas desavergonhados e que vão dar a linha nos movimentos e partidos ditos revolucionários”.³⁵⁴

No comunicado afirma que a espontaneidade “dá lugar à frustração e à decepção quando não acumula para movimentos populares e organismos de base sindical independentes, classistas e anticapitalistas”³⁵⁵ e indaga quantos revolucionários de junho de 2013, não se sentiam decepcionados com o refluxo nas lutas que seguiram até 2015. Mas com uma ressalva, na sua avaliação o campo anticapitalista e autônomo ainda tinha muito que avançar para influenciar e gerar força social, e para isso era necessário:

[..] a construção permanente de movimentos populares bem organizados, independentes e com um projeto bem definido de luta (no campo sindical, comunitário, camponês, estudantil e outros) que supere o governismo pelo método e pela prática. (...) trabalhar para superarmos a fragmentação das lutas que o capitalismo nos impõe cotidianamente, pois nenhum/a militante ou experiência de poder popular é capaz de resistir isolada e sem apontar para um horizonte estratégico e coletivo. É preciso abandonar a crença de que o Estado pode ser disputado e que a opção das eleições pode andar junto da opção da luta popular. A única disputa em curso é a disputa interna entre os velhos e novos gerentes do capitalismo.³⁵⁶

E no mesmo sentido declaram que não há tempo certo ou errado para construção de movimentos populares. “A organização não vai cair do céu nem vem com quem lança mais comunicados ‘radicais’, sem base na realidade concreta”.³⁵⁷ O dever de cada anarquista era de trabalhar como combustível na organização do povo superando o espontaneísmo, o ativismo sem estratégia e a burocracia nos espaços sindicais e populares.

A Coordenação Anarquista Brasileira lançou uma avaliação que demarca a conjuntura política institucional de 2016 como uma disputa “Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista”³⁵⁸, em uma nota publicada em março no site da organização.

Para a articulação de organizações anarquistas específicas o golpe branco em curso:

³⁵⁴ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”.** Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em 15 jun. 2019.

³⁵⁵ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”.** Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em 15 jun. 2019.

³⁵⁶ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”.** Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em : 15 jun. 2019.

³⁵⁷ **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”.** Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

³⁵⁸ **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista: só a luta de classes decide!** Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: 15 jun... 2019.

Os expedientes usados pelo juiz Sergio Moro, a Polícia Federal e o MPF, combinado com o espetáculo orquestrado pelos oligopólios da comunicação, em especial a rede Globo, desde a condução coercitiva de Lula até os grampos vazados em paralelo a sua nomeação como ministro, são descritivos de uma luta cada vez mais agressiva pela máquina do Estado.³⁵⁹

Para a organização anarquista o discurso seletivo da mídia atuando como uma zona de fronteira sob os marcos constitucionais do direito democrático burguês, naquela conjuntura, animavam “manifestações oportunistas de setores da esquerda anti-governista com pretensões eleitorais em torno da judicialização da política e ao contrário da **judicialização da política não guia para a esquerda, muito menos para uma revolução política**”³⁶⁰, apenas reforça as bravatas nas redes sociais que reforçam ideologicamente “noções conservadoras de uma salvação nacional pelas mãos do poder judiciário, da polícia ou das forças armadas”.

De acordo com comunicado os setores golpistas não levariam a constituição debaixo dos braços para chegar ao Estado e avançar sobre as classes oprimidas e exploradas e seus direitos. O Partido dos Trabalhadores que ao longo dos anos 1980 e 1990 foi perdendo sua combatividade até a eleição de 2002 e virar governo, executando um programa negociado com as estruturas do poder dominante. O PT foi um “eficiente e deslumbrado gestor de turno do capitalismo brasileiro, associado com patrões, banqueiros e ruralistas, amigado com uma oligarquia nojenta”³⁶¹, que levou consigo a desmobilização, dividiu e burocratizou os movimentos de resistência, botando freios na luta de classes.

O meio usado para conter a luta de classes e garantir o pacto social com as classes sociais dominante, segundo a CAB:

[...] rezou a cartilha das regras do jogo institucional do Estado burguês, no campo popular nunca dispensou a possibilidade de pisotear os mais elementares princípios de democracia de base. Fraudes em eleições e assembleias de organizações sindicais e estudantis, manobras, agressões e perseguições a correntes e militantes dissidentes foram se afirmando como o script por excelência na base dos maiores movimentos que dão sustentação ao projeto “democrático-popular”. Nesse sentido, **é sintomático notar que as burocracias dos movimentos populares a reboque são muito mais enérgicas e combativas para defender o governo de turno do que para defender a classe,**

³⁵⁹ **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista:** só a luta de classes decide! Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: 15 jun. 2019.

³⁶⁰ **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista:** só a luta de classes decide! Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: 15 jun. 2019. Grifo no original.

³⁶¹ **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista:** só a luta de classes decide! Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: 15 jun. 2019.

constantemente aviltada por esse mesmo governo e também pelos rebaixados acordos assinados por seus sindicatos com as patronais que hoje convocam a liquidação de ambos.³⁶²

Diante a disputa pelo Estado a CAB conclui que a posição política e estratégica da organização deve ser a de lutar contra os avanços das classes dominantes independente do desfecho golpe branco em curso. Ainda que no comunicado a CAB avalie que os anos que virão serão marcados “um governo de coalizão agressivo contra os trabalhadores e o povo”³⁶³, a organização anarquista se posiciona contra o golpe que está sendo executado para abrir “**caminho para uma correlação de forças ainda mais desfavorável para os de baixo**”³⁶⁴, mas que não admitem que nenhum direito e recuo nas lutas da classe trabalhadora e sirva de moeda de troca para manutenção de um “**governo moribundo que cavou sua própria cova ao trair as expectativas dos/as trabalhadores/as e ao sancionar a lei antiterrorista em plena crise política**”.³⁶⁵

O Comunicado faz a defesa da independência de classe, da ação direta e constituição da sua estratégia de constituição do poder popular:

Uma alternativa de classe que no curto prazo, marcado pelo trágico desmantelamento organizativo do tecido social, se traduz na mais resoluta **solidariedade de classe**. Dar disputa ideológica em defesa das lutas que surgem desde baixo e aportar toda solidariedade possível; buscar estender e massificar as greves, ocupações, atos contra as medidas de austeridade e a carestia para, a partir daí, se acumular forças reais para radicalizar a independência de classe, colocando-a como efetivo embrião de **poder popular**, de um forte e solidário punho a se estender dos oprimidos em todos os rincões do país e golpear de forma altiva e destemida os patrões, governos e também o peleguismo e a traição de classe.³⁶⁶

³⁶² **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista:** só a luta de classes decide! Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: : 15 jun. 2019. Grifo no original.

³⁶³ **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista:** só a luta de classes decide! Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: 15 jun. 2019.

³⁶⁴ **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista:** só a luta de classes decide! Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: 15 jun. 2019. Grifo no original.

³⁶⁵ **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista:** só a luta de classes decide! Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: 15 jun. 2019. Grifo no original.

³⁶⁶ **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista:** só a luta de classes decide! Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: 15 jun. 2019. Grifo no original.

O trecho acima citado demonstra que para a CAB, apesar que dos resultados das jornadas de junho de 2013 não corresponderam a um avanço acumulativo de organização como se acreditava e o pessimismo com a conjuntura que se apresentava em 2015, que se confirmará nos anos posteriores com os retrocessos impostos à classe trabalhadora com perdas de direitos e com a ascensão da extrema-direita ao poder por meio das eleições de 2018, a linha política da organização será a de potencializar as organizações da esquerda autonomista e popular para uma unidade independente e combativa.

4.3.6 O Pós-Revolta do Vinagre

O comunicado da CAB é publicado no período em que a direita em sua heterogeneidade avançava na sua disputa pelo Estado por meio da capitalização das denúncias de corrupção na Petrobras feitas pelos oligopólios midiáticos seletivamente direcionadas ao governo petista, espetacularmente alimentada pelo ativismo do judiciário e da polícia federal na Operação Lava Jato, e pela ampla difusão de noticiais falsas através das redes sociais não apenas direcionadas ao PT, mas também à CUT, UNE, MST, MTST e as minorias organizadas, em especial, ao movimento feminista e LGBT, intelectuais e artistas.

Os atos unificados contra corrupção e a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, e em 13 de março de 2016, em várias cidades e capitais, abrangendo todas as regiões do país reúnem milhares de pessoas brancas e das camadas médias, e foram construídos utilizando de diferentes formas de mobilização e discursos, no quais se combinam defesa da moralidade nos costumes, medidas de austeridade econômica, diminuição do tamanho do Estado e a defesa da ideologia meritocrática e uma forte rejeição pelos movimentos populares.

Os conservadores cristãos das igrejas neopentecostais, por exemplo, usaram dos seus espaços de interlocução massiva com os fiéis como a Marcha para Jesus organizada pela Igreja Renascer em Cristo, para pedir moralidade e “Defender o Brasil” (TATAGIBA, 2018) e as lideranças neopentecostais e católicas ultraconservadoras, com discursos inflamados sobre a ameaça comunista e contra a “ideologia de gênero” nos templos, nos seus veículos de comunicação de massa e nas redes sociais direcionadas aos setores progressistas, criam com seus espetáculos o “Mal a ser combatido por todos os meios” (TATAGIBA, 2018), base ideológica para o fanatismo empreendedor contra os setores progressistas.

As organizações patronais como Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) na sua campanha “Eu não vou pagar o Pato” contra o aumento de impostos e o retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), responsabilizavam o governo pela crise econômica, exigiam um ajuste fiscal ainda mais severo e os principais agenciadores o Movimento Brasil Livre e o Vem para Rua, organizações financiadas pelo empresariado nacional, internacional e partidos de oposição ao governo federal, usavam das palavras de ordem e referências das Revoltas do vinagre para capitalizarem politicamente a seu favor a onda de indignação popular iniciada com o ciclo de protestos de Junho de 2013.

Entretanto, de acordo com o filósofo Wallace de Moraes (2018) a leitura feita pelo petismo e pela esquerda institucional que a onda conservadora teria começado em 2013, não se confirma empiricamente e que é um crime histórico atribuir às tentativas revolucionárias a responsabilidade pela reação contrainsurgente que se seguiu depois. Nas palavras do autor dizer que as Revoltas do Vinagre foram culpadas pela ascensão do protofascismo ao poder em 2018 é o mesmo que dizer:

que a marcha dos 100 mil de 1968 [...] foi responsável pelo AI 5 [...] eu não posso usar a revolta árabe para justificar as ditaduras que se instalaram em todos os países que se revoltaram [...] eu não posso atribuir a revolta dos comunnards da Comuna de Paris pela reação [...] essas tentativas revolucionárias não podem ser responsabilizadas pela reação a elas que vieram depois... esse é erro teórico e esse erro histórico que a esquerda oficial tem feito (Moraes, 2018).³⁶⁷

O erro histórico apontado pelo autor pode ser melhor ilustrado se levarmos em conta outros elementos conjunturais e estruturais do debate sobre o pós-Revolta do Vinagre.

O primeiro elemento é que a onda conservadora é anterior as jornadas de junho de 2013, de acordo com Tatatagiba (2018), entre janeiro de 2011 e dezembro de 2016, foram registrados 1358 eventos de protestos em todo o país. Do total dos eventos, 10% foram classificados como protestos de direita, a evolução dos protestos de direita ao longo do período mostra forte concentração em 2015 (28% do total) e 2016 (representando 30% do total), em 2013 há um primeiro pico (aumento de quase cem por cento em relação ao ano anterior), o pode ser explicado como uma reação dos setores contrainsurgentes às jornadas de junho de 2013 e ao ciclo de greves iniciado no mesmo ano.

³⁶⁷ MORAES, Wallace. A revolta dos governados: antecedentes, significados e legados. Conferência de abertura do **I Colóquio Pesquisa e Anarquismo** (UFSC/UDESC), Florianópolis, 6 nov.2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HenhiXUuJsQ&t=25>. Acesso em: 18 jan.2020.

Contudo se a onda conservadora pode e foi compreendida por uma outra perspectiva, como um movimento reativo do capital internacional, nacional e dos setores conservadores contra as políticas de alinhamento entre os governos progressistas da América Latina após a guinada à esquerda nos anos 2000, com o objetivo de aplicar o receituário neoliberal e dos setores conservadores contra as conquistas dos movimentos sociais no êxito das resistências em barrar suas propostas no legislativo e a visibilidade do debate público sobre as violências estruturais contra negros, mulheres e LGBTs na sociedade Brasileira, é preciso contemplar no debate quem são e como se formaram os setores ultraconservadores no contexto dos anos 2000.

O setor conservador cristão foram amplamente favorecidos nas duas década dos anos 2000 enquanto força política, por um lado, pelo espaço político conquistado por suas igrejas com o crescimento em número de fiéis, respectivamente nas suas ações de investir em candidaturas para poder legislativo federal criando uma bancada intrapartidária em defesa dos seus interesses, e por outro lado, pela manutenção e concessão de novos privilégios pelo governo e partidos progressistas às igrejas em troca de votos nas disputas eleitorais, algo que entre outras coisas, ampliou seus espaços nos meios de comunicação de massa e seu poder econômico.

A democratização dos meios de comunicação no Brasil avançou muito pouco ao longo dos governos petistas, já no primeiro mandato do governo Lula se desencadearam operações da Polícia Federal e Agência Nacional de Telecomunicação para o fechamento de rádios clandestinas que atingiu em cheio as rádios comunitárias. Em 2006, a criação de um sistema brasileiro de TV digital baseado em uma série de inovações como a interação do cidadão com os serviços públicos, a inclusão digital e que diminuía o poder dos produtores de conteúdo, foi obstruído pelo governo federal que entregou as concessões públicas para as mesmas empresas que já monopolizavam as concessões da radiodifusão analógica (SANTOS, 2010).

As iniciativas das conferências de comunicação e dos planos nacionais de direitos humanos não trouxeram avanços reais na regulação social dos meios de comunicação e controle social da mídia (SANTOS, 2010). Estrategicamente os recuos dos governos petistas nesse importante setor para a democracia manteve a governabilidade do coronelato eletrônico que exerce a função de difusor ideológico das agendas e interesses das classes dominantes, estratégia que lhes custará a presidência, em 2016. Sendo que os meios de comunicação televisivos são fundamentais como aparelhos ideológicos das classes dominantes que disputam o Estado.

No mesmo sentido, a manutenção da estrutura hierárquica e militarizada das polícias militares no 27 estados, a criação de novas forças de segurança como a Força Nacional e a militarização da Guardas Municipais, acompanhadas de políticas de segurança pública voltadas para ocupação territorial da favelas, não apenas mostrou ser uma estrutura de controle social que exerce uma governabilidade de exceção sobre as populações mais pobres, como também esses braços armados foram utilizados por governos estaduais contra seus adversários políticos. E ainda funcionou como um campo fértil para a criação de uma base social conservadora, avessa à democracia, que possui privilégios corporativos em relação aos crimes cometidos contra a população pobre e os movimentos sociais, mas reativa e numerosa.

O segundo elemento é que os “coxinhas”, termo depreciativo utilizado para definir as camadas médias que foram às ruas pedir o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, não eram as camadas médias progressistas, base social dos sindicatos oficiais do funcionalismo público, profissionais autônomos, professores universitários e artistas chamados de “mortadelas” pela FIESP. Mas as pode-se dizer que os setores citados acima tinham em comum com os coxinhas o mesmo distanciamento da realidade material, quanto das subjetividades das camadas e setores das classes pobres, que vivem em territórios ocupados pelas forças policiais, enfrentando privações materiais, superexploração do trabalho e estigmatizações dos seus modos de vida.

Apesar de não serem a classe dominante, essas camadas médias progressistas devido ao seu acesso à escolarização e aos bens culturais e aos modos normatizados da política e ao racismo estrutural, não apenas estão nos lugares chaves dentro das organizações sindicais, do movimento estudantil oficial e partidos políticos institucionais como também vão exercer uma racionalidade política para manter seus interesses de classe. De acordo com Wallace de Moraes (2018) isso se dá porque os partidos da esquerda institucional, (incluímos as elites dirigentes da UNE, UBES, ANPG e a CUT), não possuem nenhuma penetração social, são muito fortes na universidade, são muito fortes nos sindicatos e nos diretórios estudantis, mas não possuem penetração no seio popular, inclusive o seio popular não entende seus signos reformistas e rechaça suas perspectivas eleitoreiras³⁶⁸. Na nossa interpretação, por exercerem o papel de

³⁶⁸ Wallace Moraes na sua exposição *A revolta dos governados: antecedentes, significados e legados* realizada no I Colóquio Pesquisa e Anarquismo (UFSC/UFES), defende as teses que a revolta dos governados expressa o acúmulo de lutas de diversos movimentos sociais que estavam sendo construídas e esperadas pelos movimentos sociais há décadas (lutas dos movimentos de moradia “esgarçando” a luta contra Estado e capital, os pré-vestibulares para negros carentes vinham exercendo essa atividade e as pessoas estavam que se organizando nos sindicatos para organizar a luta popular). Moraes adverte que evita usar o termo jornadas de junho como na literatura produzida em São Paulo. No Rio de Janeiro os protestos começam antes e vão até julho de 2014 (no Rio de Janeiro que começa com a resistência contra remoção da Aldeia Maracanã e se estendem até julho de 2014 quando vai ocorrer a Copa do Mundo de Futebol); Expressa a crise da plutocracia representativa e a capacidade de luta dos governados. Para o autor vivemos, no Brasil, na Venezuela e no mundo em plutocracias. Tecendo críticas à literatura brasileira e mundial que descreve o brasileiro como

uma burocracia nas organizações, um fenômeno que de acordo com a teoria anarquista, é produto da falta de participação e de um esvaziamento das organizações pelas bases não atípica do sindicalismo estatal reproduzido em esferas dos movimentos sociais com práticas centralistas. Mas que ao tempo mesmo contam com os setores mais precarizados e superexplorados das classes oprimidas para conferir legitimidade aos seus discursos, não os reconhecem como sujeitos políticos, rechaçam suas experiências de resistência e secundarizam seus interesses, anseios e necessidades e as temem quando não estão organizadas sob seu controle.

O terceiro elemento relaciona-se à fragmentação das lutas das classes oprimidas e exploradas ao papel das lideranças políticas reformistas nos movimentos sociais, sindical e dos partidos políticos institucionais. Se a burocracia sindical e as lideranças reformistas foram eficazes agentes de contenção da luta de classes dos setores mais combativos das classes oprimidas e exploradas nas revoltas de junho de 2013, não tiveram o mesmo êxito em a capacidade de mobilização social para resistir ao golpe com suas frentes de lutas nacionais entre 2014 e 2016.

A Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, criadas em 2015, apesar de não estarem equivocadas quanto aos objetivos dos golpistas que era o de aprofundar as medidas que beneficiavam o capital e as elites políticas que estiveram fora do poder durante os governos petistas, não lograram constituir as articulações necessárias entre os diferentes setores das classes subalternas para se efetivar a resistência aos setores golpistas no Estado e na sociedade civil, e o que se viu foi o direcionamento e a hegemonização das pautas dos protestos para a defesa das instituições democráticas e do mandato da presidenta Dilma Rousseff.

O momento pós-revolta caracterizado pela CAB como de “decepção” com os resultados no que tange ao setor libertário e autonomista foi marcado também por discursos sectários provenientes de grupos de afinidade anarquistas sem base social, sem uma militância no cotidiano das classes oprimidas e exploradas, mas com uma interlocução por meio das redes sociais com milhares de usuários. Os ataques não se dirigiam apenas aos partidos políticos da base do governo federal e seus braços no movimento sindical e estudantil, mas também às frentes autônomas, ao Movimento Passe Livre e as organizações anarquistas programáticas.

pacato, cordial, dócil, sugere que a literatura anarquista tem que insurgir contra esse tipo de literatura que diz que o povo não luta, legitimando a ideia que os governados têm esperança e esperam que tudo venha pelos de cima; que as revoltas foram revolucionárias, observando como a propaganda pelo fato e ação direta foram colocadas em prática rompendo com as práticas tradicionais das organizações da esquerda institucional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HenhiXUuJsQ&t=25s>. Acesso em : 10 jan. 2020.

O terceiro elemento do debate sobre o pós -Revoltas do Vinagre diz respeito a configuração dos setores de direita que darão o golpe e serão responsáveis pela ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil, ainda que os diagnósticos de especialistas diziam que sua candidatura desidrataria até o fim do pleito eleitoral.

Bolsonaro apesar de ser uma figura inexpressiva como legislador nos seus 30 anos de mandato, mas expressiva midiaticamente e para a extrema - direita por seus discursos racistas, homofóbicos, misóginos, em prol do armamento e em defesa da ditadura militar, entrou no “vácuo” deixado pelo PSDB, partido derrotado nas eleições de 2014, envolto também escândalos de corrupção, e pela condenação e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tornando -se umas das alternativas antissistêmicas da “nova política”, contraditoriamente neoliberal e conservadora.

No entanto, a articulação entre diferentes setores da direita vai ser feita por pontos nodais que se entrelaçaram em torno de Bolsonaro. A predileção da maioria dos setores conservadores cristãos, militares da caserna e policiais de baixa patente pelo seu discurso direto, simples, ultraconservador, homofóbico e racista e a confiança adquirida por setores do capital nacional e internacional, desde a intenção declarada pelo então candidato de nomear o Chicago Boy Paulo Guedes para o ministério da Economia e conferir -lhe plenos poderes.

Os setores do capital não são homogêneos , nem ideologicamente e nem quanto aos seus interesses enquanto classe dominante, mas se pode dizer que para parte do empresariado nacional não interessava quem iria governar, se Bolsonaro, Alckmin ou João Amoedo, bastava-lhes que defendesse seus interesses dando continuidade à agenda de reformas estruturais direcionadas para o desmonte do Estado Brasileiro e medidas de austeridade fiscal; mas fez a leitura estratégica de que Bolsonaro possuía uma base social e ideológica, ainda que essa não se demonstrasse numerosa, coesa e disposta a defender o “mito” até as últimas consequências.

Materialmente a articulação das direitas se expressou nos investimentos do empresariado na campanha eleitoral. Em nossa interpretação as Revoltas do Vinagre foram um processo insurgente em aberto que se caracteriza por sua contingência. Ainda que não tivesse condições de desencadear uma insurreição popular e gerar um processo revolucionário pela falta de condições objetivas, havia possibilidades de se obter reformas estruturais e no sistema político em favor das classes oprimidas e exploradas, ou então a esperada guinada à esquerda do governo petista, mas o que houve foi uma contrainsurgência realinhando as classes dominantes e impondo uma estrutura de dominação ainda pior do que a anterior. .

As Revoltas do Vinagre como divisor de águas na política brasileira, não foram responsáveis pela ascensão da extrema-direita ao poder, mas sim uma série de elementos conjunturais e estruturais combinados. O interesse do capital nacional e internacional contemplado parcialmente pelo desenvolvimentismo adaptado ao neoliberalismo dos governos petistas combina-se com a repressão estatal elevada ao regime de exceção e os mecanismos de contenção da luta de classes exercidos pelas burocracias reformistas nos sindicatos e nos movimentos sociais fragmentando suas bases. E isso foi feito às custas da desarticulação de setores combativos colocados em equivalência com os setores ultraconservadores, como inimigos a serem combatidos e neutralizados politicamente.

A articulação entre as direitas, objetivamente, foi posterior às revoltas, que foram catalisadas pelos setores das classes dominantes que no sistema de dominação capitalista exercem a força material, política, cultural e ideológica, no Estado, nas instituições religiosas e categorias profissionais como a da segurança pública, e por isso consegue avançar contra setores dos movimentos sociais e autônomos que por estarem desarticulados entre si são atacados politicamente e processados judicialmente.

4.3.7 O que teria restado então das Revoltas do Vinagre?

Para os partidos políticos destituídos do governo e seus interlocutores na academia, nos sindicatos e no movimento estudantil, ficaram as tentativas de criação de um consenso com um discurso autoindulgente que culpabiliza os setores minoritários, dos anarquistas “charmosos”, o Movimento Passe Livre e os Black blocs, pelos seus retrocessos políticos.

Para os setores combativos dos movimentos sociais e autonomistas, das organizações políticas anarquistas e de outras matrizes ideológicas revolucionárias, aprender com os erros, solidarizar-se com os seus militantes processados e se reorganizar. De acordo com Selmo Nascimento (2018) o ciclo de greves e nem o conflito entre as bases e a direções sindicais terminaram em 2013, pelo contrário, foram deflagradas 2.093 greves em 2016 e em 2017 1.566. . Apesar do DIEESE não ter terminado os levantamentos de 2014 e 2015, devido ao grande volume de greves desses dois anos, para o autor não seria absurdo levantar a hipótese que em 2014 e 2015 as greves tenham superando o número de 2.000 como correu também em 2013.

Entre os anos de 2015 e 2018, as organizações anarquistas de diferentes matrizes, entre essas os especificistas, militantes de organizações autonomistas e movimentos populares participaram de greves de diferentes categorias e greves gerais convocadas pelas centrais sindicais, que tiveram uma baixa adesão e a não paralisação dos setores estratégicos da economia.

Em 2015, as demonstrações de combatividade da classe trabalhadora se expressaram nas greves de diferentes categorias de trabalhadores assalariados como a do magistério estadual do Paraná marcada pela brutal repressão policial, e a greve dos professores estaduais de Santa Catarina em defesa da descompactação do plano de carreira. Durante a greve dos professores catarinenses, a disputa entre a base e as oposições sindicais com a direção estadual da CUT, teve como ponto de divergências as táticas de luta, enquanto as bases defendiam meios mais combativos e os efetivaram ocupando por um mês a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a direção estadual do sindicato priorizou as passagens nos gabinetes dos deputados, as passeatas com carros de som onde só falavam suas lideranças, com rotas negociadas com a polícia.

A greve da rede estadual de Santa Catarina terminou sem nenhuma das suas pautas atendidas com um desfecho em que a direção do sindicato estadual compactuou com secretário de educação para pôr fim do movimento grevista, tendo por consequência a desmobilização da categoria nos anos seguintes, expressa em assembleias esvaziadas e com uma participação restrita de militantes dos partidos políticos e organizações políticas que atuam no movimento sindical do magistério.

Em novembro de 2016, o Dia de Paralisação Nacional contra a Reforma da Previdência organizado pelas principais centrais sindicais em Brasília, com caravanas de trabalhadores e estudantes de todos os estados, culminou com o enfrentamento com as forças policiais e com bases dos sindicatos e entidades estudantis tomando a esplanada dos ministérios, contrariando as orientações das direções sindicais de um ato pacífico e ordeiro, uma demonstração que os conflitos entre as bases combativas e as liderança exercidas pelas elites sindicais permaneciam desde do ciclo de greves iniciado em 2013.

Os protestos contra PEC da morte foram massivos em algumas cidades, mas muito aquém de nacionalizar-se e tomar as proporções e combatividade necessárias, em um contexto regressivo de direitos e repressivo implantado pelo Governo Temer, para barrar a emenda constitucional. Houveram protestos em Florianópolis como em outras capitais brasileiras, mas pode-se dizer diferentes por terem sido agenciadas por distintas organizações libertárias, autonomistas e militantes independentes que tomaram a pauta, após os atos organizados pelas

centrais sindicais e partidos políticos que se mostraram sem capacidade de mobilização de massa e centrados na defesa do mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Em Fortaleza onde os protestos contra a PEC 55 foram agenciados pela Frente Povo Sem Medo e pelo Bloco Autônomo paralelamente, no mesmo horário no dia 13 de dezembro de 2016, foram marcados pelas agressões com barras de ferro de militantes do MTST e da UNE contra um grupo de anarquistas e autonomistas que após as agressões foram isolados do ato por seguranças da UNE.

Guilherme Boulos, liderança do MTST, havia se manifestado pelo movimento ao ser questionado sobre os Black blocs em 2014, dizendo que: “que cada qual deve optar pela forma de como se manifestar e lutar. Não vamos dizer que é ilegítimo, mas não concordamos com essa forma”³⁶⁹ e sobre a infiltração do black bloc nos protestos (o termo infiltração é usado pelo entrevistador) que “o MTST nunca tivemos esse tipo de problema. Sempre houve um respeito pelas manifestações e com a nossa opção de utilizar uma tática diferente”³⁷⁰.

Em 2016, em outra entrevista, quando questionado sobre o se os Black blocs estariam nos atos organizados pela Frente Brasil Popular e Povo sem Medo, se expressa publicamente “Eles não vêm porque sabem muito bem que a gente têm uma posição muito clara a esse respeito [...] se vierem serão convidados a se retirar”, e continua dizendo que “quando se têm uma organização centralizada dos atos, os black blocs não vêm”.³⁷¹

A proximidade das eleições municipais faz com que os partidos destituídos do governo federal ajam de forma reativa condenando a ação direta e somando-se à imprensa local na condenação aos manifestantes entraram em conflito com a Polícia Militar em Florianópolis durante os protestos contra a PEC da Morte. A candidata a prefeita de Florianópolis pelo PC do B, Angela Albino se manifestou nas redes sociais e na propaganda eleitoral:

A quem serve os atos de vandalismo ocorridos nas ruas de Florianópolis? As milhares de pessoas, na sua maioria jovens, que estavam nas ruas, fazendo a onda, gritando palavras de ordem, não são a meia dúzia de infiltrados, que estão ali exclusivamente para alimentar o ódio e a violência. A primeira compreensão das pessoas que ocupam as ruas está no respeito as pessoas e do que é público. A violência ocorre para colocar a opinião pública contra o movimento, criar um

³⁶⁹ FUCS, José. Os black blocs não são ilegítimos. Entrevistado: Guilherme Boulos. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 7 jul.2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/07/guilherme-boulos-os-black-blocs-bnao-sao-ilegitimosb.html>. Acesso em : 12 maio 2019.

³⁷⁰ FUCS, José. Os black blocs não são ilegítimos. Entrevistado: Guilherme Boulos. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 7 jul.2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/07/guilherme-boulos-os-black-blocs-bnao-sao-ilegitimosb.html>. Acesso em: 12 maio 2019.

³⁷¹ BOLDRINI, Angela. Movimentos de esquerda se dizem contrários a tática 'black bloc'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 2016. Folha Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809940-movimentos-de-esquerda-se-dizem-contrarios-a-tatica-black-bloc.shtml>. Acesso em: 12 maio 2019.

ambiente de medo e afastar as pessoas das manifestações. Não é primeira vez que isso acontece, quem não se lembra da ação dos Black Blocs em 2013. O Brasil não pode abrir mão do direito as manifestações, é um direito pelo qual muitos lutaram, o momento é de resistência e serenidade. A melhor resposta que podemos dar é isolando os atos violentos e promovendo manifestações pacíficas contra o golpe e pela democracia. Aos policiais militares que também são trabalhadores e também perderam direitos meu apelo para que tenham serenidade. Que separem os vândalos e bademeiro dos jovens e das famílias que estão nas ruas clamando por democracia. Vivemos tempos de instabilidade política, mas não toleraremos o uso da violência”.³⁷²

A Organização Rusga Libertária em sua nota de repúdio às agressões, afirma que fatos dessa natureza não eram mais novidade: “Em 2014, em um ato do Sindicato da Construção Civil, a direção da Conlutas gritava no carro de som: “expulsem os anarquistas! Eles não são bem- vindos!” Ou como na manifestação do dia 29 de novembro desse ano, em Brasília, apontando que se vivia naquele momento uma criminalização da ideologia anarquista, onde a todo momento é feita generalizações, quando nos citam, somos “os anarquistas”, a tática pela classe dominante era de colocar o anarquismo no ostracismo e o que estava em disputa era “o perfil de ato de rua, onde as direções, bandeiras e carros de som de partidos não dão conta da totalidade do povo indignado que está nas ruas”.

Em 2015, ocorreram as ocupações das escolas das Rede Estadual Paulistas pelos estudantes contra a reorganização escolar, que além de fechar unidades mudaria o perfil de muitas escolas que deixariam de atender o Ensino Fundamental e Médio, ofertando um ou outro ciclo, o que acarretaria muitos problemas aos alunos e seus familiares. O movimento vitorioso em seus objetivos teve como uma das suas principais características a utilização da ação direta e autogestão das escolas pelos estudantes.

Ocorreu também a greve/lockdown dos caminhoneiros, uma categoria que apesar de ser uma das mais importantes da economia brasileira, possui uma baixa penetração de setores progressistas; e entre os anos de 2017 e 2018, multiplicam-se organizações e protestos antifascistas em decorrência da violência política dos grupos associados às direitas conservadoras nos espaços públicos e no fim de 2018, o *Ele Não!* Manifestações mobilizadas por diversos setores do feminismo em decorrência das declarações de ódio do Candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro, ainda que centrada nas eleições contou com a participação de anarquistas de diferentes matrizes.

³⁷² Disponível em: https://twitter.com/angela_albino/status/772586168999346176. Acesso em: 10 jun. 2019.

4.3.8 O fim de um ciclo de lutas?

Durante o período ditatorial a militância anarquista mais experiente manteve encontros clandestinos, enquanto a juventude atuava no Movimento Libertário Estudantil e em publicações como *Os Inimigos do Rei*, que traziam um conteúdo com fortes marcas contraculturais. Durante período de transição para democracia, na segunda metade dos anos 1980, iniciativas de reorganização da Confederação Operária Brasileira, sob uma orientação anarcossindicalista, encontros anarquistas como o de Florianópolis em 1986, que entre suas pautas estavam a de participação de organizações anarquistas no movimento estudantil e sindical, são os primeiros passos da reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora no Brasil.

A relação intergeracional entre os anarquistas, na sua maioria estudantes e trabalhadores muito jovens, com pouca experiência de militância organizada e acúmulo de leitura sobre o anarquismo, e os militantes mais experientes que se mantiveram na semiclandestinidadade durante a ditadura e a popularização de práticas antiautoritárias pela subcultura punk, são dois elementos impulsionadores da cultura anarquista desse período.

Nos anos 1990, os eventos internacionais como Outros 500, a explosão de publicações de jornais e fanzines anarquistas, a formação de redes de comunicação alternativa como a “Outros Nós”, a participação de organizações anarquistas no movimento de ocupações urbanas e junto aos trabalhadores semterra como a do Grupo Mutirão no Rio de Janeiro, a participação cada vez mais frequente de anarquistas em protestos populares como o Grito dos Excluídos e os encontros anarquistas, seguem os fluxos e as ações coletivas de resistência das classes trabalhadoras submetidas aos consensos da onda neoliberal e à violência estatal por meio dos seus braços armados, como a principal estratégia de contenção da luta de classes.

Os anarquistas ainda que críticos aos partidos políticos institucionais e as tendências reformistas nos sindicatos que priorizam a disputam pelo controle do Estado, participam das ações coletivas organizadas coordenadas pelos sindicatos do funcionalismo público, pela Central Única do Trabalhadores, a União nacional dos Estudantes e do Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra, como coadjuvantes devido sua tênue influência nas classes populares e dificuldades para se organizarem.

Na segunda metade dos anos 1990, o contato da FAU com militantes brasileiros deu a origem à Federação Anarquista Gaúcha e iniciativas de criação de partidos anarquistas em outras regiões brasileiras, onde já existiam experiência libertárias. A percepção da necessidade

de uma militância organizada juntos às as classes oprimidas e exploradas e de uma organização que articule as lutas das organizações deram um salto qualitativo com a criação da Construção Anarquista Brasileira e do Fórum do Anarquismo Organizado , em 2002, que culminou a com a criação da Coordenação Anarquista Brasileira, em 2012.

Da Construção Anarquista Brasileira ao Fórum do Anarquismo Organizado, o anarquismo especificista passou a por diferentes fases, por descontinuidades motivadas por divergências teóricas, estratégicas e táticas, por acusações mútuas de desvios ideológicos reformistas e autoritários e pela falta de recursos materiais para concretizar seus objetivos; , mas gerou a também por uma intensa produção teórica e de debates sobre concepções organizacionais, táticas e estratégias anarquistas, nos grupos de estudos, nos centros sociais e nos eventos anarquistas. Nesse período os esforços das organizações anarquistas específicas foi de criar agrupamentos de tendência que reúnem militantes de outas ideologias para atuar nos movimentos sociais.

A trajetória do anarquismo especificista no Brasil vai se constituindo a partir da proposta do dualismo organizacional da Federação Anarquista Uruguaia, não como uma mera reprodução daquela , mas como um partido de quadros dentro de suas possibilidades e recursos materiais em uma conjuntura particular de cada organização específica anarquista. Porém, a corrente especificista tendeu a reproduzir a projeção do plattformismo e comunismo libertário como sinônimo de anarquismo organizado que já existia no especificismo uruguaio.

O anarquismo social brasileiro se fortaleceu no fim dos anos 1990 e início dos 2000, com articulações entre organizações políticas horizontais e movimentos sociais orientados pela ação direta do movimento de resistência global ao neoliberalismo. Os agrupamentos de tendência especificistas participaram dos espaços de debate e protestos da Ação Global dos Povos brasileira que possui suas particularidades em relação ao AGP Latino-Americana e Global, mas a prioridade da corrente especificista será do Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas, onde se encontraram os movimentos sociais autônomos de base territorial.

Os problemas do setor majoritário do anarquismo brasileiro e da militância autonomista é a sua fragilidade política decorrente da falta de um diálogo com os movimentos sociais e falta de capilaridade entre com as classes oprimidas e exploradas. Além disso existe nesse campo libertário uma grande dificuldade de situar os possíveis aliados dentro de um ciclo de luta, coordenado em grande medida pelos sindicatos ligados à CUT, pela UNE, setores progressistas da igreja católica e MST, que são parte da base social do Partido dos

Trabalhadores, composta também pelas camadas médias progressistas do funcionalismo público.

O setor majoritário das organizações autonomistas e anarquistas apresentam os problemas descritos por Rugai (2014) como do anarquismo da geração de maio de 1968, o que os coloca como críticos das organizações e partidos anarquistas, mas que não se percebem como uma força política que tem seus esforços e iniciativas instrumentalizados para que auxiliem para objetivos que não são os seus. A crítica sectária aos partidos oficiais acaba por confundi-los os partidos com os movimentos sociais afastando os anarquistas dos espaços organizativos e esferas de decisão no qual diferentes organizações disputam o direcionamento de classe das organizações.

Contudo, o campo da militância autonomista e anarquista não é um bloco homogêneo, nem em sua composição de classe social, espaços que privilegiam como foco da sua militância, orientações táticas e estratégicas. O Movimento Passe Livre, organizações autonomistas e anarquistas que atuam no movimento estudantil, na comunicação, na luta feminista, na luta por moradia e terra, vão dar continuidade às iniciativas de tornarem-se sujeitos coletivos influentes na política brasileira buscando alargar suas bases sociais com trabalho de base, organizando sua distribuição de recursos, responsabilidades e atividades traçando seus objetivos de acordo com as conjunturas com que se deparam.

O amadurecimento organizacional e de acúmulo teórico-prático fez com que o setor autonomista e anarquista ganhasse importância na política nacional, mas não é um processo que se deu em pouco tempo e está, especialmente nos momentos de maior tensionamento com as classes dominantes e com as forças políticas reformistas, sujeito a retrocessos. Isso, porque além dos velhos ataques dos adversários do campo reformista que desqualificam como utópicas as práxis autônomas, os próprios anarquistas e autonomistas estão sujeitos a modismos teóricos e uma atuação restrita, por vezes individual, ou em pequenos grupos de afinidade que usam as redes sociais como uma forma de militância,³⁷³ e em guetos sectários baseados em laços comportamentais e de consumo como uma identidade política.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder executivo com vitória de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002, trouxe mudanças nas correlações de forças dos confrontos políticos entre os movimentos sociais e classes dominantes tanto no Brasil, quanto na América Latina.

³⁷³ Esses indivíduos e grupos de afinidade com uma visibilidade de likes e seguidores, se isolam das ruas e de organizações e articulações entre movimentos sociais e organizações políticas orientadas pela ação direta e pautas objetivas, funcionando como árbitros de quanto é libertária e anticapitalista determinadas correntes anarquistas, movimentos sociais e autônomos, o “anarquismômetro” quase sempre está baseado em critérios idealizados e subjetivistas, não nas correlações de forças em disputas nos conflitos políticos

Os governos Lula e Dilma Rousseff, apresentaram diferenças entre si e durante cada mandato, mas de maneira geral, são caracterizados por seu neodesenvolvimentismo adaptado ao neoliberalismo que de acordo Armando Boito Jr e Tatiana Berringer são assim caracterizados :

(i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista. (BOITO; BERRINGER, 2013.p 32).

Os autores identificam de acordo com a conjuntura estrutural do capitalismo brasileiro a composição de classe social do neodesenvolvimentismo e a participação de cada classe na estrutura de poder.

A grande burguesia que é força dirigente do neodesenvolvimentismo e encontrava-se distribuída por diversos setores da economia – indústria, mineração, construção pesada e a cúspide do agronegócio que são as empresas exportadoras de produtos agropecuários. O que unifica esses setores do Capital é a proteção dos seus interesses frente ao capital internacional. Os governos Lula e Dilma em suas políticas econômica beneficiaram a grande burguesia ao priorizar um reduzido número de grandes empresas predominantemente nacionais como receptores dos programas de empréstimos a juros subsidiados pelo BNDES.

Para os autores no setor das classes dominadas o trabalhador da baixa classe média tem uma participação organizada no neodesenvolvimentismo por meio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores. Esses setores ganharam com o neodesenvolvimentismo uma significativa recuperação do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial. Nesse período, os sindicatos passaram a sentar-se lado a lado com as entidades patronais e o governo para dar proteção alfandegária para a indústria local e para baixar a taxa básica de juro da economia. Os movimentos dos trabalhadores rurais também possuem seu lugar na frente desenvolvimentista, o setor dos trabalhadores rurais assalariados e de assentados.

De acordo com autores, os assentados da reforma agrária que tiveram suas demandas por subsídios e assistência técnica parcialmente atendidos. No campo os setores mais marginalizados pelo desenvolvimentismo dos governos Lula e Dilma foi o campesinato pobre, que

corresponde aos camponeses sem terra ou com pouca terra, que reivindicavam a desapropriação das terras ociosas e uma política agressiva de abertura de novos assentamentos. Porém, a política de desapropriação de terras para a reforma agrária foi muito reduzida durante os governos Lula e Dilma, que privilegiaram os interesses do agronegócio.

Os trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho precário ou “por conta própria” que vivem nas periferias dos grandes centros e no interior da região Nordeste são setores extremos da marginalização do neodesenvolvimentismo, mas os autores demarcam uma separação, entre aqueles que estão organizado nos movimento por moradia, movimento de desempregados e movimentos de luta pela terra e a imensa massa marginal, incluída no neodesenvolvimentismo por meio do Bolsa-família (BF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), esse setor não é organizado.

De acordo com os autores os governos Lula e Dilma optaram por lhes destinar renda sem se preocuparem – nem esses governos, nem o seu partido, o PT – em organizá-los. Esse setor forma uma base eleitoral passiva e desorganizada que é chamada a participar das eleições para votar nos candidatos da frente desenvolvimentista, mas seus ganhos reais são muito pequenos em relação, o que significa uma continuidade da tradição populista brasileira.

Durante os governos Lula e Dilma outra mudança importante diz respeito aos mecanismos de contenção da luta de classes, ou seja, dos mecanismos utilizados para imprimir às organizações das classes oprimidas e exploradas os interesses das classes dominantes.

Durante os governos Fernando Henrique Cardoso a principal estratégia de contenção da luta de classes foi a brutal repressão e a criminalização dos movimentos sociais. Os massacres de Eldorado de Carajás e de Corumbiara e o uso das forças armadas para reintegração de posse das refinarias durante a greve dos petroleiros, são mostras de como o Estado brasileiro sob a onda neoliberal agiu por meio dos seus braços armados e do judiciário.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, uma habilidosa e carismática liderança política, de um partido político que possui sua base nos movimentos sociais, centrais sindicais e movimento estudantil, o exercício da contenção da luta de classes foi além da criminalização e repressão, tornando-se mais eficaz.

A partir da relação do governo com as lideranças sindicais e dos movimentos sociais ocorre sua cooptação por ele. Favorecendo para que essas lideranças alinhadas se mantenham no controle das organizações e em defesa de posições governistas, ao mesmo tempo, que elas barganharam com o governo algumas medidas para beneficiar supostamente a classe trabalhadora, mas que de fato beneficiaram apenas os próprios sindicatos e as centrais sindicais.

Wallace de Moraes (2013) analisando a regulamentação trabalhista do período dos Governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, levanta quais foram as continuidades e mudanças, concluindo que as medidas de flexibilização das leis trabalhistas realizadas sob o Governo Fernando Henrique foram renovadas pelo Governo Lula da Silva, que criou novas formas de flexibilização das leis em detrimento dos interesses dos trabalhadores; que as normas previdenciárias, que pioraram a situação para o trabalhador alteradas no Governo de Cardoso, foram aprofundadas pelo Governo Lula da Silva; a redução da jornada de trabalho, a atualização salarial de acordo com o real custo de vida e a estabilidade no emprego não foram postas em prática pelo governo; as medidas pró-trabalho favoreceram os pescadores, as gestantes, setores do funcionalismo público e principalmente as centrais sindicais já existentes, que foram reconhecidas, enquanto diversos outros setores sociais permaneceram esquecidos. Nenhuma medida foi universal para o conjunto da classe trabalhadora e todas as medidas do governo não contaram com qualquer participação contributiva dos empresários.

O Governo Lula diferencia-se do de Fernando Henrique ao reconhecer algumas demandas dos sindicalistas, sua principal base social, demonstrado quando anistiou sindicalistas penalizados pelo governo anterior e aumentou substantivamente o emprego público, retomando os concursos em diversas áreas. Uma ação do governo muito positiva para a parcela dos trabalhadores que almejavam uma vaga no quadro do funcionalismo público na busca por estabilidade num contexto de grande desemprego e de insegurança no setor privado. A única ressalva que a autor faz é quanto ao bolsa-família que melhorou as condições de vida de milhares de pessoas e teve como contrapartida a reeleição dos dois governos petistas.

Para Wallace de Moraes, com os sindicatos e movimentos sociais fracos e sem poder de barganha não ocorreu o aumento de direitos, as grandes desigualdades sociais permaneceram e o que foi acentuado o poder político dos sindicalistas da CUT junto ao governo. Uma das consequências foi que diferentemente dos trabalhadores rurais, que nos anos 1990, conquistaram seu meio de produção por meio da participação em manifestações, a luta do trabalhador urbano foi canalizada para as esperanças eleitorais, resultando em enorme dependência dos governantes.

O Governo Lula e os governos progressistas da América Latina eleitos pelo descontentamento com o neoliberalismo que derrubaram os governos na Argentina, Bolívia e Equador praticaram uma política externa diferente dos governos anteriores.

Desde o início o governo Lula investiu no Mercosul e na Comunidade Andina das Nações e na a Iniciativa de Integração em Infraestrutura Sulamericana (IIRSA) e na União Sulamericana das Nações (Unasul), que em 2008 que incorporou a o IIRSA, como forma de contrabalançar as relações com os estados imperialistas, em especial Estados Unidos e Europa.

Os planos de integração de desenvolvimento regionais como o IIRSA, entraram em choque com os interesses dos movimentos sociais em luta pela manutenção dos seus territórios, defesa dos recursos naturais e do meio ambiente. No Brasil, a articulação entre os movimentos sociais dos anos 1990 e 2000, não apenas havia sido desarticulada pelos mecanismos de contenção da luta de classes, assim mas como os setores dos partidos e sindicatos da base do governo, não ofereceram a menor resistência, praticamente os debates sobre os planos como o IIRSA, eram feitos publicamente no Brasil pelas organizações políticas e movimentos sociais que participam dos ELAOPA.

Durante os Governos Lula e Dilma, os movimentos negro, feminista e LGBTI e outros setores que lutam por direitos humanos, obtiveram vitórias significativas e ganharam um maior espaço institucional. Apesar das vitórias parciais dos movimentos sociais brasileiros, não alteraram a estrutura de dominação econômica, política e cultural que privilegia as classes dominantes, elas construíram uma cultura reivindicativa em alguns setores das minorias da sociedade brasileira; todavia mas até os menores avanços dos setores progressistas despertam uma reação violenta dos setores dos capital nacional e internacional, das elites políticas, deixadas de fora do governo e dos setores conservadores da sociedade brasileira.

O anarquismo especificista nessa nova conjuntura como vimos nas suas publicações teceu críticas aos Governos Lula e Dilma, aos setores reformistas alinhados ao neodesenvolvimentismo e a oposição neoliberal composta pelo bloco PSDB- DEM- PFL e pelas associações patronais. Para atingir seus objetivos as organizações específicas anarquistas direcionou sua militância para as mesmas bases sociais das camadas médias, do movimento estudantil e sindical, base social dos partidos governistas e paragovernistas, para os setores marginais de trabalhadores desempregados e organizados nos movimentos por moradia e terra. Para a corrente esses espaços e grupos sociais são disputáveis, potencialmente os que levariam a frente a estratégia especificista de poder popular.

A situação caótica e de barbárie cotidiana dos grandes centros agravada pelas políticas voltadas para os interesses das empreiteiras, especuladores imobiliários e empresários de transporte recrudescida pelas obras de infraestrutura dos megaeventos para esportivos, no qual as jornadas de julho de 2013 acenderam uma fagulha iniciando um processo de insurgência popular esperado pelos movimentos sociais e autônomos.

As revoltas populares para os anarquistas sociais são espaços de disputa a serem direcionados aos interesses da classe oprimida e explorada, independente de quem sejam os mandatários dos governos. Durante as revoltas de junho de 2013, os comunicados das

organizações específicas anarquistas se direcionavam em apontar quais eram as pautas e os motivos dos protestos e faziam chamados para a participação organizada e combativa neles.

As jornadas de junho de 2013 se estenderam até o fim daquele ano, além das disputas com as camadas médias agenciadas pelos meios de comunicação de massa com seu discurso de moralização da política, o processo contou com a participação do proletariado marginal e uma ação efetiva e organizada das frentes de articulações autônomas. Os protestos durante a Copa foram menores e situados nas cidades sedes do evento.

Os partidos políticos oficiais governistas e paragovernistas se posicionaram após a primeira etapa das jornadas como se as revoltas tivessem sido sequestradas pela direita, enquanto o governo federal e os governos estaduais desencadearam uma verdadeira onda de choque repressivo direcionados aos movimentos sociais e as organizações identificadas por sua combatividade.

No fim do ano de 2014, após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, iniciou-se o processo de articulação entre as direitas brasileiras, como uma oposição neoliberal encabeçada pelo PSDB e DEM, por organizações liberais mantidas pelo capital nacional e internacional e setores ultraconservadores cristãos que ao longo da última década haviam crescido tanto por seus esforços como por favorecimento da classe política. O resultado dessa articulação foi um movimento de massas que legitimou o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff.

No ano de 2015, as jornadas de junho de 2013 foram avaliadas pelos anarquistas especificistas como uma decepção, resultado da falta de articulação entre os movimentos sociais e organizações políticas que as conduzissem, os anarquistas entre elas. As organizações anarquistas específicas, ao longo dos anos de 2016 e 2018, vão manter suas atividades voltadas para a inserção nos movimentos sociais e autonomistas que priorizavam as pautas objetivas contra a retirada de direitos.

Estaríamos no fim de um ciclo? No que tange ao anarquismo especificista, ainda que os movimentos autônomos se encontram enfraquecidos, como todo o conjunto de forças políticas progressistas brasileiras, seus partidos e agrupamentos de tendência continuam suas atividades e organizando outras, para esse setor nunca é uma má hora para participar e construir movimentos sociais. A reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora continua com a CAB e com outras organizações políticas anarquistas sendo mais que um desejo ou uma utopia, mas um viver a anarquia no cotidiano com as lutas dos de baixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTUDO: reinventar o anarquismo hoje

O estudo ao longo do seu desenvolvimento passou por um processo de amadurecimento em relação aos procedimentos de coleta de dados e os objetivos pretendidos levando em conta a necessidade do rigor científico e os acontecimentos da realidade política e social brasileira.

Entre os anos 2015 e 2019, enquanto fazíamos a pesquisa e escrevíamos a tese, houve um acirramento dos ataques provenientes de setores da extrema-direita por meio das redes sociais e nas ruas contra a militância do campo progressista. E essa violência esteve muito próxima do meu universo pessoal.

Em 2016, as manifestações em Florianópolis contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos sociais e trabalhistas, durante o governo interino de Michel Temer, foram respondidas com a brutalidade policial e seis militantes do Bloco de Lutas de Porto Alegre foram processados. O acirramento da polarização teve seu ponto culminante no fim da campanha eleitoral para presidente em 2018. Nesse período duas militantes que atuam no movimento estudantil foram agredidas e um MC da batalha de rap, em um dos bairros da região sul de Florianópolis, foi vítima de uma tentativa de agressão com faca. Nos três casos citados, e em outros que foram feitas com ofensas verbais, ameaças de agressão e perseguição nos locais de moradia e trabalho, os agressores foram identificados pelas vítimas como apoiadores do atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

No ano de 2019, com eleição do candidato bolsonarista, o bombeiro militar Carlos Moisés da Silva, governador do estado de Santa Catarina, iniciou-se o processo de higienização social do centro velho da capital e um aumento dos casos de abuso de autoridade e de brutalidade da Polícia Militar nas periferias pobres e ocupações urbanas da Grande Florianópolis.

A violência estatal e a motivada pela política de ódio dos setores ultraconservadores que nunca foram novidade para a militância organizada e para moradores das periferias, minorias étnicas, de gênero e identidade sexual, passou a ser direcionada também para qualquer pessoa identificada como “de esquerda”, “comunista”, “feminazi”, “gayzista”.

A militância libertária diante da conjuntura instalada no país foi adotando gradativamente medidas de segurança mais rígidas em relação às informações sensíveis das suas organizações e militantes a partir de 2015. O período em que a pesquisa foi realizada coincide com a fase em que militantes de organizações anarquistas, autonomistas, de movimentos sociais e de pequenos partidos socialistas estavam sendo processados por supostos crimes cometidos durante as Jornadas de Junho de 2013.

As mudanças na forma de coletar os dados e apresentá-los no corpo da tese e a sua análise levou em conta a proximidade do autor com os sujeitos de pesquisa. Em Florianópolis, a minha

proximidade com a militância anarquista não é apenas política, tenho laços afetivos de amizade anteriores a realização da pesquisa. Quanto à proximidade política, pelo menos por duas vezes fui convidado a ingressar no Coletivo Anarquista Bandeira Negra, e participei de discussões para a construção de um agrupamento de tendência para atuar no movimento de trabalhadores e trabalhadoras da educação de Santa Catarina, que não se concretizou.

A necessidade de um distanciamento dos sujeitos de pesquisas para que não houvesse interferência nos resultados do estudo e a necessidade de garantir a integridade dos militantes em um período conturbado politicamente, me fez abrir mão da realização de entrevistas e fazer uso das publicações das organizações anarquistas específicas e dos seus agrupamentos de tendência. A única entrevista foi realizada com um militante da Federação Anarquista Cabana, a organização anarquista de Belém, devido à dificuldade de obter dados pela via online.

O amadurecimento da pesquisa ocorreu também pela participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, pelas conversas, debates e horas de convivência com outros pesquisadores e pesquisadoras, dos quais destaco dois jovens pesquisadores por quem nutro uma profunda admiração intelectual, Peterson Silva (Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC) e Luciana Brito (Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFSC).

Durante a análise dos dados o maior esforço foi selecionar quais as publicações, documentos e programas eram mais relevantes para o estudo dentro de um enorme volume de materiais produzidos pelas organizações anarquistas específicas e fontes noticiosas produzidas por outras organizações anarquistas. E tendo que observar cuidadosamente as interpretações próprias da corrente especificista sobre eventos e referências teóricas do anarquismo histórico, usadas pelas organizações para delinear suas formas de organizar sua militância junto aos movimentos sociais e movimentos autônomos.

Militantes históricos como Errico Malatesta e Mikhail Bakunin, outros desconhecidos para a academia no Brasil como Camillo Berneri, documentos como a Plataforma Organizacional do Comunistas Libertários e eventos históricos como a Makhnovtchina e a Guerra Civil Espanhola, são alvo de diferentes interpretações por organizações anarquistas, mas isso não é uma disputa literária ou acadêmica, não se está derramando tinta ou vaidades, apesar das vaidades também fazerem parte do universo anarquista. As interpretações são elaboradas para traçar propostas de transformação libertária da sociedade, e, ao mesmo tempo, confrontam outras propostas anarquistas e de organizações socialistas com outras matrizes ideológicas, delimitam quem são os adversários, possíveis aliados e os inimigos das classes dominadas.

As Ciências Humanas como um campo privilegiado de disputas de legitimação de representações sobre as ideologias revolucionárias que reverberam no universo militante cada vez mais confrontadas pelos seus silêncios sobre a teoria e prática anarquista.

Nesse sentido, o nosso diálogo com a literatura acadêmica e produzida por militantes e organizações anarquistas, em especial sobre a história do anarquismo no Brasil e sua relação com os movimentos sociais e as classes oprimidas e exploradas apresentados no primeiro e segundo capítulo nos levou às seguintes conclusões apresentadas de forma sintética.

Os estudos sobre o anarquismo estão em fase de ascensão no Brasil, ainda caracterizados por uma maior produção acadêmica sobre o anarquismo do século XIX e até os anos 1930, de estudos sobre teoria política de importantes teóricos e militantes revolucionários históricos e um menor número de estudos sobre o anarquismo contemporâneo. Os esforços de pesquisadores e pesquisadoras brasileiras, utilizando diferentes metodologias e referenciais teóricos têm chegando a diferentes resultados, tanto formulando novas questões e temáticas sobre o anarquismo como também dissipando o silenciamento e os equívocos sobre a militância anarquista brasileira como se essa tivesse uma participação restrita aos tempos do anarquismo histórico, também como se a teoria política anarquista tivesse uma menor profundidade.

Durante a realização da pesquisa e escritura da tese, o diálogo com a literatura acadêmica nos levou a concluir que existe um descompasso entre os estudos sobre o anarquismo restritamente acadêmico e as agendas de pesquisa de pesquisadores anarquistas. Os esforços em compreender e analisar o anarquismo se diferenciam nos enfoques: uns se dedicam ao desenvolvimento da própria teoria, outros às questões que envolvem as estratégias e táticas pertinentes à militância anarquista. Em ambos, os esforços de pesquisa têm colaborado para aprofundamento dos estudos, para a criação de novas abordagens e de forma dialética e crítica, esses esforços têm se alimentado mutuamente.

No entanto, não podemos deixar de avaliar alguns aspectos nos estudos recentes sobre o anarquismo que usam conceitos frouxos de anarquismo e fazem uma leitura direcionada a criticar os teóricos anarquistas históricos sem o cuidado metodológico das Ciências Humanas a respeito de anacronismos. O desejo de se estabelecer no campo uma perspectiva epistemológica baseada no projeto político intelectual individual ou de um pequeno grupo para renovar o anarquismo, que pretende moldar a teoria anarquista às suas ideias, tem como consequência, para campo científico e para os movimentos e organizações que adotam a ideologia anarquista, a incompreensão do que seria o anarquismo hoje.

No que se refere ao *anarquismo social* como uma forma minoritária do anarquismo onde predomina o anarquismo da geração de maio de 1968, a criação de uma dicotomia entre o velho e novo anarquismo (anarquismo renovado), acabam por fazer uma exaltação de práticas políticas sem ruptura com sistema de dominação capitalista-estatal, cujo consumo político pelas camadas médias e modos alternativos de sociabilidade se estabelecem hoje expressões do anarquismo.

Nos estudos sobre os movimentos sociais a presença de militantes anarquistas de organizações dualistas ou de organizações mais flexíveis e autônomas tendem a desaparecer, o que leva ao equívoco de que a práxis anarquista foi incorporada aos movimentos sociais sem a presença

de anarquistas. Na nossa avaliação, isso não é totalmente proposital, mas está relacionado com duas ideias presentes nas Ciências Humanas: a ideia que o anarquismo uma ideologia das camadas médias com teoria e prática contraditórias, e que só recentemente o anarquismo teria começado a se preocupar como as relações e as microrrelações de poder podem prefigurar a anarquia, algo não se comprova empiricamente.

Sobre as questões relacionadas à produção teórica do anarquismo sugerimos ser necessária a realização de um maior esforço nas nossas pesquisas sobre ele para que haja de fato compreensão e análise da produção de conhecimento realizada nas organizações políticas anarquistas, nos seus agrupamentos de tendência e na sua relação com os movimentos sociais e autônomos. Os espaços de militância produzem sínteses a partir das interpretações das organizações políticas anarquistas sobre o anarquismo e experiências das classes oprimidas e exploradas que possuem particularidades.

O estudo buscou esclarecer o nosso entendimento sobre o anarquismo como ideologia e a anarquia como uma vivência para uma sociedade liberta; o anarquismo não é contra o poder, mas contra o poder como sinônimo de dominação nas esferas da política e da economia, e que o anarquismo está longe de ser apolítico ou uma antítese do marxismo, mas uma práxis revolucionária que possui suas concepções táticas e estratégicas particulares que a diferencia de outras práxis do campo socialista revolucionário. Acreditamos que esse objetivo tenha sido satisfatoriamente atingido.

Apresentamos ao longo dos dois primeiros capítulos os elementos que tematizam a destruição da dominação nas esferas da economia, política e cultura, e os que construirão uma sociedade organizada a partir da autogestão em todos níveis, que os sentidos de *povo* e *popular* dado pelos anarquistas não é sinônimo de classe social, mas sim detonam a articulação entre os diferentes setores das classes oprimidas e exploradas. E também que os anarquistas entendem que o processo de transição para uma sociedade libertária baseada na autogestão e federalismo e na articulação dos espaços de trabalho e moradia, vai se desenvolvendo ao longo história do anarquismo seguindo os fluxos de práticas e ideias das classes trabalhadoras.

O estudo esclareceu que no universo de militantes dos anarquistas existem concepções de liberdade e autonomia compartilhadas com outras ideologias anticapitalistas e antiautoritárias e que as correntes anarquistas divergem entre si sobre quais seriam os melhores meios de se conquistar a liberdade com igualdade se contrapondo às relações de dominação material, política e cultural.

O poder no anarquismo recebeu uma atenção privilegiada na análise do anarquismo histórico e contemporâneo, em especial, na relação entre o poder e a distribuição de recursos materiais e imateriais que dizem tanto ao conhecimento a respeito da divisão social do trabalho, como ao papel do corpo técnico e funções especializadas, meios que a rotinas e formas de decisão para que essas não se cristalizassem recriando novas classes dirigentes, burocracias e vanguardas que exerceriam mecanismos de dominação.

As organizações anarquistas sindicalistas revolucionárias e anarcossindicalistas no movimento operário, defendem a proposta organizacional que explicita as rotinas, as formas de decisão, o papel que é exercido pelos militantes dentro e fora da organização, e faz a defesa de uma autodisciplina revolucionária como a melhor forma para lidar com as contradições nas classes dominadas e nos seus movimentos organizados. A autonomia das *classes dominadas*, o sujeito revolucionário do anarquismo, são norteadores das suas concepções de ação direta e autogestão, federalismo e internacionalismo.

A proposta do anarquismo operário é defendida por setores do movimento feminista, nas redes e organizações autonomistas e anarquistas dos anos 1990 e 2000 do movimento antiglobalização e no Movimento Passe Livre, frente e blocos de lutas pelo transporte, agrupamentos de tendência anarquistas e de outras matrizes anarquistas, em organizações anarquistas mais ou menos flexíveis, apresentando variáveis metodológicas e de aplicação prática, sujeitas a erros e a reavaliações constantes por parte da militância.

Uri Gordon (2015) no seu estudo sobre as redes e coletivos autônomos do movimentos antiglobalização dos países do Norte Global, que o autor associa ao anarquismo por causa da cultura de movimento horizontal e de ação direta, o autor sugere que os recursos que somam a zero (recursos materiais como carros, dinheiro, computadores e etc.) são facilmente redistribuídos entre os participantes das redes e coletivos do movimento, mas o problema desse tipo de afirmação levanta se trazemos essas questões para a realidade do anarquismo brasileiro?

Sem conferir qualquer responsabilidade ao autor em responder a algo que não se propôs e levando em conta as diferenças das nossas abordagens, referenciais teórico e universo de pesquisa, sugerimos que afirmações dessa natureza não respondem a pergunta de qual é a relação entre recursos materiais e a capacidade das organizações anarquistas exercerem influência política. Apesar dessas questões não terem sido suficientemente esclarecidas no corpo do tese e são debatidas nas organizações anarquistas, nos obriga brevemente discuti-las na conclusão, se não para respondê-las de forma conclusiva, pelo menos para pontuar e lhes conferir visibilidade no debate acadêmico.

O anarquismo brasileiro não conta atualmente com nenhum movimento social, sindicato ou central sindical que proporcione sustentação organizacional para suas atividades; e a política de doações, mesmo com a inovações de financiamento coletivo pela internet, quando utilizadas resultam em recursos escassos diante da necessidade de se manter por um longo período as atividades. As organizações anarquistas utilizam a coletivização e a socialização dos recursos dos próprios militantes, iniciativas de geração de recursos pela venda de livros, camisetas e outros materiais e doações de sindicatos e movimentos sociais. Todas essas modalidades para a obtenção de recursos estão muito aquém das necessidades das organizações no que se refere a atuação política para além dos momentos de visibilidade como marchas e manifestações.

A falta de recursos ainda que seja um obstáculo, não é um impedimento para que as organizações anarquistas participem do movimento estudantil, sindical, nos movimentos de luta por moradia, terra e de trabalhadores e trabalhadoras desempregados; mas é preciso observar que esses espaços de militância possuem diferenças. O movimento estudantil e sindical possui uma composição policlassista, com um predomínio de lideranças provenientes das camadas médias, e os movimentos de luta por moradia, de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas são compostos predominantemente pelas as classes mais exploradas e mais oprimidas, com presença majoritariamente negra e feminina.

A participação nos movimentos sociais já existentes e a organização de novos, tem por objetivo exercer influência política e a constituição de uma base nesses setores de classe social e categorias profissionais e o seu direcionamento a uma disputa com as classes dominantes e com seus adversários reformistas que têm a sua disposição muito mais recursos, que estão consolidados dentro da estrutura sindical e do movimento estudantil oficial e possuem interlocutores dentro do Estado, utilizando desses recursos de diferentes formas para seus propósitos.

As classes dominantes para manterem seus privilégios, seus mecanismos de domínio e direção em uma conjuntura dada pelas correlações de forças em contraposição a sujeitos coletivos antissistêmicos, entre os atores sistêmicos estão sindicatos e partidos políticos reformistas que também usam dos seus recursos materiais tanto para manter seus militantes na estrutura das organizações representativas de classe, como para neutralizar seus adversários e dissidências dentro da sua base social.

O anarquismo brasileiro, na atualidade, tem grandes dificuldades para construir bases de sustentação material que permitam às organizações anarquistas realizarem suas atividades de propaganda e inserção social contínua nos movimentos sociais e setores mais precarizados das classes oprimidas e exploradas e com isso constituir uma base social com capacidade de influenciar nos rumos da política brasileira.

No mesmo sentido, outra questão cujo pontapé inicial foi dado com as contribuições de Uri Gordon (2015) diz respeito aos recursos que *não-somam-a-zero*, como o carisma, traços da personalidade e facilidade para se comunicar, existem diferentes formas tratar a questão no interior do anarquismo.

O problema com o qual nos deparamos no anarquismo brasileiro é que existem tendências libertárias orientadas por uma cultura espontaneísta e pelo individualismo que tendem ao fatalismo e que colocam como obstáculos as potencialidades individuais, a existência de lideranças e os mecanismos de autocontrole e disciplina criadas pelas organizações anarquistas para lidar com essas potencialidades individuais e a distribuição desigual de recursos que *não-somam zero*.

Esses últimos apesar de distintos entre si, não estão separados e se encontram condicionados pelos códigos culturais, sociais e políticos dos grupos aos quais indivíduos pertencem. O carisma, os atributos de beleza e a admiração dos pares pelo indivíduo ter uma grande capacidade de oratória

são potencialidades individuais, mas podem tanto gerar uma certa facilidade para expor suas posições e de convencimento, mas também, despertar uma antipatia, por esses mesmos códigos dos grupos.

Os processos de constituição de *poder com o outro*, não estão desconectados das contradições do sistema de dominação ao qual essa modalidade de poder se contrapõe. A ideologia sistêmica de um indivíduo isolado, autossuficiente e empreendedor que permeia a sociedade capitalista produzindo subjetividades, está também presente nas classes oprimidas e exploradas e nos movimentos sociais, como entraves a serem superados para que haja uma articulação de interesses, desejos e anseios entre os indivíduos sem dominação.

Os recursos que *somam-a-zero* e *não-somam-zero* não se encontram separados na sociedade. A facilidade para execução de certas atividades como falar em público ou o reconhecimento de que aquele indivíduo possui uma grande conhecimento e sabedoria, tem a ver com o acesso aos bens culturais e as experiências da sua trajetória em relação aos demais participantes dos movimentos sociais, organizações políticas e também pertencimento de classe, gênero e etnia.

A redistribuição de recursos que *não-somam-a-zero* no anarquismo que defende rotinas e regras impessoais, pelo incentivo a uma participação organizada e para evitar a concentração e recentralização do poder, são precários e sujeitos a falhas porque os indivíduos não abandonam suas subjetividades quando estão nos espaços de decisão e no cotidiano dos movimentos sociais e organizações políticas.

No anarquismo, a ação direta nos espaços e as formas de tomadas de decisão variam de acordo com o que está se decidindo está orientado pela premissa de que os processos decisórios devem contemplar prioritariamente quem serão os mais afetados pela decisão tomada, pela responsabilidade de executar aquilo que foi decidido e pela descentralização dos espaços e das formas de decisão (federalismo).

A proposta de criação de laços de solidariedade estabelecidos a partir dos laços de afinidades, afetividade e identidade, como acontece nas expressões da contracultura nas subculturas e formas de ativismo que circulam no anarquismo brasileiro, possui limitações táticas e estratégicas que se complementam.

A primeira limitação é uma leitura parcial sobre os confrontos políticos e os motivos pelos quais existe no anarquismo uma defesa da autodisciplina e de uma ética de responsabilidade com a organização política e com os movimentos sociais e setores das classes dominadas.

Os espontaneístas exaltam lutas constituintes como a dos zapatistas e da Revolução de Rojava, defendem como exemplos, dos grandes eventos do anarquismo histórico a Guerra Civil Espanhola, mas acabam por negar que essas lutas só existem e existiram por estabelecerem processos de longa duração, criando mecanismos de autorregulação e controle a partir das experiências das classes dominadas reelaboradas à luz da práxis revolucionária. Existe uma verdadeira indiferença por parte dos espontaneístas às diferentes conjunturas históricas dos

confrontos políticos nos quais as formas de decisão e organização foram criadas pelas organizações políticas e movimentos revolucionários.

As experiências de criação de territórios autônomicos estão submetidas, como no caso zapatista, à guerra de baixa intensidade e no caso da Revolução Curda em uma guerra contra o governo turco e Estado Islâmico; a CNT-FAI estava sob um ataque constante franquista exigindo uma autodisciplina revolucionária muito mais rígida³⁷⁴ do que em qualquer partido anarquista ou organização anarquista programática. Porém uma breve consideração sobre os diferentes espaços de atuação da militância anarquista e a composição de classe social desses espaços.

A participação anarquista no movimento sindical e estudantil se diferencia muito da realidade da militância anarquista que direciona sua participação para os setores das classes oprimidas e exploradas que não acessam a universidade que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos e no campo.

Para as organizações políticas anarquistas que atuam junto aos movimentos populares em territórios periféricos urbanos e/ou no campo na luta pela terra, a questão da responsabilidade e autodisciplina é uma exigência tanto das bases sociais que compõem esses setores, como também uma medida para garantir a integridade física dos membros da organização política anarquista e dos movimentos sociais que vivem em áreas dominadas pelo tráfico e milícias, territórios militarizados pelas políticas de segurança pública ou no campo onde os assassinatos de camponeses, lideranças sindicais e religiosas são uma realidade.

Na eminência da violência estatal e de grupos privados armados as formas organizacionais mais rígidas são qualitativamente mais adequadas as essas conjunturas, mas isso não significa que a divisão de atividades de acordo com as necessidades de medidas segurança para garantir a integridade física implique em uma recentralização do poder. As rotinas, a tomada de decisões de acordo com as formas pelas quais elas afetarão os envolvidos são processos que garantem a confiança e os laços de solidariedade entre as organizações anarquistas e os movimentos sociais.

A outra limitação dos setores espontaneístas é sua confusão em relação ao poder e o direcionamento das lutas, como se o anarquismo pudesse se abster do exercício do poder deixando de buscar nos processos a transformação da capacidade de realização em poder com outro apontando para táticas, estratégias e objetivos.

As classes oprimidas e exploradas são heterogêneas, ao mesmo tempo que essa heterogeneidade do popular e suas experiências são as matérias-primas pelas quais anarquismo se adapta aos desejos e interesses dessas classes, pois o anarquismo é uma ideologia que defende determinadas concepções que tem por objetivo o direcionamento de classe.

³⁷⁴ O anarquismo histórico e as experiências como a da Federação Anarquista Uruguaia dos anos 1960 e 1970, assim como, o zapatismo e a dos revolucionários curdos, demonstram a eficácia da subordinação dos braços armados às esferas de decisão políticas das classes dominadas em luta para que os braços armados não se tornem isolados das esferas de decisão das classes dominadas e exploradas.

As organizações anarquistas com uma organização mais flexível não deixam de ser grupos com interesses e estratégias compartilhadas e com programas políticos, ainda que esses não sejam explícitos buscam exercer sua influência naqueles setores de classe social e direcioná-los ao seu modo. Os partidos anarquistas e as organizações anarquistas mais flexíveis estão igualmente sujeitas a erros de avaliação e a que sua participação nos processos políticos não resulte nos objetivos pretendidos.

O que nos leva a mais uma consideração sobre o anarquismo é o direcionamento das classes dominadas e exploradas. O anarquismo enquanto ideologia almeja que as classes dominadas e exploradas se constituam como uma força coletiva capaz de fazer a revolução social e consideram os membros das camadas médias como um problema, não necessariamente como inimigos, tendo em vista o capital cultural, técnico e função na divisão do trabalho social das camadas médias lhes garantem *status* privilegiado e podem leva-las a se contrapor aos interesses das classes dominadas durante os processos revolucionários e de transição para sociedade libertária.

A premissa socialista de que é preciso abolir as classes dominantes, garantir que as classes dominadas exerçam o poder de decisão, não se abstém de defender a criação de institucionalidades que exerçam o controle social das classes dominadas sobre as classes médias até que todas as classes deixem de existir.

A terceira fragilidade da cultura espontaneísta e individualista que circula no meio libertário é a questão do insurrecionalismo presente em todas as matrizes ideológicas do anarquismo. Os processos insurgentes não culminam inevitavelmente nos resultados desejados pelas classes oprimidas e exploradas e pelos anarquistas.

Os processos insurgentes descentralizam em nucleações de acordo com as relações de poder nos territórios, suspendendo temporariamente o monopólio estatal da violência e a propriedade privada, criam o *poder com o outro* por meio de articulações das diferenças, mas são processos contingentes, cujo os resultados estão condicionados às correlações de forças em luta durante esses processos. O que implica dizer que para o anarquismo a possibilidade de ter influência no direcionamento do processo está relacionada com a organização e com uma forte capilaridade nas classes sociais populares ou apenas se torna parte de um processo que será direcionado por forças política reformistas e/ou sufocados pelas classes dominantes.

O anarcoindividualismo para nós é uma corrente movediça que inclui autores e concepções não anarquistas, todavia não foi um fenômeno nos séculos XIX e XX restrito às camadas abastadas pertencentes a elite cultural como defendem os anarquistas sindicalistas.

A adoção das práticas ilegais como meio de vida, da negação do auto sacrifício, os ataques com bombas e os regicídios realizados por membros de setores das classes oprimidas decorrem das derrotas, assassinatos e prisões impostas ao anarquismo sindicalista pelas classes dominantes. Essas experiências devem ser observadas pelos seus efeitos sobre o anarquismo, mas também pelos efeitos nas camadas populares que as vivenciaram.

Cogitamos retirar esse debate da tese, mas o que nos levou a mantê-lo em primeiro lugar foi a preocupação de esclarecer que figuras proeminentes dessa corrente individualista têm muito a nos dizer sobre seu diálogo com as experiências do anarquismo trabalhista, com as experiências do anarquismo na educação e o amor livre como uma forma de resistência às normatizações da sexualidade e das relações amorosas e familiares.

O segundo motivo foi que as teses em torno da renovação do anarquismo defendida por Hakim Bey e tendências intelectuais que desejam ser guias espirituais de organizações, movimentos e práticas anarquistas, requeimam as críticas ao anarquismo histórico do movimento operário recorrendo a argumentos já elaborados pelos anarquistas individualistas, mas de forma muito menos sofisticada e muito mais elitista.

Apesar de podermos considerar uma literatura permeada pelo liberalismo que usa um estilo de linguagem contracultural e que não responde tática e estrategicamente as questões balizares do anarquismo que se deseja renovar, essa literatura de Bey obteve nos anos 1990 e nos anos 2000, uma penetração social nas camadas médias escolarizadas e adeptas do consumo de estilos de vida alternativos e por setores da academia que defendem um anarquismo sem ruptura e impotente em quanto uma proposta organizacional em grande escala.

O terceiro motivo que nos levou a manter o debate sobre o anarcoindividualismo é que atualmente alguns militantes anarquistas insurrecionários se intitulam individualistas, mas isso não implica que suas práticas o sejam, muito menos que o insurrecionário histórico, ou atual, defendam o individualismo anarquista do século XIX ou XX.

Concluimos que existem novas sínteses anarquistas sendo produzidas no meio libertário, no sentido da concepção de síntese de Volin, evitando assim que a ideia de síntese equivocadamente seja compreendida como um agregado de ideias soltas e desconexas e contraditórias entre si. Esse foi uns dos motivos pelos quais criticamos autores pós-anarquistas e neoanarquistas que ao buscar contribuir com ideais e críticas ao anarquismo histórico e a outros setores do anarquismo, diminuem sua combatividade e tendem a uma concepção restrita que somente suas ferramentas teóricas deveriam ser usadas pelos anarquistas contemporâneos.

Trouxemos também para o debate uma das questões mais polêmicas que envolve o anarquismo, que é o uso dos atentados com bombas e os regicídios atribuídos a anarquistas individualistas procurando demonstrar que os atentados envolviam na maioria das vezes uma rede de militantes e não indivíduos isolados, seus alvos eram escolhidos pelo impacto político que causariam, mas também direcionados contra algozes da classe trabalhadora. Ainda que possamos encontrar exemplos de anarquistas individualistas como autores desses atentados e regicídios, anarquistas não individualistas, populistas e niilistas também fizeram uso do terrorismo.

O uso da violência não-letal nos processos insurgentes e da violência armada por parte das guerrilhas gera polêmicas com os setores reformistas e liberais na academia e na esfera política que tendem a condenar as práticas de autodefesa popular. No Brasil essa condenação tem por base uma

tradição intelectual que define as classes dominadas como cordiais e condenadas a esperar pelas elites da política institucional.

Nos capítulos III e IV, descrevemos e analisamos o anarquismo especificista como uma corrente anarquista latino-americana que postula uma prática de inserção nos movimentos sociais existentes e de criação de novos movimentos sociais, uma expressão do anarquismo social que se orienta pelo dualismo organizacional, que não é uma novidade no anarquismo, mas tampouco, é uma regra no anarquismo.

O dualismo organizacional não é um modelo único e nem acabado, essa expressão define a separação entre organizações políticas anarquistas e movimentos de massa, suas variações correspondem às conjunturas sócio-históricas da luta de classes, à cultura política militante e às múltiplas influências de concepções teóricas, práticas e das experiências anarquistas onde as organizações atuam e se formaram essas organizações.

O anarquismo especificista brasileiro e uruguaio compartilham das mesmas orientações teóricas e organizacionais, mas não são idênticos e nem poderiam ser: o Brasil e o Uruguai possuem características distintas em relação às classes dominantes e classes dominadas, disparidades relacionadas ao lugar que ocupam na geopolítica global e do continente, e ainda características próprias nas suas instituições estatais e nas organizações das classes trabalhadoras.

O anarquismo especificista é bastante jovem, pois estamos falando de uma corrente anarquista que vai se estabelecer e se difundir no Brasil só a partir da segunda metade dos anos 1990, momento em que o anarquismo brasileiro passa pelo que chamamos de reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora.

Os estudiosos e estudiosas do tema podem ficar contrariados em um primeiro momento pela aparente negação de que o anarquismo brasileiro tem uma história como ideologia presente nas organizações proletárias desde o século XIX, mas não é isso que desejamos expressar, pelo contrário. A perda da influência do anarquismo sobre o movimento operário foi descontínua e regionalizada, as atividades voltadas para difusão do anarquismo por meio da imprensa anarquista e centros de cultura social foram a voltadas para a luta social para se tentar retomar a influência perdida. Mais durante ditadura militar o anarquismo brasileiro se manteve vivo por causa das atividades dos militantes mais velhos que se mantiveram na semiclandestinidad e pelas ações do movimento estudantil libertário e pela imprensa anarquista.

A intenção, ao usarmos a expressão reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora foi a de dar visibilidade ao anarquismo militante e revolucionário que tem sua história recente iniciativas de atuação nos movimentos sociais e classes dominadas a partir da redemocratização do Brasil. Após a fratura entre gerações de militantes anarquistas e dos anos 1950 e dos anos 1980, o anarquismo precisa reinventar-se nos espaços onde trabalha, estuda e mora o seu sujeito revolucionário.

Infelizmente, boa parte dessa história está guardada na memória e nos acervos pessoais dos militantes, em bancos de dados e acervos digitais de publicações da imprensa anarquista que não foram alvos de instigação científica. Por exemplo, existe ainda uma rica fonte de dados sobre o Fórum do Anarquismo Organizado que se encontra no antigo servidor de internet do Centro de Mídia Independente que se tornou indisponível após a entidade ter mudado de servidor.

A reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora passa por diferentes fases de articulação entre organizações anarquistas e de inserção nas lutas das classes dominadas e de maturidade da militância anarquista em relação ao acúmulo de experiências e de produção teórica, conjunturas políticas e econômicas em governos, que apesar de manterem certas continuidades nas políticas que servem aos interesses do capital, assumem posições distintas na contenção das lutas de classes.

Na metade dos anos 1980 e início dos anos 1990, as iniciativas dos coletivos em prol da reorganização da Confederação Anarquista Brasileira, as atividades do Centros de Cultura Social de São Paulo e do Rio Janeiro, os grupos de estudos anarquistas, a difusão e criação de veículos de imprensa anarquista, a popularização de ideias anarquistas e antiautoritárias pela subcultura e as relações intergeracionais foram elementos impulsionadores da ideologia anarquista de diferentes matrizes. O período também foi marcado por encontros internacionais entre anarquistas e pelas atividades de organizações anarquistas nos movimentos populares de luta por terra e moradia.

O desejo que a ideologia anarquista penetrasse no seio das classes dominadas esbarra com a composição das organizações; a maioria dos militantes ainda jovens e sem acúmulo teórico e de experiência de participação organizada, ao mesmo tempo com convivendo com a institucionalização e hegemonia nas organizações da classe trabalhadora por parte dos atores políticos que haviam vivido os ciclos de greves do fim dos anos 1970, fundadores da Central Única dos Trabalhadores, criadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e reorganizadores da União Nacional do Estudantes.

Nos anos 1990, a onda neoliberal atingiu as camadas mais pobres e as camadas médias com a retirada de direitos trabalhista a favor do capital, privatizações dos recursos naturais e dos serviços destinados à população. Na política institucional a partir das eleições presidenciais de 1994, se demarcou a polarização encabeçada pelo PSDB e pelo PT, que criou uma imagem de adversários com projetos totalmente antagônicos.

Os primeiros contatos entre os militantes da Federação Anarquista Uruguiaia e militantes anarquistas brasileiros em 1995, se estabeleceram nesse cenário da política brasileira, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com suas políticas neoliberais e com a oposição do PT que hegemonizava a esquerda nacional popular nas maiores organizações sindicais, estudantis e nos movimentos sociais os camponeses que foram os principais articuladores das ações coletivas e campanhas contra a onda neoliberal.

Na fase inicial da organização no anarquismo especificista no Brasil, não se tinha um contingente de militantes anarquistas organizados, nem relações entre as organizações anarquistas com capacidade para articular lutas nacionalmente e uma capilaridade nas classes dominadas o suficiente para disputar com o projeto nacional popular reformista e combater as classes dominantes que tinham no Governo de Fernando Henrique Cardoso um aliado e defensor dos interesses do capital internacional.

Os primeiros passos já estabeleceram a diferença entre o anarquismo especificista e outras organizações políticas anarquistas que irão compor a Construção Anarquista Brasileira em relação aos coletivos pró-COB e organizações anarquistas orientadas pelo anarquismo da geração de 1968. Para essas correntes do anarquismo social os movimentos sociais e organizações sindicais são espaços a serem disputados e não apenas negados em razão da presença de adversários políticos que disputam o direcionamento das organizações.

As iniciativas da formação dos agrupamentos de tendência como um meio dos partidos anarquistas reunirem militantes de diferentes ideologias que acordam com as orientações políticas dessas organizações vai ser o primeiro esforço do especificismo de influenciar politicamente nos movimentos sociais. Além disso, o anarquismo social ainda que crítico as muitas das concepções organizacionais do setor autônomo do movimento antiglobalização.

A criação do Fórum do Anarquismo Organizado em 2002, não obstante da sua descontinuidade motivada pela falta de recursos para os encontros e plenárias, delimitou um processo de cisão do anarquismo especificista com os grupos anarquistas considerados espontaneístas e antiorganizacionais e entre duas formas que predominam no anarquismo social nos dias atuais, o anarquismo especificista e o bakuninismo da UNIPA.

O anarcossindicalismo perdeu relevância e influência no meio libertário, e nos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, os coletivos e redes anarquistas organizados de forma mais flexível vão ganhar projeção no cenário político anarquista brasileiro acompanhando a criação de movimentos autônomos e campanhas no movimento antiglobalização.

A fundação do Movimento Passe Livre em 2005 é um marco importante das organizações autonomistas brasileiras, sendo que sua forma de atuação dá continuidade as orientações estratégicas do movimento antiglobalização em relação a retomada das ruas, do trabalho de base, pela ação direta e horizontalidade na sua forma de organização, com a presença de anarquista e marxistas nos MPL locais coordenados de forma federalista, foi também um impulsionador da criação de frentes e blocos de luta contra o aumento das tarifas e em defesa de uma melhor qualidade do transporte coletivo e pela implantação da tarifa zero.

As organizações anarquistas específicas fundadas como foi mostrado a partir do contato entre militantes da Federação Anarquista Uruguaia e as organizações políticas anarquistas também programáticas e dualistas como a UNIPA, possuem mais em comum do que seus militantes costumam explicitar em suas divergências, em notas públicas e rusgas nos espaços de militância.

Sem tomar tomarmos partido na disputa pelo anarquismo social, afirmamos que ambas possuem seus agrupamentos de tendência e orientam suas ações para atuação nos setores dos movimentos sociais e das classes dominadas mais precarizadas e marginalizadas.

As diferenças em nível estratégico se apresentam em relação ao papel que o sindicalismo revolucionário ocupa nessas organizações anarquistas. Para o anarquismo especificista esse sindicalismo é a forma mais avançada para organização das classes trabalhadoras, mas impraticável no estágio atual da luta de classes por conduzir a um paralelismo sem efeitos práticos por provocar um isolamento dos militantes anarquistas de militantes de outras tendências e ideologias combativas presentes no sindicalismo de resistência. A UNIPA que atua na Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias Brasileira, exercendo uma forte influência nas metodologias e estratégias da organização, faz a defesa de um sindicalismo revolucionário que atue em paralelo ao sindicalismo oficial.

As duas organizações fazem referência ao sindicalismo revolucionário defendem que ele e não o anarcossindicalismo, foi a forma predominantemente adotada pelos anarquistas desde a fundação da Confederação Operária Brasileira em 1906, e criticam o que consideram isolamento ideológico por ele proposto. Porém ambas as propostas de atuação na classe trabalhadora assalariada possuem certas limitações em relação à estrutura do sindicalismo brasileiro, que além de ter perdido sua efetividade como um espaço de organização das classes trabalhadoras, sustenta-se por uma representação no Estado, mas quer ser representativa de fato das suas bases sociais.

No entanto, os sindicatos e centrais sindicais ainda reúnem número considerável de trabalhadores e trabalhadoras que conferem importância ao sindicato como uma instância organizativa da classe trabalhadora, mas que não serão convencidos apenas apresentando as melhores propostas organizativas. Ao mesmo tempo, a proposta especificista de alianças estratégicas acaba subordinando a organização à estrutura do sindicalismo oficial, tornando-o mais uma entre outros grupos que disputam os sindicatos, sem criar um sindicalismo libertário.

Sobre as diferenças teóricas entre as duas organizações do *Anarquismo Social* podemos assinalar o seguinte: a UNIPA acusa o anarquismo especificista de ecletismo, e o anarquismo especificista acusa a UNIPA de fazer uma leitura enviesada de Bakunin. Emora não tenhamos leituras profundas dos autores alvo da disputa entre as organizações para tirarmos conclusões. Podemos dizer que a questão de fundo que permeia essas divergências nos parece ser direcionada a forma de *organização anarquista*. Na análise dos documentos das organizações específicas anarquistas que fazem a interpretação do anarquismo malatestiano, não encontramos em Erico Malatesta qual forma do partido anarquista foi por ele proposta, algo que se explica pelo especificismo não ter base teórica única.

A estratégia do anarquismo especificista de atuação nos setores das classes dominadas compostas pelo proletariado marginal e trabalhadores precarizados é realizada a partir da participação nos movimentos sociais de trabalhadores desempregados, sem tetos e sem-terra e na

organização das classes dominadas no Movimento Organização pela Base, uma experiência nas classes dominadas composta por maioria negra e feminina que influenciou diretamente nas posições assumidas pelo feminismo e luta antirracista de matriz socialista, que se diferencia de setores do feminismo e movimento negro que defendem a integração do negro no capitalismo e centradas na questão da etnicidade e gênero apartadas da questão de classe social.

A participação do anarquismo especificista no movimento estudantil é semelhante à participação nos sindicatos em relação às políticas de alianças e participação na entidades de base, mas com diferenças no espaço de militância devido a maior circulação de militantes nos agrupamentos de tendência e por conta de os militantes do movimento estudantil irem para além dos muros das universidades, participando de atividades dos movimentos comunitários, atuando em campanhas do movimento negro, indígena e LGBTIs, nas ocupações urbanas e no Movimento Passe Livre.

As Revoltas do Vinagre iniciadas em 2013 foram o divisor de água não apenas para o anarquismo brasileiro, mas também para setores progressistas da política nacional. Destacamos em relação a este ponto algumas considerações que não se podem dizer conclusivas.

As Revoltas do Vinagre eram esperadas pelos movimentos sociais e pelos anarquistas de diferentes matrizes ideológicas devido aos desdobramentos das medidas de contenção da crise de 2008 com transferência de recursos públicos para o setor privado na construção civil, aumento da especulação imobiliária, processos de segregação socioespacial e incentivos para indústria automobilística (em detrimento de uma política nacional para o transporte coletivo), pela militarização das favelas que vitimou ainda mais a juventude negra periférica, somado aos gastos públicos e as consequências dos megaeventos esportivos, fatores combinados que pioraram as condições de vida nas cidades.

As Revoltas do Vinagre foram um processo que teve características insurgentes com participação de setores das classes dominadas de trabalhadores precarizados e do proletariado marginal, que fizeram uso da violência não - letal contra os símbolos do Estado e do Capital. Iniciadas pelo movimento Passe Livre e frentes e blocos de luta que tinham um nível incipiente de organização e comunicação em âmbito nacional para direcionar os protestos, ainda que tenham na primeira fase das jornadas de junho de 2013, conseguido a redução das tarifas.

As jornadas de junho se estenderam até o fim do ano de 2013 nas cidades que seriam sedes da Copa; no Rio de Janeiro aconteceram as greves do magistério municipal e estadual, e tremo gerais, em 2013 se iniciou o maior ciclo de greves desde 1984. As greves nos canteiros de obras de infraestrutura tiveram como desfecho o papel do sindicalismo oficial agindo como apaziguador das exigências dos trabalhadores e trabalhadoras em conluio com as associações patronais e o governo federal.

A participação de setores das camadas médias com pautas de moralização da política agenciadas pela cobertura da grande mídia de massa direcionadas a atacar o governo federal,

agressões de grupos oportunistas à esquerda institucional, provocou uma disputa política no interior das Jornadas de Junho de 2013, fazendo com que os partidos governistas e paragovernistas abandonem as ruas e passem a criticá-las. As organizações anarquistas específicas chamam os sindicatos e movimentos sociais para disputar as ruas e retomar o direcionamento dos protestos em torno das pautas progressistas.

A quarta consideração é que a Agência Brasileira de Inteligência utilizou-se de práticas de vigilância e infiltração que remontam ao período da ditadura, mas apenas as polícias militares e guardas municipais (que usaram da violência indiscriminada contra os manifestantes e jornalistas) foram alvo das denúncias e recriminação por parte dos lideranças políticas e intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores e a partir do fim das jornadas de junho de 2013 a articulação entre governo federal e os governos estaduais direcionou uma campanha de perseguição contra o MPL, organizações autônomas e anarquistas.

O mecanismo de contenção da luta de classes mantidos desde os Governos Lula estava em deterioração por causa das divergências entre governo, as direções sindicais e estudantis e suas bases antes de 2013; durante as jornadas de junho, quando a UNE e a CUT, fizeram a defesa dos megaeventos esportivos e do seu suposto legado em troca da manutenção ou de novos benefícios para as entidades, as oposições sindicais não estavam articuladas o suficiente para tomar a direção das entidades, ainda assim o governo federal como medida de contrainsurgência preventiva colocou Advocacia Geral da União para judicializar greves durante a realização da Copa.

As manifestações durante a Copa tiveram uma composição diferente das Jornadas de Junho de 2013 e foram basicamente agenciadas pelas bases sociais dos movimentos de luta por moradia e comunidades afetadas pelas obras para o evento, por organizações anarquistas e autonomistas e de correntes dos partidos políticos institucionais, da academia e dos movimentos populares articulados nos Comitês Populares da Copa. Os protestos enfrentaram não só a repressão das forças de segurança federais, estaduais e municipais, mas também, as lideranças sindicais, partidárias e intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores e de seus aliados em defesa do evento para que os protestos não viessem a prejudicar a imagem em um período pré-eleitoral.

O processo de articulação das direitas no Brasil que deram o golpe de 2016 e que culminou com a ascensão da extrema-direita no poder não começou em 2013. As bases sociais cristãs ultraconservadores e do baixo escalão das polícias militares foram reforçadas pela relação entre políticas de governo, classe política e interesses eleitorais, o capital nacional e internacional que criaram seus próprios articuladores políticos fora dos partidos políticos que não compuseram os governos petistas. A contrainsurgência articulada entre governo e setores reformistas dos movimentos sociais desmontaram as articulações entre movimentos sociais e sindicatos que defendiam as pautas populares e os movimentos da esquerda autonomista, ao mesmo tempo que a priorização da pauta política em defesa da democracia e das instituições não conseguiram agenciar mobilizações de massa capazes de fazer frente à articulação das direitas que deram o golpe de 2016.

Após as Revoltas do Vinagre, o anarquismo social mantém suas atividades junto aos movimentos sociais e camadas das classes dominadas e participando dos protestos contra reforma da previdência e do congelamento dos recursos destinados às áreas sociais, mas o cenário político era novo. As direitas articuladas constroem novas correlações de forças políticas e conseguem avançar com suas políticas antipopulares, e as lideranças do governo deposto e sua intelectualidade tentam criar um consenso de que as Revoltas do Vinagre foram responsáveis pelo avanço das direitas.

As Revoltas do Vinagre não propiciaram aumento do número de militantes e de organizações anarquistas, ainda que não possamos dizer que tenha havido refluxo. Os setores autonomistas e anarquistas articulados pela luta pelo transporte se reorganizaram em pautas contra reforma de previdência e trabalhista, o MPL praticamente se desarticulou como federação em decorrência da criminalização sofrida após jornadas de junho de 2013 e divergências internas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alvarez de. Verbete: Edgar Louenroth. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV, 2015
- ADVOGADOS ATIVISTAS. **Relato de uma observadora legal**. Disponível em: <http://advogadosativistas.com/relato-de-uma-observadora-legal-internacional-abertura-da-copa/>. Acesso em : 24 jul. 2019.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ANARQUISTAS. **Espanha: O anarquismo de Bob Black**. Entrevista com Bob Black. 2018. Disponível em: <https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2018/09/21/espanha-o-anarquismo-segundo-bob-black/>. Consulta: 24 set. 2019.
- A-INFOS. **Compilado de saudações à fundação da FARPA**. Disponível em: <http://ainfos.ca/pipermail/a-infos-ca/2016-March/007322.html>. Acesso em : 13 dez. /2019.
- ALBERT, Michel. **Buscando a autogestão**. Autogestão hoje. Teorias e práticas contemporâneas. . São Paulo: Imaginário, 2004.
- ALMEIDA, Luiz S. de. **Notas sobre o poder dos operários e comunistas de Alagoas. Crônicas Alagoanas**. Maceió: Edufal, 2006.
- ALVES, Daniel Augusto de Almeida. **Arriba Los que Luchan! Sindicalismo revolucionário e aluta armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguaia: 1963-1973**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. , Universidade Federal do Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, 2016.
- AMORIN, Paulo Henrique. **Vai ter Copa: CUT vai às ruas defender o evento**. Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2014/03/24/vai-ter-copa-cut-vai-as-ruas-defender-o-evento/> Acesso em : 24 jul. 2019.
- ANARKISMO.NET .**Entrevista com a OASL sobre as mobilizações no Brasil**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25774>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- ANARKISMO.ORG. **Entrevista com o Coletivo Zumbi dos Palmares-AL ao portal Anarkismo**. Disponível em: http://www.anarkismo.net/article/1450?search_text=entrevista+CAZP Acesso em : 13 dez. 2019.
- _____. **Entrevista com o Coletivo Zumbi dos Palmares-AL ao portal Anarkismo**. Disponível em: http://www.anarkismo.net/article/1450?search_text=entrevista+CAZP. Acesso em: 13 dez. 2019.
- ANDERSON, Benedict. **Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial**. Campinas: Unicamp, 2014.
- ANTAGONISM PRESS. **Beasts of Burden..** 2017. Disponível em <https://libcom.org/library/beasts-burden-antagonism-practical-history>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- ATENEU BATALHA DA VÁRZEA. **Carta de Princípios**. Disponível em: <http://batalhadavarzea.blogspot.com/p/carta-de-principios.html>. Consulta: 20 jun. 2019.
- _____. **Carta de Princípios**. Disponível em: <http://batalhadavarzea.blogspot.com/p/carta-de-principios.html>. Acesso em: : 20 jun. 2019.
- AVILÉS, Juan. El terrorismo anarquista como propaganda por el hecho: De la formulación teórica a los atentados de Paris, 1877 a 1894. **Historia y Política**, Madrid, n. 21, . p.169-190, enero-junio 2009.

AVRCHI, Paul. **Los Anarquistas Russos**. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

BAKUNIN, Mikhail. **O Conceito de Liberdade**. Lisboa: Res, 1975.

_____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Hedra, 2015.

_____. **Escritos contra Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Imaginário, 2001.

_____. **Textos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM. 1999.

BELLÉ, Junior. **Revolução Cubana**. São Paulo: Faísca, 2009.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. Ainda Há Lugar para os Sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNERI, Camillo. **A Plataforma**. Lotta Umana nº 5, 3 de dezembro de 1927. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/nestor-makhno-archive/nestor-makhno-archive-portugues/a-plataforma-camillo-berneri/>. Acesso em: : 23ago.2018.

_____. **Marxismo, Classes e Estado. 1936-1937**. Disponível em : <https://bibliotecaanarquista.org/library/camilo-berneri-marxismo-classes-e-estado>. Acesso em: : 15 jun. 2018.

_____. **Per un programma d'azione comunalista**. 1927. Disponível em: <https://forum.termometropolitico.it/479113-per-un-programma-d-azione-comunalista-c-berneri.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BERTHIER, René. **Bakunin Fazia Política?** Marxismo e Anarquismo. São Paulo: Imaginário, 2014.

BERTHIER, René; VILAIN, Eric. Elementos para análise bakuniniana da burocracia. *In: Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2014.

BLOCO DE LUTAS. **Nota do Bloco de Lutas Pelo Transporte 100% Público**. Disponível em: <https://passapalavra.info/2013/06/79680/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BOLDRINI, Angela. **Movimentos de esquerda se dizem contrários a tática 'black bloc'**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809940-movimentos-de-esquerda-se-dizem-contrarios-a-tatica-black-bloc.shtml>. Acesso em: 18 set. 2016.

BONANO, Alfredo. **Tensões Anarquistas**. 2007. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/71610/bonanno-a-tensao-anarquista.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo crítica e autocrítica**. Hedra: São Paulo, 2010.

_____. **Autogestão e tecnologias alternativas**. 1985. Disponível em: http://pt-r.protopia.wikia.com/wiki/Autogestão_e_Tecnologias_Alternativas. Acesso em :14 abr. 2018.

_____. **Ecologia social**. 1994. Disponível em: http://pt-r.protopia.wikia.com/wiki/Ecologia_Social. Acesso em: 6 maio 2018.

_____. **Listen Marxists!** Conferência 1969. <https://www.marxists.org/archive/bookchin/1969/listen-marxist.htm>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CABRAL, José Pedro Cabrera. **Trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia: 1964-2004**. 2006. Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

CALHEIROS, Fernando. **Terra, Trabalho e Teto: Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a Luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis**. 2017. TCC. (Graduação em Ciências Sociais) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2107.

CAMPOS. Alessandro de Oliveira **Identidade ativista e autonomia: o Movimento de Resistência Global e a emancipação dos sujeitos em um mundo dominado**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17180/1/Alessandro%20de%20Oliveira%20Campos.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2019.

CARLOS. **Sobre as especificidades do Rio de Janeiro nas manifestações de junho de 2013**. Disponível em: <https://passapalavra.info/2018/07/120858/>. Acesso em: : 20 set. 2019.

CASA DA RESISTÊNCIA. **Biblioteca popular é inaugurada como alternativa de educação contra a dominação capitalista em Arapiraca**. Disponível em:

<https://gritonaluta.wordpress.com/2016/12/14/biblioteca-popular-e-inaugurada-como-alternativa-de-educacao-contra-a-dominacao-capitalista-em-arapiraca/> Acesso em : 13 dez. 2019.

CECEÑA, Ana Esther. La Guerra como razón del mundo que queremos transformar. In: SADER, Emir; BRIE, Michael (coord.), **Reforma ou revolução. Para além do capitalismo neoliberal: concepções, atores e estratégias**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2004. p.19-38.

CENTRO DE DOCUMENTACION DE LOS MOVIMIENTOS ARMADOS. **Entrevista a las milícias insurgentes Ricardo Flores Magon**. 2007. Disponível em <http://www.cedema.org/ver.php?id=2672>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CIAMPI, Alberto. **Futurismo anárquico**. Disponível em: <http://cedocsv.blogspot.com/2010/02/il-futurismo-anarchico.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CÍRCULO DE ESTUDOS IDEAL PERES. **Jornal Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 10. nov./dez. 2000.

_____. **Jornal Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 51, ago. 1995.

1995.

_____. **Jornal Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 56, abr. 1996.

_____. **Jornal Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 70, mar. 1997.

_____. **Jornal Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n.45, fev. 1995.

_____. **Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 24, maio 1993.

_____. **Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 10, nov./dez. 2000.

_____. **Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 16, set. 1992.

_____. **Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 3, ago. 1991.

_____. Encontro Internacional de Cultura Libertária e o Movimento Anarquista. **Libera ...Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 102, set./out. 2000.

COLETIVO ANARQUISTA ADMIR FERNANDO. **Declaração do I Encontro Anarquista Especifista da Bahia**. Disponível em: <https://juventudelibertaria.wordpress.com/2014/04/29/a-construcao-do-anarquismo-na-bahia/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

COLETIVO ANARQUISTA BANDEIRA NEGRA. 1 ano do Coletivo Anarquista Bandeira Negra. **Boletim Informativo Palavras de Luta**, n.3, set./out./nov. 2012

_____. **O Coletivo Anarquista Bandeira Negra volta a atuar na Grande Florianópolis**. Disponível em: <https://www.cabn.libertar.org/o-coletivo-anarquista-bandeira-negra-volta-a-atuar-na-grande-florianopolis/>. Acesso em: : 15 jun. 2019.

_____. **Resistir até a tarifa sumir!** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25744>. Acesso em: : 20 maio 2020.

COLETIVO ANARQUISTA LUTA DE CLASSE. **Carta de Apresentação Coletivo Anarquista Luta de Classe**. Disponível em: <https://www.anarkismo.net/article/20486>. Acesso em: 5 jun. 2019.

COLETIVO ANARQUISTA NÚCLEO NEGRO. **Manifesto de Fundação**. Disponível em: <https://nucleonegro.noblogs.org/manifesto-de-fundacao/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

COLETIVO ANARQUISTA VERMELHO E NEGRO. Repressão sindical na Bahia. **Boletim Socialismo Libertário**, n. 23, - ano VII, abr./maio/Jun.–2010.

COLETIVO BANDEIRA NEGRA. **Quem Somos**: Federação Anarquista Gaúcha. Disponível em: <https://anarquismopr.org/2012/06/12/organizacoes-que-compoem-a-cab/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

COLETIVO CATARSE. **Relatório do governo federal aponta para criminalização dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://coletivocatarse.blogspot.com/2009/>. Acesso em : 5 Jun. 2019.

COLETIVO DIFUSÃO LIBERTÁRIA. **Machismo no Anarquismo**: combate e enfrentamento um debate necessário. Disponível em: <https://difusaolibertaria.wordpress.com/2015/01/17/machismo-no-anarquismo-combate-e-enfrentamento-num-debate-necessario/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

COLETIVO MINEIRO POPULAR ANARQUISTA. **Discurso do COMPA em decorrência do seu quinto aniversário**. 2017. Disponível em: <https://compa.noblogs.org/post/category/comunicado/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. **Discurso do COMPA em ocasião de seu aniversário de 5 anos**. Disponível em: <https://compa.noblogs.org/post/2017/01/>. Consulta Acesso em: 17 jun. 2019.

COLETIVO PRÓ RESISTÊNCIA POPULAR DO RIO DE JANEIRO. II Encontro Pela Humanidade e Contra Neoliberalismo. **Libera...Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 98, jan./fev. 2000.

COLETIVO PRÓ-ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA EM GOIÁS. Entrevista com grupo anarquista Vermelho e Negro – BA. **Informe Anarquista**, n.4. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/06/mar/ainfos00297.html>. Consulta Acesso em: 17 jun. 2019.

COLETIVO QUEBRANDO MUROS. **Não Há Feminismo Sem Socialismo**. Disponível em: <https://coletivoanarquistalutadeclasses.files.wordpress.com/2017/09/cel-vi.pdf>. Acesso em : 5 jun. 2019.

COLETIVO VERMELHO E NEGRO. **10 Anos do Vermelho e Negro e a retomada de nossa linha política revolucionário, libertária e anticolonial**. Disponível: <https://vermelhoenegrofao.wordpress.com/2016/02/03/10-anos-do-vermelho-e-negro-e-a-retomada-de-nossa-linha-politica-revolucionaria-libertaria-e-anti-colonial/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

COLOMBO, Eduardo. Anarquia e Anarquismo. **Revista Verve**, São Paulo, n. 6, p. 194-207, 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasileiro** Goiânia: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1985 – 1995. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2019.

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA. Confederalismo Democrático: Organizando a sociedade sem Estado. In: ŞOREŞA, Rojavayê. **Revolução uma palavra feminina**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2016. p.77-102.

CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA. CENTRO SUL. **O Anarco Sindicalista**, nov./ dez. 1990.

COOPERATIVA DE TRABALHADORES EM AGROECOLOGIA FLOREAL. **Apresentação**. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=665>. Consulta: 22 Jun. 2019.

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA, FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA, FEDERAÇÃO ANARQUISTA DE ROSÁRIO, ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA DE CÓRDOBA. OSRL ANARQUISMO ORGANIZADO, NÚCLEO PRÓ-FEDERACÃO, COORDENAÇÃO DE GRUPOS ANARQUISTAS. **Declaração das Jornadas Anarquistas 2019**. Disponível em: <https://www.cabn.libertar.org/declaracao-das-jornadas-anarquistas-2019/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA, FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA. **Documento Wellington Galarza y Malvina Tavarez (Trabajo de estructuras)**. Disponível em: <https://www.anarkismo.net/article/31571>. Acesso em: 15 set. 2019.

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA. **Declaração de Princípios da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB)**. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23024>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. **Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista: só a luta de classes decide!** Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/notas/entre-a-farsa-do-pacto-social-e-a-tragedia-golpista-so-a-luta-de-classes-decide>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. **Indicações para uma Caracterização do Período Histórico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23092>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. **Mensagens enviadas ao I CONCAB por outras organizações**. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23176>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. Não começou em 2013, não acabará em 2014. **Socialismo Libertário. Boletim de Conjuntura**, n. 29, mar. 2014.

_____. Nossa concepção de poder popular. **Revista Socialismo Libertário**, São Paulo, n.1, p. 10, jun.2012.

_____. Objetivos finalistas: revolução social e socialismo libertário. **Revista socialismo libertário**, São Paulo, n. 3. p.18, dez.2016.

_____. **Organizações que Compõem a CAB**. Disponível em:

http://www.anarkismo.net/article/23025?search_text=F%F3rum+do+Anarquismo+Organizado+%28FAO%29. Acesso em : 13dez. 2019.

_____. . Para uma teoria da estratégia. **Revista Socialismo libertário**, São Paulo, n.3.dez. 2016

_____. . **Prisões e mais criminalização marcam o final da Copa do Mundo no Brasil**.

Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/07/15/cab-prisoas-e-mais-criminalizacao-marcam-o-final-da-copa-do-mundo-no-brasil/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. **Programa de Lutas para Construir um Povo Forte no Próximo Período**. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23096>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. **Protesto não é crime! Basta de criminalização aos movimentos sociais**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25742>. Acesso em: 12 maio 2020.

_____.

_____. **Quem somos?** Disponível em: <https://ligarj.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Teoria e ideologia. **Revista Socialismo Libertário**, São Paulo, n. 2, jan. 2014.

_____. Declaração de princípios da CAB. **Revista Socialismo Libertário**, São Paulo, n.1, p.13, jun. 2012.

COORDENAÇÃO ANARQUISTA LATINO AMERICANA. **Comunicado de relançamento da Coordenação Anarquista Latino Americana (CALA)**. Disponível em:

<https://www.cabn.libertar.org/cala-comunicado-de-relancamento-da-coordenacao-anarquista-latinoamericana-cala/> Acesso em: 20 dez. 2019.

CORREA PEREIRA, Anderson. **Sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo nos Congressos Operários do Rio Grande do Sul (1898 1928)**. In: SANTOS, Kauan Willian ; SILVA, Rafael Viana da (org.) **História do anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil**. Novas Perspetivas. São Paulo: Prismas, 2018.

CORREA, Felipe. **Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://passapalavra.info/2016/10/111047/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. A lógica de Estado em Bakunin. In: FONSECA, João Gabriel da; ATAIDES, Mateus, Marcos Augusto Marques Ataides (org.). **A Destruição do Leviatã: Críticas Anarquistas ao Estado**. São Paulo: Faísca, 2014^a.

_____. **Anarquismo Especifista**. 2017. Disponível em

<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/anarquismo-especifista-felipe-correa/> Acesso em : 15 maio 2017a.

_____. **Epistemologia, Método de Análise e Teoria Social em Malatesta**. Disponível em:

<https://ithanarquista.wordpress.com/2014/04/08/felipe-correa-epistemologia-metodo-de-analise-e-teoria-social-em-malatesta/> Acesso em : 15 maio2017b.

_____. **Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Ciências) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSPITO, G. **Verbete Hegemonia. Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CRISI, Emilio. **Revolução Anarquista na Coreia**: a Comuna de Shimin (1929-1932). Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2015/07/30/emilio-crisi-revolucao-anarquista-na-coreia/>. Acesso em: 13 jun.2019.

D'ERRICO, S. **Anarquismo y Política - El “programa mínimo” de los libertarios del Tercer Milenio**. Disponível em: <https://salirdelghetto.files.wordpress.com/2014/09/anarquismo-y-polc3adtica-el-programa-mc3adnimo-de-los-anarquistas-berneri.pdf>. Acesso em : 25 jul. 2017.
DANTON, José Antonio Gutiérrez. **Os problemas e as possibilidades do anarquismo**. São Paulo: Faísca, 2011.

ZARCONI, Pier Francesco. **Os Anarquistas na Revolução Mexicana**. Disponível em: <https://www.anarkismo.net/article/39>. Acesso em: 9 jun. 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1998.

DEVALLE, Antony. Pré-sal. O petróleo só será nosso num projeto socialista . **Boletim Socialismo Libertário**, n. 23, ano VII, Abr.maio/jun. 2010.

DIEZ, Xavier. **Anarquismo individualista na Espanha (1923-1938)**. Barcelona: Vírus, 2007.

DIRIK, Dilar; LEVI STRAUSS, David ; TAUSSIG, Michael ; WILSON, Peter Lambor (eds.). **To Dare Imagining**: Rojava Revolution. Nova York: Autonomedia, 2016.

DIZ, Verônica; TRUJILLO, Fernando L. **Resistência Libertaria**. Buenos Aires: Madreselva, 2007.

DOLGOFF, Sam. **The Cuban Revolution - A Critical Perspective**. Montréal : Black Rose Books, 1974.

DUNAEVA, Cristina A . **Anarquismo e Arte na Rússia revolucionária**: a atuação de artistas da vanguarda.

Disponível em:

https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1507749731_ARQUIVO_cristinasnh2017.pdf.

Acesso em: 20 fev. 2019.

ELKIN, Gary. **Benjamin Tucker - anarquista ou capitalista?** Disponível em:

<https://theanarchistlibrary.org/library/gary-elkin-benjamin-tucker-anarchist-or-capitalist>. Acesso em : 20 jan. 2019.

EMRIE, Doug. **Os Ilegalistas. Anarchy**: um jornal de desejo armado, 1994/5. Disponível em: <https://libcom.org/library/illegalists-doug-emrie>. Acesso: 20 fev. 2019.

ENCONTRO LATINO AMERICANO DE ORGANIZAÇÕES POPULARES AUTÔNOMAS. **Declaração Final**. 2003. Disponível em:<https://www.nodo50.org/rprj/elaopa/declaracaofinal.htm>. Acesso em: 11 dez. 2019.

ERRANDONEA, Alfredo. **Sociologia de la Dominación**. Montevideo; Buenos Aires: Nordan; Tupac, 1989.

_____. **Un anarquismo para el siglo XXI** . Disponível: colibri.udelar.edu.uy. Acesso em: 23 ago./2018.

Chegou a hora do Basta. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13. jun.2013. Acessível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-,1041814>. Consulta Acesso em: 07 jul. 2019.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA CABOCLA. **Declaração de Princípios da Federação Anarquista Cabocla**. Disponível em : <http://www.ainfos.ca/02/mar/ainfos00215.html>. Acesso em, : 10 dez. 2019.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO. **Anarquismo Social e Organização**. São Paulo: Fásca, 2009.

_____. **Construir Poder Popular! Atos de junho até atualidade**. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2013/10/27/construir-poder-popular-atos-de-junho-ate-a-atualidade/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **Contra a Copa e a Repressão: Somente a Luta e Organização!** Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/07/01/contra-a-copa-e-a-repressao-somente-a-luta-e-organizacao/>. Acesso em : 10 jun. 2019.

_____. **Da periferia aos centros e de volta a periferia: Chacina na Maré**. Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2013/07/02/da-periferia-aos-centros-e-de-volta-a-periferia-chacina-na-mare/>. Acesso em: j 20 jun. 2019.

_____. **Diário de uma Ocupação Urbana: O anarquismo agora. Libera Amore.... Mio**, Rio de Janeiro, n. 132, nov./dez. 2005.

_____. **Frente Anarquismo e Natureza**. Disponível em: <http://www.farj.org/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Lutar Contra o Aumento da Tarifa Pela Força e Vontade das Ruas!** Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/25717>. Acesso em : 20 jun. 2013.

_____. **Não começou em 2013, não terminará em 2014: o legado da lutas populares e da Copa**. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/textos-da-farj/nao-comecou-em-2013-nao-terminara-em-2014-o-legado-da-lutas-populares-e-da-copa/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Nosso Trabalho com as Ocupações e a FIST Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 138, Jun. /dez. 2007.

_____. **O que sobrou de junho? Uma reflexão sobre o “pós-2013”**. Disponível em: : <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/08/22/reflexao-pos-2013/>. Acesso em: 10 jun. de 2019.

_____. **Organização e Luta II Congresso e 10 anos da FARJ. Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 160, jul./ ago. 2013.

_____. **Reflexões Libertárias sobre alguns acontecimentos no MTD-RJ**. (2011). Disponível em: <http://www.farj.org/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Sobre a recente tentativa de criminalização das lutas**. Disponível em : <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/13/sobre-recente-criminalizacao-das-lutas/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA FRANCÓFONA - União Regional Rhone-Alpes. **O anarquismo hoje**. Fiasca. Imáginário. Coletivo Anarquista Terra Livre. Rio de Janeiro/São Paulo. 2005.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA. **Nota da Federação Anarquista Gaúcha**. Disponível em : <http://partisanrs.blogspot.com/2009/11/nota-da-federacao-anarquista-gaucha-fag.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. 2º. Encontro de Jovens por um anarquismo organizado na América Latina. **Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 79, dez. 1997.

_____. **A verdadeira face da violência!** Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/17/fag-a-verdadeira-face-da-violencia/>. Acesso em : 19 jun. 2019.

_____. **Declaração pública do VI Congresso da FAG.** Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/02/27/declaracao-publica-do-vi-congresso-da-fag/>. Acesso em: 20 jun.2019.

_____. É hora de avançar. Fortalecendo nossa organização. Defendendo Nossos direitos. **Opinião Anarquista**, Porto Alegre .abr. 2013.

_____. **FAG 20 anos. A enraizar anarquismo com luta & organização.** Porto Alegre: Editora Deriva, 2015.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA; FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO. Transgênicos, conflitos e concentração de terras. **Boletim Socialismo Libertário**, n. 23. - ano VII abr. /maio/jun. 2010.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA. **Mensagem ao Congresso Fundacional da Coordenação Anarquista Brasileira.** 2012. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23003>. Acesso em: 12 jul. 2019.

_____. Tomar as ruas por uma agenda contra a direita e o governismo. Avançar um programa de soluções populares! **Boletim Opinião Anarquista**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25775>. Acesso em : 15 jan. 2020.

_____. FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA. Declaração do 3º. Congresso Geral da FAG. **Jornal Libera... Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 103, nov/dez. 2000.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA. **Intervenções no I CONCAB.** 2012. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23154>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Espontaneidade, Cultura e Política:** o levante popular de junho no Brasil de um ponto de vista das Ciências Sociais. Disponível em: <https://nepcpda.files.wordpress.com/2013/07/espontaneidadepolitica-e-cultura.pdf>. Acesso em: : 10 set. 2019._____. **A classe por si:** Teoria econômica e política em Proudhon e no proudhonismo. **Em Debate**, Florianópolis, n . 11, p. 4-25, jan./jun. 2014.

_____. Introdução: Por uma Sociologia das Insurgências. *In:* . FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.) **Pensamento e práticas Insurgentes**. Niteroi: Editora Alternativa, 2016a.

_____. Poderes Científicos, Saberes Insurgentes: Rumo a uma ciência Social dialética e antisistemica. *In:* . FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.). **Pensamento e práticas Insurgentes**. Niteroi: Editora Alternativa, 2016b.

FIUZA, Bruno; BUSTAMANTE, Márcio. **Uma história oral da Ação Global dos Povos:** pesquisa ativista a serviço das lutas sociais. . Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524681803_ARQUIVO_FIUZA,B.&BUSTAMANTE,M.UmahistoriaoraldadaAcaoGlobaldosPovos-pesquisaativistaaservicodaslutassociais.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

FLORENCIO, Rafael Núñez. El terrorismo. . *In:* CASANOVA, Julián org). **Tierra y Libertad. Cien años de anarquismo en España.** Barcelona: Crítica,2010, p. 61-87, 290-291.

FÓRUM DO ANARQUISMO ORGANIZADO. África-Brasil. Quem ganha a copa do mundo fora do campo. **Boletim Socialismo Libertário** n. 24, ano VII, jul./ago./set. 2010. Julho/Agosto/Setembro – 2010.

_____. Como Votam os Anarquistas? **Boletim Socialismo Libertário**, n.23, ano VII, abr. maio/jun. 2010.

_____. . **Construção do Anarquismo Militante e Revolucionário**. Documento político teórico do Fórum do Anarquismo Organizado, produzido em 2007. Disponível em: <https://anarquismopr.org/cab/documentos-do-antigo-forum-do-anarquismo-organizado-fao/o-fao-e-a-construcao-do-anarquismo-militante-e-revolucionario/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. . **Declaração Final do II Encontro Nacional**.

Disponível:http://www.anarkismo.net/newswire.php?tory_id=1018&search_text=FAO. Acesso em : 11 dez. 2109.

_____. IX ELAOPA e as lutas populares. **Boletim Socialismo Libertário**, n. 28, jan./ fev./ mar. 2011.

_____. Novas dores da mesma doença. **Boletim Socialismo Libertário**, n. 24 – ano VII, jul./ ago./ set. 2010.

_____. Os conceitos políticos de Camillo Berneri. **Boletim Socialismo Libertário**. 24 , - ano VII, jul./ago./set.2010.

_____. Editorial: Em tempo de eleições... **Boletim Socialismo Libertário**, n. 24, ano VII, jul./ ago./ set. 2010.

_____. Editorial: Socialismo Libertário que não se cala jamais. **Boletim Socialismo Libertário**, n. 23, ano VII, abr./maio/jun. 2010.

FREEMAN, Jô. **A tirania das organizações sem estrutura**. Disponível em: www.nodo50.org. Acesso em: 17 fev. 2016.

FRENTE INDEPENDENTE POPULAR. **Manifesto do I Encontro da FIP-RJ**. Disponível: <https://frenteindependentepopular.wordpress.com/manifesto-do-i-encontro-da-fip-rj-viva-o-i-encontro-da-frente-independente-popular-fip-rj/> Acesso em: 20 set. 2019.

FRENTE TERRA E AUTONOMIA. **Periferia ocupa a cidade! Reforma Urbana de Verdade!**. Disponível em: <http://frenteterraeautonomia.blogspot.com/2015/03/periferia-ocupa-cidade-reforma-urbana.html>. Acesso em : 10 jul. 2019.

FUCS, José. Os black blocs não são ilegítimos. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 7.jul.2014. Entrevista de Guilherme Boulos para José Fucs. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/07/guilherme-boulos-os-black-blocs-bnao-sao-ilegitimosb.html>. Acesso em: : 12maio 2019.

GALLEANI, Luigi. **The end of anarchism?**. Disponível em: <https://libcom.org/library/end-anarchism-0>. Acesso em: 23 fev. 2019.

GELDERLOOS, Peter. **Como a não-violência protege o Estado**. Desterro: Súbita, 2013.

GODOY. Clayton. F.F. “I Senza Patria”: padrões de difusão transnacional do movimento anarquista e sua recepção em São Paulo. In: SANTOS, Kauan Willian ; SILVA, Rafael Viana da (org.). **História do anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. Novas Perspectivas**. São Paulo: Prismas, 2018. p. 71-96.

GORDON, Uri. **Anarquia Viva! Política antiautoritária da prática para teoria**. Desterro: Súbita, 2008.

GRAEBER, David; GRUBACIC, Andrej. **Anarquismo, ou o Movimento Revolucionário do Século XXI**. 2012. Disponível em: <http://seeunaopuder.blogspot.com/2012/02/anarquismo-ou-o-movimento.html>. Acesso em: jun. 2018.

GRAEBER, David. **Fragmentos de uma antropologia anarquista**. Porto Alegre: Deriva, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001. v.2.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.4.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.5.

_____. **Cadernos do Cárcere**. . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.6

_____. **Escritos Políticos**. . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol 1

_____. **Escritos Políticos**. . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol 2

_____. O Socialismo e o Estado. L'Ordine Nuovo, 28 de junio a 5 de julio de 1919. **Marxists Internet Archive**, 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/gramsci/estsoc.htm>. Acesso em: 10 jul 2019.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999. v.1.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRANJA, Patrick. Estado de exceção Padrão FIFA. **Jornal Nova Democracia**, Rio de Janeiro, **ano XIII, n. 134, jul. 2014**. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-134/5457-estado-de-excecao-padrao-fifa> Acesso em :24 jul.2019.

GRUPO DE ANARQUISTAS RUSSOS NO ESTRANGEIRO (Dielo Truda). **A plataforma organizacional da união geral dos anarquistas**. 1926.. Disponível em: <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2017/01/dielo-truda-a-plataforma-organizacional-nova-traduc3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2019.

GRUPO DE TRABALHO SINDICAL DA COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA. **Caderno de Formação Sindical. América Latina**. Brasil, 2017.

GUERIN, Daniel. **O anarquismo na revolução Russa. 1968**. Disponível em: <https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/o-anarquismo-na-revolucao-russa-por-daniel-guerin/>. Acesso em: 5 jan. 2019.

HALL, Michael MacDonald. **Corporatism, fascism, and the origins of Brazilian labor law**. Paper apresentado na Brazilian Studies Association, King's College, Cambridge, setembro 1996.

HARDT, Michel, NEGRI Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David.*et al.* **A liberdade na Cidade. Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Revolucionários**: ensaios contemporâneos. 2. ed. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2013/01/14/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil-1903-1934/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

IBÁÑEZ, Tomás. **Anarquismo é Movimento. Anarquismo, Neoanarquismo e Pós-anarquismo**. São Paulo: Ed. Imaginário, 2015.

I _____. **Poder y Libertad**. Barcelona: Hora, 1982.

INSTITUTO DE ESTUDOS LIBERTÁRIOS (IEL). **Entrevista com o Centro de Cultura Social -São Paulo**. 2018. Disponível em: <https://anarcopunk.org/v1/2018/01/entrevista-com-o-centro-de-cultura-social-sao-paulo/>. Acesso em : 5 maio 2018.

JONG, Rudolf de. **A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária**. São Paulo: Faísca, 2010.

Jornal Combate Sindical, n.2, set. 1989.

KROPOTIKIN, Piotr. **O que é anarquismo**. 2012. Disponível em: <https://www.portaloaca.com/pensamiento-libertario/6462-ique-es-el-anarquismo.html>. Acesso em: 7 jan. 2019.

LAIA, PERE, ROBERTO, SANDRA. A crônica do II Encontro Americano pela humanidade e contra o neoliberalismo. **Boletim n. 16 do Projeto Periferia**. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/00/feb/ainfos00572.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LAISANT, Maurice. **Le Monde Libertaire**. 1964. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20010121223100/http://www.users.skynet.be/AL/LIBRAIRIE/increva/vol3/1418.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LEIER, Mark. **Bakunin, classes e pós-anarquismo**. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/mark-leier-bakunin-classes-e-pos-anarquismo>. Acesso em: 13 jun. 2018.

LEVY, Carl. Antonio Gramsci, Anarchism, Syndicalism and Sovversivismo. In: BERRY; KINNA; PINTA; PRICHARD (ed.). **Politics in Red and Black: 20th Century Libertarian Socialism**. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2012.

LIBERATO, L. V. M. **Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. 2006. Tese. (Doutorado Sociologia Política)- Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LOPREATO. Christina Roquette. O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil. **Revista Verve**, São Paulo, n.3, p. 75-91, 2003.

LUIZZETTO, Flávio. **Utopias Anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACIEL, Camila; CRUZ, Fernanda. **Justiça paulista manda soltar ativistas detidos com base na Lei de Segurança Nacional**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-09/justica-paulista-manda-soltar-ativistas-detidos-com-base-na-lei-de-seguranca-nacional>. Acesso em: 25 jul. 2014.

- MAGRO, Maíra. Violência das manifestações surpreende ABIN. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 29 jun.2014. Disponível em: <http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2013/06/violencia-dos-protostos-surpreende-abin.html>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- MALATESTA, Enrico. Réponse d'Errico Malatesta au Manifeste des Seize. **Le Monde Libertaire**, France, 10 mai 1984. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20010121223100/http://www.users.skynet.be/AL/LIBRAIRIE/increva/vol3/1418.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- MANFREDONIA . **Anarchisme et changement social** : insurrectionnalisme, syndicalisme, éducationnisme-réalisateur. Disponível em: <http://www.sudoc.abes.fr/xslt/DB=2.1//SRCH?IKT=12&TRM=118844407&COOKIE=U10178,Klecteurweb,I250,B341720009+,SY,NLECTEUR+WEBOPC,D2.1,E34a01cca-1,A,H,R189.4.83.199,FY>. Acesso em: 6 fev. 2019. .
- MARÇAL, João Batista. **Os Anarquistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UE, 1995.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La Juventud es Más que una Palabra. In: MARGULIS, Mario (org.). **La Juventud es Más que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 2000.
- MARSHALL, Peter. **Demanding the Impossible**: a history of anarchism. Oakland: PM Press, 2010.
- MARTINEZ, Fabiana Jordão. **Ontologias Feministas no ciberespaço**: discursos e contra discursos RadFem.. Disponível em: <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/ONTOLOGIAS%20FEMINISTAS.%20PAPER%20COMPLETO%20ABA.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- MARTINS, Helena. **Manifestações diminuíram na Copa do Mundo**. Disponível em: <http://m.agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/manifestacoes-diminuiram-na-copa-do-mundo>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- MELL, Ezra Brett. **The Truth about the Bonnot Gang** - This pamphlet was published by Coptic Press and then reprinted by Solidarity Bookshop Publications, Chicago, 1969. Disponível em: <https://libcom.org/library/truth-about-bonnot-gang-ezra-brett-mell>. Acesso em : 20 fev. 2019.
- MELO, Mariana. **Prisão de vice em protesto expõe racha da UNE**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/vice-presidente-da-une-e-presa-em-protesto-contr-a-realizacao-da-copa-do-mundo-269.html>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- MELUCCI, Alberto. **Acción Colectiva, Vida Cotidiana Y Democracia**. México: El Colegio Del México, 1999.
- MENDES, Samanta Colhado. **Anarquismo e feminismo**: as mulheres libertárias no Brasil (1900 – 1930). In: SANTOS, Kauan Willian , SILVA, Rafael Viana da (org.). **História do anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil**. Novas Perspectivas. Prismas, 2018. p. 173-207.
- _____. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo (1889-1930)**. 2010. Dissertação (Mestrado História – FCHS, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/poshistoria/samanta.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- MENDÉZ, Nelson; VALLOTA, Alfredo. **Utopía colectiva y autonomía individual**: La perspectiva anarquista de la autogestión. Grupo de Estudios José Domingo Gómez Rojas, 2014. Disponível em: <http://www.portaloaca.com/pensamiento-libertario/textos-sobre-anarquismo/2333-utopia-colectiva-y-autonomia-individual-la-perspectiva-anarquista-de-la-autogestion.html>. Acesso em : 10 jun. 2017.
- MENDONÇA, José Carlos. **Além de Partidos e Sindicatos**: organização política em Anton Pannekoek. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MINTZ, F. **Vigencia del pensamiento de Camilo Berneri**. Germinal, no. 3, Espanha, 2007. Disponível em: file:///tmp/mozilla_caze20/Dialnet-VigenciaDelPensamientoDeCamilloBerneri-2729572.pdf. Acesso em : 30 jun. 2018.

MONTEIRO, Fabricio Pinto. Pierre Joseph Proudhon: Críticas ao Estados e propostas de transformação social. In: MATEUS, João Gabriel da Fonseca; ATAIDES, Marcos Augusto Marques (org.). **A Destruição do Leviatã: Críticas Anarquistas ao Estado**. São Paulo: Faísca, 2014.

MORAES, Wallace. A revolta dos governados: antecedentes, significados e legados. Conferência de abertura do **I Colóquio Pesquisa e Anarquismo** (UFSC/UDESC), coordenada por Cassiana dos Reis Lopes (UDESC) no dia 06 nov. 18: "Interpretações anarquistas da luta de classes no Brasil contemporâneo". (57 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HenhiXUuJsQ&t=25s>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. **Vitoria! MTST tem reivindicações nacionais atendidas**. Disponível em: <http://www.mtst.org/index.php/noticias-do-site/1228-vitoria-mtst-tem-reivindicacoes-nacionais-atendidas>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MOVIMENTO ORGANIZAÇÃO PELA BASE. **Quem Somos**. Disponível em: <https://organizacaoabase.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em : 7 jul. 2019.

MULHERES DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA. **Nosso feminismo será classista e de base, ou não será!** Disponível em: <https://federacaoanarquistagaucha.wordpress.com/2016/03/06/nosso-feminismo-sera-classista-e-de-base-ou-nao-sera/>. Acesso em : 13 jun. 2019.

MUNARETTO, Sara. **Mulher é resistência: rebeldia e luta de corpos indignados**. Disponível em: <https://federacaoanarquistagaucha.wordpress.com/2018/06/12/mulher-e-resistencia-rebeldia-e-luta-de-corpos-indignados/> Acesso em : 13 dez. 2019.

NASCIMENTO, Selmo. O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 210, 89 - 101 nov. 2018. Disponível em : <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/45360/751375138580>. Acesso em : 12 set. 2019.

NAVATORE, Renzo. My Iconoclastic Individualism. **Nichilismo**, ano I # 4, Milão, 21 maggio 1920. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/renzo-novatore-my-iconoclastic-individualism>. Acesso em: 20 fev.2019.

NEGT, Oscar; KLUGE, Alexander. **O que há de político na política?** São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

NÚCLEO GERMINAL. **Carta de presentación del Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal**. Disponível em: https://www.lahaine.org/mm_ss_mundo.php/carta_de_presentacion_del_nucleo_de_alim. Acesso em: 10 jun. 2019.

NUZZI, Vitor. **Líder do MST considera ‘erro político’ fazer mobilização durante a Copa**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/02/lider-do-mst-considera-erro-politico-fazer-mobilizacao-durante-a-copa-3939/>. Acesso em : 19 jun. 2019.

O Mutirão n.. 2, maio/ jun. 1991.

O Mutirão n. 3, jul./ago. 1992.

ÖCALAN Abdullah. Confederalismo Democrático. **Cadernos Ceru**, 26(2), 114-132. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/117472>. Acesso: maio de 2019

OLIVEIRA, João Henrique Castro de. **Libera... Amore Mio. Imprensa Anarquista e Imprensa Contra-hegêmica em tempos de consenso neoliberal (1991-2011)**. 2017. Tese. (Doutorado em História Contemporânea) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, , 2017.

OLIVEIRA, Mariana. **Governo cria grupo para conter violência nos protestos em SP e Rio**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/governo-cria-grupo-para-conter-violencia-em-protestos-em-sp-e-rio.html>. Acesso em : 20 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA MARIA IÊDA. **Anarquismo e Machismo?** Disponível em: <https://mariaieda.noblogs.org/2014/12/>. Acesso em : 12 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA SOCIALISMO LIBERTÁRIO. **Federação Anarquista do Rio de Janeiro. Elementos Para uma Reconstituição Histórica de Nossa Corrente**. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/23068>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. **Início de Nossa História (2008-2011)**. Disponível em: <https://anarquismosp.wordpress.com/sobre/historia/>. Acesso em : 22 jun. 2019.

_____. **Programa Mínimo**. Caderno 8. Estratégia, Programa e Alianças. Disponível em: <https://coletivoanarquistalutadeclasses.files.wordpress.com/2010/11/pmf-caderno08.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA SOCIALISMO LIBERTÁRIO, FEDERAÇÃO ANARQUISTA ORGANIZAÇÃO RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA. **I Encontro Libertário: Anarquismo e Movimentos Sociais**. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/10598>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PARRA, Lúcia Silva. **O Centro de Cultura Social e suas práticas de ação cultural**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308050744_ARQUIVO_textoparaANPUH12_06.pdf: Acesso em : 19 fev. 2019.

PENNA, Mariana Affonso. **Socialistas Libertários e lutas sociais no Rio de Janeiro: memórias, trajetórias e práticas**. (1985-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010 . Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1394.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2019.

PEREIRA, Victor. Militância anarquista e Verbo de Fogo: Pedro Augusto Motta, sindicalismo revolucionário e imprensa libertária no Ceará dos anos 1920. In: SANTOS, Kauan Willian , SILVA Rafael Viana da (org.) **História do anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. Novas Perspectivas**. São Paulo, Prismas, 2018. p. 119-144.

RADAR SQUAT. **CCP Parque Geórgia**. Disponível em: <https://radar.squat.net/es/node/118037>. Acesso em : 21 jun. 2019.

RAMA, C.M. Camillo Berneri. Intelectual Anarquista. In: BERNERI, Camillo. **Pensamento de Batalha**. 2. ed. Porto Alegre: Deriva, 2015.

REDE DE ZONAS. **Redes Zonais**. Disponível em: <https://rededezonais.wordpress.com/sobre/>. Acesso em : 21 jun. 2019.

RESISTÊNCIA POPULAR DO RIO GRANDE DO SUL. **O IX ELAOPA e as lutas populares**. Fevereiro de 2012. Disponível em: <http://resistenciapopular.blogspot.com/2011/02/o-ix-elaopa-e-as-lutas-populares.html>. Acesso em: 21 jun. 2019.

RESISTÊNCIA POPULAR GAÚCHA. Notícias Libertárias. **Libera...Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 93, mar./abr. 1999.

RESISTÊNCIA POPULAR SÃO PAULO. **Reflexões sobre o A20**. 24/04/2001. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/a20/reflea20.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019.

RIBEIRO, Eduardo. Uma história oral do anarcopunk em São Paulo. **Revista Vice**, 13jul. 2018. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/bjvx5m/historia-oral-anarcopunk-parte-1. Acesso em: 13 jun. 2019.

ROCHA, Bruno Lima. A zona de consenso de Dilma e Serra. **Boletim Socialismo Libertário**, n.24, ano VII, jul. /ago./set. 2010.

_____. Bordaberry, o ministro da Defesa e o ajuste de contas com a ditadura. **Boletim Socialismo Libertário**, n.23, ano VII, abr./maio/jun. 2010.

_____. **O anarquismo nos anos 1980 do Século XX: Memória e Referência do Período**. Disponível em: https://ithanarquista.files.wordpress.com/2018/08/bruno_lima_rocha_anarquismo-no-brasil-nos-anos-80_memo3b3ria-e-refere3aancias.pdf. Acesso em : 20 jun. 2020.

_____. Um olhar sobre a F.A.U. **Libera ...Amore Mio**, Rio de Janeiro, n. 45, 1995.

ROEDIGER, David. **Towards the Abolition of Whiteness**. Essays on Race, Politics, and Working Class History. London: Verso, 1994.

ROMANI, Carlo. Clevelândia do Norte. Aqui começa o Brasil! **Revista Verve**, São Paulo, n3. p. 314-320, 2003.

ROSA, Rodrigo da Silva. Anarquistas e sindicalistas em São Paulo: repressão política e resistência nos anos 1930. In: SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana da (org). **História do anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. Novas Perspectivas**. São Paulo: Prismas, 2018. p. 273-298.

ROTHBARD, Murray N. **Libertários e conservadores: uni-vos contra o verdadeiro inimigo**. Disponível em : <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1583>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Os libertários são anarquistas?** 2008. Disponível em : <https://www.mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=69>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RUDY, Antônio C. **Os Silêncios da Escrita: a historiografia em Santa Catarina e as experiências libertárias (1960 – 2000)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) **Pós-Graduação em História**, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RUDY, Cleber. **Nas Estranhas das cidades. Resistências à organização capitalista da vida urbana**. Ponta Grossa: E. Monstro dos Mares, 2019.

_____. **Primeiro Colóquio do Anarquismo Social em Florianópolis**. 26 de abril de 2009. Disponível em: <http://acratastudiorum.blogspot.com/2009/04/primeiro-coloquio-do-anarquismo-social.html>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. RUGAI, Ricardo Ramos. **O Anarquismo e a Questão do Partido: uma reflexão a partir dos referenciais históricos da Federação Anarquista Uruguiaia**. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh->

rs.org.br/resources/anais/29/1406752660_ARQUIVO_FAUpartidoanarquista_ANPUH.pdf. Acesso em : 21 jun. 2019.

_____. **Um partido Anarquista. O anarquismo uruguaio e a Trajetória da FAU.** São Paulo: ASCASO, 2014.

RUSGA LIBERTÁRIA. **A Luta contra o aumento das passagens e o Anarquismo.** Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25741>. Acesso em : 5 maio 2020.

RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. **Estamos vencendo: resistência global no Brasil.** São Paulo: Conrad, 2004.

SADER, Emir. **Não é a Copa, imbecil, são as eleições!**. Disponível em:

<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2014/06/05/sader-nao-e-a-copa-imbecil-sao-as-eleicoes>.

Acesso em: 19 jun. 2019.

SALERMO, Salvatore. **Paterson's Italian Anarchist Silk Workers and the Politics of Race.**

2011. Disponível em : <https://theanarchistlibrary.org/library/salvatore-salerno-paterson-s-italian-anarchist-silk-workers-and-the-politics-of-race>. Acesso em 20 fev. 2019.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** São Paulo: Imaginário, 2002.

_____. **Sindicalismo e Anarquismo no Brasil.** Samis, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. *In: História do Movimento Operário Revolucionário.* São Paulo: Imaginário. 2004.

_____. **Prefácio.** *In: MATEUS, João Gabriel da Fonseca; ATAIDES, Marcos Augusto Marques (org.).* São Paulo: Faisca, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Trabalhar o Mundo. Os caminhos do Novo Internacionalismo Operário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Carlos André dos. **A Rebeldia por trás das lentes: participação política juvenil no Centro de Mídia Independente no Brasil.** 2010 . Dissertação (Mestrado em Sociologia) - , Centro de Filosofia e Ciências Humanas , Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2010.

SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (org.). **História do anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. Novas Perspectivas.** São Paulo: Prismas, 2018.

SCHMIDT, Michael. **Cartography of Revolutionary Anarchism,** Oakland: AK Press, 2013.

Disponível em: [https://anarchyinaction.org/index.php?](https://anarchyinaction.org/index.php?title=Cartography_of_Revolutionary_Anarchism)

[title=Cartography_of_Revolutionary_Anarchism](https://anarchyinaction.org/index.php?title=Cartography_of_Revolutionary_Anarchism). Acesso em 12 ago. 2018.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. **Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism.** Oakland: AK Press, 2009.

SCOTT, James. **Dominação e a Arte da Resistência. Discursos Ocultos.** Lisboa: Letra Livre, 2013.

_____. **Elogio del Anarquismo. Critica.** Barcelona: Crítica, 2013b.

SHANNON, Erick **A Flame to Extinguish Capital: Review of Black Flame.** 2010. Disponível em <https://theanarchistlibrary.org/library/deric-shannon-a-flame-to-extinguish-capital-review-of-black-flame>. Acesso em : 19 ago. 2019.

SHUBIN, Aleksandr. **O Movimento Makhnovista e a Questão Nacional na Ucrânia (1917-1921)**. 2017. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2017/04/03/aleksandr-shubin-o-movimento-makhnovista-e-a-questao-nacional-na-ucrania-1917-1921/>. Acesso em: 15 jan. 2019

SILVA, Rafael Viana da. **Os Revolucionários Ineficazes de Hobsbawm**: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo. São Paulo: Faisca, 2014.

_____. **Um Anarquismo Latino-americano**: Estudo Comparativo e Transnacional das Experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-1985). 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

_____. Ideias, crítica e combate: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985) *In*: SANTOS, Kauan Willian,; SILVA, Rafael Viana da (org.). **História do anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. Novas Perspectivas.** São Paulo: Prismas, 2018. p. 351-373.

_____. Sindicalismo e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). *In*: SANTOS, Kauan Willian; SILVA, Rafael Viana da (org.). **História do anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. Novas Perspectivas.** São Paulo: Prismas, 2018. p.299-322.

SKIRDA, Alexandre. O Debate sobre “A Plataforma”. *In*: **Facing the Enemy**: a history of anarchist organization from Proudhon to May 1968. Oakland: AK Press, 2002.

_____. SOUSA, Edson Luiz André de. A burocratização do amanhã. **Revista das Artes Visuais, Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 14, n. 24, p. 11-47, 2008.

SPINA, Paulo Roberto. **O Movimento Passe Livre São Paulo**: da sua formação aos protestos de 2013. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

STIERNER, Anne. De l'émancipation des femmes dans les milieux individualistes à la Belle Époque. *Réfractions*, France, n. 24, p. 19-29, 2010.

_____. **Le goût de l'émeute. Manifestations et violences de rue dans Paris et sa banlieue à la Belle Époque.** Montreuil, L'Échappée, coll. « Dans le feu de l'action », 2012.

_____. **Les militantes anarchistes individualistes : des femmes libres à la Belle Époque** », Amnis [En ligne], 8 | 2008, mis en ligne le 01 septembre 2008, consulté le 24 mars 2019.

STIRNER, Max. **O Único e a sua Propriedade**. Tradução de João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004.

STRANGERS IN A TANGLED WILDERNESS. O Rio de uma montanha têm muitas curvas: uma introdução a Revolução de Rojava *In*: ŞOREŞA, Rojavayê. **Revolução uma palavra feminina**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2016, p. 13-48.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento. Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

- TRAGTENBERG, M. Memorial. **Revista Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 79–87, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644469>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- TURCATO, Davide. **Italian Anarchism as a Transnational Movement, 1885– 1915**. Disponível em :<https://libcom.org/library/italian-anarchism-transnational-movement-1885%E2%80%931915-davide-turcato>. Acesso em : 27 jan. 2019.
- _____. Novos Olhares sobre o Anarquismo - Entrevista com Davide Turcato. Entrevista para Clayton Peron Franco de Godoy, Eduardo Souza Cunha. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 7, n. 19, 284-295, 2018.
- UNIÃO POPULAR ANARQUISTA. “Anarquistas de governo”: o triste fim do revisionismo libertário no Brasil e na América Latina. **Comunicado n. 42 da União Popular Anarquista**. Disponível em: <https://uniaoanarquista.wordpress.com/2015/02/05/anarquistas-de-governo-o-triste-fim-do-revisionismo-libertario-no-brasil-e-na-america-latina/>. Acesso em; 20 dez. 2019.
- _____. Anarquismo e Ecletismo, em geral e particularmente no Brasil. **Comunicado n.15 da União Popular Anarquista**. Disponível em: <https://www.anarkismo.net/article/3910>. Acesso em: 7 jul. 2019.
- VELA, João Marcelo. **O caráter educativo dos/nos movimentos sociais urbanos: o caso da Ocupação Palmares em Florianópolis/SC**. 2015. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- WILLIANS, Casey. **Quem é Lucy Parsons? A mitologização e a re-apropriação de uma heroína radical**. Disponível em <https://anarquismopr.org/quem-e-lucy-parsons-a-mitologizacao-e-a-re-apropriacao-de-uma-heroína-radical/>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- WOODCOCK, George. Anarquismo: introdução histórica. *In: Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 2002. p. 13-52.
- WORKER. **Fórum do Anarquismo Organizado. Belém do Pará**. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/02/aug/ainfos00096.html>. Acesso em: 20 maio 2019.
- _____. **Fórum do Anarquismo Organizado. Belém do Pará**. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/02/aug/ainfos00096.html>. Disponível em: <https://www.nodo50.org/rprj/elaopa/declaracaofinal.htm>. Acesso em : 11 dez. 2019.
- WORKERS SOLIDARITY MOVIMENT, ALTERNATIVE LIBERTAIRE, MELBOURNE ANARCHIST COMMUNIST GROUP, ZABALAZA ANARCHIST COMMUNIST FRONT. **Internationale anarchiste verklaring van solidariteit met de Federacao Anarquista Gaucha**. 30 de Novembro de 2009. Disponível em: <http://ainfos.ca/pipermail/a-infos-nl/2009-November/000688.html>. Acesso em : 9 jun. 2019.
- ZARCONI, Pier Francesco. **Os anarquistas na Revolução Mexicana**. São Paulo: Faísca, 2006.
- ZOCCHIO, Guilherme; PINA, Rute. “**Não somos donos das manifestações, diz Movimento Passe Livre**”. Disponível em: <http://agemt.org/?p=3503> . Acesso em: 06/jul. 2019.